RESUMOS EXPANDIDOS - XV ECSM e I Congresso Brasileiro de Artes e Saúde Mental

(Des)enquadrar: Território e Pertencimento

Área temática
02. Técnico-assistencial

Resumo expandido
O presente trabalho narra acerca de um processo de intervenção com os sujeitos em um território de regularização fundiária da Baía da Babitonga em Joinville/SC. Sendo proporcionada por conta do estágio em licenciatura no 4° ano da graduação em psicologia. O território de onde falamos é marcado por diversas lutas por direitos básicos, como a falta de rede elétrica, água encanada, rede de saneamento básico, transporte público e ausência de atendimento relacionados à saúde, reconhecidos como principais indícios de vulnerabilidade social na vida dos indivíduos que vivem na localidade (Odelli, 2022). Um território marcado pela desigualdade social, traz elementos contextuais da trajetória desses sujeitos que ali vivem que são permeados pela dor e violência de variadas formas, estas sendo representadas pela discriminação por questões de gênero, etnicoraciais e de classe social, ou seja, são vidas marcadas por sofrimento (Odelli, 2022).
Durante o processo do estágio foram realizados sete encontros, semanais, no galpão de um dos moradores do território, tendo como objetivo construir um espaço de troca sobre as vivências dos sujeitos e os atravessamentos do território. Nos encontros foram utilizadas diversas metodologias/instrumentos, que visam a qualidade do desenvolvimento deste estágio, pois com ele, foram trabalhados os processos de educação em saúde sob uma perspectiva comunitária.
Uma das metodologias utilizadas foi a oficina estética, entendendo que uma experiência estética, pode emergir em qualquer situação cotidiana, levando em consideração essa “estética” enquanto dimensão sensível, modo específico de relação com a realidade, pautado por uma sensibilidade que permite reconhecer a polissemia da vida (Zanella, 2006). Na construção dos encontros, também foram utilizados recursos lúdicos, levando em consideração a experiência dos participantes, tendo o intuito de proporcionar, não só um melhor desenvolvimento intelectual, mas também a aquisição de habilidades sociais e físicas, podendo trabalhar o exercício da criatividade e a expressão artística, portanto, o que existe no caso é a experiência que o objeto evoca no sujeito na relação estética (Zanella, 2020).
Outra metodologia utilizada foi a oficina estética, que é um espaço destinado ao desenvolvimento de habilidades por meio de produções, onde atividades do cotidiano são transformadas por meio de expressões artísticas que são repassadas e ensinadas no grupo, nesse espaço de construção se usa fotografia, pintura, escultura, música e diversas outras formas de expressão, a atividade que o sujeito estabelece torna-se um processo dialético, que acaba (re)constituindo a si mesmo,

pois em meio a essa dinâmica (criando, imaginando e (re)constituindo), o sujeito terá uma participação na transformação da realidade social fazendo parte dela ativamente (Zanella, 2020).

Entre os recursos metodológicos tivemos como produção principal a construção de uma câmera reciclável, conhecida como Pinhole que é composta pelo mínimo necessário para a formação e fixação de uma imagem fotográfica: um compartimento escuro, vedado à luz, em que é colocado o material fotossensível, no caso, papel fotográfico; um furo, na extremidade oposta da câmera em relação ao local onde o papel ou filme é posicionado, por onde entra a luz responsável pela formação da imagem; e a fita isolante, que permite a interrupção do processo de sensibilização e impressão da imagem no filme. Desta forma, a produção da foto acontece por um processo completamente autônomo, sem intermediação do olhar, ou seja, uma vez decidido onde a câmera deve ser posicionada, a imagem se faz sozinha, sem intermediação ou interferência humana na captação dos raios luminosos, a não ser pela determinação do tempo de exposição (Costa, 2008).

Então após a construção da Pinhole saímos com os moradores para tirar fotos no território. O resultado desta produção foram imagens que diziam da importância do local para os sujeitos que habitam ele, assim possibilitando a nós entendermos, por meio de um recorte, quais são os espaços que mais lhes marcam e quais as implicações disso em suas vidas. Ressaltamos que muitas das fotografias produzidas vinham da grande ligação que estes sujeitos têm com o mar e como ele é importante para eles. As vivências obtidas durante este período com os moradores do território, nos geraram a oportunidade de compreender diversos fatores que lhes atravessavam.

Como última atividade propomos a construção de uma quadro com a história do território, pedindo para que eles se enxergassem através do quadro, narrando suas vivências, que já foram construídas e as esperanças que eles tinham para o território após o processo de regularização. O objetivo da intervenção foi trazer a estética como uma maneira do sujeito se relacionar com o mundo, proporcionando produzir outros sentidos, assim como reconstruir o olhar sobre o mundo, pois na produção estética ele é transformado pela imaginação e pela sensibilidade que venham a se objetivar em atividade criadora (Furtado; Zanella, 2007).

Com o encerramento dos encontros no território, seguimos acompanhando as lutas por direitos e participamos em debates no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para além, montamos um grupo de estudos em nossa faculdade, no qual foram trabalhados temas que emergiram das vivências no território, dentre eles estão os debates sobre a colonialidade, desigualdade e exclusão social, estigmatização, violências e a violação de direitos humanos. Com este grupo, fomentamos o interesse dos acadêmicos em participar de atividades no território, assim como pensamos em práxis da psicologia neste período de regularização fundiária, visto que esse movimento de mudança assusta, de certa forma, os moradores que possuem menor acesso às informações e uma questão socioeconômica menor e com isso acabam saindo de suas casas.

Dessa forma, na articulação entre território e fotografia, política social e arte, trouxeram reflexões sobre sobre a liberdade, os direitos, o pertencimento, o espaço, a identidade, o processo grupal e a constituição de sentidos. A experiência no território foi enriquecedora para nossa formação, e relembrar desses momentos para a escrita deste resumo nos traz novamente a sensação de pertencimento a aquele território, suas histórias e seus moradores que vivenciaram e dividiram suas narrativas conosco.

Referências

COSTA, Ana Angelica. O experimento-pinhole. Revista Concinnitas, v. 2, n. 13, p. 16-27, dez. 2008.

FURTADO, J. R; ZANELLA, A.V. Artes visuais na cidade: relações estéticas e constituição dos sujeitos. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 13, n.2, 2007. p. 309-324.

ODELLI, Bruno Promoceno. Potencialidade para o desenvolvimento de um território em processo de regularização da baía da babitonga em Joinville/SC. 2022. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Faculdade Guilherme Guimbala, Joinville, 2022.

ZANELLA, A. V. “Pode até ser flor se flor parece a quem o diga”: reflexões sobre educação estética e o processo de constituição do sujeito. In S. Z. da Ros, K. Maheirie & A. V. Zanella (Orgs.). Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e(em) experiência. Editora da UFSC NUP/CED/UFSC, Florianópolis, p. 33-48, 2006.

ZANELLA, Andrea. Psicologia histórico-cultural em foco: aproximações a alguns de seus fundamentos e conceitos. Florianópolis: Edições do Bosque/UFSC, 196 p. 2020.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Felipe Borges Martins	**Especialização concluída**	**ACE/FGG**
Manuela Gussella Massaneiro	**Graduado(a)**	**ACE/FGG**
Maria Eduarda Gesser da Silva	**Graduado(a)**	**ACE/FGG**
Milena Regina da Silva	**Especialização concluída**	**ACE/FGG**
Thiago Iber	**Graduado(a)**	**ACE/FGG**

A arte como dispositivo de cuidado: um relato de experiência sobre (Re)Construções em Saúde Mental

Área temática
03. Sociocultural

Resumo expandido
Este relato de experiência apresenta a exposição artística “Fragmentos da Subjetividade: (Re)construções em Saúde Mental”, uma produção autoral que integra a trajetória acadêmica e pessoal da autora. A proposta é uma experimentação criativa voltada a explorar processos subjetivos, afetivos e coletivos no campo da saúde mental, articulando a arte como ferramenta para o cuidado e a construção de sentidos.
A exposição busca apresentar a subjetividade como um fenômeno dinâmico, atravessado pelas relações interpessoais e contextos socioculturais em que o sujeito está inserido. Referenciada nos conceitos psicanalíticos de subjetividade e simbolização (Freud, 1900; Lacan, 1966), a exposição pretende retratar a experiências subjetivas criando espaços simbólicos de acolhimento, reflexão e expressão do sofrimento psíquico. Sendo assim, a arte permite a simbolização de vivências individuais e expressões de (re)construções de subjetividades em contextos de crises psíquicas.
O objetivo principal é a promoção da reflexão sobre saúde mental como um processo coletivo e dinâmico, estimulando a participação ativa dos sujeitos na obra, além de trazer a integração entre linguagens artísticas tradicionais (pinturas e colagens) e tecnologias digitais (interação virtual). A expansão digital visa ampliar a interação entre público e obra, evidenciando a importância do papel do outro na constituição de subjetividades, conforme enfatizado por Winnicott (1975) e Bion (1962) em seus estudos sobre a subjetividade e o espaço potencial.
A metodologia consiste na criação de uma instalação composta por três quadros que utilizam pinturas, colagens e palavras para simbolizar a experiência subjetiva e o cuidado em saúde mental. As narrativas são fictícias e não textuais a fim de estimular interpretações individuais e coletivas. Um QR code traz uma extensão digital da obra, onde o público pode interagir e contribuir na formação de uma “nuvem de pensamentos” — uma construção colaborativa e contínua que enfatiza a ideia lacaniana de que a subjetividade está em constante (re)construção por meio da linguagem e da relação com o outro. A participação digital complementa a obra, tornando-a dinâmica ao longo de sua exposição.
Espera-se que a exposição promova a sensibilização sobre a complexidade da subjetividade envolvida nos desafios da saúde mental e das práticas de cuidado, ressaltando a importância do reconhecimento do sofrimento psíquico em sua dimensão simbólica. A interação digital cria um espaço que oportuniza uma simbologia da construção coletiva da saúde mental.

Esta exposição dialoga com a teoria psicanalítica que vê o sofrimento psíquico como manifestação da dificuldade em simbolizar traumas e conflitos inconscientes (Freud, 1900). A obra também se inspira no conceito de espaço potencial, que permite o encontro entre realidade e fantasia, fundamental para o processo de cura (Winnicott, 1975). Por fim, esta experiência propõe a arte como um dispositivo aliado à compreensão do cuidado, e que possibilita a ressignificação do sofrimento psíquico.

Referências

BION, W. R. Aprender com a experiência. Rio de Janeiro: Imago, 1991. (Obra original publicada em 1962).

FREUD, S. A Interpretação dos sonhos. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obra original publicada em 1900).

LACAN, J. Os escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (Obra original publicada em 1966).

WINNICOTT, D. W. Processos de maturação e o ambiente facilitador. Tradução de Irineu Franco Perpetuo. Porto Alegre: Artmed, 1983. (Obra original publicada em 1975.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Lauren Colpo Kipper	**Graduando(a)**	**UFN**

Arte e saúde mental: estratégia de enfrentamento do adoecimento psíquico no campo escolar

Área temática
04. Teórico-conceitual

Resumo expandido
Introdução
Nos últimos anos, a temática da saúde mental tem ganhado centralidade nas discussões no campo educacional, impulsionada, em grande medida, pelos elevados índices de adoecimento que acometem alunos e professores. Com frequência cada vez maior, têm sido identificados sintomas e manifestações do sofrimento psíquico nas escolas, como quadros de ansiedade, estresse, depressão, dores, entre outros, que afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, bem como as relações estabelecidas no cotidiano escolar.
Diante disso, torna-se imprescindível o desenvolvimento de estratégias que possibilitem o enfrentamento do adoecimento psíquico no campo educacional, em suas múltiplas dimensões e determinações. Nesse cenário, a Psicologia Histórico-Cultural destaca-se como uma perspectiva capaz de analisar a temática em sua integralidade e de propor caminhos de enfrentamento. Dentro desse panorama, o trabalho com a arte ganha relevância, uma vez que, por meio dela, o indivíduo pode desenvolver-se socioemocionalmente.
De tal maneira, o presente estudo tem como objetivo discutir o papel da arte no enfrentamento do adoecimento psíquico no campo educacional, a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico, de natureza qualitativa, fundamentado em obras de Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934), com ênfase naquelas dedicadas à arte e aos processos criativos próprios do ser humano, tais como Psicologia da Arte (1999) e Imaginação e criação na infância (2018b).
Arte e saúde mental
Vigotski (2018a) destaca que o meio sociocultural constitui a fonte de desenvolvimento humano. Entretanto, na ausência de determinadas formas ideais de mediação presentes no ambiente sociocultural, o pleno desenvolvimento de tais capacidades pode ser comprometido. O autor exemplifica essa ideia com o caso hipotético de uma criança que, ao crescer em um ambiente de pessoas surdas, pode até desenvolver o balbucio – expressão vinculada a aspectos biológicos –, mas não desenvolverá a fala sem o estímulo adequado. “[...] isso significa que o meio é a fonte de todas as características especificamente humanas [...]” (Vigotski, 2018a, p. 88).
Dessa forma, nos casos de sofrimento e adoecimento psíquico, a ausência de recursos no meio sociocultural que promovam o desenvolvimento emocional e a maturidade dos sujeitos, essenciais para a formação de indivíduos capazes de lidar conscientemente com as contradições de sua realidade, impede que eles enfrentem e superem as adversidades advindas do contexto em que vivem. É essencial que

existam meios e instrumentos que possibilitem ao sujeito agir, pois esses recursos só serão internalizados e utilizados como recursos individuais a partir das interações – de função interpsicológica para intrapsicológica.

Nesse aspecto, considerando que a Psicologia Histórico-Cultural fala de um desenvolvimento cultural, é possível promover o desenvolvimento socioemocional, em uma perspectiva crítica, por meio do diálogo com a arte. Vigotski (1999) descreve que a arte, enquanto um potente mediador simbólico na constituição psíquica humana, desponta como um instrumento para a análise consciente dos indivíduos sobre os fenômenos de sua vida. Se, por um lado, as produções artísticas carregam marcas do contexto social e histórico em que foram criadas, inserindo o indivíduo em uma rede de significações coletivas, por outro, a experiência artística permite a ressignificação desses sentidos, possibilitando novas compreensões.

Vigotski (1999) entende a arte como um meio mediador para a constituição psíquica do ser humano, sendo capaz de promover saúde mental ao proporcionar novas formas de mediação simbólica, reorganização emocional e desenvolvimento da consciência. Para ele, a arte não se reduz a um reflexo da realidade, mas configura um meio de transformação das experiências subjetivas, pois permite que os indivíduos lidem com seus afetos de maneira simbólica, canalizando emoções e reorganizando sentimentos de forma mais elaborada. Assim, a arte transforma, oferecendo caminhos para a criação de novas possibilidades de existência e expressão.

Ao ampliar o repertório simbólico e incentivar processos autorais, a arte cria oportunidades para a expressão, a reflexão e a construção de sentido sobre o mundo e sobre si mesmos, permitindo que os estudantes experimentem, criem e ressignifiquem suas experiências. Vigotski (1999) relata que a criatividade pressupõe um processo de criação, elaboração e maturação tanto biológica quanto social, uma vez que nenhuma produção humana é de cunho unicamente individual. Assim, o desenvolvimento possibilitado pela arte cria os fatores necessários para a estruturação de recursos simbólicos para a criança entender e atuar sobre os diversos fenômenos de sua realidade.

Vigotski (2018b), ao abordar o desenho, destaca que a transição das formas iniciais para estágios mais complexos está diretamente relacionada às transformações que ocorrem na infância e na adolescência, influenciadas pelas estimulações disponíveis nesses períodos. Segundo o autor, a imaginação tem como função a orientação para o futuro, e a prática artística é uma das principais forças para concretizar esse aspecto. Nesse contexto, a arte se apresenta como um recurso essencial para o desenvolvimento das habilidades e competências que sustentam o protagonismo dos estudantes. “A criação de uma personalidade criadora, projetada para o futuro, é preparada pela imaginação criadora que está encarnada no presente” (Vigotski, 2018b, p. 122).

Nesse sentido, a arte, sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, configura-se como um caminho relevante para a promoção da saúde mental na educação. Ao favorecer processos de simbolização, elaboração da experiência e ampliação da

consciência, a prática artística contribui para a construção de recursos internos que permitem aos sujeitos lidar, de forma mais crítica e mediada, com as contradições presentes no contexto educacional, reafirmando, assim, a importância de estratégias que transcendam abordagens individualizantes e que considerem a complexidade das relações sociais que estruturam o adoecimento.

Considerações finais

Diante do adoecimento psíquico no contexto educacional, evidencia-se a necessidade de abordagens que compreendam o sujeito em sua constituição social e cultural, distanciando-se de concepções psicologizantes. Nessa perspectiva, o diálogo com a arte, à luz da Psicologia Histórico-Cultural, emerge como um mediador na elaboração simbólica da experiência de sofrimento, uma vez que favorece a reorganização afetiva e a ampliação da consciência dos estudantes diante das contradições que atravessam o espaço escolar.

Ao favorecer o exercício criador e a imaginação projetiva, a atividade artística potencializa o enfrentamento das adversidades contemporâneas, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade dos estudantes de se posicionarem criticamente diante de sua realidade. Trata-se, portanto, de reconhecer na arte um recurso político para a promoção de saúde mental e para a formação de sujeitos historicamente implicados em seu próprio processo de humanização.

Referências

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. 7 aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018a.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Imaginação e criação na infância. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. Expressão Popular: São Paulo, 2018b.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Psicologia da Arte. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Geovane dos Santos da Rocha	**Doutorando(a)**	**UNIOESTE**
Elisabeth Rossetto	**Doutor(a)**	**UNIOESTE**

ARTE-CULTURA Como Ferramenta De Promoção Da Saúde Mental De Adolescentes Internos Do Sistema Socioeducativo: Um Relato De Experiência

Área temática
02. Técnico-assistencial

Resumo expandido
Adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime fechado são vulneráveis à ideação suicida em função da faixa etária em que se encontram e diversos agravantes do contexto violento em que estão inseridos. A saúde mental desses adolescentes nem sempre tem sido considerada nas ações previstas pelo processo socioeducativo, por vezes sendo conduzido com um caráter punitivo, fugindo de seus preceitos pedagógicos. Neste contexto, casos consumados de suicídio em uma unidade socioeducativa da cidade Belo Horizonte levaram a condução de ações para promoção de saúde mental por equipe multidisciplinar. Foram propostas como projeto de extensão universitária, em parceria com Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Vara Infracional da Infância e Juventude. Iniciado em 2019, tem sido conduzidas através de atividades lúdicas e artísticas. O presente relato foca em uma oficina em que os pesquisadores passaram a realizar visitas semanais ao CSEL,para teatralização da obra “O Mágico de Oz” que possibilitou, entre outros aspectos, refletir sobre a relação dos adolescentes com sua casa, sua família e o processo de institucionalização. No início da narrativa, a protagonista Dorothy vive em uma casa simples, pequena e completamente cinza, assim como todo o ambiente ao redor e seus tios. Um ciclone, então, a transporta junto de seu cão Totó para a Terra de Oz — um lugar colorido e visualmente agradável. Nos capítulos seguintes, ao encontrar o Espantalho, Dorothy expressa seu desejo de retornar ao Kansas, o que desperta a curiosidade do Espantalho, que não entende por que ela quer voltar a um lugar tão monótono. Dorothy responde,
então, que "não há lugar melhor do que o nosso lar" (BAUM, 2013).
Durante a dramatização desse diálogo — com uma das pesquisadoras interpretando Dorothy e um dos adolescentes no papel do Espantalho — duas questões se destacaram nas discussões que se seguiram. A primeira girava em torno do desejo de voltar para um lugar aparentemente sem atrativos. Todos os adolescentes concordaram com Dorothy, compreendendo que o "lar" vai além da aparência física da casa, sendo entendido como o espaço onde se encontra a família, com vínculos afetivos e pertencimento.Por outro lado, ressalta-se a importância da abordagem dialógica inspirada nas metodologias da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, como caminhos para revelar e compreender as situações de opressão vivenciadas pelos adolescentes (FREIRE, 2011; BOAL, 2010). Nesse contexto, as oficinas desenvolvidas buscaram assumir o papel de "atividades de evasão" — entendidas como ações que oferecem ao indivíduo uma pausa de si mesmo, suspendendo momentaneamente a percepção do ambiente em que vive e para o qual é

condicionado (GOFFMAN, 2015, p. 249). O objetivo foi favorecer um espaço de expressão espontânea, promovendo a construção coletiva de significados por meio de estratégias que incentivassem a fala, mesmo quando as ideias ainda não estivessem totalmente formuladas.

A segunda questão surgiu de forma recorrente e com grande envolvimento emocional por parte de um dos adolescentes: ele se perguntava, insistentemente, o que estaria acontecendo com os tios de Dorothy no Kansas enquanto ela vivia suas aventuras em Oz, já que o livro não oferece essa perspectiva. Essa inquietação se repetiu durante os dias de teatralização e revelou um desejo de saber o desfecho da história, como uma forma de aliviar a ansiedade. Tal preocupação pode indicar uma identificação com a personagem e possivelmente refletir uma desconexão ou ausência de informações sobre sua própria família e vida fora da instituição. Esse envolvimento foi favorecido, também, pelo fato de que a maioria dos adolescentes não conhecia previamente a história, o que tornava cada capítulo uma descoberta.

Concluiu-se que,através da arte como estratégia de abordagem de assuntos delicados, porém com maior leveza, em função dos objetivos das ações, ou seja, identificar e atuar sobre a ideação suicida, foi possível perceber a assertividade da proposta metodológica, uma vez que foi possível realizar inferências importantes sobre a saúde mental dos adolescentes, além de ter proporcionado maior entendimento entre as partes, com compartilhamento de vivências e sentimentos. Assim. conclui-se que as atividades possibilitaram acesso aos adolescentes e as nuances das percepções que constroem no processo de socioeducação em regime fechado, além de possibilitarem o embasamento de ações de enfrentamento direto à ideação suicida.

Referências

BAUM, L. Frank. O mágico de Oz. Tradução de Sérgio Flaksman. São Paulo: ZAHAR, 2013.

BOAL, Augusto. O Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro:

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012.Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

Civilização Editora, 2010.FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 9ª Ed. São Paulo, Perspectiva, 2015, 312 p.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Janaina Bastos dos Santos	**Mestre(a)**	**UNA**
Guadalupe Rodrigues Braga	**Mestre(a)**	**UFMG**
Marcelo Rodrigues Batista	**Mestre(a)**	**UFMG**
Adriana de Souza Medeiros Batista	**Doutor(a)**	**UFMG**

A Ascensão da Extrema Direita no Brasil e seus Impactos na Atenção Básica à Saúde em Florianópolis

Área temática
02. Técnico-assistencial

Resumo expandido
A crise financeira de 2008, marcada pela falência do mercado de financiamentos imobiliários norte americano, afetou o Brasil com maior profundidade em 2012. O avanço da extrema direita no Brasil surge como uma forma de lidar com as consequências dessa crise e tem como um de seus marcos iniciais as Jornadas de Junho de 2013 - um movimento que surge a partir de pautas relacionadas ao direito ao passe livre, que foi rapidamente cooptado por setores da direita organizada. Nesse cenário, nem mesmo o projeto de neoliberalismo progressista promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) foi capaz de atender às demandas dos setores dominantes do capital financeiro, o que culminou no golpe parlamentar que resultou na destituição da presidenta Dilma Rousseff (NUNES, 2022).
Esse processo histórico desencadeou um aprofundamento de uma forma de lidar com os recursos públicos, que podemos chamar de gestões neoliberais - a nível municipal, estadual e/ou federal - pois captura a política institucional e a tensiona para agir a partir dos interesses corporativos e financeiros do mercado. Podemos ver uma fragilização do sistema representativo do estado liberal como expressão, ainda que bastante timidamente, dos diversos setores da sociedade para um dispositivo de blindagem de interesses econômicos de uma elite fragilizada pela crise (NUNES, 2022).
Nesse contexto, vemos um ponto na conjuntura política e econômica com a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, conhecida como “PEC do Teto de Gastos”, durante o governo de Michel Temer. Essa medida impôs o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, impactando diretamente áreas fundamentais como saúde e educação. Uma das consequências dessa política foi o desmonte da Atenção Básica à Saúde (AB). Um exemplo disso é a Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que revogou os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), reduzindo os recursos e a estrutura disponíveis para o trabalho das equipes multiprofissionais e comprometendo a integralidade do cuidado ofertado à população (VARGAS, 2023).
O NASF teve um papel central na estruturação e consolidação do trabalho da psicologia nas AB e de outros profissionais que compõem as equipes multiprofissionais. Este programa do Ministério da Saúde, implementado pela portaria Nacional n° 154 de 24 de janeiro de 2008, visava aprimorar a capacidade de respostas das equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), qualificar a AB e fortalecer a integralidade do cuidado. A partir da revogação do NASF, os gestores municipais ficaram responsáveis por determinar a composição das equipes multiprofissionais, a carga horária e os arranjos de equipe. Em Florianópolis,

decidiu-se constituir as equipes multiprofissionais (E-multi) com no mínimo dois profissionais (VARGAS, 2023).

Com a implementação dessa medida, identificamos em nossa prática profissional, no caráter de estágio profissionalizante em Psicologia, diversas dificuldades enfrentadas pelas E-multi na AB, especialmente no que diz respeito à atuação da psicologia, sendo aspectos dessa experiência que pretendemos compartilhar aqui. A realidade das E-multi nos territórios onde atuamos evidencia uma significativa defasagem de profissionais. Em 2025 a rede da AB no município conta com apenas 17 psicólogos(as) contratados(as), o que tem gerado sobrecarga de trabalho e reforçado uma lógica de atendimento ambulatorial, em detrimento de uma atuação ampliada e territorializada. Essa escassez não se restringe à psicologia, mas afeta também outros profissionais que compõem as equipes. Observamos a ausência frequente de assistentes sociais, nutricionistas, fisioterapeutas e educadores físicos em diversos centros de saúde, considerando que esses profissionais costumam estar alocados em três a quatro unidades básicas de saúde simultaneamente.

A falta de profissionais impacta diretamente tanto a qualidade dos atendimentos oferecidos à população quanto o processo de formação continuada das equipes. O apoio matricial, um dos pilares da educação permanente, tem como objetivo central a troca de saberes entre os diferentes profissionais e a construção coletiva dos projetos terapêuticos singulares (CFP, 2019). Porém, em nossa experiência, essa prática tem se mostrado frágil, devido à ausência de parte significativa da equipe, fazendo com que os encontros de matriciamento majoritariamente, ocorram apenas com a participação da psicologia, junto aos residentes e profissionais de medicina e enfermagem.

Outra categoria impactada são os agentes comunitários de saúde (ACS), que têm sido reduzidos ao longo dos anos. A última portaria da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), de 2017, prevê o mínimo de apenas um agente por equipe (FARIA, 2020). Esse cenário na nossa atuação, revela a sobrecarga dos ACS diante de tarefas de cunho burocrático e administrativo, o que tem dificultado o processo de territorialização do serviço, assim como compromete a capilaridade do cuidado, já que esses profissionais são os responsáveis por mediar o vínculo entre o serviço de saúde e os moradores do território.

Ademais, na gestão de Florianópolis, o atual prefeito Topazio Neto, aprofundou a inserção das Organizações Sociais (OSs) no funcionamento das ABs e UPAs. Essa disputa sobre qual deve ser a forma de gestão dos dispositivos de saúde em Santa Catarina se aprofundou durante o governo do estado de Raimundo Colombo (2011-2018), que tomou como uma das medidas para lidar com a agudização da crise estrutural do capital a inserção de empresas privadas no funcionamento dos serviços de saúde pública no estado. Além disso, Colombo propôs diferentes medidas para destruição do plano de aposentadoria das diferentes categorias do nosso município e priorizou a contratação de servidores do magistério estadual em caráter temporário (ACT's), lógica de contratação precarizada que vigora até hoje.

As consequências dessa política de precarização da saúde e da educação com enxugamento de verba aparecem no nosso estágio em psicologia, quando entramos

em contato com as escolas através do Programa Saúde nas Escolas (PSE). Assim como em outros contextos, os profissionais da educação precisam fazer malabarismos para lidar com os problemas que aparecem no dia-a-dia da escola, de forma com que não conseguimos ter tempo suficiente para debater caso a caso. Nesse sentido, buscamos construir estratégias de prevenção à saúde junto aos docentes, assim como, formas de melhorar as relações com os responsáveis pelos estudantes do território. Tentamos, então, construir uma perspectiva de saúde integral, a partir desse princípio do SUS, de forma que a construção de uma vida saudável não esteja dissociada da relação que as pessoas estabelecem com o território.

Para isso, buscamos refletir sobre a concepção de saúde que queremos construir como um coletivo interseccional, entendo-a como uma questão sócio histórica. Assim, reiteramos que só podemos ser saudáveis se houver espaços de lazer e cultura na cidade; uma melhoria do transporte público com a perspectiva da implementação da tarifa zero; com uma luta contra a privatização dos serviços públicos, como as AB e a COMCAP 100% públicas; com uma proteção ambiental e uma fiscalização comprometida com a regulamentação e abastecimento de água para toda a população (SAWAIA, 2020).

Entendemos como urgente a apropriação da história recente que agudizou o desmonte das políticas públicas nas APS. A destruição do NASF, a precarização do trabalho nas E-multi, a redução de agentes comunitários de saúde e a inserção das organizações sociais não são fenômenos isolados, mas políticas oriundas de uma lógica que privilegia determinados setores sociais em detrimento de outros. Por isso, esperamos que nosso relato possa contribuir na difícil tarefa de organizar coletivamente os profissionais da rede e usuários na luta cotidiana por um SUS verdadeiramente público, gratuito e de qualidade.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na atenção básica à saúde. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencaoBasica-2.pd. Acesso em: 15 jun. 2025

FARIA, R. M. de. A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 11, p. 4521–4530, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.30662018. Acesso em: 15 jun. 2025.

PEREIRA, Eliane Regina; SAWAIA, Bader Burihan. Práticas grupais: espaços de diálogo e potência. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

VARGAS, R. M. A história da inserção do psicólogo na atenção primária à saúde de Florianópolis: concepções e práticas. 2023. Trabalho de Conclusão de Residência (Residência Multiprofissional em Saúde da Família) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Marina Fantin	**Graduando(a)**	**UFSC**
Felipe Valente Antonakopoulos	**Graduando(a)**	**UFSC**
Zuleica Pretto	**Doutor(a)**	**UFSC**

A bioescritura como instrumento de promoção do bem viver: um relato de experiência

Área temática
03. Sociocultural

Resumo expandido
A Psicologia atual, adotando a perspectiva decolonial, demonstra a tentativa de superar práticas eurocêntricas e medicalizantes, em prol da melhora do sofrimento psíquico, evidenciando a necessidade de resgatar as singularidades, considerando as pluralidades presentes nos modos de existir da população brasileira (Nogueira, 2022).
Sabendo que o cuidado potencializa transformações nas dimensões intersubjetivas e, consequentemente, na criação coletiva, entende-se que o ato de cuidar pode ser promovido através de processos artísticos, os quais podem ampliar o reconhecimento de si e de outres, de acordo com as urgências das vidas no presente (Flores Bayma, 2023).
Em relação ao ato de cuidar e os processos de criação artísticos, apresenta-se as bioescrituras. Ao buscar realizar uma dramaturgia e uma encenação autobiográfica, as bioescrituras advém das narrativas de histórias pessoais e familiares, formadas pelas encruzilhadas de memórias, invenções poéticas e as construções coletivas intersubjetivas, que dão sentido ao cuidado existir na relação com o outro (Flores Bayma, 2023).
O termo “bioescrituras”, traduzido neste texto em palavra escrita no plural, tenta traduzir as possibilidades de produções criativas e manifestações subjetiva, promovendo a ressignificação de vida, através da atuação, desenho e da escrita poética, ampliando o senso de pertencimento e reafirmação existencial (Flores Bayma, 2023).
As bioescrituras são primordiais para promover o empoderamento, a sociabilidade e para a minimização do sofrimento mental. Isso porque as forças produzidas pelos processos de criação em bioscrituras são percebidas como facilitadoras ao processo de identificação de similaridades entre histórias de vida e de promoção do cuidado de si e do outro, através do contato nas fronteiras intersubjetivas (Martini, 2019).
Considera-se que as bioescrituras podem ser formas de atuar com as potencialidades dos sujeitos, juntamente com ações coletivas, possibilitando a promoção do Bem Viver. Segundo Alberto Acosta (2016), a cosmologia indígena do “Bem Viver” remete à oportunidade de construir coletivamente uma nova forma de vida, valorizando a cultura, a ancestralidade e florestanias. Essa valorização, alinhada à atuação da Psicologia, promove práticas de cuidado direcionadas à si, à coletividade e à natureza de maneira integrada.
Relatar a experiência de uma oficina de instrumentalização em bioescrituras, vivida por docente e discentes de uma instituição de ensino superior privada, em Belém,

Pará, como parte da execução de um projeto de extensão intitulado “Experimenta_ações de Cuidado na Amazônia”, em abril de 2025.

A oficina integrou o projeto de extensão, com abordagem de pesquisa participante, considerando a produção colaborativa, o exercício da cooperação, integração e engajamento entre os participantes. A ação foi facilitada por uma professora de teatro, vivenciada por seis universitários e uma professora do curso de Psicologia em uma instituição de ensino superior privada de Belém, como parte da execução de um projeto extensão universitário.

A proposta inicial da oficina era instrumentalizar os discentes para realização das intervenções em campo, com grupos, a partir de processos de criação artísticos. Na primeira etapa, os participantes se dividiram em duplas, sendo um integrante se apresentava e o outro desenhava o rosto do parceiro, enquanto ouvia a apresentação, trocando de função posteriormente. As duplas se reuniram em círculo e cada participante se apresentou como se fosse o seu par, a partir do que ouviram da apresentação.

Na segunda etapa, os participantes realizaram alongamentos, direcionando a atenção para cada parte do corpo. Na etapa seguinte, cada participante desenhou o seu corpo, materializando as sensações que emergiram no alongamento, compartilhando, em seguida, as produções e as percepções adquiridas. Posteriormente, cada integrante juntou o desenho do próprio corpo com a ilustração do rosto feita pela sua dupla, construindo um mural com as ilustrações de todos os participantes, os quais, em conjunto, forneceram um título a cada desenho, conforme as interpretações e os sentimentos que emergiam.

Na etapa cinco, os participantes se dividiram em três grupos, encenando uma história vivida pelos integrantes ou por conhecidos. Após o planejamento e ensaio da atuação, eles foram orientados a encenar a história pela vivência real e presente.

Por fim, houve a discussão da encenação, conduzida pelas perguntas: “Como se sentiram atuando?” e “Como enxergam os colegas atuando?”.

Esta oficina articula as bioescrituras com a noção de Bem Viver, utilizando ferramentas corporais e artísticas, ampliando a visão de si e de outros, e respeitando os modos de existir no mundo.

No primeiro momento, foi mencionada a dificuldade de ouvir e desenhar o parceiro ao mesmo tempo, além do desafio de lembrar do que foi dito, mas que lembravam de elementos que causavam identificação.

Para Camillo e Maiorino (2012), escutar envolve acolher as palavras do outro, isto é, ouvir com abertura para compreender o mundo do outro. Geralmente, a prática da escuta ativa envolve não somente o foco no outro, mas também, na identificação que o ouvinte e o falante podem obter em valores e interesses.

Na proposta de alongamento e de materialização das sensações em desenhos, os relatos foram envolveram sensações de dor e relaxamento, evidenciando a falta de percepção do estado corporal nas atividades cotidianas e a necessidade de direcionar a atenção ao corpo.

Na etapa de análises do mural de ilustrações dos corpos dos participantes, foi possível evidenciar projeções, por meio dos significados atribuídos a cada desenho

presente, como um convite a se olhar por outra perspectiva. Para Seligman-silva (2018, apud Flores Bayma, 2023) ao narrar o outro e a si, é possível resgatar o sentido da própria vivência, como um portador de construções socioculturais e ancestrais.

Na etapa de encenação da história verídica, os participantes relataram o contato com as diferentes memórias de cada um, revelando aspectos subjetivos entre si, refletindo questões pessoais e grupais. Segundo Thaís Martini (2019), as produções artísticas se mostram efetivas na promoção de Bem Viver, já que há o cuidado com o corpo, emoções, expressões e silêncios internos, em que a atuação do profissional da saúde mental não se limita, exclusivamente, no cuidado com os aspectos mentais, mas reconhece a integração do bem-estar físico, mental, espiritual e relacional entre o indivíduo e a coletividade, como meio de resgate das próprias potencialidades.

As etapas da oficina foram construídas, primeiramente, com enfoque na percepção de si e do outro, por meio da expressão corporal e artística, principalmente, nas etapas de desenho e apresentação do outro, alongamento e expressão das sensações corporais. As etapas posteriores possibilitaram o contato com memórias, tanto as próprias, quanto de outros, em que, no convite para performar tais lembranças, o trabalho das bioescrituras foi evidenciado.

Nota-se que a escuta é afetada pelos filtros subjetivos de cada pessoa, representando um dos elementos das bioescrituras, já que a narrativa do indivíduo é construída a partir do compartilhamento das experiências entre o “eu” e o “outro” (Martini, 2019). Outrossim, ao desenhar e expressar corporalmente, os participantes ativaram uma escuta interna que se tornou forma para a escrita, para a arte e para o encontro intersubjetivo - fatores que revelam a relação entre as bioescrituras e o Bem Viver, ao reconhecer o corpo como território de memória, expressão e ancestralidade (Acosta, 2016).

Assim, destaca-se a importância da arte, nesse caso, da dramaturgia autobiográfica manifestada pelas bioescrituras, como um recurso de promoção do Bem Viver, associado à saúde mental, em que o cuidado direcionado a si e à coletividade é potencializado pelo resgate das memórias, da valorização da ancestralidade e do reconhecimento das próprias potencialidades.

Referências

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

CAMILLO, Simone de Oliveira; MAIORINO, Fabiana Tavolaro. A importância da escuta no cuidado de enfermagem. Revista Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 17, n. 3, p. 549-555, jul./set. 2012.

FLORES BAYMA, Roberta Bentes. Teatro Dadivoso: ritos e atos poéticos como práticas de cuidado de si e de outres. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2023. 221 p.

MARTINI, Thaís Ramos et al. O teatro como recurso terapêutico na Rede de Atenção Psicossocial de Florianópolis. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
NOGUEIRA, Simone Gibran. Libertação, descolonização e africanização da psicologia: Breve introdução à psicologia africana. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Beatriz Camille Moraes Mota	**Graduando(a)**	**UNIFAMAZ**
Iara Corrêa Ibiapina	**Graduando(a)**	**Graduanda em Psicologia Pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia - UNIFAMAZ**
Roberta Bentes Bayman Flores	**Doutor(a)**	**Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia - UNIFAMAZ**

A Educação Como Espaço De Saúde Mental: Diálogos Entre As Leis Nº 13.935/2019 E Nº 14.819/202 E Do Projeto Cuidado! Aqui Fazemos Arte! Promovendo A Saúde Mental Na Escola

Área temática
02. Técnico-assistencial

Resumo expandido
O cenário da saúde mental infantojuvenil no Brasil enfrenta desafios estruturais e políticos que comprometem a efetivação de um cuidado integral, apesar da criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a fragmentação dos serviços e a distância entre política formulada e prática dificultam ações intersetoriais Souza et al., (2020). Nesse sentido, a escola ocupa um espaço estratégico na promoção do cuidado e identificação precoce de demandas e encaminhamentos em relação com a saúde mental. Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se dá por meio da mediação simbólica e das interações sociais intencionais presentes no espaço escolar, tornando assim esse espaço importante para a escuta e a promoção de Saúde Mental.
A Lei nº 13.935/2019 garante a presença de psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação, reconhecendo a importância dessas categorias profissionais no fortalecimento do projeto político-pedagógico, no enfrentamento das desigualdades e na promoção de uma educação mais inclusiva, participativa e intersetorial. Do mesmo modo, a Lei nº 14.819 de 16 de janeiro de 2024, institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, com foco na articulação entre educação, saúde e assistência social. Nesse cenário, o projeto de extensão “Cuidado! Aqui fazemos Arte! Projeto de promoção à Saúde Mental nas escolas” (Edital nº 01/2024/SETI/UEF - ID 823), desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), propõe a implementação da lei 14.819/2024 e a articulação teoria e prática na promoção da saúde mental nas escolas públicas. A partir de metodologias lúdicas, expressivas e participativas, o projeto contribui para o fortalecimento de vínculos, a escuta ativa e o acesso aos direitos sociais. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar como os marcos legais da Lei nº 13.935/2019 e da Lei nº 14.819/2024, articulados com experiências concretas como o projeto “Cuidado! Aqui fazemos Arte! ”, contribuem para a consolidação de práticas intersetoriais de saúde mental na escola e quais problemáticas enfrentamos durante sua implementação.

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, vinculada ao projeto de extensão, realizado em uma escola pública de um município com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, com foco na promoção da saúde mental infantojuvenil. As ações são planejadas de forma colaborativa entre psicólogos, pedagogos, professores e estudantes. As metodologias incluem oficinas lúdicas, rodas de conversa e acompanhamentos individuais. Para produção desse resumo

foram analisadas as Leis nº 13.935/2019 e a lei nº 14.819/2024, cartilhas da RAPS, autores com base na Teoria Histórico-Cultural.

Apesar da promulgação da Lei nº 13.935/2019, que garante a presença de psicólogas (os) e assistentes sociais na educação básica pública, sua implementação enfrenta algumas dificuldades. A ausência desses profissionais nas redes municipais e estaduais é atribuída à falta de regulamentação local, à escassez de recursos e a uma concepção restrita da escola, ainda focada apenas em conteúdos pedagógicos. Essa visão limitada ignora as dimensões subjetivas e sociais do processo educativo e enfraquece a articulação intersetorial prevista nas políticas públicas (Souza et al., 2020).

A Lei nº 14.819/2024 institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, visa promover a integração entre educação, saúde e assistência social, ela também prevê diretrizes para grupos intersetoriais, planos de ação e avaliação. Contudo, sua efetivação depende da regulamentação local, financiamento adequado e práticas intersetoriais com um olhar não fragmentado. Concordamos com Souza et al. (2020) ao reconhecer que as implementações das políticas enfrentam diversos obstáculos, como a falta de estrutura física adequada, a insuficiência de equipes permanentes, a sobrecarga dos profissionais e a fragmentação das redes de proteção. Esses desafios são ainda mais agravados pelas vulnerabilidades sociais presentes nos territórios, que dificultam a efetivação de uma atuação intersetorial e territorializada. Além disso, persistem modelos pedagógicos punitivos e a negligência com a saúde mental nas escolas. É evidenciado resistências culturais que reduzem a Psicologia ao tratamento de transtornos mentais em uma visão hospitalocêntrica que dificulta a compreensão da clínica ampliada. Soma-se a isso o aumento de laudos psicológicos, que desconsideram o contexto social e promovem a medicalização e estigmatização da infância. Soma-se a esse cenário a deterioração das relações escolares, marcada por conflitos entre estudantes, docentes e equipe pedagógica, a falta de ética, de formação continuada e de políticas que incentivem a qualificação docente reforça uma visão biologizante do desenvolvimento humano, desvalorizando as dimensões subjetiva, crítica e relacional da educação.

Buscando efetivar o que nos respalda a Lei 14.819/24, temos o “Projeto Cuidado! Aqui fazemos Arte! - Projeto de Promoção à Saúde Mental nas Escolas”, ele é realizado em Corumbataí do Sul/PR. Esse projeto mostra-se como uma iniciativa de articulação entre os setores da educação e da psicologia que unem a teoria e prática a partir do desenvolvimento de atividades lúdicas, expressivas e artísticas. O projeto evidenciou a potência do brincar e da imaginação, conforme descrito por Vigotski (1991), para acessar conteúdos subjetivos que dificilmente seriam verbalizados de forma direta. Essas práticas estão alinhadas a princípios amplamente reconhecidos no campo da promoção da saúde mental escolar, que valorizam a escuta qualificada, o fortalecimento de vínculos, a prevenção de violências e o respeito à diversidade como fundamentos importantes para o cuidado e o desenvolvimento integral infantojuvenil.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2022), por sua vez, destaca os determinantes sociais da saúde mental e reconhece o ambiente escolar como um dos espaços privilegiados para ações preventivas e promotoras de bem-estar. Do ponto de vista dos impactos percebidos, destaca-se a ampliação da possibilidade de expressão emocional das crianças, o fortalecimento da autonomia, da autoestima, e a construção de um sentimento de pertencimento dentro da escola (Souza et al. 2020). Concluímos então que a escola deixa de ser apenas um espaço de ensino e passa a ser reconhecida como lugar de cuidado, convivência e transformação, sendo considerada a saúde mental como direito social fundamental e a educação como uma ferramenta de promoção a ela.
Deste modo, o projeto demonstra que é possível construir práticas significativas na escola, desde que haja formação contínua, sensibilidade institucional, comprometimento intersetorial e metodologias centradas no sujeito. Tais ações, articuladas à efetiva implementação das Leis nº 13.935/2019 e nº 14.819/2024, podem representar passos para a consolidação de uma atenção psicossocial integral, inclusiva e crítica no contexto educacional brasileiro. Entretanto, apesar dos avanços normativos e das iniciativas, persistem desafios estruturais, políticos e culturais no cenário brasileiro, como a falta de regulamentação local, a escassez de financiamento, e a permanência de visões reducionistas sobre o papel da educação e da saúde mental, ainda centradas na medicalização, na individualização do sofrimento e na lógica punitiva.

As Leis nº 13.935/2019 e nº 14.819/2024 representam avanços na promoção da saúde mental nas escolas, ao romperem com modelos medicalizantes e reforçarem o cuidado coletivo e interdisciplinar. No entanto, sua implementação exige mobilização política, investimento e formação continuada para qualificar a atuação ética e fundamentada dos profissionais. A experiência do “Projeto Cuidado! Aqui fazemos Arte! ” Demonstra que, com acolhimento, ludicidade e intersetorialidade, é possível concretizar essas diretrizes. É essencial compreender a escola como espaço de cuidado e pertencimento, e oferecer materiais práticos, como cartilhas e protocolos, que apoiem a atuação conjunta entre os setores, além de equipes permanentes nesses contextos. A formação continuada permite novas possibilidades para os profissionais e fortalece a ação em rede, priorizando o atendimento coordenado.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 238, p. 1, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 29 maio 2025.
BRASIL. Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Diário Oficial da União: seção 1,

Brasília, DF, ano 162, n. 13, p. 1, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm. Acesso em: 29 maio 2025.
BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Mental. 2022 Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental.
SOUZA, A. D. S.; AKSAHOSI, G. G.; MORATO, F. et al. Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 725-740, 2020.
VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Fabiola Martins da Silva	**Graduado(a)**	**UNESPAR**
Sandra Garcia Neves	**Doutor(a)**	**Universidade Federal do Paraná**
Raquel Franco Ferronato	**Doutor(a)**	**Universidade Federal do Paraná**
Lais dos Santos Fantinati	**Mestre(a)**	**Faculdade Unicampo**
Juliana Silva Rodrigues dos Santos	**Pós-graduando(a)**	**Universidade Estadual do Paraná**
Jaiane Bressiani da Silva	**Graduando(a)**	**Universidade Estadual do Paraná**
Isabella Michalski dos Santos	**Graduando(a)**	**Centro Universitário Integrado**

A escrita de si como ferramenta de intersecção entre arte e psicanálise: caminhos metodológicos para uma pesquisa implicada

Área temática
04. Teórico-conceitual

Resumo expandido
A arte e a psicanálise, ao longo da história, dialogam e se chocam em suas manifestações. De acordo com Birman (2019), o próprio Freud debruçou-se em compreender o ato de criação dos artistas, principalmente dos literatos, pensando a escrita ficcional como uma forma de inventar um novo mundo e dispor das coisas da realidade à sua maneira; até porque, a própria psicanálise apresenta uma função estética, já que Freud escrevia seus estudos de caso na estrutura de romances. Ainda, na contemporaneidade, a psicanálise e a escrita aproximam-se ao tentarem dizer o indizível (Birman, 2019). A grande questão é: a escrita pode ser considerada, para além de objeto de pesquisa, um instrumento metodológico? O presente resumo, na tentativa de responder a essa pergunta, tem como objetivo articular a escrita de si como ferramenta de intersecção entre arte e psicanálise. Para isso, utilizou-se do relato de experiência de duas pesquisas dos autores, articuladas com a investigação da feminilidade e do campo da saúde mental.
Nesse horizonte, a noção de “escrita de si”, tal como elaborada por Foucault (1992), revela-se como uma via potente de subjetivação, na medida em que a linguagem torna-se espaço de elaboração e invenção de si mesmo. Ao ser incorporada como prática metodológica em uma pesquisa implicada, essa escrita não apenas registra, mas transforma: ela articula o íntimo ao político, o singular ao coletivo, e, abre fissuras nos modos instituídos de ser e de saber. Quando entrelaçada à arte e à psicanálise, a “escrita de si” instaura uma cena na qual o sujeito pode se (re)inscrever simbolicamente, deslocando-se de identidades fixas para elaborar experiências singulares a partir do encontro com o outro e com a própria linguagem. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que não apenas observa, mas participa da constituição subjetiva, fazendo da pesquisa um processo ético-estético de criação.
É interessante observar como a escrita de si institui simbolicamente a criação da Psicanálise, já que, como já citado, Freud tinha um grande apreço pela literatura e isso manifestava-se em seus escritos, que evidenciam a estruturação de ficção para a elaboração da narrativa clínica (Birman, 2019). Logo, a escrita de si, constatada pela pesquisa em Psicanálise, permite que o inconsciente do escritor encontre escape nas cissuras da linguagem e possibilita a criação de algo novo.
Em se tratando da pesquisa em saúde mental, lida-se com um questionamento perene: como compreender a subjetividade (objeto da investigação) sem objetivá-la e correr o risco de universalismos? A escrita do diário de campo coloca a figura e a função do sujeito que pesquisa também no lugar de alguém localizado, com marcadores subjetivos inegociáveis. É na escrita que este sujeito, teleguiado pelo seu desejo de compreender algo (ou alguém), encontra meios para vazão de sua inquietação.

Em uma investigação cartográfica em um hospital psiquiátrico que visava compreender os modos de subjetivação e sexualidade de pessoas que vivenciam a hospitalização de longo prazo, Machado (2022) opta por um percurso metodológico no qual, ao invés de gravar as entrevistas realizadas, registrou sistematicamente suas impressões sobre os encontros com os moradores, o que foi alvo da análise posteriormente. Este recurso, sem medo da produção do viés de pesquisa, aposta naquilo que Freud anuncia em Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912): para ouvir o inconsciente, é importante compreender o psicanalista também como um sujeito do inconsciente e é justamente por esta relação de mão dupla que a psicanálise se faz viável (Machado, 2022).

Na pesquisa supracitada, é possível construir, por meio do diário de campo, uma narrativa para estas histórias entregues para o esquecimento em hospitais psiquiátricos a partir do dispositivo escuta-escrita. Aciona-se, com isso, duas ideias fundamentais para a evidência da relevância do diário de campo neste contexto: o direito à literatura como um direito fundamental, a partir do reconhecimento de uma história passível de ser lembrada e contada e a ideia da reconfiguração do arquivo proposta por Cvetkovich (Machado, 2022).

Nesta intersecção, encontra-se uma das importantes contribuições desta abordagem metodológica para o campo da saúde mental. Ao escrever sobre uma história, o pesquisador constrói um contraponto para a ideia do prontuário clínico, o qual pode ter como objetivo maior a redução do sujeito a seus sintomas e até mesmo um código no caso do hospital psiquiátrico, um registro que vista justamente o esquecimento. Usar a escrita do diário de campo é dar nomes, imprimir uma relação em uma narrativa. Portanto, não se trata apenas do sintoma do sujeito, escreve-se sobre um encontro fundamentalmente clínico e implicado, o que tira a ideia de uma saúde mental de uma proposta dicotômica e sem uma elasticidade técnica por parte dos profissionais, algo já sugerido por Sándor Ferenczi (Machado, 2022).

Por conseguinte, a aposta na escrita ficcional enquanto chave para a compreensão da realidade e do objeto de estudo, permite a valorização da potência de fabular e criar, não apenas para representar a realidade, mas para ressignificá-la, deslocando o olhar para um campo mais sensível e inventivo, de modo a ampliar as formas de produzir conhecimento, que passam a não apenas relatar o vivido, mas também a inventar novas realidades possíveis.

A partir disso, as pesquisadoras deste resumo realizaram o Trabalho de Iniciação Científica com base na escuta das personagens de dois contos da escritora brasileira Clarice Lispector, a fim de analisar a construção da feminilidade e da sexualidade feminina, guiando-se pela pesquisa em Psicanálise. Contudo, a análise das personagens, somente, não subsidia de forma completa o estudo, se for considerada de forma individual; as autoras optaram por colocarem-se por inteiro na pesquisa, realizando um exercício de escrita sobre os contos.

Na aproximação com o mesmo instrumento utilizado por Clarice Lispector, a escrita ficcional, as autoras puderam estabelecer uma relação de transferência com as personagens escutadas, e desse encontro simbólico nasce algo, uma nova

composição de palavras. Para Birman (2019), a narrativa psicanalítica e a narrativa literária podem encontrar um lugar comum, já que a primeira “é uma escrita de si realizada inicialmente pela figura do analisante e que pode ser transformada posteriormente numa escrita clínica realizada pela figura do analista” (p. 170), ou, neste caso, elaborada entre pesquisadora e objeto de pesquisa.

O uso da construção de uma escrita ficcional como metodologia para a compreensão da constituição da feminilidade e sexualidade feminina revela-se uma forma potente de reconhecer as possibilidades de deslocamentos do feminino que surgem do caráter subversivo da arte e da literatura, visto que, pela não existência de uma posição feminina dada, as mulheres precisam encontrar vias de escape para aquilo que não é nomeado (Kehl, 2016). Assim, as construções de mulheridades condensam-se na expressão literária de Clarice, na (r)existência simbólica das personagens escutadas e na produção da pesquisa pelas autoras.

A partir das duas metodologias apresentadas e suas contribuições para as temáticas pesquisadas, tensiona-se a posição hermética da pesquisa científica marcada por normativas típicas das relações de poder e a coloca em um lugar de co-criação, produzindo figurações da realidade. Para Donna Haraway (2000), pensar e criar figurações para a subjetividade contemporânea é tanto uma maneira de exercitar a imaginação para visualizar novos contornos à subjetividade, quanto uma forma de situar essa figura da subjetividade em determinado espaço-tempo social; é evidenciar novos possíveis.

Referências

BIRMAN, J. Cartografias do avesso. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. E-book (Formato: epub).

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos: estética, literatura e filosofia. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. v. 4, p. 271-275.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In. Tadeu, Tomaz (org). Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-118.

KEHL, M. R. Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. E-book (Formato: epub).

MACHADO, G. S. Modos de subjetivação, loucura e literatura: experiência Macabéa. Juruá Editora, 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Isabela dos Santos Pinheiro	**Graduando(a)**	**UNIVALI**
Esther Dalri Hauck	**Graduando(a)**	**UNIVALI**

Gustavo da Silva Machado	**Doutor(a)**	**UNIVALI**

A Experiência do uso do GAM em um CAPS II

Área temática
02. Técnico-assistencial

Resumo expandido
A construção da compreensão de que problemas da vida tem raízes na biologia remonta ao final do XIX e início do século XX, influenciados pelo discurso da Medicina Legal e pelo movimento da própria psiquiatria em buscar explicar tais fenômenos a partir das questões orgânicas dos indivíduos, desse modo o paradigma biomédico se tornou predominante (CAPONI, BRZOZOWSKI, 2011).
Em contrapartida, autores fazem críticas ao paradigma biomédico, como Szasz (1980), o qual critica o fenômeno denominado “doença mental”, por considerar que a vida e os desafios cotidianos não devem receber um diagnóstico, e indo além, chama de “mito” aquilo que a psiquiatra tem como objeto de cuidado e estudo.
A construção do modelo biológico do sofrimento, levou à manutenção do que foi chamado por Goffman (2015) de carreira moral do doente mental, sendo dividida em: período anterior à internação hospitalar, o período no hospital e por fim o período posterior à alta do hospital. Nesta perspectiva o autor afirma que ao passar por hospitalização psiquiátrica, a pessoa tem seu destino social alterado e passa então a ser chamado de doente mental.
Nesta perspectiva Foucault (2006) afirma que as drogas, referindo-se aos psicofármacos, eram utilizadas como um mecanismo de disciplina desde o século XVIII. Mas, é ao final do século XVIII que as drogas passam a ser utilizadas no sentido médico-legal, exemplificado por um médico italiano com objetivo de diferenciar se o indivíduo era louco ou simulava loucura, através da administração de altas doses de opiáceos. Durante o século XIX tornou-se prática comum em manicômios o uso de opiáceos, o nitrito de amila, o clorofórmio e o éter, além do interrogatório e da hipnose, práticas estas apontadas como um modo de reafirmar o poder médico.
Indo de encontro ao paradigma biomédico, a Gestão Autônoma da Medicação (GAM) surge no Canadá a partir da demanda de associações em prol da saúde mental e seus direitos por um suporte concreto a sujeitos que buscavam ter mais controle de seus relacionamentos com os medicamentos psicotrópicos utilizados (RRASMQ; AGIDD-SMQ; ÉRASME, 2019). Essa demanda foi organizada desde meados da década de 1990 por tais associações em conjunto com um grupo de pesquisa em Quebéc, e em 1997 foi lançado esse novo modelo de prática desenvolvido a partir dessa experiência acumulada. Esses grupos continuaram a desenvolver esta técnica levando ao lançamento do Guia de Gestão Autônoma da Medicação em 2001 e a cooperação com pesquisadores de outras regiões e países que possibilitou expandir esta prática para locais como a Espanha, Japão e o Brasil (RRASMQ; AGIDD-SMQ; ÉRASME, 2019).
O GAM foi trazido para o Brasil pensando em sua aplicação na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira e do Sistema

Único de Saúde. Para fazer esta adaptação, quatro universidades públicas brasileiras conduziram uma pesquisa nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, Campinas/SP e Novo Hamburgo/RS que contou com a participação de 3 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de um grupo que reunia representantes de diferentes CAPS de Campinas conduzido na universidade (ONOCKO CAMPOS et al, 2012).

Em janeiro/2025 os profissionais de saúde do CAPS II de Balneário Camboriú, organizaram e iniciaram o grupo GAM na unidade. A equipe responsável pelo grupo foi uma enfermeira, uma psicóloga e uma farmacêutica. Para melhor aproveitamento da atividade, foi solicitado ao Instituto de Psicologia da UFRGS, em parceria com a docente Analice Lima Palombini, cópias do manual do usuário, o qual recebemos um total de 50 exemplares para uso na unidade.

Após foi realizado divulgação aos usuários sobre o grupo, e solicitado a equipe técnica convidar os usuários a se inscreverem. Após período de inscrição, o grupo foi fechado em 10 usuários da unidade, o número foi definido a partir do espaço disponível para realização do grupo e para melhor qualidade das discussões.

No primeiro encontro, a partir das demandas dos participantes, foi acordado que a Cartilha do GAM ao término de cada encontro, ficaria armazenada na unidade garantindo que não seria esquecido nas reuniões posteriores e que todas as discussões e aprendizados fossem feitos presencialmente nesses momentos, além disso foram discutidos e pactuados alguns acordos de convivência, tais como: criação e utilização de Grupo de WPP exclusivo para trocas referentes às discussões do GAM, respeito às singularidades e tempos subjetivos de cada sujeito, tempo de tolerância de 10 minutos de atraso para cada encontro.

Ainda nesse primeiro encontro como estratégia de vínculo, aproximação e pertencimento ao grupo foi definido um apelido para cada participante associado à primeira letra do nome, inclusive as profissionais responsáveis pelo GAM.

Os encontros foram realizados com base na Cartilha do GAM, levando os debates propostos nela para os participantes e utilizando o instrumento como indutor para as conversas. A Cartilha é organizada em duas partes: Parte um, voltada para o conhecimento sobre si e autonomia, enquanto a Parte dois é voltada para as questões específicas das medicações: como por exemplo interações medicamentosas e informações sobre os medicamentos.

Nos momentos em que o GAM pede que preencha tabelas como de medicamentos ou de rede de apoio com endereços e números de contatos, os participantes faziam conjuntamente e se ajudavam.

Durante a realização do grupo o que vem se observando é o interesse dos usuários nas diversas temáticas trazidas pelo manual, levando ao desenvolvimento de senso de parceria e pertencimento. Além disso, um espaço de discussões acerca do uso racional de medicação, os direitos e deveres dos usuários, e principalmente um espaço de conscientização e discussão de autonomia sobre si e seu tratamento.

Por outro lado, no decorrer do grupo foi possível observar a falta de conhecimento sobre o uso da medicação, a função de cada medicamento em seu tratamento além dos direitos enquanto usuários do SUS e os diversos dispositivos na rede aos quais

podem acessar. Desse modo, o grupo também se tornou um espaço de psicoeducação sobre o próprio tratamento e o território.
Foi oportunizado, durante os encontros, aos acadêmicos de medicina acompanharem os encontros, reverberando positivamente no processo formativo destes futuros profissionais que trouxeram feedbacks muito positivos sobre a abordagem e a temática.
A partir desta experiência é perceptível a aplicabilidade da GAM em um contexto de proposição de um novo paradigma em Saúde Mental. Em uma perspectiva de emancipação terapêutica, para superação do paradigma biomédico é interessante a adoção de novas abordagens em saúde mental, como a Gestão Autônoma da Medicação.

Referências

CAPONI, Sandra, BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf. Ética e medicalização. Gestão de Assistência Farmacêutica. Florianópolis, Una-SUS: 2011.
FOUCAULT, Michel. O poder psiquiátrico. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2015.
ONOCKO CAMPOS, Rosana Teresa; PALOMBINI, Analice de Lima; SILVA, André do Eirado; PASSOS, Eduardo; LEAL, Erotildes Maria; SERPA JÚNIOR, Octávio Domont de; MARQUES, Cecília de Castro e; GONÇALVEZ, Laura Lamas Martins. Adaptação multicêntrica do guia para a gestão autônoma da medicação. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 16, p. 967-980, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/fZbvYyM4djqpCJTJFXTShvR/abstract/?lang=pt
RRASMQ (Regroupement des ressources alternatives en santé mentale du Québec); AGIDD-SMQ (Association des groupes d'intervention en défense des droits en santé mentale du Québec); ÉRASME (Équipe de recherche et d'action en santé mentale et culture). My Personal Guide - gaining autonomy & medication in mental health. Quebec: 2019. Disponível em: http://www.rrasmq.com/GAM/documents/GuideGAM-EN-2019.pdf
SZASZ, Thomas. Ideologia e doença mental: Ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Caroline Aparecida da Silva	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Bruna Fávero	**Pós-graduando(a)**	**ESP/RS**
Silvia Cansi	**Pós-graduado(a)**	**CAPS II**

Infância e a Família: Compreensão Existencial de Carta ao Pai

Área temática
04. Teórico-conceitual

Resumo expandido
Este trabalho compartilha uma compreensão sobre a constituição do sujeito e o sofrimento a partir das experiências da infância, articulando literatura e psicologia existencialista à luz da obra Carta ao Pai, de Franz Kafka. O estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto de extensão “Ateliê Psicologia e Literatura: Tecendo Análises Existencialistas sobre Temas Contemporâneos”, promovido pelo Núcleo de Pesquisa em Clínica da Atenção Psicossocial (PSICLIN-UFSC). O Ateliê tem como proposta articular literatura e psicologia, por meio da leitura e discussão de obras literárias à luz de referenciais existencialistas. Os encontros, realizados em grupo, envolvem estudantes, docentes, pesquisadores e profissionais. A atividade se baseia no método dialético e biográfico sartriano, o qual permite compreender o sujeito como projeto em constante totalização, observando como os acontecimentos vividos sempre em contexto relacional singular/universal são integrados à construção do ser e ressignificados ao longo do tempo. A partir disso, parte-se do pressuposto de que a escrita literária, especialmente quando autobiográfica ou confessional, pode operar como ferramenta de elaboração subjetiva e ressignificação das vivências, além de configurar uma maneira de compreender as características dos contexto social circundante. Em Kafka, a escrita da carta emerge como tentativa de compreender e nomear os efeitos psíquicos de uma relação paterna opressiva e autoritária, expondo o impacto das experiências infantis na constituição do ser. Assim, a análise de Carta ao Pai buscou evidenciar como a escrita funciona como ferramenta de elaboração da biografia, revelando as marcas do passado e, ao mesmo tempo, reorganizando-as sob um novo olhar. Na obra em questão, Kafka narra, em tom confessional, sua relação com o pai, marcada por autoritarismo, humilhação e sentimentos de inadequação. A carta revela episódios em que a autoridade paterna se impunha de forma rígida e contraditória, minando a autonomia do filho e moldando sua subjetividade a partir de um olhar opressor. Kafka descreve um ambiente familiar permeado pela desigualdade na aplicação de regras, pela ausência de reconhecimento e pela constante crítica, o que lhe gerou um sentimento de fracasso, medo e impotência. Em diversos trechos da obra, o autor evidencia como sua constituição subjetiva foi afetada pela tentativa de corresponder às expectativas paternas — um esforço frustrado que o levou à resignação e ao silenciamento. Frases como “fiquei internamente lesado” e “já não podia pensar nem falar” demonstram o impacto profundo dessas experiências na infância e juventude. À luz da psicologia existencialista, esses relatos permitem refletir sobre a constituição do sujeito como um ser-em-situação, que se constitui a partir da relação com o outro e com a materialidade do mundo. A infância, nesse contexto, é compreendida como o período inicial da constituição do projeto de ser, momento em que o sujeito começa a se apropriar de sua singularidade e de sua

liberdade. No entanto, como evidência Kafka, esse processo pode ser profundamente atravessado por dinâmicas relacionais autoritárias, que limitam a possibilidade de escolha e obscurecem o reconhecimento de si como sujeito de direitos. A escrita da carta, realizada já na vida adulta, representa um gesto de retomada dessa história: Kafka relê seu passado, o narra sob sua própria ótica e, ao fazê-lo, exerce sua liberdade ontológica ao transformar o que fizeram dele em matéria literária e crítica. Trata-se de um movimento de totalização e retotalização existencial, no qual o autor escolhe dar sentido à sua dor ao inscrevê-la no texto. A análise de Carta ao Pai também permitiu aprofundar a compreensão sobre a importância do reconhecimento na constituição do sujeito, bem como o papel da escrita como ferramenta terapêutica e existencial. A leitura da obra de Kafka possibilitou deslocar o olhar do sofrimento psíquico da lógica patologizante para uma compreensão que leva em conta os atravessamentos históricos, relacionais e afetivos, resgatando a complexidade da constituição do sujeito. A carta não se reduz a um desabafo individual: ela se constitui como crítica às dinâmicas familiares hierarquizadas e como manifesto sobre a complexidade das relações humanas. Ainda, ela revela formas de violência simbólica presentes nas relações familiares, que muitas vezes permanecem naturalizadas, constituindo de forma profunda a experiência de si e do mundo, especialmente na infância. O texto de Kafka evidencia que, mesmo diante de contextos opressivos, a liberdade permanece como possibilidade ontológica — pois, conforme propõe Sartre, o sujeito é responsável por aquilo que faz com o que fizeram dele. Conclui-se, assim, que a leitura de Carta ao Pai, à luz da psicologia existencialista sartreana, permite compreender a infância como território crucial na constituição do sujeito, e a escrita como meio de apropriação e reinvenção da própria história. Kafka, ao escrever a carta, transforma a dor e o silenciamento da infância em narrativa crítica e potente, reafirmando sua liberdade de significar o vivido. O projeto de extensão que sustentou essa análise demonstrou que a articulação entre literatura e psicologia é um caminho fértil para produzir conhecimento, escuta sensível e reflexão. O impacto da leitura e análise dessa obra de forma coletiva foi significativo. Participantes relataram como os temas abordados, especialmente a influência das figuras parentais e o sentimento de inadequação, provocaram identificações pessoais e reflexões sobre suas próprias histórias e também sobre como a sociedade enxerga e reproduz essas dinâmicas familiares e afetivas. Isso implica que, ao reler e ressignificar suas experiências, o sujeito pode se reapropriar de sua existência e, ao fazer isso, transformar sua forma de estar no mundo potencializando o cuidado em saúde mental de forma crítica e criativa.

Referências

KAFKA, Franz. Carta ao Pai. Tradução: Modesto Carone. Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, Fernanda de Oliveira; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. A Literatura Para Situações: Um Recurso Para a Psicologia Existencialista. Editora Appris, 2024.

PRETTO, Zuleica. A psicoterapia existencialista como uma mediação para a reinvenção de biografias. In: ANGERAMI, Valdemar Augusto. (Org.). Psicoterapia sob Sartre. São Paulo: Artesã, 2022. p. 321-335.
PRETTO, Zuleica. Projeto de Extensão: Ateliê Psicologia e Literatura: tecendo análises existencialistas sobre infâncias e adolescências. Universidade Federal de Santa Catarina, 2023.
SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Sartre e a Psicologia Clínica. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. 290 p.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Yara Alexandre Reynaldo	**Graduando(a)**	**UFSC**
Mayara Floriani	**Mestrando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Zuleica Pretto	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

A influência da experiência estética na compreensão da inseparabilidade entre corpo-mente-ambiente e suas possíveis contribuições para a atuação do terapeuta que trabalha com traumas

Área temática
04. Teórico-conceitual

Resumo expandido
Durante séculos, a tradição ocidental sustentou uma concepção dualista que separa mente e corpo, atribuindo à mente um status superior, abstrato e desvinculado da materialidade da experiência corporal. Essa cisão teórica reverberou profundamente na constituição das práticas clínicas em psicologia, que historicamente privilegiaram a linguagem, a interpretação simbólica e a narrativa verbal como principais ferramentas terapêuticas, frequentemente em detrimento da escuta e atenção às dimensões somáticas e sensório-motoras do sujeito.
Entretanto, nas últimas décadas, as ciências cognitivas contemporâneas têm promovido uma virada paradigmática dentro do programa de pesquisa da cognição incorporada. Apesar das várias linhas de pesquisa existentes dentro do programa da cognição incorporada, todas se encontram no ponto comum que trata o corpo como elemento constitutivo da mente (LEITAN; CHAFFEY, 2014). Essa mudança amplia de forma significativa as possibilidades de compreensão e abordagem dos fenômenos psíquicos, especialmente no que se refere ao cuidado clínico de pessoas em situação de sofrimento traumático.
Um exemplo concreto da aplicação desse paradigma é a abordagem da Experiência Somática® (Somatic Experiencing® – SE), desenvolvida por Peter Levine (1997), que propõe uma prática terapêutica voltada para as manifestações psicofisiológicas do trauma. Tal abordagem enfatiza o direcionamento da atenção do cliente para suas experiências interoceptivas, proprioceptivas e cinestésicas, reconhecendo o corpo como lugar de inscrição, expressão e reorganização da vivência traumática. Diferente das abordagens que tratam o corpo como um elemento acessório, a SE® considera o corpo como mediador ativo na recuperação e reintegração da experiência.
Apesar do avanço dessas perspectivas, observa-se uma significativa defasagem entre o que propõem os novos paradigmas das ciências cognitivas e fenomenológicas e o que efetivamente se realiza nas práticas clínicas. Ainda persiste uma compreensão implícita ou explícita de que mente e corpo são instâncias separadas. Isto revela uma dificuldade histórica e formativa no campo da psicologia.
Esse cenário revela uma lacuna significativa entre os avanços teóricos promovidos pelos novos paradigmas das ciências cognitivas e fenomenológicas contemporâneas e sua efetiva assimilação nas práticas clínicas. A dificuldade em adotar uma compreensão integrada de corpo, mente e ambiente compromete não apenas a abordagem terapêutica, mas também a qualidade do trabalho clínico do profissional que deseja trabalhar no campo do trauma. Diante disso, torna-se

necessário investigar quais experiências ou processos formativos podem favorecer uma transformação desse olhar por parte do terapeuta. É nesse contexto que a experiência estética — compreendida aqui a partir do paradigma da cognição incorporada — emerge como um campo potencialmente fértil para promover uma compreensão e sensibilização profunda à inseparabilidade entre corpo, mente e ambiente.

Neste cenário, a presente pesquisa propõe investigar de que maneira a experiência estética — compreendida à luz da cognição incorporada — pode atuar como um catalisador na compreensão da relação mente-corpo-ambiente. Esta compreensão de estética está para além da concepção clássica da filosofia da arte e, colocando o corpo vivo e vivido e o ambiente como elementos essenciais para a experiência, compreende-se a estética como uma dimensão da cognição humana, presente em todas as nossas experiências cotidianas. (LEPORACE; FONSECA, 2021).

A hipótese que sustenta esta investigação é a de que, ao compreender a estética como parte da cognição humana, será possível tecer reflexões contributivas para a compreensão da relação mente-corpo-ambiente, facilitando o entendimento do corpo como elemento constitutivo da mente e, além disso, favorecer a experiência estética como colaboradora da formação e da prática clínica de terapeutas que atuam com traumas, a partir de uma abordagem corporificada da subjetividade. Acredita-se que a experiência estética, quando compreendida em sua dimensão fenomenológica e incorporada, pode servir como instrumento formativo e sensibilizador, auxiliando terapeutas a desenvolverem um olhar clínico mais atento à corporeidade do sofrimento e da cura.

Esta é uma pesquisa que está em andamento e o objetivo geral da pesquisa consiste, portanto, em compreender como a experiência estética pode contribuir para a assimilação do paradigma da cognição incorporada e quais são suas possíveis implicações para a atuação clínica de terapeutas que trabalham com traumas. Para alcançar esse propósito estão sendo analisados os fundamentos teóricos da cognição incorporada e sua proposta de superação da dicotomia entre corpo e mente, juntamente com a investigação do conceito de experiência estética sob a perspectiva da cognição incorporada, com foco em sua dimensão sensório-motora, afetiva e relacional. A partir disso, reflexões sobre como a experiência estética pode contribuir para a formação e a prática clínica de terapeutas que atuam com traumas, a partir de uma abordagem corporificada da subjetividade, emergem de forma potente.

Com base nesse referencial teórico, espera-se que os resultados da pesquisa possam oferecer subsídios conceituais e práticos para a qualificação da formação clínica de profissionais da psicologia, promovendo uma escuta mais sensível, ética e encarnada das experiências de sofrimento. Acredita-se que uma clínica que reconhece a inseparabilidade entre corpo, mente e ambiente é também uma clínica mais atenta à complexidade do humano, mais aberta à multiplicidade de expressões do trauma e mais disposta a se transformar a partir do encontro com o outro.

Referências

JOHNSON, M. The aesthetics of meaning and thought – the bodily roots of Philosophy, Science, Morality and Art. Chicago: University of Chicago Press, 2018.
LEITAN, N. D.; CHAFFEY, L. Embodied Cognition and its applications: A brief review. Sensoria: A Journal of Mind, Brain & Culture, v. 10, n.1, p. 3-10, 2014.
LEPORACE, C. P.; FONSECA, V. C. G. Experimentar o mundo a partir do corpo: estética como uma dimensão da cognição humana. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, n. 38, p. 227-244, 2021.
LEVINE, P. A. O despertar do tigre. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Mayra Cristina Fernandes Almeida	**Mestrando(a)**	**UNESPAR**

A Liga de Saúde Mental e Atenção Psicossocial como dispositivo indutor para a formação antimanicomial na saúde

Área temática
04. Teórico-conceitual

Resumo expandido
A Liga Acadêmica de Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LASMAP) é uma iniciativa de estudantes e docentes construída no curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Sua premissa é articular ensino, pesquisa e extensão, com foco transversal para uma formação crítica em saúde mental e defesa do modelo psicossocial de cuidado nas graduações da saúde. Nossas ações se pautam no compromisso social e ético, na defesa dos direitos humanos, do respeito à diversidade e da luta contra o estigma e preconceito nas vivências relacionadas ao sofrimento psíquico. Este relato tem por objetivo apresentar os temas desenvolvidos na LASMAP ao longo do ano de 2024 ao primeiro semestre de 2025, refletindo sobre seu papel como dispositivo indutor de processos formativos voltados à Atenção Psicossocial e seus princípios norteados pela Reforma Psiquiátrica e pela Luta Antimanicomial.

Em meio aos desafios contemporâneos e preconceitos envolvendo a saúde mental, a Liga Acadêmica de Saúde Mental e Atenção Psicossocial surge como um espaço de troca voltada para a ampliação do conhecimento e o fortalecimento do compromisso ético-social dos futuros profissionais da saúde. Bem como, fomenta uma reflexão crítica sobre as práticas em saúde mental, contribuindo para a redução do estigma e para a valorização do cuidado integral humanizado. Assim, a Liga representa não apenas um espaço de aprimoramento técnico-científico, mas também um compromisso com a transformação social, a defesa da cidadania e a promoção da saúde em sua dimensão ampliada.

O papel da liga transcende os objetivos puramente acadêmicos ao incentivar a reflexão sobre o cuidado em saúde mental a partir de uma perspectiva humanizada, integral e contextualizada, contribuindo para a redução do estigma e para o fortalecimento da cidadania. A liga também cria oportunidades para que os estudantes se aproximem da realidade dos serviços de saúde, permitindo a vivência em diferentes contextos socioculturais e o contato direto com as políticas públicas, em especial com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Dessa forma, as ligas acadêmicas, como espaços de resistência e reinvenção da aprendizagem, ocupam um papel essencial ao preencher lacunas da formação convencional. Elas ampliam as possibilidades de construção do conhecimento por meio de debates, ações extensionistas, pesquisas e trocas com a comunidade. Na LASMAP, os temas dos encontros são definidos a partir dos interesses dos membros e das possibilidades de diálogo com diferentes áreas da saúde, reconhecendo a complexidade da atenção psicossocial e a importância de múltiplos saberes para o cuidado em saúde mental.

Os encontros da Liga Acadêmica de Saúde Mental e Atenção Psicossocial são realizados quinzenalmente e duram em torno de uma hora e meia, sendo realizado um café coletivo no início de cada encontro. Foram realizados ao todo 17 encontros, analisados a partir de três eixos: 1) cuidado ampliado e arteterapia; 2) vivências nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial do município e escuta qualificada; 3) temas ético-políticos e narrativas de usuários nos equipamentos da RAPS. Nossos encontros são frequentemente conduzidos numa sala de dinâmicas, para propiciar um ambiente acolhedor e horizontal, principalmente por meio de rodas de conversa. A divulgação dos Encontros é feita por meio de redes sociais, tendo a participação em média de 10 Ligantes por encontro, com participação frequente dos cursos de Psicologia, Enfermagem e Medicina, e são também abertos a todos os cursos e a comunidade externa.

Desde 2024, os temas colocados em pauta foram direcionados para oficinas de arteterapia, discussões sobre o atendimento clínico não convencional e o cuidado ampliado, o dia a dia e encaminhamento na(o) RAPS/CAPS, o processo de ouvir vozes e o cuidado com quem sofre e a invisibilidade com quem cuida. Para a ampliação da discussão, houve participações de professores universitários e usuários das redes de saúde pública, com o intuito de possibilitar uma escuta qualificada das experiências vivenciadas por aqueles que frequentam cotidianamente esses espaços. Ao final do encontro é disponibilizado um formulário para presença e avaliação do encontro, dentre as apreciações destaca-se comentários como “maravilhoso, estávamos em um espaço convidativo, além de toda a troca e conhecimento”, “Ótimo experiência, muito enriquecedora e abriu novas perspectivas sobre o acolhimento, cuidado e atenção aos usuários do SUS, em suas diversas áreas.” e “Nunca tinha participado de nenhum encontro de nenhuma liga antes, foi uma experiência incrível e me fez refletir e ter mais curiosidade sobre os assuntos”.

O presente trabalho destaca a relevância de integrar teoria e prática no ambiente universitário, compreendendo-o como um espaço fértil para a articulação crítica entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, as ligas acadêmicas se consolidam como importantes instrumentos de resistência ao modelo tradicional de aprendizagem, ao promoverem espaços potentes de debate, reflexão crítica sobre a vida acadêmica e o incentivo à construção de uma psicologia com compromisso social em uma perspectiva humanizada, que contribui para construir reflexões sobre o cuidado em saúde mental e o fortalecimento da cidadania.

Portanto, a Liga Acadêmica de Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LASMAP) tem um impacto profundo nas atividades discentes da graduação, baseada nos princípios do SUS, destaca e fortalece a escuta qualificada e práticas não medicalizantes, cria um espaço de resistência institucional, produz vínculos e amplia o olhar para políticas públicas e ações de prevenção e cuidado. De todo modo, permanece a dificuldade de integração das ligas com a grade curricular e a participação conjunta de outros cursos da saúde e da comunidade externa.

Referências

CAVALCANTE, A.S.P et al. As ligas acadêmicas na área da saúde: lacunas do conhecimento na produção científica brasileira. Rev. bras. educ. med., v. 42, n. 1, jan-mar, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/k7qRfT6dmKPXk4Rx49TVBQw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 01 set. 2024.

GONSALVES, D. G et. al. Ligas acadêmicas em saúde: uma revisão sistemática e proposta de checklist norteador de novos estudos. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 48, n. 1, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/p9d8fPDH4YZKDq8zQBRqj7g/?lang=pt. Acesso em: 01 set. 2024.

MONTEIRO, J.L.M et. al. Liga acadêmica de saúde mental para mulheres: relato de experiência em psicologia. Revista Nufen: phenomenology and interdisciplinarity, v. 15, n. 2, 2023. Disponível em: https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/nufen/article/view/24708/1250. Acesso em: 01 set. 2024.

MORENO, C. S et. al. Liga acadêmica de saúde mental: relato de uma experiência de educação interprofissional. Revista Diálogos Interdisciplinares em Psiquiatria e Saúde Mental, v. 2, n.1, 2023. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/dipsm/article/view/8680. Acesso em: 14 set. 2024.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Sofia Ostrowski Schulz	**Graduando(a)**	**UNIVALI**
João Fillipe Horr	**Doutor(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)**
Maria Antonia Ferreira	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)**
Tallita Emannuelly Souza Guilherme	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)**
Maria Alice Bruno	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)**
Maria Terezinha Dantas de Oliveira Pinheiro	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)**

Michele Emanuele da Silva	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)**
Eduarda Dambroski Sachweh	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)**

A Precarização do Trabalho e Saúde Mental: Estratégias para o enfrentamento do adoecimento laboral

Área temática
02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como objetivo discutir a relação do trabalho e a saúde mental, em especial de Assistentes Sociais, a partir de alguns apontamentos levantados pelo Projeto de Extensão “Envelhecimento e Saúde Mental: diálogos com assistentes sociais em exercício profissional”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esse tema torna-se relevante à medida que os índices de profissionais adoecidos por questões de saúde mental se avolumam. O trabalho do/a assistente social apresenta algumas particularidades que intensificam esse processo, devido à sua atuação frente à fome, desemprego, violência, etc. Para tanto busca-se apresentar, no primeiro momento, a estruturação produtiva na contemporaneidade e, no segundo momento, os impactos para o adoecimento e estratégias de prevenção e enfrentamento.

1. CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A partir dos anos 1990, intensifica-se no Brasil a precarização do trabalho, impulsionada pelo neoliberalismo, financeirização da economia e redução dos investimentos públicos em políticas sociais (Iamamoto, 2020; Raichelis, 2011). Essas políticas esvaziam direitos sociais ao tratá-los como custos, reforçando a lógica da mercantilização, terceirização e responsabilização individual.

Nesse contexto, o projeto neoliberal amplia a pressão sobre os/as trabalhadores/as para aumento da produtividade, entendida aqui como intensificação do trabalho e extração de mais-valor, com vistas à maximização do lucro. Isso resulta em desemprego estrutural, instabilidade contratual, salários rebaixados e o aprofundamento da exploração e alienação laboral, o que tem gerado expressivo aumento de adoecimentos físicos e mentais no mundo do trabalho.

Para Marx (1996), o trabalho é expressão fundamental da humanidade, pois envolve a capacidade de projetar, transformar a natureza e realizar a vida em sociedade. Contudo, sob o modo de produção capitalista, essa atividade torna-se alienada, pois o/a trabalhador/a se separa do produto, do processo, de sua essência genérica e dos demais seres humanos, é reduzido à condição de mera força de trabalho à venda no mercado.

A intensificação contemporânea dessa alienação, aliada às múltiplas formas de precarização, evidencia a urgência de uma resposta estrutural às desigualdades no mundo do trabalho. É fundamental, portanto, a defesa da ampliação e efetivação dos direitos sociais e das políticas públicas de proteção ao trabalho, como instrumento de enfrentamento à lógica perversa e desumanizante da precarização neoliberal.

A reforma trabalhista de 2017, no governo Temer, representou retrocesso na proteção dos/as trabalhadores/as. Ao flexibilizar contratos, enfraquecer sindicatos e a Justiça do Trabalho, ampliou a desigualdade nas relações laborais. Longe de corrigir distorções, atendeu a interesses empresariais, reduzindo custos e aumentando a informalidade. Em vez de gerar empregos, cresceu o trabalho intermitente, a pejotização e o enfraquecimento dos direitos, aprofundando desigualdades. O ideário neoliberal legitimou contrarreformas do capital, com ataques a direitos e refuncionalização das políticas sociais. Isso agrava as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais e suas condições objetivas como trabalhadores/as (Castilho; Lemos; Gomes, 2017).

2. ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM SAÚDE MENTAL

Tal contexto neoliberal se “reconfigura” ganhando concretude, conforme Raichelis (2011), pelas contratações terceirizadas dos/as profissionais, contratos temporários, digitalização dos serviços, fragilização das leis trabalhistas, o que impacta no “[...] ritmo e na velocidade do trabalho, nas cobranças e exigências de produtividade, no maior volume de tarefas, nas características do trabalho intelectual demandado, no peso da responsabilidade (Raichelis, 2011, p. 433)”.

Nesse sentido, Amarante (2011) oferece importante aporte, sob a ótica do campo psicossocial, para a compreensão da estrutura produtiva, moldada nas bases exploratórias, pela intensificação laboral para gerar lucro, que reflete diretamente sobre as experiências de sofrimento mental dos/as trabalhadores/as e da

coletividade. Pensar essas dimensões, perpassa a compreensão de que toda a classe trabalhadora está sujeita a essa precarização, sendo impactada pela fragilização dos direitos sociais e trabalhistas. Ou seja, o/a trabalhador/a está inserido nessa estrutura que afeta sua subjetividade à medida que ele/a está constantemente sob as pressões laborais, em um cenário propício ao sofrimento mental.

A partir desses apontamentos, torna-se essencial para a categoria de Assistentes Sociais discutir acerca da sua inserção enquanto profissionais que sofrem com essas condições, especialmente, devido às particularidades do trabalho, que visam um projeto ético-político emancipatório, mas dependem dos meios de produção do/a empregador/a. Desse modo, são necessárias estratégias coletivas para a prevenção e enfrentamento do sofrimento mental no espaço laboral, tendo em vista o impacto sobre a coletividade dessas condições (Raichelis, 2011).

Sob essa perspectiva, no ano de 2024, foram realizadas rodas de conversas com Assistentes Sociais das áreas da assistência social e da educação, através do Projeto de Extensão “Envelhecimento e Saúde Mental: diálogos com assistentes sociais em exercício profissional”, que buscou discutir junto às profissionais os impactos dessas condições de trabalho na saúde mental e as estratégias utilizadas para a prevenção e enfrentamento. A partir das trocas, foram levantadas algumas situações expressas pelas participantes, como o excesso de demandas, as equipes reduzidas, infraestrutura inadequada e o desrespeito, por parte dos/as empregadores/as, dos direitos trabalhistas. Para tanto, foram levantadas estratégias de prevenção e enfrentamento dessas situações, enquanto formas de luta pela ampliação das políticas públicas e do orçamento para áreas prioritárias, como saúde, assistência social, educação, habitação, previdência social e segurança; e o fortalecimento da rede de atendimento em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS) e via saúde suplementar (planos de saúde).

Enquanto estratégia para a qualificação profissional indicou-se, nas rodas de conversa, a ampliação de cursos de capacitação, para efetivação do trabalho em rede; a disponibilização de supervisão do processo de trabalho da equipe; a produção e socialização de materiais temáticos e informativos para subsidiar o trabalho das assistentes sociais.

No âmbito acadêmico, sugeriu-se a ampliação de projetos de pesquisa e extensão, bem como da produção de artigos com a temática trabalho de assistentes sociais e

saúde mental, além da ampliação dos espaços de convivência para a interação da equipe profissional e interdisciplinar e, sobretudo, a disponibilidade de tempo na agenda para momentos de integração e confraternização, envolvendo apoio psicoterápico e outras modalidades, com caráter de continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário de desmonte de direitos e intensificação da precarização laboral, não se trata apenas de perdas materiais, mas também de impactos profundos na dimensão subjetiva da vida dos/as trabalhadores/as. As condições degradantes de trabalho, marcadas pela instabilidade, pela intensificação das cobranças e pela insegurança quanto ao futuro, têm provocado um crescente adoecimento físico e mental. A lógica neoliberal, ao naturalizar o individualismo, transfere a responsabilidade pelos fracassos e sofrimentos para o próprio sujeito, invisibilizando as determinações sociais do sofrimento psíquico.

Torna-se urgente refletir sobre as estratégias de enfrentamento que considerem o vínculo estreito entre saúde mental e as condições objetivas de vida, superando abordagens medicalizantes e centradas no indivíduo para adotar um olhar político e estrutural sobre o adoecimento contemporâneo. Os relatos das profissionais refletem o que Raichelis (2011, p.434-435) apresenta como “[...] o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social”, sendo essencial que os debates coletivos sobre essa temática se intensifiquem e se qualifiquem, visando a mobilização política de toda a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez Editora, p. 447-466, 2017.

IAMAMOTO, Marilda. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, Maria. C; IAMAMOTO, Marilda. V. (Orgs.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2020. p. 34-61. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/4_IAMAMOTO.pdf. Acesso em 30 maio 2025.

MARX, Karl. Os economistas. São Paulo: Nova Abril Cultural Ltda, 1996.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez Editora, n. 107, p. 420-437, set. 2011.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Eloisa Camilo Visentaener	**Graduando(a)**	**UFSC**
Eliete Cibele Cipriano Vaz	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Nicolas Belmonte	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

A Raiz Forte das Mulheres da Horta Comunitária: Gerando Novas Potencialidades de Vida Através do Trabalho Coletivo

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução:

A partir da minha pesquisa cartográfica do doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia da UFRJ, pretendo apresentar algumas mudanças na vida de nove mulheres, que ingressaram na horta comunitária agroecológica do Programa de Geração de Renda e Vida - Arte, Horta & cia vinculado ao Museu Bispo do Rosário/IMAS Juliano Moreira. O Programa possui duas oficinas, a saber: horta comunitária agroecológica e Atelier Fios do Rosário (costura, bordado, adereços e fantasias) e dois estabelecimentos comerciais - Bistrô Bispo e Loja B. O público alvo são pessoas em sofrimento psíquico e moradores do entorno do Museu Bispo do Rosário.

Objetivo:

O objetivo da pesquisa é analisar se a horta promove a expansão das potencialidades de vida das mulheres que participam da oficina horta comunitária agroecológica. Esta pesquisa está pautada no método da cartografia, trazendo as entrevistas realizadas com nove mulheres participantes da horta comunitária. Ao realizar as entrevistas coletivas é possível proporcionar uma multiplicidade de trocas de experiências, pois na medida em que as falas fluem há o encontro com diversas perspectivas sobre os assuntos. Além das entrevistas, fui trilhando através dos meus diários de campo. E o recorte da pesquisa está direcionado desde o início da horta, em janeiro de 2022, até julho de 2024, quando realizei as entrevistas. A pesquisa foi aprovada no comitê de ética.

Análise e resultado:

O Programa de geração de renda e vida tem o desafio de repensar a reorganização do trabalho, que não seja a mesma pertencente à lógica alienante ao mundo capitalista. Por isso a ideologia seguida é a da economia solidária, valorizando a vida e produzindo novas subjetivações através do trabalho em liberdade. Portanto, os espaços das oficinas são um verdadeiro laboratório de transformação e

descobertas de novas potencialidades, onde o fazer junto é a direção para o processo de experimentar o novo e permitir compartilhar os conhecimentos.

O Programa além de seguir os princípios da economia solidária, também, provoca deslocamento no sujeito para que o mesmo possa empoderar-se no seu próprio tratamento/cuidado e desenvolver habilidades para autogestão gerando o seu próprio valor como pessoa. Ou seja, não basta somente gerar renda, mas é de suma importância gerar a valorização de cada participante na oficina.

Ao entrevistar as nove mulheres eu sugeri que cada uma escolhesse o nome de uma hortaliça, para que fossem identificadas na pesquisa. Os nomes sugeridos foram: Manjericão Roxo, Hortelã, Alface, Couve, Alecrim, Rosa, Hortelã Pimenta, Capim Limão, Alface Roxo. Todas se consideram mulheres cisgenero. 77,8% se consideram negras, 22,2% são pardas. A maioria possui ensino médio completo. Seis mulheres estão na faixa etária entre 60 a 70 anos. Outras três estão na faixa dos 30 anos. 33,3% são viúvas, 33,3% são casadas, 22,2% são solteiras e 11,1% têm união estável. Todas recebem renda, sendo que 33,3% são aposentadas, 22,2% são pensionistas, 33,3% recebem salário e 11,1% recebem de acordo com o rendimento da sua própria produção. Elas moram com seus familiares e contribuem com as despesas da casa.

Trago alguns relatos das mulheres: “o meu desejo de estudar voltou. Eu sempre quis aprender a ler. Agora eu sei assinar meu nome, sei ler, conheço as letras”; “participar da horta fez eu sair da depressão, não saio daqui nunca mais”; “vocês não tem noção do bem que fizeram a mim. Aprendi a dizer não para os meus colegas, para não cair na tentação de beber e usar drogas”; “ a terra me dá vida, uma vida de paz! No trabalho os colegas querem puxar o seu tapete. Você é obrigada a trabalhar bastante para produzir mais e enriquecer o patrão. Na horta não tem competição”.

Considerações finais:

Fica nítido nesses relatos a ampliação da capacidade efetiva da vida dessas mulheres a partir do momento em que começaram a participar da horta. Há um retorno de suas vidas, que estavam apagadas devido às várias questões, como problemas econômicos, confinamento do próprio corpo, preconceito racial, estigma da loucura, violência doméstica, fatores que podem provocar adoecimento psíquico.

Essas mulheres nos ensinam que há uma produção coletiva de saúde, tendo a horta como instrumento facilitador de algo que é produzido junto com elas. É na

interseção que o coletivo se constitui, de um lado o sujeito e do outro a terra, o plantio. E o que interliga é justamente uma tecnologia leve, que valoriza o saber popular e, também, permite um trabalho coletivo que promova acolhimento e fortalece os laços afetivos. É através dos bons encontros que há um aumento da potência, da capacidade de existir, que possibilita a busca por liberdade, ou seja, bons encontros nutre a vida. Neste sentido, precisamos do alimento vivo, que respeita a diversidade da natureza quanto à diversidade humana. Ou seja, a vida da terra nutrir novas potências de vida.

Referências

KRENAK, Ailton. Conversa na Rede: Amar, Comer e Ser Comida. Entrevista concedida a Emanuele Coccia. Canal Selvagem: ciclos de estudos sobre a vida. YouTube, 22/11/2022. Acesso em 01/09/2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5Dd5aosNQPU

MERHY, Emerson Elias. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2014.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. v.2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Margarete dos Santos Araújo	**Doutorando(a)**	**UFRJ**
Thiago Benedito Livramento Melicio	**Doutor(a)**	**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Adatação Cultural do Sistema de Prevenção Comunidades que Cuidam ao Brasil e sua relação com a Atenção Psicossocial

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Este trabalho discute o processo de adaptação cultural do Sistema de Prevenção Comunidades que Cuidam (CQC) e suas possibilidades para promover uma abordagem comunitária como estratégia de atuação na atenção psicossocial. A Lei 10.216/2001, marco da luta antimanicomial, deslocou o cuidado do modelo institucional para a comunidade como lócus do cuidado em saúde mental. A criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em 2011, por sua vez, reafirmou a atenção territorializada, articulando dispositivos como CAPS, UBS, consultórios na rua e residências terapêuticas, reconhecendo o saber local e as condições concretas de vida como determinantes do sofrimento psíquico. Uma de suas prerrogativas é atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, rompendo com o foco puramente curativo, para programar ações de prevenção e promoção da saúde. Entretanto, retrocessos recentes na política de saúde mental, com a retomada de práticas hospitalocêntricas e abstencionistas, fragilizaram a RAPS e ampliaram desigualdades. Nos últimos três anos, o Governo Federal redirecionou esforços para retomar ações de prevenção e fortalecer o cuidado ampliado e territorial. É nesse contexto que se insere o projeto financiado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), no âmbito do Programa CRIA, envolvendo universidades brasileiras e instituições internacionais. Este relato apresenta a implementação das duas primeiras fases do CQC em duas comunidades de Florianópolis/SC, como parte de uma pesquisa que abrange oito territórios de intervenção em quatro capitais brasileiras. O projeto possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (protocolo Sigpex nº 7.552.255; CAAE nº 84379224.1.1001.0121) e segue a Resolução nº 466/2012 do CNS, assegurando o direito à informação, a voluntariedade, o anonimato e a confidencialidade. O CQC, é a adaptação cultural do Communities That Care (CTC), é um sistema comunitário de prevenção que busca promover trajetórias positivas para jovens. Diferencia-se por articular

componentes preventivos baseados em evidências, colocando a comunidade no centro do processo. Fundamentado no Modelo de Desenvolvimento Social, integra elementos das teorias da aprendizagem social e do desenvolvimento humano, propondo que comportamentos pró-sociais são favorecidos quando crianças e adolescentes têm oportunidades de envolvimento, desenvolvem habilidades e recebem reconhecimento, processo que é mediado pelo vínculo comunitário, escolar, familiar e entre pares. Sua implementação segue cinco fases: iniciação e preparação; organização e formação da coalizão comunitária; avaliação do perfil comunitário; elaboração do plano de ação; e implementação de uma intervenção preventiva e monitoramento. Ambas as comunidades passaram pelas fases de iniciação e preparação e de organização e formação da coalizão comunitária. As atividades envolveram mobilização de lideranças, moradores e profissionais, definição de coordenadoras e formalização de grupos responsáveis pela condução compartilhada do processo. As formações para lideranças-chave (OLC) abordaram objetivos e fundamentos do CQC, mobilização comunitária, uso de dados epidemiológicos, implementação de intervenções eficazes, avaliação contínua e fundamentação no Modelo de Desenvolvimento Social. A formação para a coalizão comunitária (OCC) incluiu módulos sobre prontidão comunitária, papéis e atribuições dos atores envolvidos e construção de visão de futuro, fortalecimento de vínculos e definição de objetivos concretos. Como resultado, cada comunidade elaborou uma visão compartilhada. A primeira comunidade, localizada na região central, é marcada por ocupação histórica, vulnerabilidade social e restrito acesso a serviços públicos. Historicamente enfrenta violência urbana, estigmatização e escassez de oportunidades educacionais e profissionais para jovens. A segunda, situada na região sul da ilha, vivencia rápido crescimento populacional, coexistindo áreas de preservação e urbanização intensa. Embora disponha de maior oferta de serviços, enfrenta desigualdade socioeconômica, ocupações irregulares e pressões decorrentes do turismo e da gentrificação. Apesar das suas diferenças, ambas as visões de futuro descritas pelas coalizões destacaram o desejo por espaços coletivos que promovam arte, educação, esporte e cultura como estratégias centrais para fortalecer vínculos, pertencimento e saúde mental de crianças e jovens. Esse entendimento aproxima-se de perspectivas que reconhecem a arte e a cultura como determinantes sociais da saúde, atuando nos níveis comunitários. No campo da ciência da prevenção, entende-se que práticas culturais e artísticas podem funcionar

como intervenções universais e seletivas, favorecendo habilidades socioemocionais, construção coletiva e engajamento a comportamentos protetivos. A visão descrita pelas comunidades é uma representação do projeto que a coalizão deseja para seus jovens e será um norteador durante a sequência da implementação. Os próximos passos incluem territorialização e coleta de dados sobre fatores de risco, vulnerabilidade e proteção dos territórios, subsidiando a definição participativa de uma intervenção preventiva baseada em evidências e alinhada às diretrizes do CQC. Até o momento, a implementação do sistema enfrenta alguns desafios como a baixa participação de moradores, a necessidade de incluir discussões sobre violência policial, contemplar marcadores sociais (raça, classe e gênero) no instrumento de adaptação, superar barreiras linguísticas e ampliar a representatividade juvenil. Esses aspectos reforçam a urgência de um sistema preventivo genuinamente latino-americano, que reconheça e contemple a diversidade sociocultural e a complexidade institucional brasileiras. Entende-se que o CQC apresenta uma possibilidade de decisões orientadas por dados locais, respeitando a singularidade dos territórios. Ao fomentar a articulação intersetorial, promove integração entre saúde, educação, assistência social e organizações comunitárias, reforçando estratégias territorializadas alinhadas à Reforma Psiquiátrica e a políticas públicas que compreendam dignidade e direitos humanos. Na contramão de propostas verticalizadas e normativas, aposta na capacidade comunitária de identificar demandas e protagonizar o cuidado em saúde mental, afastando-se de paradigmas biomédicos e moralizantes que marcam a contrarreforma psiquiátrica e modelos tradicionais de prevenção de cunho proibicionista. Na política de atenção psicossocial e nas práticas preventivas, a comunidade não deve ser apenas cenário, mas também ator e agente de cuidado. Sua centralidade traduz uma aposta ética e política: a de que o sofrimento psíquico e os problemas decorrentes do uso de drogas devem ser acolhidos no tecido vivo das relações humanas, sendo a prevenção construída em espaços de escuta e ação no âmbito dos movimentos comunitários.

Referências

FAGAN, A. A.; HAWKINS, J. D.; FARRINGTON, D. P.; CATALANO, R. F. Communities That Care: Building community engagement and capacity to prevent youth behavior problems. Oxford: Oxford University Press, 2019.

HAWKINS, J. D. et al. Early effects of Communities That Care on targeted risks and initiation of delinquent behavior and substance use. Journal of Adolescent Health, v. 43, n. 1, p. 15–22, 2008. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2008.01.022.

HAWKINS, J. D.; CATALANO, R. F.; ARTHUR, M. W. Promoting science-based prevention in communities. Addictive Behaviors, v. 27, n. 6, p. 951–976, 2002. DOI: https://doi.org/10.1016/S0306-4603(02)00298-8.

SCHNEIDER, D. R. et al. Communities That Care (CTC): Community prevention interventions. In: Handbook of Prevention Science. Cham: Springer, 2021. p. 371–380. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-62855-0_26.

SCHNEIDER, D. R. et al. Relatório técnico do projeto de pesquisa “Estudo piloto para a adaptação cultural do sistema de prevenção Communities That Care ao Brasil”. 2023.

FRANZOLOSO, T. Avaliação da fidelidade do processo de implementação piloto do sistema de prevenção Comunidades que Cuidam. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em:https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/257817

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Tallita Franzoloso	**Doutorando(a)**	**UFSC**
Cecília Luiza Sorgetz	**Graduado(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Gisela Mantelli	**Graduado(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Sara Ruth dos Passos	**Graduado(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

Tatiana Minchoni	**Pós-doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Daniela Ribeiro Schneider	**Pós-doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

Além do Rótulo

Área temática

03. Sociocultural

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido no primeiro semestre de 2024, como atividade final da disciplina JOR6211- Laboratório de Áudio e Radiojornalismo, cuja ementa propõe a *"Concepção, planejamento, execução e avaliação de programas laboratoriais de áudio e radiojornalismo para veiculação efetiva"*. Neste sentido, os estudantes da segunda fase do Curso de Graduação em Jornalismo devem propor atividade prática, sobre supervisão e orientação do professor da Disciplina, a respeito de tema de seu interesse e conforme um conjunto de formulações teóricas, associadas à linguagem e gêneros sonoros de produção Jornalística.

As atividades são desenvolvidas com base em um cronograma que prevê principalmente as etapas de *Briefing*; pré roteiro; produção; roteiro e edição/finalização. Assim, ao longo de algumas semanas o produto final deve ser elaborado e apresentado para avaliação.

Também como escopo do trabalho está prevista sua exibição na grade de programas da Rádio Ponto, webemissora vinculada ao Departamento de Jornalismo da UFSC. E a veiculação também é viabilizada com a exibição no App Spotify, o que confere aos produtos gerados na disciplina amplo acesso ao público em geral, não apenas àquelas pessoas ligadas ao Curso de Jornalismo.

Objetivos

O programa **ALÉM DO RÓTULO** teve como objetivo trazer informações sobre os transtornos mentais, que, segundo a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), "são caracterizados por uma combinação de pensamentos, percepções, emoções e comportamento anormais, que também podem afetar as relações com outras pessoas".[2] A conscientização e o entendimento sobre esses transtornos têm crescido nas últimas décadas com o advento das redes sociais, mas ainda persistem estigmas e preconceitos a serem superados. Neste trabalho, procurou-se dar voz às pessoas que lidam diariamente com transtornos como TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade), Ansiedade e Depressão.

Ainda segundo a OPAS, “Os sistemas de saúde ainda não responderam adequadamente à carga dos transtornos mentais. Como consequência, a distância entre a necessidade de tratamento e sua oferta é ampla em todo o mundo. Em países de baixa e média renda, entre 76% e 85% das pessoas com transtornos mentais não recebem tratamento. Em países de alta renda, entre 35% e 50% das pessoas com transtornos mentais estão na mesma situação.”

A ideia do projeto surgiu do fascínio e curiosidade da autora pelo mundo da saúde mental, assim como da carência de iniciativas que realmente escutem os portadores de transtornos, permitindo que sejam ouvidos além dos rótulos que frequentemente lhes são atribuídos. O principal objetivo foi dar espaço para que eles compartilhassem suas vivências e perspectivas sobre o que significa viver com esses transtornos.

Portanto, compreender um pouco sobre como as mentes das pessoas funcionam, como esses transtornos impactam seu cotidiano e de que maneira enfrentam os desafios que surgem foi o foco principal do trabalho.

Metodologia

A metodologia empregada na elaboração e produção do trabalho foi estruturada com base na formulação de Programa em linguagem radiofônica que, segundo Meditsch[3], *“é um sistema complexo que utiliza diversos elementos para comunicar, incluindo a voz humana, o conteúdo/texto, a entonação, a música, os efeitos sonoros e o silêncio. A oralidade é um aspecto fundamental, pois a mensagem é transmitida de forma direta e imediata, como numa conversa, embora seja mediada por um aparato tecnológico.”* Nesse sentido, foi concebido com a participação de seis convidados que vivenciam os transtornos em destaque - TDAH, Ansiedade e Depressão - formando uma mesa de bate-papo com a apresentadora, além de comentários da psicóloga Luciana Ventura de Castro sobre os respectivos distúrbios.

O trabalho foi dividido em três episódios, intitulados “Além do TDAH”, “Além da Ansiedade” e “Além da Depressão”. A pesquisa para sua realização foi baseada em livros, artigos, websites, estudos acadêmicos e entrevistas com psiquiatras e psicólogos. Esses recursos foram utilizados para construir as entrevistas da forma mais sensível e fundamentada possível.

Para acessar pesquisas, recorreu-se a fontes como o Ministério do Desenvolvimento Social e a Biblioteca Virtual em Saúde e sites da OPAS. Além

disso, entrevista com a psicóloga Luciana Ventura de Castro e o psiquiatra Marcelo Simi Czykiel, sendo que a entrevista com a psicóloga foi utilizada nos episódios.

Outra referência foi o livro "As Coisas que Você Só Vê Quando Desacelera: Como Manter a Calma em um Mundo Frenético", de Haemin Sunim, que aborda o caos da mente ansiosa e serviu como base para a formulação das perguntas do episódio “Além da Ansiedade”. Já o filme “Por lugares incríveis” , dirigido por Brett Haley e inspirado na obra homônima de Jennifer Niven também serviu como referência para o episódio “Além da Depressão”.

A produção foi organizada em quatro etapas: Pesquisa, Roteiro, Entrevistas e Edição. Na fase de Pesquisa, foi reunido o máximo de informações possíveis, por meio de livros, estudos e filmes, como “Por Lugares Incríveis*”*, que retrata a vida de uma pessoa com depressão e bipolaridade. Em seguida, na etapa de Roteiro, todo o material coletado foi o compilado de modo a construir um roteiro claro e acessível ao público geral.

Durante as entrevistas, foram buscadas respostas que vão além da teoria, respostas que apenas quem vive a realidade desses transtornos pode oferecer. A gravação e edição ocorreram no laboratório de Radiojornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, com o apoio dos técnicos Peter Lobo e Roque Bezerra. A edição foi realizada pela autora, utilizando o software Adobe Audition.

Uma peculiaridade do trabalho, nas fases de pesquisa e edição foi a escolha da trilha para cada episódio. A opção recaiu sobre artistas que admitiram publicamente serem portadores de algum dos transtornos retratados nos episódios. No caso do episódio “Além do TDAH” a música utilizada foi “Memories”, da Banda Maroon Five, cujo vocalista Adam Levine é portador do transtorno; o episódio “Além da Ansiedade” usou a trilha “Out of the woods”, de Taylor Swift, que se vale de batidas descompassadas que representam uma crise de ansiedade. Já o episódio “Além da Depressão” apresenta como fundo musical a música escrita por Renato Russo “Vinte e Nove”, que remete à quantidade de dias, 29, que o cantor passou em uma clínica de reabilitação.

Resultados

O trabalho foi avaliado na disciplina JOR6211- Laboratório de Áudio e Radiojornalismo, com nota final 9,0 (nove) no semestre 2024-1. Além disso, participou de seleções internas do Curso de Jornalismo, sendo escolhido como representante do Curso para o IV PRÊMIO RUBRA DE RÁDIO DE

UNIVERSITÁRIO, na categoria *Divulgação Científica (séries, programas ou campanhas de divulgação científica em rádio ou através de podcasting*). Também ficou posicionado no 2º lugar na categoria *Produção laboratorial em audiojornalismo e radiojornalismo (conjunto ou série)* do VIII EXPOJOR, Exposição de Pesquisa e Produção Experimental em Jornalismo.

Considerações Finais

Ter produzido o programa, de forma individual e ao longo de algumas semanas permitiu, ao final, exercitar – não sem alguma dificuldade – a prática de concepção, produção e apresentação de um produto sonoro. Além disso, tratar de um tema em evidência quando o assunto é a saúde e, mais particularmente, a saúde mental, trouxe um conjunto de perspectivas que até então a autora não possuía. E, principalmente, ter podido compartilhar histórias de vida e ouvir especialistas capazes de tornar acessíveis informações normalmente de acesso restrito, tornou o tema algo mais palpável e compreensível, permitindo o alcance dos objetivos propostos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Transtornos mentais - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>

ALVES, B. / O. / O.-M. Biblioteca Virtual em Saúde MS. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/>.

MEDITSCH, Eduardo (org.). Teorias do Rádio: textos e contextos. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005

Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/4D75ixy2I4ft75Ay25fKyP?si=isWK_SptTZOLGNGr7-Zx2g>.

Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/045ZeOHPIzhxxsm8bq5kyE?si=NtPos5gLRueYJ9TgIxbNlw>

Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/4cktbXiXOapiLBMprHFErI?si=MbkiF8UBRmCm9kHZis2utg>.

All the Bright Places (Por Lugares Incríveis). **Netflix**, fev. 28DC.

SUNIM, Haemin. As Coisas que Você Só Vê Quando Desacelera: Como Manter a Calma em um Mundo Frenético. SEXTANTE. 2012.

Heloísa Silveira Morimoto **Graduando(a)** **UFSC**

Ampliação de Atendimento - Ambulatório Didático e Social da Terapia Artística Sagres no SUS

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O Ambulatório Didático e Social da Terapia Artística Sagres está atendendo pacientes do SUS, no Centro de Saúde Fazenda Rio Tavares (CSFRT), em Florianópolis, desde outubro de 2024, com a ajuda financeira do Instituto Mahle. Através da Parceria entre a Sagres e a Escola Pública de Saúde - da Secretaria de Saúde Municipal de Florianópolis (SSMF) - estagiárias e supervisora oferecem oito vagas para pacientes,

distribuídos em dois grupos, com frequência semanal, sendo os pacientes indicados pela equipe de saúde. Esta é a primeira vez que a SSMF viabilizou uma parceria com empresa do terceiro setor. A equipe de saúde do CSFRT tem nos sinalizado que os pacientes estão envolvidos no processo terapêutico e, por outro lado, tem nos solicitado a expansão do atendimento, no sentido de oferecermos mais vagas para pacientes. Estamos propondo inclusive criarmos mais vagas para pacientes no atendimento terapêutico artístico, expandindo a atuação da antroposofia aplicada à saude. Nossa missão é desenvolver e promover uma Antroposofia viva, que atenda as necessidades e os anseios do Ser Humano contemporâneo nos âmbitos individual, social e sua relação com a natureza.

Consideramos de relevância para os profissionais da área da saúde, que conheçam um pouco do trabalho que estamos desenvolvendo, através da apresentação de um ou mais estudos de casos.

No início do processo, o paciente traz um pedido, relacionado com a sua busca por saúde física, emocional ou mental. O paciente começa realizando trabalhos

livres, os quais conduzem a terapeuta na compreensão do diagnóstico, necessidades e recursos do paciente, possibilitando o planejamento

terapêutico mais adequado. O paciente passa a elaborar uma sequência de atividades terapêuticas, a partir de meios e recursos artísticos

externos a ele e, disponibilizados pela terapeuta. Na medida em que o paciente vai utilizando tais meios e recursos artísticos, ele também vai mobilizando as próprias forças formativas presentes em seus membros constitutivos. Tal mobilização semanal possibilita ao paciente ir
se unindo às suas próprias formativas e, quanto mais essas forças se expressem no mundo físico através do fazer artístico, mais o paciente
vai percebendo que o faz a partir de suas forças interiorizadas e relacionadas com o si mesmo, fonte de bem estar interior e saúde. Sendo esta a meta terapêutica. Os encontros acontecem no âmbito social, em grupo de 4 pacientes por horário, mas o processo é individualizado, elaborado de acordo com a demanda e necessidade de cada paciente.

Referências

Principais linhas de atuação da Associação Sagres: Cursos e formação de professores e terapeutas; Atendimento terapêutico social; Promover
a Antroposofia e o autodesenvolvimento.

A equipe deste projeto utiliza uma ferramenta - no sentido da auto avaliação e aprofundamento da compreensão dos processos
terapêuticos e artísticos e das fases da terapia - fundamentada na metodologia dos sete processos vitais, proposto pela Terapeuta Artística Antroposófica Mariane Altmaier. As forças formativas são de natureza processual, estando presentes na configuração artística, na evolução das fases da terapia,
na intenção do paciente, na formação de ideias e impulsos por parte do terapeuta estagiário, sendo constantemente observadas e avaliadas, servindo de guia para o planejamento dos processos terapêuticos, até a alta do paciente. Essa avaliação envolvendo toda a
equipe de terapeutas e estagiárias ocorre em dois niveis: 1 - reuniões semanais para observar trabalhos de pacientes e proposições de
caminhos terapêuticos 2 - reunião mensal para a auto avaliação do trabalho da equipe e, também para o aprofundamento da compreensão da manifestação de doenças em relação com os motivos dos pacientes.

A equipe é formada pela coordenadora Leda Araújo - RTA 47, supervisora Vivian Tonial, assistente de supervisão Denise Izidoro, estagiária Thais Ienaga, estagiária

Dirce Guarda, estagiária substituta Hércia Cabral e a gestora do Projeto PICs Claudia Ota - RTA 42.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Thaís Marques Ienaga	**Especialização concluída**	**Associação Sagres**
Claudia Ota	**Doutor(a)**	**FAU - USP**
Leda Araújo	**Especialização concluída**	**Associação Sagres**
Vivian Tonial	**Especialização concluída**	**Associação Sagres**

Andanças do AT - loucura e cidade

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Impulsionada pelo Movimento da Luta Antimanicomial, a Reforma Psiquiátrica vem avançando no Brasil, permitindo uma reconfiguração dos modos de pensar o lugar da loucura e do louco na sociedade. Pessoas com algum diagnóstico prévio em saúde mental ou aquelas que fogem das normas sociais foram por muito tempo segregadas da convivência comunitária e asiladas, antes da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. A partir de então, temos buscado a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental, criando novos dispositivos e serviços para dar o suporte necessário ao cuidado em liberdade, incluindo esses sujeitos na cena social e em espaços de promoção de saúde e de socialização.

O projeto de extensão Universitária ATnaRede (Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) articula ensino, pesquisa e extensão há 27 anos, promovendo conexões das redes de cuidado e a multiplicação das possibilidades de vida das pessoas acompanhadas, buscando ampliar as formas e os espaços de expressão e conexão com o mundo, com os usuários acompanhados.

Durante essa trajetória, o trabalho se consolidou por meio da prática de estagiários e extensionistas, principalmente do curso de Psicologia, no acompanhamento de usuários da Rede de Atenção Psicossocial de Porto Alegre em suas atividades cotidianas. Os usuários encaminhados pela rede intersetorial trazem em suas histórias pessoais, dificuldades de gerenciar suas vidas e de circular livremente pela cidade, especialmente aqueles que possuem histórico de institucionalização. Busca-se com o Acompanhamento Terapêutico (AT) “alargar os modos de habitar a cidade, para que nela a diferença possa ter lugar”.(Palombini, 2022).

A modalidade clínica do Acompanhamento Terapêutico (AT) se faz ao percorrer caminhos com o acompanhado, sejam caminhos literais — ao andar pelo território em que vive —, sejam caminhos subjetivos e inconscientes, a partir da troca

transferencial experienciada por ambos, acompanhante e acompanhado, buscando multiplicar as possibilidades de vida ampliando as formas e os espaços de expressão e conexão com o mundo.

Dessa forma, a desinstitucionalização da loucura é um dos pilares para o estabelecimento do acompanhamento: é possibilitar que esses sujeitos, tidos como portadores de adoecimento psíquico grave, ocupem diferentes espaços e posições de estar e ser no mundo, não sendo fadados somente à segregação asilar ou doméstica. O que se almeja, é tensionar a pólis com a presença e participação do louco na cidade, fazendo uso de uma escuta singularizada (Costa, 2017).

Mas, como é acompanhar a loucura em meio às efervescências da cidade? Atuar como AT requer dispor de “jogo de cintura” frente às imprevisibilidades que a cidade e seus movimentos produzem no contato com a loucura. Em algumas cenas experienciadas, ao acompanhar uma jovem que viveu cerca de 12 anos em acolhimento institucional, afastada da família e marcada pelo diagnóstico psiquiátrico, os desafios do AT ganham visibilidade. Em sua interação com os transeuntes a acompanhada é percebida com desconforto por aqueles que são interpelados por ela: a fuga do olhar quando questionados de forma brusca por não cederem o lugar a alguém mais velho no ônibus; os silêncios constrangedores ao serem tocados literalmente em suas feridas (a jovem, ao ver uma ferida na cabeça de um senhor sentado no ônibus, tocou-a e questionou o que era aquilo); as risadas confusas e “sorrisos amarelos” em resposta às suas brincadeiras; os questionamentos sussurrantes à figura do AT: “Qual é o diagnóstico dela?”, “O que ela tem?”, ou ainda, “Ela tem autismo?”. Nessas cenas, é perceptível o que afirmou Costa (2017), o louco provoca um tensionamento nas relações sociais do cotidiano, ele mexe com as interações rotineiras dos cidadãos em meio às suas andanças em direção ao trabalho, à escola, à casa, dentre outros.

Nesse sentido, a reinserção social da loucura coloca em perspectiva o lugar que a sociedade ainda dá a esses sujeitos, por meio do silêncio às suas perguntas, da fuga do olhar e da atuação de não ter escutado. E é no encontro com essas situações que o AT se faz fundamental ao fornecer suporte para essas trocas e para a possibilidade de se estar presente nos espaços públicos — não de forma a intermediar a socialização do louco com a sociedade, tal como um tradutor, mas como uma companhia à qual ele pode recorrer e em quem pode confiar, sabendo que será escutado. Apesar de anos de silenciamento, de exclusão e de

institucionalização, a loucura se faz presente na pólis e tenta continuamente constituir seu lugar, tendo como um dos dispositivos clínicos a construção de pontes possíveis para a vida, proposta pelo Acompanhamento Terapêutico.

Referências

BELLOC, M. M.; CABRAL, K. V.; PALOMBINI, A. D. L.; OLIVEIRA, R. W. D.; TINOCO, S. G. Além dos muros: acompanhamento terapêutico como política pública de saúde mental e direitos humanos. In: O acompanhamento terapêutico na desinstitucionalização. p. 58, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

COSTA, Ana Paula Carvalho da. O acompanhamento terapêutico na desinstitucionalização. In: BELLOC, Maria Mercês; CABRAL, Kássia Virgínia; PALOMBINI, Aline de Lacerda Lima; OLIVEIRA, Renan Wellington de; TINOCO, Suely Gonçalves (org.). Além dos muros: acompanhamento terapêutico como política pública de saúde mental e direitos humanos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. p. 47.

HIRDES, A. A Reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re)visão. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 297-305, 2009.

PALOMBINI, A. D. L.; PASINI, V. L.; ECKER, D. D. I. Linhas do tempo: acompanhamento terapêutico na rede pública. 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Vera Lúcia Pasini	**Doutor(a)**	**UFRGS**
Amanda Carolina Oliveira de Campos	**Graduando(a)**	**UFRGS**
Danyelle de Fátima Sesca Chaves	**Graduando(a)**	**UFRGS**

Anti-histórias como dispositivo de pesquisa em Saúde Mental

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

A proposição de anti-história deste trabalho emerge do universo analítico acerca do desenvolvimento narrativo — na produção de história de vida, indicada por Bourdieu (2006) e dos usos da noção de história criticados por Nietzsche (1983) — com a finalidade de adensar o escopo metodológico para escuta do dizer sobre si no campo das Ciências Humanas e Sociais. A provocação para uma percepção anti-histórica das narrativas surge durante uma pesquisa em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Espírito Santo, a fim de compreender de que maneira as práticas institucionais implicam e são implicadas pela experiência de narrar sobre si de seus usuários e usuárias, dentro e fora dos consultórios. A aposta em tratar certas narrativas como anti-histórias repousa sobre seu reconhecimento como uma produção polifônica, na qual diversas vozes operam as enunciações, e como um modo de trans(borda)mento da história linear, razoável e totalizante, por vezes privilegiada nos espaços institucionalizados.

A pesquisa se constitui a partir do trabalho de campo, realizado em um CAPS do interior do Estado do Espírito Santo durante três meses, e das leituras das obras “A Arte do Inconsciente” (2022), com escritos de usuários e usuárias do Centro de Atenção Psicossocial “Cidade”, no município de Cariacica (ES) e “F20.9: textos e poemas” (2020), do usuário do CAPS Vila Velha, poeta e ativista capixaba em saúde mental Daildo Magalhães. Seus relatos orais e escritos são articuladores analíticos que, por vezes, desviam de um determinado postulado do sentido da existência narrada (BOURDIEU, 2006) — isto é, da preocupação de quem diz e de quem escuta em tornar razoável uma série de acontecimentos; de extrair deles uma lógica retrospectiva e prospectiva, com causas e efeitos entre estados sucessivos, como etapas para desenvolvimento de uma finalidade, incluindo a própria finalidade da vida. Ao desviarem, vão ao encontro de Dostoiévski (2009), Viviane Mosé (2018), entre outros autores, cuja compreensão de mal-estar psíquico dialoga com o mal-estar de se fazer caber nos crivos das sociedades modernas.

A pesquisa versa, em primeiro lugar, sobre uma dinâmica de funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial que dá vazão às expressões dialógicas e artísticas dos sujeitos — e por conta dessa vazão, as narrativas se tornam termômetro para análise de suas práticas institucionais, indicando efeitos, equívocos e sinuosidades dos caminhos para o cuidado biopsíquico, percorridos tanto na clínica, quanto no meio social. Nesse contexto, as anti-histórias emergem nos trabalhos de campo em instituições de saúde, principalmente para além do consultório, como nos corredores, recepção, cozinha, jardim, espaços eventualmente associados às oficinas de arte-terapia e economia solidária. Também são forjadas nos escritos de usuários e usuárias e na interação com os profissionais de saúde, que revelaram a linearidade narrativa como elemento privilegiado na escuta clínica — ao menos naquela que encurta caminhos para o diagnóstico — escuta na qual a vida aparece como um fluxo em que todas as coisas estão causando e sendo causadas umas pelas outras.

Essa linearidade narrativa, sustentada na noção de “história” como um relato que dá significado aos acontecimentos sucessivos, buscando explicar em si mesma uma suposta constância da vida, se equilibra entre a racionalização da trajetória de vida — um modo de corresponder à visão da vida em linha única e progressiva — e a moral ascética — ao propagar uma razão única de se existir e de traduzir, principalmente, o sofrimento. Nessa direção, a capacidade de construir essas narrativas aparece como elemento que dirá sobre um sujeito que está de acordo ou em conflito com a razão única. A vida em linha, entretanto, não se mostra capaz de refletir a polifonia, a diversidade de enunciações, divergências e interferências de outras vozes presentes no processo dialógico. No encontro com a polifonia, há o deslocamento da análise da capacidade de relatar para compreensão da palavra como potência interventora na realidade e na subjetividade (TEDESCO; PINHEIRO, 2016), operando no entrecruzamento crítico entre verdade e falsidade como percepção possível da realidade, sendo incorporada na condução do plano terapêutico de usuários e usuárias dos CAPS.

Situadas como anti-histórias, as narrativas atuam como dispositivo — um outro modo de dispor as forças que a constituem, menos atreladas à razoabilidade — para estabelecer uma correspondência entre pensamento e realidade através dos sonhos, das visões e da experimentação de outros mundos — variações dos modos de pensamento e das experiências sensoriais que a “história”, na crítica bourdiana,

não busca incorporar. Essa relação também viabiliza a possibilidade do sentido das narrativas permanecerem em suspenso, isto é, acessarem sentidos temporários, modulando junto aos acontecimentos da vida. Dessa maneira, buscamos operar a compreensão narrativa, na interseção entre usuários, usuárias e profissionais de saúde, como uma relação intertextual entre o vivido, o vivendo e o não-vivido, menos atrelada à noção de verdade e mais próxima ao sentidos construídos nas circunstâncias em que se narra.

Assim, uma postura clínica que tem como prática nomear as experiências, deve estar atenta à produção hegemônica da “história”. Em outras palavras, deve atentar-se à capacidade de, pela verbalização, substituir a vida por códigos da linguagem e enquadrá-la num modo de operar linear, com começo, meio e fim, no qual os movimentos de mudança, as curvas e as espirais, se tornam sinônimos de sofrimento psíquico; deve atentar-se ao mundo que se inventa a partir dos códigos, da linguagem como uma força de construção, mas também de transformação, que acessa sentidos temporários para se movimentar junto às mudanças, nas condições em que essas se exibem; que admite os sentidos nas circunstâncias em que se narra, se profere; deve atentar-se às expressões extralinguísticas, não como parte de uma experiência menor que a razão, mediadas pelo corpo, pelos instintos, pela natureza, mas como modos de experienciar o mundo em mais de um plano, mais de uma razão, e que permanecem se constituindo em vizinhança ou apesar de não serem acolhidos pelo dizer e escutar clínico. Esses outros modos de experienciar o mundo permanecem se constituindo como anti-história.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. (1986) In: AMADO, J; MORAES, M. (coord.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 8. ed. pp. 183-191.

LIMA, D. OLIVEIRA, E. VIEIRA, G. FAUSTINO, S. Arte do inconsciente. Cariacica, ES: Ed. dos Autores, 2022.

MAGALHÃES, Daildo. F20.9: textos e poemas. Vila Velha, ES: Daildo Pereira Magalhães, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich (1983), “Da utilidade e desvantagem da história para a vida - 1874”. In: Obras incompletas. Seleção de textos de Gérard Lebrun. São Paulo: Abril, pp. 58-70.
TEDESCO; PINHEIRO. A Clínica da Atividade e o dialogismo bakhtiniano: por uma psicologia do estilo. In: (org.) AMADOR, F. BARROS, M. GALLI, T. Clínicas do trabalho e paradigma estético. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Ana Beatriz Moreto do Vale	**Mestre(a)**	**UFES**

Arte como intervenção terapêutica em transtornos psiquiátricos: revisão integrativa

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

Historicamente, o cuidado em saúde mental foi fundamentado em uma racionalidade biomédica, centrada na medicalização do sofrimento psíquico e na institucionalização de pessoas com transtornos mentais. A Reforma Psiquiátrica brasileira e a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) impulsionaram a construção de novas epistemologias, orientadas pelo cuidado em liberdade, comunitário e interdisciplinar. Nesse contexto, a arte tem sido reconhecida como uma estratégia terapêutica potente, que possibilita a expressão subjetiva, o fortalecimento dos vínculos e a promoção da autonomia. O uso de práticas artísticas como recurso terapêutico no tratamento de transtornos mentais insere-se nas diretrizes das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), que valorizam abordagens que consideram o ser humano em sua integralidade. Considerando a relevância crescente do tema, esta revisão integrativa objetiva reunir evidências científicas atualizadas sobre a utilização da arte como intervenção terapêutica em transtornos psiquiátricos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e LILACS. A busca foi conduzida no meses de julho e agosto de 2025, utilizando os descritores: “arteterapia”, “saúde mental”, “transtornos mentais”, “intervenções terapêuticas”, “práticas integrativas”, “art therapy” e “mental disorders”, combinados entre si na busca por artigos. Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2023, nos idiomas português, inglês ou espanhol, com texto completo disponível, que abordassem intervenções artísticas aplicadas a indivíduos com diagnóstico psiquiátrico. Foram excluídos estudos voltados exclusivamente à prevenção ou à promoção de saúde sem vínculo com o tratamento de transtornos mentais. Após a aplicação dos critérios, 18 artigos foram selecionados para análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados demonstram que intervenções artísticas, como pintura, música, teatro, dança e escrita criativa, contribuem significativamente para a melhora de aspectos emocionais, cognitivos e sociais em indivíduos com transtornos psiquiátricos. Observou-se que a arteterapia promove a ressignificação da experiência do adoecimento, facilita o processo de comunicação e fortalece a autoestima. Em contextos coletivos, a prática artística contribui para a construção de vínculos, redução do isolamento social e estímulo à convivência comunitária, em consonância com os princípios da reabilitação psicossocial. Diversos estudos relataram redução de sintomas depressivos, ansiosos e psicóticos, além de melhora na adesão ao tratamento e no bem-estar subjetivo. A arte, nesse cenário, atua não apenas como complemento ao tratamento medicamentoso e psicoterápico, mas como ferramenta central na promoção da saúde mental em dispositivos da RAPS. Apesar dos benefícios descritos, alguns estudos apontaram a escassez de profissionais qualificados, a baixa inserção dessas práticas nos serviços públicos e a necessidade de mais pesquisas com desenhos metodológicos robustos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos evidencia que o uso da arte como intervenção terapêutica em transtornos psiquiátricos representa uma prática promissora, coerente com os princípios da Reforma Psiquiátrica e da atenção psicossocial. A arte possibilita uma escuta sensível das expressões humanas, contribui para a ampliação do cuidado em liberdade e reforça a importância de abordagens terapêuticas que considerem a singularidade e a subjetividade de cada pessoa. Recomenda-se o fortalecimento da formação de profissionais da saúde na interface entre arte e cuidado, bem como a ampliação do acesso a essas práticas no SUS. A articulação entre arte, saúde e território apresenta potencial transformador para o campo da saúde mental no Brasil.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para o cuidado das pessoas com sofrimento ou transtorno mental. Brasília: MS, 2015.

DELFINO, D.; SOUZA, M. O uso da arteterapia na atenção psicossocial. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 16, n. 2, p. 89-97, 2020.

FREITAS, J. V. et al. Arteterapia como estratégia de cuidado em saúde mental: revisão integrativa. Saúde em Debate, v. 44, n. 124, p. 991-1002, 2020.
NOGUEIRA, M. I.; COSTA, N. O papel da arte na reabilitação psicossocial. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v. 14, n. 35, p. 112-123, 2022.
SANTOS, L. et al. Arte e loucura: possibilidades terapêuticas no CAPS. Revista Pesquisas em Saúde, v. 21, n. 1, p. 45-56, 2023.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Lídia Tristão Sanches Schmidt	**Graduando(a)**	**Centro Universitário Ingá - Uningá**
Nathalia Martins Franzoi	**Graduando(a)**	**Centro Universitário Ingá - Uningá**
Helena Tristão Sanches	**Graduando(a)**	**Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR**
Luísa Tristão Sanches	**Graduado(a)**	**Médica - Autônoma**
Rafaela Ribeiro Santos de Souza Silva	**Graduando(a)**	**UNICESUMAR**

Arte como invenção de si

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

INTRODUÇÃO: Este presente resumo tem o intuito de apresentar relatos da oficina de bordado livre “Cada conto aumenta um ponto” , enquanto uma proposição para pensar a arte como investigação de si alinhada a ideia de dispositivo de cuidado em saúde mental, como escreveu Eva Marxen e Luiz Felipe Gonzales (2022, p. 1) “ A se ha dejado de pensar el uso del arte como una herramienta, sino como una vivencia de construcción de la subjetividad que permite una auténtica experiencia de construcción de la realidad con la implicación activa y crítica por parte del investigador en sus proyectos. A oficina teve como público-alvo mulheres, sem a necessidade prévia de conhecimento sobre bordado, e com a premissa de criação livre partiu de diversos agenciamentos para a criação de diferentes bordados, compartilhando um momento acolhedor e seguro. Com o objetivo de utilizar a arte como dispositivo de auxílio na organização de sentimentos, de acordo com o pensamento da psiquiatra Nise da Silveira que via a arte como um meio de expressão dos mundos internos dos pacientes e acreditava que imagens criadas espontaneamente revelavam emoções, conflitos e aspectos profundos da psique do criador. As oficinas foram realizadas em cinco edições, de 2022 a 2025, na cidade de Porto Alegre. A primeira edição da oficina ocorreu na programação da 13ª Bienal do Mercosul, em 2022 no espaço do MARGS (Museu de Arte do Rio Grande do Sul), a segunda edição ocorreu na Fundação Ecarta em 2023 durante a exposição El Tendedero de Mónica Meyer, reproduzida pelo coletivo Las Mariposas, na qual a autora fazia parte na época. A terceira ocorreu no mesmo período, na Casa de Referência Mulheres Mirabal, casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica. A quarta e a quinta edição foram realizadas na Fundação Iberê Camargo. A elaboração deste resumo foi ancorada nos relatos das participantes da oficina e do olhar da oficineira alinhado às ideias da artista e professora Fayga Ostrower sobre os processos criativos em arte. Como nos comenta Ostrower (1990, p. 12) “O fato da arte construir um caminho válido para as pessoas se desenvolverem através de sua sensibilidade, se conscientizarem e conhecerem a

realidade de vida, sua e do mundo externo". As oficinas foram permeadas, também, pelo embasamento da poética das artistas Louise Bourgeois, Mónica Meyer e Rosana Paulino. A 1ª oficina foi diretamente inspirada pela síntese da prática artística de Louise de Bourgeois que entende o ato de costurar como um processo de reparação emocional, especialmente ao costurar memórias, traumas e afetos. O agenciamento para a criação do bordado partiu da seguinte proposição de pensamento: que mensagem você gostaria de mandar para você mesma, no passado, no presente ou no futuro? Propondo desta forma um mergulho em si, de modo a pensar um momento em que a sua experiência como mulher marcou sua vivência. Para a criação da palavra-imagem foram disponibilizados bastidores de bordado, tecido algodão cru 20x20 cm, agulha de bordado, linhas coloridas e miçangas. A 2ª edição ocorreu durante a exposição: El Tendedero de Mónica Meyer, na Fundação Ecarta, em 2023. Partindo da pergunta “Como é ser mulher na cidade?” bordamos quadrados de cetim cor de rosa com miçangas e linhas de variados tons de rosa. A 3ª edição também foi realizada durante o período da exposição, partido da mesma pergunta disparadora e com os mesmos materiais, porém desta vez na Casa de referência Mulheres Mirabal. a 4ª e a 5ª edição foram realizadas na Fundação Iberê em 2024 e 2025. Partindo da obra Raízes de Rosana Paulino e da técnica de construção de patuás; preparou-se um chá de camomila e iniciou-se a conversa através da pergunta que agenciou o encontro: o que te enraíza no presente? Enquanto se construía o patuá de algodão cru 10x10 com miçangas e linhas coloridas; bordava-se uma palavra-imagem e recheavam de camomila. RESULTADOS: Na primeira edição duas participantes de público espontâneo, mãe e filha, estavam super dispostas a participar da oficina, a mãe que por sinal tinha experiência com a técnica do bordado, paralisou ao se deparar com a pergunta disparadora e sobre a reflexão acerca do papel da mulher na sociedade. Da segunda e da quarta edição pode-se problematizar sobre a importância de proporcionar um espaço seguro para trocas, notou-se o compartilhamento de relatos sensíveis sobre vivências e as subjetividades de estar no mundo como mulher. Na 4ª edição compartilhou-se uma palavra-imagem que foi: mar. Pensar no mar, no cheiro de maresia, nas variações de tons de azul, em boiar na água, mergulhar e furar as ondas, pensar na sensação desse momento de encontro com o mar me faz fincar os pés no presente, e na possibilidade do que dá fôlego para viver, mesmo em dias difíceis. Ao final perguntou-se o que as motivou a participarem da oficina, e

em um grupo de 14 mulheres, em sua grande maioria as respostas foram: “para ocupar a cabeça”. Uma participante, com um pouco mais de idade e que tinha a profissão de costureira relatou que: “eu nem sei o que seria de mim sem fazer minhas costuras e meus trabalhos manuais”, ela bordou a palavra “Fé” de um lado e a Nossa Senhora Aparecida do outro lado. Uma participante, que estava enquanto pesquisadora sobre a comunicação em museus, relatou que pensa na prática do bordado como algo que: “organiza o pensamento”, outra participante, professora de uma escola especial, bordou a frase: “bem me quero”. Na 5ª edição em meio à bordado de gatinhos chamou a atenção o bordado com os dizeres: “organize a raiva”, o que faz problematizar sobre como a arte pode ser um potente dispositivo para organizar as nossas emoções através do processo de criação em arte. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A proposta das oficinas foi oferecer um espaço acolhedor para o momento de problematização, pensamento e criação. Entende-se que isto foi cumprido ao analisar os processos de criação, os relatos materializados através da arte e as trocas de vivências com outras mulheres. Tais resultados instigam a pesquisar o tema da arte como dispositivo de cuidado em saúde mental. Presenciar os mergulhos internos de cada participante e a criação através do bordado de uma palavra-imagem propiciou a construção dessa tecedura de subjetividades tendo a arte como dispositivo de investigação de si.

Referências

MARXEN, Eva; GONZALEZ GUTIERREZ, Luis Felipe. Alcance de los dispositivos artísticos y poéticos en la investigación en salud y salud mental. Enfermería, Montevideo, v. 11, n. 2, e2939, dic. 2022 . Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2393-66062022000212939&lng=es&nrm=iso>. accedido en 25 mayo 2025. Epub 01-Dic-2022. https://doi.org/10.22235/ech.v11i2.2939.

OSTROWER, Fayga. Acasos e a criação artística 2. ed. - Rio de janeiro: Editora Campus, 1990.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Roberta Scharcow de Vargas **Mestrando(a)** **UFRGS**

Arte da convivência: oficina entre afetos, arte e saúde mental

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Para fins de contextualização, iniciamos esta escrita situando o leitor em relação ao programa de extensão ao qual a oficina está vinculada - “Invencioteca da Estação”. Este programa está vinculado aos Departamentos de Psicologia, Terapia Ocupacional, Metodologia do Ensino e o Curso de Artes Visuais e tem como objetivo a promoção de saúde mental para populações em vulnerabilidade social, através de ações e práticas artísticas coletivas. O público-alvo principal deste programa são os usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo uma alternativa às atividades propostas pelos serviços da rede. Entretanto, o programa não faz parte do serviço da RAPS, e a população em geral é bem-vinda nas atividades do programa. São propostas diversas oficinas, sendo algumas destas contínuas (encontros semanais) e outras pontuais (ocorrendo em dias específicos, apenas uma vez). Cada uma destas oficinas tem propostas distintas e se utiliza de variadas formas de expressão artística. Alguns exemplos de oficinas deste programa são: oficina de expressão abstrata, oficina de customização de roupas, oficina de fotografia, oficina de escrita, entre outras.

A ideia desta oficina em específico, a qual chamamos de “Arte da Convivência”, nasce a partir de reflexões acerca da questão da solidão na atualidade. Nesse contexto, constata-se a necessidade de oferecer espaços seguros para a construção de vínculos e, para isso, propomos a criação de um grupo no qual a convivência e a construção de uma rede de afetos seja o objetivo central. O espaço do grupo é uma aposta de dispositivo que possibilitará um ambiente que incentive o cuidado e acolha diversas maneiras de expressão de subjetividade e prática da cidadania.

O público alvo são jovens adultos, entre 18 e 30 anos. Essa escolha justifica-se pelo fato de que, a partir de experiências de estágio em serviços da RAPS na cidade, verificamos pouca adesão desse público nos grupos propostos pelos serviços. Além disso, constatamos na atualidade uma dificuldade em estabelecer redes de apoio de forma geral entre os jovens - não apenas usuários da RAPS -, devido às novas

dinâmicas sociais que envolvem a tecnologia e impactam as formas de interação social, o que influencia no afastamento físico e tem consequências na qualidade das relações e vínculos.

Consideramos que esta oficina pode contribuir com uma mudança na potência de agir dos participantes. A potência de agir é um conceito proposto por Espinosa (2008), que designa a força de agir e a capacidade de afetar e ser afetado de uma pessoa; essa potência pode ser modificada de acordo com os encontros vivenciados. Nesse sentido, ao propiciar um local acolhedor, no qual os encontros e afetos poderão ser vivenciados com o devido cuidado, esperamos que esta oficina possa ter como resultado um aumento na potência de agir dos participantes, potencializando sua ação no mundo e participação na realidade social.

Somado a isso, também propomos uma dinâmica para o grupo na qual a autonomia seja estimulada, em consonância com o proposto por Freire (2014), ao indicar que os cidadãos devem estar aptos a realizar transformações em sua realidade. Considera-se que esta capacidade é também constitutiva de subjetividade, visto que se dá a partir das trocas que o indivíduo realiza com o meio. Nesse sentido, promover autonomia é também contribuir com processos de subjetivação, ampliar as possibilidades de trocas e, dessa forma, de singularização. Para tanto, diferentemente das outras oficinas do Programa, nesta oficina propomos que não seja definida uma única forma de expressão artística ao grupo. Sendo assim, parte da dinâmica do grupo será escolher quais serão as atividades expressivas realizadas: colagens, escultura, escrita, expressão corporal, bordado, etc. Acreditamos que essa possibilidade de escolha terá impactos na relação do grupo e também na atitude dos participantes, incentivando sua autonomia, a defesa de suas formas singulares de expressão e a criação de realidades através do coletivo.

De modo geral, nosso trabalho enquanto coordenadoras do grupo será promover um ambiente de acolhimento e confiança, no qual os participantes poderão criar vínculos através de atividades diversas, em consonância com o disposto por Yasui (2010) acerca da utilização de oficinas como dispositivo terapêutico:

As oficinas não são um fim. São apenas trilhas, veredas. São possibilidades de construção de novos territórios existenciais, a partir de um encontro com alguém e da produção de um algo. Alguém que ocupe esse lugar de acolhimento, de respeito a singularidade, de escuta, por vezes de incentivo, por vezes de intervenção na relação. YASUI (2010, p. 167).

Salienta-se que as atividades realizadas nesta oficina não serão pré-definidas pelas coordenadoras do grupo, ou seja, a definição das atividades será feita juntamente aos participantes da oficina, considerando o andamento do grupo, as opiniões e interações dos participantes, e avaliando o processo grupal e disponibilidade dos participantes. Nosso objetivo com essa dinâmica é promover o desenvolvimento da autonomia individual dos participantes e do grupo como um todo. Consideramos que a autonomia é um fator importante para a inserção social, e buscamos assim atingir o objetivo da “Invencioteca da Estação” de proporcionar aos usuários importantes linhas de participação social e novas vivências de cidadania.

Referências

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

YASUI, S. Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

SPINOZA, B. Ética (2a. ed.) (T. Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Juliana Martins Roeber	**Mestrando(a)**	**UFSM**
Luana Vargas Aquino	**Doutorando(a)**	**Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**
Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**

Arte e Educação Ambiental: O potencial transformador pela Psicologia e pelos materiais recicláveis

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Este estudo apresenta uma reflexão interdisciplinar entre Psicologia, arte e educação ambiental a partir da reutilização criativa de materiais recicláveis. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, buscou compreender, com base em publicações científicas, as possibilidades de articulação entre práticas artísticas, promoção da saúde mental e transformação social. Emergiram da análise três eixos centrais: a sustentabilidade ambiental, o empoderamento de populações em situação de vulnerabilidade social, e o uso da arte como expressão terapêutica e educativa.

Destaca-se na análise realizada as práticas baseadas nos 5 R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) (Silva et al., 2017) se mostram eficazes na sensibilização ambiental, sobretudo em espaços escolares, e que funcionam como núcleos de formação crítica e cidadã (Café; Silva, 2019; Ribeiro; Alves, 2021). Ressalta-se, ainda, o papel de cooperativas de catadores e a função social e econômica da reciclagem (Barbalho et al., 2022).

A partir da Psicologia, evidencia-se o valor da arteterapia (Reis, 2014) e das práticas humanizadoras pautadas no trabalho de Nise da Silveira, que ressignificaram o sofrimento psíquico por meio da livre expressão artística com materiais reaproveitados (Pereira et al., 2016). Assim, a arte com recicláveis emerge como ferramenta estética, ética e política, promovendo inclusão, autoestima e consciência ambiental.

Como considerações finais, se compreende que é necessária uma atuação intersetorial entre saúde, educação e arte, com vistas à construção de uma cidadania ecológica e sensível às diversidades artísticas, subjetivas e culturais.

Referências

Barbalho, Isabela Loreny Pierre et al. O aproveitamento de materiais recicláveis como fonte de renda. Anais do Encontro sobre Gestão Empresarial e Meio

Ambiente. Disponível em: https://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/363.pdf .Acesso em: 07 jun. 2022.

Café, Laércio de Jesus; Silva, Natália Juvelina da. A importância do material reciclável na educação infantil. Intercursos, Ituiutaba, v. 18, n. 1, jan./jun. 2019. ISSN 2179-9059. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/intercursosrevistacient. Acesso em: 07 jun. 2022.

Pereira, Kelcy Mary Ferreira et al. Nise da Silveira: uma metodologia na contramão. Ecos: Revista de História e Cultura, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1853 . Acesso em: 07 jun. 2022.

Prodanov, Cristiano Cleber; Freitas, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Reis, Alice Casanova dos. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do psicólogo. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 34, n. 1, p. 174–185, mar. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100011

Ribeiro, Graciele Lopes; Alves, Simone Silva. Formação de professores, educação ambiental e antirracista na educação infantil: possibilidades e limites. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 13, n. 1, 2022.

Secco-Oliveira, Letícia Dal Picolo Dal; Scopinho, Rosemeire Aparecida. Catadores de materiais recicláveis e subjetividade: uma sistematização da literatura. Disponível em: http://conpes.ufscar.br/wp-ontent/uploads/trabalhos/iiconpes/gt04/secco_oliveira_leticia_sco Acesso em: 07 jun. 2022.

Silva, Saionora da et al. Os 5 R's da sustentabilidade. V Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia & Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria, 09 nov. 2017.

Silva, G. S. et al. Educação e meio ambiente: um estudo bibliográfico sobre recursos didáticos. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 17, n. 5, p. 54–64, 2022. DOI: https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v15.14026

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Ana Paula de Novaes	**Graduando(a)**	**Centro Universitário Avantis - Uniavan**

Arte e Memórias: expressão artística e escuta psicanalítica como dispositivos de cuidado e pertencimento na experiência migratória

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O projeto Arte e Memórias partiu da concepção de um espaço intercultural de escuta, acolhimento e expressão artística voltado a migrantes e refugiados atendidos pela organização Círculos de Hospitalidade, em Florianópolis. Reconhece-se que cada sujeito traz consigo paisagens internas atravessadas por suas experiências de deslocamento, e que essas vivências podem ser simbolicamente elaboradas por meio de ateliês de expressão e intervenção artística. A proposta fundamentou-se em referenciais da psicanálise, mobilizando conceitos como traço, trauma, memória, desejo e identificação — esta última compreendida como um processo contínuo de constituição da identidade e da posição do sujeito no mundo.

As oficinas foram conduzidas com base em uma escuta flutuante, valorizando o protagonismo dos participantes, que puderam, por meio das expressões artísticas, desvelar memórias, afetos, identificações e paisagens internas. Destacou-se, nesse processo, a noção de “territórios partidos e reencontrados” — um significante trazido por uma das participantes — articulado à perspectiva de Deleuze e Guattari (1991) sobre desterritorialização e reterritorialização. A arte, nesse contexto, foi compreendida como via de sublimação, permitindo que desejos recalcados ou inaceitáveis encontrassem expressão simbólica, com efeitos de redução da angústia e alívio psíquico.

Ao articular o artigo “Entre o eu e o outro, a paisagem”, de Gonçalves e Leitão, que concebe a paisagem como espelho da psique esculpida por memórias e afetos, com as reflexões de Suely Rolnik (2016) em Cartografia Sentimental, amplia-se a compreensão do corpo como campo vibrátil e não apenas visível. Esse corpo afetivo, atravessado por intensidades e movimentos rizomáticos, torna-se ele próprio uma cartografia viva. Assim, as paisagens e territórios emergentes nas

oficinas não foram apenas geográficos ou culturais, mas também subjetivos e sensoriais, compondo um mapeamento coletivo das travessias, desejos e memórias.

O objetivo geral do projeto foi estabelecer um espaço de escuta, expressão e elaboração para migrantes e refugiados, favorecendo a construção de narrativas simbólicas e o fortalecimento de vínculos e pertencimento ao território de Florianópolis. As oficinas permitiram aos participantes ressignificar experiências de exílio e construir novas formas de expressão de afetos, memórias e desejos. Os objetivos específicos incluíram a criação de um ambiente inclusivo de escuta acolhedora, a promoção de discussões sobre interculturalidade, pertencimento e identidade, e a realização de ateliês de pintura, escrita e ensaio fotográfico. Como atividade de encerramento, o projeto previu uma exposição pública do ensaio fotográfico, integrando as perspectivas dos participantes à paisagem cultural da cidade, e reafirmando os eixos de contemporaneidade, interculturalidade e pertencimento.

2. DESCRIÇÃO DA PESQUISA OU MÉTODO DO ESTUDO

O projeto foi desenvolvido por acadêmicos do Curso de Psicologia da Univali – Campus Florianópolis, em colaboração com a Círculos de Hospitalidade. O público-alvo abrangeu migrantes e refugiados em Florianópolis e região, de diversas nacionalidades, faixas etárias e contextos de chegada ao Brasil, incluindo adultos e crianças que buscavam um espaço de escuta, expressão artística e partilha de experiências, para além dos serviços da Círculos de Hospitalidade.

A metodologia para as oficinas com adultos compreendeu quatro encontros. O primeiro focou na apresentação da equipe, acolhimento, escuta ativa, e uma roda de conversa sobre pertencimento e identificação atual, seguida de uma primeira expressão artística. O segundo encontro deu prosseguimento à roda de conversa e incluiu um ateliê de pintura e escrita. O terceiro foi realizado um ateliê de fotografia, com a participação da fotógrafa convidada Brenda Francis, nas dependências do Museu da Escola Catarinense, que explorou o pertencimento na cidade através de objetos simbólicos trazidos pelos participantes. O quarto e último encontro consistiu na seleção das fotos para a exposição, debate sobre as atividades e o compartilhamento sobre os efeitos e reelaborações subjetivas vivenciadas.

3. ANÁLISE/DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS E DOS EFEITOS/IMPACTOS PERCEBIDOS

Sendo uma cidade com histórico migratório e diversidade cultural, Florianópolis tornou-se um contexto relevante neste projeto, como estratégia de dar acolhimento e realizar a integração como forma de reconhecimento da trajetória e reafirmar a dignidade humana. Apesar dessa população ainda enfrentar desafios como barreiras linguísticas, acesso limitado a serviços básicos e não pertencimento ao novo território (segundo o relatório Sinais Vitais – Migração Internacional (ICOM, 2022), apesar das políticas públicas existentes, a expressão identitária e a inserção simbólica na cidade permanecem restritas para muitos) foi possível promover, por meio do projeto Arte e Memórias, um espaço de acolhimento, escuta e expressão simbólica que favoreceu a visibilidade social e subjetiva dos participantes. As oficinas artísticas funcionaram como dispositivos de elaboração das experiências de deslocamento, possibilitando a ressignificação de afetos, a reconstrução de narrativas e o fortalecimento de vínculos. Ao estimular a produção de sentidos a partir das singularidades de cada trajetória, o projeto contribuiu para a construção de pertencimentos simbólicos e para a ocupação concreta e legítima de espaços na cidade.

Nesse contexto, a complexidade da experiência migratória e a diversidade dos sujeitos envolvidos tornam a arte uma ferramenta valiosa para a elaboração de memórias e afetos, constituindo um ato político de resistência, acolhimento e reconstrução coletiva do pertencimento na cidade. A proposição de uma exposição pública como conclusão do projeto em locais públicos amplia o impacto das oficinas, permitindo que a sociedade local entre em contato com as narrativas singulares desses sujeitos, colaborando na desconstrução de estereótipos, preconceitos e generalizações. Essa ocupação simbólica e concreta afirma o direito de pertencimento e a potência da interculturalidade para uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse sentido, a parceria com a Círculos reforça a iniciativa, dada a importância dessas organizações na formulação de políticas de acolhimento e garantia de direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do projeto Arte e Memórias constituiu um processo de aprendizagem intenso e afetivo, evidenciando, na prática, a importância de criar espaços de escuta e acolhimento voltados a sujeitos em situação de migração. A experiência destacou a potência da resiliência, das reelaborações subjetivas e da construção de vínculos, assim como a riqueza das novas experiências vividas pelos participantes. O projeto

revelou que, para além das perdas e deslocamentos, os migrantes carregam consigo afetos, saberes, experiências plurais e subjetividades singulares que resistem às tentativas de homogeneização.

O corpo, compreendido como interface entre o mundo interior e exterior, apresenta-se não apenas como entidade física, mas como instrumento relacional, portador de marcas visíveis e invisíveis das travessias vividas. As narrativas que emergiram durante os encontros — imagens, sons, cores, sentimentos — constituem o que se pode chamar de um “lugar em mim/lugares em mim”, expressão simbólica das subjetividades, alteridades, desejos e identificações mobilizados ao longo do processo.

As percepções obtidas na fase final do projeto indicam um impacto significativo na subjetividade dos participantes. A articulação entre escuta psicanalítica e expressão artística possibilitou a reelaboração de experiências, a ressignificação de perdas e o fortalecimento dos laços sociais. As manifestações artísticas, individuais e coletivas, contribuíram para o reconhecimento e valorização das trajetórias de vida desses sujeitos, tornando suas narrativas visíveis e acolhidas.

A culminância do projeto com a exposição na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) reforça sua dimensão política: ao ocupar o espaço público com narrativas sensíveis, afirma-se a presença e a contribuição dos migrantes na construção de uma Florianópolis mais justa, plural e multicultural. Arte e Memórias configura-se, assim, como uma proposta de resistência e escuta sensível, onde subjetividade e interculturalidade se entrelaçam na edificação de novos territórios inclusivos e possíveis.

Referências

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991.

GONÇALVES, Fábio Christiano Cavalcanti; LEITÃO, Lúcia. Entre o eu e o outro, a paisagem. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), São Carlos, v. 21, p. 17–24, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i21p17-24. Acesso em: 21 abr. 2025.

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Migração internacional: subsídios para atuação em rede no Brasil. Florianópolis: ICOM, 2022. Disponível

em: https://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2023/02/SV_Migracao_Internacional-Digital.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

HELLER, Eva. A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Janaína da Rosa Valentim	**Graduando(a)**	**UNIVALI**
Gustavo Machado	**Doutor(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (Univali)**
Flávia Monteiro Ribeiro de Lima	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (Univali)**
Daniel Félix	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (Univali)**
Janaína da Rosa Valentim	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (Univali)**
Fernando Schneider	**Graduado(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (Univali)**
Alan Silva	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (Univali)**
Lucas Leite	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (Univali)**

Brenda Gorski	**Francis**	**Doutorando(a)**	**Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)**

Arte e resistência: o fazer artístico como potência de transformação social à luz da Psicologia Histórico-Cultural

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

A arte, segundo Vigotski (1999, p. 315), é “o social em nós”, pois carrega em sua essência as marcas da coletividade, das relações humanas e dos contextos históricos e culturais em que se insere. Ela vive dentro de cada pessoa, mas o que ela provoca em nós não é algo apenas individual. Mesmo quando uma obra toca alguém sozinho, ela está ligada a algo maior: os significados que todos partilhamos. Isso mostra que o efeito da arte é, no fundo, sempre social. No presente resumo, objetivamos explorar o potencial do fazer artístico nos processos de resistência e transformação social. A relevância dessa escrita se justifica pela necessidade de compreender a arte enquanto forma de (re)existência transformação social frente à uma realidade excludente e individualizante.

Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, voltada à compreensão de experiências humanas, com base na literatura especializada (Creswell, 2021). Foram selecionados três artigos da base SciELO, utilizando-se os descritores e operador "psicologia AND arte". Os critérios de inclusão adotados foram: artigos redigidos em português, publicados nos últimos cinco anos e que abordassem a intersecção entre saúde mental e arte. Foram excluídas publicações duplicadas e aquelas cujos resultados não contribuíssem para o objetivo geral do estudo. Esse trabalho origina-se das leituras realizadas em um projeto de iniciação científica, denominado “ENTRE FORMA E CONTEÚDO: A PSICOLOGIA DA ARTE SOB O VIÉS HISTÓRICO-CULTURAL”, ministrado por um mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria e supervisionado por uma docente-pesquisadora da mesma instituição.

Como pressupostos de Vygotsky (1999), especialmente na Psicologia da Arte, segundo a qual a arte é compreendida como uma prática social e historicamente situada, com potente capacidade de transformação subjetiva. Para Vygotsky , a experiência estética mobiliza processos psíquicos como emoção, imaginação e elaboração simbólica, possibilitando a ressignificação da realidade vivida. Ao

articular dialeticamente forma e conteúdo, a obra de arte atua como mediadora entre o sujeito e o mundo, provocando um abalo interno que culmina na catarse (momento em que o conflito emocional é elaborado e transformado). Nessa perspectiva, a arte não apenas expressa sentimentos, mas os reorganiza, atuando como instrumento de desenvolvimento humano e de emancipação subjetiva. Para o autor, a arte possui a capacidade de transformar os elementos sociais em algo novo, dotado de uma dimensão simbólica que ultrapassa a experiência cotidiana. Ele ilustra essa ideia com uma metáfora potente: “a arte está para a vida assim como o vinho está para a uva” (Vigotski, 1999, p. 307). A arte nasce da vida, mas vai além dela, assim como o vinho vem da uva, mas é algo novo. Ela transforma as experiências do dia a dia em algo mais profundo e sensível, que não estava visível antes.

Os três artigos analisados: “O devir vagabundo(a) como resistência ao trabalho no sistema capitalista”, “A arte de com o outro resistir/existir nas ruas” e “Presença e propósito do circo social”, referem se respectivamente a uma pesquisa teórica interdisciplinar que utiliza a arte para problematizar o antagonismo entre trabalhar e vagabundear (Souza Junior & Mansano, 2023). E à duas análise de entrevistas com participantes de coletivos artísticos periféricos, uma delas referente à coletivos amazônicos promotores de batalhas de Rap e de lambe lambe (Urnau, 2021) e a outra ao Sustentáculos, projeto de incentivo ao desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes por meio da arte circense (Tonini & Bairrão, 2021).

Os estudos convergem ao retratar a arte como meio de resistência ao capitalismo e às formas instituídas de vida, o que se explica ao pensarmos nas ferramentas de (re)existência destacadas em cada um deles: o circo Sustentáculos promove inclusão, desenvolvimento e autonomia de jovens periféricos (Tonini & Bairrão, 2021). Enquanto o devir vagabundo propõe a recusa do produtivismo em prol da arte como forma de expressão. Por sua vez, os coletivos de arte urbana amazônicos utilizam o lambe-lambe e o Rap para denunciar desigualdades e afirmar identidades apagadas (Urnau, 2021). Os textos também expressam a importância da horizontalidade e colaboração no fazer artístico como potência transformadora. Nesse sentido, “a proposta é coletiva, feita a partir de afetações que se tornam ações. O desejo de um se junta ao desejo de outros e o projeto acontece (Tonini & Bairrão, 2021, p. 9)”. Outrossim, a arte cria encontros e distanciamentos entre artistas e espectadores, revelando uma dinâmica entre subjetivo e objetivo,

individual e coletivo (Urnau, 2021,). Tal movimento é resumido por Vigotski (1999, p. 329): "Isto mostra que a arte é (...) um meio de equilibrar o homem com o mundo nos momentos mais críticos e responsáveis da vida".

Dessa forma, podemos concluir que a arte em suas múltiplas linguagens desafia normas instituídas e promove outras maneiras de ver, sentir e se posicionar no mundo, estimulando a experimentação de pensamentos, afetos e encontros que fortalecem modos de existência alternativos àqueles disseminados pelo capitalismo vigente, ligados ao individualismo e à produtividade.

Referências

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DE OLIVEIRA E SOUZA JUNIOR, Wilson; MANSANO, Sérgio Roberto. O devir vagabundo(a) como resistência ao trabalho no sistema capitalista. Psicologia & Sociedade, v. 35, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35256507. Acesso em: 1 ago. 2025.

TONINI, Adriana S.; BAIRRÃO, Juliana. Presença e propósito do circo social: uma iniciativa popular autônoma. Psicologia & Sociedade, v. 33, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33264817. Acesso em: 1 ago. 2025.

URNAU, Giovana. A arte de com o outro resistir/existir nas ruas: políticas coletivas amazônicas. Psicologia & Sociedade, v. 33, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33271229. Acesso em: 1 ago. 2025.

VIGOTSKI, Lev S. A psicologia da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Laura Dequi Baggio	**Graduando(a)**	**UFSM**
Tais fim Alberti	**Doutor(a)**	**UFSM**
David Freitas dos Santos	**Doutorando(a)**	**UFSM**

Sofia Jabbour Pereira	**Graduando(a)**	**UFSM**
Mariani Lopes de Almeida	**Graduando(a)**	**UFSM**
Inácio Rosso de Freitas	**Graduando(a)**	**UFN**

Arte, cultura e a promoção de contratualidade: experiências criativas de um CAPS II

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Este relato visa discorrer acerca da importância e impacto da inclusão de atividades artístico-culturais nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), enquanto recurso e metodologia de cuidado, promovendo a integração social, autonomia, protagonismo e reabilitação psicossocial. Logo, conta-se a experiência do CAPS II do município de Itajaí/SC, a partir da inserção de atividades que produzem arte, como o sarau antimanicomial, grupo de teatro, oficina de desenho e o projeto da economia solidária. Ainda, abarcamos as propostas do serviço que utilizam da arte enquanto recurso metodológico, como o grupo terapêutico de contação de histórias, o planta e poesia, coletivos, cinema e música.

O CAPS surge a partir da luta de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, enquanto uma reivindicação popular à reforma psiquiátrica brasileira. Em contraposição aos manicômios, em que o tratamento reduzia-se ao isolamento social e medicamentos psiquiátricos, com um olhar biomédico do sofrimento psíquico, o CAPS preza pelo cuidado em liberdade e no território, tendo o vínculo como tecnologia de cuidado a partir de uma equipe multiprofissional capaz de acolher e escutar o sujeito na sua integralidade. A Reforma Psiquiátrica (RP), enquanto processo e movimento social, atua nas dimensões teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-político e sociocultural, visando a transformação do imaginário e das relações sociais com a loucura (Amarante, Torre, 2017). O cuidado em saúde mental ao integrar a arte e cultura enquanto recursos e métodos de cuidado, oportuniza a expressão libertária, não somente sobre o sofrimento psíquico, mas da experiência de vida. Ainda, a arte-cultura são produtoras de sentido, potencializadoras na construção de identidades e subjetividades, em que a cultura compõe uma estratégia de reconstrução das possibilidades de existência aos sujeitos em sofrimento psíquico e a arte-cultura uma linguagem dialógica que rompe com a racionalidade científica (Amarante, Torre, 2017; Silva et al., 2022; Yasui, 2006).

O Sarau Antimanicomial no CAPSII de Itajaí, tornou-se um projeto institucional contínuo a partir de 2024, com realização mensal, tendo início em 2023 no mês de setembro. É organizado por todos os sujeitos envolvidos no serviço, seja usuário, profissional ou estagiário, fortalecendo a presença, participação e integração dos familiares, amigos e comunidade. Conta com apresentações artísticas de múltiplas linguagens, desde poesia à dança, teatro e música, um palco aberto e uma plateia que incentiva e acolhe quem a ela se expressa. Promove a arte-cultura enquanto método de cuidado em saúde mental, aproximando a comunidade das práticas antimanicomiais e fomentando a compreensão do cuidado para além do medicamento psiquiátrico (Amarante, Torre, 2017).

Já a Oficina de teatro, desenvolve peças teatrais conjuntamente com os usuários, construindo as intervenções teatrais de forma coletiva. No último sarau antimanicomial, em maio, desenvolveu-se uma peça a partir da experiência de delírio de um dos usuários, englobando no enredo o acolhimento no CAPS. A manifestação da loucura configura-se enquanto material potente e influente na criatividade de enredos, roteiro e personagens (Silva et al., 2022), não visando medicalizar a partir dos sintomas, e sim compor outros espaços com suas manifestações.

O projeto de Economia Solidária Lua² trabalha a partir do reaproveitamento de materiais recicláveis, tanto dos recortes de tecidos e peças de roupas, quanto de tampas de plástico, garrafa pet, potes de iogurte, dentre outros materiais. O grupo promove a sustentabilidade a partir do reaproveitamento criativo dos materiais, transformando-os em arte, seja as almofadas, bolsas ou bonecas produzidas coletivamente.

No que condiz à oficina de desenho, em função da mudança da gestão pública, finalizou-se a parceria com o projeto Aqui Tem Arte da Fundação Cultural de Itajaí, e para a continuidade do projeto no CAPS II, o grupo propôs a usuária e, desde então, oficineira Adriana Ikegami a assumir as aulas. Atualmente, a oficina explora o desenho livre para além da perfeição, visando fomentar a criatividade e a expressão libertária dos sentimentos e pensamentos, desenvolvendo habilidades psicomotoras e cognitivas, conjuntamente com uma socialização e ocupação do território através de visitas a outras exposições artísticas.

O grupo terapêutico de Contação de Histórias é mediado por um psicólogo, em que os usuários participantes trazem histórias, contos, poesias e frases que os

impactam, impulsionando uma reflexão coletiva. Os participantes contam de que forma a literatura os tocou, levantando temas como os papéis de gênero, histórias familiares, coragem, criatividade, dores do passado, amores do presente, dentre outros. Consiste em uma estratégia de diálogo coletiva, que promove um ambiente acolhedor e de escuta do sujeito como um todo.

Os Grupos Abertos visam respeitar a singularidade dos sujeitos e propiciar mudanças no processo de trabalho, criando espaços de encontro entre as pessoas de forma acolhedora, confortável e saudável. Constituem-se enquanto grupos de baixa exigência, que reconhecem o sentido singular da atividade para cada participante presente. Neste sentido, ao passo que o CAPS II de Itajaí conta com um espaço para horta, impulsionou a criação do grupo aberto Planta e Poesia, o qual destina-se a cuidar dos alimentos e flores plantadas, bem como compor um espaço de troca de saberes e acolhimento, com leitura de poesias. A arte e cultura estão presentes enquanto recursos metodológicos disparadores de diálogos reflexivos e encontros nesses espaços, como o grupo de cinema que utiliza de filmes, a exemplo do “Bicho de Sete Cabeças”, grupo Coletivos que usufrui da pintura, e o grupo de música, que a partir das letras propicia discussões reflexivas para ver, perceber e resgatar a memória, desenvolvendo a capacidade reflexiva e crítica dos processos existenciais que atravessam o sujeito.

Entre os impactos percebidos, cabe mencionar o desenvolvimento do protagonismo dos usuários, que cada vez mais estão espontaneamente a frente das atividades (apresentadores do sarau, oficineiro das oficinas de desenho e de geração de renda - costura/ bonecos, entre outros). O protagonismo que se apresenta nas atividades artístico-culturais reverbera ainda em diversos eventos e atividades realizadas fora do serviço, onde os usuários passaram a se colocar de maneira ativa, se apropriando efetivamente desses espaços (congressos, feiras, exposições). Esse movimento de autonomia reflete ainda na vida privada dos usuários, passando os mesmos a construírem novas conexões com a vida, ampliando as possibilidades de contratualidade e exercício de cidadania (Saraceno, 2001).

Desta forma, a integração da arte e cultura favorece o fortalecimento da criatividade, expressividade libertária e dos vínculos comunitários, contribuindo para a redução do isolamento social e o fomento da cidadania, conforme enuncia Yasui (2006, p. 98) “colocar em cena a criatividade nos remete a pensar na arte, que potencializa ao máximo a capacidade de invenção, de nos oferecer novas perspectivas, ainda não

pensadas”. Assim, as atividades favorecem a elaboração simbólica das experiências vividas, contribuindo para a construção de novas formas de ser e estar no mundo a partir da afetividade e pertencimento ao grupo que acolhe. Ainda, favorece a comunicação entre usuários e profissionais, a circulação de afetos, compondo um espaço assegurador de novas experiências, consistindo em uma potência de subjetivação, produtora de sentidos e identidades, na reinvenção de si ao engendrar novas possibilidades existenciais, além de potencializar a busca por direitos sociais e favorecer a qualidade de vida (Amarante, Torre, 2017; Yasui, 2006).

Referências

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. Interface, Botucatu, v. 21, n. 63, p. 763-744, 2017. DOI: 10.1590/1807-57622016.0881. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/wbrrsJPgptHd6q5qgrdnWJk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 maio 2025.

SARACENO, Benedetto. Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. 2. ed. Rio de Janeiro: Te Corá; Instituto Franco Basaglia, 2001.

SILVA, Ana Lívia Jardim Justino da; CONTILIANI, Eliana de Souza; MACHADO, Vanessa Cristina. Arte como produção de cuidado no campo da atenção psicossocial: uma revisão integrativa da literatura nacional. Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/327-Texto%20do%20artigo-923-2-10-20220719.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

YASUI, S. Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências, área: Saúde) - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://books.scielo.org/id/8ks9h/pdf/yasui-9788575413623.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Gabriela Bocalon Spindola	**Graduando(a)**	**UNIVALI**
Bianca Rodrigues Firmo	**Graduado(a)**	**CAPS II de Itajaí/SC**
Ariane Marinho Santana	**Graduado(a)**	**CAPS II de Itajaí/SC**
Adriana Ikegami Tomazini	**Graduado(a)**	**RAPS de Itajaí/SC**

Arte, Infâncias e Saúde Mental na Atenção Básica: um relato existencialista de cuidado grupal com crianças

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Este trabalho apresenta um relato de experiência de estágio em Psicologia realizado em Centros de Saúde (CS) do município de Florianópolis/SC, no ano de 2024, com foco em um grupo terapêutico voltado para crianças. A proposta se insere no contexto da Atenção Psicossocial à Saúde e visa discutir como os recursos artísticos e lúdicos podem operar como dispositivos potentes no cuidado com as infâncias, contribuindo para a promoção da saúde mental. Fundamenta-se, sobretudo, na psicologia existencialista de Jean-Paul Sartre, articulada com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, que prevê o cuidado em liberdade e no território e a efetivação de uma clínica ampliada.

A partir da perspectiva sartriana, entende-se que a subjetividade se constitui na relação com os outros e com o mundo, sendo inseparável do campo social e histórico. Assim, ao considerar a infância não como uma fase natural e homogênea, mas como um acontecimento social e histórico (Pretto, 2022), o trabalho parte da escuta das crianças como sujeitos de direitos, livres e singulares, capazes de inventar sentidos para suas experiências e de produzir mundos a partir de suas vivências.

O grupo foi estruturado como um espaço aberto de convivência, partilha e criação, com encontros semanais realizados em espaços do Centro de Saúde — como a horta comunitária e o auditório —, o que favoreceu uma ambiência acolhedora e integradora. Desde o início, não houve foco em demandas diagnósticas específicas. Pelo contrário, a proposta foi oferecer um espaço de prevenção e promoção da saúde, para as crianças encaminhadas pelas equipes de referência do CS.

A condução dos encontros se deu a partir de uma escuta sensível às demandas emergentes do grupo e contou com o protagonismo das crianças na definição dos temas e atividades dos encontros. Os recursos utilizados — como desenho, pintura, contação de histórias, dramatizações, jogos simbólicos e brincadeiras livres — foram fundamentais para promover a expressão, a escuta mútua e a construção de

narrativas compartilhadas. Essas expressões artísticas funcionaram como linguagem privilegiada para acessar o mundo interno das crianças e favorecer a criação de novas possibilidades de ser e estar no mundo.

Allgayer et al. (2009) explana que o grupo é uma forma de construir novas alternativas, modos de subjetivação e também de existência. Com as infâncias, torna-se, assim, um espaço onde a etapa no desenvolvimento, a imaginação e a singularidade de cada infância são consideradas. Além disso, inspirados em Sartre (2002), compreendemos que os grupos podem constituir um espaço de "ser-com-os-outros", ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os sujeitos deixam de existir isoladamente e passam a compor projetos coletivos que os ultrapassam e os transformam. Assim, participar de um grupo como esse não apenas promove socialização, mas também possibilita experiências de reconhecimento, liberdade e invenção de si, aspectos fundamentais no desenvolvimento de um projeto-de-ser.

As brincadeiras espontâneas, muitas vezes sugeridas pelas próprias crianças, emergiam como vias privilegiadas de expressão simbólica de conflitos, medos, afetos e desejos. Em uma perspectiva existencial, o brincar não é apenas recreação: é um ato de criação de mundo. As histórias encenadas, os desenhos e pinturas feitas em conjunto e o uso do baralho das emoções não apenas ilustravam sentimentos, mas permitiam reelaborá-los de forma coletiva e sensível. Ao brincarem juntas, foi possível estabelecer um setting no qual as crianças traziam suas próprias narrativas de maneira livre e espontânea.

Durante os encontros, emergiram questões relacionadas à sociabilidade, como dificuldades na mediação de conflitos, expressividade afetiva e reconhecimento das emoções. A mediação qualificada desses momentos permitiu legitimar as formas singulares de expressão das crianças e propor outras vias de elaboração, muitas vezes apoiadas em materiais artísticos, o que evidenciou a função que a arte pode ter na expressão e identificação dos sentimentos. Ao serem incentivadas a nomear o que sentiam, ou a representar simbolicamente situações vividas, as crianças acessavam novas formas de compreender suas experiências, elaborando-as de modo mais complexo e menos solitário. O uso de recursos artísticos, além de favorecer a expressão simbólica, criou uma atmosfera estética que rompia com a rigidez institucional dos serviços de saúde. A presença de cores, formas e sons transformou o Centro de Saúde em um espaço mais vivo, na medida em que as crianças ocupavam aquele espaço.

Além das crianças, o grupo impactou também os profissionais envolvidos, instaurando um espaço de coafetação e coautoria do cuidado. Ao se colocarem como mediadores e não como especialistas, os estagiários e trabalhadores da saúde se implicaram no processo, o que favoreceu para que se colocasse em questão discursos e práticas adultocentradas. Essa postura dialógica e horizontal favoreceu a construção de vínculos potentes entre as crianças e o serviço de saúde, contribuindo para que o Centro de Saúde se tornasse um lugar de referência e pertencimento para elas.

Sartre (1997) destaca que a liberdade se exerce sempre em situação. Nesse sentido, foi fundamental reconhecer também os limites impostos às infâncias por instituições como a família, a escola e, por vezes, o próprio serviço de saúde. Em várias ocasiões, surgiram relatos de imposições, cobranças e estigmas vivenciados pelas crianças nesses espaços. Tais relatos foram acolhidos sem julgamentos e se tornaram matéria de reflexão coletiva.

A proposta se mostrou especialmente importante no atual contexto de desmonte das políticas públicas e precarização dos serviços de saúde. Em um cenário onde a medicalização da infância e a patologização da diferença ainda são hegemônicas, a experiência do grupo surge como contraponto potente: uma aposta radical na potência das crianças, no vínculo, no coletivo, no brincar e na arte como vias legítimas de cuidado e de produção de saúde mental.

A experiência do grupo terapêutico com crianças revela a potência de uma clínica ampliada que aposta na arte, no brincar e na convivência como modos legítimos de cuidado em saúde mental. Compreende-se o grupo como um dispositivo potente na Atenção Básica, na medida em que promoveu a formação de vínculos afetivos, inclusão e a prevenção de agravos em saúde mental. Ao se distanciar de uma prática centrada no diagnóstico e na correção de comportamentos, o grupo propiciou a emergência de um espaço de criação, expressão e elaboração coletiva das experiências. Assim, reafirmamos a importância de práticas clínicas que acolham a singularidade das infâncias e ampliem os modos de cuidar no território.

Referências

ALLGYER, M.; KIRCH, J. A.; ROSSI, E. Grupo terapêutico de crianças: ampliando o contexto da intervenção. In: PSICOLOGIA SOCIAL E POLÍTICAS DE EXISTÊNCIA: FRONTEIRAS E CONFLITOS. XV Encontro Nacional da Abrapso. 2009.

PRETTO, Z. Como a psicoterapia existencialista pode ser transformadora nas/das infâncias? Caminhos da clínica existencialista para e com as crianças. In: PRETTO, Z.; SCHNEIDER, D. R.; STRELOW, M.; GRIGOLO, T. M. (Orgs.). Psicoterapia existencialista: princípios metodológicos. Curitiba: Juruá, p. 47-63, 2022

SARTRE, J.-P. Crítica da Razão Dialética. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002. (Obra original publicada em 1960).

SARTRE, J.-P. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de P. Perdigão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997. (Obra original publicada em 1943).

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Mateus Ferreira Amorim	**Graduando(a)**	**UFSC**
Mateus Ferreira Amorim	**Graduando(a)**	**UFSC**
Rhebeca Miranda Nogueira	**Graduando(a)**	**UFSC**
Zuleica Pretto	**Doutor(a)**	**UFSC**

Arteterapia: arte para iluminar os medos das maternidades

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

ARTETERAPIA: ARTE PARA ILUMINAR OS MEDOS DAS MATERNIDADES

Mariana dos Santos Pellicciari

Arteterapeuta - UBAAT 10/242/0425.

Introdução:

Este trabalho analisa a contribuição da arteterapia na elaboração de medos e dúvidas relacionadas à maternidade, a partir da experiência do grupo arteterapêutico "(des)construções maternas". Ao longo de 39 semanas, reunindo mulheres que questionavam: "quero ou não quero ser mãe?", o grupo integrou o processo de conclusão da Formação de Terapeutas em Arteterapia do Incorporarte, cadastrado na Associação de Arteterapia do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, regulamentada pela UBAAT.

A pesquisa evidencia a potência da arteterapia como recurso para a redefinição de projetos de vida, favorecendo expressão, conscientização e humanização dos processos ligados à saúde mental das mulheres. Sustenta-se na perspectiva de que tornar-se mãe é uma construção simbólica e social, que transcende o aspecto fisiológico, abarcando múltiplos significados e paradoxos.

No contexto contemporâneo, ainda atravessado pelo maternalismo e naturalização do papel exclusivo das mulheres como cuidadoras, conforme aponta Vera Iaconelli (2023), a dúvida sobre ser ou não mãe segue tabu, gerador de sofrimento psíquico e bloqueios à livre construção de projetos existenciais. A ausência de espaços qualificados para escuta e expressão dessas questões compromete a saúde mental das mulheres e impacta suas relações e capacidade de realização.

A arteterapia apoia processos de individuação, entendida como integração psíquica e realização do potencial pessoal (Jung, 1988). O trabalho com imagens, símbolos e materiais expressivos, associado à escuta terapêutica, possibilitou o acesso aos desejos autênticos, ampliou a consciência sobre pressões sociais internalizadas e favoreceu escolhas mais alinhadas com o Self.

A experiência do grupo "(des)construções maternas" envolveu mulheres interessadas em explorar as complexidades da maternidade via a arteterapia. Conduzido por Aline Dutra Fialho e Mariana dos Santos Pellicciari, autora deste artigo, o grupo se propôs a criar um espaço acolhedor, ético e livre de julgamentos.

Método:

Trata-se de um estudo qualitativo, configurado como estudo de caso de grupo arteterapêutico online, realizado de março a novembro de 2023, com duração total de 100 horas, distribuídas em 37 encontros ao longo de 39 semanas. A proposta envolveu inicialmente cerca de 40 mulheres, das quais 11 participaram e 5 concluíram a jornada. O perfil predominante foi de mulheres brancas, classe média alta, heterossexuais, entre 34 e 40 anos, residentes em diferentes estados brasileiros.

Todas passaram por entrevistas individuais prévias para avaliar adequação e garantir suporte terapêutico adicional. A estrutura dos encontros incluía acolhimento, sensibilização corporal, prática arteterapêutica e roda de partilha. Temas e técnicas foram definidos ajustando-se às necessidades emergentes. Quatro encontros contaram com especialistas convidadas para aprofundar questões sobre maternidade e seus atravessamentos.

O processo terapêutico desenvolveu-se em ciclos progressivos, começando pela exploração da identidade das mulheres além da maternidade, com práticas simbólicas como construção de totens. Em seguida, aprofundou-se a reflexão sobre a maternagem recebida e o cuidado de si, representados na criação de ninhos, que evocaram memórias, desconfortos e ressignificações. A investigação da ancestralidade e das redes de apoio fortaleceu vínculos e o senso de pertencimento, enquanto a confecção de móbiles estimulou reflexões sobre o equilíbrio nas relações e a maternidade compartilhada. Por fim, o enfrentamento dos medos, simbolizados como “nós do corpo”, possibilitou às participantes conscientizar bloqueios e acessar recursos internos para lidar com tensões e incertezas. Após acessarem e simbolizarem seus medos, as participantes seguiram um percurso terapêutico centrado no fortalecimento da coragem, na construção de caminhos desejados e na ressignificação dos principais medos maternos, como o medo do arrependimento e da demanda. As práticas envolveram exercícios simbólicos, corporais e de escrita, promovendo maior fluidez emocional, discernimento e desconstrução de crenças limitantes. Esse processo consolidou

transformações significativas, ampliando o acesso à força interna e possibilitando escolhas mais conscientes na maternidade e na vida.

Mesmo no ambiente online, estratégias como envio de materiais, kits surpresa e sugestões de adaptações garantiram participação efetiva. A metodologia buscou construir, gradualmente, vínculos e um espaço seguro para abordar questões profundas sobre a maternidade, propiciando transformações subjetivas significativas.

Análise e discussão dos efeitos percebidos:

O percurso do grupo revelou o potencial transformador das práticas arteterapêuticas simbólicas e coletivas para fortalecer as mulheres diante dos desafios da maternidade. A arteterapia, ao trabalhar com linguagem simbólica e conteúdos inconscientes, possibilitou acesso à força interna e consciência dos desejos, aliviando pressões sociais e crenças limitantes.

Principais efeitos percebidos:

Ampliação da consciência sobre a pluralidade de vivências femininas;

Fortalecimento de vínculos e redes de apoio;

Ressignificação de memórias ligadas à maternagem;

Elaboração consciente de medos e desejos relacionados à maternidade.

As vivências favoreceram a elaboração de medos e dúvidas, assim como a ressignificação de memórias e a construção de novas narrativas sobre a maternidade, considerando marcadores sociais como raça, classe e orientação sexual. Destaca-se a importância do reconhecimento do racismo estrutural, que atravessa a experiência das mulheres negras, limitando seu direito à maternidade e seu acesso a espaços acolhedores. Ainda que a arteterapia não modifique diretamente essas estruturas sociais, ela oferece ferramentas para ampliar a autonomia e mitigar adoecimentos psíquicos decorrentes dessas opressões.

Observou-se, também, uma relação complexa entre os cuidados recebidos na história pessoal das participantes e o desejo ou a dúvida sobre a maternidade, indicando a necessidade de integrar razão, emoção e intuição nas decisões maternas.

A dimensão coletiva do grupo, mesmo em formato online, fortaleceu vínculos e possibilitou o compartilhamento de experiências que enriqueceram o processo terapêutico.

Considerações finais:

Este trabalho evidenciou que espaços seguros, onde mulheres podem acessar seus desejos e se conectar com seu Self, fortalecem o processo de individuação e promovem saúde mental. A arteterapia mostrou-se uma ferramenta eficaz para elaborar medos e dúvidas sobre a maternidade, aliviando pressões sociais e possibilitando escolhas mais conscientes — sejam elas pela aceitação ou recusa da maternidade.

Ressalta-se a importância de ampliar o suporte terapêutico antes da decisão de maternar e de expandir essas práticas a novos contextos. A arteterapia contribui para a elaboração de traumas, a construção de significados e o fortalecimento da autonomia decisória.

Este estudo aponta a necessidade de investigar a relação entre cuidados recebidos e desejo de maternar, assim como o impacto da racionalização excessiva em decisões que exigem integração entre razão, emoção e intuição.

A maternidade configura um tema coletivo, que demanda corresponsabilidade social e de gênero.

Atribuir novos significados à maternidade favorece relações familiares mais saudáveis e escolhas autônomas. Ao mitigar sofrimentos e ampliar possibilidades, a arteterapia contribui para reavaliar a maternidade como um passo fundamental para a saúde das mulheres e das infâncias.

Sugestões para futuras pesquisas:

Programas específicos para grupos sociais diversos;

Impacto da arteterapia na saúde mental perinatal;

Relação entre cuidados recebidos e desejo de maternar.

Reforça-se a importância de integrar práticas artísticas e culturais na promoção da saúde mental coletiva, especialmente em saúde sexual e reprodutiva. A arteterapia, ao permitir o acesso e a reelaboração de conteúdos inconscientes via linguagem simbólica, potencializa processos de conscientização e fortalecimento subjetivo, essenciais para a construção de projetos de vida autênticos.

Este estudo reforça a necessidade de reconhecer institucional e socialmente espaços terapêuticos que acolham e validem dúvidas relacionadas à maternidade como parte legítima da experiência humana, promovendo abordagens que valorizem a expressão singular e criativa dos sujeitos e garantam escolhas livres das imposições históricas e culturais.

Palavras-chave: Saúde Mental da Mulher; Maternalismo; Saúde Sexual e Reprodutiva; Arteterapia; Bem-Estar Materno; Individuação; Arte.

Referências

DINIZ, Ligia. Mitos e Arquétipos na Arteterapia. Rio de Janeiro : Wak editora, 2010, p.11-19.

IACONELLI, Vera. Manifesto Antimaternalista. Rio de Janeiro : Zahar, 2023.

JUNG, Carl Gustav. O eu e o Inconsciente, , Obras Completas, vol. VIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988 - p. 29.

TOCQUET, Marc. A Análise Psico-Orgânica. As Vias Corporais de uma Psicanálise. Rio de Janeiro : Numa Editora, 2020, p. 56.

UOL. Materna: o que pensam e querem as mães. Estudo traça o perfil das mães brasileiras, abordando seus desafios e necessidades. 2023.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Mariana dos Santos Pellicciari	**Pós-graduado(a)**	**UBAAT**

Atenção à Pessoa Idosa em Contexto de Desospitalização: um relato de experiência

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O presente relato de experiência se dá a partir das intervenções realizadas pelos Assistentes Sociais, dentre profissionais Preceptores e Residentes, além de estudantes acadêmicos (estagiários) em Serviço Social, de Hospital Universitário da região sul do Brasil. Portanto, este Relato de Experiência se apresenta como uma tentativa de crítica e reflexão sobre as práticas cotidianas do Assistente Social, com seus limites e possibilidades.

No contexto da saúde pública brasileira, onde a desospitalização segura é um processo sensível e repleto de variáveis, estes relatos trazem à tona essenciais aspectos que podem contribuir para a qualificação das práticas profissionais, através da criação de protocolos, fluxos e aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

Desse modo, frente ao contexto de envelhecimento populacional brasileiro, em que é cada vez maior o número de pessoas idosas, com repercussões para o Sistema Único de Saúde - SUS, como o aumento das doenças crônicas, respiratórias, cardiovasculares, mentais ou neurodegenerativas, além das limitações comuns de movimentos e redução da capacidade cognitiva, parece se fazer necessária uma maior qualificação dos processos de Alta Hospitalar segura.

No que tange ao trabalho do Assistente Social, consideramos que este Relato possa vir a lançar luz acerca da temática da Alta Hospitalar, com tão poucas referências acadêmicas, mas amplamente presente no cotidiano dos profissionais que trabalham na área da saúde. Daí se apresenta a justificativa para sua realização; a saber, uma tentativa de elucidar uma ampla temática, ainda tão pouco debatida no seio da categoria, mas que lhe demanda uma grande capacidade de planejamento, articulação interna e externa ao ambiente hospitalar, além de domínio da instrumentalidade e compreensão teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política do saber-fazer do Serviço Social.

Assim, acreditamos que o Relato de Experiência se constitui como um importante recurso acadêmico e profissional, pois possibilita o compartilhamento de vivências concretas e reflexões advindas do cotidiano acadêmico e de trabalho. Além disso, o relato de experiência promove a reflexão crítica sobre processos e instrumentos adotados para tal situação, incentivando o aprimoramento das práticas profissionais ao expor desafios e soluções encontradas, permitindo que novas abordagens sejam discutidas.

Neste sentido, este relato de experiência se propõe a apresentar a temática do cuidado à pessoa idosa, através do necessário conhecimento e compreensão acerca do processo de envelhecimento. De acordo com o Censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de idosos cresceu 57,4% em 12 anos. Em 2022, o número de idosos no país era 22.160.101.

O processo de desospitalização, de forma segura, é um grande desafio encontrado pelos profissionais que atuam dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Já há registros de unidades hospitalares que adotam protocolos e/ou processos que auxiliam nesse momento, visando garantir que o retorno ao domicílio se estabeleça de forma segura e não prejudicial ao paciente e seus familiares.

A desospitalização, principalmente quando falado a respeito de hospitais terciários, com maior grau de complexidade, está inserida em uma dinâmica de grande demanda de leitos, onde há exigência por sua rotatividade, além dos riscos de infecção e lesões ocasionadas por um período de internação prolongado. Assim, as altas médicas podem acabar sendo realizadas antes do previsto, mobilizando a equipe a agir de forma mais prematura (OLIVEIRA; BELAN; ZACARIAS, 2020).

Quando é discutido desospitalização, é defendido que este processo seja planejado previamente de forma multidisciplinar, ou seja, de forma que todas as especialidades que prestam atendimento ao paciente participem e contribuam para que sua saída do hospital seja nas condições ideias, garantindo assim sua segurança e a continuidade do seu processo terapêutico (OLIVEIRA; BELAN; ZACARIAS, 2020).

Nesta perspectiva, a alta não dependeria apenas da medicina, haja vista o conceito ampliado de saúde defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), onde diz que “Saúde é um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente ausência de doença ou enfermidade” (World Health Organization, 1946-48, p.1), várias outras profissões precisam se envolver tanto no processo de

tratamento de saúde, quanto na desospitalização, garantindo que o paciente tenha o necessário para obter saúde.

Sendo assim, este relato de experiência foi elaborado para discutir a respeito de um caso de uma paciente internada em leito de Clínica Médica, em um hospital universitário no sul do país. Caso esse que despertou inquietações as profissionais do Serviço Social que o acompanharam, sendo elas a assistente social preceptora e a residente, e suas estagiárias. Por isso, com o intuito de debater a temática e socializar a experiência, este relato possui como objetivo compreender quais são os elementos que perpassam a desospitalização de idosos em hospitais do SUS, suas dificuldades e possibilidades.

O trabalho se divide em cinco grandes eixos: introdução, relato de experiência, método, discussão e considerações finais. O relato trará a descrição do caso acompanhado e dos procedimentos adotados durante o atendimento da paciente. Já o método apresentará as técnicas metodológicas utilizadas para a elaboração deste relato. Já a discussão trará elementos que estão relacionados com a temática, os desafios encontrados na prática profissional e a explanação de estratégias para seus enfrentamentos. E por último, no item considerações finais seguirão as conclusões do estudo, apontando resumidamente o que foi trabalhado, seus resultados, e sugestões para o aprofundamento do debate sobre o tema.

Referências

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares. TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). Envelhecimento na sociabilidade do Capital. Campinas: Papel Social, 2017.

BERTELLI, Edilane; MOSER, Liliane. O que dizer das famílias? Concepções, mudanças e contradições. In: DAL PRÁ, Keli Regina; MOSER, Liliane. Família e Política Social: gênero, gerações e cuidado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020.

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_ aude.pdf> Acesso em 09 de Março de 2025.

COSTA, Denise Gisele Silva; SOARES, Nanci. Envelhecimento, Velhice e Políticas Públicas: uma análise crítica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2., 2016, Franca. Anais [...] . Franca: Unesp, 2016. p. 1-11.

FAGUNDES, Priscila Fernandes; Scandol Estela Márcia Rondina. Alta hospitalar responsável sob a ótica do cuidado em rede. Revista Serviço Social e Saúde, 2018 Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8655207 Acesso em 07 de Março de 2025.

FLESCH, Leticia Decimo; ARAUJO, Tereza Cristina C.F. de. Alta hospitalar de pacientes idosos: necessidades e desafios do cuidado contínuo. Revista Estudos de Psicologia, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000300008>. Acesso em 09 de Março de 2025.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. O contexto neoliberal e suas refrações na questão do envelhecimento. TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento na sociabilidade do Capital. Campinas: Papel Social, 2017.

OLIVEIRA, Letícia Leite de Souza; BELAN, Maria Eduarda Spanger; ZACARIAS, Thainá Cristina Rorato. Segurança Do Paciente Idoso: os desafios da desospitalização segura. 2020. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2020.

PINHO, Melícia Isabel de. A Repercussão do Cuidado Domiciliar em Saúde para as Famílias Usuárias do Programa Melhor em Casa: uma análise do município de Palhoça. 2023. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

VISENTIN, Angelita; LABRONICI, Liliana; LENARDT, Maria Helena. Autonomia do paciente idoso com câncer: o direito de saber o diagnóstico. Acta Paulista de Enfermagem, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 509-513, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002007000400021.

SILVA, da Vilmar. Qualidade de vida do idoso: cuidado do idoso, dever de quem? Revista Espaço Acadêmico, n° 110 - jul. 2010. Disponível em: < https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9226> Acesso em 10 nov. de 2024.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Nayara Alinne Soares Mendonça	**Doutorando(a)**	**UFSC**
Melícia Isabel de Pinho	**Pós-graduando(a)**	**UFSC**
Ma Yamani Maia Oberlaender Wichard Timmers	**Graduando(a)**	**UFSC**
Helena Caroline França	**Graduando(a)**	**UFSC**

Avaliação da integralidade da Rede de Atenção Psicossocial: Estudo de casos múltiplos

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução

A integralidade do cuidado pressupõe o acesso a cuidados abrangentes, que levem em conta diferentes dimensões da saúde, a partir de um entendimento do ser humano como um todo. Na Atenção Psicossocial, a integralidade requer a adoção de práticas colaborativas e coordenadas entre uma ampla gama de profissionais e setores, para que a subjetividade dos sujeitos seja escutada.

Crucial para alcançar esse propósito é a composição de uma rede de cuidados integrada. Com base nesse preceito, em 2011 foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Brasil. A RAPS visa ampliar o acesso dos usuários aos serviços, diversificar as estratégias de cuidado e articular os diferentes pontos de atenção (BRASIL, 2011).

Esse cenário de reorientação do modelo de cuidado, caracterizado por mudanças conceituais e práticas, tem sido objeto de poucos estudos avaliativos (SOUZA et al., 2021). Salienta-se o potencial da avaliação em saúde de fornecer embasamento à tomada de decisão com vistas a aprimorar as ações, serviços, redes e sistemas de saúde.

Objetivos

Avaliar a integralidade da Rede de Atenção Psicossocial em três municípios da Região Sul do Brasil com diferentes portes populacionais e configurações de rede.

Método

Trata-se de um estudo de casos múltiplos, método de investigação que se debruça com profundidade e detalhamento sobre determinado objeto (YIN, 2010), aqui definido como a integralidade no contexto da RAPS de três municípios. A seleção dos casos levou em conta o porte populacional e a composição da RAPS (caso 1: município com população < 20 mil habitantes, sem CAPS, cuja oferta de cuidado em saúde mental seja oferecida majoritariamente pela Atenção Básica; caso 2: entre 70 e 150 mil habitantes, com ao menos um CAPS e mais outro serviço dentre os

seguintes componentes da RAPS - Atenção Residencial de caráter transitório, desinstitucionalização ou reabilitação psicossocial; caso 3: população > 150 mil habitantes, com RAPS completa).

A Matriz de Análise e Julgamento utilizada para a avaliação compõe-se de duas dimensões – Elementos essenciais e Integrações - seis sub dimensões - Estrutura, Cuidado, Gestão, Integração dos cuidados, Integração funcional e Integração normativa - totalizando 16 indicadores (WEBER, CRAVEIRO, COLUSSI; 2022).

Selecionaram-se 15 participantes para o estudo, cinco por município: um gestor, dois profissionais e dois usuários. Os dados primários provenientes das entrevistas semiestruturadas e da observação direta foram triangulados com dados secundários coletados em campo (protocolos, relatórios, instrumentos de planejamento, entre outros) e dados extraídos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) e do Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS). Salienta-se que os dados de natureza qualitativa foram analisados à luz da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), enquanto os dados quantitativos foram transferidos para planilhas em Excel e submetidos à análise descritiva.

O trabalho foi aprovado por dois Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. As Secretarias Municipais de Saúde dos municípios formalizaram concordância com a pesquisa e os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que assegurou o anonimato, a confidencialidade dos dados e sua utilização exclusivamente para a pesquisa.

Análise/Discussão dos resultados encontrados e dos efeitos/impactos percebidos

Os três casos alcançaram desempenho satisfatório na dimensão Elementos Essenciais, enquanto a dimensão Integrações foi considerada satisfatória no caso 3 e regular nos casos 1 e 2.

Dentre os aspectos convergentes, sobressaiu-se a elevada pontuação da sub dimensão Cuidado, indicando o comprometimento dos profissionais nos diferentes cenários de atuação, com as práticas de acolhimento, com a singularidade e humanização do cuidado e com o atendimento às situações de crise.

Os municípios também tiveram um desempenho semelhante nas medidas relacionadas à prevenção e à educação em saúde no território. Tais atividades ficaram comprometidas com a pandemia. Entretanto, mesmo com todas as dificuldades daquele período, houve esforço em preservar e adaptar algumas delas, ofertando atividades de forma remota.

O espaço para debater demandas de saúde mental com a população, seja nos Conselhos de Saúde ou nas Assembleias dos CAPS, mostrou-se potente nos três casos. Reconheceram-se proposições pertinentes à saúde mental nos três planos municipais de saúde analisados. Contudo, se mostrou necessário incentivar maior participação dos usuários nos espaços de decisão, como reuniões de rede e/ou de colegiado, a fim de conferir maior legitimidade aos debates, além de atender ao lema da Luta Antimanicomial “Nada sobre nós sem nós”.

Os achados evidenciaram a importância da Atenção Básica como facilitadora da integralidade na RAPS, em especial no caso 1 e no caso 3, onde se encontrava mais bem estruturada. A diversificação do cuidado foi mais expressiva nas redes maiores, com destaque para a execução de práticas relacionadas à reinserção e reabilitação psicossocial pela via do trabalho.

Os casos 1 e 3, cada um à sua maneira, destacaram-se também por estabelecer critérios bem definidos de encaminhamento para todos os pontos de atenção, a partir de protocolos e outros documentos. Ambos os municípios dispõem de uma central própria de regulação das demandas relacionadas à saúde mental.

Entre os aspectos desfavoráveis, identificou-se a baixa regularidade na coleta, análise e monitoramento dos indicadores e das informações de saúde (vigilância em saúde) nos 3 casos, assim como sua ampla divulgação. Ainda que seja mais comum no domínio da Atenção Básica, convém que as equipes que atuam no âmbito especializado da Atenção Psicossocial cada vez mais se dediquem a reconhecer as demandas em saúde mental e os recursos dos territórios e a institucionalizar a avaliação das suas práticas como um processo educativo, permitindo a formulação de novas estratégias de cuidado, em articulação com a rede.

Ainda entre os aspectos desfavoráveis, a sistematização de espaços de Educação Permanente em Saúde mostrou-se comprometida nos casos 1 e 2, que alcançaram desempenho regular. A articulação da rede por meio de espaços formais de troca mostrou-se ainda mais fragilizada nesses dois casos, com resultado ruim. A justificativa desses dois fenômenos passa pelas dificuldades decorrentes da pandemia; contudo, salienta-se a possibilidade de adaptar os encontros à modalidade online, como foi feito com outras atividades.

Por fim, percebeu-se que, a despeito de todos os avanços que a implantação do prontuário eletrônico trouxe aos municípios, a falta de integração entre todos os

pontos da rede, em especial as emergências e os hospitais, limita a integralidade do cuidado nos três casos. Tal fato é ainda agravado pela dificuldade de comunicação entre sistemas.

Conclusões

Ainda que se constitua uma tarefa complexa, a avaliação da RAPS sob o enfoque da integralidade, através da aplicação de uma Matriz elaborada para esse fim, permitiu materializar os mecanismos que constituem a integralidade e retratar a realidade de três municípios, mesmo que a partir de recortes. Através da triangulação dos dados, constatou-se que houve convergência no conjunto dos dados analisados - primários (entrevistas e observação) e secundários (oriundos dos Sistemas de Informação e de documentos municipais).

Os resultados encontrados confirmam a consolidação de muitos avanços relacionados à estruturação da Atenção Psicossocial no Brasil, sobretudo na oferta de um cuidado qualificado em saúde mental no território de vida das pessoas – impulsionando o desempenho satisfatório dos três casos na dimensão Elementos essenciais. Já a dimensão Integrações mostrou-se mais bem-sucedidas no caso 3, que investiu mais em documentos e encontros formais para orientar os profissionais de toda a rede.

Referências

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS.

SOUZA, I. J.; WEBER, L.; LOPES, S. M.; COLUSSI, C. F.; NICKEL, D. A. Avaliação de Serviços de Atenção Psicossocial no Brasil: Uma revisão integrativa de literatura. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, v, 13, n. 37, p. 91-112, 2021.

WEBER, L; CRAVEIRO, I.; COLUSSI, C. F. Proposta de um modelo de avaliação para a Rede de Atenção Psicossocial na perspectiva da Integralidade. In: Cruz, M. M., Craveiro, I., Kabad, J. F.; Vitorino, S. A. S. (orgs.). Avaliação em saúde, redes sociotécnicas e translação do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2022. P. 260-279.

YIN, R. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4ª ed. São Paulo: Bookman, 2010.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Larissa Weber	**Doutor(a)**	**Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis**
Larissa Weber	**Doutor(a)**	**Prefeitura Municipal de Florianópolis**
Cláudia Flemming Colussi	**Doutor(a)**	**UFSC**

BluSmile - brinquedo assistivo para crianças com transtorno do espectro autista

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução e contextualização

O presente projeto foi desenvolvido como parte da disciplina de Prática Projetual IV do curso de Design Industrial da UDESC, com foco na criação de uma tecnologia assistiva para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo é preencher uma lacuna no mercado de brinquedos inclusivos, por meio de um produto que combina estímulos sensoriais personalizados, acessibilidade, design afetivo e funcionalidade terapêutica. O nome BluSmile une os termos “Blu” (referência à cor azul, símbolo de calma e confiança associada ao autismo) e “Smile” (sorriso, representando bem-estar e interação positiva), refletindo os pilares do projeto: acolhimento, equilíbrio emocional e incentivo à socialização.

O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação, na interação social e por padrões de comportamento repetitivos. Suas manifestações variam de acordo com o nível de suporte necessário. Nesse contexto, brinquedos adaptados podem desempenhar papel essencial no estímulo ao desenvolvimento motor, cognitivo e emocional, sendo a tecnologia assistiva uma aliada importante na inclusão e no bem-estar infantil.

Requisitos de projeto

Em um projeto de Design se torna necessária a definição de requisitos claros e eficientes que garantam que o projeto atenda de forma eficaz às necessidades do público-alvo. Neste caso, de um brinquedo assistivo voltado para crianças com autismo, esses requisitos auxiliam não apenas as escolhas funcionais que o produto deve possuir, como também as decisões estéticas e simbólicas, assegurando que ele seja acessível, afetivo e significativo para essas crianças.

Como função prática, BluSmile deve promover o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças, além de proporcionar suporte à autorregulação emocional em situações de sobrecarga sensorial. Já a estética deste brinquedo envolve a

utilização de cores suaves, formas arredondadas e materiais táteis diversos, que tragam segurança, acolhimento e desperte curiosidade e interesse visual para esse público infantil. Por fim, a simbologia do produto representa a união entre tecnologia e cuidado, reforçando sua função como ferramenta de apoio emocional e inclusão social.

Metodologia de estudos e pesquisa

A metodologia aplicada no projeto BluSmile seguiu uma abordagem centrada no usuário, integrando ferramentas do design com fundamentos das áreas da saúde e da educação. O objetivo foi compreender as necessidades reais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), seus cuidadores e profissionais envolvidos, para desenvolver um brinquedo assistivo funcional, sensível e eficaz. A pesquisa iniciou-se com levantamentos teóricos sobre o TEA, abordando suas características, níveis de suporte e formas de acompanhamento terapêutico. Isso ofereceu uma base sólida para que o projeto fosse conduzido com ética, empatia e responsabilidade.

Foram aplicados dois formulários online: um voltado a pais e responsáveis, com perguntas sobre rotinas, desafios e interesses das crianças; outro destinado a profissionais da saúde e da educação, com foco em suas experiências clínicas, percepções sobre tecnologias assistivas e recomendações técnicas. Os dados coletados permitiram traçar um panorama claro sobre preferências sensoriais, dificuldades de socialização e estratégias de apoio à autorregulação emocional. Para aprofundar a compreensão do contexto, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com terapeutas ocupacionais, psicólogas, neurologistas, fonoaudiólogas e estudantes da área da saúde. Esses depoimentos reforçaram a importância de brinquedos personalizáveis, intuitivos e que ofereçam suporte emocional sem causar sobrecarga sensorial.

Com base nas informações obtidas, foram desenvolvidas personas e uma jornada do usuário, representando o cotidiano de crianças com TEA e os momentos em que o brinquedo poderia atuar como mediador sensorial e emocional. Essa etapa guiou decisões de design com foco na empatia e na aplicabilidade real do produto. A equipe também realizou uma análise de mercado, incluindo benchmarking de produtos similares e elaboração de matrizes de posicionamento (como Lúdico vs Forma e Portabilidade vs Tecnologia). Um safári fotográfico em lojas de brinquedos

e ambientes sensoriais contribuiu para mapear tendências e identificar lacunas de mercado.

Por fim, foram utilizadas ferramentas de criatividade, como brainstorm, árvore funcional e biônica, para gerar alternativas conceituais baseadas em formas amigáveis e elementos da natureza. A seleção da proposta final foi feita a partir de matrizes de decisão, que consideraram critérios como usabilidade, estímulos sensoriais, valor afetivo e potencial terapêutico. Essa metodologia integrada e colaborativa assegurou que o BluSmile fosse desenvolvido de maneira cuidadosa e alinhada às reais demandas do público infantil neurodivergente, resultando em uma solução funcional, lúdica e afetiva.

Seleção de alternativas e produto final

Foram geradas seis alternativas de brinquedo com diferentes formatos e propostas: robô, estrela, astronauta, urso, gato-cachorro e nuvem. Cada uma trazia variações de formas, texturas, estímulos sensoriais e funções interativas. Após análise criteriosa por meio de uma matriz de decisão, a alternativa escolhida foi o astronauta, por apresentar o melhor equilíbrio entre ludicidade, tecnologia e funcionalidade assistiva.

O formato final do BluSmile se inspira nessa proposta: uma mochila interativa com visor de comunicação, rostinho acolhedor, texturas sensoriais, botões funcionais, saída de som e adesivos perfumados. Com seu design pensado para oferecer conforto, estímulo e segurança, o brinquedo atua como um “amigo virtual”, promovendo a autorregulação emocional, a socialização e o aprendizado de forma afetuosa e acessível. Além disso, é portátil, personalizável e adaptável a diferentes contextos — em casa, na escola ou em ambientes terapêuticos.

Outrossim, por ser um modelo que chame a atenção e estimule a criatividade de crianças de 3 a 12 anos, o astronauta, por meio das missões espaciais - atividades digitais ou manuais propostas pelo BluSmile de acordo com o nível de desenvolvimento de cada criança - convida o pequeno usuário a explorar novas experiências de forma amigável e segura. Essas interações são pensadas para promover o aprendizado, fortalecendo vínculos com cuidadores, terapeutas e colegas. O uso de desafios temáticos, como montar peças, identificar emoções ou realizar tarefas de rotina, ajuda a criança a desenvolver habilidades cognitivas, motoras e emocionais, respeitando seu ritmo e suas preferências sensoriais.

Aplicativo

Para maior personalização do produto, foram desenvolvidas as interfaces do aplicativo que seria vinculado ao brinquedo. O aplicativo oferece funcionalidades adaptadas a diferentes perfis de usuários. Pais e responsáveis podem monitorar o desenvolvimento da criança, registrar percepções do dia a dia e acompanhar atividades. Já profissionais como terapeutas, psicólogos e educadores têm acesso a ferramentas clínicas, podendo registrar evoluções, prescrever tarefas adaptadas e gerar relatórios.

Diferencial e potencial no mercado

O BluSmile se posiciona como um produto inovador por integrar múltiplos estímulos sensoriais, design afetivo, funcionalidade terapêutica e conectividade digital. Seu principal diferencial está na sua capacidade de personalização que atende às necessidades específicas de cada criança. Ademais, ele ultrapassa a função de entretenimento e se torna uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento, à inclusão e à comunicação de crianças com TEA. Pensado para ser funcional e acessível, o projeto também valoriza a sustentabilidade e a segurança dos materiais utilizados como, madeira reflorestada, algodão reciclado e impressão 3D de PLA.

Consideração final

O projeto BluSmile representa um avanço no campo do design inclusivo, propondo uma solução acessível, funcional e sensível às demandas de crianças com TEA. Esse produto evidencia a importância do design centrado no usuário e da escuta ativa de profissionais e familiares para criar um produto que, além de lúdico, promove afeto, inclusão e autonomia.

Referências

Amazon. Pop It Eletrônico Brinquedo Anti Stress, [s.d]. Disponível em:<https://www.amazon.com.br/Eletr%C3%B4nico-Brinquedo-Crian%C3%A7a-Sensorial-Astronalta/dp/B0CM6XL56C>. Acesso em: 1 de Abril de 2025.

BANDEIRA, Gabriela . Tecnologia assistiva: aliada na educação de crianças autistas. Genial Care, 2023. Disponível em: https://genialcare.com.br/blog/tecnologia-assistiva-autismo/. Acesso em: 15 mar. 2025.

Biblioteca Virtual da Saúde. Transtorno do Espectro Autista – TEA (autismo), 2023. Disponível

em:<https://bvsms.saude.gov.br/transtorno-do-espectro-autista-tea-autismo/>. Acesso em: 24 de Março de 2025.

Brinquedos para autismo. Brinquedo Montessori Polvo Sensorial Fidget. [s.d.].Disponível em: <https://brinquedosparaautismo.com.br/products/brinquedo-montessori-polvo-sensoria-fidget?currency=BRL&variant=47257327173939&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=Google%20Shopping&stkn=bb104e50d7d9&gad_source=1&gbraid=0AAAAAqGW8UptaPAtcHF1eKQTpYmVj_iZb>. Acesso em: 31 de Março de 2025

Brinquedos para autismo. Fidget Spinner Anti Stress Alívio Ansiedade, [s.d]. Disponível em: <https://brinquedosparaautismo.com.br/collections/brinquedos-para-autismo-5-anos/products/fidget-spinner-anti-stress-alivio-ansiedade>. Acesso em: 1 de Abril de 2025.

Brinquedos para autismo. Tapete Musical Piano Educativo, [s.d]. Disponível em: <https://brinquedosparaautismo.com.br/collections/brinquedos-eduacativos/products/tapete-musical-piano-educativo>. Acesso em: 1 de Abril de 2025.

Camcol. Brinquedo Sensorial - Aprendendo Tecnologia. [s.d]. Disponível em: https://camcol.com.br/products/brinquedo-sensorial-aprendendo-tecnologia?variant=43874255274138&country=BR¤cy=BRL&utm_medium=product_sync&utm_source=google&utm_content=sag_organic&utm_campaign=sag_organic&gad_source=1&gbraid=0AAAAAo4BCS9xNo7hs5hPW7QMklZ5LeoTJ. Acesso em: 31 mar. 2025.

CIVIAM. I-110 Tablet para comunicação alternativa Tobii, [s.d]. Disponível em: <https://tecnologiaassistiva.civiam.com.br/produto/i-110-tablet-para-comunicacao-alternativa-tobii/> . Acesso em: 1 de Abril de 2025.

Coolors. Palette Visualizer, [s.d]. Disponível:<https://coolors.co/visualizer/>. Acesso: 4 de Abril de 2025.

Criativaê. MagicCube EDC - Alívio para autismo. [s.d]. Disponível em: https://criativae.com.br/products/magiccube-edc-alivio-para-autismo-tdah-e-ansiedade-criativae?variant=44090261176557&country=BR¤cy=BRL&utm_source=google&utm_content=&utm_campaign=21172873908&gad_source=1&gbraid=0AAAAAoLjmyTrifXBxNbRAVXvsTYVphkJe. Acesso em: 31 mar. 2025.

Floripa Airport. Aeroporto para Todos: um programa de inclusão pioneiro em aeroportos do Brasil, [s.d]. Disponível em:<https://floripa-airport.com/aeroporto-todos>.Acesso em: 29 de Março de 2025.

HELENO, Ana Luiza ; OLÉA , Camila ; YANEZ, Daniela. TEA - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONCEITOS E INTERVENÇÕES DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO. UNAERP, 2019. Disponível em: https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-4-edicao-4/3703-rci-espectro-autismo-07-2020/file. Acesso em: 14 mar. 2025.

MOÇO, Anderson. Espectro autista: entenda por que é um espectro e como é o transtorno, 2022. Disponível em: <https://vidasaudavel.einstein.br/espectro-autista/>. Acesso em: 24 de Março de 2025.

Mundo Autista. Brinquedo Sensorial 3D para Autista, [s.d]. Disponível em:<https://lojamundoautista.com.br/produto/brinquedo-sensorial-3d/>. Acesso em: 1 de Abril de 2025.

PINTO, Rayssa ; TORQUATO, Isolda; COLLET, Neusa; REICHERT, Altamira ; NETO, Vinicius; SARAIVA, Alynne. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. RGE - Revista Gaúcha de Enfermagem, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 mar. 2025.

PONTES, Sergio . ISO: Códigos de produtos de apoio. Mega Pontes - Soluções em tecnologia acessível, 2020. Disponível em: https://megapontes.pt/iso-codigos-de-produtos-de-apoio-lista/. Acesso em 23 de Março de 2025

RISSATO, Heloise. Brinquedos para autismo e a importância do uso de objetos reguladores, 2022. Disponível em:<https://genialcare.com.br/blog/brinquedos-para-autismo-e-a-importancia-do-uso-de-objetos-reguladores/>. Acesso em: 24 de Abril de 2025.

RISSATO, Heloise . CAA e autismo: conheça a Comunicação Aumentativa e Alternativa e como ela ajuda no desenvolvimento da criança com TEA. Genial Care, 2019. Disponível em: https://genialcare.com.br/blog/caa-e-autismo/. Acesso em: 21 mar. 2025.

Secretaria da Saúde do Paraná. Transtorno do Espectro Autista (TEA). [s.d]. Disponível

em:<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Transtorno-do-Espectro-Autista-TEA>. Acesso em 24 de Março de 2025.

Starmovin. O que é algodão reciclado?, [s.d]. Disponível em: <https://startmovin.com/pages/o-que-e-algodao-reciclado?srsltid=AfmBOorqXItrJoowB-JFOklvprFsRC_LNi4yUDVF7CMuWI3VAaZZuWk2>. Acesso em: 26 de Março de 2025.

Super Baby. Maleta Educativa Sensorial Montessori LudiKids | 1 a 7 anos. [s.d.]. Disponível em: https://superbabybrasil.com/products/maleta-educativa-sensorial-montessori-ludikids-1-a-7-anos?currency=BRL&variant=48963310321985&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=Google%20Shopping&stkn=e08a48b2a6fa&gad_source=1&gbraid=0AAAAA-RDmiQbLPATvg-c8T-DqjzPcbCmH.

TEUVO. Brinquedo montessori, volante de madeira, placa ocupada, brinquedos sensoriais de madeira para crianças, viagens pré-escolares, atividades de aprendizagem. [s.d]. Disponível em: https://www.magazineluiza.com.br/volante-de-atividades-carro-de-madeira-brinquedo-montessori-royal-toys/p/ah5bd9f4e8/br/bbpb/?seller_id=gazoom&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=79276&utm_campaign=google_eco_per_ven_pla_lon_apo_3p_bb-br-itm-li_ssc&utm_content=&partner_id=79276&gclsrc=aw.ds&gad_source=1&gbraid=0AAAAAD4zZmT18EoU_tlI3FbSumQqdZi4L. Acesso em: 31 mar. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Fernanda Gerber Dagostini	**Graduando(a)**	**UDESC**
Natália de Melo Bueno	**Graduando(a)**	**UDESC**

CaminhARTE: Tecendo uma Psicologia Integrada à Natureza/Cultura a partir da TAR

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de iniciação científica, CaminhARTE: a TAR na constituição de redes entre humanos e não-humanos na natureza, que integra o Laboratório conTAR (Laboratório Contemporaneidade e Teoria Ator-Rede), e faz parte Práticas Inspiradoras em Atenção Psicossocial da Fiocruz, com o intuito de pensar outros modos de fazer Psicologia, consequentemente, outros modos de produzir saúde mental articulado com a arte. Buscando quebrar a dicotomia entre Natureza/Cultura, nosso objetivo é criar deslocamentos nas redes de afeto, novas formas de esTAR no mundo, e de fazer Psicologia. Trazemos como base teórico-metológica a Teoria Ator-Rede (TAR) que propõe um modo de fazer ciência que não seja universalizante, e que se faça a partir da implicação. Assim, apoiamos-nos em epistemologias que possam questionar a proposta relacional da ótica ocidental, patriarcal e capitalista, trazendo os estudos de autores da TAR, como Vinciane Despret, Bruno Latour, Márcia Moraes, Laura Quadros, Annemarie Mol, Débora Lomba, Donna Haraway e no diálogo com autores que partilham um modo de pensar semelhante, como Ailton Krenak, Vandana Shiva, Nego Bispo e Ivone Gebara. Pautamos a pesquisa no fazer COM, proposto por Márcia Moraes (2010), e não no fazer sobre o outro, entendendo que há uma troca necessária sem uma sobreposição de saberes, afinal compomos essa rede com muitos e múltiplos atores. Assim, nossa prática é implicada e política, por não buscar a neutralidade. Com os estudos no Laboratório comTAR, as trocas teóricas, e as vivências realizadas no Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, buscamos fazer uma Psicologia a partir da TAR com os atores humanos e não-humanos na floresta, entendendo que estes não são dados de antemão, mas sim a partir do encontro com o que afeta, com o que gera efeitos, formando redes e novos mundos, que intencionamos que sejam mais sustentáveis para todas as espécies. Nossas práticas se dão, então, segundo Débora Lomba (2015), numa perspectiva de compor com a arte não enquanto ferramenta, mas com viés

relacional, em que a partir das proposições artística mundos podem ser criados a com as afetações reverberadas nas experiências. A noção de corpo, proposta pela TAR, é de um corpo em abertura, implicado e articulado, um corpo que fazemos, que aprende a ser afetado, enquanto também provoca afetações, ficou em evidência através da percepção de como as pessoas chegavam na floresta e como esse corpo ocupava os espaços de forma mais confortável e se percebendo de maneira integrada a Natureza, na medida em que experienciaram as vivências propostas. Um corpo que se transforma a partir dos encontros e formas de se estar, que se torna disponível ou não, a partir do que experiencia, nos fez refletir sobre outras formas possíveis de se pensar a subjetividade na Psicologia, de forma mais integrada e em rede. O caminhARTE é um trabalho em que buscamos criar desestabilizações que provoquem novos modos possíveis de estar e se relacionar, através de propostas terapêuticas, rodas de troca, e vivências artísticas. O que nos leva a pensar a saúde mental de modo relacional, como reverberação que pode se dar pelos bons encontros promissores (Lomba e Lima, 2020) e que vimos serem promovidos nos encontros do caminhARTE, onde os participantes relataram maior paz e integração com a Natureza após as vivências. As atividades artísticas propostas, com materiais coletado na trilha que trouxessem implicação, também geraram desestabilizações na rede, uma vez que impulsionaram a abertura para afetação com humanos e não-humanos. Isso se deu no sentido de que as pessoas participantes começaram também a coletar os lixos do caminho, o que se tornou uma prática do caminhARTE. Assim como a ideia de mal entendido promissor (Despret, 1999) permeou nossas práticas quando tivemos como participantes um casal de fumantes que demandavam um número maior de pausas, para descansar, ou até mesmo para fumar. Assim, tivemos que ajustar o ritmo e formato da experiência para incluir o cigarro enquanto ator da rede, adaptando o tempo do coletivo para respeitar os atores envolvidos, até mesmo considerando que a nossa proposição é de integração de Natureza/Cultura. Trabalhando a partir da TAR seguimos os atores, vendo o que emerge no campo. Nesse caso, o mal entendido é agregado em nossa atividade, revertendo-se em algo potente. Nossa atenção se volta para as conexões e as reverberações da rede, tecendo o caminho com os atores, ao invés de impor uma forma de fazer. O que demonstra o nosso fazer COM os atores produzindo um modo de vivenciar a produção de saúde mental de forma coletiva, por ser integrada a uma prática de composição, de acolhimento e portanto

de compartilhamento. A integração de saberes não-hegemônicos também reforça a nossa busca por não reafirmarmos uma verdade única, voltando-nos para as potências que as conexões trazem. Parcerias com práticas como Tantra e Yoga trouxeram perspectivas valiosas sobre o corpo como "templo", em contraponto à visão da TAR, de um corpo articulado e em rede. Ou ainda da visão corroborada por ambas, de que não temos um corpo, mas somos um corpo. Este diálogo buscou explorar efeitos relacionais, e o que cada perspectiva faz fazer na percepção do corpo e na forma como nos relacionamos, sem pretender estabelecer verdades únicas. Assim, pela proposição de Vandana Shiva (2003), buscamos tecer com diversos saberes, rejeitando as monoculturas epistemológicas, entendendo que a monocultura do solo, começa na monocultura da mente, e da exclusão da diversidade. Tal contribuição é particularmente valiosa para a forma de se fazer psicologia mais diversa e mais articulada. Nas vivências do caminhARTE também percebemos a forma como a rede pode trazer a ampliação das possibilidades de formas de fazer e ser, pois estando conectados e em relação, estamos também em abertura para novas implicações e transformações. A todo tempo nos fazemos e nos refazemos. Em momentos desafiadores como uma "escalaminhada", testemunhamos a superação de limites através da potencialização coletiva. O apoio grupal permitiu que participantes superassem barreiras, demonstrando como as redes de afeto ampliam possibilidades. Esta experiência reforça nossa crítica à Psicologia moderna, que isola o sujeito em uma interioridade, sem destacar o potencial transformador e contínuo dos encontros, com humanos e também não-humanos. Por fim, percebemos que as reverberações destacadas ultrapassaram a experiência imediata, provocando também efeitos em demais atores presentes na rede das pessoas participantes. Assim, buscamos com o caminhARTE, propor uma relação de integração a Natureza/Cultura, na vida e na construção de uma psicologia que considere o sujeito em abertura, sendo agenciado e agenciando relações com humanos e não-humanos. A partir da teceduras com epistemologias não-hegemônicas, buscamos romper com a monocultura da mente, fazendo uma Psicologia não-moderna e mais diversa, para que possamos ampliar o horizonte de nossas práticas.

Referências

DESPRET, V. Ces émotions que nous fabriquent: ethnopsychologie de l’authenticité. Paris: Lês empecheurs de penser en rond, 1999

LOMBA, Débora Emanuelle Nascimento; LIMA, Thiago de Sousa Freitas. Bons encontros promissores: parcerias e travessias no PesquisarCOM. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 15, n. 3, p. 1-11, 2020

LOMBA, Débora Emanuelle Nascimento. Um diálogo entre a teoria ator-rede e a proposta artística de Hélio Oiticica: o que a psicologia tem a ver com isso?. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v.15, n.4, p. 1258-1275, 2015

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (Org.). Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Rebecca Araújo Arruda	**Especialização em curso**	**Instituto ComTAR**
Debora Lomba	**Doutor(a)**	**Instituto ComTAR**
Fernanda Ferreira da Silva Azevedo Palhares	**Graduando(a)**	**Universidade Santa Úrsula**

Características do ambiente familiar e a sua influência na saúde mental infantojuvenil

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução:

Considerando que a saúde mental infantojuvenil é atravessada por construções sociais, culturais e simbólicas, entende-se que o ambiente familiar tem um papel fundamental na saúde mental de crianças e adolescentes, sendo os problemas de saúde mental mais frequentes em populações em risco de pobreza ou exclusão social (González et al., 2023).

A família, assim, se configura como o ambiente mais importante na infância, uma vez que influencia diretamente a saúde infantil por meio de suas múltiplas características (Hoffmann et al., 2022).

Diante disso, objetivou-se investigar de que forma as características do ambiente familiar interagem com aspectos da saúde mental de crianças e adolescentes.

Método:

Este é um estudo exploratório, descritivo e analítico, abordagem quantitativa e recorte transversal, ambientado no município de Lagarto, Sergipe.

A amostra foi por conveniência e foi composta por indivíduos de famílias com crianças e/ou adolescentes. Foram incluídas famílias com pelo menos uma criança ou adolescente entre 4 e 16 anos, sendo excluídos os participantes responsáveis legais com idade inferior a 18 anos.

A pesquisa ocorreu entre novembro de 2022 e março de 2023, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e ambulatórios ligados à Universidade Federal de Sergipe (UFS). A coleta de dados aconteceu mediante a aplicação de um questionário elaborado pelas autoras para caracterização familiar no âmbito socioeconômico e ambiental.

Foi também aplicado o Questionário de Capacidades e Dificuldades (SQD, do inglês: Strenghts and Difficulties Questionnaire) elaborado por Goodman (1997) e validado no Brasil por Fleitlich, Cortázar e Goodman (2000). Esse questionário se divide em cinco escalas, sendo: escala de sintomas emocionais, de problemas de

conduta, de hiperatividade, de problemas de relacionamento com os colegas e de comportamento pró-social, que pontuam de 0 a 40 pontos, sendo de 0 a 13 o perfil típico sem alterações (Saur; Loureiro, 2012).

Esses dados foram tabulados no software Statistical Package for the Social Science, versão 23.0 (SPSS Statistics 23). A análise ocorreu com o teste de Qui-Quadrado, sendo considerado estatisticamente significante quando $p<0,05$.

O estudo respeitou os princípios éticos da Resolução nº 466, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFS, sob parecer 5.546.235. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o que formalizou sua concordância em participar do estudo.

Resultados e discussão:

Foram coletados dados de 102 famílias. A média de idade de crianças e adolescentes foi de 9,21 (DP= 3,721), com predomínio do sexo masculino (54%).

Avaliada a saúde mental infantojuvenil, construiu-se o perfil desses a partir das pontuações. A pontuação média total foi 20,96 (DP: 6,127, menor: 11, maior: 37), que sugere a presença de alterações na saúde mental das crianças e dos adolescentes.

Comparada aos domínios específicos, percebe-se diferença, visto que a maioria pontuou como típico para Sintomas Emocionais (75%); Problemas de Conduta (76%); Hiperatividade (72%); Problemas de Relacionamento (65%) e Comportamento Social (88%).

As alterações de saúde mental infantojuvenil se manifestam de maneira diferente do que é conhecido em adultos, podendo se apresentar como agressividade e agitação excessiva, isolamento, desatenção e dificuldade no cumprimento de atividades, fatores que comprometem o desempenho escolar (Cid et al., 2019), que podem ser identificados como hiperatividade, problemas de conduta, comportamento social ou problemas de relacionamento.

Quanto às famílias abordadas, a maioria era composta por três pessoas (44%) e 11% de famílias de cuidador solo. Em menos da metade das famílias, há o convívio com mais de uma criança ou adolescente na casa (40%), sendo que 39% são irmãos.

A relação entre os pais também foi uma variável investigada, ao que se observou que 65% das famílias eram compostas por pais casados ou em união estável e 30% de famílias com pais divorciados. Dentre os pais divorciados, 14 mantinham contato

e 19 não mantinham. Ainda, 4% dos pais da criança/adolescente não chegaram a ter relacionamento e em 1% a paternidade é desconhecida.

Das crenças familiares, 92% das famílias possuem religião, com destaque para religião católica (70%), seguida da religião evangélica ou protestante (20%).

Notou-se fragilidade socioeconômica na amostra através dos 22% núcleos que não possuíam renda fixa, bem como as famílias que possuem apenas uma pessoa com renda fixa (45%). Além disso, 59% das famílias conta com menos de um salário mínimo.

Os locais de moradia contam com água encanada e tratada (97%), iluminação (95%) e coleta de lixo (90%). Com maior variação, o saneamento básico esteve presente em 77%, a pavimentação em 72% e os espaços de lazer apenas em 57% dos casos. É possível que a ausência de espaços de lazer e socialização interfira não apenas na saúde mental, mas também na expressão cultural e no direito ao brincar, fundamentais no desenvolvimento psíquico e social.

Ao associar as variáveis, foi percebida significância entre o relacionamento dos pais da criança/adolescente e o domínio do comportamento social (p= 0,026). O contato entre pais divorciados também teve relevância e demonstrou associação com o estado de saúde mental geral (p= 0,023).

O convívio com outra criança em casa esteve associado a sintomas emocionais (p= 0,005). Esse domínio também teve relação com o tamanho da família (p= 0,019) que, por sua vez, teve associação com problemas de conduta (p= 0,000).

As condições do local de moradia também se mostraram significantes para a saúde mental infantojuvenil e seus domínios específicos. Assim, a existência de espaços de lazer esteve associada à saúde mental geral (p= 0,046), bem como para o domínio da hiperatividade (p= 0,043). Esse domínio, por sua vez, foi significativo para locais com coleta de lixo (p=0,003) e com iluminação (p=0,004). A coleta de lixo também foi associada ao domínio de problemas de relacionamento (p=0,004).

Diante disso, é importante reconhecer fatores externos também como determinantes para a saúde mental de crianças e adolescentes. Condições de vida, vulnerabilidade e inequidades sociais têm reflexo no bem estar infantojuvenil, bem como em sua saúde mental e desempenho escolar (Sousa et al., 2021).

O nível de estabilidade e de uso dos recursos financeiros da família já foi associado ao bem-estar infantojuvenil e com resultados de longo prazo (Foster, 2002). O fator econômico é uma das variáveis que vem sendo estudada dentro do contexto

chamado de “caos doméstico” em estudos internacionais, definido como uma desorganização generalizada(Andrews et al., 2021; Grace; Barr-Anderson; Fulkerson, 2022; Zhang, 2022). Esse cenário de caos está associado ao estresse emocional infantil, que também afeta o cuidador (Zhang, 2022).

Tais resultados reforçam a importância de uma abordagem multidimensional na promoção da saúde mental infantojuvenil, considerando não apenas os aspectos individuais, mas também o contexto familiar, socioeconômico e ambiental em que a criança e adolescente estão inseridos.

Considerações finais:

Evidenciou-se que a saúde mental de crianças e adolescentes está relacionada ao ambiente familiar e às condições socioeconômicas. Aspectos como o relacionamento parental, a composição familiar e as condições de moradia influenciam diretamente diferentes domínios do bem-estar infantojuvenil.

Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas que promovam ambientes familiares saudáveis, garantam segurança econômica e ampliem o acesso a serviços básicos e espaços de lazer, fundamentais para o desenvolvimento e a saúde mental de crianças e adolescentes. Nesse sentido, recomenda-se o fortalecimento de ações intersetoriais entre saúde, assistência social, educação e cultura, que possibilitem o acompanhamento dessas famílias, a ampliação dos vínculos sociais e a criação de projetos para promoção do bem-estar psicossocial infantojuvenil.

Referências

ANDREWS, Krysta et al. Effects of household chaos and parental responsiveness on child executive functions: a novel, multi-method approach. BMC Psychology, v. 9, n. 1, p. 147, 2021.

CID, Maria Fernanda Barboza et al. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. Pro-Posições, v. 30, p. e20170093, 2019.

FLEITLICH, Bacy; CORTÁZAR, Pilar García; GOODMAN, Robert. Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ). Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ), v. 8, n. 1, p. 44–50, 2000.

FOSTER, E. Michael. How Economists Think about Family Resources and Child Development. Child Development, v. 73, n. 6, p. 1904–1914, 2002.

GONZÁLEZ, Llúcia et al. Poverty, social exclusion, and mental health: the role of the family context in children aged 7–11 years INMA mother-and-child cohort study. European Child & Adolescent Psychiatry, v. 32, n. 2, p. 235–248, 2023.

GOODMAN, Robert. The Strengths and Difficulties Questionnaire: A Research Note. Journal of Child Psychology and Psychiatry, v. 38, n. 5, p. 581–586, 1997.

GRACE, Stephanie M.; BARR-ANDERSON, Daheia J.; FULKERSON, Jayne A. Exploring Associations of Household Chaos and Child Health Behaviors in Rural Families. American Journal of Health Behavior, v. 46, n. 1, p. 49–59, 2022.

HOFFMANN, Stephanie et al. Moderating or mediating effects of family characteristics on socioeconomic inequalities in child health in high-income countries – a scoping review. BMC Public Health, v. 22, n. 1, p. 338, 2022.

SAUR, Adriana Martins; LOUREIRO, Sonia Regina. Qualidades psicométricas do Questionário de Capacidades e Dificuldades: revisão da literatura. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 29, n. 4, p. 619–629, 2012.

SOUSA, Citrya Jakellinne Alves et al. A puericultura como estratégia para promoção da saúde da criança na atenção primária / Childcare as a strategy to promote child health in primary care. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 6, p. 60604–60625, 2021.

ZHANG, Xiao. Household Chaos and Caregivers' and Young Children's Mental Health during the COVID-19 Pandemic: A Mediation Model. Journal of Child and Family Studies, v. 31, n. 6, p. 1547–1557, 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Thaiane Santana Santos	**Mestrando(a)**	**UFS**
Cleidiane Lima de Oliveira	**Graduado(a)**	**Universidade Federal de Sergipe**
Amanda Silva Chagas	**Graduado(a)**	**Universidade Federal de Sergipe**

Maria do Socorro Claudino Barreiro	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Pernambuco**
Anny Giselly Milhome da Costa Farre	**Pós-doutor(a)**	**Universidade Federal de Sergipe**
Carla Kalline Alves Cartaxo Freitas	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Sergipe**

Comunidade de Fala Floripa: Protagonismo e Transformação em Saúde Mental

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução: A Comunidade de Fala (CdF), idealizada pelo jornalista e ativista estadunidense Richard Weingarten, configura-se como um projeto de relevância singular no campo da saúde mental. Sua proposta central reside na capacitação de indivíduos com histórico de sofrimento psíquico, frequentemente associados a diagnósticos psiquiátricos, para compartilharem suas vivências pessoais com diversas audiências. As palestras da CdF são conduzidas por dois oradores, e a estrutura do evento contempla a presença de um palestrante suplente para eventualidades. Cada encontro da CdF estrutura-se em seis tópicos fundamentais: 1. Dias difíceis; 2. Aceitação; 3. Tratamento; 4. Autocuidado: lidando com problemas de saúde mental; 5. Sujeito da minha própria história; 6. Sucessos, sonhos e esperanças. Ao término da apresentação de cada tópico pelos oradores, abre-se um espaço dedicado a perguntas, promovendo importantes momentos de compartilhamento entre os participantes (Weingarten et al., 2021). A metodologia de apresentação proposta por Weingarten demonstra notável flexibilidade, permitindo sua aplicação em diversos contextos mediante adaptações às necessidades locais. Desde sua fundação, a CdF tem expandido sua atuação no Brasil, estabelecendo-se em núcleos organizados em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Santa Maria (RS) e, mais recentemente, em Florianópolis (SC) (Assis et al., 2020). Objetivo: Este trabalho visa relatar a experiência de formação e o processo de desenvolvimento da Comunidade de Fala de Florianópolis (CdF Floripa). Apresentação da Experiência: A CdF Floripa foi formalmente constituída em abril de 2024, resultado de uma parceria entre a CdF Brasil, o Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) do município de Florianópolis e a Associação Alegre Mente. Esta configuração tripartite representa uma das singularidades do núcleo de Florianópolis, visto que em outras localidades a articulação se deu por meio e dinâmicas distintas. A característica distintiva da CdF Floripa, portanto, reside na composição de seus palestrantes, que são usuários do CAPS II e,

simultaneamente, associados à Associação Alegre Mente. Tal arranjo facilita a utilização dos espaços do serviço público para as reuniões do coletivo, promovendo uma proximidade significativa entre profissionais, estagiários do CAPS e o coletivo da CdF. Adicionalmente, a CdF Floripa conta com o apoio formal de uma ação de extensão universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Essa parceria viabiliza a interação com docentes e estudantes dos cursos de Enfermagem e Psicologia, em estrita consonância com o propósito basilar da CdF: o protagonismo dos sujeitos. Entre os dias 15 e 19 de abril de 2024, em diversos espaços da UFSC – incluindo salas de aula e auditórios de diferentes centros de ensino – dez usuários, a coordenadora e uma estagiária do CAPS II, juntamente com professores e estudantes universitários, participaram da formação ministrada por Richard Weingarten e Caio Wilmers Manço, palestrante da primeira turma de São Paulo. Esses momentos formativos foram marcados por intensas trocas, tanto entre usuários e formadores, quanto entre os próprios futuros oradores da CdF Floripa, que puderam compartilhar suas histórias e fortalecer laços entre pares. Para além de apresentar os princípios e a metodologia da CdF, o período de formação configurou-se como um convite à reflexão sobre as trajetórias de vida dos participantes, estimulando o reconhecimento, a elaboração e a ressignificação de suas próprias narrativas. Em cada um dos tópicos metodológicos, as apresentações se constituíram em resgates do protagonismo dos usuários, a partir de suas vivências cotidianas desafiadoras desde algum momento significativo de sofrimento e/ou crise para eles. Essa formação valorizou um saber emergente da experiência vivida, reconhecendo-o como paritário e complementar ao conhecimento produzido no âmbito acadêmico e profissional da saúde. A realização da formação da CdF nos espaços da Universidade salientou a instituição acadêmica como um ambiente acessível à comunidade e a projetos como o da CdF, reforçando o pertencimento dos próprios usuários e demonstrando o comprometimento da Universidade com sua responsabilidade comunitária e social. Após sua formação inicial, a CdF Floripa empreendeu a construção gradual de seu modelo operacional, por meio de encontros que, inicialmente semanais, mantêm-se em periodicidade mensal. Dentre os dez palestrantes que compunham o grupo original, duas assumiram a função de coordenadoras do projeto, integrando-se a uma rede de coordenadores de outros núcleos da CdF no Brasil. Os meses iniciais foram igualmente marcados por um intenso processo de elaboração das narrativas pessoais no formato de palestras da

CdF. Essa fase proporcionou ricos momentos de troca de experiências entre os participantes sobre temas que atravessam suas vidas, tais como saúde mental, funcionamento dos serviços públicos de saúde, medicalização e institucionalização. Este processo eminentemente dialógico não apenas fortaleceu os vínculos entre os membros do grupo, promoveu uma profunda apropriação de suas histórias e da relevância social da CdF Floripa. Ao longo do tempo, alguns palestrantes optaram por seguir outros percursos e projetos de vida. A experiência na CdF Floripa também se traduziu em transformações significativas nos projetos de vida individuais dos palestrantes. A apropriação e o compartilhamento público de suas próprias histórias, de forma empoderadora, funcionam como um catalisador para a redefinição de suas perspectivas futuras. Essa vivência abriu horizontes para o reconhecimento de si como sujeitos com sonhos, esperanças e projetos de futuro. Exemplificando, a participação na Comunidade de Fala impulsionou um dos palestrantes a retomar seus estudos formais e iniciar seu processo de alfabetização. Outra integrante, por sua vez, matriculou-se em um curso de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, instituição onde frequentemente atuou como palestrante e agora frequenta como estudante, evidenciando o impacto transformador do projeto. Desde sua fundação, a CdF Floripa já contabiliza 14 palestras realizadas, abrangendo públicos diversificados: seis delas foram direcionadas a graduandos e/ou pós-graduandos na área da saúde; seis para jovens e adolescentes de um centro cultural; uma ocorreu em formato online, sem público pré-determinado; e uma foi conduzida no próprio CAPS II, destinada a outros usuários e profissionais do serviço. Estima-se que mais de 420 pessoas foram impactadas diretamente pelas apresentações da CdF Floripa. Em todas as ocasiões, o público engajou-se plenamente na proposta dialógica do encontro, com perguntas e colocações adaptadas a cada contexto de apresentação. Essa dinâmica garantiu o cumprimento da premissa da CdF de ser um espaço contínuo de ensino-aprendizagem e de desconstrução de preconceitos e estigmas. Conclusão: Considerando a experiência detalhada neste relato, conclui-se que as iniciativas grupais e emancipatórias em serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como o CAPS, demonstram significativa potência ao conferir voz e protagonismo a indivíduos historicamente silenciados em razão do sofrimento psíquico. A vivência na CdF Floripa tem gerado transformações concretas, promovendo um novo lugar social, o fortalecimento do sentimento de pertencimento

ao grupo e a apropriação dos espaços acadêmicos pelos usuários. Como projeção futura e para consolidar essa luta, destaca-se o projeto em andamento de fundação da Associação Comunidade de Fala Brasil, que, após uma década de existência, busca ocupar novos espaços na defesa do reconhecimento e da dignidade de sujeitos com sofrimento psíquico, integrando os diversos núcleos espalhados pelo país e viabilizando a formação de novos palestrantes pelos próprios usuários-membros.

Referências

ASSIS, Aisllan Diego. Comunidade de Fala (CdF) de Ouro Preto, Minas Gerais: resistência e empoderamento de usuários da Saúde Mental na pandemia. Raízes e Rumos, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 145–155, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.9789/2317-7705.2020.v8i2.145-155. Acesso em: 14 jun. 2025.

WEINGARTEN, Richard et al. O programa Comunidade de Fala (CdF) nos seus cinco anos de implementação no Brasil. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, v. 13, n. 36, p. 228–249, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/82132/46958. Acesso em: 14 jun. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Vitória Silveira Correia	**Graduando(a)**	**UFSC**
Laura Cavalcanti de Farias Brehmer	**Pós-doutor(a)**	**UFSC**
Ingrid Pires Silva	**Mestrando(a)**	**CAPS II/UFSC**
Carla de Oliveira	**Graduando(a)**	**UFSC**

Construindo projetos e laços. A construção de Projeto Terapêutico Singular por equipe de referência em um CAPS ad- Joinville-SC.

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

A construção de PTS está ancorada em marcos legais que orientam o cuidado individualizado no Sistema Único de Saúde (SUS). A Portaria nº 147/1994 já reconhecia o Projeto Terapêutico como um plano de cuidado singular. Em 2007, o Ministério da Saúde lançou o Guia da Clínica Ampliada, Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular, que estabelece diretrizes para uma clínica ampliada, interdisciplinar e centrada no sujeito.

No campo da saúde mental, destacam-se dois marcos regulatórios fundamentais. A Lei nº 10.216/2001, considerada a base da Reforma Psiquiátrica brasileira, estabelece o tratamento em regime preferencialmente ambulatorial e assegura os direitos dos usuários à informação e à participação nas decisões relativas ao seu cuidado. Já a Lei nº 3.088/2011 institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que define a organização e o funcionamento dos serviços que a compõem, entre eles o CAPS ad.

De acordo com o Ministério da Saúde (2007), o PTS deve considerar a singularidade do usuário, ser construído por equipe multiprofissional, articular diferentes saberes e práticas, permitir reavaliações constantes e garantir a participação ativa do usuário e, sempre que possível, de sua família.

Diante da dificuldade de construção de PTS individualizados e do desafio de acompanhamento contínuo dos usuários pelas equipes de referência, a criação de um grupo específico surgiu como estratégia de enfrentamento. O objetivo central da proposta foi descrever a implantação do grupo de referência como estratégia para elaboração de PTS e acompanhamento clínico, avaliando sua eficácia na adesão ao tratamento e na estabilização de crises.

Os objetivos específicos foram: (1) criar um espaço de vínculo entre usuários e profissionais, fortalecendo a relação com o serviço; (2) compreender as demandas apresentadas, visando à construção de estratégias de cuidado que favoreçam a

adesão e estabilização das crises; (3) construir e acompanhar projetos terapêuticos singulares, com foco no progresso do tratamento em diferentes prazos.

O CAPS ad de Joinville oferta atividades diversas, como grupos terapêuticos, oficinas, atendimentos individuais (com profissionais de enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, medicina clínica e psiquiatria), bem como ações articuladas com políticas públicas de assistência social, educação e trabalho. São incluídas também atividades no território, como grupos de convivência e ações de reabilitação psicossocial.

Os encontros do grupo de referência ocorriam semanalmente, com duração de duas horas, sob coordenação de uma psicóloga e uma terapeuta ocupacional. A seleção dos participantes seguia dois critérios: convite a usuários já em atendimento pela equipe de referência e inclusão automática de novos usuários após o acolhimento inicial. A média de participantes por encontro foi de cerca de dez usuários.

A metodologia do grupo envolvia, inicialmente, a explicação da dinâmica e a apresentação dos participantes, com incentivo ao compartilhamento de histórias de vida, dificuldades e potencialidades relacionadas ao tratamento para o uso de substâncias psicoativas. O silêncio era respeitado, especialmente no caso de novos usuários mais retraídos.

Na primeira participação, era comum observar desconfiança, o que era amenizado pela acolhida dos usuários mais antigos, que partilhavam suas experiências, destacando ganhos e desafios enfrentados. A equipe utilizava esse momento para levantar aspectos relevantes como fatores de risco e proteção, dinâmica do uso de substâncias, bem como potencialidades que pudessem favorecer o vínculo com o serviço.

Na segunda participação, buscava-se avaliar a adaptação ao serviço e à proposta terapêutica. Usuários em maior estabilidade clínica reorganizavam seus planos de tratamento, enquanto aqueles com maior vínculo costumavam sugerir atividades e orientar os recém-chegados. Também participavam usuários em processo de alta, cujo foco passava a ser a reinserção social, por meio de atividades laborativas, educacionais ou de lazer.

Durante os encontros, definia-se a frequência semanal do usuário, as atividades a serem realizadas e a necessidade de atendimentos individualizados. Após o grupo, eram realizados os agendamentos e entregue ao usuário um cronograma com os

dias e horários de suas atividades, sendo os registros posteriormente inseridos nos prontuários clínicos.

A experiência foi implementada como projeto-piloto entre agosto e novembro de 2024, com a participação de 51 usuários. A proposta foi avaliada positivamente pela equipe de referência e, diante dos resultados alcançados, passou a ser incorporada por outras equipes do CAPS ad de Joinville.

Os dados preliminares, ainda que com amostra limitada, apontam que 46% dos participantes apresentaram adesão efetiva ao tratamento, com casos de alta clínica ou melhora significativa. Os principais resultados observados foram: aumento da adesão e motivação; estabilização de quadros agudos; construção contínua e participativa dos PTS; fortalecimento do vínculo com a equipe de referência; e formação de laços entre os usuários, promovendo apoio mútuo.

A proposta atingiu e superou seus objetivos iniciais, demonstrando que a construção coletiva de PTS, com participação ativa dos usuários, é não apenas viável como eficaz. A motivação e a adesão ao tratamento — historicamente desafiadoras em casos de uso problemático de álcool e outras drogas — foram favorecidas pela aproximação entre equipe e usuários, e também pelas redes de apoio criadas entre os próprios participantes.

Por fim, a experiência evidenciou a importância de reconhecer os usuários como protagonistas de seus processos terapêuticos, com autonomia para opinar, decidir e se responsabilizar pelo próprio cuidado. Esse protagonismo contribui significativamente para o comprometimento com o tratamento e para o fortalecimento de práticas clínicas baseadas no cuidado compartilhado e na corresponsabilização.

Referências

Brasil, 2001 Lei 10.216. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm acessado em 06/082025.

Brasil. Lei 3011. Disponível em : https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html06/08/2025 acessado em 06/08/2025

BRASIL. PORTARIA N° 224/MS, DE 29 DE JANEIRO DE 1992. Dispobível em: https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Portaria-ms-224_92.pdf acesso em 06/08/2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2006.pdf

JAFELICE, Giovana Telles; ZILIOTTO, Gisela Cardoso; MARCOLAN, João Fernando. Concepção dos profissionais de centro de atenção psicossocial sobre as políticas públicas de saúde mental. Research, Society and Development, v. 9, n. 5, e71953100, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3100. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRANCO, Fernanda de Oliveira; BARBOSA, Claudia Waltrick Machado. A importância do acolhimento para pacientes do CAPS. Revista Acadêmica do Centro Universitário UNIFACVEST, 2023.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Joice Pacheco	**Mestre(a)**	**Prefeitura Municipal de Joinville**
Micheli Scheidt Manteuffel	**Especialização concluída**	**ACE**

Contribuições da Psicologia Analítica na formação de professores de arte: para investigarmos a prática artística como prática instauradora de saúde psíquica.

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

“O anseio criativo vive e cresce dentro do homem como uma árvore no solo do qual extrai seu alimento” (...), assim, “faríamos bem em considerar o processo criativo como essência viva implantada na alma do homem” (Jung, 2013, p. 76).

INTRODUÇÃO: UM PONTO INICIAL

O presente trabalho, publicado na revista Debates Insubmissos, no final de 2024, analisa uma prática pedagógica realizada com estudantes de licenciatura em artes visuais e expressão gráfica em Universidade Federal, realizada nos períodos de 2022.1 a 2023.2, no componente curricular Arte e Educação.

No contexto da formação de professores para o ensino das artes em ambientes de escolarização e da educação não escolarizada, partimos da hipótese de que a prática artística regular é instauradora de um estado saudável da psique humana, de modo que o ensino de arte na escola e em demais espaços sociais pode contribuir para o amadurecimento saudável dos jovens. Assim, ao pensarmos o curso de formação desses futuros docentes, nos aproximamos dos estudos da psicologia junguiana e de outros horizontes teóricos já investigados em pesquisas anteriores, pautados na sociologia e antropologia (Durand, 1988;), na psicologia da arte como experiência (Dewey, 2010), na filosofia da educação (Duarte Junior, 1981) e em escritos de artistas. Esses pensadores apresentam ora pontos de encontro ora disputas na compreensão da arte para o desenvolvimento humano, mas valorizam, via de regra, a produção de coisas estéticas, de fazeres artísticos sensíveis, bem como a possibilidade de pensar essas experiências para além dos paradigmas contemporâneos e hegemônicos formais que, ao final, atribuem à arte uma funcionalidade excessivamente pragmática, mesmo quando conceitual . Esse pragmatismo contemporâneo objetifica a natureza subjetiva da experiência estética conformando seu caráter criador e subversor. Na perspectiva empreendida,

portanto, não era uma investigação sobre arte, mas sobre o que nominamos por arte e sobre todas as possibilidades que excluímos ao tratar por arte apenas um recorte específico de arte.

DESENVOLVIMENTO: O PONTO NODAL

Cada curso teve 15 encontros, com duas horas e meia de duração, divididos em três partes: o Eu com a Arte – apresentação de todos e a experiência de cada um com a arte (aproximadamente semanas 1 a 7); Meu Pequeno Artista na escola – experiências de representação das memórias de infância e adolescência em relação às práticas artísticas durante a escolarização (aproximadamente semanas 8 a 13) e Avaliação do processo e Eu como professor de arte: possibilidades e investigações (aproximadamente semanas 14 e 15).

Nos cursos, foi proposta a aprendizagem da arte a partir da promoção de experiências artísticas realizadas em sala de aula, com objetivo principal de explorar a dimensão do fazer ao propor que a arte se aprende e apreende pela experiência estética sensível (Dewey, 2010). Em cada encontro, uma ou mais práticas foram realizadas e buscamos amplificar os sentidos possíveis atribuídos àquelas experiências artísticas, para além dos determinantes culturais eurocêntricos a que estamos habituados, observando suas dimensões culturais, antropológicas, ontológicas e, principalmente, psicológicas.

À elaboração iniciada com a produção dos trabalhos diversificados de arte, alguns individuais, outros coletivos, seguiu-se a partilha dos sentidos e significados pessoais ecoados por cada participante através da amplificação oral ou da escrita poética. Cabe destacar que a amplificação não tem a pretensão de justificar e objetificar a experiência, mas explorar sua significância simbólica, única para cada pessoa. Para Jung, não é possível explicar a obra de arte por meio de sua racionalização, o que a psicologia analítica nos aponta é para a compreensão da produção artística como uma produção de si mesmo e pela qual podemos conhecermo-nos mais e melhor. Ao falar daquele que produz a arte, Jung coloca que o sujeito é inundado por uma torrente de pensamentos e imagens que jamais pensou em criar e que sua própria vontade jamais quis trazer à tona. Mesmo contra sua vontade tem que reconhecer que nisso tudo é sempre o seu si-mesmo que fala, que é sua natureza mais íntima que se revela por si mesma anunciando abertamente aquilo que nunca teria coragem de falar (Jung, 2013, p. 73).

Entendemos que é através dessa potencialidade que a prática artística instaura saúde psíquica, uma vez que abre possibilidades para o autorreconhecimento.

Como resultado dessas experimentações são diversos os relatos dos licenciandes, as e os, apontando para o deslocamento e a potência transformadora de praticar as experiências artísticas, ao invés de falar sobre arte. Não há espaço nesse prevê relato para muito compartilhamentos, mas gostaríamos de trazer o relato de um estudante: “[foi] uma cura da criança interior. E um desafio a nunca sermos descuidados com os modos como tratamos o presente e o futuro de uma criança”, dando indícios da transformação de sua compreensão acerca das futuras crianças com quem trabalhará, tendo a arte como prática pedagógica.

CONCLUSÕES: UM PONTO NUNCA FINAL

Após essas experiências, conseguimos apontar algumas conclusões sobre a premissa de favorecer a prática artística regular às pessoas, crianças, jovens e adultos como ferramenta preventiva para cultivar a saúde mental e não apenas trazer a arte como possibilidade terapêutica a partir do reconhecimento de uma patologia.

Como apontado por Jung (2013), a alma humana precisa do processo criativo para alimentar-se e crescer, e a criatividade, com aponta Dewey (2010), tem a arte por excelência como melhor meio de existir. Ao falar das sementes criativas, Nise da Silveira coloca que é justamente com atividades feitas com as mãos que, com bastante frequência, se revela a vida dessas “sementes criativas”. Jung escreve: “Se houver alto grau de crispação do consciente, muitas vezes só as mãos são capazes de fantasia”. (Silveira, 2015, p. 92).

Ainda que não possamos – e nem desejemos - descartar o papel da arte no processo de restabelecimento da saúde psíquica, destacamos a importância instauradora de saúde psíquica que a arte permite e que pode auxiliar na orientação de seu desenvolvimento no universo escolar, afinal, a natureza do sentido artístico é uma permissão para a expressão material do imaginário e, assim, a arte promove no interior do sujeito a possibilidade de crescimento de sua própria alma, de sua própria psique, de suas próprias imagens.

Referências

DEWEY, John. Arte como Experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUARTE JR, João Francisco. Fundamentos estéticos da educação. São Paulo: Cortez: Autores Associados [Uberlândia, MG, Universidade de Uberlândia], 1981.
DURAND, Gilbert. A Imaginação Simbólica. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.
JUNG, Carl G. O espírito na arte e na ciência. Petrópolis: Vozes, 2013.
SILVEIRA, Nise. Imagens do Inconsciente. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2015.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Andrea Penteado de Menezes	**Doutor(a)**	**UFRJ**

Contribuições da supervisão de estágio clínico em Psicologia e arte articulada com a Teoria Ator-Rede: formação em Psicologia e produção de saúde mental com múltiplos atores

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

A supervisão clínica é uma das etapas importantes na formação em Psicologia, principalmente no que tange o fazer clínico. Assim, a figura da supervisora de estágio no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) é fundamental neste processo e por este motivo se faz necessário refletir sobre o que se produz na formação do futuro psicólogo nas supervisões. A partir dos autores da Teoria Ator-Rede (TAR) é que esta proposta se sustenta e encontra fundamentação pensando a produção de conhecimento por meio das práticas que performam realidades. Assim, a proposição do presente trabalho é compartilhar reflexões sobre o que a prática enquanto supervisora pode fazer no processo de formação em psicologia contribuindo com a construção de uma ideia de Saúde mental produzida coletivamente. Nesse sentido, por meio de narrativas da supervisora, objetiva-se organizar e compartilhar as versões deste fazer, afirmando a TAR como uma abordagem clínica. Então nesta etapa onde graduandos experimentam o fazer clínico, ser supervisora tem um papel fundamental que é construir com a equipe um modo de pensar e viver a clínica. Considerando que ao final do curso de Psicologia estes mesmos alunos estarão aptos a atender quem quer que busque por seus serviços, a supervisão é fundamental para a formação do futuro profissional, consequentemente a construção que fazem acerca do que pode ser a produção de saúde mental. E, tendo a supervisora a função de acompanhar estes alunos, há de se pensar esse fazer de modo a considerar que mundos são criados com as supervisões e que contribuições para a formação destes futuros profissionais no fazer clínico estão sendo tecidas. Assim, como parte de minha trajetória pensando o processo de formação em Psicologia, habitar o espaço do SPA com a função de supervisora, permitiu refletir por meio de experiências práticas os anos dedicados ao estudo da TAR articulada com a arte chegando a proposição inovadora da TAR como abordagem clínica. Enquanto supervisora de estágio no SPA, a proposta tem sido a

de trabalhar a TAR como abordagem clínica articulada com a arte e acompanhar efetivamente a prática de corpos de psicólogos clínicos se fazendo. E, ter a TAR enquanto abordagem clínica implica pensar a ética e as práticas envolvidas no campo (Despret, 2004; Latour, 2012; Mol, 2001; Moraes, 2011) não com o objetivo de criar um manual a ser seguido, mas propondo que o nosso fazer faz produzir versões de uma clínica viva e imprevisível tal qual temos experimentado na supervisão clínica em Psicologia e arte articulada com a TAR. Com uma concepção de realidades que se performam, há de se pensar uma construção a partir das práticas que contribuem para a formação do fazer clínico. Tal prática tem permitido produzir no processo de formação em Psicologia clínica um modo de refletir o que encenamos com nossas intervenções seguindo inspirada pelas perguntas postas por Moraes (2011, p.5) "(...) em que mundo queremos viver? Que realidades serão performadas a partir de nossas práticas e dispositivos de pesquisa?". Com isso pensar a supervisão de estágio clínico visa promover uma discussão de extrema relevância para a Psicologia, tematizando tanto a supervisão como momento importante para a formação, como a articulação entre Psicologia e arte tendo a TAR como abordagem clínica. Saberes estes fundamentais para pensar o exercício ético e potente de psicólogos clínicos. No que tange a arte, vale dizer que esta é entendida como uma interlocutora no processo tanto de produção de conhecimento, quanto nas práticas clínicas vivenciadas em nosso estágio. A entendemos como um ator não-humano (Latour, 2012) fundamental nessa rede de produção de conhecimento construindo uma realidade de construção poética em meio a poemas, músicas, vídeos e escritos acadêmicos. Por ator, a TAR entende tudo o que pode ter agência na rede, incluindo os atores que compõem o fazer clínico. Entendendo que nesse território nossos corpos também se configuram como um dispositivo de mediação, como diria Despret (2004), e enquanto supervisora proponho experimentamos em nosso estágio um modo de viver a clínica implicado e político construindo coletivamente maneiras de produzir saúde mental articulada com a arte. Assim como é possível fazer clínica em diversos espaços, com diversos materiais. Mattijs Van de Port (2016) diz que, para ele, pensar o barroco evoca imagens ao invés de textos e que muitas vezes a palavra escrita não dá conta do que se quer compartilhar. No caso, não é para achar que as imagens darão conta de expressar tudo, mas pensar nessa multiplicidade (coexistência), nessa complementaridade (incompletude). Em nossa equipe então apresento, enquanto supervisora,

possibilidades de pensarmos nossa prática clínica para além dos textos escritos (acadêmicos) e para além da escuta e da fala como uma ampliação para o que os encontros com as pessoas atendidas podem tecer, sendo a arte mais um ator nessa rede. E esse compromisso tem relação estreita com o que também produzimos de conhecimento e afeta as vidas enquanto sociedade. O campo de estudos CTS (Ciência, Tecnologia, Sociedade) compreende que ciência, tecnologia e sociedade são entrelaçados através da articulação dos seus atores, humanos e não humanos. O que indica que o social não é dado de antemão, mas é o efeito das associações de elementos heterogêneos. Uma concepção que faz mudar a maneira como o mundo, a pesquisa e a realidade, e aqui, a clínica, são vistos. Nesta perspectiva a realidade não é encarada como dada anteriormente, mas como uma construção a partir das práticas. Assim, temos, o que Annemarie Mol (1999) denomina como política ontológica, ou seja, o entendimento de que a realidade é performada por meio das práticas. Logo, o mesmo acontece com nossa clínica e, o psicólogo é um dos atores neste cenário, com isso nossas práticas produzem realidades. E, há de se pensar nisto cotidianamente: os efeitos de nossas práticas fazem existir realidades das mais diversas. Sendo assim, ser supervisora no estágio supervisionado no SPA com a equipe Psicologia e arte articulada com a TAR tem possibilitado a experimentação e a invenção de uma clínica onde a arte compõe conosco o nosso fazer fundamentada pela Teoria Ator-Rede como abordagem clínica. E, entendendo esse importante momento na formação em Psicologia como uma porta para os modos de pensar e viver o fazer clínico após a conclusão do curso. Nesse caso, uma etapa que necessita a nossa atenção e especial dedicação, pois os estagiários de hoje serão os profissionais de amanhã e a supervisão uma chave importante para as portas que serão abertas adiante.

Palavras-chave: Psicologia e arte; Teoria Ator-Rede; Formação em Psicologia; Supervisão Clínica

Referências

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DESPRET, V. The body we care for: figures of anthropo-zoogenesis. Body and Society, 10(2-3), 112-132. 2004

LATOUR, B. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012

VAN DE PORT, M. Baroque as Tension: Introducing Turmoil and Turbulence in the Academic Text. In. LAW, J. & RUPPERT, E. Modes of knowing Resources from the barroque. Mattering Press, Manchester. 2016

MOL, A. Ontological Politics: a word and some questions. In J. Law & J. Hassard (Orgs.). Actor Network Theory and After (pp.74-89). London: Blackwell – The Sociological Review. 1999

MORAES, M. Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não ver. Pesquisas e Práticas Psicossociais. 6: 174-81, 2011

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Debora Emanuelle Nascimento Lomba	**Doutor(a)**	**Instituto comtar**
Debora Emanuelle Nascimento Lomba	**Doutor(a)**	**Instituto comTAR; Universidade Santa Úrsula**

Corporeidade que dança e expressa

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O presente estudo apresenta relato de experiencias vivenciadas pela autora na condução de oficinas de dança em espaços universitários, a partir de uma bagagem de conhecimento acerca da arte como possibilidade terapêutica, especialmente utilizando da dança como dispositivo de prevenção e cuidado em saúde mental, com particular interesse pela dança do ventre. A autora vivencia pessoalmente a dança do ventre há 13 anos e essa arte se tornou objeto de estudo científico desde 2017 com desenvolvimento de tese de doutorado em Psicologia a qual aponta a dança do ventre como caminho para o autoconhecimento e consciência corporal. Como justificativa, destaca-se que a expressão corporal é considerada a capacidade individual de demonstrar emoções pelo próprio corpo, a partir de atitudes, gestos, tensões, incômodos, satisfações, etc. Ter consciência desta corporeidade proporciona autoconhecimento, autopercepção corporal, aspectos importantes para a qualidade e saúde das relações interpessoais cotidianas. O presente estudo parte da compreensão de ser humano e mundo da abordagem gestáltica e Gestalt-terapia, da qual destaca-se a perspectiva holística e fundamentação teórica-metodológica existencial fenomenológica, com afirmação de que o corpo deve ser integrado, uma totalidade, indivisível em relação dinâmica com o meio. Na abordagem gestáltica, o movimento é visto como parte de um ciclo total de funcionamento organísmico e não ocorre separadamente da sensação, consciência e contato. Este corpo em movimento é energia em ação, é fluidez, sinônimo de saúde integral. A percepção e condução do trabalho de oficinas de dança pela autora se dá pela consideração desta integralidade e corporeidade e poder fazer uso de diferentes recursos como ferramenta terapêutica e de autoconhecimento como estratégias de saúde. Nota-se, portanto, a importância do corpo como veículo de saúde mental, de expressão de si, de modo que o estudo tem como relevância teórica e social compartilhar experiências exitosas que podem auxiliar psicoterapeutas e demais profissionais da saúde. O objetivo é compartilhar e descrever diferentes experiências vivenciadas pela autora na condução de oficinas

de dança, com ênfase na dança do ventre, apontando-a como atividade corporal potencialmente terapêutica para prevenção, cuidado e promoção de saúde em ambientes universitários com grupos de estudantes. O estudo destaca a vivência prática da autora baseada em sua tese de doutorado que desenvolveu a partir de pesquisa qualitativa de campo, fundamentando um trabalho coerente e coeso sobre o uso da dança do ventre como dispositivo de cuidado. A fundamentação metodológica é fenomenológica-existencial e o método de condução de oficinas tem sido cuidadosamente aprimorado a cada experiência, sendo conduzido por uma psicoterapeuta experiente que atua em atendimento clínico há mais de 16 anos, com bagagem de conhecimento de observação e interação do corpo em expressão. A proposta das oficinas sempre é de experimentação corporal, com estimulação sonora que se inicia com músicas nacionais e internacionais e, posteriormente, ênfase no uso de música em idioma árabe. Atualmente o método de condução das oficinas é dividido em etapas, as quais são: alongamento e aquecimento, com livre expressão de movimentos individuais e compartilhados em grupo; seguido do momento de ensino de técnicas da dança do ventre para movimentos de mãos, braços, quadril, ventre, pernas, poses, deslocamentos conduzidos de forma oral e corporal pela autora, que também transmite conhecimento teórico sobre a arte e cultura árabe. Também são utilizados recursos da dança do ventre como lenço de quadril, véu de seda, espada e derbake – instrumento percussivo árabe. Após a apresentação de diversos movimentos e experimentação dos participantes, é feito um momento de livre uso das técnicas aprendidas com liberdade de movimentação, respeitando o tempo e expressão de cada um. O fechamento da experiência se dá com diálogo entre os participantes, que compartilham oralmente em formato de roda de conversa, de forma espontânea e livre, as próprias vivências, emoções, sensações e dificuldades emergidas no processo. O trabalho total tem a duração média de 2 horas, sendo realizado em eventos científicos como workshops, mas também como proposta de intervenção e promoção de saúde com estudantes universitários em suas salas de aula, que são os resultados apontados neste recorte de estudo para relato de experiencia. As oficinas ocorridas dentro de salas de aula das universidades trouxeram uma ambientação diferenciada, pois não há espelhos e nem piso especial, apenas indivíduos convidados a vivenciar o momento, com absorção do conteúdo pela observação da condução da autora e tentativas de colocar o movimento no próprio corpo, por imitação e repetição. Como resultados

encontrados, observa-se que as atividades coletivas costumam ter muitos benefícios para os envolvidos, com ativação sensorial, uma pausa no cotidiano, um respiro de criativdade. Nas diversas experiências realizadas com indivíduos universitários, o público participante era composto por estudantes de diferentes idades, com diversidade de gênero, racial e condição socioeconômica, de modo que observa-se que os grupos se configuraram como um espaço para a vivência de sentimentos, para o exercício da capacidade de tolerar diferenças, para a reflexão, para experimentação de novas atitudes com o outro, para o aprendizado dos direitos enquanto indivíduos existentes socialmente e para o estabelecimento de relações solidárias pautadas no cuidado e autocuidado. Observa-se que é na interação com o mundo e o outro que os indivíduos se configuram como seres, afetando e sendo afetados, vendo e sendo vistos, tocando e sendo tocados, em uma interação singular que se dá em um dado momento em um dado contexto e tempo, e que na vivência das oficinas de dança embaladas por música, tornam-se experiências caracterizadas pela leveza, risadas e uma energia positiva, com uma atmosfera agradável com liberdade e efeito prolongado. Ao longo da execução das oficinas, no geral nota-se o envolvimento individual de alguns participantes de forma mais disponível, aberta, atenta. Enquanto há também participantes que apresentam uma expressão corporal que denota fechamento, rigidez corporal, dificuldade de movimentar-se e/ou movimentos lentificados, com mais observação do que execução. Nas falas proferidas pelos participantes na ocasião do compartilhamento das suas vivências, corriqueiramente são relatadas timidez, vergonha, constrangimento perante o grupo, especialmente pela dificuldade de realização dos movimentos propostos, com destaque frequente ao desafio de aprender uma nova técnica nunca experimentada antes e o desafio de confrontar o olhar do outro como possível expectador e audiência da sua performance. Ressalta-se-se que os elementos envolvidos na percepção do indivíduo são absorvidos na corporeidade, atuando como ecos reverberando a experiência vivida. Conclui-se que a atividade corporal de dança oportuniza que os participantes repensem a forma como lidam com seu corpo, o que potencialmente promove influência para a compreensão de si. Em Gestalt-terapia afirma-se que é apenas no contato (ao experimentar) que os indivíduos se tornam cientes do "si mesmo". O uso habilidoso do corpo pode afetar profundamente o ser corporal do indivíduo, favorecendo memórias corporais, liberação de emoções antigas, reorganização da estrutura corporal, de maneira que

diversas mudanças podem ser identificadas neste contato organismo-meio, inclusive relaxamento, bem estar individual e coletivo, diversão e alegria. As experiencias de expressão corporal também promoveram reflexão, consciência, autopercepção e reconhecimento de si, a respeito da autoimagem, autocuidado, autoestima e autonomia. Desta forma, apresenta-se os resultados para estimular outras experiências que utilizem a dança para expressão, viabilizando o resgate do movimento individual de cuidado de si, bem como a conscientização da importância do trabalho corporal pela arte na sua atuação profissional para ênfase na corporeidade como experiência da totalidade.

Referências

ALVIM, Mônica Botelho. A poética da experiência: Gestalt-terapia, fenomenologia e arte. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CIORNAI, S. Abordagem gestáltica no trabalho com grupos. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2016. p. 168-186.

LEITE, A.P.C.M. Dança do ventre, autopercepção corporal e conhecimento de si: uma leitura fenomenológica pela Gestalt-terapia. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2023.

RHYNE, Janie. Arte e Gestalt: padrões que convergem. São Paulo: Summus, 2000.

ROCHA, Maristela. Corpo e gestalt: vida em movimento. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 11, n. 2, p. 527-534, ago./dez. 2013.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Ana Paula Chagas Monteiro Leite	**Doutor(a)**	**IESGF**

Corporeidade, território e cuidado em saúde mental: reflexões de uma bolsista de Educação Física no Quilombo de Pinhões

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Introdução

O campo da saúde mental, historicamente marcado pela hegemonia da racionalidade médico-psiquiátrica, tem sido desafiado por movimentos de reforma que propõem novas epistemologias do cuidado (SAMPAIO, BISPO, 2021). Essas abordagens deslocam o foco do tratamento centrado na doença para práticas que valorizam a liberdade, o território, a cultura e os saberes tradicionais (ROSA, DOS SANTOS, 2023; DIAS, AMARANTE, 2022). Nesse contexto, a atuação interdisciplinar e a valorização da corporeidade emergem como caminhos potentes para a promoção da saúde mental.

Este trabalho apresenta um relato de experiência da atuação de uma bolsista de iniciação científica do curso de Educação Física, inserida em um projeto de extensão e pesquisa voltado à promoção de saúde de mulheres do Quilombo de Pinhões, em Minas Gerais. O projeto articula arteterapia, mitologia afro-brasileira e práticas corporais, sendo conduzido por uma mestranda arteterapeuta. A bolsista acompanhou as práticas desenvolvidas, enfrentando o desafio de compreender e integrar o fazer da Educação Física à proposta psicoterapêutica do projeto.

Contexto e Metodologia

O projeto tem como eixo central a valorização da ancestralidade e da cultura afro-brasileira como elementos terapêuticos e de fortalecimento identitário. As atividades foram realizadas em encontros presenciais no território quilombola, com rodas de conversa, vivências arteterapêuticas e práticas corporais inspiradas nos arquétipos dos orixás. A metodologia adotada foi qualitativa e participativa, com observação sensível, diário de campo e registros narrativos.

A bolsista teve como principais atribuições auxiliar no planejamento da condução de vivências corporais, o apoio às rodas de conversa e a sistematização de observações sobre a experiência corporal das participantes. No entanto, mais do

que executar tarefas, sua trajetória foi marcada por um processo de aprendizado e ressignificação do papel da Educação Física no cuidado em saúde mental.

Desafios e Descobertas: o encontro entre Educação Física e Arteterapia

O principal desafio enfrentado pela bolsista foi compreender como sua formação e prática poderiam dialogar com a abordagem psicoterapêutica proposta pela mestranda. Acostumada a uma atuação mais voltada ao desempenho físico e à técnica, a bolsista se deparou com um campo de atuação em que o corpo era compreendido como território simbólico, afetivo e espiritual.

A convivência com a arteterapeuta e a observação das práticas desenvolvidas permitiram à bolsista ampliar sua percepção sobre o corpo e sua relação com a mente. As vivências com os arquétipos dos orixás, por exemplo, revelaram a potência dos gestos simbólicos, da respiração consciente e da presença corporal como formas de expressão emocional e de conexão com a ancestralidade.

A Educação Física, nesse contexto, deixou de ser apenas um campo de movimento e passou a ser compreendida como uma linguagem sensível, capaz de acessar memórias, afetos e histórias de vida. A bolsista percebeu que sua atuação poderia contribuir para o cuidado em saúde mental ao propor práticas corporais que respeitassem o ritmo, a cultura e a espiritualidade das participantes.

Corporeidade e território: o corpo como lugar de cuidado

Outro aprendizado importante foi a compreensão da relação entre corpo e território. O Quilombo de Pinhões, com sua história de resistência e ancestralidade, não era apenas o cenário das atividades, mas um elemento ativo no processo terapêutico. A força do entorno, os saberes tradicionais, os rituais e a espiritualidade presentes no cotidiano das mulheres quilombolas influenciaram diretamente a forma como as práticas corporais eram vivenciadas.

A bolsista passou a perceber que propor uma atividade corporal naquele contexto exigia sensibilidade para o ambiente, escuta ativa e respeito às expressões culturais. A corporeidade, nesse sentido, não era neutra ou universal, mas profundamente enraizada em uma história coletiva e em uma cosmologia própria.

Essa percepção levou à construção de práticas corporais contextualizadas, que dialogavam com os temas das vivências arteterapêuticas e com os elementos simbólicos do território. Caminhadas conscientes, dança com o vento, interação com águas de cachoeira, expressão através de palavras e gritos, gestos de acolhimento

foram algumas das estratégias utilizadas para integrar corpo e mente, indivíduo e comunidade.

Reflexões e Conclusões

A experiência vivida pela bolsista revelou a potência da atuação da Educação Física no campo da saúde mental, especialmente quando articulada a práticas integrativas e ao reconhecimento dos saberes ancestrais. O desafio inicial de encontrar seu lugar em um projeto psicoterapêutico se transformou em oportunidade de aprendizado e ampliação de horizontes profissionais.

A aproximação com a arteterapia e com o território quilombola permitiu à bolsista compreender que o corpo é um lugar de memória, de expressão e de cuidado. A Educação Física, ao incorporar essa visão ampliada, pode contribuir significativamente para práticas de promoção da saúde que sejam sensíveis às dimensões culturais, espirituais e afetivas da vida.

Além disso, a experiência reforçou a importância da formação interdisciplinar e da escuta atenta no trabalho com populações em situação de vulnerabilidade. A atuação no quilombo não apenas fortaleceu o vínculo entre universidade e comunidade, mas também possibilitou à bolsista uma vivência transformadora, que ressignificou sua trajetória acadêmica e profissional.

Este relato, portanto, propõe uma reflexão sobre as epistemologias do cuidado em saúde mental, destacando a necessidade de práticas que integrem corpo e mente, ciência e ancestralidade, técnica e sensibilidade. A Educação Física, nesse cenário, encontra um caminho singular de atuação, comprometido com a liberdade, o território e a dignidade das pessoas.

Referências

DIAS, João Vinícius dos Santos; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Educação popular e saúde mental: aproximando saberes e ampliando o cuidado. Saúde em Debate, v. 46, p. 188-199, 2022.

ROSA, Rejane Batista; DOS SANTOS, Mariana Fernandes Ramos. A história da saúde mental. Revista Transformar, v. 17, n. 1, p. 279-294, 2023.

SAMPAIO, Mariá Lanzotti; BISPO, José Patrício. Dimensão epistêmica da Reforma Psiquiátrica Brasileira: significados de gestores, profissionais e usuários. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. e200267, 2021.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Clara Elisabeth Medeiros Batista	**Graduando(a)**	**UNA**
Clara Elisabetn Medeiros Batista	**Graduando(a)**	**UNA**
Thaína Pereira de Assis	**Mestrando(a)**	**UFMG**
Adriana de Souza Medeiros Batista	**Pós-doutor(a)**	**UFMG**

Cuidar de si com as mãos na massa: a prática da cozinhaterapia como estratégia de promoção de saúde emocional

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução

A relação entre a alimentação e as emoções tem sido amplamente reconhecida no campo da saúde mental. A cozinha, enquanto espaço simbólico e afetivo, pode ser ressignificada como ambiente terapêutico. Este trabalho relata uma experiência de oficinas de cozinhaterapia realizadas com grupos de mulheres e adolescentes em situação de vulnerabilidade emocional, onde o ato de cozinhar é utilizado como instrumento para promover acolhimento, expressão emocional, vínculo social e autoconhecimento.

Objetivos

Descrever e analisar os efeitos terapêuticos da atividade culinária em grupo na promoção de saúde mental, com foco em ansiedade, autoestima e relações interpessoais. Refletir sobre a potência simbólica da cozinha como espaço de cuidado, criação e escuta subjetiva.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência extensionista com base nas oficinas realizadas em contextos comunitários e institucionais no sul do Brasil, entre 2023 e 2025, com orientação de profissionais da Psicologia e apoio de ações sociais. As oficinas ocorreram em espaços acessíveis, como centros culturais e cozinhas comunitárias, com turmas compostas majoritariamente por mulheres adultas e adolescentes.

Cada oficina teve duração de aproximadamente 3 a 4 horas e envolveu a elaboração de receitas simples, como bolos decorados, massas e sobremesas. As participantes eram convidadas a realizar todas as etapas do preparo desde o planejamento da receita até a finalização em um ambiente que estimulava o diálogo espontâneo, a colaboração e o cuidado mútuo.

Durante o processo, a escuta ativa e a condução terapêutica foram realizadas por uma facilitadora da área da Psicologia, promovendo momentos de fala sobre sentimentos, vivências e desafios emocionais. Metáforas como “a massa que precisa de tempo para crescer” ou “o bolo que desanda quando não respeitamos o tempo” foram utilizadas para gerar reflexões subjetivas.

Análise e Discussão

Ao longo das oficinas, foi possível observar impactos significativos nas participantes, especialmente na capacidade de se expressar, de se perceber em grupo e de lidar com emoções difíceis. Muitas relataram que o momento na cozinha era o único espaço em que conseguiam "respirar", se desligar de tensões externas e cuidar de si mesmas.

As atividades culinárias despertaram sentimentos de competência e autoestima ao final de cada encontro, ao levarem o bolo pronto para casa como símbolo concreto de realização. A cozinha, nesse contexto, deixou de ser um lugar de obrigação ou sobrecarga como muitas relataram em suas rotinas domésticas e passou a ser um lugar de escuta, partilha e cuidado de si.

A ação coletiva também favoreceu o fortalecimento de vínculos e o acolhimento entre as participantes. Problemas como ansiedade, agressividade e baixa autoestima foram acolhidos de maneira leve e sensível, através da linguagem simbólica da cozinha. A ação de cozinhar, por si só, tem um caráter meditativo, repetitivo e sensorial que contribui para a autorregulação emocional.

Do ponto de vista técnico, a metodologia se alinha a abordagens integrativas da Psicologia, que reconhecem o corpo, o sensorial e o fazer manual como formas legítimas de expressão emocional. A proposta também dialoga com fundamentos da arteterapia e das práticas de cuidado em saúde coletiva.

Considerações Finais

A experiência da cozinhaterapia mostrou-se potente como ferramenta terapêutica em grupos de saúde mental. O ambiente da cozinha pode favorecer a escuta subjetiva, o fortalecimento de vínculos, a autoestima e o manejo da ansiedade. Mais do que cozinhar, trata-se de criar um espaço simbólico de acolhimento e reconstrução de histórias pessoais.

Esse trabalho propõe ampliar o entendimento sobre recursos terapêuticos não convencionais dentro da Psicologia e convida a refletir sobre a potência dos espaços cotidianos como territórios de cuidado e saúde mental.

Referências

BAREMBLITT, G. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BARROS, D. D. Clínica do Sentido: a escuta subjetiva no cuidado em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LEAL, S. S. et al. Saberes e sabores: o uso da culinária como recurso terapêutico. Revista de Psicologia & Saúde, 2019.

ROSA, A. R. Práticas integrativas em Psicologia: corpo, cuidado e sensibilidade. São Paulo: Vozes, 2021.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Fernanda de Souza Griebler	**Graduando(a)**	**Centro Universitário Estácio de Santa Catarina**

Curso de Arte, cultura e promoção da saúde para pessoas idosas: experiências grupais como promoção de saúde

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

1. Introdução

O aumento da população de idosos em todo o mundo nos leva a repensar a organização social no que se refere à lida com essa realidade. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, entre 2015 e 2050, a proporção da população mundial com mais de sessenta anos quase dobrará, passando de 12% para 22%, demonstrando a importância de se pensar em novas práticas de cuidado e saúde para essa população. Ainda que os direitos da pessoa idosa tenha avançado, persistem desafios significativos no que diz respeito à qualidade de vida na velhice, são invisibilizados, não têm seus direitos garantidos e frequentemente estigmatizados com base na idade. Diversas iniciativas vêm sendo criadas com o intuito de promover a inclusão e o protagonismo de pessoas idosas, como os programas de Universidades Abertas, que permitem a participação dessa população em espaços acadêmicos, prevenindo o isolamento e promovendo trocas intergeracionais. Nesse contexto, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), em parceria com o Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), promove semestralmente o curso de Arte, Cultura e Promoção de Saúde para pessoas idosas, reconhecendo o papel das atividades artísticas e culturais na promoção do bem-estar, na valorização do saber experiencial e na ampliação das possibilidades de vida.

2. Objetivos

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar os impactos do curso de Arte, Cultura e Promoção de Saúde, realizado entre 2022 e 2025, na qualidade de vida, no bem-estar e na visibilidade social de pessoas idosas. Os objetivos específicos incluem compartilhar práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do curso, discutir o conceito e a prática da promoção da saúde a partir de ações artísticas, culturais e

coletivas e refletir sobre a dimensão intergeracional do curso, que envolve estudantes universitários como auxiliares pedagógicos.

3. Metodologia

O estudo foi realizado a partir da análise de um banco de dados composto por questionários semi abertos aplicados no início e ao final de cada edição do curso, com o intuito de avaliar, de forma quantitativa e qualitativa, as expectativas e experiências das pessoas participantes. Os questionários continham informações sociodemográficas (idade, sexo, estado civil, escolaridade, ocupação) e questões relacionadas às motivações para participação e avaliação do curso.

4. Resultados e Discussão

Os questionários revelam um perfil majoritariamente feminino, com alto nível de escolaridade e com idades entre 51 e 82 anos. Ao longo dos semestres, as motivações para participação variaram entre o desejo de preencher o tempo livre, combater a solidão, socializar, aprender coisas novas e compartilhar vivências.

As aulas ao decorrer do semestre envolvem temas variados, como pintura, arquitetura, meditação, saídas de campo por projetos da UFSC, sexualidade, música, tecnologias, teatro. A partir dessas temáticas norteadoras, as aulas envolvem atividades práticas e teóricas e rodas de conversa, onde podem se expressar e discutir.

De acordo com os questionários finais, as expectativas foram, em grande parte, atendidas, sendo recorrentes as menções a novos aprendizados e à ampliação de horizontes: “ampliou meus conhecimentos, ensinou novas vias de acesso a informações e direitos”; “sempre aprendo com outras pessoas”. Esses dados reforçam o potencial do grupo como espaço privilegiado de promoção de saúde, formador de novos vínculos e ampliação de acesso a direitos à pessoa idosa. Compreendemos o grupo como um campo de processos enunciativos, em que circulam identificações, afetos e deslocamentos, como em frases como “espaço que consigo me comunicar, falar e ouvir coisas diferentes” e “esse grupo tem me edificado”. Em um ambiente que se propõe aberto e confortável para diálogo e criações, pode ser considerado um espaço promotor de saúde, escuta e acolhimento. De acordo com a parte qualitativa dos questionários finais, comentam como é importante no processo de envelhecimento conhecer pessoas novas, fazer amizades, e diferentes e entrar em contato com a universidade e com novos conhecimentos.

5. Considerações finais

A crescente população idosa no Brasil coloca em cena novas demandas por reconhecimento, cuidado e pertencimento. Iniciativas como o curso de Arte, Cultura e Promoção de Saúde são fundamentais para romper com o isolamento, reconfigurar papéis sociais e valorizar os saberes da velhice. As experiências vividas no curso indicam que a inserção em espaços coletivos, lúdicos e intergeracionais, mediados por arte e cultura, podem fortalecer e criar vínculos e a ampliar as possibilidades de existência das pessoas idosas, visto que é uma possibilidade de aumento de garantia de direitos, autonomia, autoestima e conhecimentos.

Referências

World Health Organization. World Health Organization 10 facts on ageing and health. Genebra: WHO; 2017.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Sofia Romanenko Halfpap	**Ensino médio**	
Victor Erides Pacheco Coelho	**Graduando(a)**	**UFSC**
Walter Ferreira de Oliveira	**Livre-Docência**	**UFSC**

Da Pindorama ao Brasil Atual: Reflexões e Estratégias de Redução de Riscos e Danos no Uso da DMT

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

A N,N-Dimetiltriptamina (DMT), é uma substância produzida de maneira endógena por plantas e animais humanos e não-humanos e que é responsável, junto a outros neurotransmissores, pela regulação de humor, prazer, sono e outras funções essenciais ao funcionamento do organismo (Machado et al., 2020). O uso do termo Pindorama, que na origem tupi significa “terra das palmeiras” e que designa o território hoje chamado Brasil, se dá no intento de valorizar as cosmologias dos povos originários amazônicos, que provavelmente foram os primeiros a experimentar a bebida contendo a DMT. Preparada a partir do cipó mariri e das folhas da chacrona, a ayahuasca tem sido alvo de debates por sua utilização fora dos contextos religiosos tradicionais, que são regulamentados. Soma-se a isso o uso da DMT fumada, conhecida popularmente como changa, em contextos festivos ou habituais.

A sofisticação dos métodos de controle pelo Estado, ligado ao surgimento do capitalismo, coloca sobre os usuários de drogas, especialmente àqueles que desenvolvem relações problemáticas, ora o jugo biológico-psiquiatrizante de louco/doente, justificando a internação em hospícios, ora o rótulo de vadio, marginal, que deve ser preso em favor da segurança pública, ora o status de pecador, que sucumbiu aos desejos da carne, sendo razoável a intervenção em comunidades terapêuticas (Nelvo, 2024). Os movimentos da reforma sanitária, psiquiátrica e marchas da maconha têm apontado para a importância da desinstitucionalização, da autonomia dos usuários e das abordagens em saúde focadas na redução de riscos e danos (RD), entendendo que o uso de substâncias é uma constante em todas as sociedades e que pode assumir um papel cultural, ritualístico, religioso, terapêutico, recreativo.

OBJETIVOS

- Discorrer sobre as similaridades e dissidências entre os usos ancestrais e modernos da DMT;
- Entender as experiências, sensações, visões e manifestações dos sujeitos;
- Pensar em estratégias de RD para o uso da changa.

METODOLOGIA

As reflexões e estratégias de RD propostas provém da experiência enquanto observador-participante de rodas em que a DMT foi utilizada durante a realização do festival Morrostock, na cidade de Santa Maria - RS, entre os dias 17 e 21 de abril de 2025. Foi realizada ainda, em parceria com o evento e enquanto coletivo bem-me-quer, uma intervenção de RD entre os dias 18 e 20 de abril. Valeu-se de uma pesquisa documental, através de livros, artigos científicos e informações disponíveis em portais da web para complexificação das discussões.

DISCUSSÃO

Acredita-se que o uso da DMT na Pindorama, embora tenha assumido diferentes ritualísticas a depender do povo, estava ligada à uma comunhão. Aqui, o ser humano é entendido enquanto uma extensão da natureza e não como um ente à parte, as plantas são sujeitos dotados de espírito e capazes de trazer ensinamentos, visões e aconselhamentos para o bem da comunidade. No século XX, há a assimilação da ayahuasca por movimentos religiosos sincréticos, sendo um importante expoente o Santo Daime, fundado na década de 30 por Raimundo Irineu Serra. O mestre Irineu, como era conhecido, aprendeu o preparo do chá com o povo amazônico e era procurado para “trabalhos espirituais”, que envolviam tirar o “quebranto” de crianças e a “panema” de caçadores, a prescrição de tratamento para doenças, a orientação para aflições, as benzeduras, entre outras mágicas. Por cultuar divindades típicas das religiões afro-brasileiras e por ter se tornado uma referência comunitária em tempos de assistência precária e consolidação da ciência médica, Irineu foi frequentemente acusado de “feitiçaria”, “macumba” e “charlatanismo” (Goulart, 2008). Outros grupos surgiram depois, como a União do Vegetal, a Barquinha e o CEFLURIS, tendo alguns deles caráter expansionista.

O termo neo-ayahuasqueiros foi cunhado por Labate (2004) para designar àqueles que fazem uso do chá sem estarem filiados a uma tradição religiosa específica. Geralmente provindos das classes médias urbanas e adeptos de uma

espiritualidade new age, estes grupos veem na ayahuasca uma possibilidade de abertura da consciência, autoconhecimento, conexão com a natureza e melhora nas relações afetivo-emocionais.

Nas rodas de changa, o cristal da DMT era misturado a outras ervas, com efeitos que podiam ser sentidos quase instantaneamente e que duravam pouco mais de 10 minutos. O fumo era preparado e socializado com os interessados em dois momentos do dia, no final da manhã e no pôr do sol. Após o uso, foi preciso deitar, a sensação inicial era de quase-morte, com um aperto no peito, zumbido nos ouvidos, atordoamento e a impressão de estar sendo esmagado contra o solo. Ansiedade, medo, ausência de controle: com os olhos fechados observava-se, como que de fora, padrões geométricos em formas de mandala. Profundos insights sobre questões cotidianas manifestaram-se: escolhas e hábitos nocivos, a maneira de se colocar nas relações, incertezas. As reações aos poucos suavizaram e o caos foi dando lugar a uma respiração ordenada e a um tímido êxtase. Com os olhos abertos, sente-se como se a substância tivesse me dado clareza, como se da insegurança, um ser mais autêntico tivesse nascido. Os relatos destas experiências são muito particulares, há pessoas que têm contato com seres, encantados e duendes, algumas relatam que deixaram o alcoolismo e a dependência química, outras que conseguiram acessar e ressignificar traumas de infância.

Isto corrobora para a potência terapêutica da substância, não que seja possível fazer uma distinção clara entre este uso e o espiritual ou recreativo, pois é nesta miscelânea que há o devir. Nas tentativas de separação nada há senão o interesse de legitimar e prescrever determinados usos - os terapêuticos/medicamentosos -, porque estes estão de acordo com a ciência e encarnam o bem e proscrever outros - os recreativos -, porque não encontram respaldo nesta mesma ciência, dita neutra (Vargas, 2008). O reconhecimento de possíveis benefícios, não anula os riscos da prática. Portanto, nestes momentos, é importante que sejam oferecidas informações acerca das contraindicações de uso, por exemplo, pessoas com transtornos psiquiátricos graves, com doenças cardiovasculares ou em estados emocionais instáveis. É interessante que o usuário esteja bem alimentado e hidratado, que seja utilizada piteira longa para resfriamento da fumaça e que se busque maneiras de integração. Isso implica, por meio de anotações, reflexões, ou da prática terapêutica, pautar as principais questões que estão sendo vividas naquele momento e qual o intento daquela prática, não como algo rígido ou estruturado, mas

como forma de acessá-las previamente. Após a experiência, é interessante que sejam trazidos à tona as principais sensações, medos e angústias, e que se investigue o que os símbolos conscientes têm a dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RD muitas vezes acontece às margens de um Estado que embora tenha como princípios de seu Sistema Único de Saúde a integralidade, a universalidade, a autonomia e a igualdade, por vezes, não reconhece o direito à saúde de usuários de substâncias psicoativas. Não são raros os processos de criminalização desta estratégia, ancorados numa suposta apologia. É preciso ter como horizonte a emancipação dos indivíduos e uma outra política de drogas baseada na regulamentação e no entendimento da saúde como processo amplo, que comporta inclusive a busca de prazeres e o contraditório. Embora descontextualizado, o uso dos saberes ancestrais indígenas pode trazer possibilidades de reconexão e reflexão, desde que com respeito a seus corpos-território.

Referências

GOULART, Sandra Lucia. Estigmas de grupos ayahuasqueiros. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (org.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 251–287.

LABATE, Beatriz Caiuby. A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 2004a.

MACHADO, Lilian Carvalho et al. Aspectos farmacológicos e toxicológicos do alcaloide N, N–dimetiltriptamina (DMT). Brazilian Journal of Natural Sciences, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 259–267, mar. 2020. DOI: 10.31415/bjns.v3i1.84. Disponível em: www.bjns.com.br. Acesso em: 28 maio 2025.

NELVO, Romário Vieira. Apologia ao cuidado: uma etnografia sobre redução de riscos e danos em eventos. 2024. 441 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/127239247/APOLOGIA_AO_CUIDADO_Uma_etnografia_sobre_Redu%C3%A7%C3%A3o_de_Riscos_e_Danos_em_eventos. Acesso em: 28 maio 2025.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (org.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 41–63.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Raphael Braibante Flores	**Pós-graduando(a)**	**UFSM**
Lisiane Bôer Possa	**Doutor(a)**	**UFSM**
Daniel Santos Machado	**Mestrando(a)**	**UFSM**
Amilton Gonçalves Schir	**Graduado(a)**	**Hospital Bruno Born**
Mirian Gondran Nunes	**Graduando(a)**	**UFSM**
Leonardo Pimenta Alves	**Graduando(a)**	**UFSM**
Lucas Floriano de Moraes Costa	**Graduando(a)**	**UFSM**

Do silêncio à expressão: a importância de dar um corpo e uma voz para a escrita arteterapêutica

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

1. Introdução

A maternidade, embora frequentemente idealizada, é atravessada por inúmeros dilemas emocionais, sociais e simbólicos. Para muitas mulheres, decidir ser mãe ou não é um processo permeado de incertezas e pressões. Enquanto algumas enfrentam a sobrecarga de corresponder ao ideal da "mãe perfeita", outras lidam com os julgamentos impostos àquelas que optam por não maternar. Esse cenário revela uma tensão constante entre desejo pessoal, expectativas sociais e ausência de suporte institucional adequado.

Foi nesse contexto que surgiu o grupo (des)construções maternas, criado como espaço seguro para explorar o tema da maternidade por meio da arteterapia. O grupo foi composto por oito mulheres e se estendeu ao longo de 37 encontros, totalizando 100 horas, entre março e novembro de 2023, em formato online. A presente pesquisa se debruça sobre quatro desses encontros, cujo foco foi a temática da voz — não apenas no sentido literal, mas simbólico, como canal de expressão do desejo, da subjetividade e da potência criativa.

2. Objetivos

O objetivo principal deste estudo foi investigar como o uso da voz enquanto ferramenta arteterapêutica pode auxiliar mulheres a acessarem e expressarem seus desejos e emoções, especialmente no que diz respeito à maternidade e aos papéis sociais que ocupam.

Os objetivos específicos incluem:

• Compreender as resistências ligadas ao uso da própria voz;

• Observar como a criação vocal (fala, verso, canto) mobiliza afetos e reflexões;

• Refletir sobre o processo de dar corpo à voz como forma de empoderamento feminino.

•

3. Descrição da Pesquisa e Método

O grupo (des)construções maternas funcionou como parte do estágio obrigatório da formação em Arteterapia do Instituto Incorporar-te. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em observações e registros dos encontros.

Foram analisados quatro encontros consecutivos com foco na voz:

• 17º encontro: cada participante trouxe uma música significativa, se movimentou ao som dela e criou um símbolo que representasse a emoção despertada.

• 18º encontro: as participantes escreveram a letra da música escolhida, destacaram palavras importantes e as conectaram ao símbolo criado anteriormente.

• 19º encontro: criação de um verso com as palavras destacadas e leitura em voz alta, com estímulo à exploração vocal.

• 20º encontro: proposta de transformar o verso em música e cantá-lo, trazendo à tona fortes resistências.

As atividades foram conduzidas com escuta sensível, atenção às resistências e estímulo à livre expressão. A análise dos dados foi feita com base nas falas, desenhos, versos e comportamentos das participantes, com apoio da literatura em arteterapia, psicologia e estudos sobre a voz feminina.

4. Análise e Discussão dos Resultados

Desde o início, foi possível notar que a temática da voz provocava desconforto no grupo. Ainda que as participantes demonstrassem envolvimento nas outras práticas, houve resistência crescente à medida que as propostas se aproximavam da vocalização criativa. Atividades como dançar, desenhar símbolos ou comentar sobre músicas fluíam com maior facilidade. Já os exercícios que envolviam ler em voz alta, cantar ou improvisar versos geraram desconforto e até recusa.

Esse incômodo foi um importante ponto de investigação. Por que era tão difícil para mulheres adultas — muitas delas com vivências públicas e comunicativas — dar corpo à própria voz em um espaço terapêutico e acolhedor?

A análise das falas revelou que o desafio não era simplesmente "cantar em público", mas autorizar-se a criar e expressar algo genuíno, sem mediações externas. A vergonha relatada por várias participantes não dizia respeito ao timbre ou afinação da voz, mas à exposição de uma criação pessoal. Isso se conectava a questões mais profundas: o medo do julgamento, a dificuldade de se escutar e o receio de assumir desejos que não cabem no modelo tradicional de mulher/mãe/esposa.

Uma participante relatou: “Eu não sou tímida, falo em público, canto no karaokê. Mas aqui, com algo que eu criei, eu morro de vergonha.” Outras compartilharam como o exercício da voz estava diretamente relacionado à possibilidade de desejar — e o quanto isso ainda lhes parecia proibido: “Parece que a sociedade tem medo do desejo da mulher. E a gente também passa a ter.”

As músicas escolhidas ativaram memórias e desejos ocultos. O simples ato de ouvir e desenhar ao som de uma canção despertou reflexões profundas sobre liberdade, cuidado, relacionamentos e escolhas. Ao passo que avançávamos nas propostas de escrita, leitura e canto, foi possível notar uma transformação: o silêncio começou a ser escutado como linguagem, e os “nãos” ditos com firmeza também passaram a ser acolhidos como formas válidas de expressão.

A literatura revisada corrobora essas observações. Mendes (2004) define a voz como fonte de vibração emocional que expressa o universo subjetivo. Santos (2022) propõe que quanto mais íntimos somos de nossa voz, mais adentramos nossa subjetividade poética. E Brandes (2019) aponta a vocalização como forma de dizer o incomunicável.

O cantar, nesse contexto, não se limitava a emitir notas musicais, mas significava assumir a autoria da própria história. Como afirma Barto (2022), ao cantar o sujeito "compõe seu modo de existir".

5. Considerações Finais

A experiência do grupo (des)construções maternas evidenciou que trabalhar a voz em arteterapia é um caminho potente para acessar camadas profundas da subjetividade feminina. A resistência ao uso da voz revelou-se não como um obstáculo, mas como uma porta de entrada para reflexões sobre silenciamento, desejo e autonomia.

Os encontros mostraram que cantar um verso autoral pode ser mais desafiador do que cantar em um karaokê, pois carrega consigo a materialização de um desejo — e muitas vezes, as mulheres não se sentem autorizadas a desejar. Ao dar corpo à voz, elas também estavam dando corpo à própria existência.

Este trabalho reforça a importância de espaços terapêuticos que acolham essas expressões e ofereçam suporte para que as mulheres possam reencontrar e reconfigurar suas vozes. A prática da vocalização se mostrou capaz de promover não só expressão artística, mas também empoderamento, resgate da escuta interna e transformação subjetiva.

Por fim, a voz — como símbolo, som e presença — tornou-se, para muitas participantes, não apenas um meio de comunicação, mas uma forma de libertação. Um convite a ocupar o espaço, dizer sim e dizer não, e, principalmente, se escutar.

Referências

BARTO, Carlos Henrique. Considerações para uma pedagogia vocal relacional. Voz e Cena, Brasília, v. 3, n. 1, p. 209-224, jan./jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/vozecena/. Acesso em: nov. 2024.

BRANDES, Isadora Tavares. Entre vozes viajantes: exploração vocal no teatro invisível de Meredith Monk. 2019. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 27, p. 125-137, 2004.

SANTOS, Elaine Barbosa dos. Vozes em escuta, criando novos mundos. Voz e Cena, Brasília, v. 3, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/vozecena/. Acesso em: nov. 2024.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Aline Dutra Fialho	**Mestre(a)**	**UBAAT - União Brasileira de Associações de Arteterapia**

Economia Solidária e Saúde Mental: uma experiência em um CAPS II

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Este trabalho apresenta o percurso de criação de um projeto de Economia Solidária desenvolvido em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) no município de Florianópolis/SC. O objetivo é evidenciar os desafios e potencialidades da economia solidária como estratégia de promoção de saúde mental. O projeto surgiu em 2024 através dos usuários do serviço junto à coordenadora e estagiárias de Psicologia e atualmente está vinculado à UFSC e à Escola de Saúde Pública de Florianópolis por meio de um projeto de extensão.

Muitos usuários dos serviços de saúde mental têm sua relação com o trabalho afetado pelo adoecimento, resultado das formas hostis, precárias e degradantes que caracterizam grande parte das possibilidades de inserção das pessoas no mercado de trabalho no modo de produção capitalista. O lugar de desvantagem social em que se encontram, tanto na inserção quanto na reinserção no trabalho, amplifica-se ao se considerar as situações de sofrimento, fragilidade e vulnerabilidade em que os usuários geralmente se encontram. Com isso, a economia solidária no CAPS configura uma alternativa que, aliada ao cooperativismo social e a luta antimanicomial, faz parte das políticas públicas voltadas para a garantia do direito ao trabalho para usuários do serviço. Assim, o projeto busca por um empreendimento de economia solidária a inclusão social, reabilitação psicossocial e geração de renda por meio de processos coletivos que tenham como princípios a busca pela autonomia, a sustentabilidade, a construção de vínculos e o acolhimento cuidadoso e afetivo.

A Economia Solidária se apresenta como um modo alternativo de inclusão social e geração de renda pelo trabalho que se diferencia da Economia de Mercado principalmente pelo modo de organização, onde todos os participantes são donos e parte fundamental dos processos de decisão, além de ser pautada em princípio de autogestão, democracia, cooperação, emancipação, valorização de saberes locais, valorização da aprendizagem e cuidado com o meio ambiente (Singer e Schiochet, 2014)

Andrada (2006) destaca que a autogestão, possibilitada pelos empreendimentos solidários, acontece a partir do cotidiano do trabalho. A autogestão e o trabalho cooperativo implicam, primeiro, no controle da gestão e autonomia em relação às decisões pelo conjunto dos trabalhadores associados para, depois, em partilhar responsabilidades ao longo do processo produtivo, cooperar através de relações de reciprocidade e de confiança. A formação, a reflexão crítica permanente, a análise dos processos de trabalho, dos formatos organizativos, devem estar permanentemente presentes nas ações desenvolvidas pelos cooperados. Há que se considerar, também, a necessidade da valorização do cotidiano, do ambiente de trabalho e das relações de trabalho como fundamentais para os processos de gestão do próprio trabalho (Andrada, 2006).

Os encontros do projeto têm acontecido no formato de oficinas, às quintas-feiras, em uma sala de grupos no próprio espaço do CAPS. Nesse momento de convívio semanal em que acontece a produção também são realizadas as reuniões que incluem tomadas de decisões conjuntas sobre planejamentos gerais do coletivo, compra de materiais, parcerias e participações em feiras. Atualmente o grupo produz pinturas em caixinhas de MDF, panos de prato, fronhas de almofada, artes em vidro, peças de macramê e mosaico. A decisão sobre o que vai ser produzido parte do desejo dos usuários e de suas afinidades artísticas, o que reverbera em seus papéis, que alternam entre artesãos e oficineiros, de forma que se revezam para ensinar uns aos outros. Nem todos realizam o mesmo tipo de arte nos encontros, sendo um espaço livre onde a diferença, as singularidades e o tempo de cada um se mesclam no fazer coletivo, na troca em volta da mesa onde emergem histórias de vida, sonhos e angústias.

As oficinas, realizadas com a mediação das extensionistas, procuram evidenciar as potencialidades de cada participante, a valorização da contribuição e saberes de cada um dos envolvidos, tendo como princípio o acolhimento e as relações de cuidado (Alvarez, Neves & Silva, 2017). Além das oficinas, o grupo planeja e realiza a busca por materiais para a produção e a participação em feiras. Os deslocamentos pela cidade funcionam como um dispositivo-clínico-político que procuram provocar, também, deslocamentos subjetivos: do sujeito-doente-louco para sujeito-artesão. Configuram-se, também, como espaços dialógicos potentes entre os participantes e entre o grupo e outros agentes presentes na cidade.

A partir das vivências cotidianas e de construção do projeto, alguns desafios se colocaram para o coletivo, entre eles: a necessidade do grupo lidar com os aspectos legais e burocráticos de uma associação, a gestão dos recursos captados, os critérios da divisão dos ganhos e a realização das despesas com a produção, a organização do tempo do trabalho e o respeito pelas particularidades de cada participante. Frente a isso, percebe-se que é no cotidiano, nas relações concretas de trabalho, que os conflitos emergem e devem ser problematizados. Ou seja, é a partir das relações cotidianas que se produzem os conflitos que serão a base para os processos de negociação permanente que caracteriza as relações de autogestão.

Com isso, concluímos que aspectos como a coletividade e o diálogo com outros coletivos de economia solidária têm feito dessa experiência um movimento bastante potente. De tal forma, o caminho traçado pelo projeto até então reafirma o compromisso de uma psicologia onde as práticas ético-políticas estão implicadas com o cuidado em liberdade e a luta antimanicomial.

Referências

ALVAREZ, A. P. E.; NEVES, C. E. A. B.; SILVA, C. O. Saúde mental e economia solidária: pesquisa cartográfica em um dispositivo clínico-político. Caderno Brasileiro de Saúde Mental, v. 9, n. 22, p. 124-144, 2017.

AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ANDRADA, C. F. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. vol. 9, n. 1, pp. 1-14. 2006.

SINGER, P; SCHIOCHET, R. Economia solidária e saúde mental. A construção da política nacional de cooperativismo social. In: PINHO, L. P. (Org.) Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde. São Carlos: Compacta, 2014.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Paula Xavier da Silva	**Graduando(a)**	**UFSC**
Bianca Zola Bahia Marques	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Vitória Silveira Correia	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Carlos José Naujorks	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

Ecos da folia: memórias coletivas do carnaval de Olinda

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado "Ecos da Folia: memórias coletivas do carnaval de Olinda" tem como objetivo compreender como o Carnaval de Olinda atua como um quadro social de memória, moldando e sendo moldado pelas experiências compartilhadas da comunidade. Inspirada na teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs, a pesquisa parte do entendimento de que as lembranças não existem isoladamente, mas estão ancoradas em contextos sociais e culturais, sendo constantemente reconstruídas no presente. A partir dessa perspectiva, o carnaval não é visto apenas como uma festa popular, mas como uma manifestação viva de resistência cultural, transmissão de tradições e afirmação de identidades.

Historicamente, o Carnaval de Olinda surgiu em contraposição às manifestações elitizadas do Recife, assumindo um caráter popular e inclusivo. Ele não apenas celebra a alegria, mas também representa um espaço de pertencimento e de resistência simbólica. As interações sociais, os rituais e os símbolos compartilhados durante a festa se tornam elementos fundamentais para a construção de memórias afetivas e identitárias.

Como recorte analítico, a pesquisa foca no Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda, uma das troças mais tradicionais do carnaval olindense. Fundado nos anos 1950 a partir de uma brincadeira entre amigos, o bloco se consolidou como uma instituição cultural que expressa a identidade local. Em 1968, tornou-se oficialmente um clube carnavalesco e ganhou ainda mais destaque com a criação do seu hino, um dos mais celebrados da folia. O Elefante não apenas desfila, mas também promove atividades como o "Trote do Elefante" e participa de ações de preservação do patrimônio cultural e arquitetônico de Olinda.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é investigar como os fundadores e os atuais gestores do Elefante de Olinda vivenciam a responsabilidade de manter viva essa tradição. Especificamente, busca-se compreender as motivações por trás da sustentação do

legado, o processo de transmissão da memória coletiva e a dimensão afetiva que permeia essa experiência. O estudo também pretende mostrar como o carnaval, além de sua dimensão festiva, constitui um espaço de resiliência emocional, resistência cultural e afirmação de valores.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é qualitativa, com inspiração na fenomenologia clássica de Edmund Husserl. Esse referencial permite uma escuta profunda das experiências vividas, valorizando os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas próprias experiências. A fenomenologia propõe a epoché, uma suspensão dos julgamentos naturais, e a redução fenomenológica, que visa alcançar a essência do fenômeno por meio da variação imaginativa. O conceito de intencionalidade da consciência também é central: toda experiência está sempre direcionada a algo, o que torna possível acessar o significado subjetivo dos eventos.

No contexto do carnaval, essa abordagem permite compreender como a tradição é vivida, reinterpretada e recriada a partir das experiências dos envolvidos. A fenomenologia também se ancora no conceito de mundo-da-vida (Lebenswelt), entendendo o carnaval não como um evento isolado, mas como parte do cotidiano da comunidade. A tradição, nesse sentido, é vista como um campo de transmissão e renovação de valores e significados compartilhados.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas narrativas, baseadas na proposta de Jovchelovitch e Bauer (2003). Esse método permite que os entrevistados relatem suas experiências de forma livre e espontânea, favorecendo a emergência de memórias ricas em detalhes emocionais, sensoriais e culturais. As entrevistas serão complementadas por fotografias de acervos pessoais e institucionais, usadas como elementos disparadores de memórias. As imagens, retratando carnavais desde os anos 1950 até os dias atuais, ajudam a contextualizar historicamente os relatos e a enriquecer a compreensão do fenômeno.

Durante as entrevistas, serão observados elementos como pausas, entonação, gírias e gestos, que são parte essencial da escuta fenomenológica. A pesquisadora manterá também um diário de campo, registrando impressões, emoções e aspectos não verbais relevantes.

Para a análise dos dados, a pesquisa se inspira na hermenêutica existencial de Martin Heidegger. Em "Ser e Tempo" (1927), Heidegger propõe que a compreensão é parte constitutiva do ser humano, que está sempre interpretando sua existência a

partir do contexto em que vive. O conceito de Dasein é fundamental para entender como as memórias são vividas e ressignificadas. A análise segue o princípio do círculo hermenêutico, alternando entre a compreensão das partes e do todo, buscando captar o significado profundo das experiências narradas.

Assim, o estudo espera contribuir para uma compreensão mais ampla e sensível das memórias coletivas do carnaval de Olinda, valorizando os aspectos afetivos, históricos e sociais dessa tradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao destacar o papel do Elefante de Olinda como guardião de uma memória coletiva viva, pretende-se também fortalecer o reconhecimento do carnaval como um patrimônio cultural que ultrapassa o efêmera da folia para se inscrever na história emocional e identitária da cidade. Espera-se que os resultados revelem novas perspectivas sobre a intersecção entre cultura e psicologia, oferecendo insights valiosos para a prática clínica e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural. A pesquisa também poderá servir de base para futuros estudos sobre manifestações culturais e sua influência nas dinâmicas sociais.

Referências

ATAÍDE, José. Olinda, carnaval e povo: Olinda, 1900/1981. Olinda: Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (FCSPHO), 1982.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

REALCE, Angela. Organização e interpretação de entrevista: uma proposta do método fenomenológico. In: BREAKWELL, Glynis M.; HAMMOND, Sean; FIFIELD, Lisa; SMITH, Jonathan A. (orgs.). Métodos de pesquisa em psicologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 321–339.

SÁ, Celso Pereira de. Psicologia social da memória: uma sistematização teórico-conceitual. In: SÁ, Celso Pereira de; MENANDRO, Paulo Roberto Monteiro; NAIFF, Lúcia Amaral. (org.). Psicologia social e o estudo da memória histórica. Curitiba: Appris, 2013. p. 13–25.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Jade Holanda Pinheiro	**Mestrando(a)**	**UFMG**
Adriano Roberto Afonso do Nascimento	**Pós-doutor(a)**	**UFMG**

Encontros de Cuidado do Coletivo de Discentes do PPGSC/UFSC

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

INTRODUÇÃO: O ambiente acadêmico, principalmente o da pós-graduação, permeado por processos individualizantes e marcado por uma lógica produtivista intensificada, tem se mostrado cada vez mais adoecedor. Dessa forma, pensar em espaços coletivos que promovam o cuidado e possibilitem o encontro dentro do ambiente universitário fomenta a construção de redes de apoio. Os Encontros de Cuidado proporcionados pelo Coletivo de Discentes de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSC/UFSC) configuram uma perspectiva de atenção à saúde mental. O Coletivo de Discentes do PPGSC/UFSC iniciou sua construção no mês de setembro de 2024, com discentes dos cursos de mestrado e doutorado do programa que sentiram a necessidade de construir outras formas de organização, para além da representação discente. A partir das reuniões do Coletivo, foi identificada a necessidade de espaços de fortalecimento do vínculo entre os discentes para o enfrentamento dos adoecimentos agravados pela pós-graduação, de realizar trocas de experiências sobre os processos de escrita, de pensar mobilizações para garantir a permanência no programa, de dialogar sobre formas de garantir processos de ensino-aprendizagem de qualidade, além de fomentar o cuidado em saúde mental para além da sala de aula. OBJETIVOS: Ainda no mês de setembro, foi realizada a primeira ação do Coletivo: os Encontros de Cuidado, com o objetivo de trocar cuidados entre os discentes, construir redes de apoio e convivência para a comunidade universitária e cuidar da saúde mental. MÉTODO: Para os encontros foram selecionadas duas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS): Auriculoterapia e Lian Gong em 18 Terapias. Devido a sua fácil aplicabilidade e bons resultados para os sintomas relacionados à saúde mental mais relatados pelos discentes: tensões musculares, estresse e ansiedade. A auriculoterapia é uma técnica terapêutica derivada da acupuntura, que consiste na estimulação de pontos reflexos localizados no pavilhão auricular. Esses pontos, que correspondem a diferentes regiões e funções do corpo, são ativados para promover o equilíbrio

energético e sistêmico. Ao interagir com as terminações nervosas da orelha, a técnica estimula o sistema nervoso, auxiliando no alívio de sintomas e na regulação de funções orgânicas (de Castro Moura et al., 2015). Segura e não invasiva, a auriculoterapia pode ser aplicada em diversos ambientes, requerendo apenas um local tranquilo para sua execução. O Lian Gong em 18 Terapias é dividido em 3 partes de 18 movimentos cada: Parte Anterior, Parte Posterior e Yi Qi Gong Continuação. A Parte Anterior, escolhida para os Encontros do Cuidado, consiste em uma sequência de 18 movimentos lentos, homogêneos e contínuos combinados com a respiração para a prevenção e tratamento de dores musculoesqueléticas (Lee, 2006). O Lian Gong é baseado nos conceitos da Medicina Tradicional Chinesa que busca integrar os sintomas físicos, os aspectos emocionais e o contexto da vida, ampliando o entendimento do adoecimento para além dos componentes de natureza biológica (Sousa, Hortale e Bodstein, 2018). Os discentes do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva foram convidados a participar dos encontros via convite nos grupos de Whatsapp e pessoalmente, quando possível. ANÁLISE/DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS E DOS EFEITOS/IMPACTOS PERCEBIDOS: Os Encontros de Cuidado aconteceram em dois dias e turnos distintos, antes do horário das disciplinas, para facilitar o acesso dos discentes. Os encontros foram realizados no Centro de Ciências da Saúde da UFSC, no gramado com árvores, localizado entre a lanchonete e os blocos de sala de aula. Participaram vinte e três discentes dos encontros, sendo que o primeiro dia contou com sete participantes e o segundo dia com dezesseis participantes, em parceria da disciplina de Medicinas Alternativas e Complementares e Saúde Coletiva, possibilitando a participação das discentes dessa disciplina, algumas externas ao programa, e do professor. Os próprios discentes que propuseram os encontros foram quem aplicaram e receberam as PICS, em uma troca de cuidados mútuos. Os Encontros de Cuidado possibilitaram a aproximação de discentes que se encontravam apenas durante as disciplinas para conversarem e cuidarem da saúde, além da aproximação com alunas ouvintes, externas ao programa, que cursaram a disciplina e puderam conhecer, praticar, receber a aplicação, vivenciando e contribuindo para a construção do conhecimento acerca da Auriculoterapia e do Lian Gong. Além disso, os Encontros de Cuidado possibilitaram a aproximação de discentes com o Coletivo, a partir dessa ação solidária, fortalecendo redes de apoio com o uso de práticas e técnicas não hegemônicas de

cuidado em saúde. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A realização dos Encontros de Cuidado, promovidos pelo Coletivo de Discentes do PPGSC/UFSC, evidenciou a importância de espaços coletivos que promovam vínculos, escuta e práticas integrativas voltadas à saúde mental no contexto acadêmico. A adesão dos participantes e os relatos de bem-estar demonstram que ações como essa fortalecem as redes de apoio entre os discentes, elemento essencial para a permanência e o enfrentamento das adversidades na pós-graduação. Iniciativas como essa reafirmam o potencial transformador da organização coletiva, da solidariedade e do cuidado compartilhado no ambiente universitário, configurando-se como uma estratégia de promoção da saúde.

Referências

DE CASTRO MOURA, Caroline et al . Auriculoterapia efeito sobre a ansiedade. Revista Cubana Enfermería, v. 30, n. 2, p.120-134, 2015 .

LEE, Maria Lucia. Lian Gong em 18 Terapias forjando um corpo saudável: ginástica chinesa do Dr. Zhuang Yuen Ming. 5ed, São Paulo: Pensamento, 2006.

SOUSA, Islândia Maria Carvalho de, HORTALE, Virginia Alonso; BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. Medicina tradicional, complementar e integrativa: desafios para construir um modelo de avaliação do cuidado. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 10, p. 3403-3412, 2018.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Patrícia Teixeira de Vasconcelos	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Cíntia Fernanda dos Santos	**Mestrando(a)**	**Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina**
Jeison Saldanha de Melo	**Mestrando(a)**	**Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina**

Thaiara Dornelles Lago	**Doutorando(a)**	**Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina**
Luciano Terra das Neves Neto	**Mestrando(a)**	**Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina**
Luiz Gustavo Rodrigues Dias Chagas	**Mestrando(a)**	**Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina**
Priscyla Moraes Lüdtke	**Mestrando(a)**	**Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina**
Melannie Pinhatti Schisler	**Mestrando(a)**	**Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina**

Ensino baseado em simulação para promoção do letramento em saúde mental: relato de experiência sobre o preparo de pacientes simulados

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Introdução

O Ensino Baseado em Simulação (EBS) é uma estratégia inovadora que promove a formação em um ambiente seguro, ético e controlado de aprendizado. Esse recurso favorece o processo de ensino-aprendizagem interativo, inserindo o educando como protagonista e promovendo habilidades, como raciocínio clínico, integração teórico-prática, maiores níveis de satisfação, autoconfiança, autoeficácia e reconhecimento de necessidades de aprendizagem (INACSL Standards Committee et al., 2023).

Na saúde mental, o EBS possibilita a vivência de diferentes cenários, promovendo o contato com a complexidade e especificidades relacionados ao cuidado e à promoção da saúde mental. Ademais, contribui para a formação de estudantes mais confiantes e preparados para a prática profissional (Amaral et al., 2025; Paterna et al., 2025; Pedrollo et al., 2022; Ramos et al., 2023; Silva et al., 2025).

Para sua efetivação, o EBS é organizado em etapas, denominadas como prebriefing, briefing atendimento simulado e debriefing, sendo fundamental o atendimento às boas práticas, que envolvem: consulta a especialistas no tema abordado; formulação de objetivos compatíveis com o tempo disponível e conhecimento prévio do público-alvo; elaboração de um cenário com fidedignidade; preparo do paciente simulado; definição de estratégias de participação ativa dos envolvidos; entre outros (INACSL Standards Committee et al., 2023).

O preparo do paciente simulado é fundamental no EBS. O paciente simulado, paciente padronizado ou encenador são pessoas que representam personagens nos atendimentos simulados, com o objetivo de promover a aprendizagem (INACSL Standards Committee et al., 2023). São responsáveis por conduzir os participantes à vivência de uma situação próxima da realidade, a partir de pistas verbais e comportamentais que favorecem a imersão na prática simulada.

Objetivo

Relatar a experiência de pesquisadoras no preparo de pacientes simulados para uso do EBS, aplicado à formação em saúde mental.

Método

Trata-se de um relato da experiência de pesquisadoras do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Prevenção e Posvenção do Suicídio (LEPS), um grupo vinculado a uma instituição pública de ensino superior do interior de São Paulo. As experiências compartilhadas referem-se ao preparo de pacientes simulados para o desenvolvimento do EBS, em atividades desenvolvidas entre 2021 e 2025, nas modalidades virtual e presencial, e em formato de cursos de difusão, workshops ou disciplinas de graduação em Enfermagem. As atividades desenvolvidas, para a formação de estudantes de graduação e profissionais de áreas da saúde e educação, estão amparadas em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidas pelas pesquisadoras.

As atividades foram realizadas com base em cinco roteiros de EBS, validados por experts, sobre as temáticas: prevenção da autolesão não suicida, comportamento suicida na população idosa, comportamento suicida no ambiente escolar, comunicação de más notícias relacionada à tentativa de suicídio e posvenção do suicídio (Pedrollo et al., 2022; Ramos et al., 2023; Amaral et al., 2025; Paterna et al., 2025; Silva et al., 2025). Para cada roteiro, foram elaboradas orientações específicas para o preparo dos pacientes simulados, para garantir a fidelidade das simulações.

O preparo seguiu as orientações da INACLS e, as especificações atribuídas para cada tema, estiveram disponíveis em roteiros construídos e validados para cada uma das simulações. Essas orientações envolvem a elaboração de instruções escritas para o cenário, incluindo o objetivo da simulação, as reações esperadas, o tempo de execução e sugestões para orientar os alunos. Os pacientes simulados foram membros do grupo de pesquisa, que se voluntariaram para apoiar as atividades.

Por se tratar das experiências das autoras, não foi necessária apreciação ética. Entretanto, ressaltamos que o relato de experiência está em concordância aos princípios e diretrizes éticas da produção de informações científicas.

Resultados e impactos percebidos

O preparo dos pacientes simulados foi conduzido de forma rigorosa e sistematizada, considerando, cuidadosamente, demandas ligadas à criatividade, apoio emocional e trabalho colaborativo.

Para isso, foi criado um grupo de preparação de pacientes simulados, composto por estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao LEPS. Para cada roteiro, ao menos dois pacientes simulados foram preparados. Estes apresentavam características (idade e gênero) semelhantes às descritas no roteiro. A escolha por mais de um paciente visou evitar sobrecarga e garantir viabilidade da atividade em caso de intercorrências.

As preparações ocorreram através de encontros virtuais e presenciais, iniciaram-se um mês antes da realização das simulações e foram realizadas segundo as demandas de cada roteiro. Previamente aos encontros, os pacientes simulados realizavam a leitura do roteiro da simulação e de materiais complementares sobre o tema, para a aproximação com os objetivos, resultados esperados e instruções sobre a sua participação. Cada roteiro continha descrições de ações esperadas para serem realizadas pelo paciente simulado na interação com os participantes. Alguns pacientes simulados já haviam vivenciado práticas simuladas, favorecendo a compreensão sobre o desenvolvimento.

Nos encontros, em conjunto ao grupo de preparo, os pacientes simulados puderam esclarecer dúvidas e revisar itens do roteiro e das orientações propostas. Também puderam avaliar questões como tom de voz, postura, tempo e tipos de resposta, retomada de questões pertinentes ao caso durante a interação e coerência da fala, de acordo com as demandas vivenciadas.

Assim, os encontros funcionaram como testes de cenário e permitiram que os pacientes simulados praticassem a simulação e se preparassem para o dia da realização do EBS. Tais momentos de preparo foram fundamentais para que os pacientes simulados construíssem sua atuação de forma realista, com valorização de aspectos emocionais, físicos, ambientais e conceituais do EBS, fundamentais para a manutenção do realismo.

As preparações foram finalizadas previamente às simulações, com o suporte do grupo de preparo para a caracterização do paciente (moulages, vestimentas e dispositivos) e do ambiente simulado.

O preparo é essencial para a qualidade da experiência formativa, visto que os pacientes simulados interagem diretamente com o público, conduzindo o EBS para

o alcance dos objetivos e resultados esperados (INACSL Standards Committee et al., 2023). Logo, é indispensável para que o paciente simulado tenha conhecimento prévio sobre a temática trabalhada, compreenda aspectos do roteiro, principalmente, as reações esperadas e os objetivos de aprendizagem (INACSL Standards Committee et al., 2023) e desenvolva habilidades para fornecer feedbacks verbais e comportamentais que favoreçam a vivência do atendimento simulado.

Na presente experiência, o preparo de pacientes simulados foi fundamental para garantir as boas práticas da simulação, favorecendo o ensino-aprendizagem com segurança e realismo. Ademais, evidenciam-se possibilidades de articulação do conhecimento científico em saúde mental com o desenvolvimento de preparos que dialoguem com a arte por meio de estratégias colaborativas e criativas, e que aprimorem dimensões comunicativas, expressivas de caracterização, fundamentais para o EBS.

Considerações finais

O relato de experiência evidencia que o EBS é uma estratégia enriquecedora para o letramento em saúde mental, ao possibilitar vivências formativas seguras, realistas e centradas no participante. O preparo comprometido e sistematizado dos pacientes simulados mostrou-se fundamental para a fidedignidade dos cenários e o alcance dos objetivos pedagógicos propostos, evidenciando a importância de uma abordagem colaborativa, criativa e orientada pelas boas práticas em simulação.

O alcance dos objetivos da simulação se articula ao preparo cuidadoso das pessoas que a integram. O envolvimento da comissão organizadora, o preparo e apoio emocional aos pacientes simulados e a qualificação das facilitadoras foram determinantes para que as simulações promovessem um ambiente de aprendizagem cuidadoso e seguro. A experiência relatada colabora com a divulgação de iniciativas que apoiam o uso do EBS, favorecendo a formação crítica para a prevenção do comportamento suicida e promoção da saúde mental.

Referências

AMARAL, L. C. et al. Communication of bad news related to suicide attempt: High-fidelity simulation for clinical teaching. Clinical Simulation in Nursing, v. 100, p. 101687, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ecns.2025.101687. Acesso em: 26 mai. 2025.

INACSL STANDARDS COMMITTEE (INACSL). Healthcare simulation standards of best practice™ With the support and input of the global community: best practice. Clinical Simulation in Nursing, Chicago, 2023. Disponível em: https://inacsl.memberclicks.net/assets/INACSL_HSSOBP_Portuguese.pdf.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

PATERNA, M. I. A. et al. Prevenção do comportamento suicida na população idosa institucionalizada: construção e validação de roteiro para simulação. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 46, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2025.20240065.pt. Acesso em: 26 mai. 2025.

PEDROLLO, L. F. S. et al. Construção e validação de cenário de simulação de alta fidelidade para a posvenção do suicídio. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 30, p. e3699, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1518-8345.6034.3700. Acesso em: 26 mai. 2025.

RAMOS, A. M. et al. Assistência a pessoas com autolesão não suicida: construção e validação de um cenário simulado. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), São Paulo, Brasil, v. 19, n. (fluxo contínuo), p. e-194282, 2023. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.smad.2023.194282. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2023.194282. Acesso em: 26 maio. 2025.

SILVA, D. T. G. et al. Prevention of suicidal behavior in schools: Simulation-Based Teaching (SBT). Educação e Pesquisa, v. 51, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551276408en. Acesso em: 26 mai. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Débora Tatiane Góes Silva	**Pós-doutorando(a)**	**EERP/USP**
Maria Isabella Alves Paterna	**Mestrando(a)**	**EERP/USP**

Laysa Fernanda Silva Pedrollo	**Doutorando(a)**	**EERP/USP**
Isadora Manfrinato Cunha	**Doutorando(a)**	**EERP/USP**
Suzanna Martins Dutra	**Mestre(a)**	**EERP/USP**
Maria Eduarda Lima Christino	**Graduando(a)**	**EERP/USP**
Aline Conceição Silva	**Pós-doutor(a)**	**EERP/USP**
Kelly Graziani Giacchero Vedana	**Livre-Docência**	**EERP/USP**

Entre cantos, ervas e palcos: saberes Guarani e cuidado em saúde mental no norte catarinense

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução

Apesar dos avanços científicos e do crescimento das pesquisas em saúde mental e psiquiatria, ainda prevalece um modelo de cuidado marcado por uma perspectiva biomédica e reducionista da doença (Paladino e Amarante, 2022). Essa abordagem, centrada na dimensão biológica do sofrimento, desconsidera outras formas de cuidado e epistemologias, especialmente aquelas presentes entre os povos indígenas. Historicamente, os saberes tradicionais, os rituais sagrados e o uso de plantas medicinais têm sido marginalizados pelas políticas públicas e pelos serviços de saúde (Carvalho; Moura Júnior e Vasconcelos, 2023; Schweickardt, Silva e Ahmadpour, 2020).

A Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), reconhecem os direitos dos povos originários a uma atenção diferenciada, que respeite suas culturas, línguas, modos de vida e práticas de cuidado e saberes (Brasil, 1988; Brasil, 2002). Isso implica pensar a saúde mental a partir de uma escuta sensível, intercultural, e do reconhecimento legítimo de outras formas de saber e cura.

Este relato de experiência tem como objetivo compartilhar vivências com a comunidade indígena Guarani da região Nordeste de Santa Catarina, evidenciando as formas locais de compreender, expressar e cuidar do sofrimento psíquico. Ao valorizar essas práticas, buscamos contribuir para um diálogo mais ético e plural entre saúde mental, arte, território e cultura indígena.

Método

As atividades foram desenvolvidas na aldeia Tarumã, no município de Araquari, nos dias 1º e 02 de junho de 2024, que envolveu comunidade indígena Guarani da região Nordeste de Santa Catarina, profissionais da equipe IdeiaSus/Fiocruz, profissionais de saúde de âmbitos regionais e municipais, Polo Base Araquari, DSEI Interior Sul, gestores de saúde e atores da sociedade civil.

Os dados deste relato originaram-se das vivências das autoras a partir das reuniões da Câmara Técnica da Rede de Atenção Psicossocial (CTRAPS), e registradas durante processo de Curadoria do “IdeiaSus: Fiocruz é SUS”, as quais ocorreram em diversos cenários, contextos e manifestações que compõem a produção de saúde e doença do povo Guarani. Tais vivências se desenvolveram dentro de um processo de construção coletiva, com uma programação voltada para o fortalecimento de práticas de saúde equânimes. Essa programação perpassou por espaços acadêmicos da comunidade, espaços sagrados Guarani, manifestações políticas e de rituais, manifestações culturais teatrais, partilha de refeições coletivas, discussões com profissionais de saúde, gestores e lideranças Guarani em relação às articulações sobre o acesso e assistência à essa população específica.

Discussão dos resultados

A análise dos dados evidencia que a luta pelo território está profundamente conectada à saúde mental dos povos indígenas. Durante as vivências na aldeia Tarumã, observou-se que as manifestações políticas relacionadas à demarcação de terras — especialmente no contexto do debate sobre o marco temporal — revelam com força a percepção de que a ameaça ao território representa, simultaneamente, uma ameaça à vida e ao bem-estar psicossocial do povo Guarani.

A Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos originários dos povos indígenas às terras tradicionalmente ocupadas, sendo a demarcação uma medida fundamental para a proteção desses direitos e para a garantia da dignidade e da autonomia territorial (Brasil, 1988). No entanto, a insegurança jurídica e a tentativa de retrocessos legislativos, como a tese do marco temporal, impactam diretamente o cotidiano das comunidades, produzindo sofrimento psíquico coletivo, medo e instabilidade.

Foi possível perceber, a partir das vivências, que o debate político-jurídico em torno do marco temporal ultrapassa o campo do direito e assume contornos de saúde pública e de justiça social. A possível negação do direito à terra fragiliza laços fundamentais com o território — compreendido aqui não apenas como espaço geográfico, mas como dimensão simbólica, espiritual, afetiva e produtiva da vida indígena. O território é vivido como lugar de cura, pertencimento, ancestralidade e reprodução cultural; sua violação interfere diretamente na saúde mental das comunidades, produzindo efeitos que vão desde o sofrimento individual ao desequilíbrio coletivo.

Dessa forma, reafirma-se que o cuidado em saúde mental, em contextos indígenas, precisa considerar os determinantes históricos, políticos e territoriais que atravessam os modos de vida e os processos de adoecimento e cura. Negar a centralidade do território é, portanto, também negligenciar o cuidado em sua dimensão mais ampla.

Além disso, as vivências permitiram compreender como os hábitos e estilos de vida da população indígena são compreendidos por eles, como fatores que influenciam a saúde, especialmente a saúde mental. Nesse sentido, através de uma encenação teatral, construída de forma coletiva, os alunos da escola Tupã Poty Nhe´e algumas mães da comunidade, contextualizaram os fatores por eles identificados como relacionados ao sofrimento psíquico, com destaque a alimentação. A encenação abordou como determinados alimentos ingeridos em fases específicas da vida, como por exemplo, a mulher no período gestacional e puerperal, trazem problemas de saúde ao bebê e à sua mãe, sobretudo no aspecto do sofrimento psíquico.

Essa experiência foi impactante para todos os presentes na ocasião, promovendo uma aproximação significativa entre os profissionais e gestores de saúde à cultura e aos saberes tradicionais. A vivência promoveu um diálogo respeitoso em relação à diversidade cultural desse povo e fortaleceu a articulação intercultural, valorizando a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas.

Conclusão

A experiência vivida junto à comunidade Guarani evidencia a necessidade de reconhecer o território como um elemento central na promoção da saúde mental e do bem-estar dos povos indígenas. Além disso, constatou-se que o cuidado em saúde mental vai muito além dos protocolos clínicos convencionais. A encenação teatral realizada na aldeia Tarumã, construída coletivamente a partir do conhecimento tradicional, revelou a força da arte como instrumento terapêutico, educativo e de resistência cultural. Ao abordar o impacto da alimentação inadequada na saúde mental de uma puérpera, a peça destacou como o tratamento do sofrimento psíquico ocorre, naquele contexto, por meio de práticas integradas: uso de ervas medicinais, escuta coletiva e rituais espirituais.

Frente a isso, reafirma-se a importância de fortalecer práticas de cuidado territorializadas, que valorizem os saberes ancestrais, a autonomia dos povos indígenas e a articulação intercultural. Os profissionais envolvidos ampliaram seu olhar e passaram a compreender a cultura não como um detalhe periférico, mas

como eixo estruturante do cuidado. Como resultado desse envolvimento, foi promovida a mudança no cardápio da maternidade Darcy Vargas, adequando a alimentação oferecida às puérperas aos hábitos e tradições alimentares locais. A vivência também reforça a necessidade de ações intersetoriais que integrem saúde, educação, cultura e meio ambiente, respeitando as especificidades de cada território.

Essa experiência reafirma o papel do povo indígena como protagonista de seus próprios processos de cuidado e aponta para a urgência de integrar a saúde indígena ao SUS de forma dialógica, respeitosa e participativa — onde a escuta qualificada, a arte e os rituais sejam reconhecidos como caminhos legítimos de cura e resistência.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2a edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

CARVALHO, Socorro Taynara Araújo; MOURA JÚNIOR, James Ferreira e VASCONCELOS, Anailda Fontenele. Círculo de cultura sobre estratégias de indigenização da saúde mental com povos indígenas do Ceará. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 45, e69728, 2023.

SCHMEICKARDT, Júlio Cesar; SILVA, Joana Maria Borges de Freitas e AHMADPOUR, Bahiyyeh. A saúde indígena no contexto da interculturalidade no cotidiano do trabalho. In: SCHWEIKARDT, Júlio Cesar (org.); et al. Saúde Indígena: práticas e saberes por um diálogo intercultural. Porto Alegre: Ed. Rede Unidas, 2020 - p. 08-24.

PALADINO, Letícia; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. A dimensão espacial e o lugar social da cultura: por uma cidade aberta. Ciência e Saúde Coletiva, ed 27, n. 01, 2022. https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19852021

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Andreza Carolina Rodrigues Castanho	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Alaíde Honorato da Silva	**Mestrando(a)**	**Secretaria Municipal de Saúde de Araquari**
Eloisa de Lacerda	**Mestre(a)**	**Secretaria Municipal de Saúde de Araquari**
Patricia Samu Ferreira Batista	**Mestrando(a)**	**Secretaria Estadual de Saúde/SC - Gerência Regional de Saúde - Joinville.**

Entre o silêncio e a voz: Efeitos de sentido no discurso e no silenciamento feminino

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução: No presente estudo, proponho-me a pensar a enunciação através da perspectiva do sentido desenvolvida por Michel Pêcheux na obra O Discurso: Estrutura ou Acontecimento, articulando-os com os textos de Eni Orlandi, A fala de muitos gumes: As formas do silêncio e As formas do silêncio: No movimento dos sentidos, além de contar com outros textos que possibilitaram a realização de um resgate histórico sobre as diferenças de gênero e a descaracterização da mulher enquanto sujeito. Para então, a partir da pesquisa do referencial, seguir ao objetivo central de olhar para o silenciamento feminino, estabelecendo conexões com enunciações que são produzidas/reproduzidas e que se materializam assujeitando mulheres que escolhem/são escolhidas pelo silêncio. Para analisar enunciados de uma questão de concurso público, buscou-se compreender os efeitos de sentido internalizados pelas mulheres numa perspectiva materialista/psicanalítica. Ainda, trabalhou-se com as categorias de efeito e de autoria do enunciado, pensando no papel das instituições que conferem autoria ao mesmo, a partir da circulação do enunciado da questão de concurso público realizado em 13/10/2024, no Município de Macaé/RJ, para provimento de cargos, o qual segue: “Assinale a frase que não contém uma crítica ao fato de a mulher falar demais”. Além do enunciado principal da questão, foram analisadas, as cinco alternativas constantes (A, B, C, D e E) como opções de resposta.

Método: Como método de pesquisa, utilizou-se a análise discursiva qualitativa pecheutiana e das categorias de efeito, que inclui a coleta de dados, análise discursiva, referencial teórico e identificação de efeitos de sentido com os resultados obtidos. Uma vez que esses efeitos de sentido não são transparentes, instaura-se a necessidade de identificar, descrever e caracterizar os processos históricos e culturais que atravessam os sujeitos das mais variadas formas. Para a coleta de dados do presente estudo utilizou-se uma publicação da rede social Instagram, que

contempla em seus enunciados efeitos de sentidos difusos, ambíguos e ideológicos, direcionados a mulheres com temática que pode reforçar a cultura do silenciamento.
Objetivos: Analisar os processos de silenciamento feminino a partir da perspectiva discursiva, com foco nos efeitos de sentido que se constituem nas práticas discursivas institucionais. Busca-se compreender como enunciados, especificamente aqueles presentes em uma questão de concurso público realizada em 13/10/2024 no Município de Macaé/RJ, atuam na produção e reprodução de sentidos que assujeitam mulheres ao silêncio, seja por escolha ou imposição.
Análise e Discussão dos Resultados: A notícia analisada, foi publicada na rede social Instagram, através do perfil @universa_uol, em data de 16/10/2024, narrada por Cristina Fibe, e faz referência a uma questão do Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos do quadro pessoal e da administração pública municipal direta do Município de Macaé, estado do Rio de Janeiro, conforme Edital N 01/2024, de 4 de Julho de 2024. A produção e correção das provas estava a cargo da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Quando se fala em possibilidade, importa conectar com a historicidade da mulher, no que se refere às diferenças estabelecidas em relação aos homens. O apagamento da presença feminina nos discursos deve ser analisado em seu contexto amplo e, para tanto, recorremos a história de forma breve. Registra-se aqui, não somente a negligência nos discursos, mas a descaracterização da mulher como sujeito. Tal afirmação tem sustentação em períodos remotos. Desde Hipócrates até os dias atuais, em um lapso temporal em torno de dois mil e quinhentos anos, para cada mulher pode-se encontrar histórias de desigualdade, desqualificação, objetificação, hipersexualização, desmoralização e violência. Isso tudo que foi articulado até agora considerando apenas o gênero. Apenas, porque mulher é uma categoria e é oprimida pelo simples fato de ser mulher. Não serão aprofundados os conceitos de categoria e de gênero, entretanto, utilizaremos pensar sobre o tema a partir da perspectiva de Judith Butler em que sexo é uma construção social. As principais conclusões apontam para a desqualificação histórica a que as mulheres são submetidas, a qual é alicerçada em processos discursivos excludentes e ridicularizantes cristalizados, que envolvem o gênero feminino de tal forma que, mesmo contemporaneamente afetam seus corpos, trabalho e mentes. O perfil @universa_uol através de Cristina Fibe, em data de 16/10/2024, realizou uma postagem em formato de vídeo, noticiando sobre uma questão de concurso público, conforme acima, onde o enunciado principal evoca o

gênero feminino trazendo a assertiva referente à fala da mulher. No enunciado da questão consta: “Assinale a frase que não contém uma crítica ao fato de a mulher falar demais.” (@universa_uol,2024) O enunciado fixa a premissa de que falar demais é um comportamento associado às mulheres, reforçando esta ideia quando pede aos candidatos que identifiquem uma única frase entre as respostas que não critica esse comportamento. A assertiva está ancorada a uma base ideológica a qual parte do princípio de que, falar demais é algo negativo e está associado diretamente ao feminino. Evidencia-se aqui que, além do dito, o não dito é claro: homens não falam demais, as mulheres falam demais. Analisando às alterativas da questão, temos: A) “Há mulheres que quando mentem, dizem a verdade”. Esta enunciação remete diretamente a questões ligadas a complexidade da fala da mulher, demonstra ambiguidade e certa dificuldade em compreender essa fala, ainda que não aponte explicitamente para o fato de a mulher falar demais. Carrega consigo um bojo de enunciados historicamente perpetuados, evidenciando caráter ideológico de cunho machista, vez que, o oposto da mulher é o homem e a este, não são atribuídas características dessa natureza. “B”: “A língua é a última coisa que morre em uma mulher”. Pode-se extrair dessa alternativa a intensão clara de colocar a mulher em um lugar de completa inadequação, a qual não estaria resolvida nem com sua morte. Ou seja, declara abertamente algo da ordem da patologia, uma verborragia incurável e intratável. C) “Há mil invenções para fazer as mulheres falarem, e nem só para as fazer calar”. Ao mesmo tempo que enfatiza o comportamento de fala compulsiva da mulher, reforça com a premissa de que essa fala seja sem necessidade, sem validade ou importância, deixando claro que o melhor, seria que permanecesse em silêncio. D) “A íngua da mulher não cala nem depois de cortada”. Seguindo os mesmos ditames da alternativa “B”, reforçando a tese de loquacidade desenfreada. E) “Gosto de mulheres jovens: suas histórias são menores”. Revela o caráter desinteressado e assediador do ouvinte, que se nega a ouvir, partindo do pressuposto de que nada do que possa advir de uma mulher seja digno de escuta. Ao assegurar que prefere mulheres mais jovens, justifica o exposto anteriormente, justamente no ponto em que, quanto menos ouvir de uma mulher, melhor.

Considerações Finais: A partir da análise qualitativa de dados, conforme referido, que contempla em seus enunciados efeitos de sentidos difusos, ambíguos e ideológicos, foi possível aferir que o fenômeno do silenciamento é reforçado pelos

discursos direcionados a mulheres, que as atacam e invalidam pelo simples fato de serem mulheres. Estes enunciados ganham força para que se perpetuem, através de estruturas de poder que, em lugar de promover a equidade de gênero, fomentam a diferença. A análise descrita, permitiu a articulação com o sofrimento psíquico experimentado pelas mulheres, a partir do conceito de fantasma e o apontamento de possíveis estratégias para o rompimento dos ciclos de silenciamento que assujeitam mulheres nos mais diferentes contextos.

Referências

MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. São Paulo: Editora Perspectiva. 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso. 7ª Edição. São Paulo. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio. No movimento dos sentidos. 6ª Edição. Campinas. 2007.

PÊCHEUX, Michel. O discurso. Estrutura ou acontecimento. 7ª Edição. São Paulo. 2002.

@universa_uol. Duas questões da prova de concurso público da Prefeitura de Macaé (RJ), aplicada neste domingo (13), foram anuladas após o conteúdo delas ser considerado machista. Instagram, 15/10/2024. Disponível em https://www.instagram.com/reel/DBKo0LnOyt4/?igsh=MWU4NHNsOWt6d2JoZQ%3D%3D. Acesso em: 15/10/2024.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Emiliana Oro Brandão	**Mestrando(a)**	**UNISUL**

Entre palavras e existência: o ateliê literário como cuidado em saúde

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

O projeto de extensão “Ateliê Psicologia e Literatura: tecendo análises existencialistas sobre temas contemporâneos”, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial (PSICLIN-UFSC) propõe a leitura e análise de obras literárias diversas à luz do existencialismo sartriano. Através da tratativa existencial-filosófica sartriana e do referencial fenomenológico, o ateliê busca abarcar o vivido e o concreto que compõem vidas cotidianas, construindo um espaço que estimule a liberdade e o engajamento. Os encontros são realizados de forma presencial, e ocorrem com periodicidade semanal, em uma sala do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As leituras de livros e artigos são feitas individualmente e previamente. Já as leituras de texto menores, como contos, são feitas coletivamente, ao início de cada encontro. Por conseguinte, o momento do grupo é majoritariamente dedicado às discussões e ao compartilhamento das reflexões. As obras literárias e artigos são escolhidos pela equipe organizadora no decorrer do semestre, levando em consideração as temáticas que surgem nas discussões do grupo e as sugestões dos participantes. Os encontros promovem debates sobre a condição humana, a liberdade, as escolhas e os modos de manifestação do ser-no-mundo, o ser-em-situação. Constituído como espaço vivencial de debate e compartilhamento cultural, as experiências vividas a partir de leituras imbuídas de historicidade – desde quem escreve até sobre quem é escrito –, se concretizam nas singularidades dos participantes e fazem emergir a perspectiva de um leitor engajado, o que significa dizer que, cada pessoa leitora realiza sua leitura de modo sensível, sentindo a vida, o instante, com proximidade e, ao mesmo tempo, desgarramento de si enquanto ser em constituição. Ao articular discussões que tecem subjetividades ético-políticas existenciais, os participantes se abrem para a possibilidade de reconhecimento ou estranheza de si ante experiências situadas e concretas das personagens lidas. Pautado na ideia que, o movimento entre literatura e pessoa leitora implica em visitar e revisitar significados e sentidos que as biografias fornecem, mas que

também são transcendidos por quem realiza a leitura, o grupo torna-se lugar de ler, dizer e existir, amplia ainda as afetividades ao tocar nas subjetividades e singularidades circulantes. Mais do que um grupo de extensão universitária, o Ateliê rompe com a lógica de encontros formativos acadêmicos e configura-se como território de cuidado e saúde mental ao possibilitar novos campos do pensar e do partilhar das inquietações do ser, onde a literatura surge como ponte entre a experiência concreta e a reflexão existencial, sobretudo, diante do cenário permeado por exigências e obrigações constantes, que podem favorecer possíveis sofrimentos psíquicos ou mesmo angústias existenciais entre os estudantes. Não somente o espaço, mas a leitura compartilhada, o lançar-se no vivido, o perceber-se percebendo e o reconhecer-se enquanto sujeito de escolhas, tenciona novas formas de estar e de se relacionar com o mundo. Dessa forma, o grupo promove não apenas o desenvolvimento teórico e cultural, mas também a saúde mental e ética dos estudantes, ao se fazer ambiente de reconhecimento das alteridades, das liberdades, dos vínculos e da livre expressão. A literatura, nesse espaço, se oferece como um respiro necessário, como exercício de resgate do tempo e da escuta, como lugar de pausa e de sensibilidade, qualidades cada vez mais raras em tempos de imediatismo e produção acelerada que atravessa a vida contemporânea. Frente ao avanço dos processos de medicalização, normatização e silenciamento das diferenças, iniciativas como esta reafirmam a potência da cultura e da estética como forma de cuidado. Ler e debater com engajamento, ouvir e ser ouvido atentamente são atos que sustentam a liberdade e favorecem a construção de sentidos diante da existência. É nos encontros entre sujeitos livres e implicados a questionar as circunstâncias e materialidades que lhes constituem e impõe limites, que surgem dissonâncias, atritos e reflexões, capazes de abrir espaço para novas afetações e formas de ser no mundo. Assim, este trabalho propõe pensar o grupo literário e a linguagem como prática ética, estética e política, que resiste ao adoecimento e afirma a vida. O Ateliê é, portanto, um espaço de respiração coletiva, onde cultura, subjetividade e bons encontros se entrelaçam para cultivar a existência em ato e promover a valorização da diversidade, da criatividade e da espontaneidade na produção de subjetividades.

Referências

PEREIRA, E. R.; SAWAIA, B. B. Práticas grupais: espaço de diálogo e potência. São Carlos: Pedro & João, 2020. 131 p.
PRETTO, Zuleica. Projeto de Extensão: Ateliê Psicologia e Literatura: tecendo análises existencialistas sobre infâncias e adolescências. Universidade Federal de Santa Catarina, 2023.
MARTINS, Thaís Fernanda de Oliveira; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. A literatura para situações: um recurso para a psicologia existencialista. 1 ed. Curitiba: Appris, 2024.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Carla de Almeida Vitória	**Mestre(a)**	**UFSC**
Arthur Durieux Lopes Destri	**Graduando(a)**	**UFSC**
Vitória Rancati	**Graduando(a)**	**UFSC**
Zuleica Pretto	**Doutor(a)**	**UFSC**

Entre voz, palavra e silêncio - A construção discursiva das alucinações auditivas

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Introdução: As alucinações auditivas são fenômenos complexos que ultrapassam explicações puramente neurobiológicas ou psiquiátricas, envolvendo dimensões subjetivas e discursivas. Partindo da Psicanálise Lacaniana e da Filosofia de Hannah Arendt, este estudo busca compreender como a voz, a palavra e o silêncio se entrelaçam na construção das experiências de pacientes que vivenciam tais fenômenos. A pesquisa ocorre durante a experiência enquanto Residente no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, no Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina – Ipq/SC, na especialidade de Psicologia, contando com coleta de dados em prontuários e das escutas ativas realizadas em contexto clínico/hospitalar, permitindo um olhar ampliado sobre as narrativas desses sujeitos. Neste sentido, o presente ensaio busca investigar a construção discursiva das alucinações auditivas, explorando como seus conteúdos emergem e se organizam. A relação entre voz, palavra e silêncio será examinada como elemento determinante na significação dessas vozes. Conforme abordado anteriormente, serão articuladas duas abordagens fundamentais: 1) A psicanálise lacaniana, que compreende a linguagem como estruturante do sujeito, compreendendo a voz como objeto “a” e a sua relação com a subjetividade, explorando sua materialidade significante que atua como um corpo que não se engana e onde a sonoridade carrega elementos do desejo e do sintoma e a pulsão invocante, enquanto estruturante do desejo e da escuta do sujeito. 2) A filosofia arendtiana, que concebe a linguagem como ação política e espaço de construção da realidade e o pensamento como um diálogo interno, estruturado pela linguagem e fundamental para a construção da subjetividade. Hannah Arendt aponta para a relação entre voz, palavra e silêncio na experiência da realidade interna do sujeito, considerando como a ausência de reflexão pode moldar a percepção das vozes e, aqui articula-se com as alucinações auditivas. Por outra via, a linguagem enquanto ação política, será analisada a partir do conceito de banalidade do mal, onde a ausência de senso crítico pode resultar

em uma reprodução automática de discursos, o que dialoga diretamente com a estrutura das alucinações auditivas como manifestação de significantes internalizados. Dessa forma, este estudo propõe uma abordagem interdisciplinar, conectando linguagem, subjetividade e estrutura discursiva das vozes no contexto da experiência psicótica e não psicótica.

Objetivo Geral: Investigar a construção discursiva das alucinações auditivas, analisando como seus conteúdos se estruturam na experiência subjetiva do sujeito e como a relação entre voz, palavra e silêncio determina o sentido dessas vozes, articulando a teoria psicanalítica lacaniana e a concepção arendtiana da linguagem como ação política.

Objetivos Específicos:

1. Examinar as alucinações auditivas sob a perspectiva da linguagem como estrutura simbólica, considerando seu vínculo com o significante e o objeto “a” na teoria lacaniana;
2. Analisar como os conteúdos das vozes podem ser compreendidos enquanto diálogo interno, explorando a relação entre linguagem, pensamento e subjetividade em Hannah Arendt;
3. Comparar as alucinações auditivas em sujeitos psicóticos e não psicóticos, verificando padrões discursivos que possam revelar aspectos estruturais do sujeito e sua relação com o Outro.

Método: Esta pesquisa qualitativa baseia-se na análise discursiva de escutas e registros clínicos de pacientes internados em um hospital psiquiátrico. Os prontuários e as escutas são examinados sob uma perspectiva psicanalítica e filosófica, buscando identificar padrões de discurso, momentos de silêncio e a presença da voz como elemento estruturante da experiência subjetiva. O corpus da pesquisa será organizado de acordo com critérios clínicos e discursivos, permitindo uma análise detalhada das manifestações auditivas dentro do contexto hospitalar.

Análise e Discussão dos Resultados: Até o momento, a investigação aponta para uma correlação entre a forma como os pacientes narram suas alucinações e os conceitos lacanianos de "voz" e "outro". Há indícios de que o silêncio desempenha um papel fundamental na estruturação da experiência psicótica, funcionando não apenas como ausência de som, mas como um espaço discursivo que dá forma às alucinações auditivas. Os fragmentos discursivos coletados sugerem que, em muitos casos, a construção das vozes está associada a elementos da identidade e

da história subjetiva dos pacientes, reforçando a noção de que as alucinações são mais do que meras disfunções sensoperceptivas. Quatro eixos norteiam as discussões: 1) Desejo e ação: o sujeito em construção, onde Lacan define o sujeito como dividido, estruturado pela linguagem e sempre marcado pela falta. O desejo, para ele, é incessante e nunca plenamente satisfeito. Isso se relaciona com a visão de Arendt sobre a ação política, na qual os indivíduos não têm controle absoluto sobre os efeitos de suas ações, pois estas se inserem em um mundo de pluralidade e imprevisibilidade. Ambos os pensadores, cada um em seu campo, indicam que o sujeito nunca é completo - seja pela lógica do desejo na psicanálise ou pela impossibilidade de prever plenamente o impacto da ação na política. 2) A linguagem como estrutura e expressão: Lacan vê a linguagem como aquilo que estrutura o sujeito e delimita o campo do desejo e da subjetividade. Já Arendt considera a linguagem essencial para o espaço público e para a constituição da identidade. Para ela, é na fala e no discurso que o indivíduo se apresenta e se torna reconhecível no mundo. Uma interseção interessante entre os dois é que, para ambos, a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação, mas uma força que molda a subjetividade e a realidade social. 3) Ética, responsabilidade e o Outro: Lacan enfatiza que o sujeito deve assumir seu desejo sem buscar um ideal de completude. A ética lacaniana, portanto, envolve reconhecer a falta e se posicionar diante dela. Já Arendt desenvolve sua crítica à banalidade do mal, mostrando que a falta de pensamento crítico e responsabilidade pode levar indivíduos a agirem de forma automática, sem considerar as implicações de suas decisões. A ética lacaniana e o pensamento
político de Arendt convergem no ponto em que ambos defendem a responsabilidade subjetiva - seja na psicanálise, ao assumir o desejo, ou na política, ao pensar criticamente e agir de maneira consciente. 4) Alienação e submissão ao sistema: Lacan descreve a alienação do sujeito na linguagem e no desejo do Outro. Arendt, por sua vez, discute como a alienação política pode levar à passividade e à incapacidade de ação transformadora. Ambos os pensadores apontam que os indivíduos precisam reconhecer sua posição dentro
das estruturas sociais, para não serem apenas conduzidos por forças externas, seja o inconsciente ou os sistemas de poder. Ambos também abordam o perigo da alienação pela linguagem. Lacan discute a alienação do sujeito no desejo do
Outro, enquanto Arendt alerta para o risco do totalitarismo, onde a linguagem é

distorcida para suprimir a pluralidade e impedir o pensamento crítico.

Considerações Finais: Os achados preliminares destacam a importância de uma abordagem multidisciplinar na compreensão das alucinações auditivas, unindo psicanálise e filosofia para expandir as possibilidades de escuta clínica. O silêncio, frequentemente negligenciado na literatura sobre psicoses, surge como um elemento crucial na construção do fenômeno alucinatório, indicando que sua análise pode ser essencial para novas intervenções terapêuticas. O desenvolvimento da pesquisa seguirá aprofundando a análise dos prontuários, buscando novas conexões entre linguagem, subjetividade e experiência subjetiva.

Referências

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo. 1999.

ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. São Paulo. 2012.

LACAN, Jacques. Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade, seguido de Primeiros escritos sobre a paranoia. 1ª Edição. Rio de Janeiro. 1987.

LACAN, Jacques. O Seminário. Livro 23. O sinthoma. Rio de Janeiro. 2007.

NASIO, Juan-David. A alucinação e outros estudos. Rio de Janeiro. 1994. Rio de Janeiro. 1997.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Emiliana Oro Brandão	**Mestrando(a)**	**UNISUL**

Escrever e ser: a escrita como ferramenta para retotalização existencial em O Lugar, de Annie Ernaux

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a escrita autobiográfica como ferramenta de elaboração e ressignificação da experiência vivida, à luz da psicologia fenomenológico-existencial inspirada em Jean-Paul Sartre. A partir da obra O Lugar, de Annie Ernaux, busca-se compreender como a autora, ao narrar a vida do pai e sua relação com ele, opera um movimento de reconstrução simbólica da própria biografia, articulando elementos afetivos, socioculturais e existenciais. O estudo tem como objetivo analisar como a ação de escrever sobre acontecimentos passados, em vez de apenas registrar uma memória tem a potencialidade de transformar experiências em matéria reflexiva, possibilitando um processo de ressignificação autobiográfica. A análise apresentada neste trabalho emergiu da vivência no projeto de extensão “Ateliê Psicologia e Literatura: Tecendo Análises Existencialistas sobre Temas Contemporâneos”, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial (PSICLIN-UFSC). O Ateliê propõe, a partir de encontros em grupo, a leitura e discussão de obras literárias como disparadores para a compreensão de questões existenciais e psicossociais, reunindo estudantes, docentes e profissionais interessados em refletir sobre a interface entre literatura e psicologia, a partir de uma perspectiva existencialista. Com base em uma leitura crítica fenomenológica existencial e progressivo-regressiva das obras, inspirada no método biográfico proposto por Sartre, busca-se compreender as histórias de vida em seu processo de totalização em curso. Ressalta-se que as análises partem de uma escuta coletiva das experiências evocadas pelas obras e da articulação teórica com os conceitos centrais do existencialismo sartriano e de um olhar interdisciplinar. Durante a leitura de O Lugar, observou-se como a escrita de Ernaux é atravessada por uma tensão ética: a autora se recusa a transformar a história do pai em um romance, pois entende que a ficcionalização trairia a realidade vivida. Em vez disso, ela adota uma linguagem que busca captar os acontecimentos de forma precisa e honesta. Essa postura revela uma concepção de escrita como compromisso com o

vivido, o que pode ser lido, à luz do existencialismo sartriano, como expressão de liberdade e responsabilidade frente à própria história. Ernaux escreve a partir de um lugar de tensão: entre a filiação a um mundo operário, marcado pela simplicidade e pela escassez, e o distanciamento gerado pela sua ascensão intelectual e de classe. O luto pelo pai se mistura, portanto, ao luto por uma origem que ela sente ter traído — e é nesse espaço ambíguo que a escrita opera como uma possibilidade de mediação. A escrita realizada após a morte do pai, não se apresenta apenas como homenagem ou memória, mas também como um processo de elaboração, em que a autora se depara com suas ambivalências, contradições e rupturas. Há um luto pela figura paterna, mas também pelo mundo social do qual ela própria se distanciou. Ao narrar esse deslocamento de classe, Ernaux evidencia o entre-lugar que ocupa, e o faz com lucidez, sem romantizações. Nesse sentido, o ato de escrever emerge como possibilidade de dar voz à experiência, constituindo-se como espaço de expressão subjetiva e de revisão do passado. A escrita torna-se, assim, meio de apropriação de si e da própria história. Para Sartre, “o homem é aquilo que ele faz com o que fizeram dele”; dessa forma, Ernaux, ao escrever O Lugar, não apenas narra uma vivência, mas transforma essa vivência em gesto de liberdade. A escrita opera, portanto, como uma forma de ação no mundo, e não como um simples testemunho passivo do que foi vivido. Durante os encontros do Ateliê, a leitura da obra provocou nos participantes mobilizações subjetivas, revelando o potencial da literatura autobiográfica como mediadora de processos de ressignificação pessoal e coletiva. A leitura da obra serviu como catalisadora para reflexões compartilhadas no grupo sobre relações familiares, perdas e constituição de um projeto de ser A obra de Ernaux mostrou-se especialmente potente para pensar a relação entre origem e “destino” social, ao mostrar que a materialidade é um dos fatores delimitadores da liberdade, mas não a determina, já que ser livre implica a contínua tarefa de ter que fazer-se. Essa perspectiva se articula com a noção de vir-a-ser presente no existencialismo sartriano, a qual o sujeito está em constante constituição e é responsável por aquilo que faz de si no seio das situações concretamente experimentadas. Além disso, destacou-se o impacto que a escrita — e no caso do projeto de extensão Ateliê, a leitura compartilhada — se apresenta como dispositivo formativo possível no campo da psicologia existencial. Conclui-se, portanto, que a partir da leitura de O Lugar, de Annie Ernaux, articulada à psicologia existencialista sartriana, é possível afirmar que a escrita autobiográfica constitui-se

como um potente dispositivo de subjetivação. A escrita torna-se um exercício de liberdade em situação, em que o sujeito retoma sua trajetória, a reorganiza, a compreende sob uma nova ótica e a ressignifica, em um movimento contínuo de totalização e retotalização existencial. Ernaux nos convoca, assim, a refletir sobre os modos como constituímos nosso ser a partir da relação dialética com o mundo, com os outros e com a materialidade, mostrando que, mesmo diante da dor e da perda, é possível escolher o que fazer com a experiência vivida — e, ao fazê-lo, transformar também a forma de estar no mundo. O projeto de extensão Ateliê Psicologia e Literatura, que originou essa análise, mostrou-se um espaço fértil para a produção de sentidos coletivos a partir da literatura. A discussão compartilhada da obra possibilitou não apenas análises teóricas, mas também a criação de vínculos, ampliação da escuta sensível e o fortalecimento de uma prática da psicologia comprometida com a singularidade e a complexidade do ser humano. Com isso, reafirma-se a importância da intersecção entre literatura e psicologia como caminhos de reflexão, cuidado e transformação. A obra de Annie Ernaux nos lembra que escrever é um modo de existir e resistir — e que a vida, como a escrita, está em constante construção e pode ser continuamente ressignificada.

Referências

ERNAUX, Annie. O lugar. Fósforo, 2021.

MARTINS, Fernanda de Oliveira; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. A Literatura Para Situações: Um Recurso Para a Psicologia Existencialista. Editora Appris, 2024.

PRETTO, Zuleica. A psicoterapia existencialista como uma mediação para a reinvenção de biografias. In: ANGERAMI, Valdemar Augusto. (Org.). Psicoterapia sob Sartre. São Paulo: Artesã, 2022. p. 321-335.

PRETTO, Zuleica. Projeto de Extensão: Ateliê Psicologia e Literatura: tecendo análises existencialistas sobre infâncias e adolescências. Universidade Federal de Santa Catarina, 2023.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Sartre e a Psicologia Clínica. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Mayara Floriani	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Arthur Durieux Lopes Destri	**Graduando(a)**	**UFSC**
Mônica Kuhnen Müller	**Graduando(a)**	**UFSC**
Zuleica Pretto	**Doutor(a)**	**UFSC**

Escrita como instrumento de mudança

Arquivo do resumo (SEM indicação do nome dos/as autores/as)

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

Rollo May (1982) define a coragem criativa como “a descoberta de novas formas, novos símbolos, novos padrões segundo os quais uma nova sociedade pode ser construída.”, segundo ele os artistas vivem o que imaginam, mas aqueles que admiram a arte também aprendem, ao estudarem a produção e darem a ela um novo sentido, o qual mescla experiências individuais e coletivas do sujeito. De acordo com a teoria psicodramática, o desenvolvimento humano ocorre através da matriz de identidade (Fonseca, 2008), na qual uma das etapas se trata da brecha entre fantasia e realidade, que está entre o desenvolvimento da segunda e da terceira fase da Matriz, o sujeito está reconhecendo a si e ao outro e, dentro da brecha, a criança consegue transitar entre a dimensão real e imaginária de forma saudável. Entende-se que é a partir dessa etapa que o sujeito consegue dar significado às coisas, treinar papeis imaginários e interagir de maneira saudável com os seus papeis complementares internos.

Entretanto em uma sociedade de conservas, em que espera-se constantemente resultados dentro de um padrão e de um tempo que sigam as exigências do mercado, o criar deixou de tomar sua importância e apenas a obra pronta passou a ser admirada (Moreno, 1975). Em uma cultura líquida e acelerada em que tudo muda o tempo todo e ao mesmo tempo não existe tempo para a tomada de decisão (Bauman, 2007), o colapso é certo, afinal, em concordância a Moreno, exige-se a resposta mas não permite-se o tempo para o processo. Por isso torna-se ainda mais necessário o trabalho da arte como momento de pausa, admiração e reflexão no aqui e agora.

Neste resumo a escrita criativa é apresentada como uma forma de expressão artística, capaz de gerar apreciação para o momento de criação e também construir novas perspectivas de futuro a partir da teoria psicodramática aplicada. Esta análise foi feita baseada em uma vivência com alunos do 2° ano do Ensino Médio de uma escola pública do interior do Rio Grande do Sul.

METODOLOGIA

Este resumo expandido se trata de um relato de experiência e análise de conteúdo (Bardin, 2011) para a criação de modelos de desenvolvimento psicossocial. Este estudo fundamenta-se teoricamente em publicações especializadas nas áreas do psicodrama e da modernidade líquida, que oferecem subsídios para a compreensão das dinâmicas subjetivas e sociais apresentadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Moreno (1975) defende que a catarse é a libertação dos conflitos trágicos do ator, que é vivido na representação no palco de sua vida social. Na terceira fase da matriz (Fonseca, 2007), o reconhecimento do eu, o sujeito é capaz de reconhecer a si mesmo e deixar de lado a relação simbiótica e é nesse processo que o movimento de se autoconhecer é constante. Deste modo, sem reconhecer o eu, as próximas fases da matriz, a exemplo da inversão de papéis, também ficarão degradadas, pois não existe tele ou encontro sem a existência do “eu”.

Uma reflexão importante é de que, após a infância e principalmente na adolescência, os processos da matriz coexistem em sistema e estão acontecendo ao mesmo tempo. Por exemplo: enquanto o sujeito inverte papel, ele também cria relações de corredor (possessivas), há o auto reconhecimento e por vezes a auto visualização como parte do outro e vice-versa (Fonseca, 2007). Frente aos conflitos naturais desse período do desenvolvimento, por vezes o processo de reconhecer-se não ocorre com a dedicação que deveria e, inseridos nesta sociedade líquida e apressada, decisões são tomadas sem um panorama geral para que o resultado seja alcançado, independentemente de qual seja ele.

Na vivência relatada neste trabalho, o objetivo era que adolescentes de baixa renda de escola pública pudessem compreender seu espaço e construírem novas visões de futuro a partir da escrita. Foram realizados dois encontros de duas horas com a turma de 2° ano de uma escola pública do interior do Rio Grande do Sul.

No primeiro momento foi realizado o aquecimento (Moreno, 1975) a fim de possibilitar o arranque mental para a espontaneidade. Isso foi feito a partir de jogos

psicodramáticos em grupos grandes que remetessem a fase inicial da matriz (reconhecimento do eu) e a interação para a construção de um ambiente confortável, como o jogo do mosquito e o jogo “ria”. Após, realizou-se um jogo em que eles deveriam escrever uma característica, um hobby e uma profissão, já buscando aprofundar o pensamento deles referente a questão principal tratada: o futuro. A partir desse jogo, foram divididos por semelhanças nessas áreas em duplas, para que conversassem e se apresentassem ao colega: seus hobbies, características, realidade, pensamentos, idealizações para o futuro e sonhos.

No segundo encontro, eles foram novamente divididos nas duplas anteriormente selecionadas, nas quais estabeleceram diálogo, e foi proposto que escrevessem uma história em que o colega fosse o protagonista. As únicas consignas do exercício eram de que o colega tivesse um “final feliz” e que na história fosse descrito o que ele faria para chegar nesse final feliz. O objetivo principal desta atividade era que os alunos pudessem explorar seu potencial espontâneo e criativo para criação de soluções, dessa forma foi dito para que eles não se preocupassem com as regras gramaticais como: estrutura de frase, pontuação ou fluidez e sim que se dedicassem a construção do sentido e da linha de pensamento da história.

Neste projeto, a escrita esteve em um lugar terapêutico e social importante de ego-auxiliar, a fim de promover a catarse mental e a transição entre fantasia e realidade de maneira saudável. A partir dela os alunos puderam perceber novas possibilidades de futuro e novas formas de lidarem com seus conflitos internos e externos a partir da criação de um planejamento possível (real) em que eles podem ter seu final feliz (fantasia).

CONCLUSÕES

Durante essa experiência de pesquisa e prática foi possível concluir que a escrita criativa é uma ótima ferramenta psicoterapêutica para o desenvolvimento pessoal e de rematrização, principalmente dos papéis complementares internos e externos que exigem perfeição, pressa ou que constroem visões de futuro que não são compostas por espontaneidade.

Essa foi uma prática focal, de dois encontros, em que não foram utilizadas todas as ferramentas que a escrita criativa possui, mas se percebeu que pode ser efetiva mesmo em suas pequenas intervenções, afinal os feedbacks da turma quanto ao

aproveitamento da atividade foi de aproveitamento pois, eles conseguiram pensar sobre seu reconhecimento e uma vida mais espontânea.

Se expressa a necessidade de mais estudos acerca das técnicas, aplicabilidade e espaços de uso da escrita criativa como ferramenta psicoterapêutica, para que assim seja possível utilizar a arte a nosso favor como ferramenta de mudança e construção de saúde mental. Deste modo, reitera-se a importância do uso das técnicas e da aplicabilidade do psicodrama enquanto metodologia promotora de mudanças sociais.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos: viver numa época de incertezas. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

FONSECA, José. Psicodrama da loucura. 7. ed. São Paulo: Ágora, 2008.

MAY, Rollo. A coragem de criar. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.

MORENO, Jacob Levy. Psicodrama. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Tuani Rafaela Tabile	**Graduando(a)**	**SETREM**
Luthiane Pisoni Godoy	**Mestre(a)**	**SETREM**

Estratégias de Cuidado para o Protagonismo e Promoção da Saúde das Famílias Atendidas no CAPSij

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução: O Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSij) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, compõe a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, sendo responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes. A partir da perspectiva de integralidade na atenção à saúde das crianças e adolescentes usuárias (os) do CAPSij, a inclusão da família no processo de cuidado é imprescindível para a compreensão acerca do contexto histórico, familiar e social que envolve os (as) usuários (as) atendidos, como também a participação da família na construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS) do seu filho (a). A corresponsabilização das famílias no processo de cuidado demanda a criação de estratégias interventivas de acolhimento e suporte da equipe multidisciplinar. Nesse sentido, o grupo tem como objetivo propiciar um espaço de cuidado, acolhimento e escuta das famílias atendidas neste serviço.

Metodologia: O grupo de familiares é realizado semanalmente, coordenado pela assistente social da equipe e estagiária de Serviço Social, com duração de uma hora. O planejamento e metodologias dos encontros são construídas em conjunto com as famílias e realizadas através de rodas de conversa. As temáticas abordadas nos encontros versam sobre: rede de apoio, medicações, direitos sociais, acesso a rede intersetorial, maternidade, sobrecarga do cuidado, sofrimento psíquico, relações familiares, abandono paternal, gênero, patriarcado, violências, dentre outras. Neste contexto, também foram desenvolvidas intervenções de promoção da saúde e auto cuidado - como meditações, confraternizações de datas comemorativas e a construção de brechó solidário.

Análise e discussão: Apesar do grupo ser aberto a todos (as) os (as) familiares do serviço, a participação é majoritariamente constituída por mulheres (avós e mães), em que o processo de cuidado é na maioria dos casos realizado de forma única e exclusiva por elas, com parca ou inexistente rede de apoio paterna ou dos demais familiares. Com isso, evidencia-se as iniquidades de gênero oriundas da concepção

patriarcal que atribui historicamente às mulheres papéis sociais como cuidadora do lar e da família. As mulheres participantes do grupo não possuem vínculo empregatício formal, pois dedicam sua força de trabalho em tempo integral aos cuidados familiares, tendo como principal fonte de renda os benefícios sociais como Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família, assim como exercem atividades de trabalho informais como meio de complementar a renda familiar. A partir do processo de desenvolvimento do grupo, observou-se a ampliação de vínculos entre as familiares e destas com as profissionais, corroborando com maior compreensão da equipe do contexto sociofamiliar e para a qualificação de estratégias interventivas no PTS dos (as) usuários (as) atendidos (as). Esta vinculação também propiciou a melhor compreensão dos impactos causados pela sobrecarga do cuidado cotidiano vivenciados por estas mulheres, resultando em sofrimento psíquico e adoecimento. As familiares verbalizaram a dificuldade de realizar o seu próprio cuidado, negligenciando a sua saúde e bem estar, manifestando sentimentos desvalia, desamparo, exaustão e desesperança. A partir desta compreensão, foram utilizadas estratégias interventivas que contribuíssem com a promoção da saúde das familiares. Dentre as propostas realizadas junto às familiares, a de maior destaque atribuída por elas foi a criação de um brechó solidário, a partir de campanha de doações de roupas, acessórios, calçados e itens domésticos arrecadados na comunidade e com profissionais do serviço. A partir da criação do brechó, as familiares assumiram o protagonismo de gerenciar todo o processo organizacional desta atividade, como avaliação, separação, definição de preços e vendas dos produtos recebidos, a confecção de cartazes de divulgação e controle financeiro, com o apoio das profissionais que realizam o grupo. Assim como, a utilização da verba arrecadada foi definida pelas mulheres através de discussão em grupo em que foi elegido o investimento do rendimento na compra de cestas básicas, compostas por produtos de alimentação, limpeza e higiene definidos como necessários por elas. A realização do brechó solidário propiciou às participantes um meio de suprir algumas de suas necessidades básicas como o acesso a segurança alimentar, higiene e cuidados pessoais e de suas residências. Proporcionando também outros benefícios para estas mulheres como fortalecimento da confiança, desenvolvimentos de capacidades laborais e planejamento de projetos de vida, momentos de bem estar, satisfação pelas conquistas oriundas das vendas e rentabilidade financeira que impactaram de forma positiva na promoção da

saúde das familiares. Assim, a utilização da economia solidária, teve caráter autogestionário e de estímulo da emancipação destas mulheres.

Considerações Finais: Compreende-se que apesar das inúmeras contribuições que a realização do brechó solidário ocasionou na vida das familiares, esta contribuição está aquém de aniquilar as diversas situações de vulnerabilidades sociais as quais estão expostas, em que necessitam de intervenções através de políticas públicas que garantam a inclusão, o acesso e a acessibilidade e a proteção social básica de acordo com suas necessidades e demandas, para além da concepção da inclusão e acesso a benefícios sociais através de diagnósticos psiquiátricos, que contribuem com o aumento de estigmas e desigualdades sociais, acarretando em barreiras de inclusão, para os (as) usuários (as) e familiares que não se adequam a definições diagnósticas definidas como beneficiárias destas políticas, mas que sofrem inúmeros impactos causados pelo adoecimento psíquico. Com base nestas reflexões, é imprescindível que haja o fomento de ações através do investimento de políticas públicas que possam ampliar a garantia da inclusão social de todas as crianças e adolescentes com transtornos mentais e suas famílias, afim de intervir no suprimento de suas necessidades básicas, como moradia, alimentação, higiene, lazer, educação, acesso e acessibilidade a atenção integral à saúde no SUS, em que considere seus determinantes sociais de saúde e adoecimento, a fim de contribuir com a inserção social e promoção a saúde destas famílias.

Referências

BRASIL. Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil. In: Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas, nov. 2005. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação em saúde mental: 1990-2004. Brasília (DF), 2004.

CAVALHERI, S.C. Transformações do modelo assistencial em saúde mental e seu impacto na família. Rev. Bras.Enferm. 2010.

DELGADO, P. G. A força criativa da solidariedade e da busca de autonomia. In:

VASCONCELOS, E. M. (org.). Manual ajuda e suporte mútuos em saúde mental: para

facilitadores, trabalhadores e profissionais de saúde e saúde mental. Rio de Janeiro: Escola do Serviço Social da UFRJ; Brasília: Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde, 2013.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Liana de Menezes Bolzan	**Doutor(a)**	**CRESS 8688**
MARIA EDUARDA CHAVES GOMES	**Graduando(a)**	**ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL – CAPSIJ/HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE**

Estratégias lúdicas para o letramento em saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão narrativa

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Introdução

A saúde mental de crianças e adolescentes tem se consolidado como uma preocupação global crescente (Fundação Oswaldo Cruz, 2022). Diante desse cenário, torna-se essencial investir em ações que promovam o letramento em saúde mental desde as fases iniciais do desenvolvimento. A participação ativa desses sujeitos contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, favorecendo trajetórias mais saudáveis e resilientes (Matos et al., 2021). Assim, este estudo se norteou pela seguinte questão de pesquisa: Quais as principais estratégias lúdicas utilizadas para a promoção do letramento em saúde mental de crianças e adolescentes nos últimos cinco anos?

Objetivo

Mapear as principais estratégias lúdicas utilizadas no letramento em saúde mental de crianças e adolescentes na atualidade

Método do Estudo

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão narrativa de literatura. A busca foi realizada seguindo as recomendações do protocolo PRISMA, nas bases de dados PUBMED, LILACS e SCOPUS, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): Mental Health, Child, Adolescent, Learning, Teaching, Health Education, Play and Playthings e Well-being.

Nos registros identificados, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: artigos originais, publicados entre 2020 e 2025, nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola, que abordassem estratégias lúdicas voltadas ao ensino em saúde mental de crianças e/ou adolescentes (0 a 18 anos). Foram excluídos estudos publicados há mais de cinco anos, que não atendiam ao público proposto e que não abordavam sobre estratégias lúdicas. Os estudos foram analisados por análise descritiva simples, sendo as informações organizadas em um quadro com os

principais recursos utilizados para o letramento em saúde mental de crianças e adolescentes.

Resultados

A investigação resultou em 109 registros. Após o processo de seleção, oito artigos foram incluídos na revisão narrativa (Figura 1).

Os estudos selecionados foram publicados majoritariamente na língua inglesa (sete), sendo conduzidos em diferentes continentes: Europa (três), Ásia (dois), América do Norte (um), Oceania (um) e América do Sul (um). Dentre as estratégias lúdicas utilizadas encontrou-se brincadeiras não estruturadas, vídeos educativos, mindfulness, ferramentas socioemocionais, gameficação e música (Quadro 1).

Discussão

O letramento em saúde mental tem recebido destaque, sendo empregado como importante estratégia para a prevenção e promoção da saúde mental de crianças e adolescentes. Usar atividades criativas para ensino em saúde mental, que estimulam ideias, engajamento, fornecem senso de propósito e espaço seguro para que as crianças e jovens consigam expressar suas habilidades, capacidades e objetivos individuais, são de extrema importância para a promoção do bem-estar desse público (Clarke; Hoskin, 2022). Além disso, as estratégias lúdicas também contribuem para o fortalecimento da conexão emocional e, o envolvimento dos familiares e educadores engajados podem contribuir para a identificação precoce dos sinais de sofrimento emocional, o que favorece o acolhimento das crianças e adolescentes (Francisco et al., 2025; Hoare et al., 2020).

As práticas criativas, como o envolvimento com artes visuais, música, dança, teatro e literatura, constituem estratégias importantes tanto para a promoção da saúde mental quanto para o fortalecimento de competências emocionais e sociais em diferentes faixas etárias. Em crianças e adolescentes, essas estratégias facilitam a expressão de sentimentos, desenvolvimento da empatia, autonomia e regulação emocional, além de contribuírem para a promoção do bem estar (Clarke; Hoskin, 2022).

Como descrito nos resultados, uma variedade de tecnologias criativas têm sido utilizadas para o ensino em saúde mental, como criação de jogos online, atividades em grupo, música, corais, oficinas, entre outras, que unem a criatividade e o aprendizado, de forma lúdica e interativa, gerando engajamento entre as pessoas (Lee et al., 2025; Francisco et al., 2024; Clarke; Hoskin, 2022; Yan; Foong, 2022;

Banas; Valley; Amina, 2021; Hoare et al., 2020; Silva et al., 2023; Cejudo; Losada; Feltrero, 2020). Esses achados destacam a importância de estratégias criativas no contexto educacional para o letramento em saúde mental e promoção do bem-estar.

Os achados desta pesquisa evidenciam possibilidades e lacunas no uso de recursos lúdicos para o letramento em saúde mental para crianças e adolescentes. Embora haja comprovação dos benefícios da criatividade e da arte na promoção do bem-estar de crianças e adolescentes, são escassos os estudos que explorem os impactos das estratégias no letramento sobre saúde mental. Os poucos materiais disponíveis são, em geral, fragmentados, focando em ações isoladas ou em apenas um dos públicos. Isso reforça a necessidade de abordagens integradas, que utilizem o lúdico como ferramenta educativa intencional, contextualizada e promotora de desenvolvimento.

Considerações finais

Este estudo realizou uma revisão narrativa sobre o uso de estratégias lúdicas no letramento em saúde mental de crianças e adolescentes. Os achados revelam que intervenções baseadas em arte, criatividade e recursos interativos favorecem compreensão de saúde mental, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e promoção do bem-estar. As estratégias lúdicas demonstram potencial significativo como mediadoras no processo educativo e preventivo, especialmente quando adaptadas às especificidades do público infantojuvenil.

Referências

BANAS, J.R.; VALLEY, J.A.; AMINA, C. A biblioguidance approach to understanding and developing adolescents' social-emotional competence in the health education classroom: a formative research study. Health Education, v. 121, n. 5, p. 486-503, 2021. doi: <10.1108/HE-01-2021-0008> Acesso em 21 mai. 2025.

CEJUDO, J.; LOSADA, L.; FELTRERO, R. Promoting Social and Emotional Learning and Subjective Well-Being: Impact of the “Aislados” Intervention Program in Adolescents. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 17, n. 2, p. 609, 2020. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7013551/> Acesso em 21 mai. 2025

CLARKE, T.; HOSKIN, S. Teaching children and adolescents about mental wellbeing: an exploratory multi-site case study in England. Educational Psychology in Practice, [S.l.], v. 38, n. 3, p. 317–340, 2022. Disponível em:

https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02667363.2022.2100321. Acesso em: 21 mai 2025.

FRANCISCO, R. et al. # EntreViagenseAprendizagens: study protocol of a school-based intervention to promote well-being and healthy lifestyles among adolescents. Frontiers in Psychology, [S.l.], v. 14, p. 1213293, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1213293> Acesso em: 21 mai. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Postagens: Principais Questões sobre Saúde Mental de Crianças: sinais de alerta para APS. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/principais-questoes-sobre-saude-mental-de-criancas-sinais-de-alerta-para-aps/. Acesso em: 12 mai. 2025.

GOLDEN, T.L. et al. Supporting youth mental health with arts-based strategies: a global perspective. BMC medicine, v. 22, n. 1, p. 7, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12916-023-03226-6 . Acesso em: 19 mai. 2025.

HOARE, E. et al. Be You: A national education initiative to support the mental health of Australian children and young people. Australian and New Zealand Journal of Psychiatry. v. 54, n. 11, p. 1061-1066. 2020. doi: <10.1177/0004867420946840> Acesso em: 21 mai. 2025.

LEE, R. L. T. et al. Effects of a SWELE program for improving mental wellbeing in children and adolescents with special educational needs: protocol of a quasi-experimental study. BMC Pediatrics, v. 24, n. 1, 6 dez. 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1186/s12887-024-05288-8.pdf?utm_source=scopus&getft_integrator=scopus> Acesso em 21 mai. 2025.

MATOS, M. G. et al. Making the best out of youth. Journal of Community Psychology, v. 49, n. 6, p. 2071–2085, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jcop.22532> Acesso em: 21 mai. 2025.

SILVA, D.B.B et al. Estratégias para promoção da saúde mental de crianças e adolescentes no contexto escolar: uma revisão sistemática. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.17, n.5, p. 01-35, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.5-024. Acesso em: 19 mai. 2025.

YAN, Y.; FOONG, A.M. Research on the application of chorus in mental health education in primary and secondary schools and its enlightenment. Psychiatria

Danubina, [S.l.], v. 34, p. S1091–S1095, 2022. doi: <10.24869/psyd.2022.1091>. Acesso em: 21 mai 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Isadora Manfrinato Cunha	**Doutorando(a)**	**ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
Maria Isabella Alves Paterna	**Mestrando(a)**	**Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)**
Débora Tatiane Góes da Silva	**Pós-doutorando(a)**	**Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)**
Suzanna Martins Dutra	**Mestre(a)**	**Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)**
Juliane Soares Quaglio	**Graduando(a)**	**Escola de Enfermagem de**

		Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)
Aline Conceição Silva	Pós-doutor(a)	Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo
Kelly Graziani Giacchero Vedana	Livre-Docência	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)

Exercício profissional em Serviço Social e Saúde Mental: Artigos publicados em revistas gaúchas

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido tem como tema exercício profissional em Serviço Social e saúde mental. Compõe o conjunto das produções desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS) vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculando-se à linha de pesquisa "Exercício profissional na contemporaneidade", para a qual um grupo de professores/as e estudantes de graduação e pós-graduação vem se dedicando ao estudo, à pesquisa e à extensão.

O tema vem sendo estudado a partir de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada no método dialético crítico e suas principais categorias. A pesquisa bibliográfica baseia-se no conjunto de produções teóricas sobre o exercício profissional em Serviço Social e saúde mental no século XXI, localizadas nas Revistas de Serviço Social da Região Sul do Brasil, no período de 2013 a 2024. As informações qualitativas estão sendo submetidas à análise de conteúdo com recorte temático, mediadas pelo referencial teórico metodológico.

O resumo expandido encontra-se organizado em outras três partes, além desta introdução. A primeira parte contempla uma breve descrição da pesquisa. Na segunda parte apresenta-se a discussão dos resultados preliminares encontrados na pesquisa até o presente momento. Na última parte constam as considerações finais com algumas problematizações relacionadas ao tema, seguidas pelas referências.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada no referencial teórico-metodológico das áreas de Serviço Social e Saúde Coletiva, teoria social crítica e método dialético crítico e suas principais categorias. O método de pesquisa dialético crítico propicia o

conhecimento teórico, partindo da aparência para alcançar a essência do objeto. O estudo exploratório permite ao/à investigador/a ampliar a sua experiência em torno de determinado problema. A pesquisa bibliográfica se refere à “toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]” (Marconi; Lakatos, 2002, p. 71). Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica contempla o conjunto de produções teóricas sobre o exercício profissional em Serviço Social e saúde mental, localizadas nas revistas de Serviço Social do estado do Rio Grande do Sul (RS), a saber: Revista Textos & Contextos, Revista Sociais e Humanas e Revista Brazilian Journal of Research in Applied Social Sciences (BJRASS), no período de 2013 a 2024.

As informações qualitativas coletadas estão sendo submetidas à análise de conteúdo temática, na qual “[...] a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso” (Minayo, 2004, p. 209). Assim, a análise de conteúdo temática vem permitindo ampliar os conhecimentos das produções teóricas pesquisadas sobre o objeto de estudo, mediadas pelo referencial teórico-metodológico.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados preliminares apresentados nesse contexto dizem respeito ao processo de coleta de dados realizado junto às Revista Textos & Contextos e Revista Brazilian Journal of Research in Applied Social Sciences (BJRASS), relacionadas ao Serviço Social em instituições de ensino do estado do Rio Grande do Sul (RS).

A Revista Textos & Contextos, criada em 2002 pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), tem como foco a questão social enquanto eixo articulador das publicações. No período de 2013 a 2020, contava com publicações semestrais, acompanhadas de editorial contextualizando os eixos temáticos e breve apresentação dos artigos da edição. A partir de 2021 os artigos passaram a ser publicados em fluxo contínuo. Foram identificados 337 artigos publicados, dentre os quais, apenas um articulava o tema de pesquisa exercício profissional em Serviço Social e saúde mental, intitulado “As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais” (Faermann; Mello, 2016), tendo como objetivo “identificar os fatores presentes no exercício profissional

que desencadeiam processos de sofrimento e de adoecimento" (Faermann; Mello, 2016, p. 96).

De acordo com as autoras do artigo, o adoecimento e o sofrimento estão relacionados às condições precárias de trabalho, complexificação das expressões da questão social, desmonte das políticas públicas, falta de recursos para exercer suas atividades e ao não reconhecimento das suas ações profissionais. Além disso, há a dimensão conjuntural da realidade social, uma vez que a reestruturação produtiva altera o mundo do trabalho e modifica as relações de trabalho.

A Revista Brazilian Journal of Research in Applied Social Sciences (BJRASS), criada em 2022, é editada pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja/RS. Apresenta periodicidade de publicação semestral, sem identificação de um eixo temático específico, contendo artigos de diferentes temáticas concernentes às Ciências Sociais Aplicadas. Não conta com uma ordem de listagem dos artigos por área ou assunto em comum, ainda que seja possível identificá-los separadamente por meio das palavras-chaves presentes. Em relação ao site, é possível visualizá-lo em três idiomas: português, inglês e espanhol, entretanto, não foram identificados recursos de acessibilidade.

No período de 2022 a 2024, foram publicados 49 artigos, dentre os quais dois articulavam o tema de pesquisa exercício profissional em Serviço Social e saúde mental. O artigo intitulado "A precarização no mundo do trabalho: análise da categoria de trabalhadores formais e uberizados no Brasil" (Mendonça; Aquino Junior; Castanho, 2022), analisa de que forma os trabalhadores são afetados pela precarização no âmbito profissional e aborda pontualmente a questão do adoecimento físico e mental, tanto de trabalhadores uberizados quanto de assistentes sociais, enquanto resultado da precarização do trabalho aliado a demais fatores conjunturais e de desmonte dos direitos trabalhistas (Mendonça; Aquino Junior; Castanho, 2022).

O artigo intitulado "O trabalho e a sua precarização: rebatimentos do trabalho do assistente social" (Hamburgo; Bordin, 2024) investiga a precarização da categoria trabalho no capitalismo, focando nas consequências para a atuação dos/as assistentes sociais, com base numa pesquisa qualitativa e quantitativa feita no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Discute como a reestruturação produtiva, a intensificação da demanda, a autocobrança e o adoecimento mental, afetam esses profissionais, especialmente as mulheres. A análise aborda o estranhamento

e a alienação do trabalho que levam à desconsideração da autonomia profissional, agravados pela expansão do trabalho remoto e cortes de direitos trabalhistas principalmente na previdência social (Hamburgo; Bordin, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa indicam que a abordagem do tema exercício profissional em Serviço Social e saúde mental encontra-se ainda incipiente, especialmente no que diz respeito às questões que atingem os/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais se insere. De acordo com Antunes (2018), a nova morfologia do trabalho culmina na articulação de velhas e novas estratégias de acumulação, expressas em trabalhos precários, flexibilizados, alta produtividade e informalidade, expandidas para atividades-fim, incidindo no exercício profissional dos/as assistentes sociais.

De acordo com os artigos analisados, a precarização do trabalho dos/as assistentes sociais resulta de um contexto histórico, político e econômico, intensificado por práticas como a contratação temporária, a terceirização, a remuneração insuficiente e a ausência de condições adequadas para o exercício profissional (Mendonça; Aquino Junior; Castanho, 2022). Nessa perspectiva, a precarização do trabalho, responsável pelo aumento da exploração, vem agravando as condições de saúde mental dos/as assistentes sociais, emergindo a necessidade de fortalecimento de estratégias coletivas de enfrentamento, como a organização política da categoria e a defesa dos seus direitos enquanto classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES., Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 96 - 113, jan./jul. 2016.

HAMBURGO, Joana de; BORDIN, Erica Bomfim. O trabalho e sua precarização: rebatimentos no trabalho do assistente social. Brazilian Journal of Research in Applied Social Sciences, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 66–84, 2024.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. 282 p.

MENDONÇA, Tauane Eduarda Antunes; AQUINO JUNIOR, Otaviano da Motta; CASTANHO, Roberto Barboza. A precarização no mundo do trabalho: análise da categoria de trabalhadores formais e uberizados no Brasil. Brazilian Journal of Research in Applied Social Sciences. São Borja/RS, v. 01, n. 01, dez./ 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Maria Vitória de Araújo Machado		
Anna Lidia Rossini Ferrari	**Graduando(a)**	**Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Beatriz Martins da Rocha	**Graduando(a)**	**Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Eloisa Camilo Visentaener	**Graduando(a)**	**Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Fernanda Assis Astorino	**Graduando(a)**	**Graduanda de Serviço Social da**

		Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Lívia de Melo Schmitt	**Graduando(a)**	**Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Maria Rayane de Siqueira Santos	**Graduando(a)**	**Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Marisa Camargo	**Doutor(a)**	**Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Exercício Profissional em Serviço Social e Saúde Mental: Artigos Publicados em Revistas Paranaenses

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido tem como tema exercício profissional em Serviço Social e saúde mental. Compõe o conjunto das produções desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS) vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculando-se à linha de pesquisa "Exercício profissional na contemporaneidade", para a qual um grupo de professores/as e estudantes de graduação e pós-graduação vem se dedicando ao estudo, à pesquisa e à extensão.

O tema vem sendo estudado a partir de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada no método dialético crítico e suas principais categorias. A pesquisa bibliográfica baseia-se no conjunto de artigos sobre o exercício profissional em Serviço Social e saúde mental, localizadas nas Revistas de Serviço Social da Região Sul do Brasil, no período de 2013 a 2024. Para fins de análise dos resultados preliminares encontrados na pesquisa, as informações qualitativas estão sendo submetidas à análise de conteúdo com recorte temático, mediadas pelo referencial teórico metodológico. Nesse contexto, tem-se como foco os artigos localizados nas Revistas de Serviço Social do estado do Paraná (PR).

Para tanto, o resumo expandido encontra-se organizado em outras três partes, além desta introdução. Na primeira parte apresenta-se uma breve descrição da pesquisa, destacando-se os seus principais elementos teórico-metodológicos. Na segunda parte discutem-se os resultados preliminares encontrados na pesquisa até o presente momento. Na última parte constam as considerações finais com algumas problematizações relacionadas ao tema, seguidas pelas referências.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada no referencial teórico-metodológico das áreas de Serviço Social e Saúde Coletiva, teoria social crítica e método dialético crítico e suas principais categorias: historicidade, totalidade e contradição. O método de pesquisa dialético crítico propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência para alcançar a essência do objeto de estudo. Por sua vez, o estudo exploratório permite ao/à investigador/a ampliar a sua experiência em torno de determinado problema. Já a pesquisa bibliográfica se refere à "toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]" (Marconi; Lakatos, 2002, p. 71). Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica contempla artigos sobre exercício profissional em Serviço Social e saúde mental, localizados em revistas de Serviço Social do estado do Paraná (PR), a saber: Revista Emancipação e Revista Serviço Social em Revista (2013 a 2024).

As informações qualitativas coletadas estão sendo submetidas à análise de conteúdo temática, na qual a presença de determinados temas denota os valores de referência (Minayo, 1996). Assim, a análise de conteúdo temática vem permitindo ampliar os conhecimentos das produções teóricas pesquisadas sobre o objeto de estudo, mediadas pelo referencial teórico-metodológico.

Apesar da pesquisa bibliográfica não incidir sobre seres humanos, por meio do presente, reafirma-se o compromisso ético-político profissional do Serviço Social de socialização dos resultados encontrados, pois de acordo com a Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) deve-se "assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa" (BRASIL, 2012, p. 04).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados preliminares apresentados nesse contexto dizem respeito ao processo de coleta de dados realizado junto à Revista Emancipação e à Revista Serviço Social em Revista, relacionadas ao Serviço Social em instituições de ensino do estado do Paraná (PR), referentes ao período de 2013 a 2024

A Revista Emancipação é publicada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sob a responsabilidade do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Tem como foco principal

socializar o conhecimento científico na área do Serviço Social e nas áreas afins às Ciências Sociais, que possuam diferentes enfoques voltados à discussão da cidadania, direitos e emancipação humano-social.

As publicações do ano de 2013 possuíam temas abrangentes. Já as edições de 2014 a 2018 encontravam-se organizadas por temas, facilitando o processo de coleta de dados da pesquisa. A partir de 2019, a Revista passou a fazer publicações em fluxo contínuo, sendo assim, salvo as edições especiais, que possuem um tema delimitado, várias edições não possuem tema previamente estabelecido, o que dificultou o processo de coleta de dados da pesquisa.

Foram publicados 364 artigos nessa Revista, porém nenhum deles abordando o tema exercício profissional em Serviço Social e saúde mental. Quando realizada a pesquisa sobre o tema de estudo, observou-se que os artigos possuíam foco nos usuários, estudantes e familiares, mas não na saúde mental de assistentes sociais.

A Revista Serviço Social em Revista é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A frequência de publicação é semestral, com exceção do ano de 2024, o qual contou com três edições. Além da língua portuguesa, a plataforma possui tradução para o inglês e o espanhol. Os eixos temáticos podem ser facilmente localizados nos editoriais, os quais se encontram disponíveis para acesso antes dos artigos de cada edição. Cada edição possui de 10 a 15 artigos publicados, o que facilitou o processo de coleta de dados da pesquisa no recorte temporal específico delimitado.

Foram publicados 166 artigos nessa Revista no período pesquisado. Ao proceder a análise, identificou-se um crescimento do número de artigos sobre o trabalho profissional a partir dos anos de 2015 e 2016, mas na maioria das edições, são frequentes as temáticas voltadas a serviços específicos ou determinada política social. Assim, apenas dois artigos publicados diziam respeito ao tema de estudo.

O primeiro artigo intitulado “Gestão do trabalho e o adoecimento de servidores públicos na Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA): reflexões sobre o trabalho do assistente social” (Gomes; Seynaeve, 2018), não menciona a saúde mental de assistentes sociais, dando enfoque à gestão do trabalho e a maneira com que os/as assistentes sociais trabalham em relação ao adoecimento dos trabalhadores.

O segundo artigo intitulado “Serviço Social e saúde mental: educação permanente como estratégia de fortalecimento das/os trabalhadoras/es” (Litter; Silva, 2022),

baseia-se numa reflexão a partir da experiência teórico-prática advinda de estágios curriculares em Serviço Social, realizados no âmbito da política de saúde no período de 2019 a 2020. Nesse sentido, entende-se a educação permanente em saúde como uma estratégia metodológica para se refletir e avaliar a implantação e implementação da política de saúde mental enquanto importante meio de resistência perante os retrocessos enfrentados nos últimos anos (Litter; Silva, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa indicam que a abordagem do tema exercício profissional em Serviço Social e saúde mental encontra-se ainda incipiente, especialmente no que diz respeito às questões que atingem os/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais se insere. Nessa perspectiva, os poucos artigos localizados no processo de coleta de dados empreendido junto às revistas de Serviço Social paranaenses pesquisadas, trouxeram como foco de estudo aspectos relacionados à precarização do trabalho e ao adoecimento dos/as trabalhadores/as no atual contexto de retrocessos da saúde mental no país.

Referências

BRASIL. Resolução n. 466, de 13 de junho de 2012. Trata sobre a pesquisa envolvendo seres humanos no País e atualiza a Resolução n. 196/1996. Conselho Nacional de Saúde. Brasília: 2012. 12 p.

LITTER, Andressa de Souza Litter; SILVA, Ângela Maria Pereira da. Serviço Social e saúde mental: educação permanente como estratégia de fortalecimento das/os trabalhadoras/es. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 25, n. 2, p. 300-320, Jul./Dez. 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. 282 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. 1996, capítulo 1, p.09-29. In: SOUZA, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; Neto, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. 5.ed. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996, 80 p.

SEYNAEVE, Carla Vanessa Moreira da Silva; GOMES, Vera Lucia Batista. Gestão do trabalho e o adoecimento de servidores públicos na JUCEPA: reflexões sobre o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 20, n. 2, p. 45-64, Jan./Jun. 2018.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Anna Lídia Rossini Ferrari		
Beatriz Martins da Rocha	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Eloisa Camilo Visentaener	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Fernanda Assis Astorino	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Lívia de Melo Schmitt	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Maria Rayane de Siqueira Santos	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Maria Vitória de Araújo Machado	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Marisa Camargo	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

Festival das Emoções: promovendo saúde mental e diálogo em uma escola municipal de São José/SC

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O projeto surgiu a partir da demanda de uma escola municipal de ensino fundamental de São José/SC, que solicitou maior integração com os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) do território de abrangência, com foco na saúde mental dos estudantes. Alinhado ao Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 2007 pelo Governo Federal para integrar ações das áreas da saúde e educação, o projeto reforça a importância da promoção da saúde, da cultura de paz e do fortalecimento de vínculos entre a rede do município. Nesse sentido, a Unidade Básica de Saúde (UBS), serviço porta aberta da APS, desempenha papel essencial ao atuar junto à comunidade escolar, promovendo ações que ampliam o conceito de saúde e estimulam o protagonismo infantojuvenil. A escola, neste contexto, torna-se espaço estratégico de cuidado e promoção de saúde, com ações educativas e preventivas. Sendo assim, a fim de realizar uma ação de saúde mental para estudantes no ambiente escolar, abordar a temática das emoções mostra-se relevante diante de sua complexidade, uma vez que as experiências emocionais são singulares e atravessadas por fatores socioculturais. A forma como cada pessoa dá significado às suas emoções e como as vive deve ser levada em consideração, uma vez que a maneira de sentir e expressar as emoções pode mudar ao longo da vida, influenciada por fatores pessoais, sociais e culturais (Roazzi et al, 2011). Portanto, estimular o reconhecimento, expressão e manejo das emoções desde a infância contribui para o desenvolvimento de relações e afetos mais saudáveis e conscientes. Diante do exposto, o projeto denominado “Festival das Emoções” teve como objetivo promover uma ação preventiva e educativa sobre reconhecimento, expressão e manejo de emoções com crianças e adolescentes em uma escola municipal de São José/SC. O projeto “Festival das Emoções” ocorreu em novembro de 2024 e foi desenvolvido pelos residentes de psicologia, nutrição, enfermagem e educação física do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC), alocados

no município de São José/SC. A ação ocorreu em uma escola municipal e envolveu cerca de 120 alunos, divididos em dois grupos: 65 do 5º e 6º anos, que trabalharam emoções como alegria, medo, raiva, frustração, saudade e amor; e 65 do 7º ao 9º ano, com foco em ansiedade, amor, gratidão, vergonha, orgulho e raiva. A atividade foi desenvolvida em dois dias distintos, respeitando as particularidades de cada faixa etária e adaptando a abordagem das emoções ao nível de compreensão dos estudantes. A dinâmica foi estruturada em etapas para incentivar o trabalho em grupo, promover o diálogo e estimular a expressão dos participantes. Inicialmente, os alunos foram divididos em seis equipes, com cerca de 10 a 12 integrantes e dois profissionais mediadores. Cada grupo ficou responsável por explorar uma emoção específica. Após uma roda de apresentação e definição de acordos de respeito e sigilo, cada grupo recebeu um enigma sobre a emoção que deveria explorar. A partir da identificação da emoção, realizou-se uma roda de conversa reflexiva sobre as características e experiências relacionadas a ela. Em seguida, os grupos preencheram cartazes com perguntas disparadoras e produziram desenhos que representassem simbolicamente a emoção trabalhada. Ao final, as equipes apresentaram suas produções às demais, que tentaram adivinhar a emoção representada. A equipe com mais acertos foi simbolicamente premiada. A estratégia buscou não apenas ampliar o conhecimento sobre as emoções, mas também favorecer a escuta ativa, o respeito mútuo e o engajamento dos alunos por meio de uma abordagem lúdica e participativa. A intervenção dos profissionais da APS nas escolas, por meio do projeto Festival das Emoções, proporcionou um espaço descontraído para abordar temas delicados como saúde mental e emoções. O feedback de alunos e professores foi essencial para avaliar os impactos da ação. Após a intervenção, os educadores perceberam maior acolhimento emocional entre os alunos e um ambiente escolar mais aberto ao diálogo sobre questões emocionais. As rodas de conversa que constituíram a ação incentivaram o compartilhamento de experiências emocionais, promovendo o reconhecimento e a expressão das emoções em um ambiente seguro, com a mediação de profissionais capacitados. Os docentes perceberam uma maior compreensão por parte dos alunos sobre as diferentes maneiras que cada um vivencia emoções de forma única, o que fortaleceu a empatia e o apoio mútuo. O projeto também contribuiu para aproximar as instituições de saúde e educação, promovendo um trabalho intersetorial mais efetivo. A ansiedade, por exemplo, foi uma das queixas iniciais

trazidas pela escola até a UBS, o que deu início a essa construção conjunta. Tal integração é fundamental para prevenir o agravamento de questões emocionais e evitar que as ações de saúde sejam realizadas apenas para a recuperação de saúde, e não sua promoção. O benefício da aproximação institucional reflete na saúde de usuários ao promover um espaço de reflexão sobre saúde mental entre jovens, contribuindo para a informação do funcionamento dos serviços de saúde, a valorização do sistema único de saúde e para a redução dos estigmas existentes no campo da saúde mental. A equipe profissional percebe, então, que essa ação teve função de psicoeducação, promoção de saúde e prevenção ao adoecimento psíquico, demonstrando-se eficaz para ser aplicada em contextos educacionais para crianças e adolescentes. O projeto “Festival das Emoções” mostrou-se uma ferramenta eficaz na promoção da saúde mental no ambiente escolar, ao criar espaços de escuta qualificada, acolhimento e diálogo sobre as emoções. Com uma abordagem lúdica e participativa — adaptada às diferentes faixas etárias —, a proposta facilitou o reconhecimento, a expressão e o manejo saudável dos sentimentos entre os estudantes, fortalecendo vínculos e desenvolvendo habilidades socioemocionais essenciais. A vivência reforçou a relevância do trabalho intersetorial entre saúde e educação, destacando como a presença ativa da APS no espaço escolar pode criar redes de acolhimento e suporte emocional para os estudantes. Essa articulação entre os serviços é fundamental para uma abordagem da saúde, permitindo intervenções precoces e preventivas. A atuação integrada dos residentes das equipes multiprofissionais permitiu uma escuta atenta às singularidades de cada aluno, respeitando seu contexto social, emocional e escolar. Os feedbacks de professores e alunos apontaram impactos positivos, como maior abertura para discutir emoções, melhora nas relações interpessoais e maior valorização do bem-estar emocional no dia a dia. Observou-se um ambiente mais acolhedor, onde os estudantes se sentiram seguros para compartilhar vivências, promovendo empatia e pertencimento. Esses resultados demonstram que, ao oferecer um espaço estruturado para o desenvolvimento socioemocional, a escola também se transforma em um espaço de promoção de saúde. A iniciativa reduziu estigmas sobre saúde mental, ao propor um cuidado coletivo centrado nas experiências dos alunos. O projeto possui potencial para replicação em outras unidades de ensino, integrando-se e fortalecendo o PSE. Portanto, o “Festival das Emoções” foi uma experiência bem-sucedida em psicoeducação e promoção da

saúde, transformando a escola em um espaço mais saudável, participativo e alinhado aos princípios do SUS, reforçando a importância da saúde mental desde a infância e adolescência.

Referências

ROAZZI, A.; DIAS, M. D. G. B. B.; SILVA, J. O. D.; SANTOS, L. B. D.; ROAZZI, M. M. O que é emoção? Em busca da organização estrutural do conceito de emoção em crianças. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 24, p. 51-61, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/9HSgPhKSGBrDv6xN3GvrQ5w/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 junho. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Gilsenei Tavares Pereira	**Mestre(a)**	**ESPSC**
Dafhne Tobias Ortiz	**Especialização em curso**	**Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC)**
Mayara Luisa Fróes Toledo	**Especialização em curso**	**Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC)**
Gabriela Silva de Carvalho	**Especialização em curso**	**Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC)**
Jean Hoffmann	**Especialização em curso**	**Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC)**
Jonathan Batista Rodrigues	**Especialização em curso**	**Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC)**
Gabrielle Lima de Jesus	**Especialização em curso**	**Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC)**

Fortalecendo a articulação em rede: integrando conhecimentos teórico-práticos do CAPS II e CAPS AD II para o cuidado compartilhado

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O apoio matricial em saúde mental tem se consolidado como uma estratégia fundamental para qualificar a atenção psicossocial e fortalecer a integração entre a Atenção Básica e os serviços especializados, em especial os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O matriciamento, ao fomentar corresponsabilização entre equipes, educação permanente e práticas clínicas compartilhadas, amplia a resolutividade dos casos e promove um cuidado mais integral e humanizado às pessoas em sofrimento psíquico (SOUSA et al., 2021).

A literatura evidencia que essa estratégia favorece o aumento da oferta de grupos terapêuticos, a construção coletiva de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) e o fortalecimento do diálogo intersetorial (FONSECA et al., 2020; LIMA et al., 2021). No entanto, persistem desafios significativos, como sobrecarga das equipes, ausência de espaços de supervisão, dificuldades de comunicação e a escassez de formação continuada em saúde mental (MOREIRA; FURTADO, 2018; LOPES; NASCIMENTO, 2019).

Nesse contexto, este relato apresenta uma experiência vivenciada por pesquisadoras-estudantes do curso de formação “Saúde e Bem Viver: Cuidado Integral para a Saúde Mental”, desenvolvido pela FIOCRUZ, Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. A formação se estrutura em três momentos interligados — “Cuidar de Si”, “Viver em Equipe” e “Agir no Território” — sendo este último voltado à análise situacional e proposição de intervenções nos serviços de saúde.

O presente relato tem como objetivo descrever a experiência de planejamento e execução de uma intervenção voltada ao fortalecimento da articulação em rede e do cuidado compartilhado entre CAPS II e CAPS AD II, a partir da análise situacional realizada no âmbito do curso “Saúde e Bem Viver”.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência insere-se no terceiro momento do curso — “Agir no Território” — cuja proposta central é a realização da análise situacional dos serviços de saúde e a construção coletiva de intervenções transformadoras.

A intervenção descrita foi conduzida por duas enfermeiras matriculadas no curso, entre fevereiro e junho de 2025, nos CAPS II e CAPS AD II de um município da região metropolitana de Florianópolis. A metodologia do curso contemplou: caracterização do macroproblema a partir da análise de dados dos serviços; elaboração de uma árvore explicativa para representar causas e consequências; identificação do nó crítico com maior potencial transformador.

O processo envolveu levantamento bibliográfico, mapeamento de parceiros, construção colaborativa do plano de intervenção, consulta a atores sociais e execução de oficinas formativas com trabalhadores da saúde mental. A coleta de dados foi realizada por formulário eletrônico e analisada de forma descritiva.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A análise situacional identificou três macroproblemas: Insuficiência da articulação em rede; Condições precárias de trabalho; Vulnerabilidade biopsicossocial dos usuários.

O macroproblema priorizado foi a insuficiência da articulação em rede, devido à sua viabilidade de intervenção. Os principais entraves incluíam falhas de comunicação, ausência de dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e de supervisão clínica. A situação desejada era uma clínica ampliada e compartilhada, com gestão democrática e fortalecimento do cuidado em rede.

Como etapa inicial, foi realizado um levantamento bibliográfico em bases indexadas (SciELO, LILACS, BVS, PubMed e Google Acadêmico), buscando compreender o cuidado compartilhado, o matriciamento em saúde mental e os dispositivos de apoio à clínica ampliada. Paralelamente, foi feito o mapeamento de parceiros institucionais, como o Grupo de Trabalho de Práticas Integrativas e Complementares (GT PICS), Secretaria Estadual e Municipal de Saúde, Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS) e realizada uma reunião técnica para validação do plano de intervenção. Posteriormente, foi realizada uma consulta a atores sociais, por meio de formulário eletrônico enviado a profissionais atuantes nos CAPS envolvidos, com autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os

dados obtidos foram sintetizados em planilhas e as respostas subsidiaram o delineamento de um ciclo de oficinas formativas.

O ciclo de oficinas ocorreu nos meses de maio e junho de 2025, com encontros presenciais realizados nas salas de grupo dos CAPS participantes. Foram promovidas duas oficinas temáticas, ambas iniciadas com práticas de vivências integrativas para promover o autocuidado e o bem-estar dos participantes: a primeira oficina contou com uma vivência de meditação antes da parte educativa, enquanto a segunda teve uma vivência de yoga.

A primeira oficina abordou o uso do Genograma e do Ecomapa como ferramentas para a construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS), com foco em atividades práticas para a aplicação desses instrumentos no cuidado individualizado. A segunda oficina explorou o matriciamento em saúde mental, apresentando conceitos, ferramentas e a prática colaborativa, incluindo apoio matricial, interconsulta, consulta conjunta e visita domiciliar conjunta, além do desenvolvimento do PTS. Para avaliar os impactos da intervenção, foi aplicado um formulário de satisfação aos participantes ao final do ciclo formativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram 12 profissionais de diversas áreas (enfermagem, psicologia, serviço social, terapia ocupacional, medicina), com tempo de atuação variando entre menos de 1 ano e mais de 10 anos. Apenas 41,7% possuíam formação em saúde mental, com destaque para especializações e mestrado.

A maioria reconheceu a importância da articulação em rede, embora a desarticulação entre serviços, ausência de fluxos e dificuldades de comunicação fossem desafios recorrentes. Houve sugestões como: reuniões intersetoriais, fortalecimento de comissões, capacitações e maior inclusão da atenção básica.

De modo geral, a análise das respostas revela boa compreensão sobre as ferramentas de cuidado compartilhado. O matriciamento foi visto como espaço de articulação e corresponsabilização clínica; a interconsulta e a consulta conjunta, como práticas complementares para qualificar o cuidado. As dificuldades apontadas incluíram falta de tempo, formação e planejamento institucional.

O PTS foi compreendido como essencial para o cuidado singularizado, com participação da equipe, do usuário e rede de apoio. Houve consenso sobre sua revisão periódica.

A formação continuada foi apontada como necessidade prioritária: 91,7% sugeriram capacitações sobre PTS, matriciamento e práticas colaborativas. Também foram solicitados temas como manejo de crise, população em situação de rua, trabalho com famílias, comunicação e fluxos institucionais.

As PICS foram bem acolhidas, principalmente meditação, yoga, aromaterapia e dança circular — valorizadas tanto para o autocuidado quanto para a saúde coletiva das equipes.

Quanto à avaliação das oficinas, as devolutivas indicaram percepção positiva sobre proposta, metodologia e conteúdos. Houve boa adesão dos profissionais, com participação ativa, o que contribuiu para a construção coletiva de saberes e fortalecimento dos vínculos interserviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção contribuiu para ampliar reflexões e práticas em saúde mental, reforçando a importância da educação permanente e da articulação em rede como pilares do cuidado. A valorização do PTS e do matriciamento reafirma a relevância do olhar coletivo e colaborativo na construção de uma rede resiliente e integrada.

Destaca-se que, para além de intervenções pontuais, é essencial fomentar uma cultura de cuidado que priorize o autocuidado e a formação continuada, garantindo sustentabilidade das práticas e valorização dos trabalhadores da saúde mental.

Referências

FONSECA, P. D. et al. Matriciamento em Saúde Mental: análise do cuidado às pessoas em sofrimento psíquico na Atenção Básica. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 3, p. 905-914, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/McmFdYbq6pRgTMqJXtzVfbP/. Acesso em: 15 jun. 2025.

LIMA, R. M. S. et al. O sofrimento mental grave na Saúde da Família: uma experiência de apoio matricial na qualificação do cuidado integral. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 16, n. 43, 2021. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1518196. Acesso em: 15 jun. 2025.

LOPES, J. A.; NASCIMENTO, V. M. Matriciamento em Saúde Mental: Obstáculos, Caminhos e Resultados. Psicologia em Estudo, v. 23, n. 2, p. 1-10, 2018. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-297020180002000010. Acesso em: 15 jun. 2025.

MOREIRA, A. P.; FURTADO, J. P. Matriciamento em Saúde Mental: práticas e concepções trazidas por equipes de referência, matriciadores e gestores. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 10, p. 3325-3334, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/jG6jHLkx8zpxQMB4wQz6V6j/. Acesso em: 15 jun. 2025.

SOUSA, C. S. et al. A Educação Permanente em Saúde como estratégia de matriciamento em Saúde Mental. Revista APS, v. 24, n. 1, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/e262340910/27107. Acesso em: 15 jun. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Jéssica Bussioli Ribeiro	**Especialização concluída**	**CAPS AD SAO JOSE**
Jéssica Bussioli Ribeiro	**Especialização concluída**	**UDESC**
Bárbara Severino Lopes	**Mestrando(a)**	**UFSC**

Grupo de apoio à saúde mental no centro de saúde monte serrat: Um relato de experiência.

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem papel essencial na rede comunitária de cuidado em saúde mental, atuando na prevenção, promoção da saúde, tratamento e reabilitação (Zorzi et al., 2024). Sendo a porta de entrada do sistema, a APS contribui para reduzir a distância entre a alta demanda por cuidado em saúde mental e a escassez de recursos especializados. Apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda existem desafios significativos na efetivação do cuidado em saúde mental na rotina dos serviços.

A Portaria GM/MS nº 635, de maio de 2023, criou incentivo financeiro para implantação e custeio das Equipes Multiprofissionais (EM) na APS. Contudo, no município de Florianópolis, o déficit desses profissionais impacta diretamente no acesso da população. Atualmente, mais de 6.700 pessoas aguardam consulta em psicologia, com previsão de atendimento somente até 2029 (Celk Saúde, 2025).

Florianópolis conta com 50 Centros de Saúde (CS), organizados pelos distritos Norte, Sul, Centro e Continente. No CS Monte Serrat, que integra o Distrito Centro, uma psicóloga realizava atendimentos individuais e um grupo terapêutico, ambos acessíveis via encaminhamento da equipe de saúde. Entretanto, em abril de 2024, seu contrato foi encerrado, gerando a suspensão dos atendimentos psicológicos, tanto individuais quanto grupais.

Frente a essa realidade, a equipe local buscou alternativas para não interromper totalmente o cuidado em saúde mental dos usuários. Assim, foi estruturado um grupo de escuta e apoio, com caráter não terapêutico psicológico formal, mas centrado no acolhimento, na escuta qualificada e no fortalecimento dos vínculos, servindo como apoio à saúde mental.

Nesse cenário, destaca-se o papel do enfermeiro como profissional estratégico no cuidado em saúde mental na APS. Por estar em contato constante com os usuários,

este profissional assume funções de escuta, acolhimento, identificação precoce de sofrimento psíquico e orientação. Além disso, atua na promoção do autocuidado, no fortalecimento das redes de apoio e na articulação com outros pontos da rede de saúde. Utilizando práticas como escuta qualificada, grupos de apoio e práticas integrativas, o enfermeiro amplia sua atuação, cuidando não apenas da dimensão biológica, mas também das questões emocionais e sociais dos indivíduos.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O grupo ocorre semanalmente, às quintas-feiras, das 8h30 às 10h, no CS Monte Serrat. No último ano, cerca de 41 pessoas participaram dos encontros, sendo que algumas se desligaram por melhora dos sintomas, mudanças pessoais ou retorno às atividades laborais, enquanto outras permanecem desde o início, demonstrando vínculo e reconhecimento da importância do grupo em seus processos de cuidado.

O grupo foi pensado como um espaço coletivo de acolhimento e escuta, aliado às práticas integrativas e complementares (PICs) aprendidas durante o estágio dos residentes em Saúde da Família da Escola de Saúde Pública de Florianópolis (ESP). As rodas de conversa seguem, em muitos momentos, na perspectiva da Terapia Comunitária, criando um ambiente seguro para o compartilhamento de experiências e construção coletiva de soluções para os desafios cotidianos.

Durante os encontros, são desenvolvidas técnicas de respiração guiada, relaxamento e orientação sobre higiene do sono que são fundamentais para a redução da ansiedade e regulação emocional. Além disso, também são utilizadas algumas PICs, como aromaterapia, fitoterapia, auriculoterapia e musicoterapia. Utiliza-se a aromaterapia através do uso de óleos essenciais de laranja doce, lavanda, hortelã-pimenta e limão siciliano, que auxiliam no controle da ansiedade e na promoção do bem-estar. A fitoterapia é outro recurso adotado, com o oferecimento de chás de plantas medicinais como camomila, erva-doce, capim-cidreira, melissa e mulungu, reconhecidas por seus efeitos calmantes e ansiolíticos. No final do encontro aplica-se a auriculoterapia, que atua no equilíbrio energético e na redução de sintomas emocionais, promovendo o relaxamento e estimulando o bem-estar e estados emocionais positivos. A musicoterapia é utilizada através de som ambiente durante todo o período em que o grupo está reunido, proporcionando assim um ambiente agradável e acolhedor, estimulando o relaxamento.

Esse conjunto de práticas, associado ao fortalecimento da escuta, da empatia e da partilha de vivências, tem se mostrado extremamente potente na promoção do cuidado integral em saúde mental. O grupo se consolidou como um espaço de apoio, pertencimento e fortalecimento emocional, contribuindo de forma significativa para o enfrentamento das dificuldades do dia a dia dos participantes.

IMPACTOS E RESULTADOS PERCEBIDOS

Os relatos dos participantes demonstram impactos positivos claros na vida pessoal, social e emocional. Muitos conseguiram identificar seus gatilhos emocionais e desenvolveram maior consciência sobre seus processos psíquicos. Isso favoreceu o fortalecimento da autonomia, além da adoção de estratégias mais saudáveis para enfrentar situações de estresse e sofrimento.

Observou-se também uma diminuição na procura por atendimentos individuais nas equipes, especialmente nas situações de crise emocional. Técnicas simples, como respiração consciente, aromaterapia, relaxamento e reorganização dos pensamentos, tornaram-se ferramentas importantes no cotidiano dos participantes, que passaram a utilizá-las como parte de seu autocuidado. Consequentemente, houve menor necessidade de intervenções farmacológicas, como aumento de doses ou introdução de novos psicotrópicos.

Outro dado relevante foi o retorno de diversos participantes às atividades laborais e à retomada de rotinas antes interrompidas pelo sofrimento psíquico. Esse processo impactou positivamente na autoestima, na sensação de pertencimento social e na qualidade de vida, reforçando os efeitos terapêuticos do grupo.

A adesão tem se mantido constante, e a ausência eventual de alguns participantes, frequentemente, está relacionada ao retorno ao trabalho ou à retomada de atividades que, antes, não eram possíveis devido às limitações emocionais. Isso evidencia que a participação no grupo gerou efeitos concretos na melhoria dos quadros emocionais, no enfrentamento das dificuldades e na autonomia dos sujeitos.

Portanto, a iniciativa não apenas respondeu à falta de atendimento psicológico formal, mas também se consolidou como uma prática potente, efetiva e sustentável de cuidado em saúde mental no território, destacando o potencial das ações coletivas e do cuidado compartilhado na APS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida no CS Monte Serrat de grupo de apoio à saúde mental reforça a relevância dos grupos de escuta e apoio como ferramentas fundamentais na promoção da saúde mental na Atenção Primária. Frente à escassez de profissionais especializados, especialmente psicólogos, a condução desse grupo por enfermeiros e residentes evidencia a capacidade da APS de construir respostas criativas, sensíveis e eficazes às demandas do território.

Os resultados mostram que a escuta qualificada, o fortalecimento de vínculos, a construção coletiva de saberes e o uso de práticas integrativas contribuem diretamente para a autonomia dos usuários, para o desenvolvimento de estratégias de autocuidado e para a melhora dos sintomas emocionais. Além disso, reduzem a sobrecarga do serviço, diminuindo a busca por atendimentos individuais e o uso excessivo de medicação psicotrópica.

Fica evidente, portanto, a necessidade de investir na formação dos profissionais da APS, especialmente os enfermeiros, para o desenvolvimento de competências voltadas ao cuidado em saúde mental. Também se faz urgente o fortalecimento das políticas públicas que ampliem o acesso às práticas integrativas e garantam a recomposição das equipes multiprofissionais, de modo a assegurar o cuidado contínuo, integral e humanizado no território.

Por fim, essa vivência reafirma o papel central da APS como porta de entrada e coordenadora do cuidado em saúde mental, sendo capaz de oferecer intervenções acolhedoras, resolutivas e baseadas nas reais necessidades da população. Destaca-se, ainda, a atuação da enfermagem como protagonista nesse cenário, demonstrando que é possível promover cuidado em saúde mental com qualidade, sensibilidade e efetividade, mesmo em contextos de escassez de recursos especializados.

Referências

CELK SAÚDE. Lista Pública. [s.d]. Disponível em: https://florianopolis.celk.com.br/lista-publica – Acesso em: 26 abr. 2025.

CELK SAÚDE. Relatório de atividade em grupo. [s.d]. Disponível em: https://florianopolis.celk.com.br/unidadesaude/atividadegrupo/relatorio/relatorioRelacaoAtividadeGrupo?8&cdPrg=390 – Acesso em: 26 abr. 2025.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. Informações de Saúde. [s.d]. Disponível em: https://sus.floripa.br/info/. Acesso em: 26 abr. 2025.

TAVARES, A. L. B.; NETO, L. L. S.; CAMPOS, E. M.; FORTES, S. Desafios e potencialidades na implantação de uma experiência de matriciamento em saúde mental na atenção primária. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 3726, 2023. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3726. Acesso em: 13 abr. 2025.

ZORZI, V. N. de.; MARTINS, S. S. da.; MACEDO, D, A.; SANGIONI, L. A. Promoção de Saúde Mental na atenção primária: o papel dos grupos de saúde na perspectiva de usuários e profissionais. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 28, p. e230447, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/frwSGcmyj4WQQNSSfShMytb/. Acesso em: 13 abr. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Clara SuellenLacerda Arruda	**Especialização em curso**	**escola de saúde pública de florianópolis**
Clara Suellen Lacerda Arruda	**Especialização em curso**	**Secretaria Municipal de Florianópolis**
Aline Oliveira Albuquerque	**Pós-graduado(a)**	**Secretaria Municipal de Florianópolis**
Márcia de Oliveira	**Doutorando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

Grupo de Mercado de Trabalho como Possibilidade de Inserção Social de Adolescentes em um CAPS Infantojuvenil

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução: no ano de 2021, a partir de um levantamento da demanda trazida pelos adolescentes em atendimento no CAPSi sobre as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, compreendeu-se ser este mais um fator que favorecia a manutenção dos sintomas do sofrimento psíquico. A relação do ser humano com o trabalho vai além da questão de meio de subsistência, sendo mais uma forma de troca do indivíduo com o mundo. Consolidar essas trocas vai de encontro com a principal bandeira da reforma psiquiátrica, a efetiva Reabilitação Psicossocial por meio do cuidado em liberdade. Com base nestas reflexões, utilizando-se dos equipamentos disponíveis no território, iniciou-se uma categoria de atendimento diferenciado para este público, a partir da articulação da equipe multiprofissional com setores/serviços específicos de programas de jovem aprendiz existentes no município de Jaraguá do Sul. Desenvolvimento: inicialmente as ações foram focadas na figura da assistente social, que buscou estabelecer as parcerias com CIEE, SENAI/SESI e o RH do município, proporcionando encontros para orientação e capacitação. A partir dali, estabeleceram-se atendimentos individuas voltados para orientação ao mercado de trabalho – emissão de carteira e elaboração de currículo – além dos encaminhamentos para vagas disponíveis por meio do CIEE. Num segundo momento, foram criadas oficinas de Mercado de Trabalho, onde discute-se objetivos de vida, gerenciamento de emoções, autoestima, segurança na entrevista, entre outros temas. Resultados: a equipe como um todo observou que, mesmo em situações de depressão ou ansiedade em estágio moderado com ideação suicida ou até histórico de tentativas, ou ainda adolescentes em situação de risco pelo uso abusivo de SPA's ou envolvimento com o tráfico, foi possível uma reversão da gravidade do quadro e redução considerável dos sintomas. Conclusão: para o adolescente se desenvolver de forma saudável é fundamental que vivencie trocas saudáveis com o mundo e as Oficinas de Mercado de Trabalho foram o diferencial nos atendimentos do CAPSi. A possibilidade do adolescente experimentar relações

saudáveis, elevar a autoestima, desenvolver autonomia, ampliar perspectivas de futuro e descobrir seus próprios potenciais, endossam o princípio de que deve-se olhar o indivíduo para além da sua patologia, como protagonista de sua própria promoção de saúde.

Referências

BRASIL. Cadernos de Atenção Básica nº 34. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Linha de Cuidado para Atenção à Saúde Mental. 2019. Disponível em: file:///home/usuario/Downloads/linha%20de%20cuidado%20para%20aten%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20sa%C3%Bade%20mental-2.PDF. Acesso em: 30 abril 2025

ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 533-550, set/dez 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/T8BLxBwGfzYW8B99m9YYysG/ Acesso em: 05 mai 2025

RODRIGUES, R. C.; MARINHO, T. P. C.; AMORIM, P. Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. Ciência & Saúde Coletiva, 15 (Supl. 1), p. 1615-1625, jun, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/vtKt5qgFCcB3qZMTqYYWTNH/ Acesso em: 23 abril 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Ana Raquel Rodrigues Klippel	**Pós-graduado(a)**	**Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul**
Michelle Carvalho	**Especialização concluída**	**Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul**
Olívia Dias Lima	**Pós-graduado(a)**	**Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul**

Juliana Francine Maba Ramos	**Graduado(a)**	**Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul**
Schayane Castro Lima	**Graduado(a)**	**Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul**

Grupo Ludicamente: Criatividade, Vínculo e Protagonismo no Cuidado em Saúde Mental no CAPS AD III em Palmas - Tocantins

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução: Uma das modalidades de atendimento a pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas dentro do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas III - CAPS AD III de Palmas - TO é o atendimento em grupo. Neste sentido, esta experiência visa apresentar brevemente uma das vivências a partir da facilitação do grupo chamado "Grupo Ludicamente", uma proposta terapêutica que utiliza jogos e dinâmicas como estratégia de cuidado em liberdade. Dentre as atividades vivenciadas, destaca-se a "Caixa dos desafios", idealizada a partir da iniciativa de um dos participantes do grupo, usuário do serviço e em situação de vulnerabilidade social. Ao encontrar uma caixa de papelão descartada, ele propôs ao grupo a construção de um jogo coletivo, promovendo a interação, fortalecendo vínculos, autoestima e o sentimento de pertencimento. A experiência reforça o valor do protagonismo dos usuários na criação de dispositivos terapêuticos sensíveis, acessíveis e potentes. As práticas lúdicas e colaborativas no contexto da saúde mental são estratégias potentes no cuidado em liberdade. Elas promovem autonomia, vínculos, senso de pertencimento e reabilitação psicossocial. Este trabalho relata a experiência de uma atividade terapêutica no CAPS AD III de Palmas - TO, que envolveu a construção coletiva e o uso simbólico de uma caixa de papelão como alvo para arremessos, a partir da proposta de um usuário em situação de rua acolhido no serviço. A atividade, conduzida com grupos divididos por cores, estimulou capacidades motoras, cognitivas, mentais e sociais. Objetivo: Promover a reabilitação psicossocial de usuários do CAPS AD III por meio de uma atividade lúdica e cooperativa, estimulando habilidades motoras, cognitivas, mentais e sociais, além trabalhar o fortalecimento do vínculo entre os participantes e a equipe. Metodologia: A atividade foi realizada no CAPS AD III, com usuários ativos do serviço, conduzida pelo Profissional de Educação Física residente em Saúde Mental. A proposta nasceu da iniciativa do Grupo Ludicamente em que a atividade do encontro era a criação dos materiais necessários para a produção da “Caixa dos

desafios”. Na oportunidade um dos usuários encontrou uma caixa de papelão rasgada na rua e a trouxe para o dia do grupo. A partir disso, o grupo construiu coletivamente o dispositivo de jogo: a “Caixa dos desafios”. A atividade foi desenvolvida realizando a pintura da caixa e o recorte de três furos em diferentes alturas e tamanhos, simbolizando alvos com pontuações distintas 10 pontos - furo maior, 15 pontos - furo mediano e 20 pontos - furo menor. Após a reforma e organização da caixa, nos dividimos em duas equipes com camisas numeradas na cor vermelha e azul, os participantes se organizaram para lançar bolinhas de papel nos orifícios da caixa com 150 centímetros distantes do alvo. Cada alvo representava uma pontuação específica na própria caixa. A atividade foi realizada em fila, com revezamento e incentivo mútuo entre os participantes, respeitando regras simples e valorizando o espírito coletivo. Resultados e discussão: A atividade teve grande adesão dos usuários, promovendo engajamento, motivação e cooperação entre os participantes. A partir da construção da caixa, observou-se a apropriação simbólica do espaço por parte dos usuários, especialmente daquele que trouxe o material inicial que virou patrimônio do serviço, reforçando sua autoestima e protagonismo dentro deste processo. A partir do jogo, foram estimuladas capacidades físicas (como coordenação motora, velocidade), cognitivas (atenção, percepção visual e espacial, resolução de problemas, criatividade e memória), e emocionais (acolhimento, confiança e auto pertencimento). Desse modo, por meio do grupo terapêutico foi possível realizar a prática da redução de danos e cuidado continuado para os participantes. Ademais, mostrou-se eficaz como recurso terapêutico, possibilitando o fortalecimento de vínculos entre usuários e equipe e a ampliação dos sentidos atribuídos ao cotidiano no serviço. Considerações finais: A experiência mostrou-se potente na promoção da saúde mental dentro do modelo de cuidado em liberdade e protagonismo do usuário. O jogo estruturado em torno da “Caixa dos desafios” como manifestação corporal, estratégia não invasiva e terapêutica em situações de sofrimento psíquico podem ir além dos benefícios biológicos. Na oportunidade ressignificou o cotidiano do grupo ludicamente no CAPS AD III, ampliando o campo terapêutico para além de processos patológicos, medicalização na perspectiva e ambiente de saúde mental (Almeida e Gomes, 2014; Machado e Da Silva, 2025).

Referências

ALMEIDA, M. R.; GOMES, R. M. Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde doença. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 155-175, jan./abr. 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2728. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps. Acesso: 29 de jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolida normas sobre as redes do SUS. Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017ARQUIVO.html. Acesso: 29 de jul. 2025.

OLIVEIRA, Bérgson Nogueira de et al. Práticas corporais na construção do corpo e como componente terapêutico: Reflexões a partir da experiência em um CAPS III. Psicologia em Estudo, v. 29, p. e57123, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/8BkbyPr8vVqDRFWHCqM8nhH/?lang=pt. Acesso: 31 de jul. 2025.

MACHADO, Luiz Fernando Lima; DA SILVA, Flávia Gonçalves. Práticas dos profissionais de Educação Física na atenção psicossocial em saúde mental. Pensar a Prática, v. 28, 2025. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fef/article/view/79866/42586. Acesso: 31 de jul. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Vitor Hugo Céspedes Huaccho	**Pós-graduado(a)**	**FESP**
Plácido Lúcio Rodrigues Medrado	**Mestre(a)**	**FESP-TO**
Andréia Andrade Alves	**Especialização concluída**	**FESP-TO**
Thaís Giselle Maia da Silva	**Especialização concluída**	**FESP-TO**

Raidon Charles Teixeira de Melo	**Especialização concluída**	**Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS)**

Grupo Terapêutico para Adultos Autistas: Relato de Experiência em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que se manifesta ao longo da vida e frequentemente está associada a comorbidades psiquiátricas, como depressão , transtornos de humor, ansiedade e esquizofrenia. A transição do atendimento infantil para o adulto em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) representa um desafio significativo, especialmente em casos com elevada agressividade e ansiedade, que prejudicam a funcionalidade e a qualidade de vida dos indivíduos autistas. Profissionais e familiares frequentemente expressam preocupações sobre a adaptação dos usuários ao novo ambiente. Apesar da crescente necessidade de intervenções específicas para adultos com TEA, a literatura aponta uma escassez de estudos dedicados a essa população, ressaltando a urgência de desenvolver práticas terapêuticas que promovam a autonomia e a socialização desses indivíduos. OBJETIVO: Este trabalho visa relatar a experiência de um Terapeuta Ocupacional na condução de um Grupo Terapêutico com adultos autistas, nível de suporte 1, em um CAPS II na região metropolitana de Florianópolis, destacando a importância de um modelo de atendimento que atenda às particularidades do autismo na fase adulta. METODOLOGIA: O Grupo Terapêutico realiza encontros quinzenais, focando na promoção da interação social, estimulação cognitiva e reestruturação das atividades diárias. As metodologias utilizadas favorecem a troca de experiências, incluindo dinâmicas de grupo e discussões sobre a vivência cotidiana dos participantes. A avaliação dos progressos é contínua, com observações e feedback dos participantes, considerando suas percepções sobre as atividades e seu impacto nas vidas diárias. RESULTADOS: Os encontros seguem resultando em melhorias na interação social, redução dos sintomas de ansiedade e um aumento na percepção de autonomia nas atividades diárias. Os participantes relatam maior satisfação ao pertencer a um grupo que compreende suas experiências e singularidades, o que diminuiu a sensação de isolamento e promoveu um ambiente acolhedor e de troca. CONSIDERAÇÕES

FINAIS: A experiência do Grupo Terapêutico enfatiza a importância de abordagens específicas para adultos com TEA no contexto da saúde mental. É crucial que as equipes multiprofissionais estejam preparadas para atender essa população, implementando intervenções que considerem suas necessidades e desafios. A continuidade de pesquisas e práticas voltadas à saúde mental de adultos autistas é vital para garantir um cuidado eficaz e inclusivo, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos.

Palavras-chaves: Atenção Psicossocial; Autismo; Saúde Mental.

Referências

BARROS, Ariel Mercya et al. O CUIDADO DADO AO ADULTO COM AUTISMO NA REDE DE SAÚDE MENTAL. TCC-Psicologia, 2023.

PAIVA, Gabriel Silveira de et al. Transtorno do Espectro Autista em adultos: diagnóstico e manejo clínico. Brazilian Journal of Health Review, v. 8, n. 2, p. e78300-e78300, 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Bárbara Severino Lopes	**Especialização concluída**	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**
Antônio Marcos Nunes Passinho	**Pós-graduado(a)**	**Universidade Federal do Maranhão**

Hidromente: Práticas Corporais no Cuidado Integral de Usuários Durante Acolhimento 24 Horas No CAPS Ad III Em Palmas – TO

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução: O cuidado em liberdade no campo da saúde mental exige abordagens ampliadas e práticas interdisciplinares que articulem dimensões psicossociais, culturais e corporais. Nesse contexto, o uso das práticas corporais como estratégia terapêutica não medicamentosa tem sido uma abordagem direcionada para promoção de saúde e reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento mental associado ao uso problemático de álcool e outras drogas. Este trabalho apresenta o relato da experiência do grupo "Hidromente", desenvolvido no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS AD III) de Palmas - TO, como estratégia de cuidado humanizado e integral através da prática da hidroginástica. Objetivo: Relatar uma experiência desenvolvida com os usuários em acolhimento na modalidade 24h no CAPS AD III de Palmas/TO, no qual foi realizada por meio da inserção de práticas corporais aquáticas, com foco na reabilitação psicossocial, na redução de danos, no fortalecimento de vínculos e no estímulo à autonomia. Metodologia: A experiência foi realizada no CAPS AD III de Palmas – TO, unidade pública que integra a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e atende pessoas em sofrimento mental relacionados ao uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. Uma das modalidades de atendimento no CAPS AD III é oferecer acolhimento integral com possibilidade de permanência por até 14 dias de acordo com a portaria regente, e, conforme critérios clínicos e psicossociais definidos pela equipe. As atividades do grupo “Hidromente” iniciaram em 06 de dezembro de 2024, no turno vespertino, com o uso da piscina do serviço. A atividade foi realizada com 3 a 5 sessões semanais de hidroginástica, com duração de 45 a 60 minutos, adaptadas às condições climáticas e às particularidades clínicas dos acolhidos 24 horas. As atividades foram conduzidas por Profissional de Educação Física vinculado à residência multiprofissional em saúde mental, com apoio da equipe técnica e regência pelo Projeto Terapêutico Singular (PTS). A hidroginástica oferece benefícios na redução de sintomas de ansiedade, depressão e abstinência, bem

como no condicionamento físico e na qualidade de vida. Resultados e discussão: Apesar dos desafios climáticos (chuvas e instabilidade no tempo), o grupo foi iniciado com a participação de usuários acolhidos na modalidade 24 horas. Dentre os principais desafios enfrentados destacaram-se: baixa adesão nos primeiros dias, devido à condição clínica dos acolhidos em fase de abstinência, adaptação medicamentosa, dificuldade motora e insegurança aquática de alguns usuários, que nunca haviam entrado em uma piscina. Foi observado se os pacientes estavam aptos para realização da aula de hidroginástica considerando critérios clínicos, a adaptação medicamentosa e a fase de acolhimento 24 horas visando garantir segurança durante o exercício físico. A prática da hidroginástica gerou relatos espontâneos de melhora no humor, sensação de bem-estar, disposição física e ocupação durante o período em acolhimento 24 horas, além da oferta de outras atividades. Usuários relataram sentir-se valorizados por participarem de uma atividade diferente, lúdica e ao ar livre. O grupo também fortaleceu o sentimento de pertencimento e convivência entre os acolhidos. Do ponto de vista técnico-assistencial, a ação reforça a importância da clínica ampliada, da atenção centrada na pessoa e da articulação entre saberes no campo da saúde mental (Brasil, 2007). O grupo de hidroginástica, denominado "Hidromente", reafirma a potência das práticas corporais como recurso terapêutico eficaz, sobretudo em serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico e manicomial conforme preconizado pela Política Nacional de Saúde Mental. Considerações finais: O grupo "Hidromente" demonstrou ser uma proposta viável no contexto do CAPS AD III, integrando o cuidado físico e psíquico por meio da atividade aquática. A experiência contribuiu para a humanização do atendimento, a redução de danos, a ressignificação dos vínculos e a promoção da autonomia dos usuários acolhidos.

Referências

BRASIL. Portaria nº 130, de 26 de janeiro de 2012. Estabelece diretrizes para CAPS AD III. Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0130_26_01_2012.html. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Portaria nº 854, de 22 de agosto de 2012. Define o acolhimento noturno nos CAPS. Ministério da Saúde. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/sas/Links%20finalizados%20SAS%202012/prt0854_22_08_2012.html. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 60 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

DE AMORIM ALMEIDA, Vitória et al. Práticas integrativas e complementares na rede de saúde mental: inserção e desafios. Revista Psicologia em Foco, v. 15, n. 21, p. 262-275, 2025. Disponível em: https://revistas.fw.uri.br/psicologiaemfoco/article/view/4392/3892. Acesso em: 31 jul. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Vitor Hugo Céspedes Huaccho	**Pós-graduado(a)**	**FESP**
Plácido Lúcio Rodrigues Medrado	**Mestre(a)**	**FESP-TO**
Andréia Andrade Alves	**Especialização concluída**	**FESP-TO**
Thaís Giselle Maia da Silva	**Especialização concluída**	**FESP-TO**
Raidon Charles Teixeira de Melo	**Especialização concluída**	**Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS)**

Impactos da Lógica Produtivista na Saúde Mental de Assistentes Sociais

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

No Brasil, vivemos um contexto de continuada redução de empregos formais, com acirrados índices de desemprego de uma população que depende exclusivamente do trabalho para sobreviver, o que torna imperioso refletir sobre os impactos da lógica produtivista na vida de trabalhadores(as), sobretudo, na saúde mental, a partir da experiência do trabalho no capitalismo. Cada vez mais, a classe trabalhadora presencia o desgaste de suas conquistas históricas, especialmente, relacionadas aos direitos sociais, em consequência da lógica destrutiva do capital, acumulando jornadas extensas de trabalho, frequentemente em condições precárias, mesmo em contexto de amplo desenvolvimento tecnológico que, a princípio, deveria contribuir para a superação da dimensão de sofrimento do trabalho. Todavia, as tecnologias exigem enorme esforço de adaptação dos(as) trabalhadores(as), em vez de alívio, pois dispensam o espaço físico e exigem a recriação do tempo e o uso do tempo, retirando de nós o tempo para si e para o outro.

Tais tensões e pressões do sistema produtivo, cada vez mais exigente e precarizado, através da instabilidade, intensificação produtiva e fragilização dos vínculos empregatícios, são considerados como fatores estruturantes para o adoecimento mental que impactam diretamente os corpos e mentes de trabalhadores(as) e, assistentes sociais, por sua vez, atuam diretamente com as expressões da questão social, ou seja, em contexto de pobreza, violação de direitos e vulnerabilidade social que se acirram ao longo do tempo.

COMERCIALIZAÇÃO DO TEMPO NO CAPITALISMO

Após a década de 1970 com a acentuação da crise do capital, estagnação econômica e esgotamento do modelo de produção fordista taylorista, o mundo passa por transformações em diversas áreas da vida social, especialmente, no mundo do trabalho, que articula um conjunto de medidas para recomposição do capital a partir da reestruturação produtiva, que constitui uma nova forma de

organização e gestão do trabalho, através do modelo de produção toyotista, que tem como característica a produção flexível, trabalhos terceirizados e tem como princípio o just-in-time.

O toyotismo se destaca enquanto responsável por incorporar um caráter polivalente na construção de sujeito, ou seja, um trabalhador que possa atuar em diversas funções, distanciando-se do trabalho especializado. Dessa forma, "[...] está polivalência gerou um aumento na produtividade à medida em que se tornou um componente intensificador da jornada de trabalho [...]" (Maior, 2020, p. 41). Considerando a centralidade adquirida pela flexibilização na distribuição e intensidade da jornada de trabalho, enquanto estratégia de exploração aliada à inserção das tecnologias, se torna um processo de comercialização do tempo e da vida dos(as) trabalhadores(as), já que a porosidade do trabalho é diminuída proporcionalmente ao aumento da produtividade.

Nesse sentido, o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) com a finalidade de atender aos objetivos da acumulação capitalista, intensificam o processo de precarização e adoecimento mental dos(as) trabalhadores(as). A esse respeito, Antunes (2018) aprofunda a crítica ao destacar que o atual modelo de trabalho gera o que ele denomina de "sociedade dos adoecimentos no trabalho". O autor aponta que a lógica da acumulação flexível, ao dissolver direitos históricos da classe trabalhadora, impõe novas formas de exploração que incidem sobre a saúde mental dos trabalhadores, inclusive aqueles vinculados ao setor público e às políticas sociais. A gestão por metas e a fragmentação das jornadas são mecanismos estruturais que individualizam o sofrimento, tornando-o silencioso e naturalizado no interior das relações sociais. Nesse contexto, o adoecimento psíquico não é um desvio, mas uma consequência lógica das formas atuais de organização do trabalho.

Raichelis (2011) reforça essa perspectiva ao afirmar que o(a) assistente social é um(a) trabalhador(a) assalariado(a), inserido(a) na divisão sociotécnica do trabalho e submetido(a) à lógica da produtividade. A autora enfatiza que a precarização do trabalho, nesse campo, é marcada por vínculos empregatícios instáveis, baixos salários, falta de reconhecimento profissional e ausência de perspectivas de progressão na carreira. Soma-se a isso a insuficiência de condições técnicas e materiais para a realização do trabalho, o que acarreta um processo contínuo de adoecimento mental.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Uma das controvérsias do capitalismo se dá pelo fato de que a mercadoria força de trabalho se torna cada vez mais defasada, graças à dinâmica de trabalho extenuante peculiar, corroborando para doenças psicossomáticas e relacionadas à saúde mental. Apesar de, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, fruto da luta incessante dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), a jornada de trabalho legalizada não ultrapassar 8 horas diárias e 44 horas semanais, essa realidade só foi possível com a firme atuação do movimento sindical. Contudo, as condições laborais impostas pelo capitalismo, na realidade contemporânea, pela excessiva exploração, não possibilita ao trabalhador médio tempo para cuidar da sua saúde física e mental.

No contexto do Serviço Social, a análise do adoecimento mental exige uma perspectiva que abarque as condições objetivas e as subjetividades envolvidas em seu cotidiano. O adoecimento mental de assistentes sociais, intensificado na contemporaneidade como uma expressão direta das transformações do mundo do trabalho sob a égide do capitalismo neoliberal, não deve ser analisada de forma isolada ou individualizada, pois está intrinsecamente relacionada à precarização das relações laborais, à intensificação das exigências institucionais e à sobrecarga mental provocada pela convivência diária com as expressões da questão social. O Serviço Social, ao ser permeado por contradições estruturais, apresenta-se como um espaço marcado pela tensão entre os princípios do projeto ético-político da profissão e as imposições da lógica produtivista, centrada em metas, resultados imediatos e controle gerencial.

A luta de assistentes sociais brasileiros(as) pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, consolidada na Lei 12.317/2010, expressa um marco significativo na história da classe trabalhadora, refletindo o enfrentamento às condições precárias impostas pelo modo de produção capitalista, como intensas jornadas de trabalho e escassez de recursos, especialmente, na atuação em contexto de pobreza, que resultam em fadiga física, mental e emocional. Nesse cenário, o contexto da saúde mental está profundamente entrelaçado ao significado sócio-histórico dessa luta. Além disso, a conquista e efetivação da Lei 12.317/2010 são compreendidas como elementos centrais para materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, em favor da classe trabalhadora e da qualidade dos serviços prestados à população. A redução da jornada se apresenta não apenas

como uma valorização profissional, mas como uma medida essencial para a saúde de trabalhadores(as), enfrentando os impactos do capitalismo contemporâneo sobre suas vidas e condições laborais, ainda que persistam desafios para sua plena efetivação e superação de questões relacionadas à saúde mental e ao ambiente de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, torna-se urgente ampliar o debate sobre a saúde mental no Serviço Social, superando as abordagens individualizantes e reconhecendo o adoecimento mental como expressão da contradição entre trabalho e capital em um sistema que mercantiliza o tempo e a força de trabalho. A defesa da implementação da redução da jornada de trabalho, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, se constitui como um elemento fundamental na construção de estratégias coletivas de resistência ao adoecimento, assim como o fortalecimento de um novo projeto societário que coloque a vida acima da lógica do capital. Compreender o adoecimento mental como uma questão estrutural e política é um passo essencial para a defesa da saúde dos(as) trabalhadores(as) do Serviço Social e da qualidade dos serviços prestados à população. Além disso, a redução da jornada de trabalho, por sua vez, é considerada estratégica para a diminuição da sobrecarga e desgastes psíquicos, contribuindo potencialmente para o aumento da qualidade de vida dos(as) profissionais, no conjunto das suas relações sociais.

Referências

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. LEI 12.317 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm Acesso em 20 maio 2025.

MAIOR, N. A contrarreforma trabalhista brasileira e a (des) padronização da jornada de trabalho: expressões da flexibilização irrestrita. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, p. 162. 2020.

RAICHELIS, R. (2011). O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serviço Social & Sociedade, (107), 420–437. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003 Acesso em 06 maio 2025.

SILVA, C. Significado sócio-histórico da luta pela jornada de trabalho de 30 horas semanais para o assistente social brasileiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, p. 156. 2014.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Maria Rayane de Siqueira Santos	**Graduando(a)**	**UFSC**
Anna Lídia Rossini Ferrari	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Eliete Cibele Cipriano Vaz	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Fernanda Assis Astorino	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Maria Vitória de Araújo Machado	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**
Rafael Rodrigues Barros	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Invencioteca da Estação: Uma proposta de interlocução entre arte, saúde mental, e a cidade.

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

O seguinte trabalho visa explanar a respeito de um feliz encontro entre a arte, a saúde mental e a cidade tendo, como produto, uma relação de agenciamento muito potente, através da apresentação do projeto da Invencioteca da Estação, um programa de extensão vinculado à UFSM e desenvolvido no Ateliê da Estação, em Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul.

O programa objetiva a proposta de atividades interdisciplinares entre arte e saúde mental a fim de promover um espaço de criação artística e manual possível para a população em situação de vulnerabilidade social, territorial e afetiva e que se encontre em sofrimento devido a limitações e discriminações urbanas, preconceitos socioculturais e exclusão social.

O cronograma do projeto conta com a realização de oficinas de arte, intermediadas por extensionistas, uma professora e estudantes da área da graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a fim de defender a criação e a manualidade enquanto dispositivos de encontro e criação. Lima e Pelbart (2007) relembram-nos de que, para averiguar a interlocução entre a expressão artística e a saúde mental, é preciso levar em consideração a configuração histórica na qual a arte é composta com a clínica ou a loucura, de modo a relativizar essa relação de acordo com o tempo que vivemos.

Agenciar, conforme explicita Fonseca (2012, pg. 29), é o contrário de fazer pelo outro, como poderia ser pensado num primeiro momento. A situação de um agenciamento, conforme a filosofia deleuziana, corresponde a uma tarefa de criação científica ou artística mas, sobretudo, a uma sensação trabalhada coletivamente, na movimentação de componentes humanos e inumanos, mais ou menos substanciais. Um trabalho assinado por ninguém e por todos. É uma atitude coletiva e sem sujeito. É a implicação rizomática de todos os corpos componentes mas, para além e principalmente, daquilo que não medimos em quilogramas ou metros quadrados: aquilo que, naquele momento, nos atravessa e nos ocupa inevitavelmente. Os

ruídos, os fluidos, os espantos e os sentidos. As revelações, identificações, ressalvas, protestos e percepções. A afetação. A heterogeneidade inteira que condiciona as diferentes manifestações sensíveis e que compactua com o seu atravessamento. Que acontece entre os caminhos, desvios, asfaltos e esquinas que os decretam a um único movimento, uma única cena, uma só memória. Somente um terreno de apenas uma cidade.

Referências

FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. Pesquisar na Diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; PELBART, Peter Pál. Arte, clínica e loucura: um território em mutação. História, ciências, saúde-Manguinhos, v. 14, p. 709-735, 2007.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Liana de Mello Trindade	**Especialização concluída**	**Autônoma**
Nathaly Santariano Leguiça	**Graduado(a)**	**UFSM**

Ivone Lara, Serviço Social e Saúde Mental

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução:

Apresentamos reflexões da disciplina “Serviço Social e Saúde” no curso de Serviço Social da UFSC, afim de contribuir para visibilização da história de uma das maiores sambistas brasileiras, assistente social e protagonista no campo das práticas de arte na saúde mental: Dona Ivone Lara; bem como refletir sobre atribuições contemporâneas do assistente social na saúde mental e a utilização da arte como mediação de trabalho.

Compreendemos que a trajetória artística e profissional de Ivone Lara é de grande importância para pensarmos o trabalho do assistente social na contemporaneidade, considerando ser uma profissão que parte da perspectiva do conceito de saúde ampliada, considerando determinantes sociais da saúde, resultando na necessidade de práticas inovadoras e criativas, dentre elas, ações no artístico na perspectiva do projeto ético político profissional associado à luta por uma sociedade sem dominação e exploração de classe, raça/etnia, gênero e demais opressões. Por esse motivo, é relevante exaltarmos a história de uma mulher negra, assistente social, trabalhadora da saúde mental e sambista.

Ivone lara, Serviço Social e Saúde Mental

O Serviço Social brasileiro tem buscado nas últimas décadas se apropriar de temas que contribuem para um trabalho comprometido com sua direção ético política que busca o rompimento com o histórico conservadorismo que acompanha a profissão desde sua gênese, trazendo aos debates a Questão Étnico-racial e a Saúde Mental e como uma das mediações para compreensão e intervenção na realidade, os estudos sobre expressões culturais e artísticas, em particular àquelas colocadas no campo das resistências frente aos sistemas de dominação e exploração da sociabilidade capitalista brasileira.

Nos cabe evidenciar a história de uma personagem de relevância para a profissão, uma mulher negra, sambista, assistente social e referência no uso da arte na saúde mental. Ivone Lara não apenas rompeu barreiras raciais e de classes ao se formar

enfermeira e assistente social, mas também preservou expressões culturais afro-brasileiras através do samba, construindo uma identidade que unia o trabalho social à resistência cultural. Sua história revela como, dentro dos limites históricos, sociais e culturais da época, essas mulheres conseguiram avanços. Assim, a trajetória de Ivone Lara é um marco significativo tanto para a história do Serviço Social, para a Saúde Mental e para o Samba (Scheffer, 2016). Ivone Lara nasceu em abril de 1921 no Rio de Janeiro, onde também foi criada e faleceu em 2018 (Nobile, 2018). Conhecida como a Primeira Dama do Samba, alcança espaços negligenciados para as mulheres na música, e tem seu protagonismo na história da luta da saúde mental no Brasil.

Scheffer (2016) narra a experiência de Ivone no Centro Psiquiátrico D. Pedro II, Engenho de Dentro (RJ) com a Psiquiatra Nise da Silveira que revolucionou o tratamento para transtornos mentais com o acréscimo das terapias grupais, com o uso da expressão livre da criatividade em pintura, música e animais, tendo as duas elaborado estratégias revolucionárias para o momento.

É possível perceber que os resultados do pioneirismo de Ivone e Nise contribuíram para a forma como as ações realizadas hoje ocorrem, com o uso de música, teatro, pintura, argila, etc. Assistentes sociais que formam as equipes de saúde mental, considerando as expressões da questão social e como são vivenciadas pelos usuários, participam desse processo, demarcando a necessidade da observação das múltiplas determinações da saúde, não se limitando ao olhar individual no tratamento, dando sua contribuição enquanto trabalhador da saúde mental.

A atenção para as “histórias que a história não conta” nos aproxima de perspectivas criativas e propositivas, o perfil profissional exigido de um assistente social na contemporaneidade. Posto isso, observamos como pode ser esse trabalho na contemporaneidade e como o uso da mediação da arte pode ser uma possibilidade de trabalho na lógica de práticas propositivas e criativas com horizonte da emancipação humana e contribuição na luta por uma sociedade sem dominação e exploração de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade e as diversas modalidades de opressão que sustentam e estruturam o sistema capitalista em suas particularidades brasileiras.

No documento “Parâmetros para atuação do assistente social na saúde” estão postos quatro eixos de trabalho: “[...] atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria,

qualificação e formação profissional” (CFESS, 2010, p.41). Dentro do eixo “atendimento direto aos usuários” está o trabalho realizado nos Centros de Atenção Psicossocial - os CAPs; tratam-se de ações [...] socioassistenciais, as ações de articulação interdisciplinar e as ações socioeducativa.” (CFESS, 2010, p.42).

O assistente social trabalha no enfrentamento das expressões da questão social “[...] que atravessam a Saúde Mental, no plano macrossocial, no geral, envolvem as repercussões das desigualdades sociais da sociedade capitalista; a violência institucional; o estigma; a exclusão de direitos [...]” (Rosa, Lustosa, 2012, p. 47).

Importante deixarmos explícito nosso posicionamento ético, em respeito aos limites técnicos e teórico-metodológicos, explicitados pelas normativas da categoria. Assim o que cabe a este profissional é a construção de uma

[...] prática reflexiva, que possibilita aos usuários a análise e desvendamento das situações vivenciadas por meio de reflexão crítica estimulada pelo assistente social, de forma que o usuário consiga captar, na medida do possível, o movimento da realidade social e, consequentemente, participar, de forma consciente, do processo de transformação dessa realidade enquanto ser histórico. Esse processo deve priorizar a atenção coletiva, em grupo, o que possibilita a troca de experiência entre sujeitos, a manifestação da força que a organização tem e da condição de classe dos sujeitos envolvidos" (CFESS, 2010, p.56)

Posto o que é próprio do trabalho do assistente social na saúde mental, pontuamos o posicionamento que alguns estudiosos da arte na área têm produzido:

A arte é importante instrumento de reprodução do ser social. Exprimimos através do traço, da cor, do som, dos gestos– sentimentos, valores, hábitos, costumes, indignações, paixões, modos de ver o mundo, a vida, a nós mesmos e materializamos na pintura, na dança, na culinária, na escultura, na dramatização, na arquitetura, na música, nossas objetivações, em parte histórica e socialmente construídas, em parte histórica e socialmente determinadas, possibilitando que sejam apreendidas pela razão e sensibilidade do outro [...] (Prates, 2007, p. 224).

Assim, compreendemos poder utilizar da “[...] arte como instrumento pedagógico, a partir do qual processos sociais reflexivos podem ser mediados, contribuindo para ações organizativas e educativas [...] (Prates, 2007, p.221).

Conclusões

Ressaltamos a história de Ivone Lara desenvolvendo produções artísticas junto aos pacientes, resultando em produções e avanços na saúde mental e após isso,

chegamos na contemporaneidade com as conquistas profissionais e observamos o potencial da utilização da arte em nosso trabalho.

Considerando a arte como instrumento de trabalho, reforçamos a sua importância na mediação de processos reflexivos, que contribuem para práticas organizativas e educativas alinhadas aos princípios do Serviço Social, ampliando as possibilidades de leitura da realidade e favorecendo o desenvolvimento de intervenções que reconheçam sujeitos em sua totalidade. Dessa forma, a arte pode contribuir para a ressignificação das práticas e a construção de processos mais criativos, críticos e emancipatórios. E assim como no samba, "ginga na cadência que é a vida, apesar de tão sofrida faz o mal se afastar..."

Esperamos com nossa breve reflexão, provocar a curiosidade para mais reflexões acerca das contribuições que a mediação artística pode ter para o Serviço Social na Saúde Mental.

Referências

CFESS. Parâmetros da atuação do Assistente Social na saúde. CFESS, 2019.

OBILE, Lucas. Dona Ivone Lara: a Primeira-Dama do Samba. 2° ed. Rio de Janeiro: Sonora Editora, 2018.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v.6 p.221-232. 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8008/2/A_arte_como_materia_prima_e_instrumento_de_trabalho_para_o_Assistente_Social.pdf>. Acesso em 27 maio 2025.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; LUSTOSA, Amanda Furtado Mascarenhas. Afinal, o que faz o Serviço Social na saúde mental? Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635023/2878>. Acesso em: 20 maio de 2025.

SCHEFFER, Graziela. Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ns7LLKhc85GndG4DnmqGDtN/. Acesso em: 8 maio 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Mariane Suzze Pereira	**Doutorando(a)**	**UFSC**
Emilly Gomes Folster	**Graduando(a)**	**UFSC**
Maria Eduarda da Silva Santos	**Graduando(a)**	**UFSC**
Maria Luiza Simas Sumienski	**Graduando(a)**	**UFSC**
Rafaela Jad Dutra	**Graduando(a)**	**UFSC**

Klínica da Toca: múltiplas perspectivas

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

As áreas psis se configuram como um campo em tensionamento, permeado por diferentes saberes e múltiplos caminhos de atuação. Por vezes, esse exercício profissional opera como regulador de vida, exercendo controle sobre os corpos, pois parte de um entendimento hegemônico de subjetividade, que se produz pela lógica individualista e reproduz receitas instituídas com intuíto de normalização. Na contramão dessas perspectivas, a antipsiquiatria carrega, no seu olhar sobre o mundo, um caráter político e plural, que amplia as noções de subjetividade à produção coletiva, dinâmica e transformadora (Guattari,1981).

Nesse sentido, ao entender que a produção de si e do mundo se dá no entre, construído na capacidade de afetar e ser afetado, Rolnik (2015) posiciona o híbrido arte/clínica como uma possibilidade de produzir fissuras nos muros cristalizados, uma vez que essa zona fronteiriça entre a arte e a clínica é experienciar potências no viver e inventar a própria existência. Esta proposição da hibridação tensiona os campos cristalizados de conhecimento e traz, nessa zona fronteiriça, a potência de crítica e de criação do cuidado que se efetiva nos encontros (Rolnik, 2015).

Neste resumo expandido, cartografamos a partilha entre dues pesquisadores sobre a produção artística como dispositivo do cuidado em saúde mental, realizado no laboratório Toca – práticas para transformar o mal-estar em invenção. A Toca nos proporcionou a aproximação inicial, as trocas possibilitaram afinidades teóricas, e os afetos que permearam os encontros confluíram em multiplicidades existenciais. O laboratório foi criado como desdobramento da pesquisa de mestrado de uma das autoras, a partir da necessidade de experimentar coletivamente as intersecções entre arte e clínica, o outre autor entrou como participante e a experiência construiu uma nova coisa, um lugar de interstício.

A pesquisa da Toca estrutura sua metodologia com a pesquisa-criação, caminho metodológico desenvolvido a partir de pesquisas do Sense Lab e 3Ecologies Project, onde os processos de criação artística e de investigação teórica se

entrelaçam. Neste caminho, a arte é entendida enquanto jeito e não enquanto objeto, portanto, estando presente enquanto processo de pesquisa, que explora

[...] as forças do ainda não (not-yet) co-compõem com o meio (milieu) no qual elas são modos ainda incipientes. A arte investiga, nessa co-composição, as forças coletivas emergentes (Manning, 2018).

Este exercício metodológico é realizado como um processo em que a criação se faz pesquisa e o conhecimento é criado com o exercício criativo, em uma mistura e não separado. Foi neste exercício que o laboratório da Toca foi criado. O Laboratório foi realizado entre setembro e novembro de 2024, contou com oito encontros e a participação de 13 pessoas, em um espaço klínico cuidadosamente preparado para acolher a vulnerabilidade e incentivar a criação a partir do corpo, dos sentidos e do afeto.

A proposta parte da concepção de klinica com “K”, conforme elaborada no Esquizodrama, para compreender a clínica. Essa concepção foi criada por Gregório Baremblitt, psiquiatra argentino, que nomeia de klinica com "k” fazendo referência a palavra grega klinâmen, que siginifica desvio, “para o criador do esquizodrama, a clínica deve ser a arte dos encontros que provocam desvios, ou seja, a produção de diferenças” (Hur, 2021, p. 288). Portanto, essa concepção se diferencia da clínica tradicional por não se basear em diagnósticos ou normatizações. A klinica opera por meio da arte, cena, da improvisação e da performance, ativando dispositivos que escutam a multiplicidade das subjetividades e criam um território de possibilidades para transformações singulares.

Na klínica da Toca, tocamos como um movimento de contorno subjetivo, aprendizagem estética e como um exercício de alteridade com o mundo. A partir de "Políticas do toque", de Erin Manning, tateamos as possibilidades sensíveis no encontro de corpos em grupo. Erin em seu livro pergunta:

[...] 'como posso criar um corpo sensório em movimento?' A proposição é que o toque - todo ato de alcançar - possibilita a criação de mundos. Trata-se de uma produção relacional. Inclino-me para te tocar e deste modo inventar uma relação que, por sua vez, me inventa. Tocar é engajar-se no potencial de uma individuação, entendida como a capacidade de se tornar para além da identidade. Individuamo-nos inventivamente (Manning, 2023, p. 19).

Pelo toque, criamos em coletivo um espaço de agenciamentos artísticos para a invenção de novos territórios subjetivos coletivos. Neste processo criamos um grupo transversal, como proposto por Guattari, este tipo de grupo é um local onde os sujeitos ali presentes tem uma condição de grupo sujeito de si, se empoderando do sentido de sua práxis. Guattari (1981) explicita esse movimento em seu texto sobre a transversalidade:

Essa dimensão só pode ser posta em relevo em certos grupos que, deliberadamente ou não, tentam assumir o sentido de sua práxis e se instaurar como grupo sujeito, colocando-se assim na postura de se assumir como agente de sua própria morte(Guattari, 1981, p.101).

Assumir-se como agente de sua própria morte é se assumir agente de sua própria vida. Por isso, no laboratório da Toca, os participantes foram agentes do processo criativo coletivo e individual, constituindo uma horizontalidade nas relações com a facilitadora.

Por conta dessa horizontalidade que foi possível que participante e facilitadora pudessem criar este resumo em conjunto. Ao relatar e refletir sobre esse laboratório, interessa-nos tensionar a prática e a pesquisa: quem leva, quem cria, quem faz o grupo acontecer? A partilha propõe friccionar os modos de olhar para o processo não apenas a partir da perspectiva da pesquisadora, mas também compondo o olhar de dentro, o do participante, em suas subjetividades e implicações. Trata-se de uma tentativa de deslocar fronteiras entre condução e entrega, entre pesquisador e sujeito da pesquisa, entre escuta e criação e entre clínica e arte, entendendo o grupo enquanto um espaço de encontro horizontal e de misturas inventivas.

Através destes oito encontros, o corpo era instigado a estar em contato. Os movimentos que vinham do toque com os outros transformava-nos em outra coisa para além de um conceito fechado de humano, de eu e de mundo. Mas isso é relato para uma dissertação à parte. É difícil colocar em palavras a partilha. Entre tecidos, plástico-bolha, plástico-filme, maquiagem, vestuários diversos, elásticos, água, calor, frio, luzes, desenhos, conversas, carinhos e, principalmente, toque, a toca se tornava um mundo à parte do externo. Era nosso ambiente de acolhimento, de retrair e expandir.

Como desdobramento do processo, foi realizada uma abertura ao público na forma de uma instalação com proposição de arte relacional, onde o espaço foi habitado por objetos, práticas e experiências produzidas pelo grupo, convidando o público a

entrar em contato com as texturas sensíveis e afetivas que atravessam as suas Tocas. Cada ume proporcionou seu espaço em partilha com o espaço de todes que ali estavam. Era como uma floresta, um ecossistema produzido para que, quem adentrasse, vivesse a possibilidade de se tocar. Em todos os sentidos.

Na percepção de um campo sensível criado no laboratório, consideramos que explorar na arte a potência da criação de novos modos de subjetivação é um caminho para a atuação psi em seu exercício político e estético. A Toca, portanto, se mostrou como direcionamento para a produção de novos modos de cuidado em saúde, uma vez que tensiona os campos cristalizados de conhecimento e atuação e traz, nessa zona fronteiriça, a potência de crítica e de criação do cuidado que se efetiva nos encontros e no toque.

Referências

GUATARRI, F. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. Editora Brasiliense, SP. 1981.

HUR, Domenico Uhng. Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. Práxis Educacional, v. 17, n. 46, p. 275-292, jul./set. 2021.

ROLNIK, S. (2015). Lygia Clark e o híbrido arte/clínica. Revista Concinnitas, 1(26), 104-112.

MANNING, Erin. Políticas do toque: sentidos, movimento e soberania/ Erin Manning; traduzido por Bianca Scliar Cabral. - São Paulo: GLAC edições, 2023.

MANNING, Erin. Artimanhas: coletividades emergentes e processos de individuação. Tradução de André Fogliano e José Antonio R. Magalhães. Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, n. 52, p. 258–280, 2018.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Maria Eduarda Teixeira Pinto Collaço	**Pós-graduando(a)**	**UDESC**
Maria Eduarda Teixeira Pinto Collaço	**Mestrando(a)**	**UDESC**

Flavs Marine da Silva Lopes — **Mestrando(a)** — **UFSC**

Leia Mulheres: experiências de coletivização da leitura feminista em Itajaí, Balneário Camboriú e Florianópolis

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução

Santos (2019) aponta que o campo literário do Brasil é, majoritariamente, masculino e branco. Não só os autores, como toda a composição do corpo editorial segue um padrão coerente com a cultura branca, classicista, patriarcal e heteronormativa. A exemplo, dez anos após a publicação do livro Operação Impensável, Vanessa Barbará recontou sua história no podcast da Rádio Novelo em janeiro de 2025, escancarando a desigualdade e o impacto das alianças masculinistas nos espaços editoriais ao longo de muitos anos.

Nos mais diferentes países percebe-se a mesma dominância masculina sobre os espaços de cultura e produção cultural, e diversos projetos buscam dar visibilidade a essa inequidade, além de boicotar iniciativas excludentes e abrir espaços para as diversidades que compõem a vida real. Nesse contexto, Joana Walsh, jornalista inglesa radicada na Irlanda, propôs na rede social antes conhecida como Twitter, a hashtag #readwomen2014, em que desafiava a comunidade a ler mais autoras mulheres. E assim, inspiradas por ela, três mulheres - Juliana Gomes, Michelle Henriques e Juliana Leuenroth - decidiram criar o clube do livro “Leia Mulheres” em São Paulo em 2015.

O clube se expandiu ao longo dos anos por mais de 100 cidades brasileiras, estando hoje presente em todos os estados do país, além de alguns clubes mundo afora. Em Santa Catarina, o Leia Mulheres chegou a Florianópolis em março de 2016, e hoje é ativo em várias cidades, como Itajaí, São Bento do Sul e Blumenau. Em cidades como Balneário Camboriú o clube existiu por dois anos (2019-2020) e em Joinville por oito anos (2017-2024), com ampla participação inclusive durante a pandemia.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é de socializar uma experiência coletiva de incentivo à leitura e debate sob perspectiva feminista em três diferentes cidades de Santa Catarina.

Descrição do Projeto

Este trabalho consiste em um relato de experiência: as autoras desempenharam o papel de mediadoras e participantes do Leia Mulheres em Balneário Camboriú, Florianópolis e Itajaí.

Cabe iniciar a descrição destas vivências apontando que, a nível nacional, preconiza-se que todos os encontros sejam mediados por mulheres - cis ou trans - e que ocorram com frequência mensal, sejam gratuitos e abertos à participação de pessoas de todos os gêneros e idades. As temáticas e formas de votação ficam a critério das pessoas que compõem o grupo em cada município, e a teoria feminista pode ou não ser incluída na grade de leituras, contudo, definitivamente marca os debates por colocar a questão das mulheres sempre ao centro.

Em Santa Catarina a seleção das obras varia de acordo com a dinâmica de cada cidade. Em Florianópolis e Itajaí, particularmente, as mediadoras realizam uma curadoria para garantir uma heterogeneidade de gêneros literários lidos, assim como uma diversidade étnica racial das autoras, para formar um cronograma anual - sendo um título forçosamente teórico.

Participam dos encontros pessoas com interesse em literatura, de diferentes idades, identidades de gênero, orientação sexual, formações. Preconiza-se realizar os encontros em espaços públicos, próximos ou dentro de livrarias e/ou bibliotecas, e com acessibilidade a pessoas com deficiência. Há cidades em que os encontros são itinerantes, como Itajaí, por não haverem bibliotecas abertas aos finais de semana, e até recentemente uma carência de praças e parques públicos acessíveis.

Os encontros se iniciam a partir de uma breve exposição sobre a biografia da autora, feita pelas mediadoras. A partir disso, os debates ocorrem de maneira espontânea: cada um compartilha sua experiência de leitura, traça paralelos com suas vivências e expõe opiniões conforme se sente à vontade para tanto. As mediadoras muitas vezes organizam perguntas norteadoras, trazem curiosidades e sugerem leituras complementares para enriquecer o processo. O trabalho delas é voluntário, pois a participação do clube de leitura é gratuita, livre de quaisquer taxas.

Impactos percebidos

O Leia Mulheres de Florianópolis iniciou suas atividades em março de 2016 e foi estruturado de forma significativa ao longo de quase dez anos de existência. Antes da pandemia, os encontros ocorreram na Biblioteca Central da UFSC e contaram com a mudança de algumas mediadoras. O foco do clube era, então, presencial, com uma divulgação pontual pelo Facebook. Após a pandemia e uma ampliação de mediadoras, o grupo se organizou de modo mais ordenado. A curadoria de títulos se tornou anual e temática, conforme alguns critérios de diversidade; ampliou-se a presença em diversos veículos de comunicação; realizou-se uma parceria com uma livraria local, entre outras medidas, que acarretaram numa participação constante e mais ativa das mesmas pessoas leitoras. A faixa etária do público varia de jovens a idosos, sendo que a maioria tem em torno de 30 anos ou mais.

O Leia Mulheres de Balneário Camboriú existiu por dois anos, nos quais recebeu participantes de várias faixas etárias, homens e mulheres cis, e de cidades nos arredores, como por exemplo Navegantes, Itajaí e Blumenau. Os encontros ocorriam na única livraria da cidade fora de um shopping center e os debates eram permeados por vivências diversas. Não obstante, o clube encerrou suas atividades após o decreto da pandemia e não retornou por indisponibilidade das mediadoras.

O Leia Mulheres de Itajaí teve seu primeiro encontro em fevereiro de 2020, antes de ser decretada a pandemia no Brasil. A partir de março do mesmo ano todos os encontros foram na modalidade remota, até dezembro de 2021, quando a maioria dos participantes se encontrou pela primeira vez. Ao longo destes primeiros 20 encontros, não houve participação de homens (cis ou trans), muito se compartilhou sobre a dificuldade de manter os cuidados de higiene e distanciamento, bem como a forma com que a leitura abrandava o impacto do isolamento. O grupo que se formou nestes cinco anos se estendeu para uma convivência ampliada: os participantes se encontram para diversas atividades de lazer - como ir ao teatro, à praia e bares - além de trocas profissionais, participação em cursos e seminários, organização de caronas e viagens.

Os mesmos movimentos são descritos na literatura que se construiu em torno do Leia Mulheres nacionalmente. Santos (2019), por exemplo, traz o relato de uma participante que entrou em contato com as diversas possibilidades de ser mulher através de obras sugeridas pelo clube de Salvador. Em sua dissertação de mestrado, Caroline Sergel (2023) refere que a participação no clube lhe conferiu repertório para que se tornasse pesquisadora, instigando sua curiosidade e

fortalecendo sua trajetória através de conceitos operatórios da teoria feminista. Já Carla Lavorati e suas colaboradoras (2025) também apontam para o estreitamento de vínculos a partir dos encontros no clube do Leia Mulheres de Francisco Beltrão (PR): o grupo organizou cine-debates, ações comunitárias e eventos culturais, além de ter adquirido uma cadeira no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Com 10 anos de atuação, o projeto consumado pelo Leia Mulheres estimulou a leitura nacionamente, a visibilidade da causa feminista no mundo editorial e a publicação de autoras mulheres no Brasil. Criou grupos nos quais laços sociais foram fortalecidos, escritoras foram empoderadas e estimuladas a publicar, e acadêmicos produziram pesquisas. Assim, especialmente durante a pandemia, esses laços de pertencimento também favoreceram o cuidado em saúde mental. Em Santa Catarina, apesar das características sociopolíticas do Estado, pouco favoráveis a debates feministas, o Leia Mulheres teve o mesmo impacto positivo na comunidade de mulheres leitoras que em outras regiões brasileiras.

Referências

BARBARÁ, Vanessa. Operação Impensável. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LAVORATI, Carla et al. Uma história de 50 livros: a prática leitora no coletivo Leia Mulheres de Francisco Beltrão. Revista Faz Ciência, v. 27, n. 45, 2025. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/35400/ 24446 em 14/06/2025.

SANTOS, Jeniffer Geraldine Pinho. Descolonizar o saber e o gênero, emergir as diferenças: uma investigação descolonial do projeto Leia Mulheres. In: Anais Seminário Interlinhas, vol. 07, no. 01, p. 123-128, 2019. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/asipc/issue/view/415 em 14/06/2025.

SERGEL, Caroline. Um teto todo nosso: Leia Mulheres Cascavel e suas reverberações. Dissertação (Mestrado em Letras), Unioeste, Cascavel, 2023. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6925/2/Caroline%20Sergel.pdf em 14/05/2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Hannah Theis		**Mestre(a)**	**Secretaria Municipal de Saúde - Itajaí**
Liandra Schug	**Lisian**	**Mestrando(a)**	**UFSC**

Literatura e formação existencial: a leitura como abertura simbólica ao outro

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a potência da leitura literária para a ampliação da escuta e de contato simbólico com experiências distintas daquelas vividas em primeira pessoa, à luz da psicologia fenomenológico-existencial inspirada em Jean-Paul Sartre. Mediante leitura do romance As fantasias eletivas, de Carlos Schroeder, que aborda temas como relações afetivas, invisibilidades sociais, insegurança, corpo, desejo e solidão, buscamos discutir como a literatura pode ampliar a percepção do leitor ao colocá-lo diante da diferença, provocando deslocamentos que afetam a compreensão de si e do outro. O objetivo deste estudo é pensar a leitura como um exercício existencial de abertura à alteridade, em que o sujeito é convocado a experimentar simbolicamente modos de ser no mundo que não lhe são familiares, o que coloca essa produção artística como partícipe dos processos subjetivação e dos debates sobre saúde mental no que cabe a compreensão do outro, às formas de expressão e de cuidados em saúde. O estudo foi realizado no contexto do projeto de extensão Ateliê Psicologia e Literatura: Tecendo Análises Existencialistas sobre Temas Contemporâneos, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial (PSICLIN-UFSC). O Ateliê propõe encontros em grupo voltados à leitura e discussão de obras literárias como disparadoras de reflexão sobre questões existenciais e psicossociais. A iniciativa reúne estudantes de áreas diversas, docentes e profissionais. A metodologia baseia-se em uma leitura crítica fenomenológico-existencial, inspirada no método biográfico de Sartre, que busca compreender as histórias de vida como processos de totalização em construção. As análises aqui apresentadas foram desenvolvidas ao longo dos encontros e partem da escuta coletiva das experiências evocadas pelas obras e articulam essas vivências a conceitos centrais do existencialismo sartreano, de modo interdisciplinar. A obra As fantasias eletivas foi escolhida por sua sensibilidade e ligação íntima com a arte produzida pelos personagens, em especial a fotografia e a poesia, e pelo modo singular de guiar a narrativa. O livro apresenta duas personagens principais cujo encontro provoca aproximações a

partir, sobretudo, da experiência comum de solidão. O autor explora a relação possível entre um recepcionista de hotel, René, numa cidade litorânea catarinense e uma travesti argentina, Copi, que atravessa esse território. A obra é dividida em quatro seções: S de Sangue, A solidão das coisas, Poesia completa de Copi e As fantasias eletivas. De início, temos contato com a história de René através de recortes breves de situações cotidianas, até que se dá o encontro com Copi e com sua história. De um lado, um homem cisgênero divorciado, que aceita trabalhar no turno noturno a mercê da mesmice da baixa temporada; de outro, uma travesti trabalhando na prostituição no sul do país, enfrentando o conservadorismo e a transfobia. Ambas figuras se aproximam e trocam sobre suas dores e inseguranças até chegar ao S de sangue, quando é encontrado o corpo de Copi, sem vida, em seu apartamento com uma carta de despedida, seus pertences e produções artísticas endereçadas a René. Em A solidão das coisas é apresentado um compilado de fotos e poesias que Copi produziu, que entre as palavras e o sentido que tomam diante das imagens é possível adentrar, ainda que superficialmente, na lente pela qual a personagem se vê e vê o mundo, numa constante produção de sentido acerca da existência. Tomemos o caso do pino de alarme de incêndio, que é descrito como solitário pois “ninguém quer tocá-lo. E quando o tocam é algo tão rápido, tão violento: em poucos segundos alguém o pega e o joga contra um pequeno vidro, e ele fica lá, sozinho, agredido (...), pendente, usado”. É possível fazer um paralelo com suas vivências como uma travesti trabalhando na prostituição, que frequentemente se depara com a violência e a desumanização, experienciando-se como um objeto sexual usado. Ao humanizar objetos, ela também se sente humanizada, reconhecendo-se em sua solidão. Em Poesia Completa de Copi encontramos mais sete poemas, cujas temáticas são diversas mas se enlaçam à medida que versam sobre a gravidade da condição humana. Por fim, em As fantasias eletivas, temos uma continuidade das primeiras partes, onde é apresentada a carta, resquícios de memória e a vida de René, agora transformada após a presença de Copi: mais crítica, mais artística e menos solitária. A leitura da obra, nesse contexto, foi tomada não apenas como objeto de análise, mas como experiência vivida em grupo, capaz de provocar reflexões éticas e existenciais nos participantes da extensão. Inspiradas na experiência sensível da personagem, foi realizada uma oficina fotográfica, “Oficina Existencial”, com o intuito de que os(as) participantes do grupo experimentassem, assim como René e Copi, a mediação

estética como um campo possível de elaboração da vida. A proposta consistia em realizar registros fotográficos ao longo de uma semana, sem critérios rígidos, apenas deixando-se afetar pelo cotidiano. Após isso, os(as) participantes escreveram um breve texto sobre as imagens produzidas. A oficina buscava provocar o olhar, não apenas como ato de ver, mas como forma de significar o mundo à sua volta. Com esse exercício de “fotografar a vida”, adentramos a dialética da objetivação e subjetivação: refletiu-se sobre como a personagem via o mundo, mas também sobre como era vista e atravessada por ele. Ainda que com limitações, tentamos entender algumas das lentes pelas quais ela projetava e era projetada no mundo. A solidão enquanto sintoma é o psíquico expressado no corpo, refletido naquilo que a personagem vê, é a expressão de um certo modo de existir. Era nela que Copi reconhecia a tristeza da ponte Hercílio Luz, na época desativada, e no vazio de um corredor que Copi identificava a solidão mais perigosa, a que contagia. Essas imagens revelam que a solidão, em sua experiência, era algo visível, incorporado, projetado nos objetos, nos espaços e nas paisagens. Copi apresenta, através da arte, atmosferas que dão os contornos pelos quais ela, como corpo travesti embebido em potência, pode existir no espaço, contornando também seu projeto de ser. Com a fotografia, poesia e experimentação estética, ela desafiava as (im)possibilidades de ser ou não ser alguém. Questionava os limites impostos ao seu corpo e à sua subjetividade, criando formas outras de habitar o mundo. Assim, inspiradas(os) pelo existencialismo sartreano, também discutimos o exercício da liberdade: o que Copi fez com o que fizeram dela? Arte! E essa escolha revela sua liberdade em situação, sua recusa em se reduzir ao que lhe foi imposto. Reconhecemos que a liberdade humana é sempre situada — somos livres para escolher, mas escolhemos dentro de um mundo já dado, com seus limites e condicionantes — e dessa forma, não podemos viver todas as experiências possíveis no mundo. No entanto, a leitura pode se tornar uma ponte, permitindo o contato simbólico com modos de existência distintos das nossas. O estudo da obra no Ateliê e a oficina, portanto, objetivou criar um espaço simbólico e sensível para que os(as) participantes experimentassem essa mesma potência criadora, tomando a arte como ampliação do campo existencial, uma via possível de expressão, escuta e invenção de si. Concluímos que a literatura quando articulada a uma escuta atenta e ao diálogo sensível, pode se constituir como um potente recurso formativo para estudos e práticas inovadoras em saúde mental e transformações culturais.

Referências

MARTINS, Fernanda de Oliveira; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. A Literatura Para Situações: Um Recurso Para a Psicologia Existencialista. Editora Appris, 2024.

PRETTO, Zuleica. A psicoterapia existencialista como uma mediação para a reinvenção de biografias. In: ANGERAMI, Valdemar Augusto. (Org.). Psicoterapia sob Sartre. São Paulo: Artesã, 2022. p. 321-335.

PRETTO, Zuleica. Projeto de Extensão: Ateliê Psicologia e Literatura: tecendo análises existencialistas sobre infâncias e adolescências. Universidade Federal de Santa Catarina, 2023.

SCHROEDER, Carlos Henrique. As fantasias eletivas. Editora Record, 2016.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Sartre e a Psicologia Clínica. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Ronise Vieira Bolter	**Graduado(a)**	**CRAS**
Isadora Silva Rodrigues	**Graduando(a)**	**UFSC**
Mayara Floriani	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Zuleica Pretto	**Doutor(a)**	**UFSC**

Loucurarte: Arte como Ato de Resistência à Patologização da Existência

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Este trabalho é um relato de experiência, advindo da atuação em estágio obrigatório da graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que teve como campo de inserção um dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS), durante três semestres. Dentre as atividades realizadas, destaca-se um atravessamento significativo na construção do ser psicóloga(o), como ponto em comum nas três vivências: o encontro da Arte, como dispositivo de cuidado em saúde mental, ato político de resistência à patologização da existência e potência para a expressividade e emergência/escuta da singularidade.

Neste trabalho, o objetivo é acionar a dimensão estética e criativa das oficinas artísticas do CAPS para subsidiar a discussão acerca da arte e da produção de cuidado no contexto das políticas de saúde mental. Para tanto, parte-se da experiência comum aos três autores na oficina LoucurArte, uma oficina terapêutica-artística do CAPS. A relevância deste trabalho é sustentada pela urgência de comunicar as múltiplas reflexões e afetações produzidas a partir da partilha da mediação da LoucurArte, entendendo que a oficina coloca, enquanto acontecimento, a Atenção Psicossocial em obra. Para tanto, salienta-se que a oficina não se restringe a um só tempo, e nesse sentido dar-se-á atenção não apenas ao momento da oficina, mas ao que repercute dela, ou seja, versa sobre a atividade criativa e a exposição das obras no espaço de convivência da instituição. Além do campo das artes, a atuação na oficina sustenta-se pela Psicanálise, pela Psicologia Social Crítica e princípios da Reforma psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

Metodologicamente, a principal ferramenta foi o diário de campo como registro das vivências. Porém, as escritas não foram uma parte meramente procedimental, já que escrever sobre os encontros envolvia toda uma gramática de ditos e não-ditos que agenciava as forças de produção do espaço relacional.

A oficina possui como objetivo atualizar a Clínica Ampliada através de atividades estéticas. No CAPS, compõe uma possibilidade na construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS), de forma que a decisão da participação é pautada no desejo do sujeito. Assim, situada neste dispositivo da RAPS, a oficina faz parte de uma proposta e aposta de tratamento, mas não corresponde a uma resposta diagnóstica, portanto possui a participação de sujeitos diversos unidos pelo comum do desejo de expressão pela arte, em um grupo. O formato de grupo guarda estreita relação com os objetivos da oficina, uma vez que aposta no potencial, trazido por Pereira e Sawaia (2020), da experiência grupal de ampliar campos, dar visibilidade e horizontes, fortalecer sujeitos e abrir porvires.

A LoucurArte ocorria semanalmente no CAPS, sendo facilitada pelas(os) estagiárias(os) de psicologia e por uma oficineira artista. Ademais, o grupo apresentava uma dinâmica aberta, ou seja, sua disposição não era definida anteriormente pelos facilitadores, mas apenas manejada. As(os) facilitadoras(es) voltavam-se para os atos de escutar, olhar, testemunhar, acolher, perguntar, registrar, acompanhar, instigar, compreender e co-construir sentidos, sendo que todas essas ações poderiam ser sintetizadas em uma só palavra: cuidar (Figueiredo, 2007). Nesse contexto, essa postura visava sustentar o interesse pelo que estava sendo ou viria a ser criado; afirmando que ali haviam sujeitos com algo a dizer ou a fazer.

Antes de comunicar qual a compreensão de arte, arte e loucura, que de algum modo determina o lugar que a expressão artística possui no CAPS, faz-se necessário explicitar a concepção de sujeito-usuário-artista. Tal necessidade, surge antes da vivência para então estruturar-se neste relato: a vivência da necessidade de deslocamento - de perceber os usuários participantes antes como artistas, pessoas, sujeitos, do que como pacientes - que insurge semana após semana na facilitação da oficina. Este deslocamento, destaca-se como uma via possível para o tão necessário, e já afirmado por Nise da Silveira (1981), exercício de despir-se de conceitos pré-formados da psiquiatria e sua insistência em procurar nas pinturas somente reflexos de sintomas e de ruína psíquica. Conceitos que respingam também no fazer da psicologia, que por vezes reproduz a lógica psiquiátrica.

Esse exercício produz, a nível reflexivo, a percepção de que essa é justamente a via que busca uma compreensão mais ampliada dos sujeitos usuários do serviço. É essa a forma encontrada de viver uma psicologia antimanicomial na prática, pois

ainda que esse deslocamento, do paciente ao artista, não seja o objetivo inicial, estruturado, dito ou convencionado, ele advém de uma compreensão de sujeito ampliada, como o sujeito de sofrimento, que é também o de expressão, criação e transformação. É o sujeito da reforma psiquiátrica. Logo, tal postura revela o posicionamento político que fundamenta a prática.

Sob essa ótica, é mantendo-se fiel a essa concepção de sujeito-usuário-artista que as bases teóricas acerca da arte e do cuidado são tecidas, pois o compromisso da atuação em campo, bem como deste trabalho, é abrir espaço para a matéria do vivido. Pensando nisso, a pintura no CAPS não obedece uma estética normativa que orienta o que é belo, bom ou certo, isto é, não presta contas a nenhum nome que busque tutelar o gesto de pintar. O necessário para sustentar uma presença na LoucurArte é o domínio, não de uma técnica pictural, mas de um corpo, isso porque a tela em branco convoca a possibilidade de ser ocupada por uma sensação que faz morada no corpo: memórias, visões, vozes, fabulações ou um risco ainda cru. Independente da situação, o pintar incorpora uma chance de produzir sentidos, seja na relação de conter significados atrelados à vida pessoal, seja na situação da própria pintura ser um significado em si expresso pela mão que a fez.

A arte, portanto, não é vista como uma ferramenta de intervenção para um fim determinado, mas sua potência está em ser uma experiência aberta. Trata-se de atuar na facilitação de uma experiência de expressão, cujo sentido pode se completar também no outro que vê. No grupo, por vezes, obras são feitas coletivamente, e mesmo quando não, há a partilha, quando se mostra as produções ao coletivo e este responde compondo novos sentidos, o que ocorre também na exposição. Ao expor estas obras, o que está em jogo é o reconhecimento desses sujeitos como agentes que intervêm no mundo por meio da arte. Quando as obras produzidas pelos usuários são postas à vista, algo significativo ocorre: o que antes pertencia à esfera particular torna-se coletivo. Esse gesto não se resume a um simples ato de mostrar, mas trata-se de um ato político, uma reinvenção e partilha do sensível (Rancière, 2025).

A imagem não é passiva, ela nos devolve um olhar, nos interpelando e interrogando (Didi-Huberman,1998). Sem romantizar a "arte dos loucos", trata-se de questionar as hierarquias que separam a "arte culta" da "expressão" destes sujeitos. As produções devem ser vistas como arte, e os usuários como artistas. A exposição configura-se, portanto, um ato estético, ético e político, colocando em circulação o

que muitas vezes é excluído do visível: as produções e vozes daqueles que sofrem e foram silenciados (sendo um horizonte uma exposição fora da instituição). A criação artística e o espaço de exposição reafirmam, portanto, que o cuidado em saúde mental não se limita à atenção ao sofrimento, mas envolve relações afetivas, o cultivo do laço social, a criação e o reconhecimento.

Referências

DIDI-HUBERMAN, Georges. O que vemos, o que nos olha. São Paulo: Editora 34, 1998.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. A metapsicologia do cuidado. Psychê, v. 11, n. 21, p. 13-30, 2007.

PEREIRA, Eliane R.; SAWAIA, Bader B. Práticas grupais: espaço de diálogo e potência. São Carlos, SP: Pedro e João, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. A Partilha do Sensível: Estética e Política.Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo. Editora 34, 2025.

SILVEIRA, Nise. Imagens do Inconsciente. 1981, Rio de Janeiro: Alhambra. (Reimpressão). Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Vanessa Massocco Woloszyn	**Graduando(a)**	**UFSC**
Vitor de Sena Moraes	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Marília Pimentel Pincelli	**Graduado(a)**	**UFSC**

Ludicamente: Uma proposta de jogos no ambiente universitário

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

APRESENTAÇÃO

Este trabalho trata do relato de experiência do Projeto LudicaMente, uma ação desenvolvida pelo Departamento de Esporte, Cultura e Lazer (DECL/SeCArte/UFSC) que tem como principal objetivo garantir um espaço dentro da universidade para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidades lúdicas por meio de jogos, propostos e mediados numa perspectiva crítica e criativa na esfera de vivência do lazer. A intenção do projeto não se caracteriza como uma forma de passatempo, LudicaMente é um projeto/espaço comprometido com a garantia de direitos fundamentais, o direito à cultura e ao lazer, conforme estabelece a Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 2022). Um projeto comprometido com o aprendizado e o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos que, por meio dos jogos, constrói pontes significativas com as relações estabelecidas com o mundo. Justificado pela identificação de uma epidemia oculta de transtornos mentais surgida principalmente como consequência das situações limites experienciadas no período da pandemia da covid-19 e, também, do excesso de uso de equipamentos eletrônicos que vem prejudicando as formas de contato social. A questão da saúde mental tem se tornado uma situação preocupante para a sociedade, e vem gerando consequências tanto para a saúde individual quanto para a saúde coletiva (INSTITUTO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS, s/d). Como afirmam Penha, Oliveira e Mendes (2020), órgãos nacionais e sociedades científicas vêm apontando um aumento significativo da vulnerabilidade, do bem estar e do adoecimento mental do estudante universitário comparados à população em geral. Destacam que nesse processo de adoecimento psicológico, sintomas de estresse, burnout, ansiedade e depressão, são estados que geram prejuízos a curto, médio e longo prazo. Além dos fatores destacados acima, os autores apontam ainda outros elementos contribuintes para a constituição deste cenário e destacam a importância de ampliar as ações de atenção aos estudantes no sentido de criar redes sociais de apoio que auxiliem no enfrentamento dessas questões (PENHA, OLIVEIRA e MENDES, 2020).

É nessa direção que o projeto LudicaMente surge com o objetivo de criar espaços onde essas redes podem ser tecidas e novas experiências co-criadas.

DESENVOLVIMENTO

O LudicaMente teve início no 2o semestre de 2024 na forma de um projeto piloto com alguns poucos jogos e, em razão de seu potencial lúdico e agregador, após uma curadoria para escolha de novos jogos, ampliou seu acervo e constituiu um espaço específico para seu desenvolvimento. Atualmente, em funcionamento no Núcleo de Integração Multicultural Popular Esportivo (NIMPE), disponibiliza diferentes tipos de jogos, desde jogos de tabuleiros modernos (board games), cartas, a jogos/brinquedos tradicionais. Dentre alguns dos jogos disponíveis temos: Xadrez, Dama, Jogo da Velha, Dominó, Dixit, Concept, Azul, Tzolkin, Ticket to Ride, Kojo, Uno, Taco Gato Queijo Cabra Pizza, Dobble, The Mind, Cobras e Escadas, dentre outros. Além desses, o projeto também tem disponível jogos como: Peteca, Corda, Pebolim, Tênis de Mesa e uma Cancha de Bocha. O processo de mediação dos jogos é realizado por bolsistas preparados para interagir com o público e o acesso ao espaço é livre e gratuito, tanto para o atendimento à comunidade externa quanto para a comunidade interna da UFSC. Para o desenvolvimento da proposta mantemos um grupo de estudos semanal com o objetivo de: a) subsidiar e ampliar a formação acadêmica dos bolsistas; b) analisar os interesses dos usuários a partir dos registros das visitas; c) criar jogos; d) planejar novas possibilidades de mediação/intervenção com os jogos; e) organizar e realizar minitorneios de jogos específicos, dentre outras ações.

Os usuários chegam em pequenos grupos ou individualmente, mas algo que existe em comum é que, em geral, todas as visitas retornam em outros momentos — para testar outros jogos ou para apresentar o espaço para mais pessoas. O perfil desses usuários na maioria se caracteriza por estudantes universitários de diferentes cursos e fases, também há alunos do Colégio de Aplicação e pessoas da comunidade. Essa característica tem contribuído para constituir o jogar com subjetividades, preferências e formas de organizações coletivas diferenciadas, que são trazidas à tona através dos recursos lúdicos fornecidos. Um mesmo jogo ganha diversas interpretações quando colocado diante de diferentes grupos, que variam os modos de jogar, assim como as formas de interação. Muitas vezes não se limitam a um conjunto de regras instituído pelos manuais. Outras vezes as regras são de certo modo alteradas com o preenchimento de outros signos e também pelos vínculos

que são criados e fortalecidos dentro do espaço, fazendo com que os jogos assumam papel de ferramenta essencial na mediação dessas interações sociais. Ainda, as diferenciações nas formas de jogar segue as regras determinadas por fatores culturais regionais. Com a divulgação do projeto, alguns setores da universidade e pessoas da comunidade externa têm nos procurado e apresentado algumas demandas e, na medida do possível, estamos ampliando o atendimento. Destacamos o atendimento ao grupo de idosos do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI/UNAPI/UFSC) que participam do projeto de forma autônoma. Igualmente, em uma parceria com o setor de psicologia da Clínica Cirúrgica Adulto do Hospital Universitário (HU), realizamos uma intervenção semanal para atendimento aos pacientes e seus acompanhantes. Em todas essas experiências os relatos recebidos e percebidos pelos bolsistas, através de conversas, mensagens, observações ou pela caixinha reservada para comentários e sugestões mantida no espaço, indicam felicidade e satisfação por parte dos visitantes; que tendem a usar o projeto como uma oportunidade de “escapar” de uma rotina desgastante. Da mesma forma, os pacientes do HU e seus acompanhantes também afirmaram, em momentos diversos, que a participação no projeto gera a oportunidade de uma nova leitura do espaço, é uma distração em meio a rotinas dolorosas, sensações e pensamentos que tendem a se instaurar em um ambiente hospitalar. Sabemos que os jogos possuem um grande potencial estimulador do cérebro, bem como, proporcionam benefícios sociais, educativos e ampliam as percepções de bem estar. Com eles é possível estimular diversas funções cognitivas, como atenção, concentração, planejamento estratégico, memória e criatividade, contribuindo para a manutenção da atividade cerebral ao longo do tempo (NAKAO et al., 2019). Os jogos também contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como empatia, comunicação, cooperação e resolução de conflitos, e ainda, ajudam a diminuir o estresse, a solidão e a depressão (GUARDABASSI et al., 2024). Eles podem se adequar a diferentes pessoas e habilidades. Por serem divertidos, promovem experiências de alegria e felicidade, elementos essenciais para manutenção de uma conexão do sujeito consigo mesmo e com o viver em grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta de brincar, jogar e se divertir, a intenção é realizar uma quebra na

rotina e oportunizar momentos de lazer e integração aos participantes, além de proporcionar a vivência da alegria e do bem estar no cotidiano, estimulando a percepção de valorização de experiências significativas para a vida. O jogar é capaz de contribuir para re-conexões internas e externas. No tabuleiro do jogo, cada jogada nos coloca em contato com novas emoções. As possibilidades de escolha, de tomadas de decisão, de desafios, de superação, de descobertas, propostos pelos mais diferentes jogos instiga os jogadores ao autoconhecimento. Por meio do jogo a mente pode se reorganizar internamente. No território universitário o espaço do Ludicamente se torna um “lugar” para o reencontro com elementos essenciais ao processo de humanização. Um lugar onde a comunidade universitária pode se encontrar, se divertir, se desenvolver e ser feliz.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 116/2022. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.

GUARDABASSI, Veronica; et al. Aging with board games: fostering well-being in the older population. Frontiers in Psychology, 2024. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2024.1501111/pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS. Guia de saúde mental pós pandemia no Brasil. s/d. Disponível em: https://www.polbr.med.br/ano21/Guia-de-saude-mental-pos-pandemia-no-Brasil.pdf#page=13. Acesso em 14 jun. 2025.

NAKAO, Masaru; et al. Board games as a promising tool for health promotion: a review
of recent literature. BioPsychoSocial Medicine, v. 13, art. 5, 19 fev. 2019. Disponível em: https://pure.coventry.ac.uk/ws/files/21772621/Binder1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

PENHA, Joaquim Rangel Lúcio; OLIVEIRA, Cleide Correia; MENDES, Ana Virginia Silva. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. In: Journal Health NPEPS. 2020 jan-jun; 5(1):369-395. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3549/3595. Acesso em 14 jun. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Maria Luiza Ditter Gonçalves	**Graduando(a)**	**UFSC**
Cristiane Ker de Melo	**Mestre(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Gustavo Vilmar Martins	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Maria Fernanda Macarini Borgonovo	**Graduando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

Memória e Identidade: Intervenção em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos na Amazônia

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), regulamentadas no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constituem espaços fundamentais para acolhimento e cuidado de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconhece essas instituições como respostas necessárias à fragilidade ou rompimento/extinção dos vínculos familiares, à insuficiência de recursos e às demandas de cuidado intensivo, exigindo, portanto, intervenções que promovam dignidade e garantia dos direitos fundamentais. Diante da tendência social de silenciar e invisibilizar os idosos, especialmente no atual modelo capitalista que valoriza o corpo jovem e produtivo (Bosi, 2004; Debert, 1999), a memória torna-se um dispositivo central de resistência. Segundo Bruna Improta (2017), recordar, narrar e significar a própria história é uma forma potente de afirmação subjetiva e de humanização. A memória, como lugar de elaboração e pertencimento, é essencial na constituição da identidade. Ao rememorar suas vivências, o sujeito reconstrói sua existência no presente e se reafirma no mundo (Benjamin, 1994; Improta, 2017).

Este trabalho é um relato de experiência de intervenção realizada em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) situada na região amazônica, como parte de um projeto de extensão universitário vinculado a um curso de Psicologia, em parceria com a terapeuta ocupacional da instituição, docente voluntária do projeto. A ação teve como foco a construção de um álbum de memórias com as pessoas idosas que se encontravam institucionalizadas. Durante a intervenção foi utilizada proposta de criação artística a partir da colagem, como técnica expressiva. Participaram da ação 12 pessoas idosas, divididos em três subgrupos, contando com a facilitação de seis discentes voluntários, atendendo as diferentes necessidades de cada pessoa, e a terapeuta ocupacional, docente voluntária do projeto e técnica da instituição. A atividade contou com a

disponibilização de 65 fotografias impressas que retratavam cenas diversas como fazendas, casas antigas, animais, espaços urbanos e rurais, além de materiais como papéis A3, canetas, tintas e acessórios de remetesse a festa junina. A proposta visava que os participantes escolhessem imagens que evocassem memórias significativas do período junino, colando-as no papel e compartilhando suas narrativas com os colegas da mesa. Inspirada pela metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 2008) e por fundamentos da Gestalt-terapia, como o contato, o awareness e a corporeidade (Improta, 2017), a intervenção privilegiou o encontro afetivo, a escuta ativa e o suporte mútuo entre as pessoas idosas e os/as facilitadores.

Durante a intervenção foi possível notar que as pessoas idosas apresentavam diferentes necessidade de acompanhamento dos facilitadores. Alguns apresentavam perda auditiva, limitações físicas, demonstração de alteração cognitiva e/ou na comunicação. Igualmente no início da intervenção as pessoas idosas demonstraram comportamento retraído, mas aos poucos foram se engajando na proposta. Percebeu-se a escuta acolhedora dos facilitadores e a mediação por meio de perguntas sensíveis possibilitaram que os idosos acessassem lembranças e compartilhassem experiências pessoais. O acompanhamento dos facilitadores, buscando facilitar a comunicação entre os/as participantes, a socialização das lembranças e favorecendo o entendimento da atividade proposta, bem como sua realização, demonstrou ter sido de fundamental importância para que ao longo da intervenção todos(as) pudessem participar. Muitos(as) relataram lembranças envolvendo sua territorialidade, como a cidade em que moravam, os rios ou estradas que atravessaram ao longo da vida, empregos e trabalhos laborais associando-os às imagens escolhidas. Apesar de obstáculos como a rigidez inicial, dificuldades de fala e audição, além do desafio logístico de atender a um número elevado de participantes, considerou-se que a atividade foi bem-sucedida. A produção do álbum de memórias revelou-se terapêutica e afirmativa, permitindo aos idosos reconstruir sua história por meio de elementos simbólicos e imagéticos. O momento de socialização ao fim de cada encontro, embora um tanto dificultoso, foi fundamental para fortalecer os vínculos entre os idosos e processo de autonomia. Houve trocas e conversas, mesmo que breve, configurando a atividade como um espaço de revitalização da narrativa pessoal e coletiva.

Compreende-se que a intervenção possibilitou que os idosos experienciassem o resgate de memórias como caminho de reafirmação de si. Ao construírem a primeira página de seus álbuns de memórias, deram início a um processo que se propõe contínuo. O projeto tem como meta seguir com encontros regulares para a construção de um álbum completo, fomentando a expressão subjetiva e o sentimento de pertencimento dentro da ILPI. Conforme aponta Improta (2017), oficinas que estimulam a memória e a contação de histórias não apenas ressignificam o processo de envelhecimento, mas também promovem saúde emocional, reconhecimento social e integração intergeracional. Resgatar a memória é resgatar a existência. Ao rememorar, o idoso rompe com o silenciamento social e se reapropria de sua própria narrativa, se inscrevendo novamente no mundo como sujeito de história e de direitos.

Referências

Bosi, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Botelho, J. O trabalho com idosos em Gestalt-terapia. Em: Frazão, L. & Fukumitsu, K. (Org.). Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia. (pp. 110-139). São Paulo: Summus, 2016.

Debert, ou G. G. A reinvenção da velhice. São Paulo: Edusp, 1999.

Improta, B. Do processo de envelhecer: memória, narrativa e a arte de contar histórias na perspectiva da Gestalt-terapia. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 232. 2017

Thiollent, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1999.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Maria Eduarda Novaes de Lima	**Graduando(a)**	**centro Universitario Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)**

Roberta Flores Bayma	**Bentes**	**Doutor(a)**	**Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ)**

Mídias, Corpo E Saúde: Um Diálogo De Scripts Sexuais Na Música Masculinidade

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O resumo busca problematizar a música “Masculinidade” à luz da teoria dos scripts sexuais. Como produção cultural, a música é carregada de significações, como explicam Toassi et al. (2008). Na Psicologia Social, lócus deste trabalho, observamos, a exemplo dessas autoras, análises de músicas em articulação com os conceitos teóricos estudados, uma vez que a música:

[…] pode ser compreendida como produção cultural, pois freqüentemente relata vivências do cotidiano das pessoas, conta suas histórias, referindo-se à su a realidade. Além disso, ela constitui-se como uma forma de linguagem e meio de estabelecer comunicação, ao estar prenhe de significados, produzindo sentidos e ultrapassando limites temporais (Toassi et al., 2008, p. 140).

Nesse sentido, a ideia de estudar a música emerge das discussões em sala de aula durante o período de mestrado. Na dissertação, a temática foi o estudo dos sentidos atribuídos à saúde por jovens estudantes da Licenciatura em Educação Física. Embora questões de gênero e sexualidade não tenham sido abordadas na dissertação, elas se tornam centrais neste texto ao analisar a música “Masculinidade”.

Destacamos, brevemente, que a sociedade capitalista exige da classe trabalhadora novas demandas impactando a saúde mental da população O retrato desse processo de adoecimento que ganha cada vez mais destaque nas mídias sociais, exemplo é músicas que são consumidos pela juventude. Então levar a pauta da produção de saúde-doença por meio das mídias sociais é uma forma de discutir tal problemática. Logo, o objetivo neste é problematizar a letra da música “Masculinidade” na perspectiva social da realidade vivida pela juventude, em especial, a partir dos scripts sexuais.

MÉTODO

O resumo é qualitativo e documental, quanto ao segundo, Gil (2002), coloca que se usa como base materiais sem o tratamento analítico. Embora classicamente a documentação do conhecimento tenha se revelado de forma escrita, adverte-se que tais fontes têm se ampliado, no caso específico desta pesquisa, faz-se uso da música “Masculinidade” de Tiago Iorc, Mateus, Asato, Tomás Tróia e Lux Ferreira lançada em 2021.

A fundamentação teórica está centrada na teoria dos Scripts Sexuais – ou Roteiros Sexuais, criada por John H. Gagnon, em parceria com Willian Simon. Nessa teoria, eles distinguiram três níveis distintos de roteirização: os cenários culturais, os roteiros interpessoais e os roteiros intrapsíquicos (Gagnon, 2006)

ANÁLISE E DISCUSSÕES

Thiago Iorczeski, conhecido como Tiago Iorc, nascido em 28 de novembro de 1985, Brasília (DF), mais jovem de cinco irmãos, possui ascendência polonesa (pai) e italiana (mãe), aos 10 meses mudou-se para Londres e depois Cambridge, onde morou até os 5 quando voltou para o Brasil. Viveu em Passo Fundo (RS) até os 11 anos, depois Nova Iorque o pai concluiu o pós-doutorado.

Sua carreira musical começa em 2006 na Pontifícia Universidade Católica do Paraná onde cursou Publicidade, seus primeiros álbuns eram exclusivamente em inglês, foi no terceiro, Zeski, que lançou músicas em inglês e português, em 2021, lança Masculinidades, agora com uma nova aparência.

Todas essas características são importantes para compor a figura de homem branco, cisgênero, heterossexual, magro, sem deficiência que o cantor apresenta, apontando para seus privilégios. Minuciosa análise vê-se necessária, já que não basta só reconhecer seus privilégios e usar a camisa da ‘desconstrução’, mas abrir mão quando necessário e ser um promotor da causa pela redução da desigualdade de gênero.

Destacamos que análises desta música já foram realizadas, a exemplo: Dias (2022 p. 34), que afirma sobre uma posição de “esquerdomacho”: “a figura de Tiago Iorc coloca-se questionável por não ser uma mudança de posição, mas sim, uma nova forma de construir essa masculinidade tóxica com palavras bonitas e roupas floridas”.

A música “Masculinidade” parece uma autoanálise de sua própria masculinidade, tema que passa por uma crise na contemporaneidade, consequência do movimento feminista de 1960 “e levou alguns homens a buscarem um modelo que melhor

conseguisse descrever suas subjetividades. (...) Outro sinal dessa crise estaria na compreensão de uma ‘feminilização do masculino’, na maior visibilidade da homo e bissexualidade entre os homens” (Silva, 2006, p. 119)

Os scripts podem ser explicitados por discursos proferidos ou prescritos pelos diferentes sujeitos e instâncias sociais e, podem ser apreendidas por meio da observação onde que se insere o sujeito. Logo eles são inerentes a vontade do indivíduo e a família. Na música essa característica é expressa: “Meu pai foi minha referência de homem forte/Trabalhador, generoso, decidido/Mas ele sempre teve dificuldade de falar/O pai do meu pai também não soube se expressar”.

O autor coloca que o pai foi a referência de homem, o descreve e nesta o homem é o tradicionalmente posto como padrão, principalmente, quando dentro de uma família heterocisnormativa. Complementando essa idealização é falado que o pai não sabia se expressa, então por meio disso se percebe ainda a visão de homem no qual estes devem deixar, e deixam quase sempre, seus sentimentos.

O padrão de homem forte que não expressa seus sentimentos e emoções assim como outros scripts são inerentes e esse modelo que o autor aprende com o pai é novamente expresso na vida cotidiana dele, como está apresenta a letra: “Eu cuido pra não ser muito sensível/Homem não chora, homem não isso e aquilo/Aprendi a ser indestrutível”.

Portanto, o autor reconhece que luta consigo para ignorar/controlar suas emoções, onde ele exemplifica que deve conter a tristeza afim de não chorar, pois todo homem deve ser forte inclusive quando criança. Quando o homem foge desse padrão se compreende que este não é “homem”: “Quando criança, era chamado de bicha/Como se fosse um xingamento"

Para designar aos desviantes do padrão cisheterocisnormativo existem diversos termos e as crianças não fogem desses adjetivos, pois coloca quando criança foi chamado de “bicha”. Entendendo também que é na infância a única fase a se permitir ter essa fragilidade quando se constrói a masculinidade: “Masculinidade frágil, coisa de menino [...] Da minha intimidade, fui um assassino”

Cisheteronormatividade é muito presente, apesar de haver muitos que já não se adéquam, exemplo é a ampliação da sigla LGBTQIAP+ que busca incluir diferentes expressão de gênero e sexualidade. Este padrão se impõe entre outros motivos pelo patriarcado que coloca a mulher e homem em posições determinadas: Cuidado

com padrões radicais/Cuidado com absurdos normais/Cuidado com olhar só pro céu”.

Esse padrão é opressão sobre uma minoria social e isso é reproduzido muitas vezes automaticamente à medida que é aprendida (Gagnon, 2006). Essas construções de padrões são sociais, entretanto, permeiam a vida individual e perceber como ela atinge e, principalmente, como (re)produzimos é um passo para a mudança: “Precisamos nos responsabilizar, meus amigos/A gente cria um mundo extremo e opressivo”. Ratificando em: “Muito mais do que masculinidade/Ser homem exige escolha, meu irmão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude vive sob pressão e sob novas exigências inerentes à sua vontade, pois assim como os scripts, essas condições já estão presentes na sociedade e, geralmente, são assimiladas e reproduzidas. Perceber-se neste contexto e problematizar as diferentes formas de opressões é o início, isso está presente inclusiva nas novas mídias, como a música Masculinidade.

Essa música então se torna um novo script na busca da quebra de padrões e a medida que se percebe as diferentes formas de masculinidades, não somente a cisheteronormativa, tem-se também uma ampliação de possibilidades e melhores formas de aceitar a si mesmo, respeitando a individualidade e subjetividade.

Referências

REFERÊNCIAS

DIAS, Guarabira Graça. A "masculinidade" cantada por Tiago Iorc : considerações sobre gênero no contexto da produção fonográfica brasileira contemporânea. Natal: UFRN, 2022.Disponível em https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48663

GAGNON, J. H. Uma interpretação do desejo. L. R. Silva, trad. Rio de Janeiro. Garamond. 2006.

GIL, Antônio Carlos, 1946-Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, S. G. da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. Psicologia: Ciência E Profissão, 26 (Psicol. cienc. prof., 2006 26(1)). https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000100011

TOASSI, Andresa Jaqueline et al . O movimento de João de Santo Cristo no mundo: a via-crúcis de uma identidade. Aletheia, Canoas, n. 27, p. 139-156, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000100011&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 11 jun. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Kassiano de Kássio Rosa da Silva	**Mestrando(a)**	**FURG**
Geruza Tavares D'Avila	**Doutor(a)**	**furg**
Helen Barbosa dos Santos	**Doutor(a)**	**furg**

Modos de Atenção à Crise: da admissão e PTS à alta em um hospital de saúde mental para suspensão no território

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

A Saúde Mental enquanto um campo concorrencial de saberes e práticas exige um atenção dedicada aos seus diversos elementos e níveis de atenção e complexidade. Estudos mostram que os CAPS vêm se ocupando cada vez mais de casos de ansiedade e depressão deixando de utilizar de suas capacidades para as pessoas com experiência de vida com a esquizofrenia ou psicose. O princípio da equidade pautado pela máxima do mais para quem precisa mais (BENEVIDES; PASSOS, 2007), encontra-se em risco quando na interface entre a saúde coletiva e a saúde mental. Para que o cuidado ocorra à essa população-alvo, um trabalho clínico-institucional e terapêutico é central no tratamento e estabilização dos casos acolhidos em seus diversos níveis de atenção. Desde o acolhimento em porta de entrada na atenção básica, atendimento em ambulatório especializado, pronto socorro até a suspensão no território em Saúde Mental, o cuidado deve operar de forma integral. A internação é o último recurso, e nela ocorre o período de máxima intensificação da atenção aos casos graves que não conseguiram seguir com uma estabilização mínima necessária para exercício de sua vida plena em sociedade. A internação é, portanto, a alta complexidade em Saúde Mental. Sendo assim, o presente trabalho visa descrever o percurso desse cuidado integral e as funções que os profissionais da equipe terapêutica de uma unidade de saúde mental, e sua coordenação, precisam cumprir desde a admissão (porta de entrada), da elaboração de seu Projeto Terapêutico Singular (PTS) até o processo de seu retorno ao território existencial e sua rede de apoio.

A equipe terapêutica, da unidade hospitalar que iremos abordar, atualmente é composta por três psicólogos, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional, uma educadora física, um terapeuta holístico que oferta Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), um psicopedagogo e um psicólogo sanitarista como coordenador. O presente trabalho pauta-se em um duplo método, ensaio teórico e relato de experiência.

Identifica-se que, sempre que possível, os profissionais desta equipe precisam participar das admissões, enquanto porta de entrada, de forma integrada e qualificada dividindo esse momento com o enfermeiro e o médico-clínico de plantão. Na admissão, um acolhimento ao familiar por membro desta equipe também se mostra igualmente indispensável. A integração da equipe no momento de porta de entrada, unifica os saberes, integra o recém-chegado e dispensa que a pessoa tenha o desconforto de repetir seu discurso para no mínimo três profissionais de classes diferentes. Alguns dados a serem aproveitados em seu PTS são registrados, como: hipótese sobre a crise; profissionais que estiveram presentes no momento da admissão; profissionais e pessoas de apoio externos; preferências pessoais; nutrição; pendências pré-admissão; preocupações gerais etc.

Uma vez o caso sendo admitido, este passa por reunião de equipe onde, após discussão do mesmo, definimos um psicólogo de referência. Caso haja necessidade de assistente social, a profissional também passa a ser uma referência. A assistente social encontra-se disponível para todos os casos, mas seu foco são os casos com violação de direitos, ausência ou precário vínculo familiar, risco social como exposição moral, financeira, patrimonial dentre outras. Outros profissionais poderão compor a referência do caso priorizando-se o vínculo e a indicação terapêutica de cada um. O técnico de referência, aquele que precisa se apropriar de todas as informações e andamento do caso, pode ser qualquer membro da equipe desde que considerado que o vínculo é soberano. As informações necessárias para o PTS após reunião de equipe e em contato com a pessoa em suspensão no território e seu familiar de referência incluem: psicólogo, terapeuta(s), assistente social e médico assistente de referência; medicamentos; S.O.S. (práticas, atividades, formas de acolhimento que tenham função de S.O.S.); objetivo terapêutico; atividades a serem realizadas etc.

Das atividades oferecidas contamos com: academia; grupo de caminhada; auriculoterapia e aromaterapia; hidroginástica; meditação e relaxamento; natação; dança terapia; yoga; quadra de esportes (futebol e basquete); ventosa terapia; acupuntura; horto terapia; confecção de artesanatos; grupo de espiritualidade; música, poesia e prosa; grupo sobre nutrição e medicamentos; alongamento e mobilidade consciente; funcional; roda de autocuidados; grupo de família; momentos de lazer em geral como filmes, karaokê, rodas de violão, gincanas com premiações etc. Em um levantamento da frequência, e não do número de atividades distintas,

chegou-se a seguinte categorização das atividades: PICS (16); Esportes (12); Artes (8); Psicologia e TO (6); Lazer (4).

O retorno da pessoa à seu território existencial e rede de apoio é um processo que começa com saídas terapêuticas que se iniciam, e prosseguem, com duração de 12 horas, 24 horas e 48 horas, geralmente com frequência semanal. Avaliando-se os efeitos dessas saídas terapêuticas junto ao familiar de referência, sua rede de apoio e a pessoa em suspensão no território, inicia-se o processo de alta. Esse processo, é composto por pelo menos cinco elementos: 1) a pessoa em suspensão no território precisa se reconhecer pronta para exercer uma vida significativa em sociedade apesar de seus sintomas; 2) a família precisa estar ciente, de acordo e minimamente estruturada e articulada para receber e dar continuidade ao tratamento fora do hospital, ou seja, imersa na rede de apoio; 3) a equipe terapêutica, junto à sua coordenação, precisa estar alinhada e de acordo com o retorno da pessoa para seu território; 4) a equipe médica, principalmente o médico assistente de referência da psiquiatria, precisa ter sinalizado a condição favorável para o início de discussão pela equipe do processo de alta; 5) evitar prejuízos da relação do caso com a familia, plano de saúde, empresa, da própria pessoa internada ou de quem assumiu a responsabilidade financeira durante permanência do caso na unidade hospitalar. Desta forma, a direção do hospital no momento é o de alinhamento desses cinco elementos para se trabalhar com indicação técnica duas altas terapêuticas por semana. A unidade tem apresentado dados promissores nos últimos meses: houve maior procura pela internação por referência de ex-pacientes, familiares ou profissionais; menor número de pedidos de alta à revelia; e nenhuma alta à revelia que seja por insatisfação com o serviço.

O presente trabalho apresenta como é possível atribuirmos os ensinamentos tanto da reforma psiquiátrica italiana e brasileira (BASAGLIA, 1985; ROTELLI, 2001) quanto do recovery (ERAZO-CHAVEZ et al., 2024) para se trabalhar uma suspensão no território em saúde mental de forma integrada e humanizada. Na atualidade, vive-se uma grande distorção do que se entende por Saúde Mental e o aumento da incidência de quadros de ansiedade e depressão tem ofuscado os casos considerados mais graves. A Saúde Mental enquanto campo tem se mostrado cada vez mais em disputa, concorrência, discordância e agora, mais do que nunca, como alvo de oportunismos e charlatanismos (vide propagandas por algoritmos em redes sociais virtuais). A sociedade precisa ter notícias do que se

trata e como apresentar fluxos ou práticas que funcionam, mas que muitas das vezes profissionais não conseguem expressar em palavras a especificidade do que se vive em um serviço de saúde mental. É o momento de boas práticas, de se defender o que parece óbvio para quem é da reforma psiquiátrica e luta antimanicomial, resgatar o que pesquisadores e profissionais brasileiros já sabem que funciona, pesquisas científicas (ONOCKO-CAMPOS et al., 2008) e explanações de como e o que pode dar certo e do que dá para fazer.

Referências

BASAGLIA, Franco (coord.). A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico. Tradução de Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências; v. n. 17).

BENEVIDES, R.; PASSOS, E.. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 3, p. 561–571, jul. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Dtq6TH5LdJbfDPDwSxSmy6G/. Acesso em: 05 jun. 2025.

ERAZO-CHAVEZ, L. J.; RICCI, E. C.; AQUINO, P. R.; PEREIRA, M. B. P.; ONOCKO-CAMPOS, R. T. Manual de aplicação do Recovery Self-Assessment revisado (RSA-R) no Brasil [recurso eletrônico]. Campinas: UnicampBFCM, 2024. 42 p.: il.; PDF. Disponível em: https://www.bibliotecadigital.unicamp.br/bd/index.php/detalhes-material/?code=116294. Acesso em: 06 jun. 2024. ISBN 978-65-87100-36-4 (E-book).

ONOCKO-CAMPOS, Rosana; FURTADO, Juarez Pereira; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina (org.). Pesquisa Avaliativa em Saúde Mental: desenho participativo e efeitos da narratividade. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. 428 p. (Saúde em Debate; 192. Saúde Loucura; 29).

ROTELLI, Franco; LEONARDIS, Ota de; MAURI, Diana. Desinstitucionalização, Uma Outra Via: a reforma psiquiátrica italiana no contexto da Europa ocidental e dos "países avançados". In: ROTELLI, Franco; LEONARDIS, Ota de; MAURI, Diana. Desinstitucionalização. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. Cap. 1. p. 17-59.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Paulo Renato Pinto de Aquino	**Doutor(a)**	**Fiocruz-Fiotec**
Dominique Pinheiro Soares Alves	**Mestre(a)**	**Uniasselvi**

Mulher Elementar: Quando Tensionar é Despertar

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

No alvorecer de 2025, mais uma jornada do Projeto VER-SUS Brasil - Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde - tomou forma. Como sementes lançadas ao solo fértil do SUS, novos olhares se abriram para a complexidade desse sistema, guiados pelos princípios que o sustentam. Tornaram-se agentes de mudança, entrelaçando conhecimento e compromisso na construção de um cuidado mais humano e acessível.

A versão do VER-SUS elegeu o Campus da Faculdade de Enfermagem da UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul como morada dos Viventes durante os dias 11 a 17 de janeiro 2025 e outros locais da Região metropolitana. A iniciativa é voltada para estudantes de graduação em cursos com conexão com o Sistema Único de Saúde, de cursos técnicos da área da saúde e de programas de residência em saúde. Nesta etapa foram selecionados estudantes da Região Sul, vinculados a instituições nos estados de abrangência do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Esse texto traz um relato de experiência da vivência das autoras nessa edição do projeto, através da lente da primeira autora como integrante da equipe de comunicação do VER-SUS. Em um primeiro momento como observadora e que, lentamente, foi se envolvendo no processo. Acompanhar o cotidiano desses aprendizes e dos profissionais de saúde me remeteram a memórias de infância, permeadas por familiares que atuam no SUS. E a realidade ainda é a mesma, uma mistura de amor, ética por ser profissional de saúde e uma luta permanente contra as inconstâncias políticas, econômicas e sociais do nosso país em firmar políticas públicas.

Mulher Ar – Lilith Esteves

Trago para a roda uma vivente que me chamou a atenção por sua espontaneidade e carisma, 41 anos, estudante de Veterinária da UFPEL- Universidade Federal de Pelotas, natural de Minas Gerais. Uma mulher consciente do seu lugar na sociedade, com os pés fincados no chão como nos fala Carneiro (2019). Inicia a

entrevista com sua autodescrição de mulher negra e do quanto esse lugar ainda é pesado em todos os espaços que seu corpo se faz presente.

A identificação com esse desabafo de nossa protagonista é imediata, duas autoras desse texto são mulheres negras, nascidas no Rio Grande do Sul e que por muito tempo foram silenciadas, assim como as mulheres negras de suas famílias. Mulheres negras sentem o fardo de tentar existir e reexistir enquanto mulheres negras nesse Estado estruturalmente racista.

Lilith nos relata a surpresa de ser escolhida para participar do VER-SUS. Ela se coloca como pesquisadora de iniciação científica, que acessou a Universidade através de bolsa proveniente das Políticas de Ação Afirmativa, pelo sistema de cotas raciais. Relata sobre o sentimento doloroso e desafiador que é participar do VER-SUS e não encontrar os seus pares. Quantas pessoas negras acessam à Universidade? Difícil encontrar afetos. Continua seu relato nos dizendo que se sentiu representada apenas no último dia do VER-SUS, quando foi realizada a palestra da Professora Doutora Leda que abordou a temática racial, decolonial e segurança em saúde.

Foi possível perceber que a presença da professora Leda foi o ponto alto do evento como acolhimento e representatividade na fala de Lilith, e de uma necessidade de ampliar ainda mais essa equidade tão proclamada pela Saúde Coletiva.

Continua nos relatando, agora sobre um pouco de sua trajetória como filha do campesinato. Nasceu em Chapada do Norte e por ser um local afastado e de poucos recursos, sua mãe teve 18 gestações e 10 perdas, devido à falta de acesso à saúde, ao SUS. Nos fala de sua indignação sobre a riqueza de seu Estado, mas que devido à má distribuição de renda e administração pública, que reflete a realidade de muitos Estados brasileiros no que tange à fragilidade da saúde, muitos brasileiros ficam entregues à própria sorte.

Ela nos conta que vê no espaço do VER-SUS o local para provocar, desacomodar e ressalta a importância da educação antirracista e igualdade de gênero, pois só essa vai movimentar as estruturas sociais, políticas e econômicas no nosso país. Continua suas colocações e nos declara o quanto ainda é difícil se sentir à vontade em locais públicos. Embora mulher negra de pele não retinta, sabe que esses marcadores raciais são cruciais para maior atrocidade por parte da branquitude. Cida Bento (2022) nos explica que a branquitude, como sistema de privilégio

adquiridos por quem apresenta a cor da pele branca, às custas do trabalho de pessoas negras, coloca as pessoas negras em situações de desigualdade.

Lilith nos fala da sua percepção da cidade onde faz seu curso ser a segunda cidade de maior população negra no País e mesmo assim, dentro da universidade, observa o povo preto nos serviços de limpeza, portaria, em serviços considerados subalternos. E em raras situações, quando dentro de um setor ou departamento considerado de maior relevância, há um silenciamento, quase um apagamento. As poucas pessoas negras que Lilith visualiza nesses setores, relataram que precisam trabalhar mais para compensar horas de estudo. É constante a sobrevivência e a desigualdade dos negros próximos dos cargos de poder.

“Chorei e fiz questão que vissem, pois a consciência dói”, nos diz essa mulher potente. “Foram tantas as dificuldades enfrentadas por mim, vivendo nesse Estado racista e xenofóbico, que no fim fortaleceram ainda mais meus objetivos de ser uma profissional da saúde com senso ético e de justiça à flor da pele”, continua a colaboradora.

Lilith sonha em ser professora universitária e sabe que seu papel é provocar, desacomodar e entende a educação como prática de liberdade, tal como nos ensina bell hooks (2017).

Durante os dias em que estive no VER-SUS enquanto futura profissional da Comunicação impregnada pela Educação e vivenciando o que esse espaço proporciona, pude observar pelas lentes da câmera, momentos de alegria e tensão. Fiz questão que assim fosse, para trazer nesse texto o olhar de uma usuária, de futura trabalhadora e gestora. Pois quando se trata de Saúde Coletiva e SUS é difícil separar quem é usuário, de trabalhador, de gestor. Todos temos potencial para sermos essa tríade, entendendo que os gestores têm um trabalhar árduo na administração dos recursos destinados pelos órgãos administradores, que minguam ao longo do tempo, enquanto outros profissionais do SUS, aqueles que estão em contato com os usuários, precisam desenvolver habilidades de sensibilidade e praticidade para tal ofício.

Ao escolher essa protagonista acredito contribuir com um dos propósitos do programa dar visibilidade a quem FAZ, sem medir esforços por saber da importância de futura profissional da saúde, e por ser usuária do SUS. Também me posiciono ocupando o lugar de mulher negra e futura profissional consciente do meu lugar na sociedade e da relevância em escancarar as diversidades de raças, culturas que é a

cara do povo brasileiro e não só um padrão europeu que atende e é atendido pelo SUS.

E sempre é importante nos questionarmos “para quem é o SUS?” (Ferreira, 2024)[3]

E como atender a essa população já tão carente de estruturas psicossociais de forma mais humana?

Que toquem novos sonhadores na construção de uma saúde integral mais amorosa e subversiva e que a tecnologia ancestral seja nosso guia.

Referências

BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. São Paulo Companhia da Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo. Ed. Pólen Livros, 2019.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade – 2. Ed. – São Paulo: Editora WMF Fontes, 2017

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Rosemar Silva da Silva	**Graduando(a)**	**IFRS**
Rose Mari Ferreira	**Doutor(a)**	**Prefeitura Municipal de Alvorada/RS**
Márcia Fernanda de Méllo Mendes	**Doutor(a)**	**Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada**
Ana Cristina Bergalo Zeferino	**Especialização concluída**	**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**
Gabriela Brasil Severgnini	**Graduando(a)**	**Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada**
Jorge Marcos Mazarguirre	**Graduando(a)**	**Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada**

Negritude e identidade negra positivada como via de promoção da saúde mental

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Este trabalho compõe a discussão de um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada ‘Trançando (escre)vivências: significados do cabelo na construção da negritude’, no qual propõe pensar sobre como ‘cabelo’ pode ser considerado um instrumento de constituição de negritude, pois os penteados, tamanhos, formatos, cores e modelos podem ser um meio de autoidentificação, bem como de identificação de terceiros “os grupos sociais se reconhecem a si mesmos e aos outros” (GOMES, 2020, p. 139). Por esse motivo, para além de “tornar-se negro” da forma como Neuza Souza – Em sua obra de 1983, intitulada Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social, Neuza Santos Souza ressalta que “ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.” (p.77) (grifo nosso). – apresenta, é primordial – e não menos importante – saber-se negro, isto é, reconhecer-se como negro, como Nilma Lino Gomes revela. Porquanto, “a contradição rejeitar-se e aceitar se como negro e, mais ainda, rejeitar-se como negro para ser aceito socialmente, constitui a vivência cotidiana desses sujeitos (…) da relação do negro com o corpo e com o cabelo, num intenso e denso processo de tornar-se negro” (GOMES, 2020, p. 151).

A constituição de sujeito será uma categoria adotada por meio da perspectiva da abordagem sócio-histórica que tem por pressuposto “a origem e a natureza social e histórica do sujeito” (MOLON, 2011, p. 615). Ao qual argumenta, a partir das contribuições do psicólogo russo Vygotsky, que o sujeito é constituído pelo outro e pela linguagem (VYGOTSKY, 1987; 2001).

Ao abordarmos a questão da negritude, estamos nos referindo principalmente a uma dimensão política, ideológica e cultural. O fato de pessoas negras frequentarem salões e fazerem procedimentos que remetem à cultura afro pode ser uma prova de que o cabelo intensifica a passagem por esse processo; “o movimento da negritude, cumpriu um papel revolucionário, rompendo com os valores da cultura eurocêntrica” (DOMINGUES, 2005, p. 194). A negritude se coloca

numa perspectiva teórico-prática em face da valorização da cultura e da identidade racial negra, sendo contraproducente à opressão colonial. Inclusive, essa ação pode potencializar o “resgate da autoestima, o interesse pela sua própria raça” (GOMES, 2020, p. 136).

O cabelo é político. Os estudos contracoloniais – Contracolonial é um termo adotado pelo intelectual Nego Bispo –. Para o mestre, é uma forma de defender territórios tradicionais, símbolos, significações e modos de vida. apontam que não existe modernidade sem colonialidade, e raça é uma categoria colonial (conforme as(os) autores: Fanon, Grosfoguel, Kilomba, Lugones, Quijano), que foi criada para justificar a opressão e a colonização do povo das Américas e do povo negro, e para legitimar a colonização. A colonialidade persiste ainda hoje, a branquitude é prova disso (BENTO, 2022). Então, podemos pensar na transição capilar como um ato político de resgate da ancestralidade, por isso esse pode ser considerado um ato contracolonial e antirracista (um movimento de afirmação de uma identidade negra positivada). Mesmo que, “o cabelo do negro pode ser visto como símbolo de beleza e, incoerentemente, de inferioridade racial” (GOMES, 2020, p.355). Historicamente, as concepções de beleza, moral e inteligência foram atribuídas aos brancos como falsa condição de superioridade que o racismo lhes confere (BENTO, 2022). Aos sujeitos negros, o racismo forjou um lugar de inferioridade e subalternidade. Conforme Costa (1983), essa seria uma forma de violência racista com o objetivo de destruir as identidades negras. É em razão disso que podemos concordar com Gomes (2020, p. 145) quando a intelectual afirma que “para o negro, o estético é indissociável do político”.

A negritude possibilita a produção de outros modos de subjetivação aos sujeitos negros e contribui para pensar a positivação das identidades negras. Dito de outro modo, fazer uso do dito “beleza negra” é ter o cabelo como instrumento que permite a produção de negritude; mediante a construção de uma identidade negra positiva, contribui para que muitos negros e negras tenham a possibilidade de serem vistos e considerados belos, uma reivindicação importante para um grupo que teve esse direito historicamente negado. A partir do supracitado, podemos afirmar que considerando os efeitos psicossociais do racismo, visto que, na história de muitos brasileiros, o cabelo é parte corporal alvo de diferentes experiências e sensações; marca os sujeitos em sua história de vida, isto porque vivemos em uma sociedade racista atravessada pelo ideal de embranquecimento físico e cultural. Por via desta

pesquisa de mestrado e das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas, analisou-se, por meio da análise temática, por embasamento da teoria crítica de raça, o cabelo contribui e pode ser uma via para a construção e manutenção da negritude/beleza negra em sujeitos negros. Logo, construir, positivar, e dar manutenção à negritude e a identidade, pode ser sim, uma via fundamental para a promoção de saúde mental de pessoas negras.

Referências

BENTO, M. A. S. O pacto da branquitude. Companhia das Letras, 2022.

GOMES, N. L. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos de identidade negra. Belo Horizonte, 2020.

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. Psicologia em Estudo, 16(4), 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/CTvCMKmmrhks6GkZmdRM5tm/

SOUZA, N. S. Tornar-se negro. Graal, 1983.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Martins Fontes, 1987.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Benilde Silva Portuguez	**Graduando(a)**	**UFSC**
Wagner Leite de Souza	**Mestre(a)**	**UFSC**

Nos caminhos da saúde: relato cantado sobre a saúde em um território vulnerável

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandid

INTRODUÇÃO: Relato cantado é uma forma de expressão que envolve contar ou narrar uma história por meio de um canto ou música. A música é uma ferramenta que desempenha um papel importante no processo de ensino aprendizagem, por favorecer o envolvimento e o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes.

OBJETIVO: Este relato descreve uma música produzida por um grupo de jovens estudantes do segundo ano do Curso Técnico em Meio Ambiente do IFRS - Campus Alvorada para a apresentação de uma história sobre o contexto de saúde de um território investigado.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA: No primeiro semestre de 2025, na disciplina de Ambiente, Saúde e Sociedade II os estudantes do ensino médio do Curso Técnico em Meio Ambiente do IFRS - Campus Alvorada foram apresentados ao conceito ampliado de saúde e a temáticas sobre território, determinantes sociais de saúde e saneamento básico. Foram convidados a formar grupos e fazer uma atividade de pesquisa que envolveu a realização de uma entrevista em um serviço de saúde local, com um profissional e um usuário de uma Unidade de Saúde da cidade de Alvorada – RS. A cidade está localizada na região metropolitana de Porto Alegre, e é marcada pela situação de vulnerabilidade socioeconômica de parte da população, ocupando a 2ª colocação no ranking de homicídios no Estado do Rio Grande do Sul. A atividade solicitada teve o intuito de relacionar os assuntos desenvolvidos em aula com o contexto do cotidiano da vida real local, promovendo conhecimentos sobre a realidade de um território a partir da perspectiva de pessoas ali inseridas. Os grupos foram instigados a elaborar uma apresentação criativa dos resultados das entrevistas para a turma, associados a uma reflexão crítica sobre o assunto. Um dos grupos, a partir de seu interesse e gosto pessoal, optou por produzir e apresentar uma composição intitulada ‘Nos caminhos da saúde’, utilizando a música popular brasileira como estilo musical. A música foi cantada ao microfone para os colegas

de classe e as estudantes fizeram uso de instrumentos musicais como tambor e pandeiro.

'Nos caminhos da saúde'

No coração do Intersul
Tem batalha, tem ternura
Tem mulher que cuida gente
Com firmeza e com doçura
Saúde é corpo, alma e mente
É viver de forma decente
É ter lar e dignidade
E não só ser sobrevivente
Ariane, mãos que acolhem
No silêncio de um plantão
Cinco anos de esperança
Na batida do coração
Vê no rosto da senhora
O retrato da tensão
E no jovem a tristeza
Um pedido de atenção
Saúde é mais que um remédio
É ternura, é proteção
É ter casa
Ter respeito
É viver com emoção
É o toque leve na alma
É cuidar do coração
Kelly chega com seus filhos
Traz no olhar a gratidão
Mesmo quando o tempo aperta
Ela encontra solução
Lá no canto do seu bairro
Falta esgoto, falta ação
Mas a força dessa gente

Floresce na contramão
Saúde é fonte que brota
Da água limpa e do pão
É a calma na tempestade
É abrigo em multidão
É um gesto de bondade
Num sistema em confusão
Ariane, Kelly, tantas
São sementes no quintal
São caminhos de esperança
Num cenário desigual
Saúde é o básico garantido
Esgoto, comida, um lar protegido
Como disse a OMS, se quiser saber
Físico, mente e social tem que valer
O povo se une, todo mundo faz o bem
E quem cuida da saúde

RESULTADOS: Os 29 estudantes da classe fizeram uma avaliação escrita em pares sobre a apresentação. Nela destacaram muitos aspectos positivos. Referiram que a apresentação foi original, criativa, inteligente, corajosa, “fora da caixa”, completa, divertida, bem elaborada, bem explicada e precisa. Ainda, registraram ter adorado/amado a letra e a apresentação, avaliando com nota dez.
CONCLUSÃO: O relato cantado apresentou relação entre o conteúdo da disciplina atravessado pela cultura e pela arte e expressou essa interface com percepções sensíveis das estudantes. Estabeleceu conexão entre meio ambiente e saúde coletiva de forma criativa, dinâmica divertida e significativa, cumprindo com o papel de envolver os estudantes de maneira expressiva no processo de ensino aprendizagem. Unir arte, cultura e saúde é uma estratégia envolvente e eficaz para desenvolver a formação de profissionais de saúde.

Referências

Barcelos, Eduardo Alvares da Silva. Territórios / Organizado por Eduardo Alvares da Silva Barcelos, Gigi Castro, Lara de Queiroz Viana Braga e André Campos Búrigo. – Rio de Janeiro: EPSJV,
2017. 60 p. : il. ; - (Coleção Tramas e Tessituras, 4).
Bordenave, Juan. Pinheiro, Adair. Estratégias de Ensino-aprendizagem, 33a edição. Editora Vozes. Petrópolis. 2015.
Dantas, Vera Lúcia De Azevedo; Pulga, Vanderléia Laodete. Entrelaçando arte, cultura e saúde: possibilidades de coracionar o cuidado com a vida / Organizadoras: Vera Lúcia De Azevedo Dantas; Vanderléia Laodete Pulga – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024. 374 p. (Série Educação Popular & Saúde, v.12).

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Marielly de Moraes	**Doutorando(a)**	**UFSC**
Tainá Ramao Lucas	**Ensino fundamental**	**IFRS - Campus Alvorada**
Maria Eduarda da Conceição Gonçalves Dias	**Ensino fundamental**	**IFRS - Campus Alvorada**
Ana Luysa Benites Caneda	**Ensino fundamental**	**IFRS - Campus Alvorada**
Sophia Cardoso Pacheco	**Ensino fundamental**	**IFRS**
Brenda Rafaela Honatel Burin	**Ensino fundamental**	**IFRS**
Maria Eduarda da Silva da Rosa	**Ensino fundamental**	**IFRS**
Márcia Fernanda de Méllo Mendes	**Doutor(a)**	**IFRS**

O corpo das palavras e as palavras de um corpo: experiências em uma oficina de escrita

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Este trabalho apresenta a oficina intitulada Palavras do Corpo, que propõe práticas de escrita para mulheres a partir de materialidades artísticas diversas – como colagem, literatura, pintura e fotografia –, dando abertura para a livre expressão e ancorando-se na permanente aposta no exercício da palavra. Esta proposta está vinculada ao Programa de Extensão Invencioteca da Estação: Rede de afetos - entre arte e saúde mental da Universidade Federal de Santa Maria, programa este que busca ações interdisciplinares e práticas artísticas coletivas com objetivo de promoção de saúde mental.

As ações são realizadas no Ateliê da Estação situado na Vila Belga, um conjunto de edificações no centro da cidade de Santa Maria localizada adjacente à Gare da Viação Férrea – localidade tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Neste contexto, entendemos que a produção de saúde mental deve significar a retomada da multiplicidade da vida dos sujeitos, recompondo a perspectiva histórica, existencial e social, considerando a singularidade de seus sofrimentos e de suas experiências em seus próprios territórios.

Produzir saúde mental, portanto, não equivale apenas a tratamento, mas ao restabelecimento das condições de cidadania e à ampliação da capacidade de transformar a realidade em que se vive, através da responsabilidade compartilhada, da criação de vínculos solidários e da participação coletiva nos processos de produção de saúde mental, refletindo na inclusão social de sujeitos e coletividades. É nesta perspectiva que as ações da Invencioteca buscam alcançar sujeitos em vulnerabilidade social, territorial ou afetiva, entendendo-os como populações que não apresentam apenas demandas por tratamento ou cura, mas questões que refletem a multiplicidade da vida e da existência coletiva, muitas vezes, marcadas por experiências de sofrimentos vinculados à discriminação, preconceitos, racismo e exclusão social.

Neste sentido, nossa proposta é a de acompanhar o grupo em um salto no escuro rumo à possibilidade de narrar a si e ao mundo através da produção de textos nos mais diversos formatos, ofertando também um espaço de compartilhamento e reflexão sobre a experiência do processo de escrita, palavra esta que entendemos "como abertura vital para mundos impossíveis; escrita como possibilidade de inventar vidas dissonantes, marginais" (Brito; Costa, 2020, p. 47). O texto, que partilha da mesma origem etimológica da palavra tecido, também se faz por entre os fios de um processo artesanal, que exige um tempo outro, o tempo da experiência. E, assim, partimos da ideia de que a manifestação da palavra através da escrita pode ser um potente dispositivo para explorar as intensidades e afetações do sujeito na contemporaneidade e criar fissuras nos blocos molares daquilo que concebemos por sujeito universal (homem-hétero-branco-ocidental-...).

Como bem nos aponta Clarice, O "ato de escrever é como quebrar rochas" (LISPECTOR, 1977, p 19), portanto, entendemos que a artesania poética e política que envolve escrever se dá na tensão, no equívoco, no emaranhamento, na criação de linhas de fuga. Apostamos, então, na mobilização das palavras em uma oficina, tomando o ato de escrever em sua potência de agenciar subjetividades, captar intensidades, fazer-se inscrever no corpo, dado que "Escrever é um caso de devir" (Deuleuze, 2011, p. 11).

Assim, caminhamos nessa composição teórica com Hélène Cixous: "É preciso que a mulher se escreva [...]. É preciso que a mulher se coloque no texto — como no mundo, e na história —, por seu próprio movimento" (CIXOUS, 1975/2022, pág. 41), e é a partir deste lugar que propomos um espaço àquelas que desejam (co)construir e compartilhar possibilidades para colocar-se no texto, como propõe Cixous. É fundamental ressaltar que entendemos a noção de mulher vinculada a ideia de feminino que propõe Cixous (1986/2024), a partir de sua singularidade, de oposição ao universal, e "esta carne, sobrehistoricizada, museificada, recortada em todos os sentidos, sobrelambida, é uma carne feminina" (CIXOUS, 1986/2024, p.76). Nosso intuito é de propor práticas em escrita que se dão nos encontros entre corporeidades dissidentes, porque "eles se dão a todo momento, como um arfar de vozes para que a composição se torne trama, rede em equivocidade" (ZUCOLOTTO, 2018, p. 17), colocando em jogo o próprio corpo no processo: a vida é que "faz texto com meu corpo. Já sou texto" (CIXOUS, 1986/2024, p.71).

Na borda da própria escritura, buscamos traçar ranhuras, povoar as margens com outros modos de palavrar, dermarginamos o próprio ato de escrever, na medida em que “a escrita verdadeira é isso: [...] um ato convulso” (FERRANTE, 2023, p. 35). Escrever em abismo, em deriva, esgarçando os limites da própria escrita, como nos aponta Zucolotto (2018). Em nossas práticas, a escrita convoca outras artes para compor um exercício singular de invenção, se desvencilhando de um eu individual, visto que o eu da escrita é sempre povoado por infinitas multidões. Quanto a isso, talvez a provocação de Ferrante (2023, p. 81) aponte uma direção possível para explicitar por onde circulamos: “Minha, minha, minha. Como repetimos esse pronome possessivo. [...] Precisamos aceitar o fato de que nenhuma palavra é realmente nossa. Precisamos abrir mão da ideia de que escrever é libertar de forma milagrosa uma voz própria [...]. Pelo contrário, escrever é, cada vez mais, entrar em um cemitério infinito no qual cada tumba espera para ser profanada”. É nessa profanação que apostamos, como um exercício de desmanchamento de certos modos de existência e na criação de outros.

Referências

BRITO, M; COSTA, D. Escrita e corpo e fabulação: variações com Deleuze e Clarice Lispector. Linha mestra, n.41, p.45-54, 2020.

CIXOUS, H [1975]. O Riso da Medusa. Tradução: Natália Guerrelus e Raísa França Bastos. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

CIXOUS, H [1986]. A Chegada da Escrita. Tradução de Danielle Magalhães, Isadora Nuto, Marcelle Pacheco, Patrick Lange, Renata Estrella e Tainá Pinto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2024.

DELEUZE, G. Crítica e Clínica. São Paulo: Editora 34, 2011.

FERRANTE, E. As margens e o ditado: sobre os prazeres de ler e escrever. Tradução de Marcelo Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.

LISPECTOR, C. A hora da estrela. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

ZUCOLOTTO, M. A escrita em transversal: encontros, errância e experimentações no escrever. Curitiba: CRV, 2018.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Luana Vargas Aquino	**Doutorando(a)**	**UFSM**
Juliana Martins Roeber	**Mestrando(a)**	**Universidade Federal de Santa Maria**
Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Maria**

O desafio da organização da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

A organização do cuidado em saúde mental no Brasil é atravessada por múltiplas racionalidades e epistemologias que tensionam a produção de políticas, serviços e práticas assistenciais no campo da saúde coletiva. Este ensaio teórico propõe discutir os desafios dessa organização a partir da análise crítica das racionalidades que sustentam o sistema de saúde, em especial a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

O setor saúde é atravessado por disputas políticas, econômicas e sociais que influenciam diretamente a forma como a saúde mental é concebida, organizada e operacionalizada (Campos, 2000; Paim, 2008). A estrutura do SUS, fruto da reforma sanitária dos anos 1980, foi construída sobre princípios universalistas e solidários. No entanto, sua implementação foi marcada por ambivalências e concessões a um modelo liberal, resultando em um sistema de saúde híbrido e fragmentado (Giovanella et al., 2012). A criação da RAPS, em 2011, procurou consolidar um modelo de cuidado integral e comunitário, com base na lógica de redes regionais e na articulação entre dispositivos de diferentes níveis de atenção (Brasil, 2011).

Contudo, a hierarquização inicial dos serviços em um modelo piramidal mostrou-se insuficiente para garantir a resolutividade esperada. A supervalorização da média e alta complexidade, em detrimento da atenção primária à saúde (APS), somada à fragmentação do cuidado e à falta de integração entre os níveis de atenção, contribuiu para o agravamento das iniquidades no acesso e na qualidade da assistência (MENDES, 2011; SOLLA; PAIM; REIS, 2022).

Com o intuito de reverter esse cenário, as Redes de Atenção à Saúde (RAS) foram propostas como uma forma mais integrada e horizontalizada de organizar o cuidado, coordenadas pela APS e orientadas por fluxos e referenciais comuns (MENDES, 2011). Em 2011, o Ministério da Saúde instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), voltada à promoção do cuidado em saúde mental de forma articulada e integral (BRASIL, 2011).

A RAPS contempla dispositivos de diferentes níveis de atenção, incluindo serviços de urgência e emergência, bem como aqueles voltados à desinstitucionalização e reabilitação psicossocial. Embora compartilhe o conceito de “rede de atenção” com a proposta de Mendes (2011), na prática, a RAPS ainda reproduz uma lógica hierarquizada que dificulta a organização poliárquica e cooperativa do cuidado.

O modelo de atenção psicossocial, concebido a partir da reforma psiquiátrica e do movimento antimanicomial, promoveu uma ruptura com o paradigma asilar ao defender o cuidado em liberdade, centrado no sujeito e em seu contexto comunitário (COSTA-ROSA, 2000; AMARANTE, 2012). Nesse modelo, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) representa o principal serviço substitutivo, com papel fundamental na articulação com a rede de saúde, serviços intersetoriais e recursos comunitários.

A APS, por sua proximidade com a população, tem potencial para desempenhar um papel estratégico na promoção da saúde mental e na construção de vínculos terapêuticos (RODRIGUES; MOREIRA, 2012; SANINE; SILVA, 2021). No entanto, na prática, muitos profissionais não reconhecem o sofrimento psíquico como parte das necessidades de saúde integral, o que gera invisibilidade dos casos, uso excessivo de medicamentos e encaminhamentos indevidos à atenção especializada (AMARAL et al., 2018; MOLINER; LOPES, 2013; LIMA; ALVES, 2020).

Apesar dos avanços da Lei 10.216/2002, que consolidou a Política Nacional de Saúde Mental, ainda persiste a reprodução de práticas manicomiais mesmo fora dos hospitais psiquiátricos (ALVERGA; DIMENSTEIN, 2006; ACIOLI NETO; AMARANTE, 2013). O CAPS, muitas vezes, é entendido como o único responsável pelo cuidado em saúde mental, o que gera sua sobrecarga e contribui para a fragmentação da rede (ACIOLI NETO; AMARANTE, 2013).

Nesse contexto, as linhas de cuidado emergem como estratégia relevante para garantir a continuidade e integralidade do cuidado, organizando os fluxos assistenciais e promovendo a pactuação entre os diversos dispositivos da rede (FRANCO; MAGALHÃES JR., 2004; SANTA CATARINA, 2019). Na saúde mental, contribuem para orientar ações desde a prevenção até o tratamento, fortalecendo a RAPS e efetivando o modelo psicossocial.

Apesar dos avanços da Reforma Psiquiátrica, a organização da RAPS ainda enfrenta inúmeros desafios. Estudos de mapeamento e avaliação da RAPS revelam boa cobertura dos CAPS I e II, com tendência à interiorização, mas também indicam

vazios assistenciais, baixa cobertura de CAPS i, CAPS III e CAPS AD, além da escassez de retaguarda para crises (MACEDO et al., 2017a; COSTA et al., 2020; BORGES et al., 2021; COELHO et al., 2022; SILVA et al., 2021; SOUSA et al., 2024). Essa insuficiência tem favorecido a expansão de comunidades terapêuticas e leitos hospitalares, enfraquecendo os princípios da reforma psiquiátrica (MACEDO et al., 2017a; SILVA et al., 2021; COELHO et al., 2022).

A regionalização é uma diretriz estratégica para apoiar municípios menores, porém enfrenta barreiras como a ausência de pactuação regional e a fragmentação do cuidado (DIMENSTEIN et al., 2018; LIMA; GUIMARÃES, 2019). Soma-se a isso o despreparo dos profissionais e invisibilidade dos transtornos mentais, especialmente na APS e a escassez de equipes de apoio matricial (MACEDO et al., 2017a; BORGES et al., 2021; NUNES; ONOCKO-CAMPOS, 2022), resultam em desassistência e desarticulação entre os serviços. As regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas pelas iniquidades regionais, além da alta rotatividade dos profissionais (GERBALDO et al., 2018; SANINE; SILVA, 2021; NUNES; ONOCKO-CAMPOS, 2022).

Ademais, a dificuldade em estruturar a RAPS está relacionada à fragilidade do planejamento e da programação em saúde. É necessário considerar a subjetividade das necessidades em saúde e integrar recursos comunitários e intersetoriais na construção da rede (NUNES; ONOCKO-CAMPOS, 2022). Os transtornos mentais comuns, frequentemente invisibilizados diante dos casos mais graves, requerem especial atenção, sobretudo após o aumento expressivo de sua incidência no contexto pós-pandemia.

É importante reconhecer também o impacto dos interesses econômicos na organização das políticas de saúde. A saúde mental sofre interferência de setores conservadores e da saúde suplementar, que promovem retrocessos como o incentivo à hospitalização em detrimento do cuidado territorial e em liberdade (AMARANTE, 2012; CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020). Apesar de o SUS ser um sistema universal, sua aprovação legislativa incorporou interesses conflitantes, o que o torna vulnerável às disputas ideológicas e mercadológicas (FLEURY; OUVERNEY, 2012; PAIM; ALMEIDA-FILHO; REIS, 2022).

A complexidade da saúde mental exige uma abordagem que considere múltiplas dimensões. Amarante (2012) propõe quatro delas: epistemológica, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural. Essas dimensões refletem a

influência dos paradigmas sobre a forma como o sofrimento psíquico é compreendido e abordado, desde os profissionais até os gestores e formuladores de políticas.

A coexistência de um modelo público universal com um setor privado dominante, sobretudo na média e alta complexidade, compromete a integralidade e fragmenta o sistema (TESSER; SERAPIONI, 2022). Essas contradições estruturais impactam diretamente a organização do cuidado em saúde mental, dificultando a implementação eficaz da RAPS.

Considerações Finais

Fazer saúde coletiva no Brasil é um desafio constante. As reformas sanitária e psiquiátrica demonstram que a mobilização popular pode pressionar o Estado por mudanças institucionais significativas. Assim, os profissionais da saúde são chamados a atuar de forma ética e politicamente engajada, não apenas no cuidado individual, mas também na promoção da participação social, na difusão de conhecimento e na incidência sobre os espaços de decisão política. A disputa por modelos de cuidado e racionalidades segue aberta, e o fortalecimento da RAPS e do modelo psicossocial dependerá do compromisso coletivo com uma saúde pública verdadeiramente democrática, integral e humanizada.

Referências

ACIOLI NETO, L.; AMARANTE, P. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e sua posição na rede de atenção à saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 253–271, 2013.

ALVERGA, A. R.; DIMENSTEIN, M. A lógica institucional do modelo biomédico: desafios para a rede de saúde mental. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 220–239, 2006.

AMARAL, P. V. M. et al. Ações de saúde mental na atenção básica: análise documental da gestão estadual do SUS. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 951–962, 2018.

AMARANTE, P. (org.). Saúde mental e atenção psicossocial. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2011.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um desafio para a clínica e a política. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 20, n. 1, p. 58–69, 2000.

CRUZ, M. S.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G. A política de saúde mental no Brasil: do retrocesso autoritário à (re)construção necessária. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 245–248, 2020.

FLEURY, S.; OUVERNEY, A. M. Universalidade e integralidade da atenção à saúde como diretrizes do SUS: condicionantes e dimensões para a avaliação. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 818–826, 2012.

FRANCO, T. B.; MAGALHÃES JUNIOR, H. M. Linha do cuidado: uma proposta de inovação gerencial na produção da saúde. In: MERHY, E. E.; MAGALHÃES JUNIOR, H. M.; RIMOLI, J. (org.). O trabalho em saúde: olhar do cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 161–176.

GERBALDO, D. et al. A rede de atenção psicossocial da macrorregião noroeste do Paraná: uma análise documental. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 843–857, 2018.

LIMA, L. S.; ALVES, M. D. G. Atenção à saúde mental na atenção primária: concepções de trabalhadores da saúde da família. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 29, n. 2, e181144, 2020.

LOBATO, L. V. C.; GIOVANELLA, L. Gestão regional do SUS: relações federativas, processos de regionalização e instâncias regionais de negociação. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 1065–1076, 2012.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília, DF: OPAS, 2011.

MOLINER, R.; LOPES, R. E. A saúde mental na atenção básica: tecendo a rede entre saberes e práticas. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 161–180, 2013.

NORONHA, J. C.; LIMA, L. D.; MACHADO, C. V. O Sistema Único de Saúde e a Seguridade Social. In: LIMA, N. T. et al. (org.). Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 95–122.

NUNES, M. O.; ONOCKO-CAMPOS, R. T. Por que ainda não temos Redes de Atenção Psicossocial no Brasil? In: SOUZA, C. R.; BAHIA, L. (org.). Redes de atenção à saúde: teoria, política e crítica. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 261–276.

PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N.; REIS, A. T. Os desafios do SUS. In: SOUZA, C. R.; BAHIA, L. (org.). Redes de atenção à saúde: teoria, política e crítica. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 61–82.

RODRIGUES, E. G.; MOREIRA, M. I. M. Ações de saúde mental na estratégia saúde da família: representações sociais de profissionais de saúde. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 106–114, 2012.

SANINE, P. R.; SILVA, F. C. A. Saúde mental na atenção primária à saúde: análise dos fatores associados ao registro de casos. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 4101–4112, 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. Linha de cuidado em saúde mental: orientação para os serviços de saúde. Florianópolis: SESA, 2019.

SOLLA, J. J. A.; PAIM, J. S.; REIS, A. T. Regionalização da atenção à saúde no Brasil. In: SOUZA, C. R.; BAHIA, L. (org.). Redes de atenção à saúde: teoria, política e crítica. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 189–213.

SOUZA, C. R.; BAHIA, L. As redes de atenção à saúde no Brasil: da constituição da política à organização do cuidado. In: SOUZA, C. R.; BAHIA, L. (org.). Redes de atenção à saúde: teoria, política e crítica. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 13–36.

TESSER, C. D.; SERAPIONI, M. Saúde suplementar no Brasil: limites da regulamentação e desafios para o SUS. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, n. 134, p. 728–741, 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Kézia de Oliveira Nascimento Souza	**Mestrando(a)**	**UEFS**

O Descredenciamento dos Leitos Psiquiátricos da Casa de Saúde do Rio Maina e o Processo de Desinstitucionalização em Curso

Área temática

01. Jurídico-Político

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica Brasileira é um complexo processo político e social de mudança do modelo psiquiátrico para o modelo psicossocial, que avança por marcos jurídico-políticos para o fechamento dos Hospitais Psiquiátricos como exemplo a Lei n° 10.216 de 2001, que prevê os direitos e a proteção da pessoa com sofrimento psíquico e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Para as pessoas com histórico de longa internação psiquiátrica e que pelas sequelas deixadas pelo Hospital Psiquiátrico se deparam com a realidade concreta de não ter mais um lugar para morar, cria-se no Sistema Único de Saúde o Serviço Residencial Terapêutico, espaço que configura-se como local de moradia e reabilitação psicossocial que atravessado pelo conceito de desinstitucionalização deve promover a reconstrução da autonomia, das redes sociais, da cidadania e da dignidade dos sujeitos.

Em Criciúma-SC, existia o manicômio nomeado Hospital Psiquiátrico do Rio Maina, inaugurado em 1968 sob influências políticas e econômicas da Ditadura Militar, fechado em 2019 após longos anos de violação dos direitos humanos e mortificação do eu às pessoas em sofrimento psíquico que ali internavam. Como qualquer instituição total, o manicômio do Rio Maina promoveu o sequestro das pessoas internadas de suas vidas e com as repetidas internações e reinternações psiquiátricas levou diversas pessoas a “morarem” permanentemente no hospital.

Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo compreender como ocorreu o processo de desinstitucionalização e reabilitação psicossocial dos moradores de longa permanência da Casa de Saúde do Rio Maina.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado com pesquisa participante do tipo exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. Utilizou-se autonarrativas e análise do discurso como ferramentas de pesquisa, os dados foram analisados a partir do referencial de

Laurence Bardin. Realizou-se 4 entrevistas, com os grupos de trabalho que operaram tentativas de desinstitucionalização com os moradores do Hospital Psiquiátrico do Rio Maina, a escolha dos participantes se deu pela técnica Snowball e os resultados foram divididos em duas categorias: “O cenário entre 2010-2013, os instrumentos da Reforma Psiquiátrica Brasileira, as condições dos moradores, a tentativa de desinstitucionalização”, onde apresenta a primeira tentativa de desinstitucionalização dos moradores do Hospital Psiquiatrico do Rio Maina e apresenta como estava o cenário e as condições dos moradores na ocasião.

A segunda categoria nomeia-se “O cenário entre 2017 até os dias atuais, como aconteceu o descredenciamento dos leitos psiquiátricos, o respectivo fechamento do Hospital Psiquiátrico do Rio Maina, desinstitucionalização e reabilitação psicossocial” que expõe como o avanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira contribuiu para o fechamento do Hospital Psiquiátrico do Rio Maina, as novas casas dos moradores, o debate se houve ou não a desinstitucionalização dos moradores e a consequente reabilitação psicossocial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que o processo de desinstitucionalização dos moradores do HPRM aconteceu em 2 grandes momentos. O primeiro entre os anos de 2010 a 2013, sendo interrompido por mudança de Coordenação Municipal de Saúde Mental, já o segundo momento de 2017 a 2019 provocado por decisão judicial.

A primeira tentativa, entre 2010 a 2013, ocorreu financiada por Edital do Ministério da Saúde, que pretendia realizar a desinstitucionalização em Hospitais Psiquiátricos de municípios prioritários indicados pelo instrumento de avaliação hospitalar PNASH/Psiquiatria. Os entrevistados apresentaram que o Hospital Psiquiátrico do Rio Maina recebia notas baixas nessas avaliações, com isso diminuía-se a Autorização de Internação Hospital e consequentemente a verba destinada para o leito psiquiátrico.

Esse projeto de desinstitucionalização foi pensado e organizado, onde: Fortaleceu-se o vínculos dos moradores às Redes de Atenção à Saúde; Levantou-se o Censo Hospitalar Psiquiátrico; Realizou-se grupos operativos para reabilitação psicossocial; Movimentos para retomada de memórias anteriores dos moradores; alugou-se a casa onde seria o Serviço Residencial Terapêutico; Licitou-se os móveis e; Iniciou-se o processo de contratação dos profissionais que atuariam nos residenciais.

O entrevistado relata “A gente alugou a casa. Licitou todos os móveis. A casa ficou alugada. Uma casa muito boa na época. E... Foi quando acabou, né?” (E2). Em 2013 o processo foi descontinuado por mudança da Coordenação Municipal de Saúde Mental, outro entrevistado refere “Eles estavam empolgados que eles iam viver em outro lugar, que existia uma casa, nós os levamos para conhecer a casa, e aqui é a casa de vocês” (E1), e ainda, …conheceram a casa, e de repente... Puff! Não aconteceu. Olha a frustração desse pessoal, que tinha história de morar lá dentro, participar de tudo isso… (E1).

Os moradores passaram mais 04 anos no Hospital Psiquiátrico do Rio Maina, até que em 2017, a partir de uma greve de funcionários por atraso salarial e incertezas quanto à assistência aos internos, incluindo os moradores, a situação se agravou e foi determinado pelo MP o descredenciamento dos leitos psiquiátricos do Sistema Único de Saúde. Então, inicou-se novamente uma tentativa de desinstitucionalização dos moradores, mas agora atravessada por determinação judicial.

Na tentativa de desinstitucionalização os moradores passaram por um processo de transisntitucionalização, um processo no qual a desospitalização não resulta necessariamente na efetiva desinstitucionalização, mas sim na realocação das pessoas para outras instituições, sem promover mudanças estruturais no paradigma da psiquiatria. Os moradores inicialmente foram transferidos para o Hospital São Roque e depois para o 2 Serviço Residencial Terapêutico, hoje os 2 SRT são geridos por uma Organização Social com cunho religioso, que coíbe o cuidado em liberdade proposto pela Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Sobre o fechamento do Hospital Psiquiátrico do Rio Maina o entrevista afirma “tudo nasceu com a Reforma Psiquiátrica” (E3), nesse sentido entendeu-se que esse processo só foi possível pelo avanço de um conjunto de marco jurídico-político da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

CONCLUSÃO

As tentativas de desinstitucionalização dos moradores do Hospital Psiquiátrico do Rio Maina ocorreram com intensas tensões políticas, sociais e por decisões que impactaram diretamente no processo em curso. Essa trajetória reflete os paradigmas históricos da relação da sociedade com as pessoas em sofrimento psíquico, bem como os avanços e limites das políticas públicas de atenção psicossocial.

Esse cenário de transinstitucionalização apresentou a complexidade e os desafios envolvidos na efetivação de políticas de saúde mental que asseguram o direito à desinstitucionalização, à cidadania e à construção de uma vida digna para os moradores de longa permanência de egressos de Hospitais Psiquiátricos.

Assim, entendeu-se que a desinstitucionalização, não é apenas o fechamento das portas dos manicômios, mas a abertura de novas possibilidades que permitam a reinvenção de uma sociedade mais estreitamente ligada às suas diferenças.

Referências

BRASIL. Constituição (2001). Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

NASCIMENTO, M. S.; SILVA, M. B. B. E. Desinstitucionalização em debate: uma etnografia em eventos de saúde mental. Saúde em Debate, v. 44, n. spe3, p. 33–44, out. 2020.

ROTELLI, Franco; LEONARDIS, Ota de; MAURI, Diana. Desinstitucionalização. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 114 p.

TOURNIER. C. HISTÓRIA DE VIDA DE MORADORES DE UM SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO (SRT): DESAFIOS PARA A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Lyandra Caroline Feisther	**Especialização concluída**	**Fumssar**
Lyandra Caroline Feisther	**Especialização concluída**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

Ian Janques	**Mestre(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

O fazer da saúde nos territórios: um relato de experiência compartilhado

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Introdução: Este resumo propõe a compartilhar um relato de experiência sobre práticas desenvolvidas em um Estágio Específico vinculado ao curso de Psicologia da UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí. Os estágios ocorrem em equipamentos da RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, a citar: Unidade básica de Saúde e Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil. Apesar de estarem em diferentes níveis de complexidade, a lógica do cuidado em liberdade é preconizada, alicerçada a modelos clínicos-assistenciais ampliados que não estão vinculados ao binômio saúde-doença. Objetivo geral: Promover práticas de cuidado em saúde mental alicerçadas ao modelo antimanicomial. Objetivos específicos: problematizar a efetivação das Políticas Públicas em saúde nos territórios da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí); garantir o acesso aos direitos básicos dos usuários através do entrelace com a rede de saúde do município e compreender a arte enquanto um dispositivo em saúde para o exercício da autonomia dos sujeitos. Descrição da pesquisa ou método de estudo: Por se tratar de um relato de experiência, o método aqui descrito é das práticas interventivas em campo de estágio. Neste sentido, utilizamos de metodologias ativas que, segundo Freire (2003), propõem o encontro de sujeitos com saberes singulares para discutirem sobre suas realidades concretas. Em conjunto, são desenvolvidos grupos psicoeducativos, ofertando espaço de fala e de escuta aos usuários envolvidos, tensionando as necessidades que são produzidas na vida cotidiana. Ressalta-se que o estágio se organiza embasado nos pressupostos epistemológicos da práxis na saúde coletiva, pensando no sujeito a partir das determinações sociais. Portanto, entende-se a necessidade de buscar “compreender o escopo tangível de cada localidade, atentar-se para a importância do reconhecimento das narrativas individuais produzidas nos processos de saúde/doença e, em alguma medida, procurar estabelecer uma relação horizontal com a comunidade” (Castro, Kabengele, 2021, p.2). Discussão dos resultados encontrados e dos efeitos/impactos percebidos: Observa-se que a saúde pública se encontra em um

gargalo estrutural, com poucos profissionais para atenderem a crescente demanda dos territórios, limitando-se, por vezes, a um constante apagar fogo, o que consequentemente acaba por enviesar a atuação na promoção de saúde. Além disso, existe uma defasagem por conta da falta de gerência e contratação de profissionais qualificados que lutem por uma saúde pública de qualidade, tornando necessário uma atuação anti demagógica em um cenário já vulnerável. Em seu sentido político, o cuidado atua como ferramenta emancipatória a partir do trabalho de conscientização para com o usuário. Dessarte, o sujeito torna-se produto e produtor do cuidado. Neste contexto, o grupo e as oficinas artísticas surgem como potência nos territórios aqui citados, operando como dispositivos terapêuticos importantes no fortalecimento da autonomia dos usuários e na mobilização de redes de apoio, especialmente quando há suporte institucional e articulação entre os profissionais da equipe de saúde (Silva; Rocha, 2022). De tal modo, os grupos vêm de encontro com os princípios da Política Nacional de Humanização do SUS, através do acolhimento, cuidado ampliado, autonomia e protagonismo, onde os usuários podem compartilhar experiências e criar juntos estratégias de vivências (Brasil, 2010). Essa prática fortalece os vínculos entre os participantes e os profissionais de saúde, promove o empoderamento dos envolvidos e contribui para a construção de um cuidado mais humanizado, integral e centrado nas reais necessidades dos sujeitos. A arte, nesse escopo, é vivenciada pelos grupos através de oficinas de trabalhos manuais, fotografia, pinturas, contações de histórias e outras construções coletivas, visando o cuidado compartilhado, o desenvolvimento de autonomia e até a geração de renda pelo viés da economia solidária. Pois, para além da dimensão subjetiva, a arte extrapola qualquer finalidade estética ao anunciar sua potência como ato de resistência: desafiando narrativas e estruturas dominantes, criando espaços de ressingularização e transformação da realidade. No entrelace com o cuidado, a arte emerge como potência de ação. Ao passo em que o usuário tensiona sua realidade, transformando-a em tessituras, colorindo-a com suas afetações e sentires, o território, aqui também compreendido como corpo-identidade, torna-se outro. Reescrever a doença através de um olhar macropolítico, compreendendo as noções históricas que as materializam, possibilita o processo emancipatório do usuário através da construção de uma consciência coletiva. Nesta proposta, a equipe de saúde é levada a atuar não apenas quando a doença e o sofrimento já estão alojados, o que coloca a Psicologia a pensar em

intervenções antes mesmo que demandas se instalem, já que esta possui um olhar observador privilegiado. No entanto, não há saúde ampliada sem um trabalho que organize o cuidado em rede, fazendo com que este se dê para além da presença dos profissionais de saúde. Desta forma, o saber do profissional de psicologia não atua como um espaço de colonização e estigma dos corpos e sentidos, mas que caminha junto na promoção de campos de conexões comuns de saberes (CFP, 2019). Conclusões ou Considerações finais: Embora tenha-se, ao longo dos anos, avançado muito em Políticas Públicas de acesso ao cuidado através do SUS, sendo a porta de entrada as Unidades Básicas de Saúde por meio da Atenção Primária, que está para além do cuidado com o corpo biológico e a cura de doenças, ainda se perpetuam neste cenário práticas voltadas a ações excludentes e individualistas, tornando-se urgente a capacitação contínua de gestores, a fim de que possam implementar e fiscalizar a prática e efetivação das políticas existentes. A garantia dos direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde somente se efetiva pelo cuidado dialogado com a rede de saúde dos municípios, estando dentro dos territórios e (re)conhecendo sua realidade. É preciso despir-se ao chegar num território de gentes, para assim compor-se a ele e, diante disso, tensionar suas necessidades e lutar por uma saúde pública de qualidade para todos. Ser trabalhadora do SUS é abraçar uma luta histórica, que, na nossa compreensão, faz-se possível através do diálogo com a arte. Uma estratégia de união de forças, uma vez que a arte nos possibilita o embate ético-estético-político em um cenário de resistências.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Programa Nacional de Humanização – Cadernos Humaniza SUS. Brasília, DF. 2010.

CASTRO, C. F. S. KABENGELE, D. C.. A atuação do psicólogo no contexto do SUS: repensando práticas. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, janeiro-março de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Atenção Básica à Saúde. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2019.

FREIRE, P.. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SILVA, D. dos S.; ROCHA, D. M. P.. O apoio institucional como estratégia para promoção de trabalhos em grupo em uma unidade de saúde da família da região metropolitana de Salvador/BA. JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care (ISSN 2179-6750), [S. l.], v. 14, p. e010, 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Ana Luiza Pitz	**Graduando(a)**	**UNIVALI**
Natalia Mendes	**Pós-graduado(a)**	**UNIVALI**
Manuela Gonçalves de Pádua Portero	**Graduando(a)**	**UNIVALI**
Maria Vitória Schizzi Tiepo	**Doutorando(a)**	**UFSC; UNIVALI**

O mover livre do autista: reflexões acerca da dança, estereotipias, reconhecimento e aceitação a partir de uma extensão universitária

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Introdução:

Os movimentos estereotipados, repetitivos, ritualizados ou atípicos são parte dos critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Esses movimentos, chamados de estereotipias, provêm benefícios individuais para a pessoa que os executa e podem, por vezes, acarretar em olhares de julgamento externos (Petty; Ellis, 2024). Esses olhares, por vezes acompanhados de tentativas de correção (Lima; Marcon, 2023; Lopes et al., 2015), podem gerar sentimentos de inadequação e repressão dos modos singulares de ser e de se movimentar.

Nesse contexto, a dança já surge como uma intervenção que favorece o desempenho motor e gestual, desenvolver equilíbrio e promover melhora na qualidade de vida da pessoa autista (Teixeira-Machado, 2015). A dança pode se configurar como um espaço seguro e acolhedor para a expressão das estereotipias, possibilitando que estas sejam incorporadas e ressignificadas como formas legítimas de manifestação do corpo autista.

Este relato de experiência busca refletir sobre essa perspectiva a partir da atuação como mediadora autista em aulas de dança-educação voltadas a crianças autistas, em um projeto de extensão universitária.

Objetivo:

Relatar e refletir sobre a experiência de uma pessoa autista em aulas de dança-educação, destacando os processos de reconhecimento entre pares e de aceitação de si.

Método:

Trata-se de um relato de experiência construído a partir das vivências como mediadora e participante na extensão universitária TALT – Técnica Aplicada Lavínia Teixeira, vinculada ao Laboratório de Arte, Cultura, Educação e Saúde (LACES) e ambientada no campus Professor Antônio Garcia Filho, da Universidade Federal de Sergipe, localizado em Lagarto, Sergipe. Os protocolos das aulas de dança já foram

previamente publicados (Adorno et al., 2022, 2022; Teixeira-Machado, 2015; Teixeira-Machado et al., 2022).

O TALT oferece aulas de dança para pessoas com deficiência (PcD), envolvendo participantes com deficiência física, intelectual, auditiva e crianças autistas. As aulas de dança-educação foram conduzidas por uma equipe multidisciplinar, composta por estudantes da área da saúde e da arte e educação, além de mediadores também com deficiência, incluindo autistas, que também são autoras deste relato.

A ação extensionista realizou 32 encontros, no período de outubro de 2023 a setembro de 2024. As práticas pedagógicas privilegiaram o movimento livre, o respeito às estereotipias e a valorização da singularidade dos corpos presentes, evitando qualquer tipo de correção ou padronização dos gestos.

O relato foi construído a partir da observação participante, das vivências enquanto mediadora e participante autista e das reflexões pessoais desenvolvidas ao longo do processo, buscando compreender como a experiência da dança possibilitou processos de reconhecimento entre pares e aceitação de si.

Resultados e discussão:

A atuação como mediadora autista nas aulas de dança-educação para crianças também autistas revelou-se, antes de tudo, como um espaço de reconhecimento e autoaceitação. A proposta do mover livre, respeitando as individualidades e preferências de cada participante, não apenas incentivou as crianças a explorarem e ampliarem sua consciência corporal, mas também me proporcionou a possibilidade de me reconectar com minhas próprias estereotipias, compreendendo-as como expressões legítimas e potentes do meu corpo.

Ao propor movimentos e incentivar a expressão espontânea, fui também atravessada pelos gestos e expressões das crianças, que, de forma natural e desinibida, incorporavam suas estereotipias à vivência da dança. Essa experiência me fez perceber o quanto, ao longo da vida, fui condicionada a inibir ou mascarar meus próprios movimentos estereotipados, buscando conformidade a uma norma corporal externa que não reconhece e estigmatiza as especificidades do TEA (Morris et al., 2025).

Nesse contexto, minha atuação rompeu com a lógica tradicional da mediação, marcada pela hierarquia entre quem conduz e quem aprende, como propõe Bell Hooks em Ensinando a Transgredir. Ao traduzir a relação de professor, estudante e sala de aula para o contexto de mediadora, participante e aula de dança,

percebe-se como a existência desse espaço comunitário de troca gera o entusiasmo com a aprendizagem, em que todos são convidados a partilhar (Hooks, 2021).

Constituiu-se, assim, como um espaço de troca recíproca, onde as experiências corporais e afetivas se entrelaçaram, permitindo não apenas o aprendizado das crianças, mas também o meu próprio. O lugar de mediação-participação revelou-se, assim, um território de ressignificação, no qual pude revisitar minha trajetória como pessoa autista e reconstruir uma relação mais acolhedora com meu corpo, fazendo das minhas próprias estereotipias meios de interação com outras pessoas autistas (Morris et al., 2025).

Ao incorporar as estereotipias aos movimentos realizados em aula, não as tratamos como comportamentos a serem corrigidos, mas como parte integrante e valiosa da experiência estética e pedagógica, promovendo sensibilidade e criatividade ao reconhecer potencialidades individuais (Musaio, 2023). Esse posicionamento metodológico foi fundamental para que eu pudesse, ao observar a espontaneidade das crianças, também me permitir movimentar livremente, sem a culpa ou o receio que historicamente me acompanharam.

O processo vivido se aproximou da concepção de educação autêntica de Freire (1987) que ocorre a partir do encontro de pessoas mediadas pelo mundo, que não se limita ao espaço físico, mas abrange cultura, linguagem, relações sociais, normas, valores, história e ambiente simbólico. Dessa forma, o ser humano, como ser de fazer, vivencia sua ação e reflexão que não acontece isoladamente, mas sempre com a ação e reflexão do outro (Freire, 1987). Ao vivenciar a dança com as crianças, compreendi que meu corpo autista não precisa ser contido ou moldado para caber em padrões normativos; ao contrário, pode ser celebrado em sua singularidade, assim como os incentivávamos a fazer.

O mover livre e expressivo tem o potencial de fortalecer a identidade pessoal de quem o pratica, podendo ser um recurso para o bem-estar de pessoas autistas, uma vez que contribui para a regulação sensorial, libera energia, aumenta a consciência corporal e a regulação emocional (Petty; Ellis, 2024).

Essa vivência foi, portanto, profundamente emancipatória. Fortaleceu minha identidade autista, permitiu a valorização das minhas estereotipias como formas legítimas de expressão e ampliou minha percepção sobre a importância de ambientes educativos que promovam o acolhimento incondicional das diferenças. A dança, nesse contexto, deixou de ser apenas uma prática corporal para tornar-se

um instrumento de resistência e de produção de novos sentidos sobre o que significa ser autista, apontando caminhos para uma pedagogia verdadeiramente inclusiva, sensível e plural.

Considerações finais:

A experiência relatada evidencia que a dança-educação, quando orientada por uma perspectiva de mover livre e de acolhimento das estereotipias, pode ser um espaço potente de auto(re)conhecimento e autoaceitação para pessoas autistas — tanto para quem participa como para quem media. Minha atuação como mediadora autista permitiu um processo de ressignificação pessoal, no qual as estereotipias deixaram de ser vistas como comportamentos inadequados, passando a ser reconhecidas como expressões legítimas do meu corpo e da minha identidade.

Esse percurso revelou que práticas educativas que respeitam a neurodiversidade não apenas contribuem para o desenvolvimento e bem-estar dos participantes, mas também promovem transformações profundas naqueles que conduzem as atividades, desde que estejam abertos a estabelecer relações horizontalizadas, afetivas e dialógicas.

Assim, reforça-se a necessidade de romper com modelos pedagógicos que insistem na padronização dos corpos e na inibição das singularidades, e de apostar em propostas que valorizem a expressividade autônoma e a potência do ser autista. A dança, nesse sentido, se configura não como ferramenta de adaptação ou normalização, mas como um ato político e ético de resistência e de construção de novas formas de ser, estar e movimentar-se no mundo.

Referências

ADORNO, Evanilza T et al. Dance, functioning and quality of life in children with Down syndrome and autism spectrum disorder dance, functioning and quality of life in Down syndrome and autism spectrum disorder. Clinical Child Psychology and Psychiatry, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 967–977, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. [S. l.]: Editora WMF Martins Fontes, 2021.

LIMA, Bruna Brasil Pereira Garcia; MARCON, Roberta Maia. Revisão Sistemática: Avaliação Funcional e Intervenção de Comportamentos Estereotipados. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 1–21, 2023.

LOPES, Ana Sofia Pinto et al. A eficácia do Snoezelen na redução das estereotipias em adultos com deficiência intelectual: um estudo de caso da intervenção da terapia ocupacional em salas de estimulação multissensorial. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 234, 2015.

MORRIS, Isabelle F et al. Beyond self-regulation: Autistic experiences and perceptions of stimming. Neurodiversity, [s. l.], v. 3, p. 27546330241311096, 2025.

MUSAIO, Marisa. The Taking Shape of Human Educability through Art and Aesthetic Experience. In: ESTÊVÃO, Carlos V. et al. (org.). Axioma Series in Pedagogy and Philosophy of Education. 1. ed. [S. l.]: Axioma - Publicações da Faculdade de Filosofia, 2023. v. 4, p. 421–452. Disponível em: https://www.publicacoesfacfil.pt/product.php?id_product=9199. Acesso em: 27 maio 2025.

PETTY, Stephanie; ELLIS, Amy. The meaning of autistic movements. Autism, [s. l.], v. 28, n. 12, p. 3015–3020, 2024.

TEIXEIRA-MACHADO, Lavinia et al. A pilot randomized controlled clinical trial of dance practice for functionality in autistic children and adolescent with all levels of need support. Complementary Therapies in Clinical Practice, [s. l.], v. 49, p. 101650, 2022.

TEIXEIRA-MACHADO, Lavinia. Dançaterapia no autismo: um estudo de caso. Fisioterapia e Pesquisa, [s. l.], v. 22, 2015.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Thaiane Santana Santos	**Mestrando(a)**	**UFS**
Sâmea Mirele Oliveira Costa	**Pós-graduando(a)**	**Universidade Federal de Sergipe**
Camilla Grazielli Monteiro Nascimento Santos	**Mestrando(a)**	**Universidade Federal de Sergipe**

Maria Alice Araujo de Santana	**Mestrando(a)**	**Universidade Federal de Sergipe**
Lavínia Teixeira-Machado	**Pós-doutor(a)**	**Universidade Federal de Sergipe**

O que passa, o que fica e o que retorna: cartografias do Laboratório de Sensibilidade e Devires, em processo.

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

O LSD, Laboratório de Sensibilidades e Devires, é um projeto de extensão da Faculdade de Medicina da UFRJ que, desde 2012, constrói espaços de experimentação e criação, atuando em territórios múltiplos – nos corredores da universidade, nas praças, nas redes, nos corpos em presença. Nos reconhecemos como um coletivo transdisciplinar e de afetações contínuas, que opera deslocamentos do sensível frente ao modelo biomédico hegemônico. Apostamos em práticas que desafiam o automatismo do conhecimento, insistindo naquilo que vibra, escapa, pulsa. A partir da composição coletiva de um relato de experiência propomos uma vídeo-performance para nos apresentar enquanto Laboratório, que faz parte de uma rede de sensibilidades espalhada por diversas universidades e territórios.

Nascemos do incômodo. Do que não cabe nas grades tradicionais do currículo da formação universitária. Do silêncio em torno do sofrimento, da poesia, do corpo que sente. Ao longo desses anos, fomos criando interferências que rasgam a rigidez acadêmica: performances, instalações, oficinas, escutas e derivas. Entre elas, destacam-se ações como “Anônimo”, “Poemética”, “Minha vida dá um livro”, “Apanhador de Sonhos”, “Converso sobre qualquer assunto”, entre tantas outras que se reinventam a cada novo semestre, também reinventando o projeto.

Desta mesma maneira, cada corpo que chega ao LSD desenha um novo contorno. A cada semestre, propomos uma abertura: um convite para quem quiser chegar. E chegam pessoas diversas: estudantes, docentes, técnicos, moradores dos arredores, amigas, curiosos. Há quem borda, há quem dança, há quem escreva poemas no chão. Há quem precise apenas sentar e ouvir. Há quem permaneça por tempo indeterminado. Há quem retorna depois de outras caminhadas.

O LSD vai sendo tecido em polifonia: múltiplas vozes, corpos, com múltiplas experimentações, em múltiplos tempos. Nossa prática é atravessada pela ideia de devires — devires-sonhantes, devires-poetas, devires-sem-nome. A partir, também,

do que nos propõe Deleuze e Guattari (1992) insistimos na potência dos encontros, na produção de intercessores e linhas de fuga. O LSD é um desses devires: uma dobra no tempo da universidade, constituindo-se, portanto, não enquanto um programa, mas enquanto processo.

Assim, tendo como orientação a Cartografia, não só enquanto metodologia, mas enquanto postura ético-estético-política, apostamos no acompanhamento de processos, das linhas que insurgem em um fazer artístico, coletivo, muitas vezes um fazer “para nada” que invoca uma multiplicidade de afetos. Não buscamos interpretar, mas nos deixar afetar. Inspirados por Suely Rolnik (2006), fazemos da cartografia uma forma de escutar o que pulsa no tempo, o que se move sob as palavras.

Ao longo de quase duas décadas, o LSD foi se fazendo por dentro das rugas da instituição. Passamos por momentos de presença intensa e outros de quase silêncio. Resistimos à pandemia, ao apagamento, à burocracia, à normatividade. Continuamos existindo porque acreditamos que ainda há mundos por vir — e que a sensibilidade é condição para que eles floresçam.

A sensibilidade, em nossa prática, é inseparável da política. Como pensar cuidado sem escuta? Como imaginar formação sem corpo? Como ensinar e aprender sem afeto? Nosso modo de operar desloca esses centros, aposta na linguagem poética como potência de resistência. Como propõe Hélio Oiticica, somos “penetráveis”: dispositivos que se deixam atravessar e transformam quem atravessa.

A ação “Poemética” talvez seja o exemplo mais explícito disso. Montamos um casulo translúcido vermelho — um abrigo de palavras — onde qualquer pessoa podia entrar e ler poemas em voz alta. “É um vômito do afogado”, nos inspiramos em Deligny, e talvez tenha se tornado isso mesmo: um espaço onde o poema explode como sobrevivência. Algumas choravam. Outras riam. Todas escutavam.

Entre uma ação e outra, construímos o “Minha vida dá um livro”. Com papel, canetas, desejo e escuta fomos para as praças, convidamos passantes a contarem suas histórias e juntas criamos pequenos livros. Lembramos que a vida de todos pode dar um livro, sempre atentas a diferença do que se fala, o que se escuta e o que se reproduz. Bordando comuns, o que emerge é o inesperado: alguém que lembra da avó, outra que descobre sua própria voz, um menino que pergunta se pode desenhar um sonho.

Também pudemos recolher sonhos, em meio à pandemia, um contexto em que o esperançar parecia estar diluído. A partir de um formulário-apanhador lançado pelas redes, convidamos pessoas a contarem seus sonhos — ou pesadelos — como rastros do tempo-catástrofe. O que fizemos com esses sonhos? Lemos juntos, sentimos, rabiscamos palavras, sons e imagens. Produzimos peças sonoras, imagens, textos — tudo em polifonia. Não para entender, mas para acompanhar o que nos atravessava. Assim nasceu o “Apanhador de Sonhos”, como um gesto de cuidado coletivo.

Do isolamento social à ocupação de espaços públicos e institucionais, nossas interferências caminham muitas vezes com aquilo que se considera menor: a escuta do nada, o silêncio compartilhado, a presença sem função. Na interferência “Converso sobre qualquer assunto”, inspirada em Eleonora Fabião, nos sentamos em algum lugar da cidade com cartazes que anunciam nossa disponibilidade para conversar. Nada é planejado. Tudo pode acontecer. Aprendemos a sustentar o inesperado, a nos deixar ser atravessadas pelas histórias alheias, pelo vento, pela pausa. Sem qualquer pretensão à priori para simplesmente conversar, apostamos no encontro como lugar de (r)existência.

Propomos, então, com o presente trabalho uma experimentação cartográfica audiovisual, em que apresentaremos um vídeo enquanto produto da ação de acompanhar esses múltiplos processos polifônicos. Dar língua aos afetos que insurgem em cada participante do LSD: aqueles que chegam, os que permanecem e os que retornam. Como seus corpos são atravessados pelos convites à experimentação e pelas interferências, intervenções, oficinas construídas a múltiplas mãos? Como o LSD vai sendo transformado a partir da passagem desses diversos corpos? Como as atividades que surgem enquanto delírios-ideias vão ganhando corpo e, no caminho, transformando o coletivo?

Em tempos de guerra, de luto, desumanização, reunir pessoas em roda, escutar sonhos, criar pequenas publicações artesanais, caminhar com poemas nos bolsos, tudo isso é insistência política. É aposta no comum como o que se constrói na diferença, e não apesar dela. O LSD tem se tornado até então um laboratório que, em devir, nos oportuniza um lugar onde ainda podemos respirar juntos.

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995.
MATTOS, Denise da Silva; ROCHA, Mônica. Poemética: corpo coletivo, narrativas polifônicas. Mnemosine, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 32–44, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/57648. Acesso em: 15 jun. 2025. DOI: https://doi.org/10.12957/mnemosine.2020.57648.
MATTOS, Denise da Silva; ROCHA, Monica; CERQUEIRA, Maria Paula. Aprender também é o mundo. In: DRUMMOND, Cláudia; DORNELAS, Rodrigo (org.). Guia de Fonoaudiologia: pesquisa, ensino e extensão. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2024. cap. 8.
ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Victória Benfica Marra Pasqual	**Graduado(a)**	**RAPS**
Maria Clara Germano Quintino Conforto Teldeschi	**Pós-graduado(a)**	**UFRJ**
Monica Rocha	**Doutor(a)**	**UFRJ**
Denise Mattos	**Mestre(a)**	**UFRJ**
Letícia Romeiro	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Isabele de Araújo de Paula Soares	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Gabriela Braucks Affonso	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Samara Chousa	**Graduando(a)**	**UFRJ**

Oficina teatral como recurso terapêutico em um centro de atenção psicossocial II: Um relato de experiência

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O processo de desinstitucionalização da saúde mental no Brasil obteve avanços importantes com a Reforma Psiquiátrica e a Política Nacional de Saúde Mental. Apesar dos recentes avanços, ainda trata-se de um processo desafiador e complexo, apresentando obstáculos consideráveis, no que diz respeito a implantação efetiva da política antimanicomial. Assim, considerando a percepção que associa transtornos mentais com comportamentos de alienação, de maneira a inserir uma visão estereotipada e discriminatória aos indivíduos. Deste modo, um novo olhar sobre saúde mental necessita ser implementado, se baseando no respeito, inclusão, dignidade e um trabalho de conscientização e educação, envolvendo toda a sociedade.

Ainda neste sentido, é preciso possibilitar a reflexão sobre cultura, arte e música como potenciais no cuidado subjetivo, na convivência e na reabilitação psicossocial. Portanto, o objetivo deste resumo é apresentar relato de experiência da oficina terapêutica teatral, que ocorre semanalmente desde novembro de 2023 no Centro de Atenção Psicossocial II em Jaraguá do Sul, norte catarinense.

A oficina surgiu, identificando-se a necessidade de atividades culturais, artísticas e de expressão neste serviço. Nela participam somente usuários adultos, que são o público atendido do CAPS II.

A proposta iniciou com o psicólogo e a terapeuta ocupacional que percebiam a falta de atividades grupais que fornecessem estímulos variados que pudessem gerar expressão corporal, utilizando a arte como meio de intervenção. Inicialmente houve resistência dos usuários do serviço e também dos profissionais da equipe devido ser uma abordagem nova e sem histórico de realização no local. Os profissionais responsáveis pela oficina sensibilizaram os usuários à participação com uma aproximação cuidadosa e motivadora. O assunto foi abordado de maneira que os usuários e os profissionais do serviço compreendessem que a oficina poderia estimular a expressão e vivências, sendo construída com os envolvidos.

Para o desenvolvimento da oficina, os profissionais responsáveis se reuniram e organizaram o cronograma inicial, tendo como proposta do desenvolvimento dos encontros a apresentação dos participantes, atividades físicas de aquecimento corporal e dinâmicas em grupo variadas.

Com o decorrer dos encontros do grupo, pôde-se identificar que os usuários apresentavam dificuldade no entrosamento e vínculo, interferindo nas dinâmicas abordadas. Assim, como proposta de intervenção, nos primeiros meses de realização da oficina terapêutica foram utilizadas apresentações pessoais diversas. Por exemplo, entre as dinâmicas, os usuários se apresentavam citando alguma particularidade, como suas preferências ou realizando tarefas: imitando animais, fazendo técnicas de aquecimento vocal, pulando, alongando partes diferentes do corpo. Com isso, observou-se maior entrosamento entre os participantes, também foram inseridas atividades que extrapolavam o próprio corpo, como massagens nos colegas, falar o nome e características dos demais participantes, entre outras ações. Durante o aquecimento, são propostas atividades que estimulem o corpo. Isso se dá por meio da utilização de músicas, alongamentos físicos e atividades de maior intensidade, para que assim o corpo esteja preparado para as dinâmicas teatrais. Com o apoio da estagiária de educação física lotada no serviço introduziu-se atividades para consciência corporal.

Comumente outras dinâmicas grupais são propostas, de acordo com o tempo disponível, a oficina tem duração aproximada de 1h30min. Essas dinâmicas variam conforme organização prévia dos profissionais responsáveis ou de acordo com as necessidades individuais dos participantes e do grupo, podendo ajustar-se durante o processo. São utilizadas, por exemplo, atividades de improviso, com ou sem comandos visuais ou auditivos, pequenas encenações com ou sem objetos, brincadeiras, entrevistas entre os participantes, esportes imaginários, cenas explorando emoções variadas, sobretudo com o uso do lúdico, da criatividade e imaginação como recurso terapêutico.

Ao longo dos encontros percebeu-se a necessidade de possibilitar o protagonismo aos usuários. Uma das intervenções era de separá-los em duplas com o objetivo de compartilhar e conduzir as dinâmicas em cada encontro. Surgiram diversas atividades variadas, dentre elas: passa anel, batata quente, imagem e ação, mímicas e dinâmicas improvisacionais. Tais atividades foram importantes para os

usuários se sentirem protagonistas e centrais no processo, além de promover a autonomia dos mesmos.

Com o desenvolvimento da oficina terapêutica incluiu-se a etapa de finalização das atividades, realizando leituras de poemas, cordéis, poesias, além de momentos para escutar músicas e para realizar pequenos relaxamentos guiados. Quando utilizados recursos como de leitura e música, os participantes são convidados a compartilhar suas opiniões e impressões a respeito daquele material, propiciando espaço para discussões e expressão, compartilhando diferentes visões de mundo e experiências.

Com relação aos recursos disponíveis para a realização da oficina, costuma ocorrer em uma sala ampla e, por vezes, é realizada no pátio do local, o que gera curiosidade entre os demais usuários do serviço e profissionais da equipe. Além disso, os participantes são estimulados a sentarem no chão, em colchonetes, os desafiando na percepção do espaço e do próprio corpo, com exceção de quem apresenta limitações físicas. Com isso, houve a aproximação dos participantes, potencializando as interações. Demais materiais, como para caracterização de personagens e dinâmicas improvisacionais ainda não são disponibilizados no serviço, portanto, as dinâmicas funcionam utilizando materiais de escritório básicos e muita criatividade, tanto pelos profissionais responsáveis como pelos participantes.

Considerando a importância da intersetorialidade e que os usuários acessem outros espaços na comunidade, o grupo participou de um sarau de teatro que ocorreu no município, promovido pela SECEL (Secretaria do Esporte, Cultura e Lazer). No sarau, os participantes puderam assistir algumas peças teatrais de diferentes níveis de complexidade e também ter uma vivência de musicalização no intervalo entre as peças.

Posteriormente, durante novo encontro no serviço, os participantes compartilharam com o grupo suas percepções da experiência no sarau e como subjetivamente os impactou. Com isso, de acordo com as necessidades observadas em cada usuário, os profissionais estimularam a participação em oficinas de teatro oferecidas pela SECEL. Com isso, alguns usuários iniciaram a intervenção no novo espaço. Inclusive, passaram a contribuir com conhecimento e as habilidades desenvolvidas no grupo terapêutico do CAPS II.

Em dezembro de 2024, considerando o período de confraternização do serviço, o grupo decidiu desenvolver uma peça teatral para apresentar durante as festividades.

Durante algumas semanas, com o apoio dos profissionais, os participantes criaram um roteiro baseado em contos conhecidos popularmente e conectados com um enredo criativo e único. Uma grande loucura envolvendo vários personagens: Chapeuzinho Vermelho encontrando os três porquinhos e ajudando a salvá-los das garras do lobo, utilizando sua primeira habilitação para dirigir e comprando itens para a ceia de natal com a vovózinha, em determinado momento matam o feroz lobo mal e comemoram felizes.

Após mais de um ano da execução da oficina terapêutica de teatro, observou-se maior vínculo entre os participantes e os profissionais envolvidos. A equipe do serviço apontou potenciais ganhos, mesmo que por vezes subjetivos, no desenvolvimento da autonomia e das habilidades pessoais dos usuários. É possível analisar o baixo absenteísmo na oficina como indicativo do interesse em acessar esse espaço. A intervenção apresentada está exposta na mostra online de experiências Nós na Rede, iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Portanto, utilizando-se da cultura e arte como ferramentas de expressão, vínculo, acolhimento da diversidade e promoção de saúde mental, a experiência apresentada demonstra o potencial para sua inclusão em serviços de atenção psicossocial.

Referências

MAGALHÃES, J. L. B.; BRAGA, F. W. Música, cultura e arte: percepção dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) sobre uma oficina terapêutica. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 4, p. e11974, 30 abr. 2023.

SOUSA, J. L. S.; MASSETTE, P. HOJE EU TÔ DO JEITO QUE O CAPS NÃO GOSTA: CULTURA, ESTIGMA E OS DESAFIOS DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL. PRÁXIS EM SAÚDE , [S. l.], v. 2, n. 1, p. 01–17, 2025. DOI: 10.56579/prxis.v2i1.1808. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/praxisemsaude/article/view/1808. Acesso em: 16 maio. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Jessica Fernanda Zoz Bolomini	**Doutorando(a)**	**UDESC**
Lucas Fagundes Martins	**Pós-graduando(a)**	**Instituto Federal Do Sul De Minas Gerais - IFSULDEMINAS**

Oficinas artísticas como instrumentalização metodológica na psicologia: um relato de experiência à luz da gestalt-terapia

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Resumo:

O presente trabalho tem o intuito de discutir acerca da utilização da arte como metodologia de instrumentalização para subsidiar intervenções à luz da Gestalt-terapia. Parte-se do entendimento de que a arte, desde as primeiras interações humanas, tem sido um gesto criativo de reafirmação da existência, facilitando o contato com emoções, memórias e modos de estar no mundo. O objetivo central foi compreender como oficinas artísticas podem favorecer espaços de contato com aspectos subjetivos por meio do autoconhecimento, cuidado e expressão, embasando-se nos fundamentos da Gestalt-terapia. A metodologia utilizada foi o relato de experiência, com a realização de três oficinas artísticas – brincolagem, dançaterapia e arteterapia gestáltica – em contexto universitário, envolvendo discentes da graduação em Psicologia. As oficinas, estruturadas com base nos princípios da Gestalt-terapia, proporcionaram vivências expressivas e sensíveis que favoreceram a escuta interna, a expressão não verbal e o contato com o self. Os resultados observados demonstraram manifestações espontâneas de emoções, recordações e reflexões, além da percepção ampliada de si e reconexão com o corpo. Conclui-se que a arte, aliada à abordagem gestáltica, constitui uma via potente de intervenção psicológica, capaz de promover experiências terapêuticas significativas a partir do contato com o aqui-e-agora.

Introdução:

A arte, em suas múltiplas formas e linguagens, constitui um modo essencial de reafirmação da existência humana. Desde as primeiras manifestações culturais, o ser humano recorre à arte como meio de expressar emoções, histórias, memórias e modos de estar no mundo. A criação artística, seja por meio do corpo, da palavra, do riso ou da imagem, revela territórios internos que muitas vezes escapam à linguagem racional, abrindo espaço para a sensibilidade, a imaginação e a subjetividade. A psicologia, quando se permite romper com práticas rígidas e

sistemáticas, encontra na arte uma aliada potente para acessar aspectos do self, proporcionando vivências terapêuticas que ultrapassam a lógica verbal e favorecem uma escuta sensível e integrada do sujeito. Dentro desse contexto, a Gestalt-terapia se apresenta como abordagem que valoriza a experiência imediata, o contato com o presente e a consciência do aqui-e-agora como via de transformação. A presente proposta surgiu da inquietação sobre como a arte pode instrumentalizar o trabalho psicológico e abrir caminhos para o cuidado subjetivo, a partir de oficinas vivenciais com base nos princípios da Gestalt-terapia. O problema que mobilizou este estudo foi pensar de que maneira essas oficinas poderiam favorecer o contato com aspectos subjetivos como o autoconhecimento, o cuidado e a expressão, contribuindo com o processo de formação e desenvolvimento pessoal dos participantes. O trabalho dialoga com o eixo temático da subjetividade e práticas expressivas, ao propor um espaço de experimentação estética e sensível, embasado em pressupostos ético-estéticos que integram a vivência artística à escuta clínica.

Metodologia:

Trata-se de um relato de experiência a partir da realização de três oficinas artísticas desenvolvidas como estratégias metodológicas de instrumentalização na prática psicológica. As oficinas foram realizadas no contexto de um projeto de extensão universitário, voltado para estudantes de graduação em Psicologia, em encontros presenciais com duração média de 2h30 a 3h cada. Os espaços foram cuidadosamente organizados para promover acolhimento, livre expressão e escuta ativa, em sintonia com os fundamentos da Gestalt-terapia. Cada oficina teve como estrutura momentos de acolhida, vivência artística central e fechamento reflexivo, respeitando o processo do grupo e valorizando o aqui-e-agora. A primeira oficina, intitulada "brincolagem", propôs a construção de um "caderno de si" a partir de materiais como revistas, papelão, cola e barbante. A ideia foi unir o brincar e a colagem em uma proposta lúdica e simbólica, estimulando a expressão criativa de fragmentos da história pessoal, evocando memórias, emoções e sentidos subjetivos. A segunda oficina, de dançaterapia, teve como foco o movimento livre, a improvisação corporal e a escuta do corpo. Foram utilizadas dinâmicas de ritmo, musicalidade e percepção corporal, buscando ampliar o contato com as emoções, tensões e afetos corporificados. A terceira oficina, de arteterapia gestáltica, convidou os participantes à reflexão sobre sua trajetória de vida por meio da

produção de obras artísticas com técnicas de pintura, colagem e composição visual. A proposta era construir imagens simbólicas que representassem sentimentos, conquistas, dores e desejos, permitindo a ressignificação de vivências e o fortalecimento do contato com o self. Em todas as oficinas, a condução seguiu uma lógica aberta e respeitosa ao tempo e às necessidades do grupo, promovendo um ambiente propício à expressão sensível.

Resultados e Discussão:

Os resultados observados ao longo das oficinas revelaram a potência terapêutica da arte quando articulada aos fundamentos da Gestalt-terapia. Durante as vivências, foram identificadas manifestações espontâneas de emoções, relatos de lembranças significativas, insights pessoais e sensação de conexão consigo e com o grupo. Na oficina de brincolagem, muitos participantes relataram surpresa ao se depararem com imagens que evocaram memórias da infância, resgatando experiências esquecidas e sentidos subjetivos profundos. A produção do "caderno de si" tornou-se uma espécie de mapa simbólico da subjetividade, possibilitando a integração de aspectos do self não verbalizáveis. Já na dançaterapia, observou-se uma liberação corporal expressiva, com relatos de alívio emocional, percepção de tensões acumuladas e reconexão com o corpo como território de expressão e afeto. A improvisação e o movimento espontâneo despertaram sensações de liberdade, autenticidade e escuta interna. Na oficina de arteterapia gestáltica, surgiram imagens simbólicas ricas e potentes, representando conquistas, dores e desejos. Os participantes compartilharam sentimentos de descoberta, ressignificação e integração de vivências, fortalecendo o contato com o tempo subjetivo – passado, presente e futuro – e promovendo um processo de elaboração simbólica. Esses achados dialogam com autores como Perls, Hefferline e Goodman (1997), que propõem a valorização da experiência imediata e da consciência de si como via de transformação. McNiff (2004) e Kramer (2000) destacam a criação artística como processo terapêutico que integra emoções, sentidos e simbolismos. Hillman (2010) ressalta a importância da imaginação estética como linguagem do inconsciente, enquanto Lima e Cunha (2015) apontam o corpo como território de memória e expressão. Assim, a experiência vivenciada nas oficinas evidencia a arte como facilitadora do autoconhecimento, da escuta sensível e do cuidado subjetivo, ampliando os horizontes da prática psicológica.

Conclusões:

As oficinas artísticas desenvolvidas no contexto deste trabalho não apenas subsidiaram práticas de extensão universitária, como também constituíram espaços vivos de autoconhecimento, cuidado e expressão subjetiva. A partir das propostas vivenciais, foi possível acessar conteúdos internos muitas vezes não alcançados pela linguagem verbal, promovendo um fluxo espontâneo de contato com o self e com o outro. As vivências proporcionaram momentos de introspecção, reconexão com o corpo, elaboração simbólica de memórias e fortalecimento da escuta sensível. Desse modo, a arte, aliada aos princípios da Gestalt-terapia, mostrou-se uma via potente de intervenção psicológica, abrindo possibilidades para práticas mais integrativas, criativas e sensíveis no campo da psicologia. As experiências aqui relatadas reforçam a importância de práticas que considerem o sujeito em sua totalidade – corpo, emoção, sensibilidade e imaginação – e convidam à ampliação do fazer psicológico para além da fala, reconhecendo no gesto artístico um caminho legítimo de cuidado e transformação.

Referências

GARCIA, Márcia. Corpo e subjetividade: por uma abordagem fenomenológica existencial na
dança. São Paulo: Summus, 2011.

HILLMAN, James. O código do ser: um guia arquetípico para o viver. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KRAMER, Edith. Arte como terapia infantil: práticas e princípios. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LIMA, Tiago; CUNHA, Gabriela. O corpo como expressão: reflexões fenomenológicas sobre
corporeidade e cuidado. Revista da Abordagem Gestáltica, v. 21, n. 2, p. 224–230, 2015.

MCNIFF, Shaun. Art heals: how creativity cures the soul. Boston: Shambhala Publications,
2004.

PERLS, Frederick S.; HEFFERLINE, Ralph F.; GOODMAN, Paul. Gestalt-terapia: excitação
e crescimento da personalidade humana. São Paulo: Summus, 1997.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Marcela Soares Cunha	**Graduando(a)**	**UNIFAMAZ**
Marcela Soares Cunha	**Graduando(a)**	**Centro Universitário Metropolitano de Belém**
Roberta Bentes Flores Bayma	**Doutor(a)**	**UNIFAMAZ**
Maria Eduarda Novaes de Lima	**Graduando(a)**	**Centro Universitário Metropolitano de Belém**

Oficinas Terapêuticas como expressão de subjetividades: uma experiência na Residência Multiprofissional

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução

A presente pesquisa se trata de um relato da experiência de uma psicóloga em uma Unidade de Internação em Saúde Mental (UISM) de um hospital público em Minas Gerais, como parte da Residência Multiprofissional em Saúde, com especial foco na prática de com Oficinas Terapêuticas.

A prática das Oficinas Terapêuticas passou a ser uma importante estratégia no cuidado em Saúde Mental, desde a Reforma Psiquiátrica surgida através do Movimento da Luta Antimanicomial. Utilizadas deliberadamente na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), as Oficinas Terapêuticas passaram a ser fonte de diversos estudos acerca de seus objetivos, resultados e experiências.

Com a permanência de hospitais gerais na rede de saúde para situações de urgência e emergência inclusive psiquiátricas, essas novas instituições passaram a fazer uma intermediação entre o hospital e a comunidade, oferecendo atendimentos multiprofissionais em regime ambulatorial e passando a considerar o sujeito de maneira integral.

Neste contexto da Reforma Psiquiátrica observamos nas novas formas assistenciais, a ascensão da prática das Oficinas Terapêuticas nos serviços de tratamento em saúde mental, sendo recurso de expressividade, integração, convívio, ressocialização, geração de renda, alívio de sofrimento, entre outros.

Lappann-Botti (2004 como citado em Lussi, Matsukura & Hahn, 2011), aponta que as Oficinas Terapêuticas podem ser compreendidas como forma de reintegração sociocultural, que faz uso da expressão, da recreação, da produção e da convivência para seu objetivo.

Através do dispositivo grupal, os participantes são conectados também pela experimentação da arte, troca de conhecimentos, criatividade, convivência, pelo lazer, e não mais pelas suas patologias (CRP-SP, 2015). Esse dispositivo possui caráter ativo, cria campos de fala e transforma subjetividades, distribuindo forças e

dinamizando o poder nas relações. São espaços heterogêneos que não se submetem a uma disciplina específica, de forma que fogem do modelo normalizador e vão ao encontro da reinvenção da vida.

Além disso, as Oficinas Terapêuticas também aparecem como recurso financeiro aos usuários em Saúde Mental, uma vez que promovem o aprendizado de novas habilidades e a geração de renda. A existência desse recurso em Saúde Mental justifica-se pelos efeitos de cuidado alcançados para e pelos participantes, com a possibilidade do trabalho includente, autônomo e que permite o reconhecimento do sujeito em sofrimento psíquico não mais no lugar de segregação social (Rodrigues & Yasui, 2016).

Método

Para a confecção deste relato de experiência, foi realizado um breve levantamento bibliográfico que embasasse as percepções da autora sobre a Reforma Psiquiátrica, Oficinas Terapêuticas, tratamento em saúde mental e Psicopatologia. Priorizou-se textos publicados a partir de 2000 a fim de se valorizar a atualidade das informações.

Para coleta de elementos sobre a expressividade dos usuários nas Oficinas Terapêuticas do serviço de Saúde Mental, recorreu-se a registros em diário de campo advindos de observação participante e de supervisões da residente com preceptores, tutores e coordenadores do Programa de Residência inserida.

As Oficinas ocorreram duas vezes por semana na UISM, no período de março de 2021 a março de 2022, coordenadas por uma equipe multiprofissional de residentes em Saúde Mental (psicólogas, enfermeiras, assistentes sociais, dentista e fisioterapeuta) conjuntamente com a psicóloga do setor, tendo em média 12 participantes.

Dentre as atividades ofertadas, ocorreram alongamento corporal, meditação guiada e relaxamento, expressão artística através de desenhos, pinturas e coloração, produção de cartas, colagem, jogos de tabuleiro, confecção de cartolas e de caixinhas de origami.

As Oficinas realizadas na UISM também levaram em consideração as datas tipicamente comemorativas. Ainda nessas datas especiais, pudemos contar com atividades lúdicas como bingo e karaokê para integrar e amenizar sofrimentos causados pelo adoecimento psíquico e pela internação.

Resultados

Os conceitos de multiplicidade e de dispositivo, vinculados à prática das Oficinas Terapêuticas nos possibilitou intervir em direção à potencialização das falas heterogêneas que surgiam. Assim como Santos e Nechio (2010) sugerem, buscamos somar, multiplicar e sustentar as ideias em lugar de dificultar discursos e inclinações que parecessem excêntricos, como com frequência acontece na primazia das práticas psiquiátricas ou manicomiais.

Nesses espaços, partilhava-se sobre o cotidiano, infância, família, sobre relações amorosas e suas desilusões. Não só pela via da palavra os sentimentos tomam forma nesse dispositivo. Surgiam representações gráficas e de cores sobre eles. Também se recorreu a escritas, como frases, músicas e elaboração de cartas endereçadas a si mesmo em outras épocas, a Deus, a entes e a amores. Através da música, também presente em muitos momentos nas Oficinas, havia a rememoração de outros períodos da vida e de outros estados de espírito.

Nesses momentos o paciente podia tomar contato com suas dores e compreender reações frente aquilo que era difícil de acessar e elaborar, bem como expressar o que era difícil de comunicar. Também se percebeu que o espaço das Oficinas possibilita criação e fortalecimento do vínculo entre paciente e terapeuta, que favorecia a relação terapêutica durante o período de acompanhamento.

As atividades realizadas na referida unidade se pautaram no incentivo à potência da subjetividade e autonomia dos sujeitos, como forma de favorecimento de espaço para a cultura aos pacientes, que vai contra a ideia de exclusão e violência associada ao sofrimento psíquico. É onde se estabelece o insuportável que a criatividade e a produção se encontram. Isso acontece por esse espaço tornar questionável o saber prévio a partir do fracasso das respostas habituais. “Surge também a oportunidade de transformar o impossível em possível, de criar, de integrar o antagônico a uma nova síntese” (Sterian, 2013, p. 65).

O processo criativo, para a autora (2013) não ocorre sem sofrimento, e depende tanto do sujeito quanto de seu objeto. Cada paciente expõe, em cada circunstância de emergência, uma vivência única. Embora nos deparemos com certa rigidez nas instituições, esses mecanismos de impedimento da criação não se fazem presentes todo o tempo.

Considerações finais

As Oficinas Terapêuticas desenvolvidas como parte da prática da residente, através do espaço de descontração proporcionado pelo lúdico, pela arte e pela coletividade, também funcionaram como um veículo de promoção de autoconhecimento, transmissão de conhecimentos e habilidades que se configuraram como novas possibilidades de práticas e até mesmo de complementação da renda.

A oportunidade de realizar diferentes atividades de forma grupal durante período de sofrimento psíquico, como na internação psiquiátrica, pode facilitar o estabelecimento de vínculos entre pacientes, grupo e terapeutas, além do fortalecimento de potencialidades, desenvolvimento de recursos de enfrentamento e de alívio do sofrimento.

Considera-se, então, esse trabalho relevante por poder possibilitar tanto para pacientes da Saúde Mental quanto para profissionais dos serviços desta área, benefícios como a consolidação de espaços de escuta e cuidado humanizado que incentivem novas maneiras de lidar com a crise, com o tratamento e a internação.

Referências

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. Centros de Convivência e Cooperativa. São Paulo: CRP-SP, 2015. 96 p. (Cadernos Temáticos CRP-SP).

LUSSI, I. A. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. O Mundo da Saúde, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 185-192, 2011. DOI: 10.15343/0104-7809.20112185192.

RODRIGUES, A. C.; YASUI, S. Oficinas de geração de trabalho e renda na Atenção Psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Curitiba, v. 8, n. 20, p. 1-23, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cbsm/v8n20/v8n20a02.pdf>. Acesso em: dia mês. ano.

SANTOS, A. O.; NECCHIO, D. E. G. A paixão de fazer: saúde mental e dispositivo grupal. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, v. 22, n. 1, p. 127-140, 2010. DOI: 10.1590/S1984-02922010000100010.

STERIAN, A. Emergências psiquiátricas: uma abordagem psicanalítica. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Miriane Menezes Lovisi	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Luma de Oliveira	**Mestre(a)**	**Universidade Federal de Uberlândia**

Os jogos teatrais de Viola Solin na inclusão social de crianças de nível um do Transtorno do Espectro Autista

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento marcada por desafios significativos na interação social, comunicação e comportamento. Crianças de nível 1 do espectro, embora apresentem habilidades linguísticas preservadas, geralmente enfrentam dificuldades em interpretar regras sociais, compreender expressões não verbais e estabelecer vínculos. Kanner (1943) já apontava para uma dificuldade em estabelecer contato afetivo nas crianças que observou, destacando a complexidade das relações interpessoais para sujeitos com TEA. Segundo Teixeira (2018), esses desafios comprometem não só o convívio social, mas também a autoestima e o bem-estar emocional. Considerando que o desenvolvimento humano é, em sua essência, um processo social (CAMARGO; BOSA, 2009), torna-se urgente repensar estratégias de inclusão que não apenas integrem, mas acolham e transformem as possibilidades de relação, socialização e expressão dessas crianças.

OBJETIVO

Este trabalho busca apresentar, de forma teórica, a viabilidade da aplicação dos jogos teatrais desenvolvidos por Viola Spolin como ferramenta para inclusão social de crianças com autismo de nível 1 de suporte, promovendo o desenvolvimento de habilidades de comunicação e de relacionamento com o ambiente que elas estão inseridas.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa teórica, com base em revisão bibliográfica e análise de experiências relatadas por profissionais da área, incluindo entrevistas realizadas com fonoaudiólogas e psicólogas atuantes em centros especializados em desenvolvimento infantil. O material de referência consiste principalmente nas obras de Viola Spolin e autores que discutem o autismo e a inclusão, como Camargo, Ramaldes, Teixeira e Campos e Vieira. A construção do texto parte de um paralelo

entre os fundamentos dos jogos teatrais de Viola Spolin e as principais dificuldades de comunicação do TEA.

DISCUSSÃO

Viola Spolin, em sua proposta pedagógica, apresenta o jogo teatral como uma prática intuitiva e coletiva, capaz de estimular a percepção, a escuta ativa e o envolvimento com o outro. Para Spolin (2015a), a liberdade pessoal para agir, sentir e experimentar é essencial no processo de autoexpressão e pertencimento. Ao propor jogos com foco na resolução de problemas em grupo, ela convida os participantes a se perceberem como parte de uma equipe que constrói junto. Essa abordagem é ideal para crianças com autismo, que desejam se conectar, mas não compreendem os códigos sociais com facilidade (COELHO, Informação verbal, 2018).

Campos e Vieira (2013) relatam que, mesmo que tenham alguma resistência inicial, crianças com TEA passaram a demonstrar maior envolvimento, criatividade e compreensão simbólica após algumas semanas de jogos teatrais. Spolin (2015b) defende que o jogo é físico e não emocional, o que favorece o desenvolvimento de expressões corporais claras, o que é crucial para uma comunicação efetiva.

Além disso, o jogo teatral estimula a imaginação e a espontaneidade, aspectos que costumam ser menos desenvolvidos em crianças com TEA, mas que podem ser fortalecidos com estímulos adequados (MP, Informação verbal, 2018). Ao viver personagens e resolver situações simbólicas, essas crianças têm a chance de experimentar diferentes perspectivas e expandir seus repertórios de relacionamento.

CONCLUSÃO

A partir da análise teórica e das experiências relatadas, é possível afirmar que os jogos teatrais de Viola Spolin oferecem uma abordagem sensível, lúdica e inclusiva para o desenvolvimento social de crianças com autismo de nível 1. Ao promover a interação em grupo, a escuta e a expressão corporal, os jogos criam um espaço seguro para a experimentação e o aprendizado social. Mais do que adaptar a criança ao mundo, trata-se de criar um mundo que a inclua verdadeiramente. A continuidade da pesquisa com estudos empíricos poderá aprofundar e validar essas hipóteses, contribuindo para práticas pedagógicas e terapêuticas mais efetivas e humanas.

Referências

CAMPOS, Érica Costa Vliese Zichtl; VIEIRA, Sinai Bomcompanhe. Brincadeiras e jogos teatrais: A importância do seu desenvolvimento no processo de inclusão e formação social de crianças com Síndrome de Asperger. 2013.

CAMARGO, S.P.H.; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. Psicologia e Sociedade, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

COELHO, Mónica Canastra Pinheiro. Informação verbal. Entrevista, 09 out. 2018.

SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015a [1963].

SPOLIN, Viola. Jogos teatrais na sala de aula. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015b [1986].

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Raíssa Menezes de Lima	**Mestrando(a)**	**Universidade do Minho**

Perfil de usuários dos Centros de Atenção Psicossocial de São José, Santa Catarina (2017-2022): antes e durante a pandemia de covid-19 e fatores associados ao comportamento suicida

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

A consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, iniciada com a promulgação da Lei n.º 10.216/2001, promoveu a substituição progressiva do modelo hospitalocêntrico por uma rede de cuidados em saúde mental centrada no território, nos direitos humanos e na atenção psicossocial (BRASIL, 2001). Nesse processo, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) assumiram papel estratégico como dispositivos substitutivos ao modelo asilar, responsáveis pelo cuidado em liberdade de pessoas com transtornos mentais e problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas (AMARANTE, 2007).

Entretanto, o período recente (2016-2019) foi marcado por retrocessos na Política Nacional de Saúde Mental, com o fortalecimento de práticas biomédicas, o redirecionamento de recursos públicos para comunidades terapêuticas e o incentivo à internação psiquiátrica, contrariando as diretrizes da Reforma e de organismos internacionais (LIMA; YASUI, 2020). Paralelamente, a pandemia de covid-19 impôs impactos expressivos sobre a saúde mental da população, agravando quadros psíquicos pré-existentes e intensificando fatores de risco como desemprego, vulnerabilidade social, luto, ruptura de vínculos e aumento no consumo de substâncias psicoativas (ORNELL et al., 2020).

Nesse contexto, os CAPS foram desafiados a adaptar suas práticas às novas demandas e restrições, mantendo o cuidado contínuo diante da crise sanitária. A literatura aponta que o comportamento suicida, que inclui ideação, planejamento, tentativa e o suicídio consumado, se constitui como uma das manifestações mais graves do sofrimento psíquico, frequentemente associado a determinantes sociais, clínicos e relacionais (WHO, 2021). Assim, torna-se relevante compreender o impacto da pandemia sobre o perfil dos usuários dos CAPS e identificar os fatores

associados ao comportamento suicida, com vistas a subsidiar estratégias de prevenção e qualificação da atenção psicossocial no Sistema Único de Saúde.

O objetivo desse estudo é descrever o perfil dos usuários dos CAPS II e CAPS AD de São José, Santa Catarina, entre 2017 e 2022, comparando os períodos antes e durante a pandemia de covid-19, e analisar os fatores associados ao comportamento suicida. Trata-se de um estudo epidemiológico, transversal, descritivo e retrospectivo, com base em 1.031 prontuários físicos e eletrônicos de usuários com 18 anos ou mais. A amostra foi probabilística estratificada por serviço e ano de inserção. Foram analisadas variáveis sociodemográficas, econômicas, clínicas, comportamentais e de vínculo com os serviços. Aplicaram-se análises descritivas, comparações por testes qui-quadrado e Exato de Fisher ($p<0,05$) e regressão de Poisson com variância robusta para estimativa de razões de prevalência (RP) e respectivos intervalos de confiança (IC95%).

Como resultados do estudo identificaram-se perfis distintos entre os serviços. No CAPS II, observou-se predominância de mulheres, uso mais complexo de psicofármacos (média de 4,0 medicamentos) e maior permanência no cuidado (45,3% em acompanhamento por um ano ou mais). No CAPS AD, predominaram homens em situação de vulnerabilidade social, maior frequência de desemprego (44,7%) e situação de rua (8,9%), além de alta rotatividade no atendimento, menor adesão às atividades terapêuticas e maior abandono do cuidado (79,7%).

A comparação entre os períodos antes (2017-2019) e durante a pandemia (2020-2022) revelou mudanças significativas, sobretudo no CAPS AD. Houve aumento na proporção de mulheres atendidas (de 15,1% para 21,4%), de usuários empregados (de 19,3% para 26,8%) e redução de desemprego e situação de rua (de 17,6% para 2,7%). No CAPS II, observou-se aumento da continuidade do cuidado (de 9,9% para 19,5%) e redução das perdas de seguimento (de 28,7% para 13,3%). No CAPS AD, aumentaram os casos classificados como graves (de 73,7% para 82,8%), o uso de medicação (de 64,6% para 92,7%) e de medicamentos especiais (de 30,9% para 39,8%). Houve ainda crescimento de manifestações clínicas como excitação psicofísica, transtornos de humor e ansiedade, e redução de sintomas psicóticos e transtornos alimentares.

A prevalência de comportamento suicida na amostra total foi de 55% (n=567). A maior frequência ocorreu entre mulheres (72,2%), indivíduos entre 18 e 39 anos (54,7%) e pessoas com ensino fundamental (43,9%) ou médio (42,1%). Também se

observou prevalência mais elevada entre solteiros (38,3%) e entre aqueles que relataram uso de substâncias psicoativas na vida (83,9%), sendo que 78,7% utilizaram nos últimos três meses. Acompanhamento psiquiátrico foi registrado em 56,9% dos casos; internações por transtornos mentais em 31,1% e por uso de substâncias em 41,1%. Entre os usuários com comportamento suicida, 65,6% apresentavam transtornos de humor e afetividade.

Na análise de regressão de Poisson multivariada, verificou-se que o sexo masculino apresentou uma razão de prevalência (RP) de 0,69 (IC95%: 0,62 – 0,76) em comparação ao sexo feminino (p<0,001). Em relação à faixa etária, indivíduos de 60 anos ou mais apresentaram 32% menor prevalência quando comparados aos mais jovens (IC95%: 0,48 – 0,97; p=0,034). Em contrapartida, a presença de sintomas psicóticos e delirantes (RP=1,21; IC95%: 1,08–1,35; p=0,001), assim como de transtornos de humor e afetividade (RP=1,69; IC95%: 1,46–1,96; p<0,001), esteve associada a um aumento na razão de prevalência.

Conclui-se que a pandemia impactou significativamente os CAPS de São José, modificando o perfil dos usuários, a complexidade clínica dos casos e o padrão de uso dos serviços. Houve intensificação de quadros graves, maior demanda por psicofármacos e mudanças nas características sociodemográficas dos atendidos. A elevada prevalência de comportamento suicida e sua associação com fatores clínicos e sociais reforçam a necessidade de estratégias intersetoriais, territorializadas e de fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Os achados reiteram o papel estratégico dos CAPS no acolhimento, cuidado contínuo e prevenção do sofrimento psíquico em contextos de crise sanitária e social.

Referências

AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em: 31 maio 2025.

LIMA, Renato C.; YASUI, Simone. Políticas públicas de saúde mental no Brasil: retrocessos e desafios. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, v. 12, n. 31, p. 1–17, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/77895. Acesso em: 31 maio 2025.

ORNELL, Felipe et al. Pandemic fear and COVID-19: mental health burden and strategies. Brazilian Journal of Psychiatry, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 232–235, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bjpci/a/HKVBBHHLzMT5b79HvHvjZqB/?lang=en. Acesso em: 31 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Suicide worldwide in 2019: global health estimates. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643. Acesso em: 31 maio 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Letícia Souza de Freitas	**Doutorando(a)**	**UFSC**
Eleonora d'Orsi	**Pós-doutor(a)**	**UFSC**
Danúbia Hillesheim	**Pós-doutorando(a)**	**UFSC**

Perfil demográfico, clínico, psicológico e funcional de idosos frequentadores de um centro de apoio à terceira idade da Grande Florianópolis

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução: Os Centros de Apoio à Terceira Idade CATI são espaços criados para acolher, cuidar e estimular o bem-estar de pessoas idosas (Barreto et al, 2025). Neles, os frequentadores encontram não só atividades físicas e sociais, mas também escuta, atenção e oportunidades de manter sua autonomia. São lugares onde o envelhecimento é vivido de forma mais leve, cercado de vínculos e troca de experiências. Muitos idosos já convivem com doenças crônicas e, em alguns casos, com sintomas de depressão, algo comum nessa fase da vida. Envelhecer traz mudanças físicas, emocionais e sociais, refletindo diretamente na qualidade de vida (Alves et al., 2023). Portanto, conhecer o perfil de quem frequenta os CATIs é essencial para pensar em estratégias de cuidado mais próximas da realidade. Este estudo surge com esse propósito: compreender melhor esses idosos, suas condições e necessidades, para que possamos cuidar com mais empatia e eficácia. Objetivo: Caracterizar o perfil demográfico, clínico e funcional de idosos frequentadores de um centro de apoio à terceira idade da Grande Florianópolis. Método: Trata-se de um estudo quantitativo, de natureza descritiva, recorte de um projeto Multicêntrico do Brasil da Unopar em parceria com a Faculdade Anhanguera de São José (Resolução 466/2012). Esta pesquisa foi submetida para análise e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (sob número de parecer 6.689.578, CAAE: 69185023.1.0000.0108), Paraná. Resultados: A amostra foi composta por 19 participantes, sendo predominantemente do sexo feminino, 89,5% (17). A amostra apresentou média de idade de 69,8 (±5,4) anos. A média do índice de massa corporal (IMC) entre os participantes foi de 27,8 kg/m², com desvio padrão de 4,7 kg/m², indicando que a maior parte da amostra se encontra na faixa de sobrepeso. A avaliação dos sintomas depressivos avaliados pelo Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) demonstrou predominância de sintomas leves, presentes em 36,8% (7) dos participantes, seguidos por mínimo ou nenhum sintoma em 31,6% (6). Casos de

sintomas de depressão moderada, moderadamente grave e grave representaram, respectivamente, 15,8% (3), 5,3% (1) e 10,5% (2) da amostra. Em relação às comorbidades, 73,7% (14) relataram histórico de hipercolesterolemia, 21,1% (4) apresentaram diagnóstico de diabetes mellitus, e 31,6% (6) relataram hipotiroidismo. Além disso, 15,8% (3) informaram arritmia cardíaca, 10,5% (2) osteoporose e 26,3% (5) hérnia de disco. Não houve relatos de infarto entre os avaliados. Quanto à relação cintura-quadril (RCQ), a média encontrada foi de 0,89 com desvio padrão de 0,08. Este valor está próximo ao limite de risco aumentado para doenças cardiovasculares: de acordo com recomendações internacionais, valores de RCQ acima de 0,85 para mulheres e acima de 0,90 para homens já são considerados indicativos de maior risco para complicações cardiometabólicas. O risco de quedas foi avaliado utilizando-se a Escala de Eficácia de Quedas – Internacional – Brasil (FES-I-Brasil), sendo constatado que 21,1% (4) dos participantes apresentaram baixo risco (sem quedas), 47,4% (9) risco moderado (quedas esporádicas) e 26,3% (5) risco elevado (quedas recorrentes). Na avaliação da capacidade funcional pelo teste de sentar e levantar cinco vezes, destacou-se que 47,4% (9) da amostra obtiveram pontuação abaixo do predito, revelando limitação funcional maior. Discussão dos resultados encontrados e dos efeitos/impactos percebidos: A prevalência do sexo feminino é um achado recorrente em estudos com idosos, o que pode ser explicado tanto pela maior longevidade das mulheres quanto pela maior adesão delas a programas de promoção da saúde. Isso foi observado também por Barreto et al. (2025), ao analisarem o perfil de idosos em diferentes contextos de acolhimento. O sobrepeso observado na amostra, com média de IMC de 27,8 kg/m², mostra que a maioria dos participantes está acima do peso considerado ideal para a idade. Esse dado por si só já merece atenção, mas se torna ainda mais relevante quando olhamos junto para a média da relação cintura-quadril (RCQ), que foi de 0,89 — valor acima do limite de risco para doenças cardiovasculares, especialmente entre as mulheres. Quando esses dois indicadores aparecem alterados ao mesmo tempo, como neste estudo, o risco de complicações cardiometabólicas tende a aumentar. Barreto et al. (2025) destacam que tanto o excesso de peso quanto a RCQ elevada estão associados a maiores chances de doenças cardiovasculares em idosos, o que reforça a importância de olhar com cuidado para esses fatores no acompanhamento dessa população. Em relação à saúde mental, os sintomas depressivos leves a moderados identificados no grupo

são compatíveis com os achados de Alves et al. (2023), que observaram prevalência de sintomas depressivos, especialmente em idosos com comorbidades associadas e redução do convívio social. Também destaca-se a influência dos fatores de risco cardiovasculares sobre o bem-estar mental de pessoas idosas. A presença de múltiplas condições clínicas, somada ao isolamento social e à limitação na realização de atividades significativas, contribui para o agravamento do quadro psicológico. A diminuição da autonomia, o sentimento de inutilidade e a escassez de interações afetivas são fatores que impactam negativamente a saúde emocional, reforçando a necessidade de estratégias de cuidado que integrem o acompanhamento psicológico com ações de promoção da autoestima, do autocuidado e da participação ativa no cotidiano. A funcionalidade limitada, evidenciada pelo desempenho no teste de sentar e levantar, reforça a necessidade de intervenções preventivas. Soares et al. (2024) destacam que a limitação funcional e o uso de múltiplos medicamentos aumentam o risco de quedas, o que se alinha ao perfil encontrado em parte da amostra deste estudo. Esses resultados, apesar da amostra reduzida, sinalizam padrões consistentes com a literatura, indicando que a atuação precoce e interdisciplinar é essencial para reduzir os riscos e promover qualidade de vida nessa população. Conclusões:Os achados do estudo demonstraram que há prevalência de mulheres com sobrepeso, com hipercolesterolemia, hipotireoidismo, diabetes mellitus, com sintomas depressivos leves, capacidade funcional reduzida associado ao maior risco de queda. Tais achados contribuem no entendimento do perfil demográfico, clínico, psicológico e funcional de idosos frequentadores de um centro de apoio à terceira idade da Grande Florianópolis para que seja possível a criação de ações para a promoção de saúde e prevenção de desenvolvimento ou agravo das doenças preexistentes. O alto número de idosos com sintomas depressivos é uma sinalização de que esta faixa populacional está mais suscetível aos agravos de saúde. Quando ainda associada a limitações funcionais, apontam para a necessidade de atividades que visam a prevenção de quedas e a independência desses idosos, assim como suporte psicológico.

Referências

ALVES, G. C. et al. Sintomas depressivos e fatores associados em idosos residentes em instituição de longa permanência, In SciELO Preprints, 2023.

BARRETO, B. S. et al. Fatores de risco cardiovascular em pessoas idosas em situação de acolhimento doméstico ou institucional, In SciELO Preprints, 2025.
SOARES, C. R. et al. Impact of polypharmacy and the use of medicines associated with the risk of falls in the elderly / Impacto da polifarmácia e o uso de medicamentos associados ao risco de quedas de idosos. v. 16, n.1, 2024.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Gabriela Olívia Xavier Peres	**Graduando(a)**	**Faculdade Anhanguera - São José/Santa Catarina**
Mariana Silva Heberle	**Graduando(a)**	**Faculdade Anhanguera - São José/Santa Catarina**
Raquel Cristina Fernandes da Silva Favini	**Graduando(a)**	**Faculdade Anhanguera - São José/Santa Catarina**
Josenilton da Silva Nascimento	**Especialização concluída**	**Docente da Faculdade Anhanguera - São José/Santa Catarina. Orientador do estudo.**
Tuane Sarmento	**Doutorando(a)**	**Docente da Faculdade Anhanguera - São José/Santa Catarina. Orientadora do estudo.**

Perfil do Projeto de Extensão Expressartes

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

A oficina ExpressArtes é uma ação de extensão universitária realizada em um hospital psiquiátrico universitário na cidade do Rio de Janeiro. Oferecida a um público aberto, inclui pessoas em sofrimento psíquico, estejam elas em regime de internação ou não. A atividade acontece quinzenalmente e visa promover a livre expressão por meio da arte. O projeto conta com facilitadores extensionistas de diversos cursos de graduação, uma coordenadora da enfermagem, além de estagiários e residentes. Tem como base teórica o conceito de Afeto Catalisador, proposto por Nise da Silveira, que valoriza o apoio afetivo como meio de construção de vínculos e estímulo à expressão subjetiva. Para alguns participantes, trata-se de um momento de "micro liberdades", em consonância com os princípios da Reforma Psiquiátrica. Este trabalho apresenta um perfil do projeto no período de 2024 a 2025.1, a partir de uma pesquisa retrospectiva documental de abordagem quantitativa. Foram analisadas produções artísticas de usuários e familiares que frequentaram as oficinas e assinaram suas criações com nome e data. No total, ocorreram 12 oficinas, com média de 11 pessoas por encontro e frequência média de 2 participações por indivíduo. Foram 60 participantes do gênero masculino e 72 do gênero feminino. Em 2024, foram registradas 167 produções, e em 2025.1, 28 produções, mantendo uma média anual de aproximadamente 97 trabalhos. As principais temáticas simbólicas encontradas foram: natureza (29), abstratos (6), escritos (64), rostos ou pessoas (9), coração (10), moradia (4) e animais (14). Nota-se uma adesão significativa às atividades, o que evidencia a demanda por espaços que promovam escuta, vínculo e expressão subjetiva. A média de pouco mais de 2 a 3 produções por participante aponta para a potência criativa despertada em um ambiente seguro e receptivo, onde facilitadores atuam como mediadores sensíveis aos conteúdos emergentes do inconsciente. As narrativas simbólicas revelam tentativas de reorganização psíquica. A natureza, por exemplo, representada sobretudo pela árvore, remete aos ciclos de vida, morte e renascimento. Em síntese, o levantamento do perfil do projeto evidencia a

recorrência de símbolos como manifestação de processos internos, indicando o papel da arte como ferramenta terapêutica de reorganização subjetiva, favorecida por vínculos afetivos e pela liberdade expressiva presentes nas oficinas.

Referências

SILVEIRA, Nise da. Imagens do Inconsciente: com 271 ilustrações. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. 280 p. ISBN 978-85-326-4985-0. Disponível em: https://archive.org/download/imagens-do-inconsciente-nise-da-silveira/Imagens%20do%20Inconsciente%20-%20Nise%20da%20Silveira.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Beatriz Andrade de Vasconcelos	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Paula Isabella Marujo	**Doutor(a)**	**UFRJ**
Luana Paiva	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Rafaele Rodrigues de Aguiar	**Graduando(a)**	**UFRJ**

Perspectiva Patologizante na Educação e Implicações no Fracasso Escolar: Relato de Experiência em uma Instituição Escolar no Extremo Sul do Brasil

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência é resultado de um estágio não obrigatório de monitoria de inclusão em uma escola municipal de ensino fundamental no município de Rio Grande, no extremo sul brasileiro. Tem-se, por objetivo, analisar criticamente a perspectiva individualizante nos intramuros da instituição escolar sob a ótica de uma observação participante, representada pela discente de Psicologia. Reflete-se, assim, acerca dos discursos patologizantes reproduzidos no âmbito educacional e a repercussão da popularização de categorias nosológicas em contextos para além dos que as possuem como objeto de estudo, utilizadas, nesta conjuntura, como causalidade do chamado fracasso escolar.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

De início, fez-se uma análise diagnóstica do local e seus nuances, apropriando-se de conceitos da Psicologia Institucional de Bleger (1984), a partir do enquadre, isto é, da observação e leitura acerca do ambiente, antes de quaisquer intervenções, ao passo em que se configura a denominada distância instrumental – estratégia que garante uma visão clara sobre aquilo que está latente sob lentes exteriores.

Num segundo momento, seguiu-se o plano de atividades que devem ser desempenhadas pelo estagiário de monitoria de inclusão, como acompanhar o processo de ensino-aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial, ou seja, crianças e adolescentes com deficiência visual, auditiva, física e intelectual, com transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2015). Além disso, supervisionar a sala de aula a qual se destina o estagiário e auxiliar em outras demandas referentes à prática do monitor, conforme solicitações da coordenação pedagógica e/ou outros atores sociais da instituição, também fazem parte das atividades desempenhadas.

ANÁLISE CRÍTICA

Tendo em vista o exposto acima, foca-se, para fins do presente relato, na análise crítica a respeito de uma perspectiva patologizante na educação e suas implicações no chamado fracasso escolar.

3.1 Revisão de Literatura

Tem-se, por fracasso escolar, as lacunas no processo de ensino-aprendizagem que culminam na dificuldade de escolarização e na posterior reprovação e/ou evasão escolar (Patto, 2015). O fenômeno da patologização na educação frequentemente é associado, num viés de causalidade, ao fracasso escolar, de maneira a individualizar um problema de origem coletiva, culpabilizando-se o sujeito (Albuquerque, 2021). Ainda segundo a autora, ao tornar individual um fenômeno coletivo, mascaram-se as problemáticas sociais e políticas envolvidas num processo de biologização que permite que o sistema social, neste caso a própria instituição Escola, permaneça isento de responsabilidade nos processos de exclusão e de fracasso escolar (Albuquerque, 2021).

Dessa maneira, faz-se uso de discursos patologizantes nos intramuros escolares e se transfere ao núcleo familiar a resolução das falhas da escolarização, intensificando o processo de rotulação a partir da popularização de categorias nosológicas (Oliveira, Silva, Baptista, 2020). Nesse processo, supõe-se que o motivo pelo qual o discente apresenta dificuldade no aprendizado é fruto de causas orgânicas, como um desvio no processo de desenvolvimento, e, assim, patologiza-se a educação e se desfoca dos vieses psicossocial, histórico-cultural e econômico, além dos próprios elementos pedagógicos intraescolares.

Observa-se que, ao não atender às expectativas institucionais ou apresentar comportamentos indesejáveis, o estudante que apresenta comportamentos como agitação em sala de aula, ou por não se enquadrar aos moldes de aprendizagem ditos como dentro do padrão de normalidade, designam-se diagnósticos de deficiências ou transtornos de neurodesenvolvimento sem qualquer embasamento como causa do fracasso escolar – este muitas vezes produzido pela própria escola (Albuquerque, 2021).

3.2 Análise da dinâmica escolar

Durante a experiência de monitoria, notou-se que comportamentos tidos como inadequados para o interior da sala de aula eram relacionados a algum fenômeno intrapsíquico, sem qualquer análise ou consideração de outros fatores. Situações como uma queixa decorrente da movimentação excessiva de alunos são

frequentemente consideradas uma manifestação comportamental tida como inadequada no contexto escolar, sob a ótica de uma suposta normalidade que deve ser alcançada. A partir disso são criadas teorizações acerca de supostos problemas de origem biológica para a hiperatividade manifestada em sala de aula – esta já colocada sob uma natureza patológica. Ignoraram-se fatores psicossociais envolvidos, atribuindo-se ao comportamento desviante uma lógica de causa e efeito de origem individual/biológica. Esta análise desconsidera outras possibilidades geradoras ou agravantes da agitação observada, deslocando possíveis cenários de origem e natureza psicossociais para uma conduta desviante e de inaptidão, bem como descreve Patto (2015).

Em outros casos, observou-se que a culpa pelo fracasso escolar foi atribuída ao uso de substâncias químicas, reprovações escolares e idade mais avançada que o restante dos colegas. Nestes casos, o aluno é considerado uma influência negativa capaz de “desviar” os demais. Além disso, são construídos discursos acerca de questões intrapsíquicas como memória, rendimento e sono, numa perspectiva individualizante de que alguma explicação neuropsicológica poderia sanar o referido problema. Há a tentativa, aqui, de camuflar e/ou ignorar uma realidade social permeada por vulnerabilidades diversas que, junto aos tantos abandonos sociais, soma-se o descaso institucional.

As situações relatadas acima ainda revelam o risco iminente de evasão escolar, em que a falta de apoio institucional e a patologização exprimem como fim a responsabilização dos indivíduos, somente. Não parece haver interesse das instituições escolares no compromisso de se autoavaliar e se reinventar para construir novas formas de adaptação que incluam diferenças. A desistência da instituição acerca da permanência de alguns estudantes no espaço educacional, vistos sob a ótica do fracasso escolar, reproduz uma fala individualizante sobre a própria falha na escolarização. Como propõe Albuquerque (2021), a apropriação desses discursos se dá em prol da isenção de responsabilidade social sobre o fracasso que as próprias produzem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir do exposto, a relevância da experiência em um ambiente escolar para a futura vivência profissional da discente, de maneira a contribuir, também, para a construção de um olhar crítico a respeito de arranjos pré-estabelecidos e modulados de acordo com uma cultura, em seu recorte sócio-histórico.

Vê-se a necessidade de se distanciar de uma prática higienista na educação, a qual objetiva identificar e solucionar os desvios e as inaptidões advindas do sujeito. Para isso, devem ser considerados fatores psicossociais, socioculturais e pedagógicos intraescolares envolvidos no processo ensino-aprendizagem, numa análise crítica em conformidade com os princípios éticos da Psicologia.

Referências

ALBUQUERQUE, Flávia. Concertar para aprender: os impactos do discurso patologizante na educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

BLEGER, José. Psico-Higiene e Psicologia institucional. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1984.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Instituía a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Aniê Coutinho; SILVA, Carla Maciel da; BAPTISTA, Cláudio Roberto. Infância e medicalização da vida: uma análise sobre a produção diagnóstica e seus nexos com os processos de escolarização. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. esp. 5, 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Lívia Lavall	**Graduando(a)**	**FURG**
Vanessa Andina Teixeira	**Doutor(a)**	**Universidade Federal do Rio Grande**

Política, Cuidado e Arte: Oficinão no CAPS como espaço de Resistência Antimanicomial

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Este trabalho, através de um relato de experiência de estagiárias de psicologia, se propõe a discutir a atividade do “Oficinão” em sua criação e continuidade em um dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS). Esses estágios se deram a partir de duas ênfases profissionalizantes, saúde e processos clínicos e processos comunitários e ações coletivas, e a intersecção entre elas. Isto posto, o relato compreende o recorte temporal de 2024 e 2025, a partir da experiência das autoras tanto em sua criação em um momento de greve, quanto na continuidade e repercussões da atividade.

A experiência de estágio obrigatório no CAPS II foi atravessada por uma greve nacional unificada entre as categorias de técnicos administrativos, docentes e discentes da UFSC em 2024, antecedida de uma greve dos servidores municipais, que paralisou grande parte dos atendimentos locais. Ademais, a experiência é atravessada pelo retorno do serviço ao local de sua fundação. O casarão, como é conhecido, foi re-construído e entregue nos moldes de um pronto atendimento, pautado na lógica hospitalocêntrica que derrubou os espaços para práticas coletivas, o que fez com que a estrutura arquitetônica passasse a ser uma barreira para as práticas de cuidado antimanicomiais.

A partir disso, construiu-se uma atividade de greve vinculada ao estágio: o Oficinão, uma grande oficina que reuniu os usuários dos grupos coordenados pelas estagiárias. Essa atividade possibilitou a participação na greve, ao passo que se constituiu como um espaço fértil de convivência, formação, reflexão e discussões políticas, assim como de integração entre os serviços públicos de educação e saúde.

O “Oficinão” primeiramente se estruturou em quatro encontros planejados coletivamente com os usuários e pensados a partir das suas demandas. Foram realizadas produções coletivas de cartazes, expressões artísticas e debates sobre direitos e a importância do serviço público, além de uma ida em grupo à

universidade e a exibição de um documentário sobre a história do local, seguido de debate sobre memória e pertencimento .

Para além de uma atividade de greve, o Oficinão evidenciou a falta de espaços de convivência e a indissociabilidade das lutas nos diferentes setores públicos no que tange à precarização dos serviços produzidos por políticas neoliberais. Em meio ao cenário de ataques às conquistas da luta antimanicomial por um projeto privatista, se destaca o contexto de crescente desassistência como o subfinanciamento enfrentado pelos CAPS, com equipes subdimensionadas, infraestrutura inadequada e escassez de recursos.

Após a greve, em 2025, o Oficinão permanece no dispositivo como uma atividade criativa e inventiva, aberta a novas configurações, mas ainda em busca de dar destino a grande parte das demandas e angústias que motivaram sua criação e permanecem, embora de novas formas. A ideia de ressignificar o espaço e apropriar-se deste surge coletivamente, para dar vazão a uma angústia também coletiva, tanto de usuários e familiares quanto da equipe, da busca por um espaço que materialize e atualize a perspectiva antimanicomial, visto que a estrutura arquitetônica atual materializa e impõe o projeto político de retrocesso em relação aos avanços da Reforma Psiquiátrica.

Diante disso, a partir da experiência do Oficinão no contexto da greve, tem-se a continuidade com outros oficinões. Inicialmente, com o uso da fotografia, realizou-se uma saída até o espaço que dá nome ao serviço. Posteriormente, os registros criados constituíram uma memória visual, nas paredes e vidros do local, do usuário habitando/pertencendo àquele espaço. Esse movimento insurgente passou a ser incorporado às atividades do serviço, sendo combinada uma periodicidade mensal.

Na tentativa de ampliar o Oficinão, foi organizada uma saída ao parque junto ao Coletivo de Produção Integrada de Resistência Antimanicomial. Nesta ocasião, a partir da pergunta disparadora de um usuário do serviço iniciou-se um diálogo acerca das estruturas manicomiais e de como a sociedade cerceia a liberdade dos ditos loucos. O ato de ir ao território contempla o movimento de desinstitucionalização refletido na fala dos usuários.

É na relação entre esses fluxos, no encontro entre esses planos, que a ação transformadora pode acontecer, pelos agenciamentos e furos nas delimitações institucionais e burocráticas, é no meio das coisas que o pensamento-vida brota, como ressalta Amorim et. al (2015), pensamento este que não se faz distante do

sensível, do desejo, da intensidade da vida. A dimensão política dos oficinões se dá também pela reinvenção do sensível (Rancière, 2025). A arte, desde os primeiros cartazes até a pintura das paredes é uma forma de expressão, de luta, de memória e resistência. Em uma luta que se faz com pincéis, fotografias e cores que transbordam os muros institucionais.

Assim, a memória da greve nacional permanece e ganha novos contornos, incorporando-se às atividades do serviço. Os encontros seguintes resgatam o registro simbólico do casarão pensando no pertencimento dos usuários no território da cidade. Através da produção fotográfica e exposição no serviço construiu-se uma memória visual do pertencimento coletivo àquele espaço. Assim, elaborou-se uma nova possibilidade de encontro marcando deslocamentos micropolíticos no espaço envolvendo o diálogo entre profissionais, estagiários e usuários.

Dando continuidade ao fluxo de movimentos instituintes, ocorre o Oficinão “Coral das expressões”, com a proposta de pintar coletivamente espaços externos de convivência do Caps, em comemoração ao dia da Luta Antimanicomial. Este encontro foi semeado no segundo semestre de 2024, mas pôde ser realizado apenas oito meses depois, no dia 16 de maio de 2025. Este oficinão, através da arte, integra expressão, criação e transformação, e evidencia a apropriação do espaço de convivência para a expressão de revoltas, violências e da ideia em construção coletiva do que o Caps representa de fato para os usuários do serviço. Além de possibilitar um espaço de convivência, fortalecimento do protagonismo dos usuários também como artistas e construção de vínculos.

No “Coral das expressões” frases como “O Caps é nosso”, “Viva o Sus”, “Viva a Raps” ficam marcadas nas paredes, transformando aquele espaço arquitetônico rígido e de uma pretensa neutralidade em um outro espaço, compondo coletivamente movimentos de criação, de resistência e de memória. Assim, é possível observar a relação entre a estética, a política e a ética, em que a arte e a criação têm a potência de mobilizar diversos afetos, além de permitir o expressar que, por vezes, a palavra falada não alcança. Esses movimentos operam, aqui, sob um paradigma ético-estético-político (Guattari, 1992) no qual a inventividade e a criação artística se tornam um ato de resistência e ressignificação do espaço, além de possibilitar que se desloque de uma lógica institucionalizada. Permite a identificação, construção de laços e relações, o encontro entre o que se sente, para além do que se fala ou não, mas no que se expressa e deixa uma marca no espaço.

A arte e a vontade de criar, transformar e expressar permitiram esse encontro, constituindo-se como um ato político coletivo de resistência e subversão, através da apropriação do espaço para construção de novas narrativas em relação à saúde mental na atenção psicossocial.

Com isso, a arte, que sempre fez parte das vivências no CAPS, retorna pelas brechas em práticas agora consideradas subversivas: os cartazes colados nas paredes, as fotografias expostas e, posteriormente, a pintura coletiva das paredes e bancos do CAPS foram se capilarizando e transformando a arquitetura, num mergulhar artístico, político e de cuidado que devolveu cor e memória ao serviço.

Referências

AMORIM, Ana. K. D. M. A.; SEVERO, Ana. K. D. S.; ROMAGNOL, R. C. Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: Experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 657-678, 2015.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo. Editora 34, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. A Partilha do Sensível: Estética e Política.Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo. Editora 34, 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Marília Pimentel pincelli	**Graduando(a)**	**ufsc**
Ronise Vieira Bolter	**Graduado(a)**	**UFSC**
Paula Xavier da Silva	**Graduando(a)**	**UFSC**
Vitória Silveira Correia	**Graduando(a)**	**UFSC**

Sofia Magalhães Dorn de Carvalho	**Graduando(a)**	**UFSC**
Agatha Wollinger Niehues Fernandes	**Graduando(a)**	**UFSC**
Bianca Zola Bahia Marques	**Graduando(a)**	**UFSC**
Vanessa Massocco Woloszyn	**Graduando(a)**	**UFSC**

Prática Teatral em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

Área temática

01. Jurídico-Político

Resumo expandido

Introdução

Inicialmente denominados Manicômios Judiciários, os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) configuram-se como híbridos entre os sistemas manicomial e carcerário. Enquadrando-se como instituições totais, são considerados esquecidos no movimento antimanicomial, uma vez que seu fim está previsto há mais de vinte anos pela Lei da Reforma Psiquiátrica. Neles, são cumpridas as medidas de segurança dos indivíduos considerados inimputáveis, no que diz respeito à capacidade de discernimento do caráter ilícito do ato praticado. Segundo o Código Penal, inimputáveis são isentos de pena, porém sujeitos à medida de segurança.

Apesar de a Lei da Reforma Psiquiátrica estar em vigor há mais de vinte anos, os manicômios judiciários seguem existindo na contramão de suas propostas; o Judiciário, por sua vez, demonstrou lentidão na adequação à legislação.

Como desdobramento das demandas da luta antimanicomial, foram iniciadas tentativas de aplicação dos parâmetros da lei por meio de resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A mais recente, de 2023, determinou a implementação da Política Antimanicomial no âmbito do Judiciário e, consequentemente, o fechamento dos Hospitais de Custódia. No entanto, a medida enfrentou resistência e, embora previsse um prazo para sua efetivação, este ainda não foi cumprido.

Este relato apresenta o processo de criação e desenvolvimento de um curso de teatro em um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Esta ação representa, até onde se tem conhecimento, a primeira realização efetiva de um curso de teatro dentro e para os pacientes de um HCTP no Brasil.

A iniciativa teve como objetivo oferecer um contato com a linguagem teatral, incentivando o protagonismo teatral, a expressividade individual e coletiva. Apesar de o fazer teatral conter em si um valor intrínseco, e acreditando que a oportunidade de fazer teatro deve existir por si só, o contexto em que foi realizado não pode ser ignorado. Com atividades que ultrapassam a rotina habitual do ambiente hospitalar

e carcerário, o curso de teatro também buscou promover a integração entre os pacientes, estimular a socialização e contribuir para sua futura reintegração social.

Metodologia

A proposta foi desenvolvida por meio de encontros semanais, com duração de duas horas, abertos aos pacientes interessados. A decisão de manter a turma aberta foi pensada como forma de incentivar a autonomia dos participantes, que também podiam entrar e sair quando desejassem. Com foco prático, as aulas buscaram oferecer uma iniciação teatral que, embora acontecessem em um hospital psiquiátrico, não se propunham a ter caráter terapêutico, nem se restringiam ao potencial da prática teatral como ferramenta.

Essa iniciação teve como principais objetivos: explorar as possibilidades do corpo e do espaço, facilitar a comunicação e fortalecer a união do grupo. Para isso, o jogo teatral foi adotado como base metodológica, apropriando-se também de brincadeiras populares e práticas corporais, usadas tanto para aquecimento e integração quanto para criação e expressão.

Diante da ausência de um referencial teórico específico sobre teatro em hospitais de custódia, a fundamentação de tal metodologia abraçou métodos convencionais e já consolidados, assim como referenciais contemporâneos de contextos mais específicos. Partindo das propostas de Viola Spolin, sistematizadora dos jogos teatrais; passando por Augusto Boal, pioneiro no uso de jogos teatrais para não-atores; chegando a Márcia Pompeo, referência no Brasil na área de Teatro em Comunidades, e Ashley Lucas, pesquisadora de teatro e encarceramento.

Discussão

Os desafios para a condução da proposta se revelaram logo ao início, exigindo constantes adaptações. O primeiro obstáculo estava na escassez de referências teóricas sobre teatro em hospitais de custódia. Diante disso, a pesquisa foi ampliada para contemplar o teatro em presídios e hospitais psiquiátricos, buscando compreender suas particularidades e pontos em que convergem. Por exemplo, no presídio, há regras rígidas, com limitações quanto ao uso de materiais, espaço e atividades. Já em um hospital psiquiátrico, os pacientes estão em tratamento medicamentoso, muitas vezes sofrendo efeitos colaterais. Em ambos os contextos, é necessário reconhecer que cada indivíduo possui vivências e necessidades singulares, que devem ser consideradas na elaboração e condução da aula.

Outra dificuldade estava relacionada ao contato entre os corpos, presente em muitos exercícios teatrais. Tratando-se de uma turma masculina, esse tipo de prática exigiu uma introdução lenta. Os participantes se negavam a participar de qualquer atividade que incluísse toques físicos. Mostravam-se constrangidos, nervosos e até mesmo irritados; afirmavam que eram “machos” - sugerindo que, naquele momento, a própria proposta era ofensiva. Inicialmente, a manifestação foi respeitada e tais jogos foram evitados. Gradualmente, essas práticas foram reinseridas, reforçando a premissa de que nenhuma atividade era imposta à turma. Assim, com alguns participantes optando por apenas assistir a determinadas atividades, o processo seguiu. Com o tempo, a própria turma passou a incentivar a participação dos colegas que observavam.

Apesar do cuidado na elaboração do projeto, a prática difere das expectativas, levando à revisão de objetivos inicialmente concebidos. Planejava-se realizar a exploração do espaço por meio de exercícios de caminhada, investigando diferentes formas de caminhar pela sala. Tais dinâmicas propõem a experimentação de velocidades, planos, modos de posicionar os pés, direções, movimentos e a imaginação de cenários, situações e qualidades do piso. São exercícios que exigem maior concentração e tempo, não se adequando às particularidades deste grupo. Além disso, caminhar pelo pátio era parte da rotina dos pacientes, algo que buscamos ultrapassar.

Uma forma de contornar essas questões foi a interação com os demais profissionais do HCTP. Professores de outras atividades possuíam acesso a diferentes materiais, espaços e possibilidades, além de já atuarem há mais tempo no hospital. Essa proximidade possibilitou o compartilhamento de estratégias e recursos, bem como a parceria em projetos, como veio a ocorrer com a peça de Natal.

Além disso, diante da percepção de que algumas atividades não atendiam igualmente aos diferentes níveis de engajamento e repertório dos participantes, optou-se por ampliar o número de encontros semanais. Assim, passou-se a oferecer duas aulas por semana, com focos distintos: uma voltada à iniciação teatral e jogos, com estrutura mais acessível, e outra centrada em exercícios de improvisação, que exigiam maior elaboração e envolvimento. Essa divisão permitiu acolher diferentes ritmos e experiências, oferecendo desafios mais adequados às necessidades de cada participante.

Conclusão

Na esperança de auxiliar atividades semelhantes, este relato visa compartilhar o que se apresenta como primeiro curso de teatro em um HCTP, destacando suas especificidades, dificuldades e possíveis soluções. Ressalta-se a particularidade de uma prática teatral que ocorre não apenas em um espaço de privação de liberdade, mas também em um ambiente de tratamento psiquiátrico, considerando-se o sofrimento psíquico dos participantes.

A prática teatral mostrou-se como uma oportunidade de integração entre os participantes, que, apesar da convivência diária no pátio, demonstravam pouco conhecimento uns dos outros. Por meio de jogos teatrais, brincadeiras tradicionais, exercícios grupais e contações de história, foi possível observar o surgimento de novas amizades para além das aulas.

O processo, que ainda demanda estudos mais aprofundados para a avaliação de seu impacto, reforça o potencial do teatro na presente tentativa de humanização dos espaços de privação de liberdade. Além da participação da arte na promoção do convívio e esperado retorno à sociedade, a defesa da prática teatral como fim em si mesma enfatiza que, independente dos resultados, o acesso à arte e à cultura é direito fundamental de todo ser humano.

Referências

BOAL, Augusto. Jogos Para Atores e Não Atores. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LUCAS, Ashley. When I run in my bare feet: Music, writing, and theater in a North Carolina women's prison. American Music, v. 31, n. 2, p. 134-162, 2013.

NOGUEIRA, Márcia Pompeo. Teatro em comunidades. In: FLORENTINO, Adilsom; TELLES, Narciso. Cartografias do Ensino de Teatro: das ideias às práticas. Uberlândia: UDUFO, 2008.

SPOLIN, Viola. Jogos Teatrais na Sala de Aula: Um Manual Para o Professor. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017

TRAVERSARO, Bruna; OLIVEIRA, Fabiana Lazzari de. Prática teatral em um Hospital de Custódia: à luz dos olhos velados. Revista NUPEART, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 305–317, 2020. DOI: 10.5965/2358092521232020305. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/nupeart/article/view/16297. Acesso em: 14 jun. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Bruna Traversaro	**Graduado(a)**	**UDESC**

Práticas de Convivência como Aquilombações: Promoção da Saúde nos Territórios com Arte-Cultura

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Esta proposta de comunicação está baseada no projeto de pós-doc vinculado ao EICOS / UFRJ intitulado "Práticas de convivência como aquilombações: promoção da saúde nos territórios com arte-cultura e economia solidária" e seu objetivo é compartilhar a experiência do Fórum de Centros de Convivência e Cultura (Cecos) do Rio de Janeiro em sua dimensão de aquilombação nos territórios com arte-cultura. O Fórum de Cecos RJ é um movimento social que desde 2018 conflui com muitos outros (antimanicomial, feminista, negro, lgbtqiapn+, agroecológico) e tem compreendido as práticas de convivência nos territórios instauradas a partir dos CECOs como uma entre tantas outras ideias para adiar o fim do mundo como nos indica Ailton Krenak.

Nos encontros do Fórum pretende-se pensar coletivamente estratégias para fortalecimento dos Cecos enquanto política pública de bem-viver e ao mesmo tempo ativar as sensibilidades com diversas linguagens artístico-culturais como música, teatro, poesia, dança, filmes compartilhando as questões e problemas relacionados às opressões e colonizações das diferenças.

No Fórum, somos todos conviventes: usuários, trabalhadores, gestores, familiares, professores, pesquisadores, estudantes, vizinhos, parceiros, artistas, militantes, e compartilhamos experiências, afetos, desejos e inquietações no que se refere a uma política da convivência. O que nos move é colocar a convivência no centro da vida para construir uma sociedade sem manicômios. Nossa maior alegria é a delicada arte de produzir encontros. Nesta pesquisa, compreendemos a ideia-força de aquilombação tal como formulada por Emiliano Davi (2024) ao estudar saúde mental e relações raciais, isto é, aquilombar como via de enfrentamento às múltiplas formas de opressão às diferenças e como caminho para emancipação. O quilombo, como matriz civilizatória, nos indica que o antirracismo é condição para a experiência democrática (NASCIMENTO, 1980/2019), onde qualquer pessoa pode ser bem-vinda. Aquilombar aponta para um modo de enfrentar o racismo, em que todos

estejam incluídos: pretos, pardos, brancos, povos originários, mulheres, homens, pessoas trans, pessoas cis, pessoas não binárias, pessoas loucas de todo tipo, corpos dissidentes, pessoas com deficiência, crianças, jovens, idosos, pessoas migrantes, etc. Aquilombar se faz por uma luta pelo cuidado em liberdade, pelo exercício democrático do direito à cidade, o que pode produzir algum pequeno deslocamento nas “placas tectônicas que têm sustentado o sistema colonial-racial-cis-heteropatriarcal-capitalista em suas camadas subterrâneas”. (Rolnik, 2024). Instauramos nesse processo, o método cartográfico na construção coletiva dos Fóruns nos valendo de três pistas: 1)Pista da Abertura: Qualquer um pode participar do Fórum, seja quem for. Somos todos conviventes.2)Pista da Diversidade: Cada um que vem traz consigo seus coletivos de que é composto, o que torna o espaço diverso. As diferenças são desejadas, pois através delas nos potencializamos. 3)Pista da Itinerância. Ele é um movimento em movimento. Há nomadismo. Cada encontro do Fórum acontece em um espaço diferente, que costuma ser decidido no Fórum anterior. Isso faz com que percorrer o caminho até o Fórum seja também um trajeto de (trans)formação de si e de uns com os outros. Trata-se de pensar com os pés, tal como formulado por Tosquelles. Temos sempre um CECO anfitrião que recebe o grupo de visitantes que varia em sua composição. Sentados em roda todas as pessoas presentes se apresentam, fazendo a gira girar. Expressões artísticas ali se manifestam em diferentes linguagens: poesia, música, esquetes teatrais, performances, dança, vídeos, exposições fotográficas. Há uma pauta local do território que nos recebe e uma pauta geral. São perguntas de trabalho que costumam disparar os debates: - O que é convivência? Como temos feito e podemos fazer estratégias e centros de convivência? - Qual a melhor relação possível entre CECOs e outros dispositivos? - Como convidamos mais pessoas para este movimento de existir para resistir juntos? A periodicidade dos Fóruns é definida pelo desejo de se encontrar e estar junto. A média tem sido de 4 edições por ano, podendo durar de 3 a 6 horas, a depender da programação. Comer juntos faz parte da convivência. Como resultado, produzimos um diálogo e troca entre as distintas práticas de convivência nos territórios, são algumas delas: culinária, grafite, teatro, música, capoeira, ioga, mosaico, bordado, costura, atelier de pintura, tai chi chuan, futebol, dança, poesia, canto, piqueniques nos parques e praças, e blocos de carnaval que tematizam a luta antimanicomial. Apontamos para o fato de que esse movimento iniciado em 2018 que gerou em 2021 um Encontro Nacional de Cecos,

para além de compartilhar experiências artísticas, culturais, de lazer, de esporte, formação, trabalho, economia solidária e de cuidado, foi uma mola propulsora para a redação e publicação da Portaria GM/MS Nº 5.738 / 2024 que prevê custeio para os Cecos nos municípios. Com isso, temos no horizonte a possibilidade de aumento do número de Cecos nas Redes de Atenção Psicossocial em todo país.

Portanto, o Fórum de Cecos tem se apresentado ao longo desse tempo como um potente dispositivo para desinstitucionalizar a loucura como doença, incapacidade e perigo; desmedicalizar as relações de cuidado; elaborar estratégias em conjunto para enfrentar os desmontes do SUS e outras políticas; promover saúde através da construção participativa de políticas públicas (escrita de carta de propostas, projeto de lei, portarias, organização de eventos); fortalecer a comunicação através das mídias digitais e internet visando ao engajamento e visibilidade do movimento para a sociedade bem como a preservação da memória/histórico das ações do Fórum; aprender uns com os outros ampliando nossa capacidade de afetar e ser afetado; valorizar o trabalho coletivo; criar novas amizades; e sobretudo, conviver.

Referências

ALVAREZ, Ariadna Patricia Estevez; ALMEIDA, Neli Maria de Castro & FIGUEIREDO, Angela Pereira. (2020). Por uma política da convivência: movimentos instituintes na Reforma Psiquiátrica Brasileira. Saúde Em Debate, 44(127), 1300–1311. https://doi.org/10.1590/0103-1104202012725

DAVID, Emiliano. Saúde mental e relações raciais: desnorteamento, aquilombação e antimanicolonialidade. 1ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro visto por ele mesmo. São Paulo, Ubu editora, 2022.

PASSOS, Eduardo., KASTRUP, Virginia, & ESCÓSSIA, Liliana. (Orgs.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição, notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OBSERVATÓRIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA, ano VI, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 251-261.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Ariadna Patricia Estevez Alvarez	**Pós-doutorando(a)**	**UFRJ**
Maria Paula Cerqueira Gomes	**Livre-Docência**	**UFRJ**

Práticas e Vivências Fonoaudiológicas na Atenção ao Idoso

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução: A mudança populacional com aumento da parcela idosa é decorrente das alterações epidemiológicas e demográficas. O avanço da medicina, a ampliação do acesso aos serviços de saúde e as melhorias nas condições de vida contribuíram significativamente para o aumento da longevidade, o que, por sua vez, tem levado a um expressivo crescimento da população idosa em âmbito global (WHO, 2015). Neste contexto, tem-se a possibilidade de ações promotoras da saúde da pessoa idosa contemplando as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). O envelhecimento tem aumentado a demanda por cuidados especializados, tornando fundamental o desenvolvimento de abordagens abrangentes e coordenadas para atender às necessidades complexas dos idosos. O cuidado com essa população requer a integração de diversas áreas da saúde, visando a promoção de um envelhecimento saudável e a melhoria da qualidade de vida. No contexto da atuação fonoaudiológica, destaca-se a possibilidade de intervenção junto ao idoso institucionalizado, abrangendo ações de prevenção, avaliação e tratamento dos transtornos da comunicação, estejam eles associados ou não a alguma patologia (LACERDA; BEBER, 2024). Além disso, a ação fonoaudiológica também deve ser direcionada aos processos estomatognáticos, como mastigação e deglutição, que frequentemente encontram-se alterados nesta população (SANTOS et al., 2018). Diante disso, a adoção de práticas fonoaudiológicas adaptadas às necessidades dessa população torna-se essencial, considerando não apenas a reabilitação de alterações já instaladas, mas também a promoção da saúde e a prevenção de novos comprometimentos.

Objetivo: Apresentar a prática fonoaudiológica em contexto de ILPI, evidenciando sua relevância para a promoção da saúde integral e a qualidade de vida dos residentes.

Metodologia: O presente relato de experiência está vinculado à atuação fonoaudiológica na comunidade, desenvolvida na disciplina “Atuação na Comunidade II” do curso de Fonoaudiologia, de uma universidade do Sul do país,

realizada em uma ILPI. A intervenção ocorreu ao longo de sete semanas, durante o segundo semestre de 2024, no período matutino de um dia por semana, por meio da realização de atividades em grupo. Sob coordenação da professora responsável, cinco alunas buscaram, inicialmente, estabelecer vínculo com os residentes da instituição e construir uma relação de confiança com a equipe multiprofissional da ILPI. As atividades tiveram duração aproximada de 60 minutos. Esse contato inicial teve como objetivo principal o levantamento das demandas e interesses dos participantes, a fim de planejar ações condizentes com a realidade e necessidades do grupo. As atividades propostas tiveram caráter terapêutico, lúdico e social. Dentre elas, destacam-se as oficinas artísticas, como o desenho livre, que funcionaram como espaço de escuta e expressão individual. Durante essas sessões, os idosos foram convidados a se apresentar, compartilhar histórias de vida, interesses e memórias afetivas, o que favoreceu a valorização da identidade de cada participante e o fortalecimento do vínculo. A pedido dos próprios residentes, foi realizada uma roda de bingo, que, além do caráter recreativo, estimulou habilidades cognitivas como reconhecimento de números, memória, raciocínio lógico e concentração. A atividade também promoveu a socialização entre os participantes. Ao final, todos receberam certificados de participação e corações com frases positivas, como forma de incentivo e valorização do envolvimento. Foram inseridos, de maneira alternada, exercícios de motricidade orofacial e de fortalecimento da musculatura envolvida na deglutição, com o objetivo de contribuir para a manutenção da segurança alimentar dos residentes. Essas práticas eram realizadas de forma leve e adaptada, respeitando os limites de cada idoso. A atividade musical de socialização consistia em propor uma palavra, a partir da qual os participantes cantavam músicas que a contivessem. Essa proposta favoreceu a estimulação da memória musical, o acesso a repertórios afetivos e a integração entre os participantes. Complementarmente, foram realizadas atividades de alongamento e relaxamento da região cervical, além de exercícios voltados para a funcionalidade das estruturas orofaciais, como lábios e língua. Entre os jogos linguísticos propostos, destacaram-se a atividade “fale a palavra”, com diferentes temas como itens de supermercado ou nomes próprios com cada letra do alfabeto, e a atividade de rimas, que tiveram como objetivo estimular o vocabulário, o raciocínio verbal, a fluência de linguagem e a interação em grupo. Todas as atividades contaram com a participação voluntária dos residentes, sendo sempre

conduzidas com respeito às individualidades, ritmo e disposição de cada um, prezando pelo acolhimento, escuta ativa e promoção do bem-estar.

Análise dos resultados: Observa-se que o processo de envelhecimento apresenta uma série de desafios que afetam diferentes dimensões da vida, sendo necessário considerar não apenas as condições de saúde, mas também os aspectos emocionais e sociais que impactam diretamente a qualidade de vida. Nesse contexto, a atuação de uma equipe multidisciplinar é indispensável, pois permite que diferentes dimensões do cuidado sejam atendidas de maneira eficiente e personalizada. Sendo assim o fonoaudiólogo uma peça fundamental para o cuidado integral da população idosa. Entre os principais desafios, relatados na literatura, observam-se alterações funcionais nos órgãos fonoarticulatórios, que podem comprometer diversas funções estomatognáticas como a mastigação e a deglutição, além da diminuição da articulação da fala. Muitos idosos também experimentam lentidão nos processos de práxis orofacial e na produção verbal, o que pode impactar a fluência da comunicação (FLORES et al., 2012).

Considerações finais: Observou-se uma diversidade entre os residentes da instituição, o que exigiu uma atuação fonoaudiológica ampla e adaptável, permitindo a vivência prática em diferentes áreas da profissão. As ações desenvolvidas contemplaram aspectos da motricidade orofacial, com exercícios voltados para a mobilidade dos lábios e língua; da disfagia, com foco no fortalecimento muscular para deglutição segura; da voz, ao estimular a projeção e entonação vocal em atividades musicais e de fala; da linguagem compreensiva e expressiva, por meio de jogos verbais e de associação; bem como das funções executivas e habilidades auditivas, estimuladas em propostas que exigiam atenção, memória e organização do pensamento. Além disso, o incentivo à interação e à socialização esteve presente como eixo transversal em todas as ações realizadas. A experiência na ILPI revelou-se verdadeiramente transformadora, proporcionando um aprendizado profundo tanto no campo profissional quanto no pessoal. Enfrentar uma realidade tão distinta daquela vivenciada no cotidiano, sob uma perspectiva clínica e técnica, representou um desafio significativo e enriquecedor. Essa vivência foi especialmente valiosa por permitir a aplicação concreta de conhecimentos adquiridos em sala de aula, aliados ao desenvolvimento de habilidades como o acolhimento, o cuidado sensível e o olhar humanizado. Cada atividade realizada tornou-se um momento de troca genuína, aprendizado mútuo, empatia e conexão emocional com os residentes

e com a equipe da instituição. As relações estabelecidas ao longo do processo foram fundamentais para fortalecer o vínculo terapêutico e favorecer a motivação tanto dos idosos quanto das alunas e da professora envolvidas. Esse contato direto reforçou a importância de uma atuação fonoaudiológica comprometida não apenas com os aspectos clínicos, mas também com o cuidado integral e afetivo, elemento essencial na promoção da qualidade de vida em contextos de cuidado prolongado.

Referências

FLORES, Letícia Sousa et al. A vivência da fonoaudiologia em uma instituição de longa permanência. In: SALÃO DE ENSINO, 8. : 2012 out 1-5 : UFRGS, Porto Alegre, RS. Disponível em: https://repositorioceme.ufrgs.br/handle/10183/62995. Acesso em 11 jun. 2025.

LACERDA, Giulia Lopes; BEBER, Bárbara Costa. Autopercepção de habilidades de expressão e compreensão oral e contato com a fonoaudiologia em idosos institucionalizados. Distúrbios da Comunicação, [S.L.], v. 36, n. 4, p. e68498, 13 dez. 2024. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). Disponível em: http://dx.doi.org/10.23925/2176-2724.2024v36i4e68498. Acesso em: 10 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. World Report on Ageing and Health. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789241565042. Geneva: WHO, 2015. Acesso em: 11 jun. 2025.

SANTOS, Bianca Paixão et al. Dysphagia in the elderly in long-stay institutions - a systematic literature review. Revista Cefac, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 123-130, fev. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-021620182013817. Acesso em: 11 jun. 2025.

SOUSA, Jessica Aline Silva; ALVES, Francisca Laura Ferreira Sousa. Cuidado multidisciplinar aos pacientes idosos com afasia: revisão sistemática. Revista Acadêmica da Lusofonia, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 1–16, 2024. Disponível em: https://revistaacademicadalusofonia.com/index.php/lusofonia/article/view/6. Acesso em: 11 jun. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Michele Gindri Vieira	**Doutor(a)**	**UFSC**
Gabriely Quintana de Medeiros	**Graduando(a)**	**UFSC**
Lívia de Moura Bernardes	**Graduando(a)**	**UFSC**
Luísa Dorigon Vieira	**Graduando(a)**	**UFSC**
Maria Eduarda Dani Perottoni	**Graduando(a)**	**UFSC**
Naila Cristini Machado da Silva	**Graduando(a)**	**UFSC**
Aline Megumi Arakawa Belaunde	**Doutor(a)**	**UFSC**

Práticas grupais e atenção psicossocial: interfaces na formação em psicologia

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O presente trabalho trata sobre uma experiência de estágio em processos clínicos, sendo realizado em um serviço especializado no atendimento de sujeitos com sofrimentos decorrentes ao uso/abuso de álcool e/ou substâncias psicoativas (drogas) no município de Joinville/SC. Este sendo um espaço que oferece atendimentos em saúde acessíveis à comunidade. Possuindo uma equipe multiprofissional que colabora para atender às demandas de saúde mental. Esse serviço tem um foco especial em apoiar pessoas em situações difíceis ou em processos de reabilitação psicossocial. É necessário ressaltar que espaços como este surgem após a reforma psiquiátrica no Brasil, sendo dispositivos de uma rede de cuidados em saúde mental, funcionando como alternativas aos hospitais psiquiátricos, ou seja, como substitutos do modelo asilar que era utilizado anteriormente no país (Brasil, 2002).

O serviço atende pessoas de todas as idades que enfrentam intenso sofrimento psíquico devido ao uso de álcool e outras drogas, além de outras condições clínicas que dificultam a formação de vínculos sociais e a realização de projetos de vida. Neste cenário, fica evidente a importância da compreensão das maneiras de atuação e observação do campo para realização das intervenções. Para isso, tivemos um período de observação, nos inserindo aos poucos no ambiente e equipe multiprofissional, aprendendo não apenas sobre o âmbito da psicologia clínica, mas também sobre outras áreas do cuidado em saúde que possibilitam pensar no sujeito para além da individualidade, mas como um ser social (Vigotski, 1999).

Levou-se em consideração, também, que a clínica como prática terapêutica sofre influências sociais e culturais de forma direta e indireta, ou seja, mesmo que haja processos individuais, eles são construídos a partir das relações sociais, da relação do sujeito com o meio. A relação terapeuta-usuário é uma demonstração das relações sociais dentro do setting terapêutico onde o objetivo se relaciona com uma noção de conscientização e esta deve ser vista na clínica como a compreensão do mundo externo e interno.

Para Clarindo (2020) o fato do usuário trazer à tona essas relações, faz com o que o espaço se torne um potencializador para o desenvolvimento deste sujeito. A clínica, portanto, deve ser um instrumento não apenas de transformação do sujeito, mas sim da realidade material e social da qual o sujeito faz parte. Mas é importante salientar que o psicoterapeuta não usará do seu conhecimento para se apresentar como dono do processo, tampouco se abster dele ficando em silêncio. A escuta é extremamente necessária em qualquer processo dialético, mas ambos precisam estar ativos no processo para que ele ocorra (Clarindo, 2020).

Após esta breve explicação sobre debates que permearam nosso estágio, direcionamos as práticas grupais às quais mediamos/participamos. Neste compomos um grupos de narrativas trazendo ao serviço mais um espaço de escuta das histórias de vida dos usuários. Partimos do pressuposto que o grupo não pode ser tratado como um corpo fechado e imutável, visto que nenhum dos sujeitos terá uma identidade fixa durante todos os encontros e estarão sempre se transformando e mudando durante esse processo, ou seja, grupo é movimento (Pereira; Sawaia, 2020).

Não podemos, também, deixar de considerar as forças internas e externas que perpassam na constituição de cada integrante do grupo. Nossa prática e nosso exercício precisam estar voltados para as interações que ali ocorrem, histórias de vida dos sujeitos, suas relações sociais, suas condições socioeconômicas, entre outras influências (Idem). Compreende-se grupo, como sujeitos que se reúnem com a mesma intencionalidade e objetivo de potencializarem suas experiências a partir dos bons encontros (Pereira; Sawaia, 2020).

Cada encontro teve o objetivo de produzir algo dialético trazendo aspectos da vida/história destes sujeitos que compõem o grupo, gerando, assim, um espaço de troca de experiências. Dentre elas a utilização de ferramentas lúdicas e instrumentos dialógicos dramáticos nesse processo, pois estes interagem com os usuários e desempenham um papel de mediação nesse processo, trazendo consigo diversas possibilidades, gerando aberturas e produção de sentidos (Clarindo, 2020; Pereira; Sawaia, 2020). A sensibilidade, os afetos e bons encontros presentes no processo grupal, proporcionaram aquilo de mais importante para estabelecer as relações estéticas, um olhar mais amplo sobre a sua realidade, sobre o mundo, a fim de produzir novos sentidos, novas configurações de realidades, tanto dos participantes ali presentes, como da equipe (Zanella, 2020).

A característica narrativa do grupo, auxilia neste processo onde histórias se misturavam e haviam trocas mediadas pelo processo de criação, este sendo marcado pela construção de cartas, poemas, pinturas, cartazes, desenhos, mapas, entre outros. Ou seja, a montagem do percurso que realizamos intentou justamente mediar a partir de instrumentos dialéticos, uma abertura para as trajetórias que os usuários têm (Zanella, 2020). Durante a narrativa, o sujeito é capturado pela vivência, que conta sobre suas angústias, carregado de um pertencimento que dificulta a ele enxergar amplamente. Pereira e Sawaia (2020, p. 96) trazem que:

Sabemos que a experiência é individual, mas no espaço do grupo é preciso reconhecer que existem semelhanças nas vivências/experiências das outras pessoas, é preciso coletivizar a experiência. É o sujeito quem vive, quem sente, mas não é exclusividade dele o acontecimento. É preciso reconhecer o contexto do sujeito para entender a experiência e, ao reconhecer o contexto, reconhecer que se aproximam. A prática grupal deve favorecer uma compreensão de quais são os determinantes sociais que interferem na vida do sujeito.

Isto é possível por meio deste contato com o outro e a percepção das diferenças, que causam identificação e/ou estranhamento. Portanto, enriquece em como esse processo ocorre na experiência vivida e na experiência contada pelos olhos do outro, podendo produzir alteridades e auxiliando no processo emancipatório (Pereira; Sawaia, 2020). O grupo torna-se um espaço de potência, possuindo a dualidade de ser um local acolhedor e de trocas, mas que ao mesmo tempo gera estranhamentos nos usuários, proporcionando a tomada de consciência sobre sua realidade.

Durante as práticas grupais foi evidenciado o quanto os afetos trazidos pelo contato com a história do outro geram inquietações que transformam o andamento do grupo em um espaço de confluência, onde algo não precisa terminar para que comece o outro. Os encontros seguiram algo próprio e que foi criado pelo coletivo, não se prendendo a um espaço físico, gerando interações e momentos que eram vividos por todos da sua forma. Por fim, cabe-se trazer que esse é um pequeno recorte das discussões que foram surgindo durante a nossa vivência dentro do estágio e que esperamos possa contribuir com futuras práticas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro, Portaria 336, de 19.02.2002. Brasília, 2002.

CLARINDO, Janailson Monteiro. Clínica histórico-cultural: caracterizando um método de atuação em psicoterapia. 2020. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PEREIRA, E. R.; SAWAIA, B. B.. Práticas grupais: espaço de diálogo e potência. São Paulo: Pedro & João Editores, 2020.

VIGOTSKI, Lev S. Psicologia da arte. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

ZANELLA, Andréa Vieira. Psicologia histórico-cultural em foco: aproximações e alguns de seus fundamentos e conceitos. Florianópolis: Edições do BOSQUE, 2020.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Felipe Borges Martins	**Especialização concluída**	**ACE/FGG**
Allan Henrique Gomes	**Doutor(a)**	**ACE/FGG**
Manuela Gussella Massaneiro	**Graduado(a)**	**ACE/FGG**
Thiago Iber	**Graduado(a)**	**ACE/FGG**

Práticas Integrativas e Complementares em Saúde Mental: relato de uma experiência extensionista no CAPS II

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

Em consonância com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), foi desenvolvido um projeto de extensão universitária vinculado ao Programa Contexto à Comunidade, por acadêmicas de um Centro Universitário da região metropolitana de Florianópolis/SC. A iniciativa teve como foco a promoção de práticas terapêuticas com fins educativos e sociais, voltadas ao bem-estar físico, mental e emocional dos indivíduos. As atividades buscaram divulgar os benefícios das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), ressaltando sua abordagem humanizada, integral e acessível, bem como sua inserção crescente no Sistema Único de Saúde (SUS), que atualmente as oferta gratuitamente à população.

As PICS, institucionalizadas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) — instituída pela Portaria nº 971/2006 do Ministério da Saúde (Brasil, 2006) — visam prevenir agravos, promover a saúde e contribuir para o equilíbrio do indivíduo em seus múltiplos aspectos. Seu uso vem se expandindo nacionalmente: dados recentes indicam expressivo crescimento no número de unidades de atenção básica que oferecem essas práticas em estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Dessa forma, o projeto buscou reforçar a relevância das PICS como ferramentas de cuidado integral e de fortalecimento do autocuidado, promovendo a conscientização da comunidade sobre abordagens terapêuticas integrativas e seus impactos positivos na qualidade de vida.

OBJETIVO

Ampliar o conhecimento da comunidade por meio de oficinas terapêuticas e educativas sobre as PICS, promovendo vivências que favorecessem o autocuidado

e a melhoria da qualidade de vida, especialmente entre pessoas com transtornos mentais graves e persistentes.

METODOLOGIA

Foram realizados 20 grupos terapêuticos no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), envolvendo 276 pacientes e totalizando 31 horas de práticas. As oficinas abordaram técnicas como aromaterapia (inclusive com escalda-pés e sachês), fitoterapia, uso terapêutico de cristais, meditação guiada, relaxamento, yoga, biodança, desintoxicação emocional e círculos de confiança.

Cada encontro foi estruturado com base em fundamentos teóricos, explanações práticas e dinâmicas sensoriais. Materiais de apoio foram distribuídos para reforçar o conteúdo abordado, e as atividades foram adaptadas aos espaços disponíveis e às características dos participantes.

A metodologia adotada permitiu uma abordagem progressiva e flexível, com ênfase em acolhimento, escuta ativa e participação efetiva dos usuários. As práticas integraram elementos físicos, mentais e emocionais, favorecendo uma experiência terapêutica completa e respeitosa. Além disso, priorizou-se a disseminação dos princípios da PNPIC, reforçando a importância dessas abordagens no contexto da saúde pública.

RESULTADOS

O projeto alcançou seus objetivos com êxito. Os participantes relataram benefícios como relaxamento, acolhimento, alívio do estresse, melhora na autoestima e maior interesse por práticas de autocuidado. Profissionais do CAPS observaram efeitos positivos no comportamento e engajamento dos usuários nos grupos.

Registros espontâneos dos participantes apontaram transformações emocionais significativas, com relatos de maior bem-estar, disposição para o convívio e reconhecimento da importância das terapias como complemento ao tratamento convencional. A diversidade de técnicas aplicadas permitiu alcançar diferentes perfis de pacientes, fortalecendo a autonomia e a participação ativa no processo de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada reafirma o valor das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) como estratégias fundamentais no cuidado à saúde mental, especialmente quando pautadas pelo princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao considerar o sujeito em sua totalidade — física, emocional, social

e espiritual —, essas práticas ampliam as possibilidades terapêuticas, contribuindo para o fortalecimento do autocuidado, a prevenção de agravos e a melhora da qualidade de vida.

Durante o desenvolvimento do projeto, foi possível observar que as PICS não apenas geram benefícios individuais — como alívio do estresse, relaxamento e fortalecimento de vínculos —, mas também promovem mudanças no ambiente familiar e social dos participantes. Relatos espontâneos, como o de um paciente que passou a compartilhar a prática do escalda-pés com sua mãe, ilustram o potencial transformador das terapias ao estimular momentos de convivência e diálogo.

Apesar de reconhecidas oficialmente pelo SUS, ainda há desafios importantes para a consolidação das PICS na rede pública, como a necessidade de formação específica de profissionais, a inclusão dessas práticas nas rotinas institucionais e a valorização de abordagens integrativas nas políticas de saúde. A continuidade de projetos como este, aliada à realização de pesquisas e à ampliação do acesso, é essencial para consolidar essas ações no campo da saúde mental.

Por fim, a ação extensionista gerou impactos significativos tanto para os participantes quanto para a formação das acadêmicas envolvidas. O apoio institucional e a articulação com os profissionais do CAPS II foram decisivos para o êxito das atividades. Como forma de retorno à gestão pública, foi entregue à Secretaria Municipal de Saúde de São José um relatório detalhado com as práticas realizadas, os resultados obtidos e propostas de aprimoramento, reafirmando o compromisso da universidade com a comunidade e com o fortalecimento do SUS.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/CNE_RES_CNECESN72018.pdf Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde – SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 84, p.

20-25, 4 maio 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Izabel Cristina da Rosa Gomes dos Santos	**Graduando(a)**	**UNIASSELVI**
Lia Marcia Bruno	**Graduando(a)**	**UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci**

Professoras arteiras: a arte como experiência do cotidiano

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução

Na perspectiva da abordagem Reggio Emilia, a infância é compreendida como um tempo de potência, pesquisa e expressão. As crianças são vistas como sujeitos competentes, curiosos e capazes de construir conhecimento por meio da escuta, da experimentação e da interação com o mundo que as cerca. Nesse contexto, os materiais desconstruídos e elementos da natureza — como folhas secas, rolos de papel, sementes, galhos, tecidos e outros elementos não estruturados — tornam-se aliados fundamentais no processo de investigação e criação.

Esses materiais, por não carregarem um uso específico ou forma fixa, abrem espaço para múltiplas interpretações e narrativas, estimulando a imaginação, a criatividade, o pensamento divergente e a liberdade de expressão. Quando oferecidos com intencionalidade pedagógica, em ambientes organizados esteticamente e que convidam à exploração, eles se transformam em linguagens simbólicas que conectam a criança ao seu entorno natural e cultural.

Na perspectiva dos contextos inspirados em Reggio Emilia, buscam a construção do ateliê, um espaço que promove a experimentação estética, investigação sensível e construção de sentido. Mais do que uma sala de artes, o ateliê é entendido como um ambiente de pensamento e diálogo entre diferentes linguagens — plásticas, naturais, simbólicas, corporais e sonoras. Nesse espaço, os materiais desconstruídos são apresentados com cuidado e intenção, dispostos de forma acessível e convidativa, permitindo que as crianças escolham, combinem, transformem e atribuam novos significados aos objetos.

A partir disso, a proposta de intervenção apresentada tem como objetivo criar propostas pedagógicas que dialoguem com os princípios da abordagem Reggio Emilia através de um olhar sensível. Promovendo com as professoras, através da escuta ativa e da observação, construir experiências significativas com materiais desconstruídos, em que a arte e a natureza se entrelaçam como caminhos potentes de aprendizagem.

Proposta pedagógica: investigações com elementos da natureza e materiais não estruturados

A partir da escuta sensível e da observação de seu interesse, em um espaço semiestrturado, por elementos da natureza, propõe-se uma sequência de experiências com folhas secas, rolos de papel e outros materiais não estruturados, com o objetivo de favorecer a expressão criativa, o pensamento simbólico e o diálogo com os elementos naturais, foram divididos em quatro momentos, permitindo a aproximação e construção da identidade do grupo, a apropriação e exploração dos materiais, bem como um fechamento e reflexão das práticas realizadas.

1. Encontro com o local

As participantes são convidadas a explorar a sala em que acontece a intervenção, com uma organização prévia e convidativa com diversos materiais dispostos, a fim de permitir que os participantes pudessem explorar o espaço e suas potencialidades. A chegada dos participantes, é vivido como um tempo de contemplação, descoberta e reencontros da caminhada pedagógica. As trocas acontecem naturalmente através da circulação no espaço, que despertam curiosidade e diálogos sobre os diferentes materiais dispostos. Esse momento inicial permite a construção da identidade grupal (Sérgio Telles, 2014) e o reconhecimento do espaço.

2. O convite: materiais em diálogo

No espaço determinado para a oficina, sentados em círculo, convidamos os participantes a escolherem um objeto – estruturado ou não estruturado – para representar o motivo de estarem presentes ali. Os materiais coletados, com intencionalidade, permitem aprofundar o perfil do grupo e as identificações subjetivas nele (Pichon-Rivière, Enrique, 2000). Há um processo de significação dentro do trabalho com os materiais desestruturados. As pessoas, então, são convidadas a interagir livremente com os materiais, explorando texturas, formas e combinações. Não há um produto esperado — o foco está no processo e na escuta do que emerge, gerando identificação e aproximação enquanto grupo.

3. Criação de composições efêmeras, releitura do cotidianos e narrativas visuais

Os participantes criam, através de estações temporárias sobre as mesas, poderiam produzir através do seu olhar individual ou coletivo. Podendo surgir formas abstratas, personagens, paisagens ou cenas do cotidiano. A proposta interventiva

apresentou cinco estações para serem exploradas: desenho com tinta Nankin em jornal; desenho com palha de aço; pintura suspensa; exploração de materiais da natureza para compor quadro e monstros feitos com bolha de sabão e tinta. Ao longo do processo, naturalmente, cada participante buscou seu interesse de explorar, e a ideia inicial de circulação, deu espaço para o tempo individual de cada um na construção de materiais significativos. Os processos, assim como esperado em Reggio Emilia, foram registrados com fotografias, vídeos e transcrições , sendo feita sua leitura a partir da perspectiva da escuta sensível.

4. Releitura do espaço

Retornando ao coletivo, como proposta de fechamento, se construiu uma massinha através de alimentos e elementos da natureza: farinha, óleo, água e sementes. A inclusão de elementos da natureza teve como intenção trabalhar as texturas. A massinha serviu de ponto de partida para um diálogo sobre a experiência de explorar os diferentes materiais, podendo prospectar as vivências para outros espaços e dinâmicas possíveis no cotidiano escolar – aqui pensando nas infâncias discutidas e olhadas dentro do espaço de cada um.

Considerações finais

Trabalhar com materiais desconstruídos sob uma perspectiva artístico-pedagógica é, antes de tudo, um exercício de escuta, sensibilidade e abertura ao imprevisível. Esses materiais, por sua simplicidade e ausência de função pré-definida, convidam educadoras e crianças a explorarem o mundo com novos olhos — mais atentos, mais poéticos, mais conectados com a natureza e com o potencial expressivo de cada elemento. Na abordagem Reggio Emilia, a arte não é tratada como uma atividade isolada ou decorativa, mas como uma linguagem potente de investigação e comunicação, que atravessa todas as experiências da infância.

Ao adotar esse olhar, o adulto se posiciona como pesquisador junto às crianças, abandonando a lógica de controle e previsibilidade para assumir o risco criativo, a dúvida fértil e o encantamento com o processo. A atuação docente, nesse contexto, se transforma: ela planeja com intencionalidade, mas também com flexibilidade; organiza o ambiente como um convite à curiosidade; documenta com cuidado para tornar visível o pensamento infantil; e reconhece a potência dos pequenos gestos e descobertas como partes essenciais da construção do conhecimento.

Assim, criar propostas com materiais não estruturados, caracteriza-se não apenas como uma escolha metodológica, mas uma tomada de posição, que necessita de

articulação e abertura para um olhar mais sensível para as infâncias e a aprendizagem. Na proposta interventiva ficou evidente a necessidade de espaços que proporcionem o debate acerca da construção do espaço escolar através do olhar da infância.

Referências

MALAGUZZI, Loris. A estética como linguagem da infância. In: RINALDI, Carla. In diálogo com Reggio Emilia: escutar, pesquisar e aprender. Porto Alegre: Penso, 2012.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique, 2009. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes.

RINALDI, Carla. In diálogo com Reggio Emilia: escutar, pesquisar e aprender. Porto Alegre: Penso, 2012

TELLES, S. (2014). Grupos: uma introdução à psicologia dos grupos. São Paulo: Editora Unesp.

VECCHI, Vea. Arte e criatividade no Reggio Emilia: o papel do ateliê na educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

BROUGÈRE, Gilles. Brincar e educar: a ludicidade na escola. Porto Alegre

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Giovanna Gonçalves de Bortoli	**Mestrando(a)**	**PUCRS**
Laura Brito Gomes	**Mestre(a)**	**PUCRS**
Ana Carolina Brandão Veríssimo	**Pós-doutorando(a)**	**PUCRS**
Luciana Martins Vieira	**Mestre(a)**	**PUCRS**

Profissionais de saúde em grupos de ouvidores de vozes

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Os Grupos de Ouvidores de Vozes, inspirados no Movimento Internacional de Ouvidores de Vozes, vêm se consolidando como espaços de escuta, pertencimento e produção de sentidos, nos quais a experiência subjetiva deixa de ser patologizada e passa a ser reconhecida como legítima e potente. No contexto brasileiro, observou-se um envolvimento significativo de profissionais de saúde nesses grupos, o que motivou a investigação sobre como essa participação tem se dado e que efeitos ela produz. Este trabalho teve como objetivo compreender como profissionais de saúde têm participado da criação, condução e sustentação de grupos de ouvidores de vozes no Brasil. A partir de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com 23 participantes de diferentes regiões do país, sendo a maioria deles profissionais atuantes em serviços públicos, universidades e coletivos comunitários. A análise temática reflexiva revelou que muitos desses profissionais, ao longo da convivência com os ouvidores, vivenciaram deslocamentos importantes em sua forma de compreender o cuidado. Inicialmente responsáveis pela condução dos grupos, muitos passaram a adotar posturas mais horizontais, abrindo mão de lugares de autoridade técnica e assumindo a escuta como prática compartilhada. A experiência com os grupos provocou mudanças na forma de se relacionar com o sofrimento, com a clínica e consigo mesmos enquanto cuidadores. Os saberes da experiência vivida passaram a ocupar lugar central, e o encontro entre profissionais e ouvidores se transformou em espaço de troca, aprendizado e reconhecimento mútuo. Relatos de profissionais apontam que os grupos também se tornaram lugares de cuidado para quem cuida, espaços em que foi possível desacelerar, escutar com o corpo inteiro, repensar certezas e reconectar-se com o sentido do trabalho em saúde mental. Muitos descreveram essa vivência como “formativa” e “transformadora”, marcada por uma escuta mais implicada, pela suspensão de julgamentos e pela construção de vínculos atravessados pela presença e pela confiança.

Foram identificadas diversas estratégias adotadas pelos profissionais para sustentar práticas mais horizontais: cofacilitação com ouvidores, rodízio de fala, cuidado com a linguagem, flexibilização de papéis e disposição constante para aprender. Em contraste com os modelos tradicionais, esses grupos propõem uma clínica em que a autoridade se dilui na escuta compartilhada e o cuidado se reinventa na relação.

Ainda assim, o envolvimento dos profissionais nos grupos não esteve isento de desafios. Resistência institucional, sobrecarga de trabalho, falta de apoio e de reconhecimento apareceram como obstáculos recorrentes. Apesar disso, muitos seguiram apostando nesses espaços, movidos pela convicção de que ali se constrói um cuidado mais ético, mais afetivo e mais comprometido com a liberdade dos sujeitos.

Este estudo aponta que os Grupos de Ouvidores de Vozes, além de serem dispositivos potentes para quem escuta vozes, tornam-se também lugares de formação clínica e política para profissionais que desejam escutar de verdade. Escutar, nesse caso, não é apenas ouvir o que o outro diz, mas permitir que a experiência do outro nos atravesse e nos transforme.

Referências

Amarante, P. (2007). Loucos pela vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Braun, V., & Clarke, V. (2021). One size fits all? What counts as quality practice in (reflexive) thematic analysis? Qualitative Research in Psychology, 18(3), 328–352.

Davidson, L., Tondora, J., & Ridgway, P. (2010). Recovery-oriented practice: An essential component of the transformation of mental health services. In L. Davidson et al. (Eds.), A practical guide to recovery-oriented practice. Oxford University Press.

Rufato, L. S., Corradi-Webster, C. M., Reis, G., et al. (2023). Strategies for the Management of Voices Shared in a Brazilian Hearing Voices Group. Psychiatric Quarterly, 94, 401–417.

Corradi-Webster, C. M., Reis, G., Brizola, E., Sampaio, C., Araujo, C. N. P., Rufato, L. S., Oliveira, R. A. S., Ricci, E. C., Oliveira, W. F., Oliveira, B. R., Belllamy, C. D., & Costa, M. N. (2025). A reflection on the role of individuals with lived experience in shaping the Brazilian psychiatric reform. Irish Journal of Psychological Medicine, 1–7.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Nicole Stef Vieira Candeloro	**Mestre(a)**	**Universidade de São Paulo**
Nicole Stef Vieira Candeloro	**Mestre(a)**	**Aluna de Pós-Graduação em Psicologia**
Clarissa Mendonça Corradi-Webster	**Livre-Docência**	**Professora Associada II da Universidade de São Paulo**

Projeto GAIA: relato de experiência de promoção de saúde mental através da

Área temática

01. Jurídico-Político

Resumo expandido

O Projeto Gaia busca promover o desenvolvimento psicossocial e a educação ambiental entre adolescentes em contexto de semiliberdade, e atua movimentando a comunidade acadêmica e promovendo interações entre a universidade e o sistema socioeducativo. Nesse sentido, o Projeto propõe trazer para o meio socioeducativo uma perspectiva integrativa de promoção de saúde e educação, compreendendo as relações interpessoais e a relação com o ambiente como elementos fundamentais no desenvolvimento emocional e psicossocial dos adolescentes em semiliberdade. Ancorado na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) de Ürie Bronfenbrenner, as ações propostas buscam compreender o ser humano a partir de uma perspectiva interacionista, enfatizando a inserção da pessoa, considerada em suas dimensões biológica, psicológica, social e cultural, no seu contexto e entendendo o desenvolvimento como um processo de adaptação aos múltiplos ambientes nos quais vive (Bronfenbrenner, 1996). Nesta perspectiva, são realizadas intervenções por meio de práticas artísticas e criativas, focadas na promoção da saúde integral e da educação ambiental, pois se entende a relação com o meio em que se vive possui impacto significativo nas trajetórias de desenvolvimento e nas condições de saúde. No que tange à Educação Ambiental, o Projeto busca articular atividades que promovam a conscientização em relação ao meio ambiente, de modo que as práticas integram conhecimentos sobre os processos ambientais, a intencionalidade do sujeito em sua relação com a natureza e com a transformação social, pois entende-se a relação do ser humano com o meio em que vive como primordial para a formação de uma identidade ecológica, refletindo não apenas no sujeito, mas também no meio social em que está inserido. Ainda, o Projeto parte da compreensão da adolescência como um período importante na construção da identidade do sujeito, como um processo dinâmico e envolvido nas construções sociais, associado as atividades e aos sentidos que a estas são dados pelo indivíduo. É essencial o entendimento e a

intervenção nas diversas relações que envolvem o adolescente, buscando sobretudo o resgate da capacidade criativa, para o desenvolvimento de uma nova relação consigo e com o social (Costa; Santos; Franco; Brito, 2011). Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento de habilidades e a construção da identidade são processos que só podem ser realizados na interação com o outro, ou seja, nas relações. A promoção de interações favoráveis ao desenvolvimento de novas possibilidades de existência que se distanciem da infração se configura como um recurso potente para ser utilizado em contextos diversos, principalmente naqueles em que a vulnerabilidade se põe como obstáculo à superação. Desta forma, o Projeto Gaia busca desenvolver nestes adolescentes em contexto de vulnerabilidade social novas habilidades, que auxiliem tanto na fruição da autoconfiança e autonomia, quanto na criação de novas possibilidades de futuro e meios de existência no mundo. As atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Gaia compreendem rodas de conversa, oficinas de compostagem, oficinas de desenho, escultura, escrita e pintura, workshops de orientação profissional e visitas aos campuses da universidade, biblioteca universitária e outros ambientes comunitários, visando o desenvolvimento de competências manuais e sociais. As rodas de conversa possibilitam dar voz aos participantes, numa perspectiva de comunicação dialógica, sustentada pela horizontalidade entre ministrantes e participantes, de modo a propiciar aos adolescentes que assumam postura ativa e de protagonismo nos encontros. A estratégia de rodas de conversa promove diálogos que permitem o levantamento de suas necessidades, além de contribuir para o autoconhecimento e compreensão de seus processos de desenvolvimento. A escolha da arte como ferramenta educativa se deu considerando o seu potencial de transformação do sujeito, através da introspecção, reflexão, criatividade e do exercício da resiliência e da expressão, elementos importantes na constituição de identidade, visando também uma linguagem acessível a todos os participantes através dos diferentes artifícios, sejam da escrita e leitura, do desenho, pintura, fotografia ou escultura. A resiliência, compreendida como meio de ativar recursos de enfrentamento às adversidades ao longo do curso do desenvolvimento (Yunnes, 2003), é um conceito que costura as atividades, a fim de desenvolver formas criativas e saudáveis de lidar com a realidade. Diversas dificuldades foram enfrentadas no decorrer do Projeto, desde a efemeridade dos grupos de adolescentes e de servidores da casa, até episódios de violência verbal e restrições

quanto ao desenvolvimento das atividades do Projeto. Análises foram feitas sobre a dinâmica de funcionamento da casa para que as atividades pudessem ser adaptadas as limitações, as quais foram aparecendo no decorrer das ações, sem que o caráter transformador e reflexivo do Gaia se perdesse. Algumas situações presenciadas evidenciaram o despreparo dos socioeducadores para o manejo de adolescentes em contexto socioeducativo, destacando-se que muitos não possuem formações específicas para atuar nesse contexto complexo, tão repleto de especificidades. Os socioeducadores são majoritariamente provenientes da área da segurança pública, demonstrando, em alguns casos, condutas e pensamentos que naturalizam a violência, a segregação, o preconceito e o fatalismo social. Fez-se necessário, constantemente, promover a reflexão, junto aos adolescentes e agentes, acerca do contexto socioeducativo enquanto espaço destinado a educação, que, portanto, deve contribuir para a formação dos sujeitos ali inseridos, e que dinâmicas violentas neste contexto devem ser proibidas, assim como são em uma sala de aula comum. Neste ponto é que nos deparamos com o maior desafio; enquanto a TBDH evidencia que a presença frequente de relações harmoniosas influencia positivamente a formação de identidade do sujeito, a atual conjuntura da socioeducação demonstra que as relações vivenciadas no cenário da semiliberdade podem não favorecer o desenvolvimento de uma identidade positiva, tampouco incentivar o desenvolvimento de novos projetos de vida. Pelo contrário, podem contribuir para que os projetos de vida dos adolescentes fiquem presos ao caminho do crime, sem possibilidade de outras rotas mais saudáveis e promotoras de senso de pertencimento social, levando a manutenção ou a escalada da violência na vida destes jovens. Contrapondo-se às dificuldades enfrentadas, as atividades realizadas no âmbito do Gaia se propuseram a desafiar os métodos rígidos e agressivos naturalizados no contexto socioeducativo, buscando a promoção de saúde e bem-estar, bem como o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da expressão dos sentimentos dos adolescentes participantes. A identificação das demandas e dificuldades encontradas no contexto salientam a urgência de repensar as abordagens e estratégias de saúde mental e de educação no contexto socioeducativo. A interação entre os adolescentes, equipe socioeducadora e as atividades propostas evidenciaram a necessidade de promover relações mais saudáveis e construtivas, visando não somente a mudança de comportamentos infratores, mas o fortalecimento da identidade e a construção de novos objetivos de

vida sustentáveis. Ademais, salienta-se a necessidade de investimento na formação dos profissionais que trabalham no sistema socioeducativo a fim de qualificar as suas práticas. Por fim, a experiência do projeto Gaia destaca a importância de buscar novas alternativas de promoção de saúde e educação, que privilegiem o respeito, a autonomia e o crescimento individual dos adolescentes, contribuindo para a construção de um ambiente socioeducativo mais propício ao desenvolvimento saudável e a construção de perspectivas de futuro promissoras.

Referências

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COSTA, C. R. B. S. F. da; SANTOS, M. M. dos; FRANCO, K. S.; BRITO, A. de O. Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 31, n. 4, p. 840–855, 2011.

YUNNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. Psicologia em Estudo, v. 8, Esp., p.75-84, 2003.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Gabriela Carolina Zanella	**Graduando(a)**	**FURB**
Fabiana Pereira Zimermann	**Graduando(a)**	**FURB - Universidade Regional de Blumenau**
Nicolau Cardoso Neto	**Doutor(a)**	**FURB - Universidade Regional de Blumenau**
Lauren Beltrão Gomes	**Doutor(a)**	**FURB - Universidade Regional de Blumenau**

Projeto “Mulher,queremos ouvir você”-Arte e Cultura no Fortalecimento de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O presente projeto foi idealizado e implementado no âmbito da Política de Assistência Social,pela arte educadora, com foco em mulheres em situação de vulnerabilidade social, acompanhadas pelos serviços do CREAS Noroeste da cidade de Belo Horizonte. O objetivo central foi promover o fortalecimento de vínculos, a construção da autonomia e o empoderamento feminino por meio de oficinas de arte, cultura e artesanato, considerando as dimensões subjetiva, social e econômica das participantes.

Reconhecendo que a arte é um instrumento potente de escuta, expressão e transformação, as atividades foram organizadas com diversos encontros de mulheres realizados em espaços comunitários de pertencimento à cidade e dentro do próprio CREAS(Centro de Referência Especializado em Assistência Social). As oficinas foram concebidas como espaços de acolhimento, criação e reflexão, nos quais as mulheres puderam vivenciar experiências artísticas ligadas à sua história de vida, à sua cultura e aos seus desejos de futuro.

Entre as atividades desenvolvidas, destacaram-se oficinas de pintura e colagem,voltadas à expressão livre, autorretrato e elaboração simbólica de sentimentos e memórias. Por meio de técnicas mistas, como aquarela, guache e colagem com materiais recicláveis, as mulheres exploraram formas de narrar suas trajetórias e construir imagens de empoderamento.Também se destacou atividades manuais como oficinas de bijuterias com forte valor simbólico, associadas ao autocuidado, à paciência e à organização interna,estas práticas foram acompanhadas de rodas de conversa sobre empreendedorismo, economia solidária e acesso a políticas públicas.

Com a realização de uma oficina de automaquiagem,penteado e ensaio fotográfico percebeu-se com a interação das usuárias dos serviços e as próprias trabalhadoras presentes nas oficinas,a arte como instrumento facilitador para discussão de

gênero,raça,sexualidade,discriminação e violência contra a mulher traz como proposta o fortalecimento dos princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao incentivar a participação cidadã, a protagonização de sujeitos e a valorização da arte como linguagem de expressão e mobilização social.

A arte foi utilizada não apenas como fim, mas como meio para a construção de autonomia, autoestima e pertencimento.Conforme aponta Barbosa (2010), a arte no campo da educação e das políticas públicas deve ser entendida como um direito cultural, capaz de promover experiências que ampliem a consciência crítica e o repertório simbólico dos sujeitos. Já Nogueira (2014) reforça que o artesanato, quando reconhecido como produção de saberes e identidades, pode ser uma via concreta de inclusão e fortalecimento das mulheres, principalmente quando articulado a estratégias de geração de renda e reconhecimento social.

O empoderamento feminino foi compreendido como um processo coletivo e contínuo, em que as mulheres se reconhecem como protagonistas de suas vidas, capazes de fazer escolhas e ocupar espaços públicos e políticos (SOUZA, 2011). Neste sentido, o projeto buscou romper com estigmas de passividade e dependência que muitas vezes acompanham mulheres em situação de vulnerabilidade.

Como resultado, observou-se o fortalecimento das redes de apoio entre as mulheres, o aumento da autoestima, o desenvolvimento de habilidades criativas e a ampliação da participação cidadã. O projeto demonstrou, na prática, que a arte e o artesanato, quando inseridos de forma sensível no campo da assistência social, são ferramentas transformadoras na construção de autonomia e empoderamento.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BOAL, Augusto. O Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

NOGUEIRA, Maria Aparecida. Mulheres artesãs: trabalho, cultura e identidade. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2011.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Janaina Bastos dos Santos	**Mestre(a)**	**UNA**

Projeto: Eu Sou o Samba! O Ritmo da Resistência como Instrumento Educativo na Construção de Nossas Identidades

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

A arte cada vez mais tem servido como instrumento potente para trabalhar sentimentos e mobilizar o empoderamento de grupos sociais ainda a margem. Este relato tem o intuito de apresentar a experiência de um projeto de extensão que utiliza a música como instrumento educativo na construção de identidades de protagonistas de um território vulnerável no município de Alvorada/RS. O projeto Eu sou o samba! O ritmo da resistência como instrumento educativo na construção de Nossas Identidades nasceu em 2023, do desejo de um grupo da comunidade local da cidade de Alvorada, localizada na área metropolitana de Porto Alegre/RS. É pautado pela alegria dos versos cadenciados e na precisão das rimas com críticas sociais afiadas. Apontamos a convivência e troca de saberes nas rodas de samba e o quanto esse processo vem fortalecendo a autoestima desses jovens. São bolsistas do ensino médio integrado em Meio Ambiente, Áudio e vídeo e graduação em Tecnologia em Produção Multimídia, e conta com voluntários da comunidade local da periferia de Alvorada, para consolidar o samba como um instrumento educativo e cultural, usufruindo do seu potencial transformador. No contexto de uma escola, tem enorme relevância ao proporcionar uma abordagem educativa que conecta cultura, história e cidadania, cumprindo o que determina a Lei n°.10.639/2003 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Este projeto vai além do ensino teórico, utilizamos o samba como ferramenta prática para que todas, todes e todos possam compreender a importância cultural e social dessa manifestação artística. Com a atualização da Lei nº.14.991/2024 (Brasil, 2024) que reconhece como manifestações da cultura nacional, em todo o território nacional, os modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas e tradições culturais a eles associadas, parece evidenciar-se como um importante conquista para todo movimento sambista e carnavalesca do Brasil.

O projeto contribui no letramento racial de todos os envolvidos pois, sabemos o quanto o racismo marca nosso subconsciente, antes de tomarmos consciência da sociedade racista em que vivemos. Pessoas racistas necessitam rever seus conceitos e valores de vida! No terceiro ano do projeto consolidamos o repertório de canções que fazem a crítica social em narrativas do cotidiano simples, de indivíduos invisibilizados que se submetem, por exemplo, a não entrar no “elevador social, pois esse tem “dono”. Jorge Aragão, sambista brasileiro, provoca a não aceitarmos mais essa condição. Muitos nos fazem acreditar que nossos corpos negros estão no lugar errado, então como proteção tentamos ser os mais discretos possíveis, até em nossos espaços de acolhimento demoramos a ter confiança nas pessoas. Ou temos que estar sempre na defensiva, prontos para reagir a todas as falas racistas. Somos estigmatizados como vítimas ou como agressivos e desequilibrados quando nos posicionamos. Não foi diferente no projeto Eu Sou o Samba, como é chamado carinhosamente por todos os envolvidos. No seu terceiro ano de existência e resistência, além dos reconhecimentos acadêmicos em apresentações de trabalho em mostras científicas, nas rodas de samba itinerantes pelos Institutos Federais da região Sul, em escolas do munícipio levamos a proposta educativa pela energia da música. Como afirma Luiz Antônio Simas “A roda é um construtor das coletividades, sociabilidade, identidade”. Entendíamos, ali uma metodologia decolonial, descer do palco das hierarquias para a gira que flui conhecimentos.

Temos um grande ganho se não for o maior, o do desabrochar desses jovens, que hoje se sentem apropriados a puxarem canções nas rodas, a demonstram espontaneidade, empatia pelos corpos ora eretos demonstrando propriedade cultural à malemolência dos movimentos sambados nos olhares, sorrisos e toques que vão das variações rítmicas aos jogos de traquinagem que só as rodas proporcionam, ao reverenciar o companheiro e demonstrando a circularidade dos saberes e honrando aos que vieram antes.

Analisada pelo prisma da cultura afro diaspórica, as rodas de samba são ambientes de cura de almas: pela alegria, representatividade, resistência, resiliência, pelo despertar do poder individual que reverbera dentro e fora da roda. Levando muitos participantes de uma apresentação de roda de samba transmutar dores em alegrias de conviveres, ampliando o amor por nossa cultura afro-brasileira e esse amor e alegria são atos políticos como hooks (2021) nos afirma.

O projeto vem numa perspectiva decolonial e que culmina no objeto de estudos ao formar sujeitos sociais cientes e críticos do seu local na sociedade. Considerado patrimônio imaterial brasileiro, o samba transcende o ritmo e a dança. Sendo assim, o samba tem papel central na educação libertadora que ultrapassa os espaços formativos formais. O projeto foi reconhecido como uma das iniciativas que representa os 15 anos da rede profissional e tecnológica e atende às demandas culturais locais do município de Alvorada. Entre as ações realizadas pelo projeto, realizamos encontros e oficinas em que a história social do samba nos guia em uma viagem no tempo para resgatarmos nossas origens e observarmos como o samba contribuiu e contribui na discussão e dissolução de alguns temas importantes, como racismo, violência de gênero, pobreza, entre outros. Avaliado sob a perspectiva da Roda de Samba, o projeto consolida a indissociabilidade de sua existência. Considerado um projeto de Extensão, que promove a sensação de pertencimento, pois quem está fora sente-se convidado a cantar e tocar junto. Na categoria Ensino, evidencia que, embora muitos dos alunos participantes tenham origens no samba, em alguns casos pelo convívio de familiares, muitos ainda não são profissionais, estão aprendendo e aprimorando seu tocar. A participação no projeto, parece proporcionar a esses estudantes a liberação do medo de ser o epicentro que conduz a festa e a alegria, e reforça a potência da roda, que na sua horizontalidade, sem hierarquia de poder, oferece a oportunidade de os mais jovens aprenderem com os mais velhos e vice-versa, no respeito e na renovação dos saberes ancestrais. E no contexto da pesquisa aplicamos a metodologia ativa, de provocar nesses jovens reflexões sobre as narrativas das letras e o contexto em que foram escritas, em comparação com suas realidades complementando a comunicação da corporeidade e dos símbolos que carregam de casa pela oralidade.

As atividades do projeto também proporcionaram a formação para ritmista para aqueles que desejam fazer do samba uma fonte de geração de renda e provoca nos participantes uma reflexão do seu estar no mundo, do quanto sua cultura é muito maior e cria fendas na sociedade patriarcal, capitalista, heteronormativa. O quanto causamos estardalhaço nos corpos e mentes pela nossa força motora da alegria, da corporeidade, da nossa integralidade!

O projeto demonstra de forma concreta, o poder do samba de roda como ferramenta educativa e transformadora, capaz de unir tradição, emancipação econômica e valorização das culturas negra e periférica em Alvorada. Os resultados são visíveis:

observamos pelos mais jovens um empoderamento: após três anos de vivência no projeto, assumem uma postura firme nas rodas, puxando cantos e toques com maestria, contagiam o público e fortalecem a tradição. Essa transformação não se limita à música, mas sim, reflete-se em suas vidas, marcadas por maior responsabilidade, comprometimento com a gestão do projeto e atuação como referências positivas no ambiente escolar e comunitário.

Referências

BRASIL. Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. E altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Marco Civil da internet). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 jan 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm acessado em 22 de maio 2025.

BRASIL. Lei nº14.991, de 27 de setembro de 2024. Dispõe sobre o reconhecimento dos modos de produção dos instrumentos musicais de samba e as práticas a eles associadas como manifestação da cultura nacional (Marco do Samba). (Marco Civil da internet). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 27 set 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/¬_ato2023-2026/2024/lei/l14991.htm acessado em 22 de maio 2025.

LOPES, N; SIMAS, L. A. Dicionário da história social do samba. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires –

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

HOOKS, bell. Tudo Sobre o Amor. Ed. Elefante. 2021

I

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Rosemar Silva da Silva	**Graduando(a)**	**IFRS**

Rose Mari Ferreira	**Doutor(a)**	**Prefeitura Municipal de Alvorada/RS**
Marlize Paz dos Santos	**Graduado(a)**	**Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada**
Ana Cristina Bergalo Zeferino	**Especialização concluída**	**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**
Lucas Araújo Martins	**Ensino médio**	**Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada**
Carolina Santiago Alves da Silva	**Ensino médio**	**Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada**

Promoção da saúde mental em uma Unidade Básica de Saúde do Médio Vale do Itajaí: Um relato de experiência sobre o grupo Despertar

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

A saúde mental é um aspecto fundamental do cuidado integral prestado na Atenção Primária à Saúde (APS), sendo essencial para a promoção do bem-estar e prevenção de agravos. A realização de grupos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) tem se mostrado uma estratégia eficaz para fortalecer vínculos, ampliar o acesso ao cuidado e promover espaços de escuta e acolhimento. Essas ações coletivas contribuem para o enfrentamento do sofrimento psíquico de forma humanizada e participativa, alinhando-se aos princípios da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2023). Segundo Franco et al. (2024), especialmente após a pandemia, as intervenções em grupos para saúde mental na APS oferecem um importante recurso para aumento da sensação de conforto, alívio das tensões e criação de uma rede de apoio.

O surgimento do grupo se deu a partir da percepção por parte da equipe de estratégia da Saúde da Família (ESF) das queixas relacionadas ao sofrimento mental na UBS (ansiedade, depressão, agorafobia, luto). Dado que o território não recebe cobertura por profissional da psicologia, a ESF decidiu em reunião pela criação do grupo como uma forma de proporcionar momentos de autoconhecimento e fortalecimento de vínculos sociais através de práticas manuais como artesanato, arteterapia, e oferta de práticas integrativas complementares e corporais; almejando a diminuição de atendimentos voltados à saúde mental. Nomeado pela equipe como “Grupo Despertar”, este permite que os participantes opinem efetivamente sobre as técnicas que gostariam de vivenciar, dentre elas, pintura, crochê, escultura em argila e musicoterapia. Seu objetivo é ampliar as possibilidades de cuidado em saúde mental a partir da formação de vínculos e da expressão criativa como uma ferramenta para ressignificação de experiências difíceis. Aliado a essas práticas, a equipe proporciona práticas integrativas complementares (PICS) reconhecidas pela

Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (Brasil, 2006), como auriculoterapia, aromaterapia e meditação.

Diante dos fatos supracitados acima, o presente trabalho tem o objetivo de relatar a trajetória de um grupo de saúde mental em uma UBS do Vale do Itajaí, que associa práticas artísticas, corporais e integrativas, demonstrando seus benefícios para a saúde dos usuários da APS.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, realizado no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), no primeiro semestre de 2025, envolvendo usuários acompanhados pela equipe de uma Unidade Básica de Saúde do município de Brusque, em Santa Catarina. A escolha dessa abordagem justifica-se pela intenção de compartilhar a vivência profissional, valorizando o processo, os desafios e os aprendizados decorrentes da prática.

A intervenção consiste na realização de encontros quinzenais, com duração média de duas horas, conduzidos por uma equipe multiprofissional e são divididos em três momentos: inicia-se com uma prática corporal; posteriormente é realizado uma prática expressiva, artística ou manual e a oferta das PICS, finalizado com uma atividade de relaxamento e respiração.

Ao final de cada encontro, a equipe se reúne para avaliar e alinhar os objetivos, e registrar o quantitativo de participantes, e durante todo o processo, os profissionais envolvidos realizam observações e registros em diário de campo, os quais subsidiaram as reflexões apresentadas neste relato. Ressalta-se que este trabalho respeitou os princípios éticos de confidencialidade e anonimato dos participantes, não sendo utilizadas informações identificáveis em nenhuma etapa da escrita.

RESULTADOS

Desde o mês de abril do ano de 2025 a organização e facilitação encontros é realizada por uma equipe multiprofissional composta por enfermeiras, técnicas de enfermagem, agente comunitário de saúde (ACS) da ESF, profissional de educação física do programa Academia da Saúde e residentes de educação física e enfermagem do programa de Residência Multiprofissional.

A proposta metodológica dos encontros esteve centrada na construção de um espaço de cuidado coletivo, onde os participantes podem se expressar livremente, refletir sobre suas emoções e desenvolver habilidades de enfrentamento, a partir de atividades explicitadas no cronograma.

O primeiro encontro foi voltado para apresentação dos do grupo (membros da equipe e participantes), e contou com as atividades apresentação, meditação, aromaterapia e a entrega do cronograma para cada participante. Todas as sessões se iniciam com uma atividade corporal que visa o aumento da concentração e a conexão com o próprio corpo, conduzida por uma profissional de educação física.Associando-se os benefícios das práticas corporais coletivas para a saúde mental (Oliveira e Alves, 2023), essas práticas variam entre bioenergética (tapping, grounding), dança, meditação e alongamento. Após esse momento, realiza-se a atividade manual. Alguns exemplos de atividade foram: construção de capa de livro pessoal (com pintura e colagem); corpo das emoções (atividade de desenho e pintura sobre percepção das emoções e relação corpo-mente); aula de crochê e troca de pontos entre os praticantes, redação sobre a trajetória da borboleta e analogia com os processos de vida e pintura. Ademais, a equipe também oferta as PICS. Ao final de cada sessão, é conduzida uma atividade de relaxamento.

Observou-se a adesão do grupo, a participação e o envolvimento nas atividades propostas. Constatou-se que os participantes demonstraram atenção, interesse e engajamento nas discussões e nas produções manuais, escritas e artísticas. As práticas corporais realizadas no início do encontro e o momento de relaxamento conduzido ao final contribuíram para o acolhimento emocional e para o preparo dos participantes para as atividades subsequentes. A combinação entre expressão corporal, escrita terapêutica e produção manual e artística revelou-se eficaz no bem-estar emocional, ampliando as possibilidades de autorreflexão dos indivíduos. A oferta das PICS têm contribuído para a redução do estresse, relaxamento e engajamento dos participantes.

Os encontros favorecem o compartilhamento de experiências entre os participantes, promovendo a socialização e o fortalecimento dos vínculos no grupo. Percebe-se que o compartilhamento das histórias pessoais engrandece o participante que fala e enriquece o repertório daquele que escuta, que pode se identificar com a dor e o processo do outro, formando uma rede de apoio. Muitos relataram sentimentos de alegria, motivação e esperança ao final do encontro, o que indica impacto positivo da intervenção na saúde mental dos envolvidos. Destaca-se que o desenvolvimento do grupo constitui-se como uma atividade de caráter contínuo, permanecendo em desenvolvimento na Unidade Básica de Saúde.

CONCLUSÃO

Diante dos encontros realizados e da experiência vivenciada entre os pacientes e os profissionais, a implementação do grupo mostra-se com efeitos positivos, apesar do número limitado de encontros realizados até o momento. Nesse contexto, essas práticas se configuram como ferramenta para o apoio ao cuidado em saúde mental.

Entretanto, a expansão dessas práticas encontra limitações e desafios que devem ser considerados. Entre as principais dificuldades, destaca-se a escassez de recursos, a resistência à mudança por parte de alguns profissionais e gestores, bem como a falta de reconhecimento institucional dessas práticas como estratégias para a atenção à saúde mental, que representam obstáculos à sua incorporação sistemática na rotina da APS. Sugere-se a educação permanente continuada, alinhadas às necessidades locais e às políticas de saúde mental.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Saúde mental na atenção primária à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 26 maio 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos da atenção básica: Saúde Mental. Brasilia: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

Franco, S.L. et al., Vivência de grupo de apoio em saúde mental na atenção primária: um relato de experiência. Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade. v 19. n 46, dez 2024. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3901. Acesso em: 27 maio 2025.

Minozzo, F. et al., Grupos de Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, Fractal: Revista de Psicologia, v. 24, n. 2, 2012, disponível em: https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000200008. Acesso em: 27 maio 2025.

Oliveira, J. S.; Alves, S. F. de S. Impacto da prática de exercício físico na saúde mental dos indivíduos acometidos pela depressão: Revisão integrativa. Revista Foco, v. 16, n. 8, p. 1616, 2023. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1616. Acesso em: 27 fev. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Daiane Bottamedi	**Mestre(a)**	**Secretaria Municipal de Saúde de Brusque**
Anna Mestriner Rodrigues	**Pós-graduando(a)**	**Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC)**
Gabriela Henrique Burg Benvenutti	**Pós-graduando(a)**	**Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC)**
Isabela Antonio Pereira	**Mestrando(a)**	**Secretaria Municipal de Saúde de Brusque**
Ketlyn de Oliveira Gonçalves	**Pós-graduado(a)**	**Secretaria Municipal de Saúde de Brusque**

Psicologia e Educação: encontros com a Arte para a promoção da saúde mental por meio da convivência (quase) terapêutica

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Introdução

Este trabalho teve como ponto de partida um dos “Encontros com Arte”, desenvolvidos pelo Laboratório das Infâncias de uma Universidade comunitária do sul do Brasil, com 14 jovens integrantes de um projeto social. Insere-se na temática da promoção da saúde em contextos de arte-educação e vincula-se com os referenciais que sustentam a Psicologia da Educação em seu devir teórico-prático.

Os Encontros buscaram, por meio de linguagens artísticas, circunstâncias para a expressividade destes sujeitos sensíveis, considerando que a noção de encontro denota a colocação do sujeito em determinado espaço em interação com o outro. Na/com a arte, o sujeito se expressa, desenvolve seu senso de si e autoria, socializa, interage, critica, é e aprende. Ao (se) encontrar, o sujeito demonstra “essa aptidão de se deixar influenciar, modificar e, sobretudo, estruturar-se pela experiência” (Gutfreind, 2005, p. 122).

Acredita-se na relevância deste empreendimento porque o encontro dos sujeitos com a arte em seu processo educativo possibilita a criação de formas de expressão pessoal e compreensão do mundo, dos outros e de si, contribuindo com aprendizagens significativas (Duarte Jr., 1983) e desenvolvimento integral. Tratam-se de aspectos fundamentais aos compromissos da Educação e da Psicologia para contribuir com a qualidade da educação, da pesquisa e da extensão e do desenvolvimento integral dos sujeitos.

Este trabalho compartilha uma experiência onde a arte influencia subjetividades e estilos de vida em contextos de arte-educação e promoção de saúde, atuando sobre a cultura, expressão, conscientização, humanização e projetos de vida. Tem por objetivo notabilizar a arte-educação na promoção de saúde e no processo de subjetivação de uma turma de jovens através de suas interpretações e expressões em encontro com a criação artística. O Encontro que ganha destaque neste estudo

contemplou a contação de histórias a partir da leitura do livro "A Parte que Falta" de Shel Silverstein seguida da contação de histórias por parte dos próprios jovens.

Metodologia

Pensar a arte-educação além do seu eixo temático é compreender as idealizações de uma educação que abarque todas suas potencialidades, sendo uma delas, a promoção de saúde. Por isso, para a realização dessa pesquisa, prezou-se pela utilização da abordagem qualitativa de caráter exploratório (Gil, 2010), para compreender e interpretar as motivações do grupo observado por meio de inferências e observações das atividades realizadas em sala. A partir disso, uma das técnicas utilizadas para a coleta de dados foi a observação em equipe assistemática através de registros no diário de campo (Stecanela, 2009), sendo feita e intercalada por três auxiliares de pesquisa que buscaram perceber falas, emoções, atos e entrega nas atividades desenvolvidas, em grande grupo e individualmente. Os dados coletados foram analisados a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Resultados e discussão

No referido Encontro, as histórias se configuraram como dispositivo mediador. Em sequência à leitura coletiva do livro, cada participante colocou-se como contador de uma história de sua preferência. Mesmo havendo a possibilidade de contar uma história já existente, mais da metade dos 14 participantes optou por contar uma história pessoal sua. Pela Análise de Conteúdo a partir dos pressupostos de Bardin (2016), foi possível organizar as temáticas em três categorias finais: 1) memórias da infância; 2) efeitos dos afetos; e 3) leituras de mundo.

Cabe inferir que a provocação com a noção de falta exposta na leitura tenha despertado mais profundas reflexões. Dentro de cada categoria, são notórias denúncias implícitas em relação a faltas no cotidiano dos jovens. As partes que faltam a cada participante perpassam diversos aspectos de suas vidas, desde sentir falta dos pais ou de um par romântico até sentir falta de melhores e maiores oportunidades de ascensão econômica e social.

A primeira categoria abraça histórias das infâncias dos jovens e expõe um forte componente familiar. Prevaleceu o tom de nostalgia em todos os relatos, mas, quando questionados sobre como se sentiram enquanto contadores de suas próprias histórias, em unanimidade os jovens consideraram a experiência positiva. Destacam-se, nesta categoria, a história de M. sobre as peripécias de seu falecido

pai, a história de Y. sobre ter aprendido a tocar violão ainda criança, junto com seu pai e a história de A. sobre o dia em que apanhou de sua mãe depois de teimar com ela e sobre a saudade que sente de quando moravam juntos.

A segunda categoria contempla histórias acerca dos afetos dos participantes, inauguradas com a interpretação de L. sobre o livro lido. Segundo a participante, ela tem ressignificado suas relações a ponto de deixar de procurar pela “pessoa ideal” para suprir uma parte que falta nela e confessa descrença em relacionamentos amorosos. Não é surpreendente que ela tenha contado uma história fictícia sobre um casamento que acaba com a traição de um dos cônjuges e a morte de outro.

Nessa linha, B. compartilha que é um “sujeito homem”. Quando questionado, ele explica que “sujeito homem é quem não é moleque”. Ao contar a história de seu primeiro namoro, define como comportamentos de “sujeito homem” o respeito à própria mãe, a dedicação ao trabalho e não ao crime e o cultivo de poucas e boas amizades. Afirma que prefere permanecer solteiro do que “voltar a ser moleque para arranjar uma namorada”.

Por fim, a terceira categoria apresenta as leituras de mundo dos participantes e, talvez com maior intensidade, sua capacidade de agência frente a realidade circundante. E., ao contar sobre seu livro favorito, explica como ele a instiga a enfrentar a homofobia e desigualdades sociais. V. foi o único participante a escrever sua história, apresentando um conto autoral inspirado em Rita Lee denunciando a não criticidade da juventude atual.

Considerações finais

Diante do exposto, considerando que o objetivo deste estudo foi o de notabilizar a arte-educação na promoção de saúde e subjetivação de jovens, reitera-se a importância do encontro com a criação artística como significante no incentivo de um momento libertador à expressividade. Cabe pontuar que as temáticas compartilhadas durante o processo só surgiram porque foram impulsionadas pela sensibilidade da arte. Nesse sentido, fica claro o ineditismo desta experiência.

Por meio da contação de histórias, os jovens acessaram componentes constituintes de sua subjetividade revisitando suas infâncias, colocando-se no mundo como sujeitos afetivos e posicionando-se criticamente frente a realidade circundante. Os Encontros com Arte partem de referenciais advindos do devir teórico-prático da Psicologia da Educação potencializando a saúde mental em variados espaços de convivência (quase) terapêutica e ressignificando as possibilidades da ação

educativa. Portanto, se defende a importância da continuidade deste estudo em interfaces interdisciplinares entre Educação e Psicologia para favorecer a promoção de saúde em diferentes contextos, oportunizar a educação integral dos sujeitos e garantir cientificidade à arte-educação.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

DUARTE JR, João-Francisco. Por que arte-educação?. Papirus Editora, 1983.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUTFREIND, Celso. Vida e arte: a expressão humana na saúde mental. Casa do Psicólogo, 2005.

STECANELA, Nilda. O Cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. Conjectura: Filosofia e educação, v. 14, n. 1, jan./maio, p. 63-75, 2009.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Laura Brito Gomes	**Doutorando(a)**	**PUCRS**
Stefani Perius Both	**Graduando(a)**	**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**
Tiago Dias Dieterich	**Graduando(a)**	**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**
Tamiris Paré Sonnemann	**Graduando(a)**	**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**
Andreia Mendes dos Santos	**Pós-doutor(a)**	**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**

Relato de Experiência de Intercâmbio Acadêmico na Universidade de Salamanca

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

A palavra “intercâmbio” significa a troca recíproca de informações, crenças, cultura e conhecimento. Essa experiência está profundamente ligada à vivência em outro país, onde se pode conhecer e aprender sobre novas culturas, hábitos, sistemas políticos, organização social e conhecimentos científicos. A internacionalização potencializa e contribui para a inclusão e o desenvolvimento dos países. O intercâmbio é uma oportunidade para moldar a personalidade, desenvolver a autonomia e internalizar valores sociais e culturais, compartilhamento de conhecimentos, recriação, cocriação, cooperação estratégica e multilateral de modo a favorecer o aprimoramento da pesquisa e o ensino. O trabalho objetiva descrever a experiência de um aluno de doutorado vinculado ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP) durante seu intercâmbio na Faculdade de Psicologia da Universidade de Salamanca (USAL). O intercâmbio foi realizado como parte de um acordo de dupla titulação entre as duas instituições, permitindo ao aluno desenvolver, testar e validar o webapp “App Reabilita Psicossocial”, que apoia profissionais de saúde mental na construção de projetos de reabilitação psicossocial. Durante o intercâmbio, o aluno recebeu orientação intensiva de um professor da USAL, participou de cursos metodológicos e de formação transversal, e integrou-se ao grupo de pesquisa da faculdade, vivenciando trocas de experiências multiculturais e desenvolvimento pessoal e profissional.

Referências

BADKE, M. R.; BARBIERI, R. L.; MARTORELL-POVEDA, M. A. Internationalization of brazilian nursing: Doctor sandwich in the catalonian region – Spain. Texto e Contexto Enfermagem, v. 27, n. 1, 2018.

CARVALHO, J. L. et al. International academic mobility: An education opportunity for future nurses. Revista de Enfermagem Referencia, v. 4, n. 10, p. 59–66, 2016.
DALMOLIN, I. S. et al. Intercâmbio acadêmico cultural internacional: uma experiência de crescimento pessoal e científico. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 66, n. 3, p. 442–447, jun. 2013.
KINGESKI, L.; NADAL, J. O. Brazilian university students in Spain: motivations and decision factors. Educacao e Pesquisa, v. 48, 2022.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Fagner Alfredo Ardisson Cirino Campos	**Doutorando(a)**	**USAL**
Carla Aparecida Arena Ventura	**Pós-doutor(a)**	**Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP)**
José Carlos Sánchez García	**Doutor(a)**	**Faculdade de Psicologia da Universidad de Salamanca (USAL)**

Relato de Experiência do Acompanhamento da Implementação do Aplicativo de Celular para o Projeto Terapêutico Singular no CAPS Ponta do Coral

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Este trabalho objetiva apresentar as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão “Acompanhamento da implementação do aplicativo de celular Projeto Terapêutico Singular no Centro de Atenção Psicossocial Ponta do Coral”, vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Processos Criativos e Interações Políticas (LAPCIP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Projeto Terapêutico Singular (PTS) configura-se como um dispositivo essencial no cuidado e na atenção em saúde mental, representando uma conquista para as políticas públicas de saúde no Brasil ao contemplar diretrizes como a humanização, a integralidade e a equidade. O PTS permite a articulação de propostas terapêuticas singulares em oposição a práticas manicomiais e excludentes, posicionando-se como uma estratégia fundamental no contexto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), auxiliando a ampliar as perspectivas do cuidado em saúde mental para além da relação diagnóstico-medicamento. Nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o PTS de cada usuário é único, e se constitui a partir de uma gama de atividades terapêuticas diversas como oficinas, vivências, atendimentos psicossociais individuais e processos grupais, visando a promoção de autonomia e protagonismo das pessoas atendidas (BRASIL, 2008). Cada PTS é pensado exclusivamente para cada pessoa, de acordo com a sua realidade e a realidade do CAPS em que ela é acolhida. No entanto, no cotidiano desses serviços observam-se fragilidades de apropriação, acompanhamento e adesão dos usuários às atividades propostas. Sabe-se que atualmente não há um sistema onde os usuários possam acessar as atividades do seu PTS, sendo essas avisadas pela equipe oralmente e através de anotações em papéis. Posteriormente a isso, cada pessoa fica responsável por recordar-se e comparecer às atividades propostas, porém é notável que algumas situações de vulnerabilidade social e psíquica possam dificultar a organização, a vinculação e o comparecimento às atividades propostas. Nesse cenário, compreende-se que a adesão ao PTS está diretamente relacionada

ao sentido atribuído pelo usuário às atividades, aos efeitos produzidos por elas e à existência de possibilidades de registros que permitam o acompanhamento e a corresponsabilização pelo próprio processo terapêutico. Com o intuito de potencializar essas dimensões, foi desenvolvido um aplicativo de celular para organização e acompanhamento de Projetos Terapêuticos Singulares, na tentativa de fornecer ao usuário maior controle e clareza sobre suas atividades no serviço. O aplicativo, inicialmente idealizado como Trabalho de Conclusão de Curso por Seabra et al. (2024), foi posteriormente desenvolvido e finalizado em parceria com um desenvolvedor externo à UFSC. Diante disso, o projeto de extensão em curso visa analisar a implementação desse recurso tecnológico junto aos profissionais e usuários do CAPS Ponta do Coral, buscando identificar suas potencialidades e dificuldades de manejo, bem como compreender sua usabilidade e os possíveis benefícios no cotidiano institucional. A metodologia consiste no acompanhamento de aproximadamente quinze usuários, distribuídos nos distritos norte, centro e continente, indicados pela equipe do CAPS a partir de critérios como aceitação da proposta, realização de acompanhamento no serviço, posse de aparelho celular e familiaridade com seu uso, além de disponibilidade para participar de encontros periódicos. A implementação ocorrerá por meio de reuniões mensais (ou em frequência maior, se necessário) organizadas por estudantes extensionistas e pelo professor coordenador. Durante os encontros, serão discutidas as experiências dos usuários com o aplicativo, explorando aspectos como facilidade de manejo, fragilidades percebidas e contribuições para a organização e autonomia perante ao PTS. As dificuldades relacionadas à tecnologia e à adesão serão acompanhadas de forma cuidadosa, e eventuais situações de desconforto emocional serão acolhidas pela equipe, que contará com membros responsáveis por esse suporte. Espera-se, com o projeto, contribuir para a qualificação da estratégia de implantação do aplicativo no CAPS, favorecendo a adesão aos PTS e valorizando as múltiplas atividades terapêuticas que compõem o cuidado em saúde mental. Além disso, a iniciativa reafirma a importância da produção de tecnologias sociais acessíveis, construídas de forma colaborativa entre universidade, serviço e usuários, e implicadas com os princípios éticos e políticos que orientam a Reforma Psiquiátrica brasileira.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

SEABRA, P. C. et al. Desenvolvimento de um protótipo de aplicativo móvel para Projeto Terapêutico Singular em saúde mental. Journal of Nursing and Health, v. 14, p. 1–14, 2024.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Luísa Chini Baptista	**Graduando(a)**	**UFSC**
Arthur Scarabelot Medeiros	**Graduando(a)**	**UFSC**
Luna Dal Farra	**Graduando(a)**	**UFSC**
Sarah Soares Barbosa	**Doutorando(a)**	**UFSC**
Jeferson Rodrigues	**Doutor(a)**	**UFSC**

Relato de Experiência do Estágio Básico no Parque Dom Bosco: Desenvolvimento emocional na infância.

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução

O presente relato de experiência descreve as atividades desenvolvidas durante onze semanas de estágio básico em Psicologia, realizadas no Parque Dom Bosco, uma obra social localizada em Itajaí/SC. A instituição oferece educação, assistência e formação integral para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, exclusão e violência. O estágio teve por objetivo proporcionar às crianças um espaço de desenvolvimento emocional e psicomotor, por meio de atividades lúdicas e artísticas em dinâmicas de grupo, valorizando a expressão das emoções e a construção de vínculos afetivos.

A Psicomotricidade é compreendida como uma prática que integra aspectos motores e psicoafetivos, considerando o corpo humano e seu movimento como objeto principal de estudo e intervenção (JIMENEZ, 2008). Assim, a escolha metodológica do estágio baseou-se na articulação entre psicomotricidade, inteligência emocional, interação social e expressão artística promovendo atividades que estimulam a cooperação, a empatia e o desenvolvimento de habilidades sociais.

Objetivos

O estágio teve como objetivos principais: (1) fomentar a inteligência emocional das crianças, promovendo a identificação e expressão das emoções; (2) estimular o desenvolvimento psicomotor através de atividades lúdicas e artísticas; (3) fortalecer vínculos interpessoais e a capacidade de trabalho em grupo; e (4) proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para a livre expressão, promovendo bem-estar e confiança nas interações sociais.

Metodologia

As atividades foram desenvolvidas com uma turma de 28 crianças, com idades entre 6 e 11 anos, pertencentes ao grupo de Dança 1 do Parque Dom Bosco. O estágio ocorreu semanalmente, às quintas-feiras, no período vespertino, totalizando

onze encontros. As estratégias utilizadas basearam-se em dinâmicas de grupo, contação de histórias, atividades artísticas e manuais e brincadeiras.

Na primeira semana, foi realizada uma visita técnica para conhecimento do espaço e dos grupos, e assim por conseguinte foram estabelecidos os primeiros contatos e combinadas as ações do estágio. Após esse primeiro contato, foi realizada a dinâmica do novelo, com o objetivo de promover a apresentação dos participantes e estimular a memória, a comunicação e o trabalho em equipe. A partir disso, o planejamento das atividades se baseou para trabalhar com as emoções, a partir da contação de histórias como "O Monstrinho das Cores", promovendo discussões sobre sentimentos e a elaboração, através de artesanato, de objetos simbólicos — como os potes das emoções — em grupos. Além disso, foram realizadas dinâmicas como o emocionômetro, atividades psicomotoras e artísticas com pintura de paineis e quebra-cabeças, além de brincadeiras como caça ao tesouro, amigo secreto e rodas de conversa.

Todos os procedimentos foram realizados com respeito às diretrizes éticas da Psicologia, garantindo o sigilo, a proteção à identidade das crianças e a adequação das intervenções ao contexto sociocultural da instituição.

Análise e Discussão dos Resultados

A vivência no Parque Dom Bosco revelou a importância da psicomotricidade associada ao desenvolvimento emocional e expressão artística para crianças em situação de vulnerabilidade social. Desde os primeiros encontros, percebeu-se a necessidade de trabalhar aspectos relacionais e afetivos, uma vez que muitas crianças apresentavam dificuldades em lidar com emoções como frustração, medo e raiva.

O brincar, enquanto instrumento essencial no desenvolvimento infantil, demonstrou ser uma via potente para a promoção da aprendizagem e da construção da identidade e autonomia das crianças (ROSA, 2010). As dinâmicas de grupo proporcionaram ambientes seguros para a expressão emocional e o intercâmbio de experiências, favorecendo a subjetivação e o fortalecimento dos vínculos entre as crianças e entre elas e as estagiárias (SCORSOLINI-COMIN; SOUZA; SANTOS, 2010). O trabalho com as emoções foi essencial para o grupo, especialmente quando mediado por recursos lúdicos e artísticos, como o emocionômetro e a elaboração artesanal dos potes das emoções. Ficou visível que, ao longo dos encontros, as crianças passaram a reconhecer e validar seus sentimentos e os dos

colegas, demonstrando maior empatia e capacidade de regulação emocional. A intervenção sobre a temática do medo, articulada aos acontecimentos relacionados às enchentes no Rio Grande do Sul, promoveu momentos significativos de reflexão, solidariedade e expressão afetiva.

Quanto ao desenvolvimento psicomotor, verificou-se um avanço notável na coordenação motora fina das crianças, especialmente através de atividades manuais como pintura, colagem e montagem de quebra-cabeças. Apesar de algumas dificuldades iniciais — como a resistência a formar novos grupos ou o apego excessivo às estagiárias —, as crianças gradativamente ampliaram sua capacidade de interação e superaram barreiras relacionais. Como destacam Santos, Scorsolini-Comin e Gazignato (2014), os fatores terapêuticos presentes nos grupos, mesmo não sendo terapêuticos formais, são fundamentais para melhorar as condições de vida dos participantes. Assim, o grupo tornou-se um espaço terapêutico, ainda que não intencionalmente, promovendo benefícios significativos para o desenvolvimento das crianças.

Considerações Finais

O estágio básico no Parque Dom Bosco possibilitou uma experiência rica e transformadora, tanto para as crianças participantes quanto para as estagiárias envolvidas. A utilização da psicomotricidade e das atividades lúdicas e artísticas como estratégias de intervenção revelou ser muito eficaz na promoção do desenvolvimento emocional e social das crianças, bem como na construção de vínculos afetivos e no fortalecimento de habilidades importantes para a vida em sociedade. Os desafios enfrentados, especialmente relacionados ao manejo das emoções e ao estímulo da interação entre os pares, foram solucionados com criatividade, sensibilidade e apoio da equipe da instituição. A experiência reforça a importância de parcerias entre universidades e instituições sociais, promovendo a troca de saberes e a qualificação das práticas de estágio.

Por fim, destaca-se a relevância de espaços como o Parque Dom Bosco para a promoção da inclusão social e do acesso a atividades educativas, culturais e de lazer para crianças em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o fortalecimento de sua cidadania e de seu desenvolvimento integral.

Referências

JIMENEZ, K. C. Você sabe o que é Psicomotricidade? 2008. Disponível em: http://www.ribeiraopires.net/index.php?option=com_content&view=article&catid=54:colunistas&id=229:colunistas. Acesso em: 29 maio 2025.
ROSA, Sanny. Brincar, conhecer, ensinar. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
SANTOS, M. A.; SCORSOLINI-COMIN, F.; GAZIGNATO, E. C. S. Aconselhamento em saúde: Fatores terapêuticos em grupo de apoio psicológico para transtornos alimentares. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 31, n. 3, p. 393-403, 2014.
SCORSOLINI-COMIN, F.; SOUZA, L. V.; SANTOS, M. A. A construção de si em um grupo de apoio para pessoas com transtornos alimentares. Estudos em Psicologia (Campinas), v. 27, n. 4, p. 467-478, 2010.
SILVA, A. L. Programa Amigos do Zippy: Uma análise sobre o Lúdico e as Emoções. Monografia (Bacharelado em Sociologia) - Universidade Federal Fluminense, 2017.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Laura Schneiders Irigoyen	**Graduado(a)**	**UNIVALI**
Khadija Edith El Hayek	**Pós-graduado(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí**
Mauro José da Rosa	**Mestre(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí**
Maria Alice Bruno	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí**
Michele Emanuele da Silva	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí**
Luma dos Santos Oliveira	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí**

Relato de Experiência – Reflexos da Monitoria em Saúde Coletiva, na Temática da Saúde Mental

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

O ensino de saúde mental permite a utilização de diferentes métodos pedagógicos, o que possibilita alcançar distintos perfis de estudantes, considerando que cada indivíduo aprende de forma singular. A partir da minha atuação como bolsista na bolsa de ensino no projeto de “Monitoria em Saúde Coletiva”, com ênfase em saúde mental, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)- Campus Alvorada, tive a oportunidade de acompanhar e participar das aulas do Curso Técnico em Cuidados de Idosos – Proeja, do quinto semestre. Nesse contexto, este relato de experiência tem como objetivo compartilhar essa vivência profundamente enriquecedora, especialmente pela escuta atenta das diversas histórias e trajetórias de vida compartilhadas pelos alunos. Um assunto abordado particularmente marcante foi sobre a luta antimanicomial, tema que despertou grande engajamento dos estudantes. A partir da exibição do documentário Holocausto Brasileiro (2016), que retrata os horrores vivenciados no Hospital Colônia de Barbacena, foi possível promover uma reflexão crítica sobre práticas manicomiais. Apesar de se tratar de um episódio relativamente recente da história brasileira, os relatos e imagens apresentados no documentário mostraram-se profundamente impactantes, justamente por parecerem distantes de muitas vivências pessoais. Tal distanciamento impulsionou um debate relevante em sala de aula: “será que essas práticas realmente ficaram no passado ou ainda se perpetuam, de formas mais sutis, em algumas instituições psiquiátricas e clínicas de reabilitação?” Nessa lógica, é essencial destacar a importância dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como alternativa concreta e humanizada que vão de encontro ao modelo manicomial. os CAPS representam uma estratégia fundamental na rede de atenção psicossocial, promovendo o cuidado em liberdade e a reinserção social das pessoas com sofrimento mental. Essas instituições visam romper com a lógica do isolamento e da exclusão, oferecendo acolhimento, acompanhamento terapêutico e ações de reintegração à comunidade, fortalecendo os princípios do SUS e da Reforma

Psiquiátrica Brasileira. O trabalho desenvolvido nos CAPS enfatiza o papel terapêutico das práticas artísticas destacando atividades como pintura, música, teatro e outras formas de expressão, que contribuem significativamente para o bem-estar e a autonomia dos usuários. A arte é compreendida não apenas como ferramenta de ocupação, mas como um meio de ressignificação da dor, de fortalecimento da identidade e reconstrução de vínculos sociais. Ao estimular a criatividade e o autoconhecimento, as práticas artísticas nos CAPS promovem o protagonismo dos sujeitos em seu processo de cuidado, reforçando a abordagem integral e humanizada da saúde mental. Assim, ao serem debatidos em sala, os CAPS surgem como exemplo prático de como é possível construir caminhos mais éticos, eficazes e humanizados para o cuidado em saúde mental. As discussões que surgem nesse espaço ultrapassam o conteúdo acadêmico; tornam-se momentos de desabafo, troca e, sobretudo, aprendizado compartilhado, uma vez que situações de transtorno mental e a utilização deste serviço de acolhimento se faz presente no cotidiano de alguns dos estudantes. Por meio da disciplina de Saúde Coletiva, temas fundamentais são trabalhados, como a saúde mental e as possíveis intervenções nesse campo. Esse conteúdo, em especial, gerou identificação por parte dos estudantes, favorecendo uma conexão significativa entre teoria e vivência. A aula, portanto, transforma-se em um espaço coletivo de construção do conhecimento, promovendo a participação ativa dos alunos e valorizando suas experiências pessoais. Durante esse processo, também pude refletir sobre realidades distintas da minha, ampliando meu olhar para diferentes contextos sociais e históricos, bem como do cuidado humanizado em saúde mental. O uso de recursos audiovisuais, como o documentário citado, mostrou-se eficaz para aproximar os estudantes de realidades que, embora pareçam distantes no tempo ou no espaço, ainda reverberam em nosso cotidiano.

Referências

TAVARES, Claudia Mara de Melo. O papel da arte nos centros de atenção psicossocial - CAPS. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 56, n. 1, p. 7–12, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/vr6xdKqxm7SgZkzcxj8qnSF. Acesso em: 30 maio 2025.

ARBEX, Daniela; MENDZ, Armando (Dir.). Holocausto Brasileiro. Brasil: HBO, 2016. Disponível em: https://www.netflix.com/br/title/81745085. Acesso em: 30 maio 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Andrya Luíza Mathias dos Passos	**Ensino fundamental**	**IFRS**
Márcia Fernanda de Méllo Mendes	**Doutor(a)**	**IFRS - Campus Alvorada**
Marielly de Moraes	**Doutorando(a)**	**IFRS - Campus Alvorada**

Relato de experiência: o lúdico como recurso de aprendizagem em Saúde Mental

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução

O letramento em saúde favorece que as pessoas possam tomar decisões conscientes sobre sua saúde, adotar comportamentos saudáveis e se engajar em ações coletivas de promoção da saúde. Promover a literacia em saúde mental implica não apenas capacitar indivíduos a reconhecer sinais de sofrimento e buscar apoio adequado, mas também criar espaços acessíveis e acolhedores para que esse conhecimento se transforme em ação, adaptada para diferentes contextos (WHO, 2024). Nesse sentido, estratégias lúdicas de ensino que utilizam da criatividade para o aprendizado fomentam maior aproximação e identificação com a temática, potencializam e facilitam o aprendizado, e favorecem habilidades socioemocionais (Costa et al., 2020). Assim, é importante que os profissionais de educação e saúde invistam em estratégias que fomentem o ensino em saúde mental com abordagens lúdicas.

Objetivo

Relatar a experiência de adaptação e uso do “Kit de Esperança” e da “Luneta das Emoções” em oficinas educativas lúdicas para promoção da saúde mental com jovens.

Descrição da pesquisa ou método do estudo

Trata-se de um relato de experiência sobre a adaptação de dois recursos “Kit da Esperança” e “Luneta das Emoções” (Vedana; Silva; Pedrollo, 2020) e a realização de oficinas educativas com abordagem lúdica, voltadas à promoção da saúde mental, realizadas no ano de 2024.

O “Kit da Esperança” e a “Luneta das Emoções” foram apresentados no conteúdo do e-book “Promoção da Saúde Mental em pandemia e situações de desastres” (Vedana; Silva; Pedrollo, 2020), desenvolvido pelo Laboratório Estudos em Prevenção e Posvenção do Suicídio (LEPS) e o Centro de Educação em Prevenção e Posvenção do Suicídio (CEPS) da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da

Universidade de São Paulo (EERP-USP), direcionado para a população em geral e de acesso gratuito.

A fim de atender a convites para abordar sobre a promoção da saúde mental a jovens, em duas instituições de ensino; e com o intuito de utilizar um material que proporcionasse interesse e conexão com o público dessas atividades, os dois recursos, “Kit da Esperança” e a “Luneta das Emoções”, foram adaptados. O conteúdo se dispôs em folha única frente e verso, enunciado e explicações objetivas, com imagens atrativas, utilizando recursos lúdicos, como elementos gráficos, imagens e cores criativas para a exposição do conteúdo educativo. A adaptação foi realizada com consentimento das autoras.

O conteúdo abordado na intervenção foi fundamentado em referenciais científicos atualizados, incluindo também elementos lúdicos e criativos. Quanto às oficinas, a primeira foi oferecida a jovens de uma escola pública de ensino médio, após horário curricular. Os alunos foram convidados a participar e tinham possibilidade de recusa, caso quisessem. E a segunda oficina aconteceu em uma instituição pública de ensino superior, como uma atividade extracurricular, em período de horário de almoço. A atividade foi divulgada por meio de mídias sociais e e-mail, a participação foi aberta, podendo qualquer pessoa interessada participar, independente do vínculo com a instituição (professores, funcionários, alunos, etc.).

Nas duas oficinas os encontros foram únicos, com duração de uma hora, os participantes tinham idade entre dezesseis e vinte e cinco anos, foram organizados em círculo, orientados quanto a proposta das oficinas e estimulados a participarem. A atividade foi conduzida por uma enfermeira pesquisadora e outras profissionais vinculadas às respectivas instituições também acompanharam as dinâmicas como observadoras e apoio. Ao final de cada oficina a ministrante se colocou à disposição para acolher dúvidas e necessidades dos participantes.

Resultados e Impactos

A primeira oficina foi intitulada de "Cultivando a Esperança", realizada com 20 adolescentes, estudantes do ensino médio, e promoveu uma apresentação dialogada sobre a temática da esperança, seguida da construção individual do Kit da Esperança (Vedana; Silva; Pedrollo, 2020). A versão original do kit foi adaptada em uma proposta lúdica e atrativa para adolescentes. O recurso foi apresentado em uma folha ilustrada com sete perguntas para preenchimento, as quais promoviam a reflexão sobre fontes de esperança, vivências positivas, sonhos e objetivos para o

futuro, redes de apoio e lugares que promovem bem-estar, memórias felizes, e mensagem de apoio para o futuro. O layout foi desenvolvido com valorização de cores, com predomínio de tons suaves e elementos gráficos como emojis e ilustrações florais, utilizados de forma estratégica.

Na oficina, as perguntas do kit foram lidas em voz alta pela facilitadora, com o convite para que os participantes, caso se sentissem confortáveis, compartilhassem reflexões. Os relatos destacaram a esperança relacionada ao futuro, a busca por melhores oportunidades e condições de vida para familiares. As fontes de apoio mencionadas foram amigos, familiares e colaboradores da escola. Ao final, os estudantes foram incentivados a continuar a construção do kit com novos itens.

A segunda oficina foi intitulada de "Regulação emocional em saúde mental: Oficina Luneta das Emoções", realizada com seis estudantes universitários. A oficina promoveu uma apresentação dialogada, seguida da aplicação da Luneta das Emoções (Vedana; Silva; Pedrollo, 2020). A apresentação abordou a importância da regulação emocional para a saúde mental, sendo construída com uso de elementos relacionados ao universo, que fizeram alusão a complexidade do espaço e os sentimentos vivenciados no cotidiano de cada pessoa.

A versão adaptada da Luneta das Emoções foi entregue em uma folha, que continha quatro questões a serem respondidas sobre identificação de sentimentos e ações para o enfrentamento. Em seu verso, o recurso apresentou uma arte lúdica com referência a elementos do universo, com destaque para a imagem de uma luneta. O conjunto de elementos convidou o participante a olhar para suas emoções, favorecendo a reflexão sobre os processos de regulação emocional.

Ao final, os participantes foram convidados a compartilharem suas respostas e sentimentos envolvidos na atividade. A regulação emocional foi mencionada como uma estratégia para o cuidado em saúde mental, sendo um recurso que favoreceu a identificação de sinais e sintomas, como ansiedade e estresse. Com a luneta, os participantes também puderam direcionar seu olhar para as estratégias utilizadas e promovidas no autocuidado, a nível individual e coletivo.

As adaptações favoreceram a compreensão dos participantes sobre temáticas sensíveis, enquanto as oficinas contribuíram no engajamento e trocas entre os envolvidos. Vale ressaltar que, na saúde, o uso de recursos lúdicos deve ser intencional, contribuindo na promoção do cuidado, criatividade, aprendizagem e interação (Bueno; Broad, 2021).

As adaptações foram elogiadas pelos participantes, que facilitaram a compreensão das temáticas e despertaram a atenção dos participantes. Nesse contexto, as adaptações potencializam novas formas de compartilhar o conhecimento científico, em propostas acessíveis, atrativas e beneficiadas pela criatividade daqueles que as produzem (Vedana; Silva; Pedrollo, 2020). Assim, a presente experiência apresentou caminhos possíveis para promoção da saúde mental a partir do lúdico, sem perder de vista o cuidado sensível e humanizado para expressão de sentimentos e fortalecimento de habilidades socioemocionais.

Considerações finais

A experiência relatada reitera o potencial transformador do uso de abordagens lúdicas e criativas na promoção da saúde mental de jovens. O lúdico representa uma ponte que aproxima o conhecimento científico dos jovens, permitindo explorar com leveza conceitos como o autoconhecimento, a esperança e o autocuidado, e promovendo o protagonismo nos participantes, que puderam atuar como agentes de seu próprio desenvolvimento emocional. Assim, as oficinas demonstraram que a adaptação de conteúdos científicos para formatos acessíveis e criativos possibilita identificação, estímulo da reflexão e expressão de sentimentos em diferentes contextos e públicos-alvo, contribuindo para o letramento em saúde mental de forma sensível.

Referências

COSTA, T. R. M. et al. A relevância da inserção do lúdico para a construção do processo ensino-aprendizado na educação para a saúde. Research, Society and Development, v. 9, n. 9, p. e362997296, 22 ago. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7296. Acesso em: 19 mai. 2025.

BUENO, M. B. T.; BROD, F. A. T. O lúdico para a área da saúde: perspectivas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). ENCITEC, v. 11, n. 3, p. 152–165, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.31512/encitec.v11i3.564. Acesso em: 18 mai. 2025.

VEDANA, K. G. G.; SILVA, A. C.; PEDROLLO, L. F. S. Promoção da saúde mental em pandemia e situações de desastres [livro eletrônico]. 1. ed., Ribeirão Preto, SP, 2020. 42 p. Disponível em: https://biblioteca.cofen.gov.br/promocao-saude-mental-pandemia-situacoes-desastres/. Acesso em: 14 mai. 2025.

World Health Organization. (2024). Health literacy. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/health-literacy. Acesso em 19 de Maio de 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Isadora Manfrinato Cunha	**Doutorando(a)**	**ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
Laysa Fernanda Silva Pedrollo	**Doutorando(a)**	**Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)**
Isabela dos Santos Martin	**Mestre(a)**	**Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)**
Camila Corrêa Matias Pereira	**Pós-doutor(a)**	**Université de Sherbrooke**
Mariana de Magalhães Framartino	**Graduando(a)**	**Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)**
Kelly Graziani Giacchero Vedana	**Livre-Docência**	**Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP)**

Relato sobre os principais impactos da Saúde Mental na permanência estudantil em uma universidade pública de Santa Catarina (SC)

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

1. INTRODUÇÃO

Este resumo expandido é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e trata sobre os impactos das questões de saúde mental na permanência estudantil na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O interesse pelo tema surgiu durante o Estágio Obrigatório em Serviço Social, realizado entre 2022.1 e 2023.1, na Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidade (SAE), espaço no qual foi possível observar a intensa demanda por apoio psicossocial e os desafios enfrentados por estudantes em situação de vulnerabilidade.

A saúde mental tem se mostrado uma dimensão essencial no contexto da educação superior. Estudos como o de Vasconcelos et al. (2015) indicam que entre 15% e 25% dos estudantes universitários/as apresentam algum tipo de transtorno psiquiátrico durante sua formação. Diante disso, tornou-se urgente investigar como essas questões impactam a trajetória acadêmica e como a universidade pode atuar preventivamente.

O trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção trata sobre os procedimentos metodológicos empregados. A terceira seção explana os resultados e discussões. Por último, apresentam-se as considerações finais, seguidas das referências. Os resultados apresentados dizem respeito apenas aos principais achados da pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi orientado pelo método dialético e estruturado a partir de uma abordagem quanti-qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas respondido por 50 estudantes de graduação da UDESC, nos bairros Itacorubi e Coqueiros de Florianópolis, no início de 2024.

Os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo temática, conforme Bardin (1977) e os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística simples. Do ponto de vista ético, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Demandas de permanência estudantil que impactam na saúde mental dos/as estudantes

O conceito de saúde mental é multifacetado. Para Zgiet (2009), trata-se da capacidade de utilizar ao máximo os recursos mentais para se relacionar consigo mesmo/a, com o outro e com o meio, levando em conta aspectos físicos, psicológicos, sociais e culturais. Nesse sentido, a saúde mental não pode ser dissociada das condições materiais de vida e da estrutura social em que se está inserido.

Na pesquisa, estudantes foram questionados/as sobre a importância da saúde mental. A maioria reconheceu sua centralidade para o bem-estar e a permanência acadêmica. Um/a estudante afirmou: “Vital, sem isso é suicídio” (Est. 11), enquanto outro/a declarou: “É saúde, luta pela sobrevivência” (Est. 17). Esses relatos demonstram a gravidade das consequências do adoecimento psíquico no contexto universitário.

Dos 50 participantes, 90% relataram que, em algum momento da graduação, sua saúde mental foi negativamente impactada. As principais causas identificadas foram: sobrecarga de carga horária, pressão por desempenho, dificuldade de conciliação entre estudo e trabalho, e ausência de apoio institucional.

Citações como a de um/a estudante que relata: “O curso integral suga muito a energia, não permite trabalhar. Gera muito cansaço” (Est. 03), evidenciam como a estrutura curricular e a dinâmica acadêmica podem gerar sofrimento psíquico. Outro exemplo aponta: “Me sentia sobrecarregada, sem tempo para descansar ou estudar com qualidade” (Est. 26).

Esses achados dialogam com Victoria et al. (2012), que destacam a alta incidência de transtornos de ansiedade e depressão entre universitários/as, em virtude da exigência acadêmica e da ausência de suporte adequado.

3.2 Estratégias de prevenção e enfrentamento em saúde mental

A promoção da saúde mental no ambiente universitário deve estar alinhada a políticas públicas de assistência estudantil, à criação de espaços coletivos de escuta e à presença de profissionais qualificados.

Questionados sobre ações preventivas que poderiam ser adotadas pela universidade, os/as estudantes mencionaram a ampliação das políticas de assistência estudantil (moradia, alimentação, bolsas), além da divulgação de serviços de apoio psicológico e criação de grupos de acolhimento. Entre as sugestões mais frequentes, destacam-se:

“Moradia estudantil, RU mais barato” (Est. 15);

“Divulgar e incentivar projetos de atendimento psicológico” (Est. 23);

“Conversas com os departamentos sobre a sobrecarga de demandas” (Est. 36);

“Compreensão das diversas realidades dos/as estudantes” (Est. 50).

As ações de enfrentamento também foram discutidas. A maioria apontou a necessidade de psicólogos/as acessíveis e maior visibilidade aos serviços existentes. Um/a estudante relatou: “A UDESC oferece atendimento, mas não divulga, e o processo é burocrático” (Est. 04). Outro/a estuante sugeriu: “Trazer sessões presenciais para dentro da universidade” (Est. 10).

Além disso, foi apontada a necessidade de fortalecer os vínculos institucionais e criar ambientes de cuidado. Um exemplo disso é a resposta “Criar um vínculo com os estudantes, por meio de ações que demonstrem preocupação com o bem-estar” (Est. 31).

Outros/as sugeriram a criação de espaços permanentes de escuta, ações de integração e programas de acolhimento para estudantes ingressantes. Para Fazenda (2002), uma abordagem interdisciplinar é essencial para captar os elementos subjetivos da experiência estudantil e construir ações de cuidado mais eficazes. Além disso, é fundamental que as universidades articulem saberes e setores para garantir a integralidade das ações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu evidenciar que os impactos da saúde mental são significativos e influenciam diretamente a permanência dos/as estudantes na universidade. A maioria dos/as participantes relatou dificuldades emocionais e psicológicas vivenciadas ao longo do curso, muitas delas agravadas por fatores institucionais como a estrutura curricular rígida, a sobrecarga de tarefas e a falta de apoio psicológico efetivo.

Além disso, a pesquisa revelou uma demanda latente por políticas de assistência estudantil mais acessíveis e inclusivas, bem como por espaços coletivos de acolhimento e discussão sobre saúde mental. As propostas apresentadas pelos/as estudantes apontam caminhos possíveis para a construção de uma universidade mais atenta ao bem-estar e à realidade de seus/suas alunos/as.

Conclui-se, portanto, que enfrentar o sofrimento psíquico na universidade exige ações estruturantes que articulem saúde, educação, assistência social e escuta qualificada. O fortalecimento das políticas de permanência estudantil deve estar no centro desse processo.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edição 70. Lisboa: Edições 70, 1977.

FAZENDA, I. Dicionário em construção : interdisciplinaridade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 275 p.

VASCONCELOS, E. M. O movimento de higiene mental e a emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro. Serviço Social e Sociedade, v. 2021, n. 63, p. 151-188, 2000.

VICTORIA, M. S. da. Níveis de ansiedade e depressão em graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Revista Brasileira de Psicologia, v. 16, n. 25, p. 163-175, 2013.

ZGIET, J. Saúde mental - Em busca de um conceito. Ser Social, v. 11, n. 25, p. 177-192, 2009.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Fernanda Hoeppers de Araujo	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Marisa Camargo	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Resistência pela palavra: Relato de Experiência em um Grupo de Mulheres em um Centro de Atenção Psicossocial II

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Este relato de experiência advém da atuação em estágios obrigatórios de Psicologia nas ênfases profissionalizantes: Saúde e Processos Clínicos e Processos Comunitários e Ações Coletivas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2024 e 2025. A partir do relato, objetiva-se compartilhar reflexões diante da coordenação do Grupo de Mulheres, denominado “Resistência pela palavra” — espaço de cuidado e elaboração coletiva, marcado por múltiplas afetações e produtor de sentidos.

A atuação no grupo é orientada pela Psicanálise, Psicologia Social Crítica, Psicologia Sócio-Histórica e por princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Tais perspectivas compreendem a postura teórica que embasa a intervenção no campo e sustenta as reflexões transpostas da prática a este relato. A intervenção no grupo exige um olhar que considere o social, grupal e singular, para uma atuação crítica e implicada em seu compromisso ético-político. Isto é, que escute como o sofrimento se expressa subjetivamente, de forma singular, mas também no coletivo e situado em um contexto social.

Em relação ao aspecto grupal, o grupo é direcionado a usuárias do dispositivo que se identificam como mulheres, a fim de refletir, coletivamente, sobre a vivência de ser mulher no contexto brasileiro. O grupo responde a uma demanda do serviço por espaços que mantêm a interlocução entre questões de gênero e sofrimento psicossocial. Essa característica aponta uma demanda constante de atendimentos voltados para o acolhimento de mulheres em sofrimento, o que faz com que o grupo apresente caráter aberto e revela a importância da sustentação da clínica para essa escuta.

O encaminhamento das participantes ocorre a partir do Projeto Terapêutico Singular, considerando a potencialidade de se beneficiar dos objetivos do grupo e desejo em participar. Tais objetivos são: promover um espaço de escuta; refletir de maneira interseccional sobre o marcador de gênero; possibilitar a criação de novas

narrativas; possibilitar construção de vínculo entre as usuárias e fortalecer a autonomia. A partir disso, a coordenação é norteada pelas necessidades que emergem do fortalecimento da rede de solidariedade do grupo e da construção de recursos simbólicos para elaboração do sofrimento e trauma.

Dado seu caráter aberto e constante entrada de novas participantes, o manejo grupal requer atenção às demandas das usuárias. Nesse sentido, o grupo assume novas formas, ao passo que os temas advém de vivências atravessadas pelos diversos contextos das violências e desigualdades de gênero.

A narrativa acerca da violência em suas múltiplas facetas, constitui experiência comum entre o grupo. Assim, a atuação da psicologia neste campo experimenta na prática a escuta da singularidade, mas considerando as particularidades coletivas (Conselho Federal de Psicologia, 2024), para compreender como a existência do ser mulher, no contexto brasileiro, é atravessada pela violência e de que modo se expressa em cada experiência.

Para tanto, utiliza-se da interseccionalidade como ferramenta analítica que conduz a intervenção, considerada como a forma de compreender a complexidade das existências e vivências, a partir do imbricamento das relações de gênero, raça, classe, sexualidade, território, entre outros marcadores (Collins e Bilge, 2021). Ademais, compreender a violência enquanto experiência comum de gênero em sua interseccionalidade destaca a importância de proteger os direitos das mulheres e sublinha a necessidade de práticas de cuidado, políticas públicas, apoio psicossocial e justiça social.

A partir de novas demandas, o grupo assume e integra novos modos de operar. Constituído como um grupo psicoterapêutico, inclui características de outras modalidades, justamente para abarcar a complexidade situada na RAPS. Essa característica faz com que o grupo permaneça em construção coletiva, assumindo diferentes formas e flutuando entre devires.

A atuação no grupo possibilitou identificar demandas que extrapolam o âmbito individual, como violência doméstica, assédio, desemprego, moradia e desigualdade, em uma compreensão de sofrimento ético-político que revela as injustiças sociais e violações de direitos que atingem corpos e subjetividades. Assim, o grupo torna-se um articulador de rede, ao passo que oferece um espaço onde o sofrimento é reconhecido em sua dimensão social e política, possibilitando a construção de estratégias coletivas de enfrentamento.

Nesse sentido, o grupo busca promover a construção de rede de apoio e sociabilidade, o que é observado no vínculo estabelecido entre as participantes, que se encontram também fora do contexto grupal e fortalecem relações entre si. A articulação de rede também é importante entre os serviços, e se materializa em ações práticas, como a aproximação e interlocução com o Centro de Referência à Mulher Em Situação de Violência, em que as participantes conheceram o serviço, o grupo de Mulheres do local, para tirar dúvidas e trocar experiências, ampliando seu repertório de apoio institucional e coletivo.

A partir disso, o grupo encarna o que Pereira e Sawaia (2020) afirmam ao destacar que os grupos não são simples reuniões de pessoas, mas processos intencionais de cuidado que, ao apostarem na horizontalidade, na mediação e nos bons encontros, potencializam a vida. O grupo, então, pode ser compreendido como uma Zona de Desenvolvimento Iminente, na qual, por meio da mediação dialógica e afetiva entre participantes e profissionais, emergem novos sentidos, aprendizagens e transformações subjetivas.

A mediação foi compreendida como processo dialógico, ético e afetivo, que não se limita a coordenar a fala, mas que cria condições para que o sofrimento possa ser simbolizado. As falas sobre violências de gênero e as experiências singulares das participantes foram acolhidas e potencializadas pelo coletivo, o que permitiu a elaboração de afetos e a criação de novos sentidos — compreendidos aqui como expressão do conceito de perejivanie, vivência emocional transformadora (Vigotski, 1998). Essas experiências demonstram que o cuidado em saúde mental, quando construído de forma coletiva, intersetorial e comprometida eticamente, tem potência de restaurar vínculos, construir pertencimentos e fortalecer trajetórias de resistência.

Em relação ao aspecto singular, este convoca um olhar clínico, para compreensão de como os atravessamentos sociais se expressam na singularidade de cada experiência. Segundo Gondar e Antonello (2016), o trabalho clínico com o traumático exige a criação de um espaço potencial seguro que permita a complexidade de sua expressão, o que inclui omissões e contradições no discurso. Muitas vezes, a experiência traumática desafia os limites do que pode ser simbolizado, dificultando o narrar e por vezes deixando marcas psíquicas que se expressam por meio de atos, como as crises ou tentativas de suicídio.

O manejo do grupo, nesse sentido, visa criar uma relação transferencial segura e atenta às demandas das participantes, de modo a proporcionar espaços de escuta,

de testemunho e de partilha. O trabalho grupal com o trauma é, nesse sentido, muito potente, uma vez que o compartilhamento e testemunho de vivências semelhantes desconstrói o isolamento que muitas vezes a experiência do trauma acarreta, articulando a dimensão singular e a coletiva na ressignificação do sofrimento.

Por fim, o grupo foi vivido como prática política e clínica, reafirmando a importância da construção de espaços de cuidado que reconheçam o sofrimento ético-político das mulheres usuárias do CAPS II, assim como da atuação profissional comprometida com a escuta, com a transformação das condições de vida e com a ampliação da potência de agir das participantes. O grupo mostra a potência dos dispositivos grupais no âmbito das políticas públicas de saúde, configurando um espaço de elaboração coletiva, nos quais as violências foram não apenas acolhidas, mas ressignificadas pelas partilhas e construção de redes.

Referências

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência. 2. ed. São Paulo: CFP, 2024.

GONDAR, Jô; ANTONELLO, Diego Frichs. O analista como testemunha. Psicologia USP, São Paulo, v. 27, p. 16-23, 2016.

PEREIRA, Eliane Regina.; SAWAIA, Bader Burihan. Práticas grupais: espaço de diálogo e potência. São Carlos, SP: Pedro & João, 2020.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. La Psicología del ambiente. In: BLANK, G. (Org.). La genialidade y otros textos inéditos. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1998.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Vanessa Massocco Woloszyn	**Graduando(a)**	**UFSC**

Agatha Wollinger Niehues Fernandes	**Graduando(a)**	**UFSC**
Marília Pimentel Pincelli	**Graduado(a)**	**UFSC**
Ana Louise Duarte	**Graduando(a)**	**UFSC**

Sarau Antimanicomial: arte, cultura e saúde mental

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Este relato visa discorrer acerca do Sarau Antimanicomial, o qual consiste em um projeto institucional desenvolvido no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II de Itajaí/SC, com início em 2023 como ação no mês de prevenção ao suicídio, Setembro Amarelo. Entretanto, a relevância e o impacto gerado influenciaram na continuidade enquanto um evento mensal que compõe a programação do serviço a partir de 2024, sendo planejado, organizado e executado de forma coletiva por todos os sujeitos que perpassam o serviço (usuários, estagiários e profissionais).

Através da luta antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica (RP), enquanto um processo social complexo e dimensional (teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-político e sociocultural), instituíram-se os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O CAPS visa romper com o modelo hospitalocêntrico e asilar, tradicional clínico e biomédico, a partir do cuidado no território com uma equipe multiprofissional, respeitando as singularidades do sujeito, produzindo novas identidades e subjetividades, fortalecendo suas potencialidades e relações sociais.

No que tange a dimensão sociocultural, visa-se a transformação da relação social com a loucura, reinventando os modos de produção social por meio de relações coletivas e pela desconstrução do imaginário social da loucura (Amarante, 2012; Amarante, Torres, 2017). Ainda, revelam-se duas vertentes nesta dimensão: a participação social e reinvenção da sociedade, sendo essencial a presença dos familiares, dos usuários e movimentos sociais que lutam pela liberdade e ampliação dos direitos sociais; o trabalho com arte e cultura no campo da saúde mental, reforçando a irredutibilidade da arte à racionalidade tecnocentrada e cientificista do modelo biomédico, bem como a não distinção da natureza das obras produzidas pelos “loucos”, compondo uma produção de subjetividades e sentidos, além da estética (Amarante, 2012).

Logo, o Sarau Antimanicomial constitui-se enquanto um espaço de livre expressão, de caráter festivo, inclusivo e convidativo ao incentivar a participação da família, amigos e comunidade, promovendo formas de cuidado em saúde mental que

possam ir além do tratamento medicamentoso, promovendo a integração social à luta e práticas antimanicomiais. Objetiva-se incentivar a compreensão da potência dos métodos artístico-culturais enquanto estratégias de facilitação, cuidado e aproximação dos usuários, profissionais, familiares, amigos e comunidade. O palco aberto, as poesias distribuídas pelas mesas e paredes, as artes expostas, fomentam o florescimento dos talentos a partir da experimentação e descoberta em um ambiente acolhedor.

A metodologia do Sarau Antimanicomial é pensada inicialmente a partir de das tomadas de decisão na Assembleia do CAPS II Itajaí, realizada mensalmente no serviço e costumeiramente conduzida pelos usuários. É neste momento que os temas de cada Sarau Antimanicomial são votados, tanto pelos usuários quanto pela equipe, germinando assim os próximos temas. Agora em 2025, consistem nos temas Junino (em junho), da Amizade (em julho) e do Folclore (em agosto). Além dos já realizados.

Por conseguinte, são realizadas atividades, durante a semana anterior ao evento, com os usuários para elaboração da decoração do evento, construção de peças teatrais, apresentações musicais, confecções de poesias e relatos, dentre outras - atentando-se sempre ao tema e aos desejos dos usuários. Assim, fomenta-se o protagonismo dos usuários desde as etapas iniciais, promovendo a valorização das singularidades, autonomia e potencialidades de cada participante. No dia, a coordenação das inscrições de participação e a mediação das apresentações é realizada pelos usuários do serviço, os quais comentam de forma acolhedora e incentivam a participação da plateia presente a partir de leituras das poesias dispostas pelo espaço.

Destaca-se que a inclusão do termo “antimanicomial” na identidade do Sarau Antimanicomial aconteceu em maio de 2025, no mês alusivo à luta, em um sarau com este tema, ao reconhecer a importância e potência dessa representatividade na identidade do evento nesta e nas próximas edições.

O Sarau Antimanicomial consiste em um espaço festivo e descontraído, e ao mesmo tempo que promove a socialização, também potencializa a expressão criativa dos usuários, evidenciando assim capacidades outras, muitas vezes invisibilizadas pelos estigmas relacionados ao sofrimento psíquico. Como afirmam Marzano e Sousa (2004, p.577), o CAPS é compreendido pelos usuários como “referência e lugar de tratamento”, mas também como um espaço que oferece “a

possibilidade de mudanças, de ‘retornar à realidade’, de ‘realizar um sonho’, de fazer pensar que é capaz”. Desta maneira, evidencia-se que a participação no Sarau Antimanicomial favorece transformações subjetivas significativas, tanto no fortalecimento da autonomia quanto no resgate do sentimento de pertencimento na sociedade, além de atuar diretamente no imaginário social da loucura.

Em maio, seria a primeira edição ao ar livre, porém, a previsão de chuva acabou devolvendo o evento para dentro do CAPS II. Mesmo assim, compareceram ao evento poetas da cidade e o Coletivo Escritores de Si, sendo o palco da primeira vez que um estudante presente recitou uma poesia autoral em público, revelando a potência deste espaço. Ainda, participaram ligantes da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASAC) da Universidade do Vale do Itajaí, entrelaçando ainda mais a comunidade estudantil no contexto da luta antimanicomial e na transformação cultural através da arte-cultura. Sendo assim, o Sarau Antimanicomial atua na dimensão sociocultural da Reforma Psiquiátrica, ao constituir-se enquanto uma intervenção cultural na cidade produtora de novos valores, compondo uma estratégia de inclusão social que propicia a “participação em um espaço de lazer, convivência, trabalho e mobilização coletiva” (Amarante, Torre, 2017, p.766). Ressalta-se que o desejo de explorar e ocupar outros espaços do território com o Sarau Antimanicomial segue vivo e com possibilidades nas próximas edições.

Destacamos a potência do Sarau como um mediador para além dos muros do CAPS, ao incluir os familiares dos usuários e membros da comunidade, favorecendo a percepção de que o CAPS não é apenas um espaço para receber medicação, mas sim um território onde se constroem vínculos e novas formas de cuidado e convivência. Schrank e Olschowsky (2008, p.127) destacam que o trabalho no CAPS “só se concretiza pela parceria e participação familiar”, sendo o vínculo um elemento “fundamental na construção de caminhos menos sofridos e menos estigmatizados da vivência do sofrimento psíquico”. Sendo assim, o Sarau Antimanicomial reforça a articulação entre cuidado, cultura e cidadania, desconstruindo imagens negativas associadas ao transtorno mental e promovendo a aproximação entre usuários, familiares e sociedade.

A experiência de participar do Sarau Antimanicomial é única para cada integrante, podendo suscitar emoções e sentimentos que muitas vezes não encontraram sua dissolução no laço social para o lado de fora do CAPS, não sendo incomum escutar relatos de usuários agradecidos e falas que comparam as pessoas envolvidas no

serviço a uma família. Cada apresentação, cada movimento feito pelas pessoas no Sarau Antimanicomial demonstra os entrelaces dos afetos que a tecnologia de vínculo ali construiu e que esbanja a potência e o desejo daqueles que um dia a perderam.

Referências

AMARANTE, P. et al. (org.). Saúde Mental e Arte: práticas, saberes e debates. São Paulo: Zagodoni, 2012.

AMARANTE, P.; TORRE, E. H. G. Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. Interface, Botucatu, v. 21, n. 63, p. 763-744, 2017. DOI: 10.1590/1807-57622016.0881. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/wbrrsJPgptHd6q5qgrdnWJk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 maio 2025.

AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; SEVERO, Ana Kalliny de Sousa. Saúde mental, cultura e arte: discutindo a reinserção social de usuários da Rede de Atenção Psicossocial. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 12, n. 2, p. 282-299, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120207. Acesso em: 29 maio 2025.

MARZANO, Maria Luisa Rietra; SOUSA, Célia Antunes C. de. O espaço social do CAPS como possibilitador de mudanças na vida do usuário. Texto & Contexto Enfermagem, v. 13, n. 4, p. 577-584, out./dez. 2004.

SCHRANK, Guisela; OLSCHOWSKY, Agnes. O centro de Atenção Psicossocial e as estratégias para inserção da família. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 42, n. 1, p. 127-134, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/6xRGYKZML4r4VLZ8vjFL3WP/?lang=pt. Acesso em: 29 maio 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Gabriela Bocalon Spindola	**Graduando(a)**	**UNIVALI**

Laura Irigoyen	**Graduado(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Estagiária no CAPS II de Itajaí/SC**
Lucas Nacimento dos Santos	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Estagiário no CAPS II de Itajaí/SC**
Eduarda Dambroski Sachweh	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Estagiária no CAPS II de Itajaí/SC**
Maria Inês Clehm	**Graduado(a)**	**Faculdade Metropolitana de Manaus AM Fametro; Usuária do CAPS II de Itajaí/SC**
Lucas Maya Marcusc	**Ensino fundamental**	**Usuário da RAPS de Itajaí/SC**
Wanderley Canhete Caetano	**Ensino fundamental**	**Usuário do CAPS II de Itajaí/SC**
João Filipe Horr	**Doutor(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)**

Sarau Literário Solitária: Arte e Acolhimento Fortalecendo a Permanência na EJA/EPT

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Alvorada é uma cidade periférica situada na região metropolitana de Porto Alegre e é historicamente marcada por desafios sociais, como a violência urbana e a desigualdade. Por mais que esta realidade venha mudando gradualmente, muitos alunos sofrem com a violência no seu cotidiano e questões como esta impactam diretamente sua permanência na escola.

A relação entre saúde mental e o ambiente escolar é cada vez mais reconhecida pela literatura científica, especialmente no que diz respeito ao papel protetivo da educação. Pesquisas mostram que ampliar o nível educacional está associado a menores índices de transtornos mentais, como depressão e ansiedade. A escola oferece não apenas acesso ao conhecimento, mas também oportunidades de socialização, construção de identidade e desenvolvimento de resiliência. Esses elementos são fundamentais para o bem-estar psicológico. Investir na permanência e no progresso escolar se mostra, portanto, uma estratégia concreta de promoção da saúde mental, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

A relação entre escolaridade e saúde mental no Brasil é comprovada em estudos nacionais, que apontam a baixa escolaridade como fator de risco significativo para doenças mentais. Por exemplo, pesquisa multicêntrica de Gonçalves et al. (2014) nas Unidades de Saúde da Família identificou maior prevalência de transtornos mentais entre pessoas com menor nível de escolaridade e renda. Isso sugere que ampliar o nível educacional pode atuar como fator protetor, por meio da promoção de habilidades emocionais, cognitivas e de inserção social oferecidas pela escola. Assim, políticas públicas que garantam acesso e permanência na escola podem reduzir desigualdades em saúde mental e fortalecer o bem-estar coletivo, especialmente em regiões vulneráveis.

A EJA/EPT, enquanto proposta que integra a Educação de Jovens e Adultos com a formação profissional e tecnológica, constitui uma estratégia fundamental no enfrentamento da evasão escolar entre populações em situação de vulnerabilidade.

Muitos dos sujeitos atendidos por essa modalidade enfrentam múltiplas formas de exclusão, como pobreza, discriminação e histórico de fracasso escolar (Di Pierro, 2005), fatores que se relacionam diretamente com quadros de sofrimento psíquico. A evasão escolar, nesse cenário, não é apenas uma questão pedagógica, mas um reflexo das desigualdades sociais que impactam a saúde mental dos estudantes. Ao oferecer uma proposta educativa mais flexível, contextualizada e voltada à valorização da experiência de vida, a EJA/EPT pode atuar como fator de proteção, fortalecendo vínculos, autoestima e projetos de vida, elementos essenciais para o equilíbrio emocional e o bem-estar subjetivo.

Visando diminuir a alta taxa de evasão dos alunos do EJA/EPT, foi realizado o “Sarau Literário Solitária”, uma ação pensada para acolher, integrar e valorizar os alunos. O evento contou com a participação dos estudantes de todas as turmas compartilhando suas vivências e experiências após a leitura do livro “Solitária”. O Sarau tem como objetivo promover a integração entre os alunos, fomentar o respeito às diferentes trajetórias e valorizar espaços e momentos de acolhida e escuta; e com isso gerar um sentimento de pertencimento e apoio.

Após a disponibilização do livro e um período de aproximadamente trinta dias para leitura, foi proposto um momento de conversa em roda com intuito de que alunos pudessem expressar livremente seus sentimentos e vivências em forma de arte, escrita e fala, pois o espaço acadêmico onde os mesmos estão inseridos, estimula não apenas a leitura, mas também a criatividade, autoconhecimento, empatia e a construção coletiva do saber. Essas práticas favorecem e potencializam o desenvolvimento social e emocional, ao mesmo tempo que enriquecem o processo educativo, tornando-os mais conectados com as vivências do grupo.

No final de suas apresentações, os materiais que trouxeram eram colocados em uma teia, para expor as conexões entre eles e reforçar que eles não estão sozinhos e podem ter o IFRS e seus colegas como rede de apoio. Justifica-se a ação pelo fato dos estudantes do EJA terem uma alta taxa de evasão escolar. As altas taxas de evasão escolar se dão por múltiplos fatores, entre eles o sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar, e/ou a falta de interação e conexão com seus colegas, aumentando o sentimento de deslocamento. O Sarau teve como propósito gerar essa integração e aproximação entre os alunos, criando um sentimento de pertencimento entre eles, com a finalidade de criar um ambiente seguro, respeitoso e acolhedor. A arte possibilita aos estudantes a ampliação da sua forma de leitura

do mundo, sendo um dispositivo potente de mediação desse processo (Araújo, Oliveira, 2014). Diante do contexto de vulnerabilidade social vivenciado em Alvorada e dos impactos diretos dessa realidade na permanência dos estudantes da EJA/EPT, torna-se evidente a necessidade de estratégias educacionais que ultrapassem o ensino tradicional. A relação entre saúde mental e educação demonstra que o ambiente escolar pode e deve funcionar como espaço de proteção, acolhimento e transformação social. A experiência do “Sarau Literário Solitária” evidencia como práticas pedagógicas sensíveis e integradoras podem fortalecer vínculos, promover o pertencimento e contribuir significativamente para a saúde emocional dos alunos. Ao reconhecer e valorizar as trajetórias individuais por meio da arte, da escuta e do compartilhamento, o evento se mostrou um instrumento com potencial para enfrentar a evasão escolar. Assim, iniciativas como essa apontam caminhos para uma escola mais humana, inclusiva e comprometida com o bem-estar de seus sujeitos, especialmente os historicamente excluídos.

Referências

ARAÚJO, G.; OLIVEIRA, Ana Arlinda de. O pensar docente sobre a arte na educação de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, v. 6, p. 63–86, 2014.

GONÇALVES, R. R. et al. Escolaridade, trabalho, renda e saúde mental: um estudo multicêntrico nas Unidades de Saúde da Família. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 347–367, 2014.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115–1139, 2005.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Mariana Vitória Ebertz de Souza	**Ensino médio**	**IFRS**

Erick Lorenzo Nunes Ribas	**Ensino médio**	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Alvorada**
Marielly de Moraes	**Doutorando(a)**	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Alvorada**
Márcia Fernanda de Méllo Mendes	**Doutor(a)**	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Alvorada**

SAÚDE MENTAL E A “ERA DIGITAL”: precarização do trabalho e adoecimento psíquico

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

A relação entre as temáticas de trabalho e saúde mental tem se consolidado como objeto nas agendas de pesquisa na contemporaneidade, principalmente durante o período pandêmico. No entanto, sua problematização permanece urgente, em razão do sofrimento psíquico vivenciado pelos trabalhadores no Brasil, evidenciado no aumento de 134% dos afastamentos do trabalho por problemas de saúde mental, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ONU, 2025).

Deste modo, diante da intensificação do sofrimento psíquico, ganha destaque a discussão sobre o fim da escala 6x1, através do jargão da importância de “vida além do trabalho”, visto que tal dinâmica laboral acarreta em prejuízos à saúde mental dos trabalhadores, como estresse, ansiedade e fadiga crônica. A partir dessa questão, podemos estabelecer a ligação entre as condições de saúde mental e o trabalho no modo de produção capitalista. Como pontuado por Alves (2008), a precarização do trabalho, na ordem vigente, atinge tanto a objetividade, quanto a subjetividade dos trabalhadores.

O trabalho, enquanto atividade fundante do ser social, manifesta-se em todas as formas de organização social. Contudo, com a ascensão da sociedade burguesa e o consequente processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores - isto é, a retirada dos instrumentos que lhes permitiam produzir seus próprios meios de subsistência -, estes passaram a depender da venda de sua força de trabalho no mercado, única mercadoria que ainda lhes pertence, [...] como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da…esfola.” (Marx, 2013, p. 251)

A força de trabalho é uma mercadoria, cujo valor de uso é capaz de gerar valor e, além disso, produzir mais-valor para aquele que a adquire. Por essa razão, ela se torna elemento essencial no processo de produção capitalista, uma vez que é a

única mercadoria capaz de criar valor adicional além do necessário para sua própria reprodução.

Deste modo, sendo esta mercadoria especial, a força de trabalho é explorada mediante a extração do sobretrabalho para a produção de mais-valor. Nessa dinâmica, há o desgaste físico e mental do trabalhador, que se mostram como resultantes dessa relação social determinada. “O trabalho na sociedade capitalista é causa de toda degeneração intelectual, de toda deformação orgânica. Os homens são embrutecidos pelo processo de produção. O trabalho alienado é, pois, necessariamente fonte de acidentes e adoecimento” (Lara, 2011, p. 80).

Diante das crises do capital, estratégias são adotadas para contorná-las, que recaem de forma desfavorável sob os trabalhadores. Entre elas, destacam-se: as desregulamentações das leis trabalhistas, fragilização dos direitos sociais e o esfacelamento da união da classe trabalhadora, o que resulta na sobrecarga física e mental desses sujeitos. O modelo produtivo contemporâneo impõe uma nova estrutura de controle do metabolismo social do capital, através da reordenação espaço-temporal, tanto do trabalho, quanto da vida social (Alves, 2008).

Nesse contexto, as inovações tecnológicas assumem um papel central na intensificação da exploração da classe trabalhadora. Essa intensificação se manifesta, por um lado, no aumento do desemprego, resultado da substituição progressiva do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, pela crescente automação dos processos produtivos por meio de máquinas e sistemas tecnológicos. Por conseguinte, é igualmente relevante destacar que os trabalhadores desempregados também integram as estatísticas de adoecimento mental. Embora a sobrecarga de trabalho configure um fator determinante na incidência de adoecimentos psíquicos e físicos entre os ocupados, os desempregados compõem aquilo que Marx (2013) denomina de superpopulação relativa, um elemento estrutural e constitutivo da dinâmica do capitalismo, atuando como mecanismo de intensificação da exploração da força de trabalho.

Logo, novas formas de uso e controle da força de trabalho ganham espaço nessa realidade, como é o caso da plataformização do trabalho, uma das modalidades laborais que mais têm se expandido com o avanço das tecnologias digitais. Nesse sentido, Marx (2013, p. 489)

Não resta a mínima dúvida de que a tendência do capital, tão logo o prolongamento da jornada de trabalho lhe esteja definitivamente vedado por lei, de ressarcir-se

mediante a elevação sistemática do grau de intensidade do trabalho e transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria em meio de extração de um volume ainda maior de força de trabalho.

E neste caso, tanto a extensão da jornada de trabalho, quanto a intensificação do trabalho decorrem mutuamente, contribuindo em impactos significativos no adoecimento mental dos trabalhadores, é a subsunção formal e real do trabalhador ao modo de produção capitalista

Sendo assim, retomando a reflexão do início deste texto, observa-se que, embora a discussão sobre a redução da jornada de trabalho no regime 6x1 represente, em certa medida, um avanço para a classe trabalhadora, sua fundamentação frequentemente se ancora na própria lógica produtivista. É recorrente que os próprios trabalhadores defendam essa medida com base no argumento de que jornadas mais curtas possibilitam maior eficiência e eficácia no desempenho de suas atividades. Conforme aponta Alves (2008), trata-se de uma extensão da produção e, consequentemente, na (contínua) redução da vida social.

Essa dinâmica expressa a subsunção real da vida do trabalhador ao capital, que se apropria não apenas do tempo de trabalho, mas também do espaço e tempo para o descanso físico e mental, uma realidade observável no contexto do trabalho remoto, viabilizado pela intensificação do uso das tecnologias digitais, que permite a diluição entre o tempo de trabalho e o tempo de vida. É uma nova morfologia do adoecimento, que emerge a partir das transformações nas relações entre o trabalhador e os meios de trabalho, marcadas pela crescente digitalização dos processos laborais.

Atualmente, doenças ocupacionais reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como burnout, depressão, ansiedade, entre outros transtornos mentais causados pelo trabalho, dominam a sociedade de forma avassaladora. De acordo com Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt), 30% dos trabalhadores brasileiros sofrem com síndrome de burnout, que tem por sinônimo “Síndrome do Esgotamento Profissional” (USP, 2023), caracterizado pelo Ministério da Saúde (2025) como

um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho.

A intensificação do labor, o esvaziamento das relações sociais no ambiente de trabalho, a vigilância constante e a precarização das condições de trabalho não são apenas reestruturações no modo de produzir, mas também incidem diretamente sobre os corpos e subjetividades dos sujeitos. Compreender o nexo entre saúde mental, trabalho e tecnologia, exige uma análise desses três elementos inseridos nas relações sociais capitalistas. Por conseguinte, é passível desvendarmos as determinações sociais por trás do adoecimento psíquico da classe proletária. É necessário o comprometimento com a emancipação humana e a crítica a este modo de produção vigente que transforma vidas em mercadorias e subjetividades em instrumentos de rendimento, conforme refletido por Marx (2013), o homem “morre em si mesmo” cotidianamente. O sujeito só se reconhece como vivo, fora da esfera laboral, entretanto quando o trabalho, nessa relação social capitalista, acaba por subsumir até seu tempo livre, obtemos a inquietante indagação: em que momento o homem experimenta a vida em sua plenitude?

Referências

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Trabalho e Subjetividade. Marília: Boitempo, 2008.

Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da Saúde. Síndrome do esgotamento profissional (“Burnout”). 2025. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/sindrome-do-esgotamento-profissional-burnout/. Acesso em: 25 maio 2025.

LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 78-85, jan. 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política [livro I]. São Paulo: Boitempo, 2013

Organização das Nações Unidas (org.). Brasil: Afastamentos por problemas de saúde mental aumentam 134%. 2025. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/292926-brasil-afastamentos-por-problemas-de-sa%C3%BAde-mental-aumentam-134. Acesso em: 25 maio 2025.

USP. Síndrome de burnout acomete 30% dos trabalhadores brasileiros. 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/sindrome-de-burnout-acomete-30-dos-trabalhadores-brasileiros/#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20burnout%20acomete%2030%25%2

0dos%20trabalhadores%20brasileiros,-Ot%C3%A1vio%20Pinto%20e&text=De%20acordo%20com%20dados%20da,da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)%20em%202022. Acesso em: 21 maio 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Fernanda Hoeppers de Araujo	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Franciny Fernandes Cavagnoli	**Mestrando(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

SAÚDE MENTAL E DESIGUALDADE URBANA: reflexões críticas sobre a lógica capitalista e o papel do estado

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O espaço geográfico não é um dado fixo ou neutro, mas sim um produto historicamente determinado e em constante transformação, cujas características correspondem às relações sociais de um determinado tempo histórico, como aponta Andrade (2014). No contexto do modo de produção capitalista, as configurações do espaço urbano, tal como o conhecemos hoje, são determinadas pela lógica da acumulação de capital e pelas contradições sociais dela decorrentes.

Em outras palavras, o espaço urbano é moldado pela correlação de forças entre a hegemonia capitalista — interessada em sua contínua expansão — e a classe trabalhadora, que precisa encontrar formas de resistir frente à expropriação e à destituição de seus direitos. A cidade, portanto, inserida na dinâmica das relações de classe no capitalismo, constitui-se como palco da luta de classes. Dessa forma, manifestam-se modos profundamente discrepantes de vivenciar a cidade, resultado da apropriação desigual do espaço socialmente produzido.

Trata-se, assim, de uma contradição entre aqueles que compreendem o espaço social como condição, meio e produto para a reprodução da vida — isto é, como valor de uso — e aqueles que se apropriam da cidade pelo seu valor de troca, lucrando com a produção e a exploração do espaço urbano (ANDRADE, 2014, p. 444).

Diante desse contexto de disputa pelo uso do solo urbano orientado pela lógica do lucro capitalista, Singer (1978, p. 33-34) afirma que “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres”, explicando que “a propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do solo urbano”.

A cidade, concebida sob essa lógica hegemônica, é planejada de forma desigual, empurrando a classe trabalhadora das centralidades urbanas para as periferias. A expulsão da classe trabalhadora do espaço urbano central é acompanhada por

múltiplos processos de negação de direitos, o que caracteriza a segregação socioespacial, elemento intrínseco à cidade capitalista..

Nessa perspectiva, as condições de moradia, mobilidade, infraestrutura e acesso aos serviços coletivos passam a ser planejadas prioritariamente para aqueles que podem pagar pelo usufruto do meio urbano. Aos que historicamente foram — e continuam sendo — privados do direito à cidade, resta a desproteção social, isto é, a negação ou o acesso precário às já frágeis políticas públicas.

O Estado, nesse contexto, constitui-se como uma categoria central para a compreensão da realidade social desigual, tendo em vista o papel fundamental que desempenha na dinâmica do capitalismo dependente. O papel do Estado é, em última instância, assegurar os interesses do capital, atuando na proteção e reprodução da estrutura social hegemônica (Osório, 2019).

Para alcançar esse objetivo, o Estado recorre a estratégias de repressão, por meio da violência institucionalizada — como a ação policial —, para conter reivindicações da classe trabalhadora ou de segmentos que a compõem. No entanto, sendo uma instituição contraditória, o Estado também atua, por meio das políticas sociais, como mecanismo de integração de classe, garantindo o mínimo necessário para a subsistência daqueles que produzem o lucro.

A política habitacional é exemplo emblemático dessa contradição. Inserida em um contexto marcado pela especulação imobiliária e pela segregação socioespacial, o direito à moradia, no Brasil, tem operado, contraditoriamente, como um mecanismo que restringe o acesso da classe trabalhadora que vive em condições mais aviltantes às áreas centrais. Empurradas para zonas periféricas e distantes, essas populações são alijadas do acesso aos serviços básicos, perpetuando a exclusão e a desigualdade urbana. Populações que são atravessadas por marcadores sociais e étnicos-raciais muito evidentes: em sua maioria pobres e negros.

Diante desse cenário, problematizamos a produção do sofrimento psíquico a partir da dinâmica geoespacial da cidade sob a lógica do capital, bem como da ausência de acesso às condições básicas para a reprodução social da vida. O cerceamento de direitos fundamentais gera experiências e sentimentos que acentuam a desesperança, a individualização das relações sociais e a medicalização do sofrimento resultante das desigualdades .

A violência institucionalizada, exercida pelo Estado, reforça a lógica meritocrática, ao estabelecer critérios implícitos sobre quem merece ser reconhecido como sujeito

de direitos — e quem não. Assim, há aqueles cujo sofrimento é legitimado e acolhido, e outros cujo adoecimento é invisibilizado, dificultando ou impedindo o acesso aos sistemas de saúde. O cárcere e o manicômio foram — e ainda são — as instituições públicas que mais respondem às demandas de saúde da população negra, sobretudo. Nesse sentido, a precariedade das políticas sociais não deve ser confundida com a ausência do Estado. Em outras palavras, o Estado está presente, mas por meio do braço armado da polícia, das práticas de confinamento e das estratégias de extermínio.

Diante da necessidade de seguir problematizando essas questões, destacamos, em consonância com David (2024), alguns aspectos centrais: a) a necessidade de pensar a saúde mental de forma ampliada, incorporando os elementos que dizem respeito à reprodução social da vida, como o acesso às políticas públicas; b) o aprofundamento da análise crítica da formação sócio-histórica do Brasil, superando interpretações superficiais e acríticas, historicamente hegemônicas na literatura e; c) o reconhecimento do racismo como determinante fundamental na produção de saúde.

A incorporação desses aspectos no debate sobre saúde mental é imprescindível para a construção de políticas públicas mais justas, que superem o viés biomédico-individualizante e enfrentem as determinações estruturais do sofrimento psíquico nas periferias urbanas.

Referências

ANDRADE, Iraci de. Perspectiva territorial do SUAS: da produção social do espaço ao território usado. In: PAIVA, Beatriz Augusto de (Org.). Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração. São Paulo: Veras Editora, 2014. p. 433-455.

DAVID, Emiliano de Camargo. Saúde Mental e relações raciais: desnorteamento, aquilombação e antimanicolonialidade. 1ed. São Paulo: Perspectiva, 2024.

HARVEY, David. O direito à cidade. Revista Piauí, n. 82, jul. 2013. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/ . Acesso em: 06 ago. 2025.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista,1978. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 21-36.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Heloísa Teles	**Doutor(a)**	**UFSC**
Jahy Endi Pronsato Sorgon	**Graduado(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**
Paula Algeri Roithmann	**Graduado(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina**

Saúde Mental e SUAS: reflexões a partir de atendimentos em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

O objetivo deste resumo é refletir sobre o papel da política de assistência social, sobretudo da proteção social especial de média complexidade, no atendimento a famílias com vulnerabilidades associadas às questões de saúde mental a partir das demandas que se apresentam em serviços de CREAS na região Continental do município Florianópolis/SC e que foram sistematizadas em um levantamento de equipe no ano de 2021.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e os demais documentos organizativos do SUAS fazem pouca referência ao seu papel quanto aos usuários de saúde mental. Quando na PNAS especifica-se o público usuário do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), faz-se menção direta às pessoas com vulnerabilidades associadas ao uso de substâncias psicoativas e ou deficiências, mas não cita-se sujeitos em sofrimento ou transtorno mental, que muitas vezes encontram situações de vulnerabilidade associada à sua condição. Destaca-se, como uma das poucas citações explícitas nos textos organizativos do SUAS um trecho da PNAS, quanto aos princípios organizativos do sistema:

“[...] articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Único de Saúde – SUS, por intermédio da rede de serviços complementares para desenvolver ações de acolhida, cuidados e proteções como parte da política de proteção às vítimas de danos, drogadição, violência familiar e sexual, deficiência, fragilidades pessoais e problemas de saúde mental, abandono em qualquer momento do ciclo de vida, associados a vulnerabilidades pessoais, familiares e por ausência temporal ou permanente de autonomia principalmente nas situações de drogadição e, em particular, os drogaditos nas ruas [...] (Brasil, 2004, p.88)

DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Devido ao fato de perceber-se que as demandas de saúde mental acabam fazendo um percurso muito peculiar de ingresso no CREAS, no ano de 2021 a equipe

técnica do CREAS Continente fez um levantamento de quanto às demandas de saúde mental que se apresentam no serviço. Cada técnico foi responsável por fazer uma avaliação dos casos em acompanhamento e responder um roteiro, com as seguintes questões: 1) Dos casos que você atende hoje, quantos tem alguma situação de saúde mental grave na família? 2) Escolha um caso para trazer com mais detalhe na reunião; 3) A presença deste sujeito na família atendida gera ou complexifica as demandas específicas da assistência social, especialmente as de média complexidade? Quais são elas?; 4) Como tem sido a relação com a rede de saúde neste caso?; 5) Para ampliar a ação neste caso, que recursos da assistência social podem ser qualificados?

Após o preenchimento do questionário pelos integrantes da equipe, realizou-se uma reunião de trabalho com debate e houve posterior sistematização deste em um quadro organizado acerca desta demanda.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Estimou-se que, nos casos atendidos, 40% das famílias incluíam algum integrante que era público de CAPS, ou seja, tinham alguma condição de saúde mental severa ou persistente. Não houve dúvida de que nos casos em que se apresentam demandas associadas de saúde mental tende-se à casos mais longos, de difícil desligamento e com grande possibilidade de judicialização. Tais sujeitos apresentam-se por vezes como autores de violências, mas também como sujeitos com muitos direitos violados e com redes de suporte bastante fragilizados, seja do ponto de vista familiar, comunitário e estatal. As situações que são encaminhadas ao CREAS são aquelas em que as demandas complexas estão sobrepostas, por exemplo, com mais de um sujeito com demandas de saúde mental na mesma família ou associadas à outras vulnerabilidades. No que se refere à relação com a rede de saúde, observou-se que muitas vezes tratam-se de casos que têm perfil de não adesão aos atendimentos de saúde mental no SUS e que acabam sendo acompanhadas(os) nos serviços de proteção de média complexidade do SUAS pelas consequências deste sofrimento na própria vida social. Observou-se que nestes casos são necessárias estratégias de diálogo mais qualificadas com a rede de saúde (em seus diversos níveis assistenciais) e que é fundamental pensar-se nas questões de busca ativa na rede de saúde. Quanto aos recursos que se fazem necessários para atender estes casos na política de assistência social, avaliou-se que exigem uma postura de suporte das equipes. Observou-se que há serviços que

não estão de fato implementados nas duas redes, como o residencial terapêutico ou mesmo a residência inclusiva, que seriam indicados em algumas situações.

Todos os casos que iniciam acompanhamento no CREAS Continente referem-se à situações que envolvem alguma violação de direitos, em sua maioria situações de violências. Embora esse seja o ponto de partida, quando em detalhamento, percebe-se nestes casos que as demandas de saúde mental têm sido constantes. Isso faz necessário superar o entendimento de que se trata de demanda a ser somente direcionada à rede de saúde e gerar questionamentos acerca do papel dos serviços de proteção de média complexidade no atendimento à sujeitos em sofrimento ou transtorno mental e suas famílias. O que se observa é que no decorrer do acompanhamento tem-se feito necessário trabalhar para superar situações de desproteção social de forma mais ampliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os textos normativos abordem pouco as interfaces entre o SUAS e a saúde mental, no cotidiano do CREAS Continente observa-se que tal relação tem ocorrido e que traz demandas complexas para as equipes e vivências de ausência de suporte social para as famílias.

Na prática dos serviços observa-se os limites do modelo de proteção social familista, conforme descreve Mioto et al. (2018) o familismo é um traço presente em muitos sistemas de proteção social, essa responsabilidade pelo bem-estar é transferida à família, mesmo quando essa não dispõe das condições objetivas para tanto. Esse modelo, ao reforçar a centralidade da família como única provedora de cuidado, acaba naturalizando desigualdades estruturais, além de omitir o papel do Estado na garantia dos direitos sociais. No contexto da assistência social brasileira, tal lógica é contraditória, pois ao mesmo tempo em que reconhece a família como sujeito de direitos e objeto da proteção social, também recai sobre ela exigências que não são acompanhadas do devido suporte estatal, como tem ocorrido com as demandas de proteção social dos usuários de saúde mental.

A baixa interface entre SUAS e SUS nas demandas de saúde mental ainda se presentifica na literatura acadêmica, mas alguns apontamentos sobre as relações nos dão algumas pistas por onde seguir. Fonseca e Santos (2021) revisam as normativas em detalhe e por fim se perguntam se as situações destes usuários da saúde mental que chegam ao SUAS poderiam ser consideradas fatores de desproteção social e se há nestes casos demandas que nos competem,

convocando a sair-se do olhar da indiferença burocrática. Por fim, apontam como estratégia o olhar para estes sujeitos não pela patologia, mas na matriz dos Direitos Humanos Universais. Barros (2022) também não recusa tal demanda como algo a fazer-se no SUAS, e avança na defesa da intersetorialidade apresentando experiências nacionais como forma de convocar a avançar sobre este ponto.

Entende-se que para superação das vulnerabilidades em relação a saúde mental destes sujeitos é necessária também a incorporação das discussões sobre a desinstitucionalização no SUAS e avanços nas atribuições da Assistência Social enquanto política setorial neste processo, o que foi sinalizado há uma década como estratégia fundamental para o avanço da Reforma Psiquiátrica (Fiocruz; Fundação Calouste Gulbenkian, 2015).

Referências

BARROS, Priscilla Cordeiro Cruz de.. Texto 04: Práticas Intersetoriais no SUAS para o cuidado Integral em Saúde Mental. Local: Pernambuco. CapacitaSUAS, 2022. Disponível em https://www.sigas.pe.gov.br/files/12202022092708-texto.04.praticas.intersetoriais.no.suas.para.o.cuidado.integral.em.saude.mental.pdf . Acesso em 13 jun. 2025

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: MDS, 2004. 84 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf . Acesso em: 13 jun. 2025.

FIOCRUZ; FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. Inovações e Desafios em Desinstitucionalização e Atenção Comunitária no Brasil. Seminário Internacional de Saúde Mental: Documento Técnico Final. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, Fundação Calouste 126 127 Gulbenkian, Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde, mar. 2015. Disponível em: https://www.nuppsam.org/wp-content/uploads/2021/05/DESINSTITUCIONALIZACAO-E-ATENCAO-COMUNITARIA-FIOCRUZ-GULBENKIAN.pdf . Acesso em: 14 jun. 2025.

FONSECA, Rozana; SANTOS, Thiago. Proteção social às pessoas em sofrimento psíquico que usam o serviço dos CAPS: o que cabe ao SUAS? Psicologia no SUAS, 17 maio 2021. Disponível em https://psicologianosuas.com/2021/05/17/protecao-social-as-pessoas-em-sofrimento

-psiquico-que-usam-o-servico-dos-caps-o-que-cabe-ao-suas/ Acesso em: 13 jun. 2025.
MIOTO, Regina Célia Tamaso et al. O familismo na política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Raquel Valiente Frosi	**Mestre(a)**	**Prefeitura de Florianópolis**
Nicolas Belmonte	**Graduando(a)**	**Serviço Social UFSC**
Camila de Araujo Merizi	**Graduando(a)**	**Psicologia UNICESUSC**

Saúde mental em movimento: impactos da atividade física e mental no bem-estar psicológico

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

Introdução e Objetivos

A saúde mental é um dos maiores desafios do século XXI, afetando milhões de pessoas em todo o mundo. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), transtornos mentais como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático figuram entre as principais causas de incapacidade. No Brasil, a situação é especialmente preocupante entre jovens de 16 a 24 anos, grupo que apresenta os piores índices de bem-estar mental, de acordo com o Instituto Cactus. Fatores como o uso excessivo de telas, insônia, alimentação inadequada e falta de atividade física contribuem significativamente para esse cenário.

Diante dessa realidade, torna-se essencial investigar abordagens não farmacológicas que promovam o bem-estar psíquico. Diversas atividades físicas e mentais vêm sendo estudadas por sua eficácia na melhoria da saúde mental. Entre elas estão o teatro, a dança, a música, a prática de esportes, o voluntariado, os jogos e atividades lúdicas, a participação em grupos sociais e o engajamento em projetos criativos. Este estudo tem como objetivo compreender o impacto dessas atividades na saúde mental, explorando os mecanismos neurobiológicos envolvidos e os benefícios percebidos em diferentes contextos, inclusive entre pessoas com transtornos psiquiátricos como esquizofrenia, autismo e transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

Descrição da Pesquisa e Métodos

A pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo e exploratório, com base em revisão de literatura científica nacional e internacional, incluindo artigos nas áreas da psicologia, neurociência, psiquiatria, educação e saúde coletiva. Foram consultadas bases como SciELO, PubMed, Google Scholar e periódicos especializados. Os critérios de inclusão priorizaram estudos com evidências empíricas sobre os efeitos de atividades físicas e mentais na regulação emocional, neuroplasticidade, qualidade do sono, socialização e autoestima.

Além da análise teórica, o trabalho também considerou estudos de caso e experiências aplicadas em grupos terapêuticos e instituições que utilizam práticas como o teatro, a música e o voluntariado como ferramentas de acolhimento e desenvolvimento emocional. Essa abordagem integrativa busca oferecer uma visão holística dos benefícios que essas práticas podem proporcionar à saúde mental, especialmente em contextos de vulnerabilidade psíquica.

Discussão dos Resultados e Impactos Percebidos

Os dados analisados apontam para uma convergência entre diferentes áreas do conhecimento quanto ao impacto positivo das atividades físicas e mentais na saúde mental. Um estudo populacional com mais de 1,2 milhão de pessoas indicou que indivíduos fisicamente ativos apresentaram até 43% menos sintomas de transtornos mentais, em comparação com os sedentários. A prática regular de atividades físicas contribui para a liberação de neurotransmissores como dopamina, serotonina e endorfinas, fundamentais na regulação do humor, controle da ansiedade, do apetite, da atenção e do sono.

A atividade física, quando combinada a estímulos mentais e emocionais — como ocorre em práticas como dança, música, esportes coletivos e teatro — potencializa seus efeitos benéficos. Por exemplo, estudos com idosos demonstraram que danças com coreografias variadas geraram maior aumento de BDNF (fator neurotrófico derivado do cérebro) do que esportes com movimentos repetitivos, evidenciando a importância da diversidade de estímulo para a neuroplasticidade.

O teatro, embora seja destacado por sua capacidade de integrar expressão corporal, emocional e criativa, é apenas uma entre várias atividades benéficas. A música, por sua vez, tem demonstrado grande eficácia na modulação do humor e da atenção. Intervenções com musicoterapia têm mostrado efeitos positivos em pessoas com autismo, que passam a apresentar maior contato visual, redução de estereotipias e melhor resposta social. Em pessoas com esquizofrenia, a música pode ajudar na organização do pensamento e na estabilização de sintomas psicóticos.

As atividades esportivas, principalmente quando realizadas em grupo, exercem papel fundamental no desenvolvimento de habilidades sociais, cooperação, disciplina e senso de pertencimento. Crianças com TDAH, por exemplo, se beneficiam da prática esportiva pela liberação de dopamina, neurotransmissor

associado à atenção e à motivação, e pela possibilidade de gastar energia de maneira produtiva e estruturada.

Outro aspecto relevante refere-se ao engajamento social. O voluntariado e a participação em grupos colaborativos, como projetos comunitários ou ambientais, têm se mostrado eficazes na promoção da saúde mental. O senso de utilidade, pertencimento e empatia desenvolvido nessas atividades está relacionado à liberação de oxitocina — hormônio associado ao vínculo afetivo e à redução da ansiedade. Pesquisas mostram que o voluntariado está associado a menores índices de depressão e maior satisfação com a vida, inclusive entre pessoas com histórico de transtornos mentais.

As atividades lúdicas e os jogos também exercem papel importante, sobretudo entre crianças e adolescentes. Jogos de regras, RPGs, gamificação educacional e brincadeiras que envolvem desafios criativos favorecem o desenvolvimento cognitivo, a resolução de problemas, o controle emocional e a construção de vínculos. No contexto do autismo, práticas lúdicas têm demonstrado aumento na iniciativa social e melhora na linguagem funcional.

A prática de qualquer uma dessas atividades impacta positivamente o ciclo sono-vigília. O sono de qualidade está diretamente ligado à consolidação da memória, à regulação do humor e à prevenção de transtornos como depressão e ansiedade. Indivíduos que mantêm uma rotina de exercícios ou práticas mentais estimulantes costumam apresentar maior duração de sono profundo e menos episódios de insônia. Segundo o Instituto Cactus, jovens que dormem mal são os que apresentam os menores escores no Índice Contínuo de Avaliação da Saúde Mental (ICASM), o que reforça a importância do sono como marcador de bem-estar.

Conclusões e Considerações Finais

A análise dos dados e evidências científicas permite concluir que práticas físicas e mentais diversas — como teatro, dança, música, esportes, voluntariado, jogos e atividades lúdicas — exercem influência significativa na saúde mental de indivíduos, especialmente em grupos mais vulneráveis como crianças, adolescentes e pessoas com transtornos psiquiátricos.

Essas atividades promovem benefícios a curto, médio e longo prazo. A curto prazo, nota-se melhora no humor, redução do estresse e aumento da disposição. A médio e longo prazo, destacam-se a reorganização das redes neurais (neuroplasticidade),

maior estabilidade emocional, fortalecimento da autoestima, melhora da qualidade do sono e desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas.

Cada atividade analisada possui mecanismos específicos de ação, mas todas compartilham efeitos positivos sobre a produção de neurotransmissores, fortalecimento dos vínculos sociais e regulação do sono. A importância dessas práticas vai além do aspecto recreativo ou artístico, configurando-se como ferramentas fundamentais de cuidado integral à saúde mental.

Em vista disso, recomenda-se a implementação de políticas públicas que integrem atividades físicas, artísticas, lúdicas e sociais nos ambientes escolares, comunitários e de saúde. A valorização dessas práticas pode representar um importante avanço no enfrentamento dos transtornos mentais, promovendo bem-estar, inclusão e qualidade de vida para diversos públicos. A abordagem preventiva, inclusiva e humanizada proposta por essas práticas deve ser reconhecida como essencial na construção de uma sociedade mais saudável e resiliente.

Referências

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Mental health. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/mental-health#tab=tab_2. Acesso em: 1 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. 2022. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em. Acesso em: 1 maio 2025.

CHEKROUD, Sammi R. et al. Association between physical exercise and mental health in 1.2 million individuals in the USA between 2011 and 2015: a cross-sectional study. The Lancet Psychiatry, 2018. Disponível em: https://www.amandabluezheutlin.com/2018_LP_MDDExerciseBRFSS.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

SMITH, Patrick J.; MERWIN, Rhonda M. The role of exercise in management of mental health disorders: an integrative review. Clinical Psychology Review, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8020774/pdf/nihms-1685283.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

MÜLLER, Patrick et al. Evolution of neuroplasticity in response to physical activity in old age: the case for dancing. Frontiers in Aging Neuroscience, v. 9, p. 56, 2017. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/aging-neuroscience/articles/10.3389/fnagi.2017.00056/full#B15. Acesso em: 1 maio 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Leandro Schulz dos Passos	**Ensino médio**	**BOM JESUS/IELUSC**
Lara Yacoub Bach	**Graduado(a)**	**Graduada em Minerva University**

SAÚDE_POD: Democratização do Conhecimento em Saúde

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Esse trabalho é resultado dos achados da pesquisa Saúde e democracia: estudos integrados sobre a atuação cidadã na 16° e 17° Conferências Nacionais de Saúde (CNS) que tem por objetivo analisar a participação social no processo da 16ª e da 17ª Conferências Nacionais de Saúde em dimensões que permitam organizar evidências da relevância e do alcance do processo participativo nas etapas e atividades que a compõem. A proposta é construir evidências que destaquem o alcance da participação popular nas diversas etapas das conferências, compreendidas não apenas como eventos formais, mas como espaços vivos de escuta, afeto, articulação e disputa simbólica. Essa pesquisa conta com instituições de diferentes regiões do Brasil, sendo que aqui vamos apresentar as produções vinculadas ao grupo de pesquisa Afetações, vinculado ao IFRS Campus Alvorada.

Desde a década de 80, a mobilização social na saúde vem se consolidando sendo uma das bases do Sistema Único de Saúde (SUS). Na década de 90, as Conferências e os Conselhos de Saúde foram regulamentados garantindo a voz e participação social (Brasil, 1990). Entendendo que as conferências representam um mecanismo de participação cidadã, é fundamental assegurar que os conhecimentos nelas produzidos, sejam amplamente divulgados.

Dessa forma, o grupo de pesquisa Afetações desenvolveu o SAÚDE_POD, um podcast de divulgação científica concebido para tornar acessível e atrativa a produção de conhecimento em saúde, partindo da premissa de que os conhecimentos gerados nesses espaços precisam ser amplamente difundidos e compreendidos pela população (Texeira, 2013). A escolha pelo formato podcast se justifica pela sua natureza flexível, acessível e relacional. Ao dialogar com diferentes públicos, atravessar fronteiras institucionais e incorporar elementos da linguagem cotidiana, o podcast se apresenta como uma estratégia comunicacional de grande valor, especialmente no que diz respeito à promoção da saúde mental. O acesso à informação de qualidade, em uma linguagem acolhedora e não técnica, contribui para o enfrentamento do sofrimento psíquico coletivo causado pela desinformação,

pelo medo e pela exclusão social. Além disso, a experiência de escuta sensível e significativa, capaz de criar vínculos e gerar identificação pode ampliar a participação de pessoas em sofrimento psíquico, fazendo com que elas se organizem e levem suas propostas às próximas conferências.

Na 17ª CNS foram realizadas 99 CL (Brasil, 2025) que se mostraram uma estratégia potente de dar visibilidade para temas e propostas que não cabiam na estrutura das conferências municipais e estaduais de saúde. As CL seguiram regras para que pudessem ter suas propostas incorporadas na etapa nacional, como: ser de esfera nacional e para isso devia abranger pelo menos nove Estados da Federação distribuídas em três regiões geográficas do País; ser organizada por: instituições, entidades e movimentos populares e sociais que tenham em sua agenda de debate e ação a defesa dos direitos sociais, da democracia e da participação popular; ter como objetivo: debater o tema da 17ª CNS ou um, ou mais de seus eixos temáticos: I - O Brasil que temos. O Brasil que queremos; II - O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas; III - Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia; e IV - Amanhã vai ser outro dia para todas as pessoas. Diante da vasta gama de possibilidades de temas, o grupo optou pela Conferência Livre 74 - Cannabis Medicinal. A escolha desse tema permite uma reflexão crítica sobre os tabus, preconceitos e resistências históricas relacionados ao uso terapêutico da cannabis, abrindo espaço para debates sobre o impacto do proibicionismo na saúde mental da população, especialmente de pessoas negras, pobres e periféricas.

A produção do podcast começa na escolha do tema do episódio, considerando as 99 Conferências Livres (CL) realizadas na fase preparatória da 17ª Conferência. Após se realiza a análise da entrevista feita com algum dos organizadores da CL escolhida, fazendo categorização. Junto às entrevistas, também estudamos o relatório de propostas (Brasil, 2024) e o relatório final da Conferência Nacional (Brasil, 2025) com as propostas aprovadas. As categorias ajudaram na construção do roteiro do podcast. Para a elaboração do roteiro utilizamos as categorias elencadas na análise da entrevista e na pesquisa documental, selecionamos trechos das entrevistas que serão replicados no podcast e buscamos referências e conceitos que precisam ser abordados. Após o roteiro ser finalizado, o grupo convida alguém da área para ser entrevistado pelos condutores do podcast. Esse entrevistado também tem um papel de debater e aprofundar os trechos selecionados que irão compor o podcast. Finalizada a gravação, editamos e

distribuímos em plataformas digitais e rádios comunitárias. O primeiro episódio foi chamado de “Uso medicinal da cannabis: droga ou remédio?”, onde teve como entrevistado um médico da família e comunidade prescritor de cannabis.

Neste episódio aborda-se variados temas relevantes, como os tabus sociais e institucionais, a diferença entre o uso recreativo e medicinal da cannabis, e como o racismo institucional significativamente contribui para a criminalização do uso terapêutico. Também destacou a importância de uma reeducação social, que ressignifique a terminologia popular de origem negra, posteriormente associada ao termo latino para marginalizar a maconha. O episódio transcorre como um bate-papo entre apresentadores, entrevistado e trechos da entrevista da pesquisa. O episódio foi finalizado em 57 min.

Esse processo de criação, desde a pesquisa de campo até a edição sonora e a publicação em plataformas digitais, evidencia como a produção científica pode dialogar com formas culturais e artísticas de comunicação, fortalecendo pontes entre universidade e comunidade. O podcast assume, assim, uma função educativa, comunicacional e estética, possibilitando experiências de escuta ativa, reflexão crítica e formação cidadã. A iniciativa do SAÚDE_POD reafirma que saúde não se limita à ausência de doença, mas inclui o acesso à informação, à cultura e à expressão. Quando o conhecimento científico é apresentado de forma sensível, horizontal e criativa, ele se torna instrumento de cuidado, autonomia e transformação social. Ao investir em formatos acessíveis e afetivos de comunicação científica, como o podcast, o projeto contribui para a construção de uma cultura de cuidado coletivo, onde ciência, arte e cidadania caminham juntas na defesa da vida, dos direitos e da democracia.

As reflexões trazidas na conversa nos motivaram a construção desse podcast e a construção dos demais episódios, com o propósito de alcançar o maior número de pessoas possível. Outrossim, buscamos a difusão da divulgação científica, usando outros modos de comunicação de divulgação que sejam acessíveis a diferentes grupos sociais, oportunizando que se amplie a participação nas conferências de saúde e que temas importantes para diferentes grupos sociais possam ser discutidos e levados para esse importante espaço de construção e fortalecimento do SUS.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Relatório consolidado – versão preliminar da 17ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: CNS; Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/conferencias/17a-cns/publicacoes/relatorio-consolidado-17a-cns/@@download/file> Acesso em: 15 jun. 2025

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Relatório final da 17ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília: CNS; Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: < https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/conferencias/17a-cns/publicacoes/livro_web_relatorio_17_conferencia_nacional-2025-compactado.pdf/@@download/file> . Acesso em: 15 jun. 2025.

TEIXEIRA, C. A comunicação pública de ciência nos programas de pós-graduação em saúde coletiva do Brasil: uma perspectiva a partir da concepção de coordenadores. 2013. Tese (Doutorado) — Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Erick Lorenzo Nunes Ribas	**Ensino médio**	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Alvorada**
Mariana Vitória Ebertz de Souza	**Ensino médio**	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**

		(IFRS) – Campus Alvorada
Rosemar Silva da Silva	**Pós-graduado(a)**	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Alvorada**
Livia Starmac Costa	**Graduando(a)**	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Alvorada**
Márcia Fernanda de Méllo Mendes	**Doutor(a)**	**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Alvorada**

Segurança da Convivência Comunitária como Resistência ao Neoliberalismo

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

A política pública de Assistência Social brasileira objetiva garantir a segurança de convívio familiar e comunitário como direito de indivíduos e famílias. Nesse sentido, o atendimento e acompanhamento visam a superação de situações de vulnerabilidade, isolamento social ou enfraquecimento dos vínculos afetivos e comunitários. Essa segurança pode ser promovida por vivências que favoreçam o reconhecimento das potencialidades das famílias e comunidades, bem como o fortalecimento dos vínculos entre elas (Brasil, 2012). Na contemporaneidade, os vínculos comunitários têm sido fragilizados, especialmente em contextos públicos, em razão da ascensão de uma lógica neoliberal. Diante disso, a Psicologia pode integrar em sua atuação propostas de fortalecimento dos vínculos e das redes de apoio à comunidade. Nesse contexto, este resumo objetiva compreender o fortalecimento de vínculos comunitários no âmbito da Assistência Social e da Psicologia, como resistência ao neoliberalismo. Por sua vez, esse trabalho configura-se como um relato de experiência, sendo resultado das elucubrações empreendidas na disciplina de Políticas Públicas e Psicologia, ministrada no curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI.

O reconhecimento da Assistência Social como direito no Brasil, só foi possível pelas diversas transições políticas e sociais, mediadas também pela luta incansável das comunidades e movimentos sociais, até chegar ao que conhecemos hoje como Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS foi organizado em dois níveis de proteção: Básica e Especial, sendo esta última subdividida em Média e Alta Complexidade. No âmbito da Proteção Social Básica, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que oferece ações e serviços socioassistenciais por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Nesse serviço, são ofertadas a acolhida e ações territoriais voltadas ao fortalecimento de vínculos comunitários e sociais, além de oficinas com famílias, atendimentos individualizados e encaminhamentos (Brasil, 2012).

Nessa perspectiva, o serviço assume papel estratégico na promoção da autonomia, emancipação e cidadania dos usuários, sendo um componente importante na construção de relações familiares e comunitárias. Além disso, o trabalho social desenvolvido pelo PAIF busca a mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio, o desenvolvimento do convívio familiar e comunitário e o (re)conhecimento do território (Brasil, 2012).

Os atendimentos às pessoas usuárias são realizados de forma individual, grupal, em visitas domiciliares ou por meio de ações comunitárias, geralmente vinculadas a datas de mobilização social. Muitas vezes, o serviço concentra-se apenas na prevenção e reparação dos vínculos familiares, ao invés de investir na construção de redes comunitárias de apoio e na promoção de direitos, como saúde, lazer e bem-estar, por meio de ações que priorizem uma participação ativa e contínua dos cidadãos (Maheirie et al., 2020).

Em que pese a previsão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que pode ser ofertado pelo CRAS, observa-se que as ações voltadas à criação ou ao fortalecimento de vínculos comunitários ainda são escassas. É necessário, portanto, reconhecer as próprias limitações da oferta desse serviço: crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, e pessoas idosas com 60 anos ou mais, todos em situação de vulnerabilidade social. Diante disso, uma parcela significativa da população - especialmente adultos fora dessas faixas etárias - permanece desassistida em espaços voltados à construção e ao fortalecimento de vínculos sociais, mesmo que a tipificação indique o acesso integral a todas as faixas etárias (Brasil, 2012). Nesse bojo, destacam-se as mulheres em idade adulta que, nesse caleidoscópio socioassistencial, apontam a ausência de uma rede de apoio significativa. Pulverizadas, relatam queixas similares relacionadas à sobrecarga e à solidão, indicativos de uma sociedade neoliberalista marcada por ser maternalista (Iaconelli, 2023).

Ademais, é importante destacar que nem todos os municípios contam com a oferta do SCFV, acarretando uma sobrecarga das ações no âmbito do PAIF, que passa a concentrar múltiplas demandas, muitas vezes além de sua capacidade operacional. Destarte, é preciso reconhecer as condições contemporâneas que incidem no enfraquecimento dos vínculos comunitários e redes de apoio, como é o processo de individualização da vida - um sintoma produzido pelo neoliberalismo.

Segundo Safatle, Júnior e Dunker (2021), o neoliberalismo pode ser abordado como um modelo socioeconômico e como gerador e gestor de sofrimento psíquico poderoso. Segundo os autores, enquanto os liberais clássicos postulavam o sofrimento do trabalhador como um empecilho para a sua produtividade, os neoliberais encontram o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico para as empresas.

Este processo causa extremo dano para a comunidade e, não somente a relega a patologias, como também insufla rebelião contra tais estruturas adoecedoras. Nesta toada, a individualização do sofrimento psíquico demonstra grande potencial de domesticação das massas, visto que o conflito, "(...) sua transformação em forma de culpa em associação com o fracasso e a potência produtiva" (Safatle; Júnior; Dunker, 2021, p. 194), transmuta-se de uma agressividade externa, que motivaria a transformação da realidade concreta, para uma agressividade voltada ao próprio eu, causando mais sofrimento individualizado.

Nesta lógica, os vínculos comunitários são enfraquecidos, juntamente com as redes de apoio, aumentando proporcionalmente o sofrimento psíquico da população que, mesmo tendo seus direitos formalmente registrados em lei, vê-se encurralada, lançada a uma desassistência desesperadora e a todas as suas consequências.

Sawaia (2014) argumenta sobre como a alienação e a exploração dos sujeitos estão sendo mascaradas por uma crescente estatística de melhora da qualidade de vida do povo brasileiro, que não se atém à ascensão de um modelo ideológico e político que trabalha por meio de uma inclusão excludente. Assim, mediante a subjetivação do individualismo e dos interesses do capital, a união dos povos na luta pelos meios de produção, a renomada luta de classes, é cada vez menos presente; todavia, a Psicologia Social, na Assistência Social, pode servir como catalisadora de transformações, já que as demandas sociais só se apresentam na medida em que o próprio social possui condições materiais de resolvê-las ou no processo de construção para tal (Sawaia, 2014).

Assim, os psicólogos como profissionais fundamentais do SUAS e em consonância com seu código de ética, que traz, em seus princípios fundamentais, a promoção da saúde e a qualidade de vida das pessoas e coletividades, devem atuar buscando o fortalecimento dos laços comunitários como fator protetivo para famílias e indivíduos, a fim de promover a visibilidade dos indivíduos e famílias assistidas no território, fugindo à lógica individualista e adoecedora gestada diariamente pelo

neoliberalismo. Portanto, deve-se levar em conta a importância de ações que oportunizem a participação popular, para além dos serviços e conferências preconizadas pela política do SUAS, contando com o compromisso ético da Psicologia de valorizar o protagonismo e autonomia dos sujeitos em suas próprias comunidades.

Essas reflexões só foram possíveis pelo contato com uma disciplina que trabalha as Políticas Públicas enfocadas na política socioassistencial, escassa nas grades curriculares das graduações em Psicologia. Assim, através das reflexões advindas no decurso da disciplina, foi possível compreender a etiologia da vulnerabilidade dos laços comunitários, como aqui apresentado, além de marcar, em cada uma das estudantes/autoras acostadas, uma nova camada ética ao próprio ofício: a necessidade iminente de segurança da convivência comunitária como resistência ao neoliberalismo.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: Trabalho Social com Famílias. 2ª ed. Brasília: MDS, 2012.

IACONELLI, V. Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MAHEIRIE, K. et al. Tensões no campo do político e da prática profissional da assistência social. Revista Psicologia Política, v. 20, n. 49, 2020. p. 667-687. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300016. Acesso em: 11 jun. 2025.

SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 288 p.

SAWAIA, B. B. Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social?. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. spe. 2, 2014. p. 4-17. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600002

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional

Milena Novack	**Graduando(a)**	**UNIVALI**
Julia Aguiar Machado	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI**
Isabela dos Santos Pinheiro	**Graduando(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI**
David Tiago Cardoso	**Doutor(a)**	**Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI**

SINTA O SOM: experiência de um grupo de musicoterapia em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO

No contexto do SUS, a musicoterapia foi incorporada à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), por meio da Portaria nº 849, de 27 de Março de 2017 (BRASIL, 2017). Revisões da literatura nacional indicam que a musicoterapia promove relaxamento, facilita trocas psicoafetivas e possibilita a expressão dos usuários em sofrimento psíquico relacionado ao uso abusivo de substâncias psicoativas (RESENDE; PEDROSA, 2023). Destaca-se, ainda, como intervenção terapêutica de baixo custo, alinhada à Reforma Psiquiátrica, favorecendo a humanização e valorização da voz e das escolhas dos usuários podendo contribuir para a reinserção social e desconstrução do paradigma manicomial, especialmente por meio da criação de grupos musicais que unem terapia e expressão emocional e artística (BREUNIG; ARAÚJO, 2019).

Diante disso, o presente relato descreve a experiência de planejamento e execução de um grupo musicoterapêutico, realizado durante estágio curricular obrigatório do curso de Pós-Graduação em Musicoterapia, ofertado a usuários acompanhados em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) em Santa Catarina.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O estágio ocorreu entre fevereiro e maio de 2025, tendo como atividade principal a criação do grupo terapêutico "Sinta o Som", fundamentado nas práticas da musicoterapia. O objetivo principal foi complementar os Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) dos usuários, promovendo reabilitação psicossocial via autoconhecimento, expressão emocional e valorização das trocas afetivas e psicossociais, fortalecendo vínculos comunitários e a reinserção social.

. As sessões ocorreram às sextas-feiras, com duração de 1h30min, configurando-se como estratégia de redução de danos para usuários que solicitaram maior oferta de atividades nesse período, devido ao aumento da vulnerabilidade ao uso de SPAs próximo ao final de semana. O grupo foi aberto, permitindo a participação de

usuários em acolhimento diurno e demais interessados. A avaliação inicial baseou-se na análise das fichas de acolhimento e entrevista musicoterapêutica individual, para conhecer o histórico de saúde, histórico social e a Identidade Sonora (ISO) dos participantes.

O planejamento das sessões seguiu quatro etapas fundamentais: acolhimento, aquecimento, desenvolvimento e fechamento. O acolhimento consistiu na criação de um ambiente receptivo e seguro para os participantes; o aquecimento promoveu a preparação corporal, vocal e emocional para a experiência musical; no desenvolvimento, foram aplicadas técnicas musicoterapêuticas centradas nos objetivos do grupo; e, por fim, o fechamento visou simbolizar o encerramento da vivência, promovendo integração das experiências terapêuticas (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2020).

As técnicas utilizadas seguiram as principais abordagens de Bruscia: improvisação, recriação, composição e escuta receptiva, adaptadas conforme as necessidades do grupo a cada encontro (BRUSCIA, 2016). A avaliação contínua foi feita pela estagiária e preceptora psicóloga, observando a participação, evolução dos vínculos e feedbacks individuais e coletivos, considerando o impacto da musicoterapia no estado emocional e nas relações interpessoais e intermusicais. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, manifestando ciência de que se tratava de uma atividade vinculada a estágio supervisionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grupo contou com a participação de 17 usuários em 15 sessões, sendo 12 homens e 5 mulheres, com idades entre 21 e 62 anos. Identificou-se heterogeneidade nas trajetórias de vida, histórico de uso de SPAs e tempo de acompanhamento, enriquecendo as trocas grupais. A frequência variou de três a cinco participantes por encontro, influenciada por demandas pessoais e a modalidade de grupo aberto.

A aplicação das quatro etapas estruturais do modelo proposto por Oliveira e Gonçalves (2020) mostrou-se efetiva para manter o foco nos objetivos terapêuticos e favorecer a organização das sessões em grupo. No entanto, assim como apontam os autores, o planejamento se manteve flexível para contemplar as demandas emergentes do grupo, sendo a escuta terapêutica elemento central para o redirecionamento de estratégias e a adaptação das técnicas às necessidades e potencialidades dos participantes de cada sessão.

As atividades utilizaram as técnicas de Bruscia (2016) e envolveram rodas de canto, jogos musicais (“Responda tudo cantando”, “Puxa Conversa Musical”), exploração de instrumentos harmônicos, melódicos e percussivos, percussão corporal, vocalizações e movimentos corporais integrados à música. Também houve momentos de escuta receptiva, com músicas selecionadas pelos participantes relacionadas a emoções, memórias e fases da vida, promovendo reflexão individual e coletiva. Além disso, o grupo incentivou a criação musical por meio de composições coletivas, paródias e improvisações, conectando os participantes a experiências pessoais e compartilhadas. Temas como autocuidado, ressignificação, relações interpessoais, mudanças de vida e manejo emocional foram trabalhados de forma lúdica e sensível.

As experiências favoreceram trocas afetivas e psicossociais — diálogos não verbais e emocionais que reforçaram solidariedade, visibilidade pessoal e reconhecimento grupal. Essa abordagem integrativa, sustentada por vivências sonoro-musicais, ampliou repertórios expressivos, fortaleceu a coesão grupal e as estratégias de enfrentamento no cotidiano e no tratamento.

O grupo promoveu a expressão emocional dos usuários, criando um espaço simbólico de acolhimento que favoreceu a reinserção social, corroborando relatos da musicoterapia comunitária enquanto estratégia que fortalece vínculos sociais, promove inclusão e apoia processos de subjetivação coletiva (BREUNIG; ARAÚJO, 2019).

Os participantes demonstraram adesão significativa, evidenciada pela participação ativa nas expressões musicais, corporais e criativas, e pela interação social positiva. O grupo proporcionou um ambiente inclusivo para expressão e reflexão sobre emoções, memórias e vivências, contribuindo para o desenvolvimento do autocuidado e ressignificação do tratamento. As atividades centradas na percepção corporal, reminiscências e criação coletiva foram importantes para fortalecer habilidades psicossociais e construir vínculos. Apesar da receptividade, foi necessário estabelecer limites para a organização das dinâmicas, comum em contextos terapêuticos grupais. A característica de ser um grupo aberto trouxe desafios, como a rotatividade dos participantes, exigindo flexibilidade e adaptações constantes para manter a integração e o engajamento durante as sessões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do grupo “Sinta o Som” demonstrou o potencial da musicoterapia como intervenção complementar no CAPS AD, ampliando as possibilidades terapêuticas no cuidado em saúde mental. A prática mostrou alinhamento aos princípios da Reforma Psiquiátrica e à lógica da atenção psicossocial, oferecendo cuidado centrado na subjetividade, autonomia e protagonismo dos usuários, em consonância com estratégias de redução de danos. O caráter grupal possibilitou trocas afetivas e psicossociais que ampliaram o sentimento de pertencimento e a reinserção social.

Ressalta-se a importância de ampliar a oferta e o reconhecimento da musicoterapia nos serviços públicos de saúde mental, consolidando sua contribuição para o cuidado integral e humanizado das pessoas em sofrimento psíquico, especialmente em contextos vulnerabilizados pelo uso de substâncias. A realização do estágio nesse contexto revelou-se uma experiência enriquecedora, proporcionando a compreensão prática do potencial transformador da musicoterapia e evidenciando a importância de sua ampliação e consolidação no âmbito do cuidado em saúde mental.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. Institui a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Diário Oficial da União, Brasília, 27 mar. 2017.

BREUNIG, R. S.; ARAÚJO, R. F. Musicoterapia comunitária: uma estratégia para a reinserção social e a desconstrução do paradigma manicomial. Revista Brasileira de Musicoterapia, v. 27, n. 1, p. 45-56, 2019.

BRUSCIA, K. Defining Music Therapy. 3. ed. Barcelona Publishers, 2016.

OLIVEIRA, F. B.; GONÇALVES, S. M. P. Planejamento e estruturação de grupos musicoterapêuticos: proposta de modelo em quatro etapas. Revista Música Hodie, v. 20, n. 2, p. 45-60, 2020.

RESENDE, T. M.; PEDROSA, M. A. Uso da musicoterapia e da música no tratamento de pessoas com sofrimento psíquico associado ao uso de substâncias psicoativas: revisão descritiva da literatura nacional. Revista Brasileira de Musicoterapia, v. 35, n. 3, p. 101-115, 2023.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Jéssica Bussioli Ribeiro	**Especialização concluída**	**CAPS AD SAO JOSE**
Jéssica Bussioli Ribeiro	**Pós-graduando(a)**	**Faculdade CENSUPEG**
Laura Detoni Queiroz	**Especialização concluída**	**Prefeitura Municipal de São José**

Sons do mar: um ensaio para despatologizar a escuta

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Este trabalho propõe costuras entre o campo das sonoridades e o da saúde mental, partindo de uma reflexão ensaística suscitada pelo relato do ativista da luta antimanicomial capixaba e poeta Daildo Pereira Magalhães (1970-), em diálogo com as percepções de Schafer (2001) e Wisnik (2002) sobre os sons do mar. Numa passagem de seu texto “Depoimento”, presente em sua obra “F20.9: textos e poemas”, o autor descreve a dificuldade de se aproximar da praia por ouvir os sons do mar como sons de uma guerra. A costura que se pretende busca despatologizar sua percepção — Magalhães associa essa escuta aos sintomas de seu diagnóstico de esquizofrenia — e aproximá-la de uma análise contracultural, por compreender que há o impacto do entendimento hegemônico, construído acerca da relação entre os sons do mar, a contemplação e a calmaria, na tradução de seus sentidos.

Magalhães narra a angústia de, atrapalhado pelas vozes, não desfrutar de momentos de contemplação, associados de maneira hegemônica na cultura ao relaxamento e que, por vezes, remetem à uma relação simbiótica com a natureza. Essa angústia, atribuída por ele à esquizofrenia, aparece no texto como segue:

"Em horas de angústia, somos atacados por uma visão embaçada; é um vulto, a mente tenta voltar ao começo, mas é contida por uma voz estranhamente só no seu ouvido dizendo tudo que, se você estivesse lúcido, seria o contrário. Ao se livrar de acontecimentos como esse, você cai em uma enorme tristeza, que tem um nome científico de depressão, e isso acaba com o néctar, o sabor da vida que, às vezes, é deixado de lado por você, mesmo em momentos de tristeza. Mas a vida é tão bela quanto um beija-flor em seu ápice, sugando gotículas de água nas últimas pétalas de um jardim que está prestes a ser destruído, como desfrutar de uma colmeia colhendo seus melhores favos de mel. Quisera todos ter o poder de alcançar o topo. Mas não é bem assim. Olhamos para o horizonte e, mesmo com os olhos estatelados, não conseguimos ver um pôr do sol com sua grandeza, pois as imagens mais belas são censuradas por algo que sequer dá-nos ouvidos, oferecemos ajuda para tentar inibir, mas por motivo desconhecido somos impedidos

de desfrutar daquelas belezas. Mergulhamos em um lago que, por si só, espera alguém deliciar das suas águas. Recorremos a uma praia, mas as ondas que aparecem são muito altas, e o meu medo não me deixa me aproximar da areia. O barulho parece ensurdecedor, é como um avião de guerra e, ali, serão lançadas todas as ogivas químicas que irão acabar com qualquer espécie de humanos e qualquer ser vivo. Me vejo dentro desse turbilhão, tento ser forte e continuo com meu olhar firme para o mar; [...]" (MAGALHÃES, 2020, pp. 39-40, grifo meu).

Os sons do mar — aqueles perceptíveis de maneira ostensiva, na sua forma audível e tátil — são formados pela expressão polirrítmica das ondas, que emerge da colisão por cruzamento das trajetórias entre corpos e ondas. Como paradigma sônico para o conflito, repercutem um vocabulário bélico à medida em que as ondas "colidem" entre si, com as rochas e com a praia; "colapsam" na zona de arrebentação e, de acordo com os ventos, "atingem a costa de maneira mais violenta" chegando a "assustar" moradores (RIBEIRO, 2024), destruir casas e estradas. Se incluirmos os ruídos provocados por humanos e seus efeitos, o vocabulário se intensifica, ao passo que contribuem para a morte de zooplânctons e cetáceos.

Algo distinto aparece nos escritos de Schafer (2001) e Wisnik (2002) como resquícios de uma tradição literária que liga simbolicamente a música ao mar, cuja mitologia grega, com os acordes da lira de Apolo e seus delfins, é expoente. Nessa tradição, destaca-se também a repercussão dada aos ritmos do mar em conexão biológica com os órgãos do corpo humano — "as ondas se identificam com o pulmão e com as batidas do coração, e as marés, com o dia e noite". Nela, o movimento das águas é entendido como primeiro som ouvido pelo sujeito, acompanhando os movimentos do feto no útero materno. Essa percepção, que parte da relação entre o feto e o líquido amniótico, atribui uma naturalidade orgânica, harmônica e simbiótica à relação entre os indivíduos e a ressonância do mar.

Já as literaturas marítimas do final do século XIX se apropriam da linguagem bélica e contribuem para apontar uma segunda natureza para essa paisagem sonora: a que se constitui pelas águas "rugindo" de um lado para outro, pelo "açoite" com "fúria" às rochas que o rodeiam, "os punhos ferozes das ondas" batendo "ruidosamente nas rochas, como bolas de borracha". O mesmo pode se dizer dos rios, que ao se moverem para dentro das cavernas nas rochas produzem um "som

cavo, que lembrava a explosão de um canhão distante", e assim "o som de batalha não pode deixar de se manifestar quando o rio, entre milhares de ilhas e rochas, forja seu caminho, ao longo de milhas, em corredeiras".

Distanciando-se da naturalidade embrionária que denota às ressonâncias marítimas uma simbiose pacífica com o ser humano, essa literatura passa a explorar os conflitos que fazem dos sons do mar prelúdio do "açoite" das embarcações, dos navegantes e, com os tsunamis, do próprio planeta. Com isso em vista, retornamos para a maneira como Magalhães associa o caráter de violência ao som "ensurdecedor" da arrebentação das ondas, como um avião de guerra que lança ogivas no solo; essa leitura sobre a "altura" das ondas/"altura" do som, "violência do mar"/"violência do som" faz parte de uma percepção contra-intuitiva desse regime audível produzido pelo mar, pois se afasta da percepção biológica e cultural hegemônica, e porque a "altura", nesse caso, não revela necessariamente uma dimensão do volume, mas do "tamanho" do som. Daughtry explica:

"Quando você ouve o zumbido quase imperceptível de uma voz à distância, é mais provável que você iguale sua "suavidade" ou "fraqueza" de baixa amplitude com "pequenez". Mas se considerarmos a área sobre a qual esse som é perceptível, teremos de admitir que o seu tamanho é muito mais formidável do que o seu volume em qualquer ponto único de recepção poderia sugerir. Projetando essa visão para o reino do belifônico, podemos dizer que a maioria dos sons de armas [...] não são apenas grandes, mas absolutamente vastos, chamando a atenção, intimidando, chocando e aterrorizando grandes populações dispersas em grandes áreas." (2015, p. 161)

É nesse contexto que a belifonia, o espectro de sons produzidos pelo combate armado, se avizinha ao "avião de guerra" de Magalhães: no cenário em que os sons do mar se relacionam com sua imaginada inesgotabilidade, isto é, que sua grande área e a polirritmia de cada uma das ondas que se formam, produzam também grandes, vastas e dispersas esferas sonoras que, ao acontecerem sucessivamente, operam o inesgotável. É mais o "tamanho", e menos a altura do som ou seu volume, que contribui para a impressão de Magalhães de estar diante de uma incursão bélica, o que, do ponto de vista das sonoridades, não revela um efeito de transtorno psíquico ou auditivo, mas uma compreensão possível dentro do regime audível disperso e expansivo que faz com que sons e vibrações se tornem maiores que o sujeito.

Referências

DAUGHTRY, Martin. Listening to War: Sound, music, trauma and survival in Wartime Iraq. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

MAGALHÃES, Daildo. F20.9: textos e poemas. Vila Velha, ES: Daildo Pereira Magalhães, 2020.

SCHAFER, Murray. A afinação do mundo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

WISNIK, José Miguel. O Som e o Sentido: Uma outra história das músicas. Companhia das Letras, São Paulo, 2002, 2ª ed.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Ana Beatriz Moreto do Vale	**Mestre(a)**	**UFES**

Tessituras da clínica: Experiências da atuação psi no Centro de Atenção Psicossocial II de Florianópolis

Área temática

04. Teórico-conceitual

Resumo expandido

Este resumo visa apresentar a pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que adentra as portas do CAPS II de Florianópolis e avista as inventividades clínicas operadas neste serviço. A pesquisa, atualmente em andamento, tem como objetivo geral mapear as práticas clínicas de psicólogos/as em um Centro de Atenção Psicossocial II de Florianópolis, nos diferentes espaços do serviço. É a cartografia enquanto perspectiva teórica e metodológica que a orienta, dizendo-nos sobre o esforço em apreender o mundo em que vivemos, vinculando-se afetivamente aos processos inventivos e de produção de subjetividades (PASSOS et al., 2009). Este é o ethos que guia esta pesquisa, um modo de pesquisar que diz de um saber que advém da experiência (Ibidem), pois tem como horizonte a expressão dos afetos que atingem a cartógrafa e que, nesta afetação, sentidos são criados e produzidos (GUATTARI e DELEUZE, 1995). São as criações prático-teóricas da atuação clínica dos profissionais de psicologia que interessa essa pesquisa, isso porque, no dia-a-dia dos dispositivos da rede de atenção psicossocial, a prática se impõe a teoria e, por vezes, convida-nos a questionarmos sobre nossas clínicas, leva-nos a impasses teóricos: o que estamos produzindo e reproduzindo em nossos dispositivos? Quais novidades engendradas pelo encontro nos pedem escuta? Esses questionamentos, advindos da prática, racham cristalizações teóricas e hábitos técnicos, exigem um permanente repensar a própria clínica. É através de rachaduras e brechas que novas discussões epistemológicas, históricas e práticas emergem. Nesta pesquisa, optamos por nos referir ao campo da psicologia com a finalidade de implicar aberturas conectivas a esta disciplina, desnaturalizar o olhar sobre os enquadres clássicos de uma clínica que margeia o social, também refletir sobre os vetores éticos, portanto, políticos que orientam as práticas e discursos de profissionais da psicologia no aparelho de saúde mental investigado. Ao dissertar sobre a historicidade das clínicas modernas (FOUCAULT, 1977; PASSOS e

BARROS, 2000; AMARANTE, 1996), apontamos para um campo bastante polissêmico e plural em se tratando de epistemologias e racionalidades; indicando-nos: se o campo da saúde mental por um lado rompe com a ciência tradicional, é porque, em última instância, ele está às voltas com a complexidade da existência humana. É nesse sentido que, ao repensar o conceito de saúde e, por extensão, as práticas voltadas à promoção e produção de saúde, a Reforma Psiquiátrica - marcada por diferentes movimentos, das psiquiatrias reformuladas às rupturas com o paradigma médico-naturalista - nos exigiu clínicas outra. Clínicas que pudessem ser não mais cunhadas pela busca da verdade a ser desvelada, não mais operadas por uma lógica dualista e simplista sobre a experiência dos sujeitos no campo da saúde mental, não mais orientadas pelo paradigma da verdade única (AMARANTE, 1996). As reformas psiquiátricas no âmbito da atenção psicossocial exigiram de nós, psicólogas e psicólogos, um trabalho intersetorial, um pensamento complexificado, transversalizado e até rizomático; se por rizoma compreendemos, a partir de Deleuze e Guattari (1995), uma maneira de pensar as contingências multidimensionais envolvidas nos processos de saúde-doença, conectando-os a configurações políticas, econômicas e tecnológicas. É este mesmo olhar, voltado para os processos envolvidos na experiência de saúde e doença, portanto, para os processos que constituem modos de vida, que avista a interface da clínica com a cidade, política, arte, filosofia, religião, família, etc. Este olhar ou, melhor dizendo, este corpo-pesquisadora, torna-se ferramenta metodológica desta pesquisa, pois constitui-se por componentes teóricos e tecnológicos, mas também estéticos, éticos, econômicos, políticos e afetivos que se atravessam e emergem de forma coextensiva no contexto cartografado (PASSOS e BARROS, 2000). Em se tratando de percurso metodológico, conforme anuência institucional da Escola de Saúde Pública, foi previsto cinco meses em campo para colheita de dados (PASSOS et al., 2009), possibilitando à pesquisadora, conforme compactuado com a equipe, a circular e acompanhar diferentes espaços em que reflexões e atuações clínicas das profissionais de psicologia surgiam, como as reuniões de equipe, oficinas, grupos de discussão de casos e supervisões de estágio. Desses espaços, surgiam propostas - por parte dos trabalhadores, estagiários e usuários do serviço - para construção de atividades voltadas a promover momentos de experimentações coletivas; como, por exemplo, intervenções artísticas nos espaços de convivência, “amigolate” na páscoa, atividades promovidas durante a semana da luta antimanicomial, além das

oficinas e grupos que ganhavam, em supervisões de estágio pelos/as psicólogos/as do serviço, espaços destinados à reflexão das práticas psi, fazendo advir interrogações sobre o sentido da clínica na atenção psicossocial, sua eficácia, operalização e (re)invenção. Sem que pudéssemos prever tais acontecimentos, essa pesquisa surgiu inicialmente com uma pergunta: “o que tem sido proposto e inventado por profissionais de psicologia, em termos de práticas clínicas, no cotidiano de serviços destinados ao cuidado em saúde mental?”. Dessa pergunta, as cartografias de inventividades clínicas no CAPS II de Florianópolis apontaram para práticas de resistência a enquadres psiquiatrizantes (na arquitetura do espaço, mas não só). Foi acompanhando as práticas que escapam de estratos hegemônicos e que afirma a vida em sua qualidade criativa, pois diz da criação de outros modos de ser e habitar o mundo; também, de processos que tecem novas produções de autonomia coletiva, novas maneiras de experimentar o serviço (e a vida) e, portanto, novas direções curativas, que extraímos dos questionamentos neste campo de pesquisa a ideia de que as inventividades clínicas dizem não apenas de um novo fazer, mas sobretudo da produção de uma nova realidade (AMARANTE, 1996). Por isso, práticas e saberes que tratam-se de um trabalho de desinstitucionalização, e que ganha essa qualidade não só pela atuação voltada à ‘desospitalização’ do espaço e dos seus modos de funcionamento, mas, sobretudo, por um processo ético que produz forças contrárias ao estigma, exclusão e violência - e que pincelam novas possibilidades de subjetivação daqueles que seriam objetivados, excluídos e estigmatizados pelos saberes e práticas científicas, ao desenhar, pintar e inventar novas possibilidades de reprodução social desses mesmos sujeitos (Ibidem). A conclusão que se chega é que essa qualidade de desinstitucionalização das práticas clínicas dos/as psicólogos/as do serviço (e demais trabalhadores), diz-nos de atuações que tem como horizonte a construção de um serviço que dê conta de incorporar novos acontecimentos, novos desvios, novos modos de existência e habitação. Prática e saberes que atuam como um manifesto a favor da construção de serviços de cuidado (e mundos) em que seja possível reconhecer singularidades e cultivar novos modos de ser e existir mesmo àqueles marginalizados. Essa utopia parece ser a força criadora, e criativa, dos profissionais acompanhados. Assim, a pesquisa segue… enredando-se nos novos sentidos produzidos e queridos pelos acontecimentos do CAPS II Ponta do Coral.

Referências

AMARANTE, Paulo. O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Editora Fiocruz, 1996.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica: uma arqueologia do olhar médico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro, v. 34, 1995.

PASSOS, Eduardo et al. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. In: Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 2009. p. 207 p-207 p.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 16, p. 71-79, 2000.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Mariana Andrade Soares	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Iacã Machado Macerata	**Doutor(a)**	**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**

Transtornos alimentares sob a perspectiva de gênero interseccional: reflexões para a saúde mental coletiva

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

Os transtornos alimentares são frequentemente abordados pela literatura biomédica como condições clínicas centradas em alterações de apetite e comportamento alimentar, envolvendo, por vezes, explicações de base genética, neurológica ou comportamental. No entanto, uma análise sociocultural mais aprofundada permite perceber que essas manifestações não estão dissociadas do contexto em que os sujeitos vivem e das violências às quais estão expostos.

Questões como a construção social dos corpos, as expectativas normativas de gênero e os efeitos das desigualdades estruturais precisam ser consideradas para uma compreensão mais ampla desses transtornos. A maior prevalência entre mulheres, especialmente durante a adolescência e juventude, sinaliza que o sofrimento psíquico relacionado à alimentação e à imagem corporal está diretamente conectado às formas como o feminino é produzido socialmente, atravessado por ideais estéticos, disciplinamento dos corpos e exigências de desempenho (Pinheiro et al., 2005).

A perspectiva da interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw e desenvolvida por autoras como Carla Akotirene (2018), permite expandir esse debate ao reconhecer que gênero, raça e classe não operam de forma isolada, mas se entrelaçam na produção de desigualdades e de experiências singulares de sofrimento. Assim, torna-se necessário reconhecer que o impacto das pressões estéticas, da cultura do controle alimentar e da medicalização da fome se manifesta de forma distinta em corpos que ocupam diferentes lugares sociais.

Mulheres negras, por exemplo, são historicamente sub-representadas nas discussões sobre transtornos alimentares, além de também sofrerem os efeitos do racismo estético, da hipersexualização e da desumanização de seus corpos.

A literatura que discute a relação entre saúde mental e desigualdades aponta que o sofrimento psíquico está diretamente ligado às condições materiais e simbólicas de existência. A precariedade habitacional, o trabalho informal, o desemprego, a falta

de acesso à saúde e à educação e a violência estrutural são fatores que contribuem para o adoecimento mental e para o desenvolvimento de sintomas que, muitas vezes, se expressam por meio da alimentação. A fome, o comer compulsivo, a restrição alimentar severa e o sentimento constante de inadequação em relação ao corpo podem ser compreendidos como respostas subjetivas a condições de vida marcadas por violência, exclusão e desamparo. Medeiros e Zanello (2018) chamam a atenção para o risco de que mulheres em sofrimento sejam apenas medicalizadas e silenciadas pelo sistema de saúde, sem que as causas estruturais de seu adoecimento sejam de fato escutadas e enfrentadas.

Ao centrar a análise nos corpos que adoecem, corre-se o risco de individualizar um problema que é, antes de tudo, social. O corpo feminino, em especial, torna-se um campo de disputa simbólica e política, alvo de normas de conduta, aparência e controle. A exigência por magreza, juventude e autocontrole não é apenas uma questão de estética, mas se configura como dispositivo de poder que atua na constituição da subjetividade. Nesse sentido, os transtornos alimentares podem ser compreendidos como sintomas sociais, que expressam os modos como determinadas subjetividades são violentadas, reprimidas ou invisibilizadas.

Pensar em políticas públicas a partir da interseccionalidade é, portanto, um imperativo ético. Como afirma Ortiz (2013), essa perspectiva teórico-metodológica permite ampliar o olhar sobre as desigualdades, evitando a essencialização das diferenças e promovendo abordagens que levem em conta as articulações complexas entre marcadores sociais. No campo da saúde mental, isso implica em construir redes de cuidado que sejam capazes de acolher os sujeitos em sua pluralidade, reconhecendo as violências que atravessam seus modos de viver e de adoecer.

A compreensão dos transtornos alimentares como fenômenos complexos e atravessados por relações de poder demanda que os serviços de saúde mental se posicionem criticamente diante das práticas medicalizantes e individualizantes. Em vez de buscar “normalizar” comportamentos alimentares ou corpos, é necessário interrogar as normas que definem o que é considerado saudável ou patológico. Nesse processo, é fundamental valorizar o saber dos usuários, das comunidades e das experiências singulares de sofrimento, bem como reconhecer as estratégias de resistência e cuidado que emergem nos territórios.

Em síntese, ao adotar uma perspectiva de gênero interseccional para pensar os transtornos alimentares, desloca-se o foco do corpo como problema para o corpo como território político. Essa mudança de paradigma permite articular saúde mental, justiça social e equidade, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às diferentes formas de sofrimento e mais comprometidas com a vida em sua diversidade. O cuidado em saúde mental, para ser efetivo, precisa compreender os sujeitos em sua historicidade, contexto e relações, construindo práticas que não apenas tratam sintomas, mas também enfrentam as causas do adoecimento.

Referências

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidades. São Paulo: Pólen Livros, 2018.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 451-467, 2008.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p. 384-403, 2018.

ORTIZ, Marília. Desvendando sentidos e usos para a perspectiva de interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras. In: FAZENDO GÊNERO – DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 10., 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos, p. 1-15.

PINHEIRO, Andrea P. et al. Transtornos alimentares e imagem corporal: um estudo com adolescentes. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 21, n. 3, p. 227-232, 2005.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Amanda Ferreira da Silva	**Mestrando(a)**	**UFSC**
Aline Megumi Arakawa Belaunde	**Doutor(a)**	**UFSC**

Um olhar estrangeiro para a cidade: as subjetividades das pessoas em situação de rua

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território”, já dizia Milton Santos (1987, p.161). Ao caminhar pela cidade, observando suas excentricidades, ela nos apresenta sua história, seja na arquitetura, naquilo que é explícito exposto e visto, seja também no que passa despercebido, no corriqueiro, no cotidiano. É neste entremeado de relações, neste espaço de condição de meio, produto e reprodução da sociedade que é possível ler a lógica social inscrita nos diversos modos de vida, seus limites, determinações e conflitos que estão inscritos no cenário, na dinâmica urbana e política (Nogueira, 2009). De forma dialética, o homem imprime suas relações de poder no espaço, ao passo que reforça seus processos de dominação, subalternização e invisibilidade em detrimento daqueles que ocupam um lugar desvalorizado, desqualificado e precarizado.

No final do século XIX, projetos de arquitetos/urbanistas alinharam-se às políticas higienistas que vinham crescendo no Brasil, que visando a construção de uma nação moderna propõem-na sem aqueles que degradam sua moral: os pobres. O pobre pode vir a ser perigoso, portanto os espaços públicos que o habitam são vistos como ameaças- aí nasce a necessidade de reformas urbanas, visando a disciplina, ordem, moral e higiene. Então, para onde o pobre vai? É “extinto” dos quiosques, das praças, das ruas e de seus lugares de encontro, deslocados para as encostas não valorizadas, dando espaço para abertura de avenidas para circulação de quem trabalha e consome (Coimbra, 2006). A reforma é feita para um corpo limpo e obediente.

Síntese do capitalismo e da lógica liberal, com um Estado mínimo para maximizar um mercado livre, guiando-se dos desejos naturais do homem à melhora do bem-estar coletivo, advém-se uma sociedade pautada em méritos individuais e capacidades naturais. Porém, a superexploração liberal e sua mão invisível não produziram harmonia entre os interesses individuais dos agentes econômicos e o

bem-estar global, demonstrando suas crises em desdobramentos sociopolíticos, nas desigualdades, mazelas e sofrimento destes corpos pauperizados.

Diante deste cenário, a questão social origina dores que as políticas públicas não dão conta de suavizar, cristalizando desigualdades e condições de desqualificação dos lugares sociais ocupados (Nogueira, 2009). Os direitos são apenas à miséria e à perda, e na lógica de controle são abocanhados pelo neoliberalismo, responsabilizados pela própria situação, perversamente absorvidos pelo sistema o qual foram produtos. Sistema o qual produz mais medo, violência e insegurança diante da precarização dos serviços públicos pelo Estado Mínimo, mas que segue culpabilizando os marginalizados (Coimbra, 2000).

A exclusão da pessoa em situação de rua aparece nos mecanismos de obstáculos do movimento no espaço, nas propostas higienistas e sua arquitetura hostil. A associação do espaço público à sua potencialidade violenta altera os traços e desenhos estéticos da cidade, construindo prédios sem marquises, canteiros em soleiras de lojas, bancos em barras metálicas, gradeamentos entre outros. Essas obras “revitalizadoras” tiram os sujeitos de seus espaços e tiram seus direitos simultaneamente. Assim, impactando nas práticas de sobrevivência, como na fuga do relento a fim de proteção contra as condições climáticas ou de privacidade, e nas estratégias de acesso à serviços públicos/comerciais, como ocorre muitas vezes pela forte presença em bairros centrais. Essas intervenções territoriais compactuam a propagação da aversão ao pobre vulnerável, demarcando a recusa, afastamento e negação da apropriação material e cultural do espaço público (Giese et al., 2023). É um mundo cada vez mais dividido entre os que “têm” e os que “não têm”.

A naturalização do olhar da sociedade para essas questões sociais, numa tentativa de recalque para sustento da vida individual alienada, nos obriga a lançar o olhar para a violência simbólica, um olhar estrangeiro ao “invisível” que transpassa o corpo e fere a subjetividade dessa população. Essa violência simbólica é legitimada pelos simbolismos da comunicação/conhecimento construídos nessa relação de submissão e subjugação que em sua “sutileza” perpassa as estruturas de forma despercebida (Pinheiro & Giongo, 2023). Essas vivências se atravessam por meio de quais regiões ocupar, horários, ruas, abrigos, em uma relação excêntrica com o território e seus itinerários. É necessário abster-se do imaginário social de que a moradia seria a solução, mas sim pensar nas formas de produção de cuidado de acordo com a complexidade de cada um, em conjuntura do coletivo como

enfrentamento, resistência e movimento de produção de conhecimento e estratégias, no fortalecimento na luta da garantia dos direitos mínimos.

Diante do exposto, a rua apresenta a sobrevida (Pinheiro & Giongo, 2023). Nessa co-presença com o espaço público no transitar, estando presente nas modificações dos cenários, aparecem as necessidades de contornos e dobras de esquinas, decorrentes de violências ditas e não ditas. Aqui, chamo atenção para um resgate do olhar estrangeiro à cidade, resgate das coisas como são e como podem ser, suas histórias e sentidos possíveis.

O vínculo, reconhecimento, escuta, conversa e conquista de territórios são possibilidades de atuação, além de visibilizar as desigualdades na superação de uma individualização e culpabilização das questões sociais (Maheirie et al., 2019). A cidade apresenta a possibilidade da percepção da diferença e espaço dos encontros, é lugar potencialmente de educação, de alteridade e des(identificações). Desta maneira, faz-se necessário uma atuação na perspectiva ampliada da rualogia para compreensão dos fenômenos vividos na cidade pelos próprios habitantes e na criação coletiva de produção do cuidado com os mesmos. É a superação do sofrimento ético-político no desenvolvimento dos sentimentos, desejos e necessidades; distinção e reconhecimento do sujeito em situação de rua (Sawaia, 1999).

Mobilizar e fortalecer na luta de políticas públicas se dá no coletivo, na troca, e no olhar de quem vê; é necessário olhar o cotidiano, o dito invisível e sutil, e “desprivatizar o público” para entender as materialidades que estruturam o neoliberalismo e sustentam a casa do burguês.

Referências

Coimbra, C. M. (2000). Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. Revista Psicologia Política, 1(1), 139-147.

Giese, J. V., Silva, L. B., & Menegat, E. M. (2023). População em situação de rua e espaço público: as manifestações contraditórias de aporofobia e de gentileza urbana na atualidade. urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana, 15, 1-17. https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220227

Nogueira, M. L. M. (2009). Subjetividade e Materialidade: Cidade, espaço e trabalho. Fractal: Revista de Psicologia, 21(1), 69-86. https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000100006

Santos, M. (2013). O espaço da cidadania e outras reflexões (2 ed.). Fundação Ulysses Guimarães. https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_espaco_da_cidadania_2011.pdf

Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Orgs.), As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (14nd ed., pp. 99-119). Editora Vozes.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Isabella Caroline Fuckner	**Graduando(a)**	**UFSC**

Vivências de Terapia Artística na universidade: um projeto de acolhimento a alunos com doenças mentais inscritos no NAE/CEART/UDESC

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE), do Centro de Artes, Moda e Design, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atualmente está atendendo aproximadamente 50 (cinquenta) estudantes com deficiência. A maioria deste contingente possui diagnóstico também de doenças mentais como os transtornos: de humor (bipolar e depressão), de ansiedade (síndrome do pânico), de personalidade (borderline). Enquanto coordenação do referido setor, vimos atuando de forma diferenciada, nestes casos, oportunizando vivências de Terapia Artística em grupos de até dez pessoas. Esse trabalho, que tem sido realizado nos últimos dois anos (desde 2023,) serviu como uma importante política de apoio estudantil tanto na graduação quanto na pós-graduação. Nesta apresentação, pretendemos expor como se deu o formato deste trabalho na universidade e como isso tem repercutido na comunidade estudantil no tocante à qualidade de vida, à luz das avaliações e depoimentos dos próprios participantes, que preencheram um questionário de pesquisa qualitativa.

A linha de trabalho que elegemos é a da Terapia Artística Antroposófica, que tem como premissa o entendimento do ser humano na visão sistematizada por Rudolf Steiner (1861-1925). A cura pela arte foi iniciada pela Dra Ita Wegman (1876-1943) e desenvolvida pela médica e artista, Dra. Margarethe Hauschka (1896-1980), A terapêutica Hauschka utiliza pintura de aquarela, giz pastel, carvão, modelagem entre outras técnicas, escolhidas em conformidade com as necessidades observadas para o equilíbrio integrado das pessoas.

O trabalho desenvolvido na UDESC tem sido feito no ateliê de cerâmica, uma ambiência igualmente artística, portanto. Nessa apresentação, mostraremos quais foram algumas das atividades realizadas, nossas percepções dos processos e depoimentos de algumas das pessoas que participaram e que preencheram um questionário de pesquisa qualitativa.

Referências

HAUSKA, M. Terapia Artística vol II. São Paulo: Antroposófica, 1987.

STEINER, R. e WEGMAN, I. Elementos fundamentais para ampliação da arte de curar. 3 ed.Trad. Sonia Setzer. São Paulo: Antroposófica, 2007.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Arivane Augusta Chiarelotto	**Doutor(a)**	**UDESC**
Daniela Vicentini	**Doutor(a)**	**UDESC**

YvY21: Design Inclusivo e Tecnologia Assistiva para promover o equilíbrio e autonomia de pessoas com Síndrome de Down

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

1 Introdução

O projeto ASA21 foi desenvolvido no Curso de Design Industrial da UDESC, e aborda o desafio de conceber produtos focados na promoção da autonomia de pessoas com Síndrome de Down (SD). Indivíduos com SD frequentemente apresentam instabilidade postural e dificuldades de coordenação devido a características físicas como hipotonia, displasia acetabular e pés planos, o que limita sua autonomia e participação em atividades físicas sem supervisão. Nesse contexto foi concebido o primeiro produto do projeto, chamado YvY21, que busca estimular a melhora do equilíbrio de forma independente e lúdica, contribuindo para a saúde, bem-estar, autonomia e inclusão social. O nome combina "Yvy" (terra em tupi-guarani, simbolizando equilíbrio e conexão com a natureza) e "21" (referência à Trissomia do 21), reforçando a identidade e o propósito do produto. Este trabalho descreve seu processo de desenvolvimento, um relato de pesquisa que se insere como projeto focado no cuidado de pessoas com deficiência intelectual, alinhado com a Agenda 2030 da ONU, visando a reduzir desigualdades (ODS 10), promover saúde de qualidade (ODS 3) e o consumo e produção responsáveis (ODS 12).

2 Objetivos

O objetivo principal foi desenvolver um produto eletroportátil lúdico, não médico, que auxilie pessoas com deficiência, especialmente com Síndrome de Down, a melhorar o equilíbrio de forma autônoma. Os objetivos específicos incluíram desenvolver um produto acessível e sustentável, incorporar tecnologias assistivas que facilitem o uso autônomo, gerar empoderamento e sentimento de autonomia no usuário, colaborar para o estímulo às práticas esportivas e auxiliar no controle de problemas de saúde recorrentes, melhorando as condições físicas e psicológicas dos usuários.

3 Descrição da Pesquisa e Metodologias utilizadas

O processo de design foi pautado em uma abordagem centrada no usuário e no design inclusivo, adotando uma abordagem quali-quantitativa e interativa. seguindo etapas rigorosas de pesquisa, desenvolvimento e validação.

A pesquisa iniciou-se com uma revisão bibliográfica sobre as características físicas, cognitivas e comunicacionais de pessoas com Síndrome de Down, bem como problemas de saúde recorrentes e a importância da estimulação para o desenvolvimento, identificando traços cognitivos (ênfase na compreensão verbal sobre a expressão, importância da comunicação não-verbal), físicos (hipotonia, instabilidade de equilíbrio) e comunicacionais.

Além disso, realizou-se análise de mercado sobre produtos para o equilíbrio, com ou sem tecnologia, que mostrou que as opções existentes não são adequadas para o público-alvo, principalmente por serem complexas ou pouco lúdicas. A investigação identificou uma lacuna: a inexistência de produto tecnológico, autônomo, divertido e acessível que trabalhe o equilíbrio. Foram, ainda, mapeadas as normas aplicáveis, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), assegurando segurança, acessibilidade, design universal e autonomia.

A pesquisa de campo incluiu entrevistas aprofundadas com uma pessoa com Síndrome de Down (45 anos), sua mãe, uma educadora física, uma fisioterapeuta e uma educadora especial que trabalham com esse público. As entrevistas revelaram a busca por autonomia, interesse por tecnologia e jogos eletrônicos, e a necessidade de interfaces simples e feedback multissensorial. Complementarmente, foram realizadas observações de campo de atividades físicas praticadas por pessoas com SD, gravadas e ao vivo, como treinos funcionais, pilates, dança e skate, que solidificaram as percepções sobre a instabilidade, a necessidade de apoio e a eficácia de estímulos visuais e táteis. A partir dos achados, duas personas foram desenvolvidas, com as respectivas jornadas de usuário (em atividades esportivas e com jogos eletrônicos), permitindo compreender a diversidade de habilidades do público alvo e suas interações com o ambiente e a tecnologia. A etapa culminou na clusterização de insights, que se transformaram em requisitos de projeto para tecnologia e feedback, interface e usabilidade, treinamento e exercícios, gamificação e motivação, autonomia e personalização, e comunicação e relatórios.

Na fase conceitual, foram empregados métodos de criatividade para geração de diferentes alternativas de produto. A seleção do conceito final envolveu matrizes de

ponderação e análise teia, culminando na escolha da alternativa que melhor respondia aos requisitos do projeto. A alternativa selecionada passou por estudos ergonômicos e playtests com usuária, pessoa com SD, que permitiram aprimoramentos na forma, pegada, estabilidade e usabilidade da interface digital. A definição de cores com alto contraste também foi feita em parceria com a usuária, analisando suas preferências visuais.

Ao final, elaborado o protótipo do produto final, ele foi novamente testado pela pessoa com SD, para validação.

4 Análise dos Resultados e Impactos Percebidos

YvY21, "o equilíbrio que transforma!", emergiu como um produto funcional, estético e simbólico, representando autonomia e liberdade. Ele se constitui de uma plataforma de jogo, com base de recarga facilitada e conexão direta com a TV, onde o aplicativo (interface digital) orienta os movimentos. O produto promove a gamificação e a motivação, oferecendo desafios interativos e feedback estimulante, com um aplicativo para cuidadores monitorarem o progresso do usuário. A disponibilidade de acessórios, como um cinto para correção postural e um bracelete para esportes de mão, amplia as possibilidades terapêuticas e de engajamento.

O design se destaca por atender às necessidades específicas dos usuários de forma inovadora e acessível, refletindo os princípios do Design Universal (uso equitativo e não estigmatizante, adaptabilidade a diversos níveis de habilidade, uso simples e intuitivo, informação perceptível com feedback multissensorial, tolerância a erro, baixo esforço físico para uso e tamanho adequado e acessível).

Além disso, a sustentabilidade ambiental foi também uma preocupação (ODS 12), redundando na escolha de materiais como bambu laminado colado, borracha natural e EVA bio-based, além de plástico PCL biodegradável.

Para chegar-se ao resultado, o ponto crucial foi a participação da pessoa com SD em todo o processo de Design: da fase de pesquisa, tanto na entrevista como em observações de treinos, passando pela fase conceitual, via estudos ergonômicos, playtest e testagem de cores, chegando à validação do produto final.

Ouvir e observar o usuário forneceu uma compreensão ampliada sobre seus desejos e necessidades reais, que se converteram em requisitos imprescindíveis ao produto.

A avaliação de ergonomia e uso da metodologia de Playtest, onde modelos simplificados foram testados, permitiu que a pessoa com deficiência atuasse como

"co-projetista", fornecendo feedback em tempo real sobre usabilidade, engajamento e segurança, levando a ajustes ergonômicos no produto e na interface digital. A definição de cores com participação direta e ativa da usuária, permitiu compreensão e valorização de suas necessidades e preferências, para garantir alto contraste e facilidade de visualização.

A testagem final com a pessoa com SD validou o produto, confirmando sua adequação ao público a que se dirige.

5 Considerações Finais

O desenvolvimento do YvY21 demonstra como o design inclusivo e a tecnologia assistiva podem ser aplicados para criar soluções eficazes e empoderadoras para pessoas com Síndrome de Down. Ao focar em um processo de design colaborativo e centrado no usuário, o projeto conseguiu traduzir as necessidades reais e o desejo de autonomia do público-alvo em um produto lúdico, seguro e funcional. O YvY21 não é apenas um equipamento para melhora do equilíbrio, mas um artefato que simboliza liberdade e independência, permitindo que o usuário se engaje em atividades físicas de forma autônoma e prazerosa. Sua concepção, alinhada aos princípios do Design Universal e da sustentabilidade, o posiciona como uma ferramenta inovadora e valiosa tanto para uso doméstico quanto em ambientes terapêuticos e educacionais, consolidando a integração do movimento à rotina como forma de expressão e bem-estar, com isso promovendo a inclusão e a qualidade de vida.

Referências

ARAÚJO, Pablo et al. Nível de atividade física em pessoas com síndrome de down: uma revisão sistemática. Revista Brasileira em Promoção da saúde, v. 28, n. 1, p. 133-139, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283835333_Nivel_de_atividade_fisica_em_pessoas_com_sindrome_de_down_uma_revisao_sistematica. Acesso em: 30 mar. 2025.

LEITE, William Bezzerra et al. Efeitos da realidade virtual no equilíbrio e tempo de reação motora de crianças e adolescentes com síndrome de down: ensaio clínico controlado randomizado. Saúde e Desenvolvimento Humano, v. 12, n. 2, 2024. Disponível em:

https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/10686. Acesso em: 23 abr. 2025.

MONTSERRAT, Paulo Márcio et al. Gameterapia como ferramenta de estímulo no equilíbrio de indivíduos com síndrome de Down. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, v. 15, n. 99, 2021. Disponível em: https://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/2536. Acesso em: 23 abr. 2025.

PONTES, Diana Garcia. Benefícios do exercício físico para indivíduos com Síndrome de Down. 2013. Monografia (Especialização em Fisioterapia) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9N7LLF/1/diana.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

SILVA, Maria de Fátima Minetto Caldeira; KLEINHANS, Andréia Cristina dos Santos. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. Open Journal Systems. [2025?]. Disponível em: https://www.dovepress.com/article/download/82900. Acesso em: 30 mar. 2025.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Simone Barbisan Fortes	**Doutor(a)**	**Justiça Federal**
Alessandro Daz	**Graduando(a)**	**Politecnico di Milano/UDESC**
Maria Fernada Freitas Caldas	**Graduando(a)**	**UDESC**
Pabola Kariny Fortes Maffisoni	**Graduando(a)**	**UDESC**

“O Papel do Centro de Cultura e Convivência Pedra Branca no Processo de Desinstitucionalização: Uma parceria com as residências terapêuticas"

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

O Centro de Cultura e Convivência Pedra Branca é o primeiro Centro de Convivência do município do Rio de Janeiro, e existe desde 2011 na Colônia Juliano Moreira, que durante as últimas décadas foi palco de muito sofrimento e dor, associado ao Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, dentro do território da área programática 4.0.

O Centro de Cultura e Convivência Pedra Branca nasce de um programa de lazer assistido para os usuários da saúde mental do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, criado em 2001. Em 2015, o CECCO PB é aglutinado ao Pólo Experimental de convivência, educação e cultura, espaço que reúne diversos projetos do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, como por exemplo, o Ateliê Gaia e a Residência artística Casa B.

Em Maio de 2023, o CECCO PB passa a ocupar uma das casas do antigo Núcleo Franco da Rocha, um dos pavilhões da colônia criado em 1936, com capacidade inicial de cerca de 640 mulheres de toda a cidade, distribuídas em 7 casas. Desde 2023, o antigo núcleo desativado em 2022, passa a se chamar Espaço Maria Rosenda, em homenagem a uma dessas mulheres que ali viveu grande parte de sua vida.

No território da Colônia também estão localizados: Capsi III Eliza Santa Rosa, Caps AD III Mussum, Caps III Artur Bispo do Rosário, CAPS III Manoel de Barros; UAA Cacildis, UAA Sorriso Aberto, Pousada Sertão Carioca e 41 Residências Terapêuticas. Com esse cenário, o CECCO se apresenta como um dispositivo potente de compartilhamento do cuidado, visto que o seu mandato é a produção de saúde através da arte, da cultura, da integração comunitária e da ocupação da cidade. Porém, os serviços de saúde e as RTs não conseguiam fazer uso deste serviço. Através de uma escuta mais sensível com os usuários, os profissionais e a comunidade em geral, começamos a identificar que a questão era a dificuldade que

os usuários tinham em ressignificar este espaço, uma vez que muitos deles foram internados no antigo Núcleo Franco da Rocha.

Assim, nasceu uma parceria muito importante entre a equipe das Residências Terapêuticas e a equipe do CECCO PB inicialmente através de ações externas, como por exemplo as saídas culturais que o CECCO PB realiza mensalmente, que passou a contar com a presença dos moradores, das cuidadoras e das acompanhantes terapêuticas. Aos poucos, essa presença da equipe das SRTs e seus moradores se estenderam também para atividades que o CECCO realiza no território, e atualmente temos moradores que são conviventes nas atividades regulares do CECCO PB, como por exemplo a aula de pilates que o Sr. R. frequenta duas vezes na semana. O CECCO PB tem se tornado também um espaço de cuidado para os profissionais das SRTs, que tem demonstrado interesse nas nossas atividades, como por exemplo durante a I Semana da Luta Antimanicomial que realizamos em Maio deste ano, onde tivemos retornos de algumas cuidadoras sobre a importância e o desejo de estarem ocupando aquele espaço não somente para os moradores. No último Sarau que realizamos, temos registros também de moradores que participaram ativamente das atividades propostas. Essa parceria CECCO PB e SRTs tem se apresentado como estratégia viva do processo de desinstitucionalização em ação contínua, pois de um lado tem mobilizado os moradores a ocuparem outros espaços da cidade (sic) a partir desse movimento que o CECCO PB instiga, e por outro lado reafirma o CECCO como esse espaço de integração comunitária, diversidade, mistura e encontros.

Referências

ALVAREZ, A. P.; SILVA, O. J.; OLIVEIRA, M. A.C. Centro de Convivência e Cultura: diálogos sobre autonomia e convivência. Ecos, volume 6- número 1. Rio de Janeiro, 2015

FERIGATO SH, Carvalho SR, Teixeira RR. Cartografia dos Centros de Convivência: a produção de encontros e de redes. Rev Ter Ocup Univ São Paulo.2016 jan-abr; 2791)12-20

ALVAREZ,P.E.; J.B.; OLIVEIRA, M.I.Q.; SILVA, I.C.A.; CASTRO, R.M. Convivência Virtual: a arte de tecer redes com o trabalho afetivo antimanicomial. Revista GEMInIS, v.11, n3, pp.87-107, set/dez.2020

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Cecília Gomes Estella	**Especialização concluída**	**Imas Juliano Moreira**

“Tamo Junto”: Construindo Território, Cultura e Pertencimento com Adolescentes em um CAPS Microrregional.

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

O presente relato descreve a experiência de um grupo terapêutico com adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Microrregional. Com sede em Apiúna, Santa Catarina, o CAPS atende também os municípios de Ascurra e Rodeio, totalizando aproximadamente 30 mil habitantes, e opera sob um modelo de gestão consorciada, atualmente gerido pelo Consórcio Público Interfederativo de Saúde e Serviços do Vale Europeu – CISAMVE. A proposta do grupo surgiu da necessidade, identificada pelas psicólogas do serviço, de tornar o CAPS um dispositivo acolhedor e possível para abordar as questões próprias da adolescência e refletir sobre o lugar que esse público ocupa dentro do serviço. Nesse movimento, pensou-se em quais possibilidades de intervenção e atuação poderiam ser construídas, buscando caminhos viáveis a partir do território e fundamentados no reconhecimento e no pertencimento.

A adolescência é uma fase atravessada por intensas transformações subjetivas, sociais e corporais. Segundo Gurski (2012, p. 21), "um dos modos de construir traços identitários que suportem o sujeito nas diferentes representações de si no laço com o outro é o desenvolvimento de experiências de vida, não somente a soma de vivências". Nesse percurso, a construção da identidade, o pertencimento a grupos, os conflitos familiares, escolares e comunitários e a busca por reconhecimento marcam o cotidiano de muitos adolescentes. Em um serviço como o CAPS I, que atende todas as faixas etárias e formas de sofrimento psíquico, é comum que os adolescentes não se reconheçam no espaço nem se sintam pertencentes a ele. Diante disso, a proposta do grupo buscou afirmar o CAPS como um lugar possível para adolescer, um espaço para criar laços, experimentar o coletivo, refletir sobre si e o mundo, acessar cultura e lazer e, sobretudo, ser acolhido.

O grupo foi nomeado pelos próprios participantes como “Tamo Junto”, em uma tentativa de nomear o que se desejava viver ali: uma experiência compartilhada.

Esta foi a segunda edição do grupo, dando continuidade a uma iniciativa anterior que já buscava promover acolhimento e convivência entre adolescentes. Ao todo, nesse segundo momento, foram realizados 12 encontros ao longo de seis meses, com adolescentes entre 13 e 15 anos, que já vinham acompanhados pela equipe do CAPS. Os participantes apresentavam dificuldades de socialização, baixa autoestima, conflitos familiares e escolares, e vínculos fragilizados em seus contextos de vida. Antes de integrarem o grupo, cada adolescente foi escutado individualmente, conhecendo a proposta e sendo convidado a decidir sobre sua participação, respeitando seu tempo e desejo.

O primeiro encontro iniciou com a proposta “O que passa pela cabeça?”, na qual os adolescentes foram convidados a desenhar ou escrever livremente, como forma de aquecer as trocas e criar um primeiro espaço de expressão mais lúdico, sem exigências. Nos encontros seguintes, o grupo abordou emoções como medo, tristeza, alegria e raiva, inspirando-se na animação “Divertidamente”. A atividade despertou identificação e facilitou a fala sobre sentimentos muitas vezes difíceis de nomear. Como desdobramento, foi proposta uma ida ao cinema para assistir à continuação do filme, que fala justamente do adolescer da personagem central da animação (“Divertidamente 2”). O passeio foi especialmente significativo, foi a primeira vez de dois dos adolescentes em uma sala de cinema. A experiência ampliou o repertório cultural e emocional do grupo, além de permitir a circulação pelo território e a vivência de uma atividade coletiva fora do espaço institucional.

O retorno ao CAPS após o cinema foi marcado por conversas espontâneas sobre o filme e os sentimentos despertados. Os adolescentes passaram a refletir não apenas sobre suas próprias emoções, mas também sobre as de seus familiares e colegas, gerando momentos de escuta e empatia. A partir daí, o grupo se fortaleceu e começou a propor suas próprias atividades. Em um dos encontros, surgiu o desejo de “fazer dinâmicas”. Quando perguntados sobre o que entendiam por isso, trouxeram palavras como “brincadeira”, “desafio”, “grupo”. A partir dessas pistas, foi organizada uma atividade de criação de personagem, utilizando uma caixa com elementos como pessoa, lugar e objeto. A proposta mobilizou a imaginação, favoreceu a construção de histórias coletivas e o reconhecimento das singularidades de cada participante.

Outro encontro marcante foi realizado no mês de outubro, quando, a partir de sugestões do grupo, decidiu-se assistir a um filme com temática de Halloween. Os

adolescentes vieram fantasiados, expressando entusiasmo e liberdade criativa. A fantasia, o riso e o medo compartilhado diante do filme revelaram o quanto o lúdico pode ser terapêutico e facilitador de vínculos. Além disso, o grupo visitou o ponto de cultura Quinta da Gávea, na cidade de Rodeio, e o Oceanic Aquarium, em Balneário Camboriú. As visitas possibilitaram contato com outras expressões artísticas e interação com usuários do CAPS de diferentes faixas etárias. Em Balneário Camboriú, o grupo também foi até a praia, indo ao encontro do mar, vivência que despertou curiosidade, encantamento e momentos de descontração. Essas experiências ampliaram a vivência do território, fortaleceram a sensação de pertencimento ao serviço e possibilitaram o encontro com a arte, a poesia e a diversidade cultural.

O encerramento dessa edição do grupo aconteceu em um encontro com karaokê, com a proposta “quem canta seus males espanta”. As músicas escolhidas, especialmente as chamadas “sofrência”, tocaram em temas sensíveis da vivência adolescente, como rejeição, abandono e saudade. Cantar em voz alta, enxergar e se deixar ser visto, ocupar o espaço com a própria voz tornou-se uma potente forma de expressão, de afirmação da identidade e de celebração do caminho percorrido em grupo. O karaokê, além de divertido, foi profundamente afetivo e simbólico.

Os efeitos subjetivos dessa experiência foram intensos. Um dos adolescentes, inicialmente isolado, com histórico de bullying e medida protetiva por portar uma arma branca na escola, apresentava grandes dificuldades de vínculo e não aceitava contato físico. No decorrer do grupo, passou a se aproximar dos colegas, participar das atividades e, no encerramento, ofereceu espontaneamente um abraço às colegas e às técnicas, gesto carregado de significado. Outra adolescente, vítima de racismo estrutural nomeado como “brincadeira” (bullying) por escola e familiares, com histórico de tentativa de suicídio, passou a falar mais sobre seus sentimentos, a criar laços com o grupo e a se preocupar com o bem-estar dos outros participantes. Uma terceira adolescente, muito falante, mas sem espaço de escuta em sua família, com baixa autoestima e vínculos escolares frágeis, encontrou no grupo um lugar seguro para se expressar e ser reconhecida em sua criatividade.

Mais do que uma intervenção grupal, a proposta do “Tamo Junto” se constituiu como uma experiência de cuidado em saúde mental que articula clínica e território, subjetividade e cultura. O CAPS, se tornou, para o grupo, um lugar de vivências possibilitadoras, de vínculo e de pertencimento, rompendo com a lógica da

patologização da adolescência e abrindo espaço para uma clínica que reconhece os adolescentes em suas potências, sofrimentos e desejos. A aposta na convivência entre pares, no acesso à cultura e no reconhecimento das emoções mostrou-se fundamental para que cada um pudesse adolescer com um pouco mais de suporte, afeto e possibilidades.

Encerrar esse percurso foi, ao mesmo tempo, celebrar o que se viveu e reconhecer que, em saúde mental, os efeitos nem sempre são imediatamente visíveis ou mensuráveis. Mas são, sem dúvida, transformadores. Que o CAPS siga sendo esse lugar onde o adolescente possa chegar, se reconhecer, se vincular, pertencer e adolescer.

Referências

GURSKI, Rose. Três ensaios sobre a juventude e violência. São Paulo: Escuta, 2012.

DIVERTIDA MENTE 2. Direção: Kelsey Mann. Produção: Mark Nielsen. Roteiro: Meg LeFauve; Dave Holstein. Estados Unidos: Pixar Animation Studios, 2024. 1 DVD (96 min), som, colorido. Dublado. Animação.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Angelita Aparecida Forlin	**Especialização concluída**	**Consorcio Público Interfederativo de Sáude e Serviços do Vale Europeu - CISAMVE**
Raquel Peyerl	**Especialização concluída**	**Consórcio Público Interfederativo de Saúde e Serviços do Vale Europeu – CISAMVE**

“Toca o nosso som aí que tu me faz feliz” - A música como promotora de microliberdades e ampliação dos afetos no projeto de extensão ExpressArtes

Área temática

03. Sociocultural

Resumo expandido

O ExpressArtes é uma ação de extensão que propõe a conexão entre Arte e Saúde Mental, tendo como norte ampliar os horizontes do cuidado em liberdade, conforme os princípios da Reforma Psiquiátrica. Ocorre quinzenalmente, por meio de oficinas artísticas realizadas tanto em espaços internos (no IPUB – hospital de internação psiquiátrica) quanto externos (praças públicas), mediadas por extensionistas, residentes locais e pela coordenadora do projeto. O público-alvo abrange crianças, adolescentes, pessoas em sofrimento psíquico, em situação de uso prejudicial de drogas, em situação de rua, vítimas ou familiares de violências, preconceitos e discriminações, população LGBTQIAPN+, institucionalizadas ou não, além de membros da comunidade interessados no fazer artístico. Mesmo em uma instituição que ainda não funciona plenamente sob a lógica antimanicomial, observa-se que a música exerce papel central e libertador nas vivências dos participantes, especialmente entre os internados em regime hospitalar. Objetivo: identificar os principais gêneros musicais solicitados nas oficinas do ExpressArtes no IPUB. Metodologia: estudo qualitativo, descritivo e exploratório, de caráter retrospectivo documental. Foram analisados registros de grupo, instrumento no qual se anotam as escolhas musicais para composição da playlist do dia, em 23 oficinas realizadas entre 2022 e 2024. Os dados foram tratados por análise temática. Resultados: observaram-se os seguintes temas nos gêneros musicais solicitados: Amor Romântico (129 vezes), Religião (30), Autoafirmação (46), Nostalgia Territorial ou Temporal (18), e outros temas, como resistência e pertencimento (12). Discussão: no contexto da internação, a escolha de uma canção configura-se como microliberdade num ambiente de escolhas restritas. A música evoca afetos e memórias da vida “extramuros”, pois se liga às histórias individuais de cada sujeito. Dona Ivone Lara, referência no campo, defendia que a presença da música na saúde mental favorece a abertura emocional, o resgate da identidade e memória, e a construção de laços sociais (FERREIRA, 2015). Durante as oficinas, percebeu-se

também a corporeidade como parte essencial do processo terapêutico-musical. Considerações finais: os participantes, tomados pelo som, experimentaram novas formas de estar no mundo — cantando, dançando e chorando —, revelando a canção como caminho potente de reorganização psíquica.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

MAGALDI, Felipe. O afeto catalisador. In: MAGALDI, Felipe (Org.). Mania de liberdade: Nise da Silveira e a humanização da saúde mental no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019. p. 115–132.

FERREIRA, Fabiana. Dona Ivone Lara: a primeira-dama do samba. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
João Pedro Pascoal Silva	**Graduando(a)**	**UFRJ**
João Pedro Pascoal Silva	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Paula Isabella Marujo Nunes da Fonseca	**Doutor(a)**	**UFRJ**
Luana de Paiva Sobral	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Guilherme Albuquerque Jardim Rios	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Luisa Oliveira de Andrade	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Mariana Lorente Ribeiro	**Graduando(a)**	**UFRJ**
Beatriz Andrade de Vasconcelos	**Graduando(a)**	**UFRJ**

“Travessias” para o Processo de Cuidado, Construção da Cidadania e Protagonismo da Juventude no CAPSij

Área temática

02. Técnico-assistencial

Resumo expandido

INTRODUÇÃO: O Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSij) Supimpa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre é um dos serviços substitutivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), de média complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS). O serviço é destinado para tratamento de crianças e adolescentes que apresentem intenso sofrimento psíquico, decorrentes de transtornos mentais graves e persistentes. Entende-se o adoecimento mental atravessado pelos determinantes e condicionantes da saúde, inferidos também pela imbricação de classe social, raça, gênero e capacidade física e intelectual. Nesse sentido, a promoção e atenção à saúde mental, também é condicionada ao acesso e acessibilidade aos direitos sociais como moradia, alimentação, lazer, educação, trabalho, segurança e outros. Nessa perspectiva, emergiu a construção da proposta interventiva em grupo terapêutico denominado de Travessias. A nomenclatura deste grupo foi inspirada no poema “tempo de travessia” de autoria de Fernando Pessoa, no intuito de romper com as estereotipias vinculadas ao diagnóstico de transtorno mental e o lugar que os adolescentes ocupam enquanto usuários de um serviço de saúde mental. O grupo tem como objetivos: estimular a autonomia e emancipação dos adolescentes; propiciar a inserção dos usuários em atividades para além da rede de serviços de saúde; instigar o planejamento de projetos de vida; ampliar suas redes sociais; contribuir para o processo de reabilitação psicossocial e inserção social dos usuários.

METODOLOGIA: O grupo Travessias ocorre semanalmente, coordenado pela assistente social da equipe, estagiária de Serviço Social e estagiária da Pedagogia, com duração de uma hora e trinta minutos. O planejamento das atividades dos encontros é construído em conjunto com as adolescentes participantes do grupo, a partir de seus interesses e também das situações identificadas pelas profissionais da equipe. As temáticas que estiveram presentes nas atividades, estão vinculadas a questões que concernem à adolescência, como educação sexual (saúde sexual e

reprodutiva, relacionamentos, diversidade sexual e identidade de gênero), direitos sociais e específicos da infância e adolescência, acesso a rede intersetorial, sofrimento psíquico, relações familiares, questões de gêneros e raciais, religiosidade e ambiente escolar. Neste sentido, as atividades são realizadas através de jogos, visitas a espaços culturais do município de Porto Alegre, atividades artísticas manuais, bem como rodas de leitura e conversas.

ANÁLISES E DISCUSSÕES: As atividades do grupo Travessias permitiram a emergência de discussões sobre temas cruciais para a adolescência, observando-se um progressivo engajamento das participantes. A contribuição na garantia da efetivação do direito à cultura e ao lazer – constitucionalmente assegurados, conforme o Art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o Art. 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), foi uma das facetas mais significativas das intervenções. As visitas a espaços culturais e públicos no município de Porto Alegre, contribuíram para a inserção social e cultural das adolescentes. Essas experiências externas ao ambiente do CAPSij favorecem a ressignificação do espaço urbano como território de pertencimento e fruição, indo além da perspectiva patologizante e reforçando a cidadania cultural como um elemento terapêutico.

A interligação entre a acessibilidade a direitos sociais, como a cultura e o lazer, e a promoção da expressão artística no grupo 'Travessias' reforça a compreensão do cuidado em saúde mental como um processo ampliado. Reconhecendo que a pleno tratamento em saúde mental depende da inserção ativa e equitativa das adolescentes na vida comunitária e no usufruto de todos os seus direitos.

A abordagem de educação sexual, por exemplo, através de rodas de conversa e materiais visuais, contribuiu para a desmistificação sobre frases de senso comum e a promoção de informações seguras sobre orientação sexual, identidade de gênero e relações sexuais protegidas, contribuindo para maior segurança e autoconhecimento das jovens. A discussão sobre direitos sociais e específicos da infância e adolescência tem o potencial de ampliar a percepção das participantes sobre seu papel como sujeitos de direitos, incentivando a busca por informações sobre acesso à rede intersetorial, como serviços sócio- assistenciais e de lazer em Porto Alegre. Percebeu-se que a metodologia diversificada, com visitas a espaços públicos e culturais e de expressões artísticas, não só estimulou a socialização e a expressão criativa, mas também funcionou como catalisador para abordar questões

de sofrimento psíquico e relações familiares em um ambiente de confiança, acolhimento e escuta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O grupo terapêutico Travessias do CAPSij Supimpa emerge como uma estratégia de cuidado em saúde mental para adolescentes que supera a perspectiva de intervenções patologizantes e meramente sintomáticas, pois visa a promoção da autonomia, cidadania e emancipação através de intervenções que propiciaram a discussão de direitos sociais, sexualidade, expressões artísticas, promovendo a circulação em espaços de cultura da cidade. Neste sentido, as atividades desenvolvidas no grupo Travessias é possível perceber a construção de vínculos das participantes entre si e com a equipe multiprofissional, a ampliação de seus processos de autonomia, a inserção em atividades que contemplem seus projetos de vida, o reconhecimento das potencialidades e dificuldades individuais e a partir disto estimular meios de superação destas adversidades para a reabilitação psicossocial. Portanto, evidencia-se a importância de fomentar ações interventivas que visem a promoção da saúde infantojuvenil, em que os usuários sejam protagonistas de suas vidas e não meros objetos de intervenção multiprofissional. A metodologia participativa utilizada nas intervenções, atua de acordo com os interesses das adolescentes e proporciona a inserção de atividades para além do serviço de saúde, a partir de abordagens que visam a reinserção social, promoção da cidadania e da saúde, a fim de contribuir com processos emancipatórios e de protagonismos juvenil Conclui-se que o 'Travessias' além de construir um espaço terapêutico essencial, reitera a necessidade de serviços substitutivos que, alinhados aos princípios da RAPS, reconheçam a complexidade da vida de adolescentes em sofrimento psíquico, garantindo acesso pleno a seus direitos e a uma vida com dignidade em comunidade.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação em saúde mental: 1990-2004. Brasília (DF), 2004.

BRASIL. Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil. In: Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas, nov. 2005. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

Coautoria

Nome	Titulação mais alta	Filiação institucional
Liana de Menezes Bolzan	**Doutor(a)**	**CRESS 8688**
MARIA EDUARDA CHAVES GOMES	**Graduando(a)**	**ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL – CAPSIJ/HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE**
JULIA COLOMBY DA SILVA	**Graduando(a)**	**ESTAGIÁRIA DE PEDAGOGIA – CAPSIJ/HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE**